

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE DIREITO - ESCOLA DE CRIMINOLOGIA

**COMPORTAMENTOS E PRÁTICAS PROBLEMÁTICAS NA INVESTIGAÇÃO
CIENTÍFICA E NO ENSINO SUPERIOR.**

SCIENTIFIC MISCONDUCT E CONTROLO SOCIAL NA EUROPA

RITA JORGE HOLBECHE TINOCO DE FARIA

2015

**Dissertação de candidatura ao grau de doutor em Criminologia elaborada sob
orientação de**

Professor Doutor Cândido Mendes Martins da Agra

e coorientação de

Professor Doutor Amadeu Recasens i Brunet

Resumo

O presente trabalho propõe-se investigar os comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e ensino superior. Para tal são realizados três estudos que pretendem aceder a três dimensões de análise do fenómeno. A dimensão micro de análise procura aceder, através de entrevistas semiestruturadas, às percepções de 27 académicos europeus sobre aqueles comportamentos e práticas, tipos, processos, gravidade, causas e consequências atribuídas. A dimensão meso de análise de análise debruça-se sobre 13 documentos produzidos por instâncias supranacionais e com impacto na Europa, de desenho e instituição de mecanismos de controlo social dos comportamentos e práticas consideradas problemáticas. A dimensão macro de análise procurou aceder às atuais políticas públicas científicas europeias, especialmente relativas à instituição da “European Research Area”, indagando do lugar na prevenção ou censura dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior face à abertura de um mercado do conhecimento. Para tal foi realizada uma análise de conteúdo quantitativa a quatro documentos da Comissão Europeia.

Os resultados da dimensão micro de análise permitiram criar uma tipologia de comportamentos e práticas consideradas problemáticas pelos entrevistados, incluindo na docência, face aos direitos de autor, na investigação e nas relações de poder interno e externo. As conclusões ressaltam a ausência de unanimidade na definição das situações como problemáticas. Mais se conclui pela convergência entre objetivos institucionais (financiamento) e profissionais (reconhecimento) com conseqüente afastamento dos objetivos metodológicos. Para tal contribuem a pressão, um controlo social ineficaz, ausência de alternativas e recursos limitados, bem como diferentes estratégias de reação individual (aceitação, adaptação, resistência e abandono).

A dimensão meso de análise permitiu verificar a falta de uniformidade nas definições propostas e comportamentos considerados problemáticos, entre as várias instituições com pretensões de regulação e no seio da mesma instituição ao longo do tempo. Mais se concluiu pela diferença de atores envolvidos e das redes de influência das várias instituições, bem como pela divergência nos modelos de controlo propostos pela European Science Foundation, OCDE ou Comissão Europeia. Foi possível concluir que os modelos desenhados se posicionam entre a hétero e a autorregulação da

atividade científica, numa tentativa de limitar alguns riscos e ameaças percebidas ao mercado de conhecimento científico que se tem vindo a criar na Europa desde 2000.

A dimensão macro de análise confirma o menor relevo da prevenção e censura dos comportamentos e práticas problemáticas face às preocupações da Comissão Europeia com a abertura de um mercado europeu da ciência e às preocupações em torno da disponibilidade de recursos humanos e financeiros para o mesmo.

Finalmente, defende-se a necessidade de a Criminologia estudar o presente objeto considerando-o no âmbito dos desvios ocupacionais. Mais se sublinha a relativa novidade do tópico para esta área de saber e a necessidade de uma perspetiva integrada da ação humana, de forma compreensiva, que tome em consideração a relação dos indivíduos com o ambiente institucional onde realizam a sua profissão, bem como com o ambiente normativo mais amplo. Mais ainda considerando que podem, como sucede, existir diferentes conjuntos de normas conflitantes entre si e face às quais se desenrolam as opções individuais, moldadas (ainda que não necessariamente determinadas) pelo contexto mais amplo.

Abstract

The current research seeks to know more about problematic behaviours and practices in scientific research and higher education. For that purpose, three studies were conducted to access three dimensions of the phenomenon. The micro dimension of analysis was obtained by way of semi-structured interviews to 27 European scholars, on their perception on those behaviours and practices, their types, perceived seriousness, causes and consequences. The meso dimension of analysis was completed through an analysis of 13 documents on emerging mechanisms of social control of problematic behaviours and practices, produced by supra-European stances and with impact on Europe. The macro dimension of analysis tried to make sense of current European policies on science, especially the European Research Area, namely the importance for prevention and suppression of problematic behaviours and practices considering the opening of knowledge market. This was possible by way of a quantitative content analysis of 4 documents of the European commission.

Results from the micro dimension of analysis allowed the tracing of a typology of behaviours and practices considered by the interviewees to be problematic, including in teaching, authorship rules, research and within internal and external power relations. Conclusions of this section show a lack of unanimity on what should be considered problematic. They also show a convergence between institutional goals (funding) and professional goals (recognition) with the downgrading of methodological goals. For such convergence to happen, pressure, inefficient social control, lack of alternatives and limited resources, and different individual strategies for reaction (acceptance, fitting in, resistance and abandoning) come into play.

The meso dimension of analysis allowed to confirm the lack of consensus and uniformity on the proposed definitions and on which behaviours should be considered problematic amongst the different controlling institutions and even at the heart of the same institution throughout time. The study also concluded on the existence of different actors involved and influence networks, as well as on the presence of different proposed control models by the European Science Foundation, by the OECD and by the European Commission. The models thus proposed are solutions found between the hetero and the self-regulation of scientific activity, in an attempt to limit perceived risks and threats to the opening of the knowledge market that has evolved in Europe since 2000.

The macro dimension of analysis confirmed the importance attributed to the opening of this European knowledge market and to the concerns around finding and securing resources while downplaying the role of preventing and suppressing of problematic behaviours and practices in scientific research and higher education.

Lastly, the need for Criminology to study this topic of research as occupational deviance is highlighted. Being a fairly recent research subject there is a need to an integrated and comprehensive perspective on human action: individual actions should be understood in their immersion on the institutional environment where they work, and on the broader normative environment. When one is placed in face of different and conflicting sets of norms, it is necessary to understand that individual action is shaped by this wider context.

Résumé

Ce travail recherche les comportements et pratiques problématiques dans la recherche scientifique et l'enseignement supérieur. On a fait trois études pour accéder aux trois dimensions du phénomène. La dimension micro d'analyse est faite à travers entretiens semi-structurés à 27 académiques européens. On les a questionnés pour obtenir sa perception sur les comportements et pratiques problématiques, ses types, gravité, causes et conséquences. La dimension meso a analysé 13 documents produits par des institutions supranationaux avec impact en Europe. Ces documents souhaitent de dessiner et instituer des mécanismes de contrôle social des comportements et pratiques problématiques. La dimension macro d'analyse a recherché les actuelles politiques publiques sur la science en Europe, notamment la "European Research Area", posant des questions sur quelle est la place pour la prévention et réprobation des comportements et pratiques problématiques quand on est en plein mouvement d'ouverture d'un marché de la connaissance. Pour ça, on a fait une analyse quantitative du contenu de 4 documents de la Commission Européenne.

Les résultats de la dimension micro ont arrivé à la création d'une typologie de comportements et pratiques problématiques dans l'enseignement, l'attribution de paternité des ouvrages scientifiques, la recherche et les relations de pouvoir internes et externes. Les conclusions montrent l'absence d'unanimité aux définitions des situations problématiques. Et aussi qu'il est en train de s'opérer une convergence entre des objectives institutionnels (financement) et des objectives professionnels (reconnaissance), avec un détournement des objectives méthodologiques. Pour que ça se passe il-y a de la pression, un contrôle social inefficace, absence d'alternatives, ressources limités et différents stratégies de réaction des individus : acceptation, adaptation, résistance et abandon.

La dimension meso a conclu par l'absence d'uniformité aux définitions proposées sur les comportements and pratiques problématiques par les différentes institutions qui veulent réguler l'activité scientifique, mais aussi au sein de la même institution à travers le temps. On a vérifié aussi qu'ils existent des différents acteurs dans le dessin des mécanismes de contrôle, des réseaux d'influence variés et que les modèles qui sont proposés par les différentes institutions (European Science Foundation, OECD ou Commission Européenne) sont divergents. Ces modèles se positionnent entre l'hétéro et l'autorégulation de l'activité scientifique, essayant de limiter les risques et menaces

perçues d'exister sur le marché de connaissance scientifique qu'existe en Europe dès 2000.

La dimension macro a confirmé la mineur importance de la prévention et limitation des comportements et pratiques problématiques en face les préoccupations de la Commission Européenne pour l'ouverture du marché européen de connaissance et la nécessité des ressources humains et financiers pout tel but.

Enfin, il faut défendre la nécessité pour la Criminologie d'étudier cet objet au sein des déviations occupationnelles. C'est un sujet de recherche récent qui doit être étudié dans une perspective intégrée et compréhensive en soulignant la relation des individus avec l'environnement institutionnel où ils travaillent, et en relation avec l'environnement normative plus large. Dans le cas, il arrive qu'il-y ait des différents ensembles normatifs avec des normes qui sont en conflit et c'est face à cette situation que les options individuels se prennent et sont formées, en relation avec le contexte plus large.

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento vai para todos os Senhores Professores Cândido da Agra e Amadeu Recansens i Brunet, orientador e co-orientador do presente projeto. Ainda um imenso muito obrigada a todos os entrevistados que tiveram a disponibilidade e amabilidade de “conversar” comigo e sem os quais o trabalho não seria possível.

Aos meus colegas (docentes e investigadores) e amigos da FDUP e de outras Faculdades pela paciência, apoio, auxílio e palavras de motivação ao longo destes últimos anos. Especialmente: Doutor Jorge Quintas, Doutor Pedro Sousa, Mestre Inês Guedes, Mestre Josefina Castro, Doutora Carla S. Cardoso, Mestre Miram Pina, Mestre Paula Castro, Mestre Ernesto Fonseca, Mestre Hugo Mórales, Mestre Ana Margarida Santos, Doutor Pedro Almeida, Doutor Jorge Gracia, Doutor José N. Cruz, Doutora Luísa Neto, Mestre André L. Leite, Doutor Conor O’Reilly, Mestre Rute Pedro, Doutora Anabela Leão, Doutor Carlos Gonçalves, Doutor Rui Sousa-Silva, Doutora Belinda Maia. À Ana Faria, Teresa Sousa, Gilda Santos, Rita Martinho.

Aos colegas (e amigos) que tive oportunidade de conhecer fora de portas e que me foram auxiliando, alguns sem de tal desconfiarem: Jean Poupart, Nicolas Queloz, José Angel Brandariz, Keith Hayward, Don Crewe, René van Swaaningen, Jehane Hulsman, Patrick Hebberecht (em memória), Bertrand Fincoeur, Gary Potter, David Nelken, Emma Bell, Alejandro Forero, Nicholas Dorn, Thierry Godefroy, Andrea Gideon, Joanna Shapland, Paul Ponsaers, Adam Crawford, Olga Petintseva, Yari Eskin, Christophe Vandeviver, Johnny Illan, David Charles Botherton, Claudio Gonzales Guardia, Jenneke Christiaens, Joeri Tijdink, Yves Fassin, Nicholas Steneck, Elizabeth Heitman, Nicole Foeger, Brian C. Martinson, Michael Kalichman, Nolan O'Brien, Simon Godecharle, Chris Hartgerink, Christiane Santos, e tantos outros que tiveram a amabilidade de responder aos meus e-mails, facultar literatura e mostrar interesse pela minha investigação.

Aos inestimáveis funcionários não docentes da FDUP, com quem sempre pude contar ao longo de todos estes anos. Aos funcionários da preciosa biblioteca da FDUP, especialmente Dra. Maria José. Aos ex-funcionários: Dra. Nazaré, D. Helena, Sr. Ferreira. Agradeço a todos os meus alunos e ex-alunos que tiveram a gentileza de me dirigir palavras de encorajamento e cujas vidas e percursos me foram inspirando a ser melhor docente e a dar o exemplo.

À Dra. Adelaide Telles por me ter ensinado a respirar fundo. À Paula por me ter colocado cristais no olhar.

Aos amigos e as amigas que tiveram a paciência e a capacidade de ser compreensivos com alguém que se encontrou, as mais das vezes, ausente de alguns momentos importantes das suas vida e que, ainda assim, não deixaram de acreditar no que faço e de me dar força para continuar.

À minha Família, especialmente a meus pais Isabel e João, a quem devo Tudo, a meus irmãos Joaquina e João, cada um com o seu sorriso especial, ao meu sobrinho Santiago, a pequena Luz dos dias, e também à Carla e ao Jorge, que conferem a estabilidade ao todo. Ainda à minha avó Amália, Maria Amália, Inês, Catarina e Hélder e Zé Manel, por me terem ajudado a crescer e a tornar-me o que sou hoje.

Ao Pedro, por ter a força para me sustentar quando me sinto falhar e a capacidade de me elevar nas mais pequenas coisas. Foi um processo a dois e devo-lhe, em muito, o resultado. Um agradecimento muito especial também aos seus pais, Diana e António.

Uma referência à Nut, minha companheira leal há 12 anos tão especiais, e à Yuki pelos risos que me provoca.

À memória da Teresa, do avô Miguel, do avô Xico – estão comigo em todos os gestos que faço. À memória da Avó Zé, que tanta falta me faz ainda hoje.

Agradecimentos institucionais

Este estudo foi possível graças a duas bolsas recebidas pela candidata.

A primeira foi atribuída pelo GERN, *Group Européen de Recherches sur les Normativités* e foi realizado no CESDIP, durante todo o mês de Setembro de 2010. Nesse âmbito, a candidata teve a possibilidade de recolher bibliografia e de colocar o projeto de investigação à apreciação de colegas que muito considera, como Philip Robert, Renée Zauberman, René Levi, Thiery Godefroy e outros. Ao GERN, ao CESDIP e aos colegas com quem teve a oportunidade de contactar quer a candidata agradecer o apoio financeiro, a disponibilização de local de trabalho e a possibilidade de discutir o objeto de investigação, metodologias e abordagens. O apoio prestado foi inestimável.

A segunda bolsa foi recebida no âmbito do programa ERASMUS e permitiu a realização de um estágio de investigação de 3 meses, entre Janeiro e Março de 2012, na *Leeds Metropolitan University*, sob orientação de Don Crewe. Nesse âmbito foi recolhida bibliografia de especial relevo para o tema, foram recolhidos dados empíricos, quer através de análise de documentação europeia sobre o ensino superior, quer através de entrevistas realizadas. Durante esses 3 meses a candidata, e graças à orientação de Don Crewe, teve possibilidade de contactar com algumas correntes contemporâneas da Criminologia e tomar conhecimento dos autores mais relevantes nessas orientações, de discutir alguns conceitos essenciais e aperfeiçoar as ferramentas teóricas que usou grandemente para o presente trabalho.

*Non pas prédire,
mais être attentif à l'inconnu qui frappe à la porte.*

Gilles Deleuze

*We are constantly on trial
It's a way to be free*

Bill Callahan

Conteúdo

Introdução.....	2
Parte A: revisão de literatura	9
1. Comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior: a dimensão micro de análise	10
1.1. Definições estritas e definições amplas dos comportamentos e práticas problemáticas	10
1.2. Uma tipologia de comportamentos e práticas considerados <i>misconduct</i> ou problemáticos	18
1.3. Estudos de Criminologia sobre comportamentos problemáticos na investigação científica e no ensino superior.....	40
2. Controlo social dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e ensino superior: dimensão meso de análise.....	66
2.1. A comunidade científica: controlo social informal	72
2.2. Estruturas organizacionais: controlo social formal	92
3. As políticas científicas e de ensino superior na Europa: dimensão macro de análise	120
3.1. Considerações gerais sobre a Ciência	122
3.2. Exigências atuais sobre a investigação científica e o ensino superior	138
4. Síntese da revisão de literatura	163
Parte B: trabalhos empíricos.....	167
1. Desenho de investigação	168
1.1. Descrição do desenho de investigação	168
1.2. Considerações gerais sobre os métodos de investigação em Criminologia	171
1.3. Questões de fiabilidade, validade e outras	176
1.4. Considerações finais.....	194
2. Perceções e atitudes dos académicos sobre comportamentos e práticas problemáticas: dimensão micro de análise	197
2.1. Metodologia de investigação.....	197
2.2. Resultados da investigação.....	227
2.3. Discussão dos resultados.....	344
3. Controlo social dos comportamentos e práticas problemáticas: dimensão meso de análise	348
3.1. Metodologia de investigação.....	349
3.2. Resultados da investigação.....	369

3.3. Discussão dos Resultados.....	422
4. Políticas científicas na Europa: dimensão macro de análise	433
4.1. Metodologia de investigação.....	436
4.2. Resultados da investigação.....	442
4.3. Discussão dos resultados.....	449
Conclusões.....	453
1. Síntese e discussão dos resultados obtidos	453
2. A utilidade da Criminologia para o tema e do tema para a Criminologia	478
3. Limites do estudo e linhas futuras de investigação.....	484
Referências bibliográficas	490
Anexos.....	504
Anexo 1: alguns casos mediáticos de <i>scientific misconduct</i>	505
Anexo 2: Despesa pública em IeD.....	512
Anexo 3: guião de entrevista – dimensão micro de análise.....	513
Anexo 4 : caracterização da amostra - dimensão micro de análise.....	521
Anexo 5: hierarquia e influência dos comportamentos problemáticos – dimensão micro de análise	524
Anexo 6: Definição de comportamentos problemáticos, OCDE.....	525
Anexo 7 – análise categorial – dimensão macro de análise.....	526

Índice de tabelas

Tabela 1: Top10 de comportamentos problemáticos. Fonte: Martinson et al., 2005, p. 737.	39
Tabela 2: problemas com o registo de averiguações de misconduct, in: Wilson, K., Schreier, A., Griffin, A., e Resnik, D. (2007), p. 64	111
Tabela 3: <i>continuum</i> de gravidade da research misconduct, in: Keränen, 2006, p.196....	112
Tabela 4: sanções possíveis para a <i>research misconduct</i>, in: Keränen, 2006, p.200	114
Tabela 5: conteúdo dos códigos e declarações de ética, in: (Iverson <i>et al.</i>, 2003), p. 154..	116
Tabela 6: síntese de algumas orientações epistemológicas	135
Tabela 7: caracterização da amostra: área científica e posição na carreira	218
Tabela 8: caracterização da amostra: género e posição na carreira	219
Tabela 9: tipos e frequência de situações de práticas autorais problemáticas.....	238
Tabela 10: tipos práticas autorais problemáticas e posição na carreira	248
Tabela 11: tipos de práticas autorais problemáticas e área científica.....	249
Tabela 12: tipo e frequência de procedimentos metodológicos problemáticos.....	251
Tabela 13: tipo de procedimentos metodológicos problemáticos e posição na carreira ...	260
Tabela 14: tipo de procedimentos metodológicos problemáticos e área científica.....	260
Tabela 15: tipo e frequência de relações problemáticas de poder interno.....	263
Tabela 16: tipos de relações problemáticas de poder interno e área científica.....	271
Tabela 17: tipo de relações problemáticas de poder interno e posição na carreira	274
Tabela 18: tipo e frequência de relações problemáticas com poderes externos.....	276
Tabela 19: tipo de relações problemáticas com poder público e posição na carreira	277
Tabela 20: tipo de relações problemáticas com poder privado e posição na carreira	277
Tabela 21: tipo de relações problemáticas com poder público e área científica.....	278
Tabela 22: tipo de relações problemáticas com poder privado e área científica.....	278
Tabela 23: síntese dos comportamentos e práticas problemáticos percecionados pelos entrevistados	310
Tabela 24: estratégias de adaptação e área científica	337
Tabela 25: estratégias de adaptação e posição na carreira.....	337
Tabela 26: caracterização dos documentos analisados.....	362
Tabela 27: cronologia dos documentos analisados.....	365
Tabela 28: comportamentos e práticas problemáticas encontradas nos documentos analisados.....	376
Tabela 29: síntese do resultado da análise documental	405
Tabela 30: caracterização da amostra para a dimensão macro de análise.....	438
Tabela 31: categorias de análise e respetivos indicadores	440

Índice de figuras

Figura 1: As três dimensões de análise (micro, meso, macro).....	5
Figura 2: research ethics vs. research integrity, in Steneck, 2006, p. 56	17
Figura 3: retrações entre 1977-2011. Fonte: (Fang <i>et al.</i> , 2013), p. 2.....	28
Figura 4: Possíveis causas de research misconduct, in: Davis (2003), p. 192.....	57
Figura 5: classificação países europeus quanto à integridade científica, in: (Godecharle <i>et al.</i> , 2013)	104
Figura 6: dotação orçamental na investigação científica.....	151
Figura 7: as três dimensões de análise (micro, meso, macro).....	170
Figura 8: representação das interações entre objetivos.....	318
Figura 9: as três dimensões de análise (micro, meso, macro).....	346
Figura 10: Heterorregulação vs. Autorregulação	407
Figura 11: Taxas de sucesso nas candidaturas ao FP7	426
Figura 12: Mapa das taxas de sucesso nas candidaturas ao FP27.....	426
Figura 13: as três dimensões de análise (micro, meso, macro).....	431
Figura 14: distribuição dos indicadores por categoria - total	443
Figura 15: distribuição das categorias por documento.....	444
Figura 16: frequência dos indicadores da categoria INTEGRIDADE.....	445
Figura 17: frequência dos indicadores da categoria RECURSOS.....	446
Figura 18: frequência dos indicadores da categoria MERCADO	448
Figura 19: frequência dos indicadores da categoria VALORES	449
Figura 20: as três dimensões de análise (micro, meso, macro).....	451

Lista de abreviaturas

ALLEA: All European Academies

CE: Comissão Europeia

CNRS: Centre National de la Recherche Scientifique

CoI: conflitos de interesses

ERA: European Research Area

ERC: European Research Council

ESF: European Science Foundation

EUA: Estados Unidos da América

FFP: falsificação, fabricação (de dados) e plágio

IAP: International Academy Panel

IES: Instituições de Ensino Superior e de Investigação

ICSU : International Council of Scientific Unions

IES: Instituições de ensino superior

NIH: National Institute of Health

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONU: Organização das Nações Unidas

ORI: Office of Research Integrity

PVD: Países em vias de desenvolvimento

QRP: Questionable Research Practices

RCR: Responsible Conduct of Research

RI: Research Integrity

RU: Reino Unido

UE: União Europeia

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WCRI: World Conference on Research Integrity

Introdução

O presente trabalho de investigação debruça-se sobre os comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior, na Europa. A indagação em torno deste tópico desenvolve-se em três níveis (micro, meso e macro), através do uso de metodologias qualitativas (primordialmente) e quantitativas.

O nível micro será obtido através da realização de vinte e sete entrevistas a diversos académicos de diferentes áreas científicas e em várias instituições de ensino superior e de investigação europeias que, por facilidade, passaremos a identificar pela sigla IES. Neste nível procurar-se-á indagar das perceções dos entrevistados sobre os comportamentos e práticas considerados problemáticos, sua frequência, características, processos, gravidade, causas e consequências atribuídas, especialmente ao nível do seu controlo social. Através de um guião de entrevista semiestruturada criado para o efeito colocar-se-ão questões acerca dos comportamentos e práticas que os entrevistados consideram problemáticas, ao nível da investigação científica e da docência no ensino superior. Neste nível, o objeto prende-se com a determinação das situações e comportamentos considerados como problemáticos na investigação científica e no ensino superior, eventualmente fraudulentos, especificamente com a tentativa de organização de uma tipologia dos comportamentos que os entrevistados percecionam suceder, como se processam, que causas estão na sua base e quais as consequências percebidas. Neste ponto em concreto, indagar-se-á acerca do funcionamento dos mecanismos de controlo (regulação, deteção e sanção) em vigor que sejam do conhecimento dos entrevistados. Tal permitirá ainda aceder à interpretação dada pelos entrevistados aos constrangimentos organizacionais e que podem influenciar a maior ou menor problematização daquelas práticas e comportamentos. No conjunto de práticas e comportamentos considerados problemáticos se farão incluir a fabricação e falsificação de dados, o plágio, os conflitos de interesses (CoI), os envios em sistema de avaliação, entre outras. Os dados assim obtidos serão alvo de uma análise enraizada ou *grounded*.

O nível meso realizar-se-á através da análise qualitativa de um *corpus* composto por 13 documentos oficiais de regulação da atividade científica, produzidos por instituições supranacionais: a European Science Foundation (ESF), a Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Comissão Europeia da União Europeia (UE). Estes, desde 2000, procuram problematizar e regular os comportamentos e práticas de investigação científica consideradas problemáticas, mormente por atentarem contra a chamada integridade científica ou eventualmente contra questões de ética na investigação. Neste ponto, pretende-se descrever e perceber os mecanismos de controlo social emergentes ao nível europeu: que atores encontram legitimidade para os desenhar, definições existentes, regras implementadas, procedimentos em vigor para a deteção e averiguação dos comportamentos e práticas problemáticas, sanções aplicáveis e critérios para a sua aplicação, bem como as justificações avançadas para a sua problematização. Considerando que existem vários atores coletivos, entre decisores políticos, entidades financiadoras e o núcleo duro da comunidade científica (IES e investigadores), iremos averiguar da distribuição de papéis no desenho do sistema de regulação, lacunas e omissões e interesses a proteger pelo sistema regulatório nascente. Tal como no nível anterior, a análise dos dados obtidos será realizada por via da chamada *Grounded Approach*. A integração entre esta e a dimensão nível micro de análise será feita de modo a se obter uma visão ampla e compreensiva do fenómeno sob análise.

O nível macro pretende olhar para as políticas públicas científicas ao nível europeu, tentado confirmar os resultados obtidos nas dimensões micro e meso de análise. Deste modo se procurará também descrever o modo pelo qual os comportamentos e práticas consideradas problemáticas são encarados ao nível das políticas científicas europeias, mormente por via da constituição da designada European Research Area (ERA), e como são desenhadas as intervenções supranacionais quanto ao que é pretendido da atividade científica e do ensino superior na Europa atual e o papel da integridade científica nesse desenho. Para tal, será realizada uma análise quantitativa a um *corpus* composto por quatro documentos emanados do Conselho da Europa e que têm como função orientar o papel da investigação científica e a criação da chamada “sociedade do conhecimento” na Europa. A dimensão macro de análise será prosseguida já não de forma enraizada e indutiva, como as dimensões prévias, mas agora através de uma abordagem hipotético-dedutiva e através de uma análise de conteúdo quantitativa dos mencionados documentos.

Efetivamente, parte-se do pressuposto que as três dimensões de análise são complementares de modo a permitir uma visão integrada do fenómeno. Limitar à

dimensão micro de análise conduziria a ter uma imagem das percepções dos indivíduos sem considerar de que modo as ações, expectativas e percepções individuais são formadas e cinzeladas pela ação dos atores coletivos que dirigem o empreendimento científico, especialmente as IES, a comunidade científica europeia e as políticas europeias sobre a ciência. Partimos, portanto, do pressuposto de que os indivíduos agem e são agidos sobre e pelas estruturas mais amplas que habitam enquanto profissionais. Reagem às regras, às orientações e exigências, ao sistema de recompensas e ao modo como estas moldam as suas percepções do mundo ou, ao menos, da sua atividade profissional.

Por outro lado, limitar a presente análise à dimensão meso de análise, ao questionamento do sistema de controlo social supranacional emergente na Europa arriscaria obter-se uma imagem da ‘law in books’ e não da ‘law in action’. Os sistemas de controlo do comportamento humano são complexos e dependem dos atores envolvidos, da sua aceitação das regras e partilha de expectativas em comunidade. A maior ou menor eficácia da regulação pode depender não apenas dos recursos materiais disponibilizados para o seu desenho e implementação, mas também do modo como os atores aos quais se aplicam os recebem e aceitam, ou a eles resistem. Além do mais, importa perceber se e de que modo o sistema de controlo da ciência até aqui em vigor, baseado na autorregulação e no controlo dos pares, se alterou (ou não) nos últimos anos em função de um aparente aumento dos casos de fraude científica anunciados, mas também de um recente conjunto de exigências em torno do processo científico e respetivo atores.

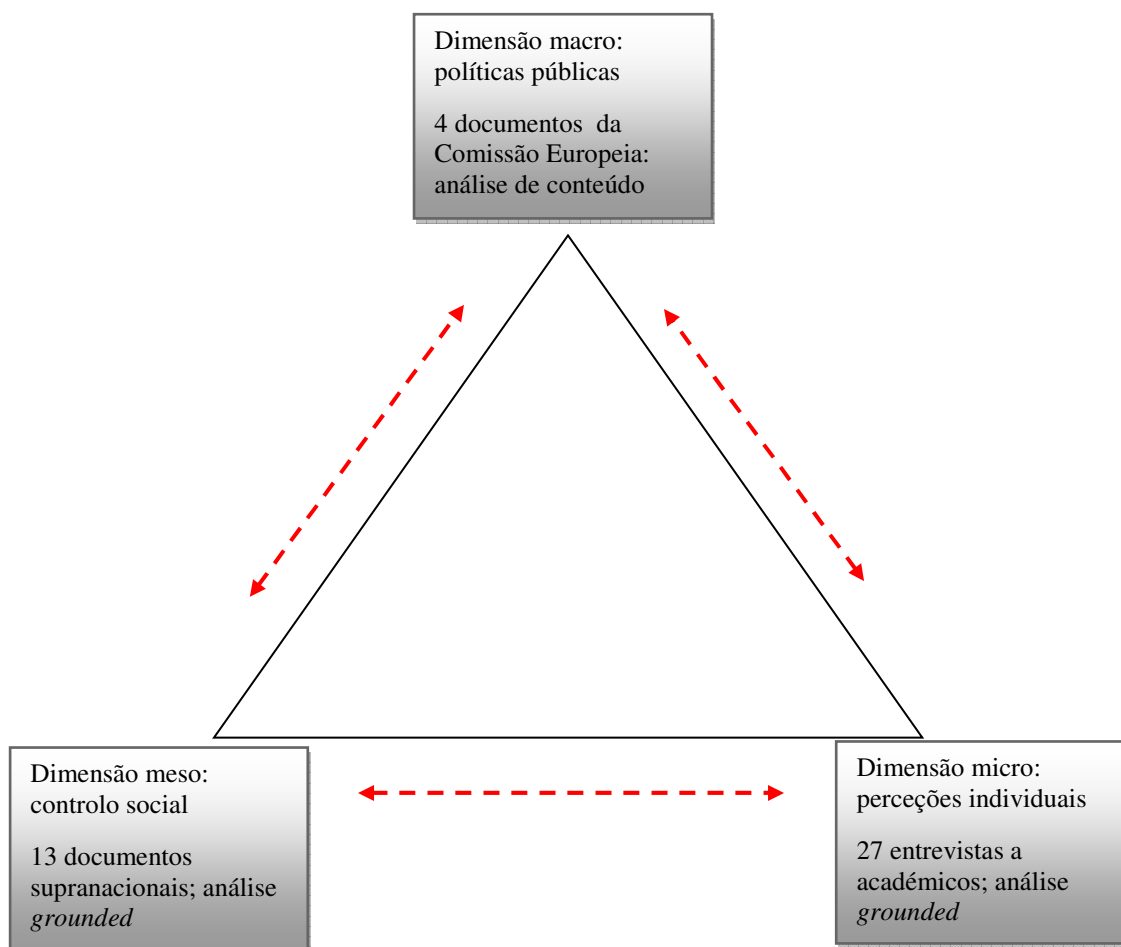
O que remete para a dimensão macro de análise: importa indagar acerca do papel da ciência na sociedade europeia atual, de que modo as políticas públicas sobre a ciência, cada vez mais ampliadas à sua dimensão europeia, vão impor modelos de comportamento à comunidade científica e aos indivíduos, conduzindo-os ou afastando-os de comportamentos e práticas problemáticas. Como se desenha a ciência e o ensino superior atualmente, na Europa? Que lugar tem aí a preservação da integridade científica e dos académicos e o controlo dos comportamentos e práticas problemáticas? De que modo a proteção da integridade e o controlo dos comportamentos e práticas problemáticas permite atingir a tão proclamada “sociedade do conhecimento”? Será que a este nível se faz eco das preocupações e problematizações encontrados nas dimensões de análise precedentes? Esta dimensão permitirá confirmar, eventualmente, as palavras

dos entrevistados quanto ao lugar das suas atividades profissionais nas sociedades atuais e de que modo a percepção dos comportamentos e práticas consideradas problemáticas se deve a tal estado de coisas. Por outro lado, permitirá verificar se os sistemas de controlo emergentes se integram ou são coerentes com as políticas públicas europeias sobre a ciência. Pretende-se, portanto, perceber até que ponto o sistema é coerente e os seus vários elementos se articulam para constituir uma imagem e práticas consistentes.

Deste modo, cada uma das dimensões adicionará uma faceta mais de complexidade e profundidade às precedentes, ao mesmo tempo que permite a triangulação metodológica e a confirmação ou infirmação das interpretações obtidas pelos níveis prévios. Ao longo da presente investigação iremos, ainda, procurar perceber quais as características que se refletem na interação entre as três dimensões de análise descritas, pretendendo-se, deste modo, auxiliar na compreensão da maior ou menor problematização de comportamentos e práticas na investigação científica e no ensino superior.

Tal pode ser ilustrado através da seguinte imagem.

Figura 1: As três dimensões de análise (micro, meso, macro)



A presente investigação pretende ainda sublinhar a importância da Criminologia para o estudo dos comportamentos e práticas consideradas problemáticas na investigação científica e no ensino superior, na Europa, dos respetivos sistemas de controlo em vigor e na relação com as políticas públicas científicas mais amplas.

De que modo pode a Criminologia auxiliar no estudo de um fenómeno que tem sido tratado por outras áreas tão variadas, como a medicina, a psicologia social, a sociologia ou a física, e como reação a escândalos específicos nas respetivas áreas? Que modelos teóricos, instrumentos conceptuais e técnicas de recolha e análise de dados usualmente usados pela Criminologia podem ser aplicados ao presente objeto de estudo? Que avanços sobre o tema são expectáveis através de um enquadramento criminológico, acostumado como está ao estudo do fenómeno criminal e desviante? Será que estes comportamentos e práticas devem ser considerados verdadeiros crimes, fazendo-os cair no âmbito específico da Criminologia? Não apenas devemos refletir acerca da importância da Criminologia para o estudo do tópico do presente trabalho, como devemos indagar da relevância desse tópico para o desenvolvimento da Criminologia. Em que medida o presente estudo permitirá o avanço desta disciplina? O que podemos carrear de original, através do presente trabalho, para o corpo teórico e empírico da Criminologia? Os comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior colocam desafios à Criminologia e, se sim, quais? Poderão mesmo exigir uma reconfiguração do campo criminológico, fazendo-o avançar?

Assim sendo, o presente trabalho desenvolve-se seguindo a estrutura que agora se apresenta.

A Parte A irá realizar a revisão de literatura, dando conta do estado da arte acerca do que se sabe sobre o objeto de estudo: que definições têm sido propostas para a sua determinação, que tipo de estudos realizados, o que se sabe sobre a sua frequência, incidência, processos, causas e consequências, bem como sobre os mecanismos de controlo existentes e as políticas públicas europeias. A literatura existente é coerente nas suas abordagens, definições, tipologias ou explicações? O que falta saber? Que métodos têm sido privilegiados e que áreas científicas se têm debruçado sobre o presente objeto. Quais os trabalhos de Criminologia que podem já ser encontrados sobre o tema e o que nos dizem sobre o mesmo?

De seguida, a Parte B irá dar conta dos estudos empíricos realizados. Usamos aqui o plural em virtude de existirem, como foi dito, três dimensões de análise. Para cada uma delas será apresentada a respetiva metodologia usada (fontes, amostra, tipo de análise), os resultados da análise conduzida quer ao nível descritivo, quer depois na procura das categorias nucleares e na tentativa de fundar uma teoria nos dados empíricos, como ensina a *Grounded Approach* – no caso das dimensões micro e meso que lançam mão das metodologias qualitativas. No caso específico da dimensão macro, ir-se-á procurar testar, confirmando ou infirmando, hipóteses emprestadas pelas análises precedentes através da análise de conteúdo levada a cabo para o efeito.

As conclusões sistematizarão os resultados encontrados aquando das análises, apresentando-se ainda pistas para averiguação futura e frisando, uma vez mais, a relevância do tema para a Criminologia, bem como a relevância da Criminologia para o estudo do tema.

Resta, finalmente, adiantar já algumas precisões conceptuais. Como ficou dito, iremos analisar as práticas e comportamentos problemáticos na investigação científica e no ensino superior. Ao considerarmos a noção de problematização colocamo-nos, como iremos ver mais adiante, a par das conclusões das orientações mais críticas e interacionistas da Criminologia segundo as quais o crime ou o desvio não têm ontologia em si mas antes são comportamentos e práticas às quais é atribuída uma valoração e eventual reação social negativa. Razão pela qual se torna necessário aceder às valorações dos indivíduos face a esses comportamentos e práticas, bem como à gravidade atribuída aos mesmos e os mecanismos de controlo social usados (ou não) e postos (ou não) em funcionamento para sua regulação, deteção e sanção. Poderá, no entanto, suceder, especialmente na revisão da literatura, que se usem expressões como “comportamentos desviantes ou fraudulentos” mas que, aí, devem ser entendidos como correspondendo especificamente à terminologia usada pelo(s) autor(es) ou trabalho(s) revisto(s).

Mais usaremos expressões como “académicos” para designar cientistas, docentes, investigadores, *scholars* ou outros que realizem a sua atividade profissional principal em torno do ensino de nível superior e a investigação científica. Exceto quanto devidamente mencionado, aquela designação geral será usada para identificar os profissionais no específico âmbito das suas funções e competências profissionais nas IES. Aqui se incluirão os alunos de doutoramento por considerarmos que podem já

realizar aquelas tarefas típicas de investigação e docência, podendo considerar-se que se encontram na porta de entrada de uma eventual carreira académica.

Por outro lado, como será revelado no momento indicado, a expressão geral IES será usada para designar as organizações onde se desenvolve o ensino superior e a investigação científica, de cariz público e não empresarial. Na verdade, não releva para o presente trabalho apresentar as especificidades ou as idiosincrasias entre os diferentes modelos de ensino superior e de investigação científica na Europa, nos EUA ou noutros países que possam ser mencionados a par e passo, especificamente no momento da revisão de literatura.

Parte A: revisão de literatura

1. Comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior: a dimensão micro de análise

Na presente secção iremos procurar entender que comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior têm sido identificadas e tratadas pela literatura científica até ao momento. Iremos, portanto, na secção 1.1., dar conta das definições amplas e restritas encontradas na literatura analisada, especialmente no confronto entre o que é considerado o núcleo duro da *scientific misconduct*, as chamadas FFP (fabricação, falsificação e plágio) e as QRP (*questionable research practices* ou práticas de investigação questionáveis). A secção 1.2. procurará criar coerência na multiplicidade de estudos e definições encontradas, através da criação de uma tipologia de comportamentos que, como veremos, alimentará depois a secção empírica, especialmente nas dimensões micro e meso de análise. Nesta secção daremos conta não apenas das tradicionais FFP mas iremos olhar com mais cuidado para as áreas nebulosas ou cinzentas, incluindo as QRP, nomeadamente através do resultado de estudos empíricos produzidos sobre o fenómeno. A secção 1.3. dará especial destaque aos estudos criminológicos sobre o tópico de investigação de modo a indagar da relevância dada por esta disciplina até ao momento. Poderemos ali concluir pela marcada ausência de estudos sistemáticos em torno do tópico da *scientific misconduct*, ainda que, progressivamente, este venha a ser cada vez mais alvo de indagação e preocupação pela Criminologia.

1.1. Definições estritas e definições amplas dos comportamentos e práticas problemáticas

Nesta secção iremos rever a literatura encontrada e considerada relevante para o contacto com o tópico de investigação. Iremos, num primeiro momento, apresentar as definições encontradas daquilo que a literatura (maioritariamente anglo-saxónica) apelida de *misconduct* cujo núcleo duro usualmente se faz em torno da tríade falsificação, fabricação e plágio (FFP). No entanto, alguns autores entendem ser melhor abrir o campo de problematização para introduzir na análise e reflexão outras práticas consideradas censuráveis, especificamente o que designam ser as QRP. Estamos, portanto, perante definições estritas e latas de *misconduct*.

A presente revisão de literatura permitirá deste modo construir, ainda que apenas através de conceitos sensíveis (Blumer cit. in Deslauriers e Kérisit, 2012), linhas orientadoras para a recolha de dados qualitativos (Parte B). No entanto, como se verá no momento adequado, as metodologias qualitativas tendem a aceitar a revisão de literatura ao longo de todo o processo de investigação e não apenas na fase inicial de colocação de hipóteses. Nesse sentido, a revisão de literatura apresentada neste primeiro capítulo poderá ser complementada já na Parte B, a par e passo da análise empírica conduzida, quando tal se mostre relevante.

A falta de atenção sistemática, e não apenas por parte da Criminologia, pode ser confirmada em virtude da relativa novidade do tópico de investigação de que nos ocupamos. Note-se que a problematização em torno de comportamentos e práticas na investigação científica e no ensino superior se tem desenvolvido nos últimos 20 anos, especialmente pelas áreas afetadas por escândalos públicos e mediáticos de *misconduct*, especialmente nas áreas biomédicas e das ciências exatas em geral.

Até ao final do século XX, pouca ou nenhuma atenção era dispensada ao tema. Num exercício exploratório desta hipótese, realizamos uma breve análise usando os motores de busca de duas das revistas científicas internacionais mais prestigiadas e mais antigas, a *Nature* e a *Science*, ambas de cariz anglo-saxónico. Esta sucinta análise permitiu-nos constatar que efetivamente a maior parte dos artigos ali publicados (até Agosto de 2014) sobre *misconduct* surgem na última década do séc. XX.

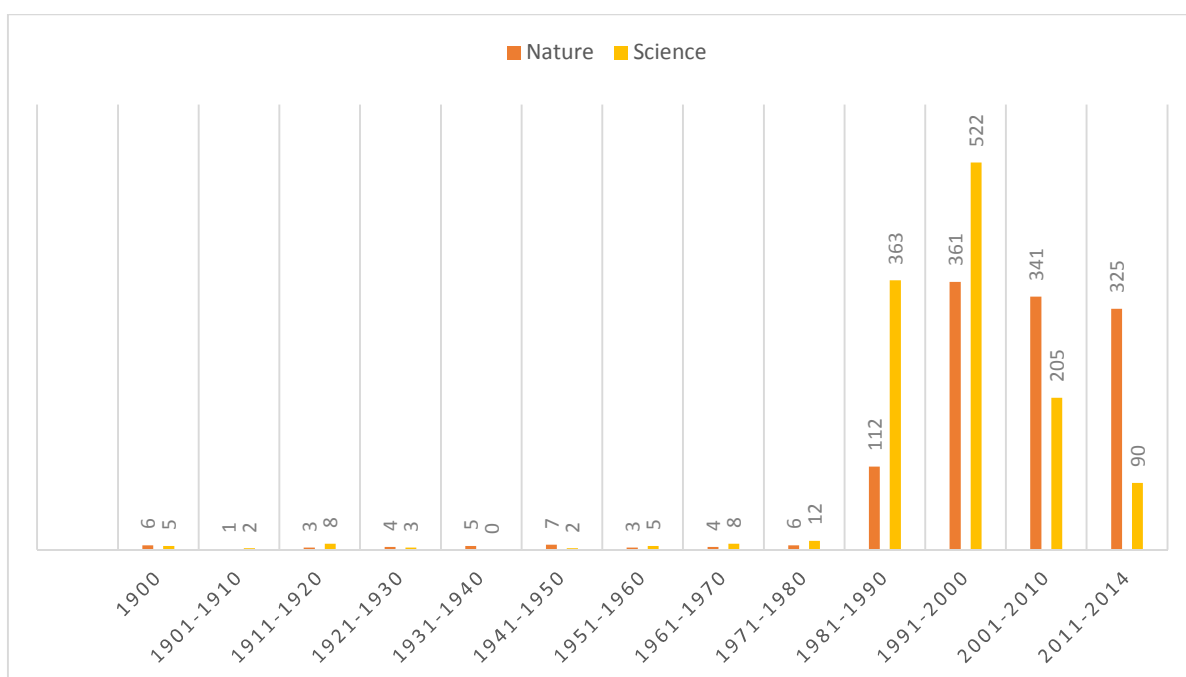
A revista *Science* (<http://www.sciencemag.org/>) foi fundada em 1880 e tem mais de um milhão de leitores, com cerca de 40% dos seus autores a provirem de fora dos Estados Unidos da América. A pesquisa usando a palavra-chave *misconduct* nos artigos publicados até Agosto de 2014 recuperou 1225 artigos. O primeiro está datado de 16 Julho 1886 e a última referência recuperada é de 22 de Agosto 2014. Nesta revista científica, por exemplo, desde o seu início e até 1990, os artigos contendo a expressão *misconduct* somam 45 referências para, na década seguinte, entre 1991 e 2000, explodirem para 363.

A revista *Nature* (<http://www.nature.com/>) foi fundada em 1869, é considerada uma revista científica líder, com publicações semanais e vários tipos de formatos. A pesquisa usando a palavra-chave *misconduct* nos artigos publicados até Agosto de 2014 recuperou 1178 artigos. A referência mais antiga encontrada através da pesquisa data de

17 de Agosto de 1871 e a última data de 20 de Agosto de 2014. A mesma tendência, de explosão dos artigos sobre *misconduct*, é também encontrada nesta revista científica, sendo que o máximo de referências se concentra na década entre 1991 e 2000.

A Figura 2, abaixo apresentada, ajuda-nos a visualizar melhor esta evolução fortemente marcada com o aproximar do século XX. No Anexo 1 podem também ser encontradas breves descrições de alguns dos casos mediáticos de fraude científica – estes serão referenciados ao longo da presente revisão de literatura.

Figura 2: artigos das revistas *Nature* e *Science* contendo a expressão *misconduct*



O aumento das referências a situações de *misconduct* científica poderá ficar a dever-se não apenas a alguns casos de fraude que se tornaram públicos, tais como sucedeu em 2000, com o chamado caso Poehlman, ou em 2002 como caso Schön (ver Anexo 1). Simultaneamente, foi também em 2000 que, nos EUA, o *Office of Science and Technology Policy* da Casa Branca, definiu uma política federal unificada sobre *misconduct* (Keränen, 2006), afastando imprecisões de definição e procedimentos ao menos naquele país. Até lá, diferentes organismos nos EUA apresentavam variadas definições, situação censurada por muitos – no entanto, para alguns autores, mais

relevante seria perceber não tanto a unanimidade na definição mas a unanimidade no uso dos procedimentos e políticas de integridade (Steneck, 1999).

As definições encontradas na literatura vêm ajudar-nos a direcionar o olhar para os comportamentos ou práticas mais problematizadas pela comunidade científica e pelas instituições de investigação e ensino superior. Veremos que as definições de *misconduct* podem ser entendidas em sentido estrito, incluindo a tríade FFP (falsificação, fabricação de dados e plágio), ou em sentido mais lato (ver também Hackett, 1994). Usualmente, as definições estritas são as comumente usadas pelas instâncias de controlo ou regulação, mas muita da literatura revista chama a atenção para a necessidade de se abrir o escopo e olhar para outros desvios às regras (mais ou menos) essenciais da ciência, as chamadas QRP.

Garfield (1987) entende, para além do mais, que o facto de existirem definições divergentes sobre o que é ou não comportamento desviante na ciência dificulta a criação de consenso em torno dos casos particulares de fraude, podendo haver acusações mesmo quando os investigadores incorrem em meros erros técnicos mas sem falsificar ou forjar qualquer dado. Também Reich (2009) menciona que as falsas acusações parecem ser altamente criticáveis pela comunidade científica e o padrão de comportamento seguido é do seu evitamento e, em compensação, a existência de padrões de trabalho e crítica baseados na confiança entre pares.

Lee (2011), na sua revisão de literatura, regista também esta dualidade de aproximações: por um lado a literatura e as regras que se debruçam unicamente sobre a tríade FFP; por outro, aqueles autores e regulamentos que abrem o escopo de análise para incluir também as chamadas (QRP) ou o designado “research misbehavior”. A razão para tal dualidade parece compreender-se no argumento esgrimido por Steneck (1994, cit. in Lee, 2011, p. 69) segundo o qual, ao menos nos EUA e desde 1980, os jogos de poder entre as definições dos académicos e as definições preferidas pelas instituições governamentais de supervisão e controlo abarcariam estas duas posições: *“academic professionals value their autonomy and academic freedom. However, (...) they had no choice but to accept supervision and regulation from a third party such as federal government agencies (...) they tried to limit the level of regulation to be as low as possible. If they allowed the open-ended phrases, it may lead to additional regulations of government in the future”* (Lee, 2011, p. 69).

Definições estritas

Hansen e Hansen (1995) entendem que deve haver uma clara distinção entre o que consideram ser os comportamentos fraudulentos e os restantes comportamentos que, podendo ser desvios às regras da ciência, não têm a gravidade suficiente para ser alvo de averiguação e sanção por parte de entidades científicas federais (nos EUA) – aqueles seriam equiparados a *felonies* e estes a *misdemeanors*.

Claxton (2007) refere que são práticas fraudulentas as práticas enganosas pelas quais um autor, de forma premeditada, procura enganar terceiros. Trata-se, portanto, de uma deturpação deliberada promovida por alguém que conhece a verdade e envolve algum tipo de comportamento desonesto e não ético – mas excluem-se desta definição as interpretações contraditórias ou erradas, erros, más práticas profissionais fracas ou negligência. De acordo com o autor, as práticas propriamente fraudulentas são as mais graves para a ciência e as mais difíceis de detetar.

Efetivamente, as instituições públicas nos EUA têm partido da definição avançada pelo *Public Health Service*: “*fabrication, falsification or plagiarism [FFP] in proposing, performing or reviewing research, or in reporting research results*” que vários autores criticam (Redman e Merz, 2005) mas outros aceitam claramente por entenderem decorrer especificamente do processo científico e porque uma definição mais ampla nunca permitiria dar conta de todos os detalhes e pormenores do método científico (Koppelman-White, 2006). Diz esta última autora que o afastamento das QRP (que incluem *trimming, cooking e fudging*, ou seja, enfiamentos das interpretações e mensagens dos dados) da regulação federal dos EUA permitiu que a regra sobre a proibição de FFP cumprisse três grandes objetivos: é compatível com os *standards* da comunidade científica acerca do que é justo (*fairness*), tem efeito dissuasor e é de fácil aplicação, logo, é eficaz (Koppelman-White, 2006, p. 231). Ainda no mesmo sentido, aceita o afastamento de “Other Serious Deviations” pois a aceitação desta cláusula geral conduziria a uma interferência política muito ampla sobre o processo de investigação: “*this gives government agencies great control over the scientific process and the scientists who engage in it. A more minimal culpability standard (in this case limiting research misconduct to FFP) significantly limits this control*” (Koppelman-White, 2006, p. 233).

Goodstein (2010), a propósito das controvérsias de definição verificadas nos últimos anos nos EUA, define *research misconduct* como fabricação, falsificação ou plágio aquando da proposta, realização ou revisão de investigação, bem como no momento de divulgação dos resultados de investigação. Existirá *misconduct* quando se verifique um desvio significativo às práticas comumente aceites pela comunidade científica para manutenção da integridade da investigação, de forma intencional ou com claro desprezo pelas boas-práticas aceites (Goodstein, 2010, p. 136).

No geral, portanto, os autores que circunscrevem a problematização ao núcleo FFP da *misconduct* fazem também incluir elementos como a intenção do autor de enganar ou defraudar. Note-se, no entanto, que estes posicionamentos mais estritos quanto ao que integra a *misconduct* parecem surgir como reação e receio de um excesso de ingerência dos mecanismos nacionais de controlo sobre a atividade científica, ao menos nos EUA.

Definições latas

Kakuk (2009) classifica como amplas as definições oferecidas quer na Noruega, quer no Reino Unido. Ali são *misconduct* “*all serious deviation from accepted ethical research practice in proposing, performing, and reporting research*”; aqui, desde 2000, faz-se saber todo “*behavior by a researcher, intentional or not, that falls short of good ethical and scientific standards*” (Kakuk, 2009, p. 556).

Barr (2006), editora do *Journal of Exposure Science and Environmental Epidemiology*, considera que a integridade científica não pode limitar-se ao evitamento da falsificação e do plágio, mas antes deve ser considerada de forma ampla. Os académicos devem tornar públicas potenciais fontes de eneusamento, como sucede com os conflitos de interesse (CoI), e assegurar a publicação de investigação de qualidade nas revistas científicas.

Jaffer e Cameron (2006) utilizam a definição do Comité de Ética Pública do Reino Unido, indicando que o elemento distintivo da *misconduct* é a intenção de pretender fazer com que terceiros aceitem como verdade aquilo que não o é. Pode, portanto, ser uma ação ou omissão e o autor (seja ele investigador, revisor ou pertença a qualquer outra categoria) tem a intenção de enganar outros. Os investigadores devem, segundo estes autores, ter uma responsabilidade acrescida na manutenção de registos atualizados

do seu trabalho. A lista de comportamentos problemáticos identificados pelos autores inclui: o plágio, a invenção de dados (*forging*), a seleção ou manipulação de dados (*cooking* e *trimming*), o mau uso de técnicas estatísticas complexas conducentes a resultados de investigação enganadores, técnicas de autoria irresponsável e a chamada publicação redundante.

Feigenbaum e Levy (1996) alegam que é necessário distinguir entre os comportamentos propriamente fraudulentos, de fabricação e falsificação de dados, e a chamada investigação enfiada. Esta pode ser replicada quando os cientistas partilham o mesmo tipo de preferências quanto aos resultados a obter; já a fraude é irreplicável em virtude da ausência de dados ou da sua secreta alteração. Para os autores, a investigação enfiada deve ser alvo de atenção ainda que seja mais difícil de detetar porque pode derivar de processos aparentemente rigorosos.

Entendem estes autores que a comunidade científica não se pode centrar apenas nos cientistas que deliberadamente pretendem enganar através da fraude, mas que há também que considerar que podem existir mecanismos de baixo custo e cada vez mais criativos pelos quais os cientistas impõem o desfecho que consideram ser o adequado à investigação: “[T]he scientific process offers an amazing variety of creative mechanisms (*‘production processes’*) by which one can achieve preferred research outcomes” (Feigenbaum e Levy, 1996, p. 264). Será necessário que os cientistas problematizem comportamentos como erros na recolha e interpretação de dados, incompetência, más práticas laboratoriais, seleção de dados, más práticas de autoria e publicações duplicadas. Sieber (2012) considera “*misconduct*” a tríade FFP desde que cometidas intencional e conscientemente, mas refere já como “*misbehavior*” práticas como o uso de metodologia desadequada, enfiamento nos resultados, abuso de poder sobre colegas ou colaboradores.

Martin (1992) entende que, publicamente, tem sido considerado fraude científica tudo quanto envolva a manipulação ou invenção de dados, bem como o plágio. No entanto, no seu entender, existe uma ampla gama de comportamentos duvidosos que não são problematizados pela comunidade científica dada a estrutura de poder na ciência e a distribuição de financiamento para a atividade científica nos EUA. No fundo, a fraude é o que os cientistas transmitem uns aos outros como sendo fraude e esta definição social é útil para os grupos de poder associados à ciência – neste contexto, os *standards* do comportamento científico são negociados em permanência. Já os comportamentos

‘potencialmente duvidosos’ podem cair no enviesamento (*bias*) e nas más práticas (*misrepresentation*), como sucede por exemplo com a citação de obras de autores hierarquicamente superiores, com a alegação de originalidade (mais pretendida do que real) dos projetos de investigação submetidos a bolsas, com a exploração de trabalho de terceiros (aluno, assistentes), com o abrilhantar dos *curricula vitae* dos investigadores ou com situações de CoI. O respeito pelos colegas hierarquicamente melhor posicionados, bem como por aqueles elementos que conseguem criar e manter relações de proximidade com entidades financiadoras ajudaria a perceber as causas destes comportamentos duvidosos que, ainda assim, não são criticados abertamente.

Steneck (2006) sustenta que entre as práticas FFP, por um lado, que incluem os piores comportamentos na investigação científica, e as práticas responsáveis de investigação (*responsible conduct of research* – RCR), por outro, existem as *questionable research practices* (QRP) que se encontram entre estes dois extremos. No entanto, os estudos mais recentes parecem confirmar que os comportamentos mais graves ocorrem em cerca de 1% das situações inquiridas (Steneck, 2006, p. 58).

Mais sugere, e este é um ponto relevante, que nas RCR se distingam a ética na investigação e a integridade na investigação, de modo a obter-se um esquema como o que se segue (figura 2).

Figura 2: *research ethics* vs. *research integrity*, in Steneck, 2006, p. 56

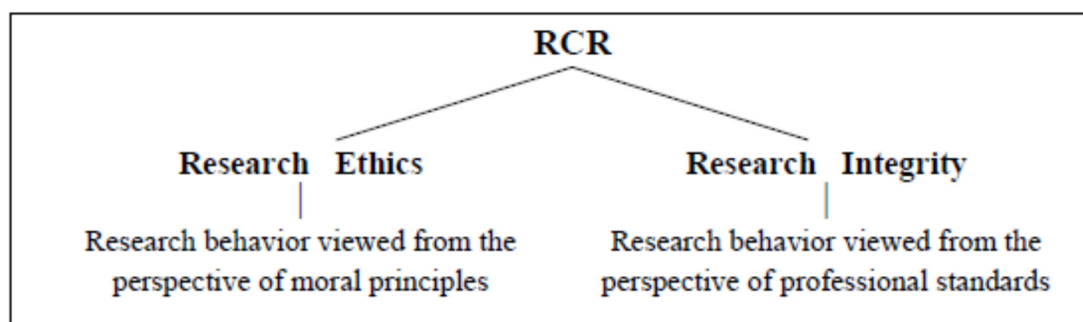


Fig. 2. Research ethics vs. research integrity

Diz o mesmo autor que considerar os *standards* profissionais permite averiguar mais eficazmente do uso adequado de dinheiros públicos na investigação e são, no fundo, um ponto de partida mais pragmático para averiguar dos comportamentos problemáticos na ciência.

Também John, Loewenstein e Prelec (2012) entendem que é necessário olhar para as QRP, ou zonas cinzentas, onde se incluem situações como excluir *data points* em face de critérios *post hoc*, não mencionar na publicação do estudo todas as medidas dependentes ou todas as condições da experiência ou reportar descobertas inesperadas como se fossem previstas de início, parar a recolha de dados mais cedo que o previsto por se ter encontrado o resultado pretendido, entre outras. Dizem os autores que “*QRP are the steroids of scientific competition, artificially enhancing performance and producing a kind of arms race in which researchers who strictly play by the rules are at a competitive disadvantage*” (John *et al.*, 2012, p. 524). Estas QRP podem conduzir a desperdícios na investigação, colocar em causa a credibilidade dos estudos e ameaçar a integridade na investigação.

1.2. Uma tipologia de comportamentos e práticas considerados *misconduct* ou problemáticos

Os estudos empíricos e sistemáticos nesta matéria são ainda raros. A fraude científica, ou a problematização de comportamentos dos académicos no curso da sua profissão não têm sido alvo de atenção sistemática (Bridgstock, 1982). Há 25 anos atrás, Garfield dizia que muita da literatura existente sobre o tema era de tipo informal ou anedótico (Garfield, 1987); vinte anos depois, Claxton (2007) insiste nesta mesma ideia. Desconhece-se o seu volume total, prevalência ou processos, o que conduz alguns autores a argumentar que a causa de tal desconhecimento reside na própria resistência das instituições em estabelecer procedimentos de recolha e tratamento deste tipo de informação (Kakuk, 2009). Steneck (2006), por outro lado, condena algumas falhas metodológicas de muitos dos trabalhos que procuraram medir o fenómeno: alguns por serem conservadores, tomando a *misconduct* como algo raro pois que apenas acedem aos dados oficiais, outros por realizarem estimativas onde não foi controlada a contabilização dupla de dados (por exemplo, quando dois investigadores reportam o mesmo evento) mas também por não ser certo que os inquiridos compreendem as perguntas ou definem do mesmo modo os fenómenos questionados. No entanto, à falta de investigação sistemática nos EUA no final do século XX (Steneck, 1999), ter-se-á feito algum esforço atual na procura de dados empíricos sustentáveis e rigorosos sobre o fenómeno (Steneck, 2006).

A literatura costuma concordar no facto de os casos mais sérios de fraude (nomeadamente a invenção ou falsificação de dados) serem ocorrências raras, ainda que sejam mais visíveis pelo efeito de escândalo com que usualmente surgem. Kakuk refere o estudo de Martinson, Anderson e De Vries, R., publicado na *Nature* em 2005, que concluiu que, para os cientistas, o verdadeiro problema não se prende com os comportamentos usualmente praticados sob a égide da definição restrita de *misconduct* mas antes que os problemas mais comuns se colocavam a quatro níveis: a interpretação dos dados, as regras da ciência, a colaboração com os colegas e as pressões para a produção científica. O resultado do estudo indica que “[T]he confessed modes of misbehavior (like minor misuse of funds, cutting corners in a hurry, inadequate record keeping etc.) ranged 10–50% in the sample population” (Kakuk, 2009, p. 557-8).

É certo que o estado de coisas foi mudando progressivamente. Existem atualmente estudos e reflexões várias em torno do fenómeno, mas, parece-nos, surgem ainda ou na restrita área da sociologia da ciência, ou, quando emanam de outras disciplinas científicas (criminologia, psicologia, física, ciências biomédicas, biologia), surgem normalmente na sequência de uma preocupação decorrente de um caso conhecido de fraude ou de plágio. Posto de outra forma, a maior parte dos escritos encontrados sobre o tema são reativos – reagem a preocupações da comunidade científica, ou de parte dela, após a ocorrência de um caso ou notícia que, de certo modo, abala a sensação de segurança e rotina das atividades científicas habituais.

No entanto, não deixamos de os ter em consideração. A reflexão dos académicos sobre o seu entorno não é considerada mero artigo de opinião. A reflexão é muitas vezes veiculada de forma epistemologicamente sustentada e, algumas das vezes, empiricamente fundada. A formação profissional dos académicos leva-os a pensar e a alertar para o tema de forma rigorosa: definindo, quantificando, descrevendo, publicando e submetendo à crítica dos pares. Por isso mesmo, a bibliografia encontrada tem todas as características de bibliografia científica e é um recurso imprescindível para dar conta dos tipos de comportamentos problematizados.

Mas há que reconhecer, principalmente quando fazemos uma comparação com outros objetos ditos tradicionais da Criminologia, que os estudos empíricos são ainda escassos. Exemplo disso encontramos os esforços de Broome, Pryor, Habermann, Pulley e Kincaid (2005) ao testarem a fiabilidade de um questionário, o *Scientific Misconduct*

Questionnaire-Revised (SMQ-R), para aplicação a amostras nacionais de coordenadores de investigação com experiência profissional. O objetivo é acicatar da utilidade do questionário na obtenção de informação sobre percepção da prevalência de diferentes tipos de *misconduct*. Reconhecem, no entanto, que os itens previstos devem ser complementados com medidas sobre o clima organizacional em que os académicos se movimentam. Na secção 1.3. daremos conta dos estudos da Criminologia sobre o tópico que aqui nos ocupa.

Finalmente, será necessário fazer uma nota acerca dos estudos sobre *misconduct* dos alunos. Percebemos já que este não se confunde com o objeto da presente dissertação, onde olhamos para os comportamentos problemáticos realizados pelos atores da comunidade científica, no seio das IES, e no âmbito específico da investigação e divulgação da ciência, ou seja, no âmbito e por causa da sua ocupação profissional. Mas existem numerosos estudos sobre o comportamento de “batota” ou “copianço” dos alunos nas instituições de ensino superior, bem como de plágio, entre os quais: Cabral-Cardoso, 2004; East, 2010; Hard, Conway e Moran, 2006; Martin, 2004; Price, 2002; Orosz, s.d; Scanlon, 2003; Teixeira e Rocha, 2009; Whitaker, 1993. Alguns destes estudos procuram entender quais as percepções, em paralelo, dos académicos e dos alunos sobre a frequência, tipo e gravidade da fraude dos próprios alunos. No entanto, no melhor do nosso conhecimento, não existem estudos que permitam entender (i) se alguma relação de continuidade, ou pelo contrário de rutura, existe entre a fraude do aluno e posterior fraude do mesmo sujeito já na veste de académico; ou (ii) se o ambiente organizacional influencia na mesma medida, ou de forma variável mas comparativamente, os comportamentos dos discentes e dos académicos. Orosz (s.d.) procura relacionar a fraude entre alunos com a desonestidade no local de trabalho, mas este local de trabalho é exterior à universidade, pelo que não releva para o presente trabalho.

No entanto, como já mencionado antes, consideraremos os estudos em torno dos comportamentos e práticas dos alunos de doutoramento pois, como assinalado, estes estão muitas vezes claramente envolvidos nas tarefas não apenas de investigação científica mas eventualmente de docência. Além do mais, podemos considerar que estão prestes a, potencialmente, entrar na carreira profissional académica propriamente dita, o que os distingue de outros alunos de 1º ou 2º Ciclo.

Justifica-se que, em termos metodológicos e de desenho de investigação, se faça um corte entre os comportamentos e percepções dos alunos, por um lado, e os comportamentos e percepções dos académicos, por outro. O futuro da maior parte dos alunos das instituições de ensino superior não passa pela construção de uma carreira académica. No entanto, a massificação do acesso ao ensino superior (Comissão Europeia, 2014), a crescente tendência para a formação ao longo da vida, o crescimento exponencial de indivíduos com doutoramento nas sociedades ocidentais modernas, as novas tendências para o intercâmbio de indivíduos entre IES e indústria em fases diferentes das suas vidas, tudo isto pode de alguma forma modificar a visão de corte ou limite entre discente e docente. Apesar disso, como mencionado, não foi encontrada literatura que coloque esta questão religando-a especificamente à questão da fraude ou dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior. Note-se que também não existem, no melhor do nosso conhecimento, estudos comparativos acerca do desvio nas IES cometidos por académicos, e desvios noutras organizações profissionais cometidos por outros profissionais ou trabalhadores.

Pelo exposto, iremos de seguida proceder à elaboração de uma taxinomia e caracterização dos comportamentos considerados problemáticos pela literatura científica, apoiada, quando possível, em dados e investigações empíricas. Não fazemos, para isso, distinção em relação ao campo científico de origem visto que o nosso objeto também não se prende a disciplina específica, nem se afasta liminarmente de nenhuma. Reconhecemos, no entanto, que uma tipologia destas pode ser limitadora no sentido em que diferentes comportamentos podem estar relacionados entre si, p. ex., a autoria fantasma e a manipulação de dados. Isso mesmo nos mostra alguma da investigação citada por (Steneck, 1999): um inquérito a uma amostra de alunos de doutoramento das biomédicas nos EUA revela que 15% admitiu fazer batota desde os primeiros anos na faculdade e que 15% admitiu ter fabricado, selecionado ou alterado dados para confirmar hipóteses ou aumentar possibilidade de publicação; 35% reportou já ter testemunhado colegas ou orientadores a realizar atos de *misconduct* (Kalichman e Fridman, 1992 cit. in Steneck, 1999, p. 172). Um outro trabalho mostra que 32% dos inquiridos percecionavam que os colegas atribuíam autoria indevidamente, 22% achavam que os colegas descartavam o uso de dados impróprios ou uma interpretação questionável dos dados, 43% entendiam que os colegas haviam usado recursos da

universidade para fins pessoais ou em tarefas externas (Swazey, 1993, cit. in Steneck, 1999, p. 172).

A tipologia aqui apresentada, e baseada na bibliografia revista, centra-se no tipo de tarefa científica ou de docência central e típica das atividades de investigação e de docência (atribuição de autoria, recolha e tratamento de dados, revisão dos pares, etc.) e o correspondente desvio ou infração. Não iremos por isso diferenciar em função da sua gravidade, frequência ou qualquer outra característica que não se prenda, portanto, com a tarefa profissional característica do académico.

Outras possibilidades de tipologia existem, eventualmente com mais mérito. Steneck (2006), na sua própria revisão de literatura distingue entre “*serious misconduct*” e as QRP. Dentro destas inclui:

- (i) a *misrepresentation* ou o afastamento às regras de honestidade e rigor na apresentação de dados, como sejam alterar a ordem dos autores, identificar como *in press* artigos que foram recusados para exagerar o CV, ou duplicação de publicações;
- (ii) *inaccuracy*, erros ou enganos eventualmente intencionais, como sejam citações incompletas ou erradas, incorrecta apresentação dos resultados ou conclusões nos *abstracts*, falta de informação sobre os métodos usados, entre outros comportamentos;
- (iii) *Bias* ou enviesamento, quando o investigador se afasta da objetividade supostamente exigível, mormente em função de considerações financeiras, no processo de publicação (em função do país de origem, afiliação, orientação da investigação ou estatuto do revisor e do autor), na interpretação dos dados, quando existe financiamento industrial (p. ex. na indústria farmacêutica) ou CoI.

A. *Desrespeito aos direitos autorais*

A definição de autoria, ao menos nas revistas científicas mais importantes, tem sido a seguinte: é autor quem tenha dado um contributo científico importante para um artigo e que partilha a responsabilidade pela veracidade dos resultados; todos os demais devem ser listados nos agradecimentos (Kakuk, 2009, p. 552). Desta forma se distingue entre

um autor e um colaborador, ou entre quem contribuiu efetivamente para o artigo e quem apenas forneceu ajuda adicional. A responsabilidade dos autores deverá passar pelo seu contributo em pelo menos uma das seguintes etapas: envolvimento na concepção ou desenho do projeto, desenho do estudo, análise e interpretação dos dados, escrita ou revisão do projeto (Kakuk, 2009).

Becher e Trowler (2001) entendem que a centralidade da publicação no processo de reconhecimento profissional do académico ajuda-nos a perceber a preocupação que existe na garantia dos direitos autorais e, portanto, “[P]owerfull taboos exist against plagiarism. Taking and using other people’s ideas without acknowledging them is regarded as no better than theft of a more material kind: it can lead to the ruin of not only one’s reputation but of one’s whole career” (Becher e Trowler, 2001, p. 77). Mesmo a repetição de estudos anteriores do próprio autor, nos quais o mesmo indivíduo repete o que já foi criado anteriormente sem que faça a isso referência mas antes afirmando a sua originalidade, é problematizado pelos pares – o chamado autoplágio. Quando, dizem os autores, se pedem emprestados os trabalhos ou expressões de terceiros há que pagar um imposto: a citação. Embora reconheçam que existem diferentes padrões de citação nas diferentes ciências (Becher e Trowler, 2001, pp. 114 e ss.).

Jaffer e Cameron referem não apenas o plágio mas outras técnicas do que apelidam ser formas de autoria irresponsável (Jaffer e Cameron, 2006, p. 123) e publicação redundante como comportamentos problemáticos na ciência. O plágio consiste na ausência de referência às ideias de terceiros, tenham ou não sido publicadas. A autoria irresponsável comporta um conjunto de situações criticáveis, desde logo a autoria honorária que atribui reconhecimento a alguém independentemente do mérito do seu contributo (ou falta dele) no artigo. A publicação redundante ocorre quando dois ou mais artigos de um mesmo autor partilham hipóteses, dados e conclusões, sem fazerem referência um ao outro. Os autores criticam também o designado *salami slicing*, que consiste na produção de vários trabalhos a partir da fragmentação ou estilhaçamento da mesma base de dados ou do mesmo estudo.

McHenry e Jureidini (2008) reportam um caso onde, por trás de práticas problemáticas de publicação, se escondem tentativas de manipulação de dados no ensaio clínico de um medicamento para tratar a depressão em adolescentes. Através da contratação de uma empresa dedicada ao *ghost-writing*, a empresa farmacêutica que realizou os estudos

iniciais pretendia frisar a importância do medicamento e garantir a fatia de mercado já obtida, apesar de o medicamento em concreto não revelar efeitos primários e secundários relevantes. Uma análise das várias versões *draft* do artigo escritas pela empresa de *ghost-writing*, submetido e aceite para publicação em revistas científicas de relevância na área, revelam uma alteração dos dados obtidos inicialmente pela empresa farmacêutica, alteração essa que sobre-reportava os efeitos primários do medicamento. Os autores dos *drafts* e do artigo científico publicado não coincidem com os cientistas que realizaram o ensaio clínico e escreveram o relatório intermediário que parece melhor ter apresentado os resultados sobre o medicamento: “*Our examination of the drafts of the article and their margin notes suggests that at least ten of the clinicians whose names appeared on the article made no recognizable contribution to the content of the article.*” (McHenry e Jureidini, 2008, p. 158). Além do mais, a empresa contratada para a escrita do artigo teve ainda contactos próximos com o gabinete de *marketing* da empresa farmacêutica a quem interessava a comercialização do medicamento e a aprovação pela *Food and Drug Administration*. Finalmente, a publicação do artigo, com dados alterados face aos resultados originais do ensaio clínico, foi submetida a uma revista de referência, com revisão pelos pares, que não foi capaz dar atenção suficiente às inconsistências que o artigo continha e que podiam ter feito suspeitar de algo.

Durante todo o tempo em que o artigo esteve em circulação, 226 artigos posteriores referiram-no: McHenry e Jureidini recuperaram 207 desses para análise concluindo que 153 apontavam para a eficácia e efeitos positivos do medicamento: “*False claims about the efficacy of paroxetine for adolescent depression were reproduced in 68 of these 153 articles (44%), with the reader being at risk of concluding that Study 329 was positive in another 54 articles (35%).*” (McHenry e Jureidini, 2008, p. 160). Concluem os autores que parece ser comum que os investigadores envolvidos em ensaios clínicos contratem escritores/autores da área da medicina para a produção de manuscritos, o que em si mesmo não é necessariamente problemático. No caso concreto sucederam uma série de trocas de papéis entre autores e editores do manuscrito. Mas mais problemático parece ser “*the influence of pharmaceutical marketing objectives and other corporate considerations on the preparation and publication of a “scientific” manuscript, so that any benefit from the use of a “medical writer” is outweighed by the significant health risks of allowing a manipulation of outcomes.*” (McHenry e Jureidini, 2008, p. 162). A

autoria fantasma do artigo leva a que desconhecidos tenham uma intervenção direta no conteúdo sem que os verdadeiros autores exerçam a possibilidade de introduzir correções ou alterações a eventuais manipulações de dados ou exagero de alegações sobre a eficácia do estudo. Esta autoria velada e o controlo industrial na produção de artigos, para fins de *marketing* e promoção, põe em causa a integridade na publicação da investigação, segundo os autores.

Tijdink, Verbeke e Smulders (2014), no seu inquérito a 325 cientistas holandeses, concluíram que 70% dos inquiridos admitiu ter, nos três anos anteriores, atribuído autoria a pessoas que não contribuíram para o estudo. Dos mesmos, 85% reportaram ter visto colegas fazer o mesmo. Cronin, Shaw e La Barre (2003) também referem a relativa normalidade de práticas como a autoria honorária, na qual alguém é listado como autor sem que tenha verdadeiramente contribuído para o trabalho, bem como a autoria fantasma.

B. *Desrespeito às regras metodológicas da investigação científica*

Para Jaffer e Cameron (2006), o *forging* (fabricação ou falsificação) é a invenção da totalidade ou parte dos dados reportados e a descrição de experimentações não realizadas. O *cooking* (manipulação ou massagem dos dados) consiste em manter, analisar e reportar apenas os dados (num conjunto mais amplo) que confirmam a hipótese pretendida. O *trimming* (seleção ou enfiamento) passa por suavizar os pontos irregulares dos dados de modo a se obter resultados mais bem delineados o que permite, por exemplo, aumentar as probabilidades de publicação em revistas científicas.

Analisando os dados fornecidos para os anos de 2001 e 2002 do *Office of Research Integrity* (ORI), instituição nacional de controlo dos comportamentos fraudulentos na investigação científica, nos EUA, Claxton (2005) diz-nos que houve 27 casos comprovados de fraude, dos quais 23 eram de falsificação e 20 de fabricação de dados, com apenas 4 casos de plágio. De todos estes, um total de 11 casos de *misconduct* surgiram em 27 artigos publicados, 8 candidaturas a bolsas, 4 relatórios de investigação e 2 teses. No entanto, desconfia-se que os números do ORI sejam conservadores: Lee (2011) cita o trabalho de Wells (2008), que mostra que 36% dos investigadores

principais questionados pelo ORI afirmaram não reportar comportamentos de *misconduct* que haviam testemunhado.

Ainda Claxton (2005) analisou três das revistas científicas disponíveis na PubMed, incluindo o *BMJ*, a *Science* e a *Nature*. De um total de 75,330 citações, Claxton concluiu que ~0.018% eram artigos fraudulentos e que a taxa de retração era de ~0.022. No final, estima que menos de 0.02% dos artigos publicados por ano naquela base de dados sejam fraudulentos.

Fanelli (2009) elaborou a primeira metanálise dos estudos baseados em inquéritos sobre *misconduct*. Da seleção operada, 18 estudos foram analisados em torno de práticas autorreveladas ou testemunhadas de fabricação e falsificação de dados, bem como de QRP. De fora ficam os comportamentos de plágio e considera o autor que entre a fraude propriamente dita e as práticas questionáveis existe uma gradação e não uma diferenciação total.

A metanálise realizada permite a Fanelli afirmar que entre 0.3% e 4.9% dos cientistas respondem afirmativamente quando são diretamente inquiridos sobre se alguma vez fabricaram ou falsificaram dados, ou se alteraram ou modificaram resultados para melhorar os seus *outputs*. Já quando são inquiridos especificamente apenas sobre a fabricação e invenção, há um peso estimado de 1.06% de respostas positivas; quando são inquiridos especificamente sobre outras práticas questionáveis, estas são admitidas por 33.7% da amostra. Nesta última categoria, os inquiridos admitiram mais frequentemente ter “alterado resultados de investigação” para melhorar o *outcome* e admitem menos reportar resultados “que sabem ser falsos”.

Quando inquiridos sobre se tiveram conhecimento pessoal de colegas que fabricaram ou falsificaram dados de investigação ou que encetaram em práticas de investigação questionáveis, os estudos reportam respostas positivas entre 5.2% e 33.3%; o peso estimado é de 14.12%. Quando se indaga apenas da falsificação ou fabricação, o peso estimado é de 12.34%, ao passo que entre 6.2% e 72% dos inquiridos tinham conhecimento especificamente das práticas questionáveis.

Sempre que os estudos incluídos na metanálise usaram questões mais abertas, ou definições mais amplas de fraude, as respostas variaram entre 12% e 92%. Quando questionados sobre se houve ou não algum tipo de reação face ao alegado caso de fraude testemunhado pelo inquirido, cerca de metade dos respondentes respondeu

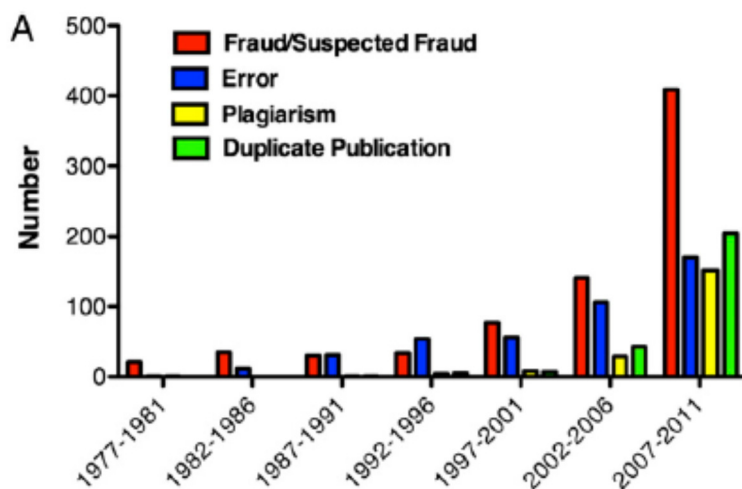
afirmativamente. Mas a análise dos estudos permite calcular que 29% dos casos reportados pelos inquiridos nunca foram formalmente descobertos. Finalmente, nas diferentes áreas científicas indagadas, são os investigadores da medicina e nos ensaios clínicos que reportam mais frequência de *misconduct*, em comparação com os investigadores nas áreas biomédicas.

Em síntese, a metanálise realizada por Fanelli (2009) permite esclarecer que cerca de 2% dos investigadores admitiram em alguma altura ter fabricado, falsificado ou alterado dados ou resultados pelo menos uma vez na sua carreira. Cerca de 1/3 dos investigadores admitiu ter realizado um conjunto de práticas de investigação questionáveis como, por exemplo, eliminar pontos num gráfico com base apenas no ‘instinto’ ou mudar o desenho, a metodologia ou os resultados em função da pressão sentida proveniente da entidade financiadora.

Fang, Steen e Casadevall (2013) através da análise das retrações avançam também com números acerca da frequência de *misconduct*. Para Fang *et al.* (2013) olhar para as retrações é uma forma de aferir do estado de saúde da atividade científica. As retrações permitem corrigir a literatura científica e seguir o processo científico à medida que se desenrola. A revisão realizada de 2047 artigos contidos na base de dados da *PubMed* (onde o artigo retratado há mais tempo data de 1973 tendo sido retratado em 1977), na área das ciências biomédicas e da vida, permite-lhes concluir que 67.4% das retrações tiveram como origem a *misconduct*, em comparação com uns meros 21.3% por erro. Na primeira categoria encontraram artigos retratados por fraude ou suspeitas de fraude (43.4%), publicações duplicadas (14.2%) e plágio (9.8%).

Concluem ainda os autores que o número de artigos retratados por fraude aumentou 10 vezes desde 1975 até aos nossos dias. Os autores registam um forte aumento na frequência das retrações, mormente devido aos casos de (suspeita de) fraude cujo aumento foi maior a partir da década de ‘90. Já o aumento da retração por erro também se verificou mas de forma mais modesta. O aumento das retrações por plágio e por duplicação de publicações é mais sentido a partir de 2005 (Fig. 3).

Figura 3: retrações entre 1977-2011. Fonte: (Fang *et al.*, 2013), p. 2



Os artigos retratados tiveram origem em 56 países, $\frac{3}{4}$ dos artigos provinham dos EUA, Alemanha, Japão e China e tinham como causa a (suspeita de) fraude; já a China e a Índia, juntos, contavam com a maior parte dos casos de plágio. Também o *impact factor* da revista estava fortemente correlacionado com retrações por (suspeitas de) fraude e erro, mas já não por plágio ou duplicação de publicações. No tocante ao tempo decorrido para a retração, os artigos (alegadamente) fraudulentos levaram mais tempo a ser retratados em comparação com os restantes. Para os artigos retratados por erro, plágio ou duplicação de publicações, o *impact factor* da revista não mostrava qualquer correlação com o tempo de demora da retração, mas verifica-se uma correlação modesta nos artigos retratados por (suspeitas de) fraude.

No tocante à incidência, um pequeno número de autores conduziu a um maior número de retrações: 38 grupos de investigação foram responsáveis por 43.9% (n=390) das retrações por (suspeitas de) fraude na literatura biomédica. Ao mesmo tempo, os artigos que contabilizaram 10 ou mais retrações tiveram como causa uma (alegada) fraude.

Fang *et al.* (2013) cruzaram ainda os dados recuperados na base de dados *PubMed* com a informação disponibilizada pelo ORI dos EUA e concluíram que nem todos os artigos suspeitos de fraude foram efetivamente retratados, o que pode remeter para uma subestimação do número de artigos fraudulentos na base de dados. No tocante à informação fornecida aquando da retração, em 119 casos não foi fornecida qualquer informação.

Mais recentemente, Fanelli, Costas e Larivière (2015) procuraram perceber quais os fatores de risco associados às retrações de artigos de revistas científicas causadas por *misconduct*, face às retrações por erro e em comparação com um grupo de autores de controlo, entre 2010 e 2011. No geral, concluem que não existem indícios suficientes que permitam concluir pela pressão para publicar como fator de risco, mas antes que a *misconduct* e a retração decorrente acontece com maior probabilidade em países sem políticas de integridade científica em vigor, onde a performance académica é premiada diretamente com dinheiro (Austrália, China) e em culturas e situações em que a crítica mútua é limitada. Além disso, as retrações por *misconduct* parecem ser mais frequentes em fases precoces da carreira de investigação, isto é, quando o autor tem uma história de publicação mais curta. Por outro lado, nenhuma diferença foi encontrada quanto ao género e a quantidade de coautores, que não influencia a probabilidade de retração. Além do mais, a probabilidade de retração parece diminuir à medida que os autores são mais produtivos e publicam frequentemente em revistas científicas de alto impacto, ao contrário do que a hipótese da pressão para publicar parece querer revelar.

Tijdink *et al.* (2014) aplicaram um inquérito com questões concernentes ao comportamento do inquirido e um outro grupo de questões acerca da sua perceção do comportamento de colegas. Em termos gerais, 15% dos inquiridos admitiu ter fabricado, falsificado, plagiado ou manipulado dados nos três anos anteriores e mais de um quarto dos inquiridos admitiu ter apagado dados ou resultados para confirmar uma hipótese. Referem ainda o trabalho de outros autores (Eastwood, Derish, Leash e Ordway, 1996 e Kalichman e Friedman, 1993, cit. in Tijdink *et al.*, 2014, p. 69) segundo os quais 3.4% dos inquiridos (investigadores de pós-doutoramento nas ciências biomédicas) haviam admitido alterar dados no passado e que, quando questionados se estariam dispostos a fazê-lo no futuro para melhorar os seus resultados, 17% respondeu afirmativamente. Também, noutro estudo, 4.9% de uma amostra de 549 jovens biomédicos afirmou já ter alterado dados no passado e, de futuro, 81% estariam dispostos omitir ou fabricar dados se isso os fizesse ganhar uma bolsa ou publicar um artigo. Tijdink *et al.* chamam a importância para a eventual pressão proveniente da aplicação de parâmetros quantitativos na avaliação do trabalho dos investigadores.

John *et al.* (2012) aplicaram uma série de questionários a psicólogos indagando da autorrevelação de QRP, bem como da estimação feita pelos inquiridos acerca da eventual realização dos mesmos comportamentos por colegas e outras medidas de

confiança. Concluíram que, da sua amostra, quase 1 em cada 10 dos inquiridos havia introduzido dados falsos nos registos científicos e que a maioria dos sujeitos tinha realizado ao menos uma das seguintes práticas: selecionar os estudos reportados, não informar de todas as medidas dependentes, recolher mais dados após testar os resultados, reportar comportamentos inesperados como se tivessem sido previstos desde o início e excluir dados *post hoc*. No final, 94% dos inquiridos admitiu ter realizado ao menos uma QRP. Os inquiridos que admitiram estas práticas revelaram considerar as suas ações justificadas e 35% da amostra revelou ter duvidado da integridade da sua investigação ao menos uma vez, sendo as maiores percentagens de desconfiança dirigidas a investigadores de outras IES, mas também da sua própria IES, exceto os colegas com quem trabalham diretamente.

C. *Conflitos de interesse (CoI)*

Barr (2006) entende que, por si mesmo, não é o CoI que mina uma boa investigação. No entanto, reforça a necessidade de uma relação de transparência entre as fontes de financiamento e as instituições de afiliação do cientista de modo a que o leitor possa, autonomamente, considerar os méritos do trabalho de investigação que tem diante de si.

Claxton identifica várias fontes de potenciais de CoI: financeiras, de carreira, organizacionais e pessoais (Claxton, 2007, p. 24), podendo conduzir a enviosamentos graves e consequências sérias quer para a ciência, quer para o bem-estar social. Isso mesmo sucedeu com o caso que documenta na indústria tabaqueira. Alega o autor que em 1997 apenas 16% de 1300 revistas científicas haviam estabelecido políticas em relação aos CoI e, destas, menos de 1% dos artigos publicados apresentavam algum tipo de declaração acerca de potenciais CoI.

O mesmo autor, num artigo posterior e a partir da revisão de literatura ali realizada, sugere que, apesar da falta de consenso sobre o que constitui CoI, se podem avançar com algumas linhas orientadoras relativamente estabilizadas e que permitem a sua distinção face a, por exemplo, uma situação de enviosamento:

“A CoI is a situation in which an individual or organization has competing primary and secondary interests. A CoI may strongly predispose an individual or organization to exploit a professional or an official capacity in some way for personal or organizational

benefit. An improper CoI occurs when an individual's or organization's interests unduly influence judgments concerning professional responsibility (...). Competing interests is a term synonymous with CoI but may not carry the negative implications of the term CoI. A bias refers to a preference or an inclination (that may occur from a CoI) that tends to inhibit impartial judgment. A bias may generate the prejudice that leads to unfair actions or policies” (Claxton, 2007, pp. 558-9)

Para este e outros autores por ele analisados, não é o CoI em si mesmo que é problemático (até porque esta problematização pode mudar muito em função da área, função ou instituição em que o indivíduo que problematiza, ou não, se encontra) mas antes o potencial enviesamento no desenho de investigação e/ou interpretação dos resultados que dali podem nascer, nomeadamente o facto de o CoI poder dar lugar a casos de *misconduct* científica. Claxton (2007) vai dar atenção aos CoI financeiros com que os cientistas se poderão envolver no contacto com a indústria, com o governo mas também com organizações sem fins lucrativos. Estes CoI financeiros são considerados pelo público como mais problemáticos e têm dado origem a mais debate e investigações, mas não são o único tipo existente.

Diz o autor que desde há muito se tem promovido a interação entre a academia e a indústria, nomeadamente para que as descobertas científicas possam ser traduzidas em bens e serviços úteis e com valor económico. Destas relações pode resultar que a comercialização venha beliscar o compromisso das IES para com os objetivos tipicamente académicos e antes se imponha uma busca por ganhos financeiros, podendo os cientistas envolvidos ultrapassar as formas usais de envidamento para ser, em vez disso, movidos pelo ganho financeiro. Este objetivo vem, desta forma, influenciar o desenho, condução e análise da investigação em que estão envolvidos. No entanto, outros autores citados por Claxton alegam que o financiamento pela indústria não é mais problemático que o financiamento por agências governamentais, fundações ou por mecenas¹.

Que problemas se levantam desta relação próxima entre IES e fontes de financiamento externas? Claxton (2007, p. 563) entende que as universidades são locais de liberdade

¹ A este propósito veja-se um recente artigo do New York Times, intitulado “Billionaires With Big Ideas Are Privatizing American Science” e onde se tecem algumas preocupações em torno das iniciativas de alguns filantropos que vêm impondo a sua visão ou estratégia do que é a ciência e como deve ser realizada, em troca de financiamentos avultados a grupos ou instituições de investigação específicas. A notícia original pode ser encontrada em: http://www.nytimes.com/2014/03/16/science/billionaires-with-big-ideas-are-privatizing-american-science.html?_r=0.

acadêmica onde os investigadores são livres de explorar novas áreas de investigação e publicar o fruto dos seus esforços de investigação, as suas opiniões, bem como prosseguir de forma descomprometida a formação de futuras gerações de cientistas. Ora, o apoio financeiro da indústria pode colocar em cheque as normas académicas, baseadas na produção intelectual livre, em prol da necessidade empresarial de produzir informação que deve ser propriedade sua. Por isso, são relativamente comuns os registos de moratórias impostas às publicações e divulgação de resultados de investigação, ou as exigências de confidencialidade do trabalho. No entanto, e nos EUA, são os próprios cientistas industriais que vêm defender a existência de mecanismos de controlo e de garantia da qualidade já em vigor, nomeadamente através da manutenção de *standards* de qualidade, da existência de códigos de ética e da utilidade de informar publicamente da situação – a chamada *disclosure*. Este pode ser, segundo Claxton, um mecanismo eficaz de evitamento dos CoI, a par da possibilidade de monitorização e avaliação independente ou estabelecimentos de códigos de ética. Tudo para que os leitores e utilizadores da ciência possam avaliar de forma neutra e equilibrada as relações em vigor. Já na relação entre Universidade e agências governamentais, o CoI pode conduzir o cientista a buscar avanços na carreira, mormente por via de tarefas governamentais. Ao mesmo tempo, o financiamento pode adquirir outras roupagens, quando comparado com as relações com a indústria, mormente por via de acordos de cooperação, atribuição de bolsas e contratos de investigação.

Através de uma série de entrevistas, Campbell, Moy, Feibermann, Weissman e Blumenthal (2004) pretenderam perceber melhor as relações entre academia e indústria, nomeadamente face ao potencial de CoI que pode surgir, especificamente quando aquelas relações influenciam negativamente as missões específicas da academia: investigação, ensino e administração. A forma mais comum de relações academia-indústria provinha das relações pessoais de determinados académicos em empresas, nomeadamente quanto são consultores, peritos, associados ou membros da direção. Vários dos entrevistados consideraram benéfico para a academia a existência destas relações pois permitem que os departamentos de investigação, laboratórios ou IES encontram o seu financiamento, facilitam a entrada de alunos no mercado de trabalho ou permitem obter equipamento de alta tecnologia, bem como outras regalias, como promoção de formação específica. Por isso, “[I]t is likely that limiting the ability of

senior officials to interact with industry would reduce the transfer of scientific resources to and from the commercial sector.” (Campbell *et al.*, 2004, p. 114).

Mas os entrevistados também identificaram potenciais riscos decorrentes destas relações, especificamente no tocante a CoI nas seguintes situações: (i) académicos que, paralelamente à sua função de investigadores e docentes, recebem salários avultados como consultores em empresas; (ii) investigadores que se propõem investigar um determinado produto farmacêutico apenas porque recebem fundos da correspondente empresa farmacêutica, descartando investigação sobre qualquer outro medicamento; (iii) académicos que, detendo ações em empresa, canalizam sub-repticiamente financiamentos da mesma para a equipa de investigação ou departamento que dirigem; (iv) académicos que são consultores, peritos ou detentores de empresas que, por seu turno, financiam o departamento ou centro que supervisionam ou dirigem. As mais das vezes, segundo as entrevistas realizadas, os CoI não são problematizados por aqueles que os encetam e, apesar das IES terem mecanismos de regulação (comités consultivos, declarações anuais de CoI, práticas culturais institucionalizadas), muitas vezes os indivíduos conseguem escapar ao seu controlo. Apesar disso, *“most respondents felt these approaches were sufficient”* (Campbell *et al.*, 2004, p. 116).

Já num outro estudo, Dinan *et al.* (2006) revela que muitas vezes as práticas dos funcionários académicos responsáveis por supervisionar os potenciais CoI e aplicar os mecanismos de controlo social não coincidem com as políticas institucionais formalizadas. Além do mais, estes responsáveis relataram diretamente o seu desacordo em relação a muitas dessas políticas, aparentemente pondo em funcionamento práticas alternativas formalmente não desenhadas. Mesmo no seio da mesma instituição, diferentes responsáveis tinham interpretações diferentes das políticas desenhadas e escritas para regular os CoI nas instituições de investigação médica estudadas.

As relações entre IES e empresas, ou o mundo económico, parecem estar mais vincadas nos EUA, onde efetivamente a questão da utilidade económica do conhecimento terá surgido no pós-guerra fria e tem sido progressivamente aplicada à Europa (Duval e Heilbron, 2006). Pede-se à investigação que sirva prioritariamente o campo económico:

« Les réformes entreprises ne visent pas seulement à donner à celui-ci les moyens de peser de façon déterminante dans la définition des programmes de recherche. Elles semblent considérer qu'il doit aussi inspirer l'organisation de la recherche publique :

pour mieux servir l'économie, la recherche publique devrait ainsi épouser un fonctionnement qui, comparable à celui des entreprises capitalistes, serait fondé sur le droit de propriété, la rétribution individuelle au mérite ou 'l'évaluation'. » (Duval e Heilbron, 2006, p. 5)

Mas este centramento em torno das exigências do mundo económico tem acarretado facetas negativas pois, se por um lado parece ser contrária aos valores científicos, por outro podem mesmo ter efeitos contraprodutivos para as empresas que procuram controlar a investigação. As empresas farmacêuticas atualmente, dizem os autores, não apenas determinam os temas e objetos de investigação, como também determinam cada vez mais a (im)possibilidade de publicação dos resultados e as conclusões a publicar. Os efeitos obtidos com os medicamentos parecem dever-se não tanto à substância em si mas, cada vez mais, às relações que os investigadores mantêm com a indústria farmacêutica (Edmond, 2008).

Abraham (1994), através de um estudo de caso, analisou os valores e os interesses dos cientistas, da indústria e dos reguladores governamentais na pesquisa médica, nomeadamente nos ensaios clínicos para medicamento. Concluiu que o conhecimento médico só pode ser entendido através do enfiamento por via de interesses: os interesses da indústria farmacêutica e médica interferem na produção e interpretação dos resultados no âmbito de ensaios clínicos. O *ethos* científico proposto por Merton parece, por isso, não ser de qualquer utilidade quando olhamos para a investigação realizada em contexto industrial e governamental, eivada de inconsistências técnicas. A investigação científica é mais do que instrumentalizada, é efetivamente enfiada atuando através do secretismo e com ligações comerciais mais ou menos diretas à indústria farmacêutica. Deste modo, *“it is clear that scientists themselves, and not merely incompetent politicians (...) are very much involved in the economic and political penetration of science”* (Abraham, 1994, p. 730).

Cada vez mais, as empresas financiadoras exercem pressões diretas para a obtenção de resultados que casem com os seus interesses. Estudos recentes sobre a fraude científica mostram que a grande fatia de comportamentos ‘indesejáveis’ dos académicos resulta desta pressão: 15,5% dos investigadores declaram que, nos 3 anos anteriores, modificaram o desenho de investigação, a metodologia ou os resultados do seu trabalho em função das pressões sentidas (Martinson, Anderson e de Vries, 2005, cit. in Duval e Heilbron, 2006, p. 7).

Martin (1992) entende que a estrutura de poder na ciência é causa de muitos dos enfiamentos e más práticas científicas que podem ser potenciadas em vez de criticadas. A existência de elementos de elite no seio da comunidade científica parece ser relativamente consensual (Amick, 1974). Já a relação entre alguns elementos de elite da estrutura científica com as entidades financiadoras (governo, empresas) pode ser questionável no sentido em que conduz a más interpretações e más práticas do cientista individual que procura, por isso, responder às exigências colocada pela entidade financiadora (Martin, 1992). A mesma posição parece ser avançada na citação que se segue, especificamente orientada para as ciências sociais e do comportamento: “*Expert social science (...) puts social science at the service of power elites and serves primarily as a cover for the ability of those elites (...) to manipulate the social future for their own good rather than any general good. (...) This is about how knowledge is produced and used*” (Byrne e Callaghan, 2014, p. 258).

D. Áreas cinzentas

Existem comportamentos ou situações que são encontradas mais esparsamente na literatura revista e que, ainda que não coincidindo com as definições estritas ou mesmo latas de *misconduct*, são analisadas no sentido em que podem aportar algum tipo de preocupação para a comunidade científica. Uma destas áreas cinzentas é o sistema de *peer review* (ou revisão pelos pares), que pode ser alvo de problematização ao mesmo tempo que é, como veremos infra, um dos elementos do sistema de controlo social.

O processo de *peer review* pode ser definido como “*an organized method for evaluating scientific work which is used by scientists to certify the correctness of procedures, establish the plausibility of results, and allocate scarce resources (such as journal space, research funds, recognition, and special honor)*” (Edmond, 2008, pp. 525-526).

Steneck (1999) refere vários estudos que lançam dúvidas acerca do processo de *peer review*. Por exemplo, McNutt *et al.* (1990, cit. in Steneck, 1999, p. 171) submeteram vários artigos a revistas diferentes, umas com revisão cega e outras onde o nome do autor é visível para o revisor, concluindo que a qualidade das revisões cegas era mais alta do que a outra, de tal modo que informação sobre o autor ou a sua filiação parecem afetar o sistema de revisão de pares, quando não são fatores científicos.

Becher e Trowler parecem incluir o processo de *peer review* no controlo de qualidade dos produtos científicos. No entanto, no estudo realizado através de entrevistas a diferentes académicos em diversas áreas científicas, os entrevistados mencionaram por várias vezes um ‘unethical refereeing’: “*Their stories, mythical or personally experienced, related to eminent referees who had caused others’ submissions to be rejected or long delayed, and who had then proceeded themselves to publish suspiciously similar findings*” (Becher e Trowler, 2001, p. 89). Os autores designam esta prática como uma forma de corrupção, ainda que entendam ser menos frequente nas ciências não exatas dado que os indivíduos raramente trabalham sobre os mesmos temas ou, ainda que tal aconteça, é muito raro que as suas interpretações sejam semelhantes. O que pode suceder nestas áreas das ciências sociais passa mais pela expressão de antipatias ou preferências pessoais, por exemplo, favorecendo amigos ou protegidos de críticas mais duras. Já o congelamento propositado de contribuições parece poder acontecer em qualquer área científica.

Martin (1992) distingue os comportamentos propriamente fraudulentos na ciência dos comportamentos que comportam enfiamentos ou más práticas. Estes podem não ser censurados ou problematizados e, muitas vezes, são efetivamente potenciadas pelo processo científico que é em si mesmo complexo e confuso. Os exemplos de áreas cinzentas que o autor dá são os seguintes: a exploração do trabalho académico de terceiros (assistentes ou estudantes), ou o atraso da publicação de um artigo por parte de um revisor científico.

Cronin (2012) refere que os editores das revistas científicas parecem encorajar cada vez mais os potenciais autores a citarem artigos da própria revista onde o processo de edição está a acontecer. O autor refere o estudo de Wilhite e Fong (2012), segundo o qual a designada “*coercive self-citation*” parecer ser cada vez mais comum e exercida de forma oportunista. No entanto, outros dados referem que a discriminação inversa, ou seja, de pessoas próximas ao editor, poderá ser o resultado prático das tentativas de contrariar o favoritismo e a facilitação a conhecidos e colegas do editor.

Problemas com o processo de *peer review* não sucedem apenas aquando da submissão de artigos para publicação. Podem acontecer também na atribuição de financiamentos ou bolsas de investigação. No entanto, neste caso, a pessoa que se sentir prejudicada apenas poderá, a mais das vezes, fazer nova tentativa de candidatura a bolsa ou

financiamento, ao passo que no caso das revistas científicas os maus episódios poderão ser alvo de atenção pela comunidade científica.

Um enviuamento no processo de revisão pelos pares pode também surgir no momento de recrutamento ou promoção dos académicos na carreira. No tocante à contratação pública de docente de ensino superior em Portugal, Neves (2014) ensina, com base em jurisprudência portuguesa e europeia, nomeadamente do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, bem como em legislação administrativa nacional fortemente influenciada por diretivas europeias, em que medida se processa o concurso de recrutamento para a carreira de pessoal docente do ensino superior. Sublinha, desde logo, que não é necessário que os candidatos tenham prévio vínculo laboral à IES que abre concurso e que tem carácter público e internacional. Por outro lado, de modo a se prevenir qualquer “*pré-vantagem funcional*” (Neves, 2014, p. 17) os fatores de avaliação limitam-se ao desempenho científico, capacidade pedagógica e às atividades relevantes para a missão da IES do candidato.

Os parâmetros públicos da justeza do procedimento revolvem em torno dos seguintes princípios (Neves, 2014, pp. 22-21):

- (i) da liberdade de candidatura, obrigando-se à definição normativa das áreas disciplinares a que se aplica o concurso, à observação dos requisitos legais impostos para o recrutamento, à garantia de publicidade do concurso (nas vertentes de abertura e de correção) e à razoabilidade dos prazos de candidatura;
- (ii) da igualdade, pelo qual se afasta qualquer possibilidade de adaptação das regras ou critérios de avaliação a potenciais candidatos, garantindo-se a igualdade de oportunidades para todos os candidatos. Para tal, as regras e critérios devem ser pré-determinados e devidamente publicitados, deve ser assegurada a objetividade dos critérios de avaliação e sua aplicação, as decisões devem ser devidamente fundamentadas e notificadas aos candidatos;
- (iii) da objetividade, que exige que todo o concurso seja organizado e conduzido de acordo com o seu fim e objeto, com critérios e regras adequados, bem como a decisão final decorrente do processo de avaliação.

Deste modo se pretende, entre outros objetivos, prevenir “*o risco de afeiçoamento [do concurso] à situação particular de algum candidato (...), nada pode haver que procedimentalmente favoreça uns em detrimento de outros*” (Neves, 2014, p. 25).

Poucos são os autores que referem de algum modo as práticas problemáticas na docência nas IES. A maior parte dos estudos sobre a *misconduct* ou a fraude referem-se ao afastamento às regras em questões de investigação (desenho, recolha de dados, interpretação de resultados, publicação). Berry (1995) exprime a necessidade de os académicos conhecerem também os *standards* e práticas adequadas de ensino ou docência: organização, atualização de materiais, tratamento justo dos estudantes. Reconhece, no entanto, que as mais das vezes os docentes são avaliados por meros indicadores (por exemplo, as classificações atribuídas) e não se de facto ensinaram bem ou mal os seus estudantes.

Entende este autor que “*ineffective teaching*” (Berry, 1995, p. 57) pode ser, no fundo, uma docência “preguiçosa” ou incompetente, o uso de apontamentos e materiais antigos e já usados, ler diretamente do manual em vez de ensinar, fornecer informação falsa aos alunos. Outras situações, como sejam atribuir notas que não correspondem ao desempenho dos alunos, garantir o sucesso de uma proporção predeterminada de alunos ou não dar o programa curricular por inteiro, podem já, por seu turno, decorrer de “*infringements*” impostos por colegas ou pela administração da universidade no intuito de obter e reter alunos. Estes “*infringements*” são, na verdade, pressões “*that are imposed with no interest in doing the job properly and that may detract from doing the best job possible*” (Berry, 1995, p. 55). Estas pressões podem, segundo o autor, ser externas ou internas. No primeiro grupo contam-se as pressões económicas decorrentes de insuficiente financiamento público e que podem ter como efeito a necessidade das IES manterem alunos (a troco das suas propinas) sem perfil para pertencerem ao ensino superior, exigindo aos docentes um ensino menos capaz e práticas de facilitismo na avaliação. Do mesmo modo, as pressões de políticas liberais que enfatizam, ao menos no Reino Unido e EUA, um modelo de “public accountability” e já não de autorregulação, impõem um sistema “*that monitors education through measures of cost effectiveness rather than educational needs*” (Berry, 1995, p. 59).

Para terminar, frisemos que já Martinson, Anderson e De Vries (2005), há dez anos, identificaram no conceituado jornal *Nature* que 33% da amostra de investigadores norte-americanos inquiridos havia cometido algum dos comportamentos reunidos num

top ten, incluindo não apenas a manipulação ou *cooking* de dados e o uso não autorizado de ideias de terceiros, mas também outros comportamentos cinzentos, como sejam alterar o desenho, metodologia ou resultados de um estudo em função de pressões de financiamento, CoI e outros. Os resultados estão sintetizados na tabela 1, abaixo.

Tabela 1: Top10 de comportamentos problemáticos. Fonte: Martinson *et al.*, 2005, p. 737.

Table 1 Percentage of scientists who say that they engaged in the behaviour listed within the previous three years (n = 3,247)			
Top ten behaviours	All	Mid-career	Early-career
1. Falsifying or 'cooking' research data	0.3	0.2	0.5
2. Ignoring major aspects of human-subject requirements	0.3	0.3	0.4
3. Not properly disclosing involvement in firms whose products are based on one's own research	0.3	0.4	0.3
4. Relationships with students, research subjects or clients that may be interpreted as questionable	1.4	1.3	1.4
5. Using another's ideas without obtaining permission or giving due credit	1.4	1.7	1.0
6. Unauthorized use of confidential information in connection with one's own research	1.7	2.4	0.8 ***
7. Failing to present data that contradict one's own previous research	6.0	6.5	5.3
8. Circumventing certain minor aspects of human-subject requirements	7.6	9.0	6.0 **
9. Overlooking others' use of flawed data or questionable interpretation of data	12.5	12.2	12.8
10. Changing the design, methodology or results of a study in response to pressure from a funding source	15.5	20.6	9.5 ***
Other behaviours			
11. Publishing the same data or results in two or more publications	4.7	5.9	3.4 **
12. Inappropriately assigning authorship credit	10.0	12.3	7.4 ***
13. Withholding details of methodology or results in papers or proposals	10.8	12.4	8.9 **
14. Using inadequate or inappropriate research designs	13.5	14.6	12.2
15. Dropping observations or data points from analyses based on a gut feeling that they were inaccurate	15.3	14.3	16.5
16. Inadequate record keeping related to research projects	27.5	27.7	27.3

Note: significance of χ^2 tests of differences between mid- and early-career scientists are noted by ** ($P < 0.01$) and *** ($P < 0.001$).

Ao fazermos um balanço da revisão de literatura conduzida até ao momento, verificamos claramente a ausência de consenso em torno das definições e do que é considerado comportamento ou prática problemática na investigação científica e no ensino superior. Encontramos definições amplas e estritas de *misconduct*: aquelas incluem as chamadas QRP ou áreas cinzentas; estas apenas se preocupam com a tríade FFP. Os estudos mostram ainda que não há acordo quanto ao facto de se tratar de uma preocupação ética, o que nos levará para o campo dos direitos humanos e princípios filosóficos mais centrais, ou de integridade na investigação, que remeterá mais para as práticas profissionais e deontológicas.

Além do mais, os estudos encontram-se ainda numa fase muito descritiva do fenómeno, sem que sejam avançadas explicações consistentes e coerentes sobre as suas causas, processos ou consequências. Tal poderá ficar a dever-se ao facto de nenhuma área científica em particular investir neste campo de estudo mas, antes, ele ser povoado por abordagens de diferentes disciplinas (ciências biomédicas, química, sociologia) e eventualmente de forma reativa a específicos escândalos mediáticos. Apesar de haver

uma crescente preocupação, pela literatura, em torno do fenómeno, parecem inexistir estudos sistemáticos e continuados sobre o mesmo.

Vimos ainda de que modo é possível criar uma tipologia para tentar organizar ou distinguir os diferentes comportamentos problematizados pela literatura revista: o desrespeito pelos direitos autorais, o desrespeito às regras metodológicas da investigação científica, os CoI e as chamadas áreas cinzentas, nomeadamente o comportamento de revisores e na avaliação de pares. Esta nebulosa, esta constelação de comportamentos acarreta dificuldades na determinação do objeto de estudo da presente investigação. O tópico encontra-se pouco explorado, há fraca continuidade entre estudos, o saber produzido parece-nos ainda superficial e a necessitar de amplo desenvolvimento, especialmente de uma forma mais integrada e compreensiva.

Vejamos, para terminar a secção da revisão de literatura, o que tem sido produzido na Criminologia ou áreas afins sobre o presente objeto de estudo.

1.3. Estudos de Criminologia sobre comportamentos problemáticos na investigação científica e no ensino superior

Na presente secção não nos iremos deter em considerações epistemológicas e históricas sobre a Criminologia, sua génese, evolução e direções futuras. Pretende-se, para já, introduzir a controvérsia em torno do(s) seu(s) objeto(s) de estudo de modo a justificar a consideração dos comportamentos problemáticos na investigação científica e ensino superior como campo de questionamento e indagação criminológica.

Ainda que já afloradas, deixemos novamente claras algumas opções conceptuais que guiam a nossa investigação.

O uso da noção de ‘comportamentos problemáticos’ em vez de crimes (ou fraude, no presente caso) deve-se a Hulsman (1986, 1998): à noção de crime falta a ontologia pois só se efetiva aquando de uma reação social negativa. O que existe são, em vez disso, ações humanas modificáveis que podem ou não ser censuradas ou consideradas problemas. Além do mais, diz o mesmo autor, os comportamentos problemáticos podem: ser considerados como tal por todos os atores envolvidos, ser considerados como tal apenas por alguns dos atores envolvidos na situação ou, finalmente, ser

considerados como tal apenas por pessoas ou organizações não diretamente envolvidas e não o ser pelos atores diretamente abrangidas pelas situações. Os atores sociais podem ter diferentes enquadramentos de interpretação (*"frame of interpretation"*) e diferentes enfoques (*"focus"*) quanto à mesma situação, vindo mesmo a alterá-los ao longo do tempo para fazer sentido da mesma situação (Hulsman, 1986). Em termos muito semelhantes encontramos também as críticas de Becker (1966) e, mais recentemente, de Hillyard e Tombs (2004).

Considerando, após a revisão de literatura levada a cabo, a dispersão e heterogeneidade de comportamentos considerados questionáveis ou fraudulentos, bem como a variação nas suas designações e na percepção da sua ocorrência, usaremos a designação de comportamento ou práticas problemáticas. Este esforço fará especial sentido no momento de análise das entrevistas que dão conta da percepção de uma amostra de académicos face aos diferentes tipos de comportamentos e práticas. A noção de comportamento problemático permite-nos aferir da realidade apenas na medida em que ela dá lugar a uma censura ou reação social mais ou menos negativa. Deste modo tomamos também em consideração a percepção da gravidade que os indivíduos atribuem aos atos, nomeadamente através dos mecanismos de controlo social em vigor (secção 2).

Neste sentido, iremos abrir o escopo dos trabalhos de cariz criminológico para verificar também se e de que modo a problematização é feita na literatura, se esta se refere apenas às práticas consideradas propriamente fraudulentas (FFP) ou se a preocupação se estende às áreas cinzentas ou QRP. Será que, face à imagem nebulosa que constatamos na secção acima, a Criminologia tem tido mais sucesso na determinação do objeto, sua descrição e explicação? E se este é o caso, em que medida este tão recente tópico de investigação pode auxiliar ao desenvolvimento desta ciência?

Um dos autores que mais produziu sobre a ciência e os comportamentos problemáticos que aí se podem revelar foi Merton, (1973), autor reconhecido na Criminologia em virtude da sua teoria da anomia (Merton, 1968b) e que tem sido alvo de constantes aplicações e atualizações (Dias e Faria, 2013). Recorde-se que Merton (1968b), na explicação que oferece para o crime de rua, refere que os indivíduos que mais sentem a pressão decorrente da situação de anomia, podem adotar papéis individuais que os posicionam face aos objetivos e à maior ou menor disponibilidade de meios institucionalizados para os atingir: conformismo, ritualismo, inovação, evasão e rebelião. A inovação é precisamente a capacidade de ser fiel aos objetivos culturais

impostos, enquanto se buscam avenidas novas para o sucesso, nomeadamente através da utilização de meios ilegítimos, dado que os meios ou oportunidades legítimas estão diferencialmente distribuídas na estrutura social.

No tocante à ciência, para R. K. Merton, a autonomização e institucionalização da ciência, enquanto atividade social, aconteceu por via da influência do Protestantismo na Inglaterra do século XVII. A busca pelo conhecimento da natureza, das obras de Deus, de forma racional e empírica, vem vincar a importância da ciência ao ponto da sua autonomização (Merton, 1973, p. 251, ed. original de 1938). O que, no entanto, não impediu que a ciência fosse criticada pelo público, ao longo destes 3 séculos, nomeadamente quando se torna problemática após acidentes não antecipados, ou quando a ininteligibilidade do discurso científico limita a compreensão da sua importância e utilidade pelos restantes cidadãos.

Entende o autor que a ciência está intimamente ligada às instituições sociais, em função das quais se adapta e modifica. Tome-se o exemplo da ciência durante o regime Nazi alemão: durante este período de tempo, os princípios normativos dos cientistas foram politicamente afastados de tal modo que os investigadores arianos vieram afirmar a clivagem com a produção científica dos judeus, considerada inferior em função da raça que lhe deu origem. Efetivamente, este é um dos exemplos mais pungentes da pressão social exercida sobre a atividade científica e que pode originar lealdades conflitantes para os cientistas, acabando estes por ter que preferir as fidelidades políticas e ideológicas, sacrificando o *ethos* científico (Merton, 1973).

Desta forma, Merton introduz a questão principal de que se ocupa: a estrutura cultural da ciência. É seu objeto de estudo “*not the methods of science, but the mores with which they are hedged about*”, sendo certo que “*methodological canons are often both technical expedients and moral compulsives, but it is solely the latter which is our concern here*” (Merton, 1973, p. 268). Este enquadramento moral constitui o *ethos* da ciência, ou seja, o complexo de normas (proibições, prescrições, permissões) e valores (legitimados institucionalmente) que se aplicam aos cientistas. Ainda que não estejam codificados, Merton confirma a existência destes imperativos pelo facto de serem continuamente reafirmados, sempre que a ciência ou a investigação é alvo de ataque. No fundo, estas molduras normativas são transmitidas pelo exemplo, reforçadas pelas sanções existentes e vão sendo progressivamente interiorizadas pelos cientistas – é o consenso moral existente entre estes profissionais, sobre o que se pode ou não fazer,

bem como a indignação moral sentida sempre que algum preceito é violado, que atesta a sua existência (Merton, 1973, p. 269). Desta forma,

“The institutional goal of science is the extension of certified knowledge. The technical methods employed toward this end provide the relevant definition of knowledge: empirically confirmed and logically consistent statements of regularities (...). The institutional imperatives (mores) derive from the goal and the methods. The entire structure of technical and moral norms implements the final objective. (...) The mores of science (...) are binding, not only because they are procedurally efficient, but because they are believed right and good.” (Merton, 1973, p. 270)

As regras desenhadas por Merton com base neste consenso entre cientistas têm sido amplamente usadas para exemplificar as orientações do comportamento ético, moral ou profissional do cientista. São elas: o universalismo, o comunitarismo, o desinteresse e o ceticismo organizado, ou, na versão inglesa: *universalism*, *communism* (cuja designação foi alterada mais tarde), *desinterestedness* e *organized skepticism*, respetivamente.

O universalismo sublinha a necessidade de avaliar as alegações científicas segundo critérios pré-estabelecidos, transparentes e impessoais, desligados das características individuais ou sociais daquele que as sustenta. Na verdade, esta foi, segundo Merton, precisamente uma das regras deitada por terra pelos cientistas que passaram a avaliar a ciência em função dos critérios políticos e ideológicos impostos pela Alemanha nazi. Razão pela qual o regime democrático permitiria um melhor desenvolvimento científico em função das oportunidades mais difundidas e distribuídas. Reafirma-se deste modo a impessoalidade e o anonimato da atividade científica (veja-se precisamente o sistema de *blind peer review*).

O comunitarismo remete para a partilha, em comunidade, das descobertas científicas, para o facto de serem uma herança deixada a todos e livre de monopólios. A crítica ao sigilo e à eponímia remetem precisamente para esta questão, percebida ainda melhor quando se constata, segundo Merton, que os direitos de propriedade na ciência são reduzidos à sua mínima expressão. É claro, como veremos noutro local, que um dos elementos mais importantes do sistema de recompensas dos cientistas tem a ver com o reconhecimento da originalidade e prioridade no seu trabalho. Mas só isso. A ciência desenvolve-se em equipa, numa cooperação competitiva, e os resultados obtidos passam a fazer parte do domínio público, nomeadamente através das publicações científicas

que, vão por seu turno, estimular mais ciência. Ou como prefere Merton, numa expressão emprestada de Newton e que orientou vários dos trabalhos do sociólogo, a ciência chega mais longe quando o cientista se apoia no ombro de gigantes (Merton, 1973, p. 274-5).

O desinteresse é, segundo o mesmo autor, fruto da abertura constante do cientista à crítica e revisão pelos pares. Este não será avaliado por uma audiência leiga, mas antes por colegas que partilham a mesma vontade de aumento do conhecimento e o mesmo *ethos*. Deste modo, o cientista, ainda que podendo ter diferentes justificações para o seu trabalho (ajudar a humanidade, paixão pelo conhecimento, etc.), acaba por não ter possibilidade de desvirtuar o objetivo da ciência, por exemplo, usando-a para seu uso pessoal, em virtude precisamente do sistema de controlo existente. Como iremos ver mais à frente, é este sistema permanente de controlo pelos pares que dificultará, segundo Merton, a ocorrência da fraude.

Finalmente, o ceticismo organizado, ou sistemático é, simultaneamente “*a methodological and an institutional mandate*” (Merton, 1973, p. 277) e implica a suspensão da subjetividade dos cientistas, dos seus juízos de valor, em prol do escrutínio orientado por critérios empíricos e lógicos. Esta forma de agir, principalmente quando se debruça sobre novos factos que estiveram, até então, sob a égide de outras instituições, pode conduzir a um sentido de ameaça do *status quo* e de formas de poder (nomeadamente económico e político). No entanto, o ceticismo é o questionamento do sagrado, das rotinas estabelecidas, da autoridade – na ciência não existem dogmas nem rituais livres de crítica (Merton, 1973, p. 264).

Conclui-se, portanto, que a ciência, como outras instituições sociais, tem uma estrutura normativa bem vincada e que se materializa, para a comunidade científica, num sistema de recompensas que muito/as cientistas irão perseguir. A Ciência impõe aos indivíduos uma corrida pelas descobertas originais, pela antecipação de conhecimento, temperada pela humildade intelectual e reconhecimento das produções científicas anteriores. Mas, por isso mesmo, impõe sistemas de valores conflitantes que irão ter repercussão nas ações individuais, como veremos mais abaixo.

Mais: a ênfase na originalidade e prioridade cumpre claramente a função de motivar a comunidade académica a fazer avançar o conhecimento. Mas pode passar a ser disfuncional, quando esta ênfase se torna desmedida e é considerada como um fim e não

um meio para expressar a admiração pelos homens e mulheres que fazem avançar o conhecimento, “[I]t becomes stepped up to a dysfunctional extreme far beyond the limits of utility” (Merton, 1973, p. 322).

Para o autor, esta corrida pela prioridade não é fenômeno recente. Cientistas consagrados há décadas e mesmo séculos (como Newton) viram-se envolvidos em disputas sobre a originalidade e precocidade do trabalho. Quer isto dizer, segundo Merton, que aqueles que entendem que esta é uma característica mais atual da ciência caem numa espécie de mitologia, que rapidamente é afastada quando se adota uma perspectiva história das ciências (Merton, 1973, pp. 337 e ss). O que eventualmente será mais típico da segunda metade do século XX é a tomada de consciência, pela comunidade científica, de que a corrida existe e se faz diariamente. Por outro lado, a investigação partilhada entre vários autores, também algo cada vez mais comum, acaba por vir dificultar a criação de uma “identidade pública” para o cientista individual pois dificulta o reconhecimento do contributo individual (Merton, 1973 pp. 332 e ss). Muitos cientistas poderão, por isso, continuar a publicar cada vez mais, tomando a publicação como um fim em si mesmo quando deve ser considerada um meio para o reconhecimento do trabalho realizado.

Igualmente, Merton alerta que a pressão sentida para vencer aquela corrida não é apenas experienciada pelos cientistas na frente da corrida. Esta pressão pode ser maior ou menor consoante se trabalha num “hot field”, com maior frequência de descobertas, ou não; consoante os níveis de interação entre os académicos, nomeadamente a disponibilização de canais informais de informação que permitam que os cientistas saibam o que se passa em tempo real – e quanto mais alto se está na estrutura científica, mais acesso se tem a informação. Já a ausência de informação, que sucede tipicamente a quem está nas margens da corrida, também exerce pressões severas.

“This is not to suggest that the tensions of the competition are uniformly greater at the frontiers of science than in its interior regions. The concern with being preempted is relative and not necessarily correlated to the intellectual significance of the work in hand. So, too, anxiety is relative to levels of aspiration and attainment, and can be just as intense, or even more so, for seemingly small stakes as large ones” (Merton, 1973, p. 332)

Para além do acesso à informação, também a comunicação é de vital importância para a ciência, dado o seu carácter de publicidade. A ciência é pública, apesar de poder ser realizada por indivíduos a trabalhar sozinhos, ou em grupos mais ou menos numerosos. O avanço da ciência não se faz através da descoberta em concreto, mas apenas a partir do momento em que essa descoberta é comunicada e partilhada aos pares e por eles validada (Merton, 1973, p. 450). Donde o relevo das publicações e das características da comunidade de cientistas, que iremos ver mais abaixo.

Nowotny, Scott e Gibbons (2001) vêm demonstrar de que modo as regras apontadas por Merton se transformaram com o passar dos tempos, nomeadamente com a entrada naquilo que chamam de ciência Modo2. Afirmam desde logo que a análise de Merton se compreende à luz dos acontecimentos históricos da altura, nomeadamente a experiência recente da 2ª Guerra Mundial, e que, na verdade o autor procura demonstrar que a ciência apenas vinga nas sociedades democráticas. Esta visão enfatizaria a fé que Merton coloca na aceitação voluntária das regras e na autorregulação dos académicos. A regra do desinteresse explicar-se-ia não em função da relação próxima, por exemplo, com a indústria mas mais em função dos perigos de um estado autoritário. Por outro lado, o princípio do universalismo foi rapidamente posto em causa pelo *gender-bias* que rapidamente se constatou existir no interior da ciência – mas não só: a ciência é local de criação e perpetuação de desigualdades (por exemplo, de acesso, de promoção e mesmo em termos de prioridades científicas ou metodologias) (Nowotny *et al.*, p. 60). Finalmente, não tardou muito a que a regra do ceticismo organizado viesse a ser posta em cheque, mormente por via das fragilidades do processo de *peer review* para garantia da qualidade da produção científica. Um dos casos exemplares foi a crítica feita por Sokal e Bricmont (1997), bem como os casos de fraude descritos no Anexo 1.

Merton (1973) vai debruçar-se especificamente sobre alguns dos comportamentos desviantes que podem surgir na atividade científica, devido especificamente à sua estrutura e, mais concretamente, à ambivalência sentida pelos cientistas que devem circular entre valores aparentemente opostos. Por um lado, a procura da prioridade e do reconhecimento pelo trabalho original e, por outro lado, a humildade intelectual que orienta a comunidade científica no caminho do avanço do conhecimento por si mesmo, independentemente das honrarias pessoais que possam ser obtidas com esse avanço: “*great concern with the goal of recognition for originality can generate a tendency toward sharp practices just inside the rules of the game or sharper practices far*

outside” (Merton, 1973, p. 308). Para além do mais, a pressão para o desvio pode ser mais sentida por alguns cientistas pois também na ciência existe uma estrutura que determina o acesso diferencial a oportunidades (no acesso a recursos económicos ou humanos) e reconhecimento.

Para este autor, a comunidade científica pode reagir de forma desviante a este ênfase cultural sobre a originalidade, nomeadamente (mas não exclusivamente) através da fraude e do plágio. Considera o autor que a fabricação ou invenção (*forgery*) de dados é o comportamento extremo mas que existem outros, de *trimming* ou *cooking*, igualmente importantes. A primeira refere-se à manipulação, pela qual o indivíduo “recorta” os dados, ajustando-os e tratando-os para que os resultados não se oponham à teoria ou hipótese que pretende ver verificada. A segunda operação refere-se à seleção de dados, na qual o indivíduo, a partir de um conjunto de observações, apenas reporta aquelas que vão ao encontro da sua teoria, eliminando as restantes. Note-se, no entanto, que autores mais recentes consideram o *cooking* como sendo de facto manipulação de dados (Jaffer e Cameron, 2006).

Merton entende, no entanto, que estes comportamentos mais próximos da fraude e do puro logro serão raros, considerando eficaz o sistema de “policimento” próprio da ciência. Sugere que a competição na ciência poderá dar lugar a outras formas de comportamento desviante, mais próximas do furto, ou seja, o plágio e a difamação.

Ainda que acredite que a prática do plágio se mantém relativamente rara na ciência, o autor chama a atenção para os mecanismos que são postos em funcionamento quando sucedem descobertas simultâneas e os indivíduos, protegidos por grupos de lealdade, se acusam mutuamente de furto de ideias, através de manobras ofensivas e defensivas que têm como objetivo preservar a alegação de prioridade na descoberta: “*Reinforced by group loyalties and often by chauvinism, the controversy gains force, mutual recriminations of plagiary abound, and there develops an atmosphere of thoroughgoing hostility and mutual distrust*” (Merton, 1973, p. 314).

Para o autor, as descobertas simultâneas são algo relativamente comum e Merton usa vastamente na sua obra casos conhecidos em que tal sucedeu, de modo a exemplificar a centralidade da importância da prioridade e originalidade das descobertas para efeitos de reconhecimento público do cientista.

Sucedem, portanto, que a acusação de plágio cometido por colegas pode não revelar-se verdadeira, em virtude de se ficar a dever à simultaneidade de descobertas, mas acaba por ter grande impacto no quotidiano dos académicos, tornando-se problemática e moralmente condenável pelos elementos da comunidade académica.

Mas existem ainda, diz Merton, outros eventos que não são desaprovados de forma tão marcada como os exemplos que até aqui vimos, e ainda assim decorrem de um “convite” para o desvio nascido da ênfase na prioridade das descobertas científicas. Por exemplo, aquilo que o autor classifica como uma “*itch to publish*” (Merton, 1973, p. 316), uma pressa em publicar, potenciada pela mera quantificação das publicações para efeito de avaliação da competência científica dos indivíduos. Por outro lado, existem comportamentos passivos, já não fraudes intencionais, que conduzem ao abandono do cumprimento dos objetivos da ciência, à evasão do jogo da prioridade em favor, por exemplo, de tarefas de ensino ou de tipo administrativas. Conclui, portanto, o autor que “[T]he culture of science is (...) pathogenic” (Merton, 1973, p. 323).

Por outro lado, considerando-se que o reconhecimento da originalidade do trabalho do cientista decorre da crítica dos pares, este processo de avaliação pelos semelhantes é extremamente importante no trabalho na ciência. Daí que o sistema de *peer review* passe a ser a regra, por exemplo, no âmbito da publicação de artigos em revistas científicas de renome. Aqui ocorre todo um processo de análise e seleção dos trabalhos, por parte de revisores, com exclusão daqueles que não cumpram determinados *standards* de qualidade. Mas também este sistema de controlo social, especialmente por via do processo de avaliação pelos pares, pode dar lugar a disfunções ou comportamentos desviantes. De que modo?

A avaliação do trabalho de terceiros pode ser envidada por motivos não intencionais, como sejam a deferência pelo trabalho de alguém de grau superior, a aplicação de critérios pouco cuidados, uma incapacidade sentida para criticar/avaliar o trabalho de outrem mais conhecido, ou mesmo o receio em afrontar colegas (Merton, 1973, p. 477). Mas podem verificar-se comportamentos de outro tipo, nomeadamente as chamadas más práticas dos revisores: estes podem apropriar-se (de parte) do trabalho submetido e adiantar investigações suas com base no conhecimento que recebem em primeira mão dos manuscritos submetidos. Para Merton, há conflito de interesses sempre que os revisores infringem a confiança que decorre desta sua função e antes buscam cumprir objetivos pessoais. (Merton, 1973, p. 493).

Para o autor, os comportamentos fraudulentos (fabricação, manipulação ou seleção de dados) são extremamente raros pois a organização social da ciência promove as condições necessárias para um comportamento “honesto”, nomeadamente as técnicas de controlo decorrentes da necessidade de verificação ou falsificação das teorias científicas pelos pares. No fundo, o controlo social dos comportamentos científicos mais graves é feito em função das características internas da ciência, nomeadamente do respeito pelos valores do ceticismo organizado, universalismo e comunitarismo, que mencionámos no ponto precedente deste trabalho.

“Scientific research is typically, if not always, under the exacting scrutiny of fellow experts, involving, as it usually though not always does, the verifiability of results by others. Scientific inquiry is in effect subject to rigorous policing, to a degree perhaps unparalleled in any other field of human activity. Policing honesty is supported by the public and testable character of science” (Merton, 1973, p. 311)

A ciência fornece as pressões culturais para o desvio, mas, se a atividade científica estiver devidamente equilibrada, fornece também os mecanismos para contrabalançar essa pressão e orientar a ação no sentido da conformidade. A questão coloca-se: quando é possível perceber que existe excessiva ênfase nos fins (reconhecimento, originalidade, prioridade), em detrimento do relevo dado à conformidade? Ou seja, à semelhança do que sucede numa sociedade onde se verifique existir anomia (Merton, 1968b), também na ciência alguns dos elementos da comunidade científica podem sentir pressão para desviar. No entanto, ao contrário do que acontece no restante da sociedade, *“the institution of science continues to have an abiding emphasis on other values that curb the culturally induced tendency toward deviation, an emphasis on the value of truth by whomsoever it is found, and a commitment to the disinterested pursuit of truth”* (Merton, 1973, p. 321).

No tocante a definições, Zuckerman (1977) refere que devem ser alvo de estudo *“those deviant acts people commit in their capacity as scientists”* (Zuckerman, 1977, p. 87), e que se afastam das normas cognitivas, técnicas, morais ou metodológicas. Estas têm como principal fim a implementação dos objetivos da atividade científica que é, no final, a expansão do conhecimento certificado acerca do mundo natural. Nota-se por isso e desde já, que Zuckerman se remete apenas ao estudo das ciências exatas e da natureza, deixando de fora das suas preocupações as ciências sociais e do comportamento bem como as humanidades. Inclui naqueles comportamentos desviantes

a fabricação e o plágio, admitindo, ainda assim, que podem verificar-se o que designa como “*deviations from the etiquette of science*” (Zuckerman, 1977, p. 119). Estes são comportamentos menos sérios que dão origem a reações sociais (ou melhor, dos pares) menos intensas. Aqui inclui a auto-eponomização, ou seja, o batismo de fenómenos descobertos com o nome do cientista que primeiro fez a observação (processo que deve ser conduzido pela comunidade científica e não pelo próprio investigador), comportamento que Zuckerman considera um desvio à etiqueta científica. Ainda neste conjunto de comportamentos menos sérios inclui a falta de reconhecimento adequado das contribuições de terceiros (assistentes, colaboradores) para a investigação e publicação.

Não sendo proveniente da Criminologia, Hackett (1994) lança mão de algumas teorias familiares a este campo de estudo para procurar explicar a *misconduct* científica. Afasta a possibilidade das teorias baseadas na psicopatologia individual, ainda que reconheça que são “*the simplest, most intuitive*” (Hackett, 1994, p. 246). O pressuposto segundo o qual o comportamento fraudulento ocorre em virtude de defeitos de personalidade prévios à entrada do indivíduo na ciência, o modelo médico que sustenta o desequilíbrio mental é, diz o autor, uma explicação vaga e que ainda não teria sido empiricamente verificada. O que é mais, muitas das características consideradas causa do comportamento (“*imagination, boldness, self-assurance, single-mindedness, and disregard for orthodoxy*”, Hackett, 1994, p. 247) também são atributos de cientistas bem-sucedidos.

Já a teoria da anomia, quer na versão mertoniana, quer na versão de Durkheim, segundo as quais a pressão, a disjunção entre objetivos e meios legítimos, a desregulação moral decorrente do afrouxamento das regras em virtude de transições rápidas, não pode tampouco ser recebida, segundo Hackett. Considerando o estado da investigação científica norte-americana, que reúne todas aquelas características, então todos os cientistas seriam potenciais desviantes e haveria que perceber porque é que, apesar de tudo, muitos não prevaricam. A teoria da alienação dos cientistas face ao seu trabalho, que Hackett funda em Weber, também não colhe para o autor. Segundo esta abordagem, a especialização limita a aplicação do talento e da criatividade ao trabalho e conduz a sentimentos de mal-estar; a precariedade, a excessiva dependência dos investigadores mais jovens face aos superiores hierárquicos, o modelo empresarial na Universidade, as recompensas diferenciais, a falta de perspectivas de carreira ou de oportunidade levariam

à alienação do trabalhador na relação com o fruto do seu esforço. No entanto não existem ainda, diz, dados que permitam constatar essa alienação nem se este é um facto estrutural ou um sentimento de alienação (Hackett, 1994, p. 250).

Propõe por isso que se olhe para o conceito de controlo social: Black (1976) e Zuckerman (1977) haviam caracterizado o sistema de controlo na ciência como informal, descentralizado e intra-pares. No entanto, “*in recente years the informal, decentralized, and private process (...) has given way to one that is formal, centralized and public*” (Hackett, 1994, p. 251). Ora, o modo como a sociedade reage ao desvio na ciência (neste caso, a *misconduct*) diz algo sobre essa mesma sociedade e as mais recentes alterações na reação social ao desvio podem indiciar, segundo o autor, novas distribuições de poder, conflitos ou ideologias. Em concreto, torna-se necessário perceber porque razão, nos anos mais recentes, a ciência se tornou alvo do interesse de estados, governos, dos poderes que sobre ela querem ter algum tipo de controlo. O autor lança várias pistas de reflexão: (i) a ciência tornou-se uma atividade mais pública, consumindo recursos limitados e na qual se depositam amplas expectativas de resolução de problemas pelo que se lhe exige mais *accountability* e escrutínio; (ii) a ciência é fonte de poder e de controlo, pelo que pode servir os interesses de grupos sociais poderosos, (iii) a ciência é fonte de autoridade, legitimidade e prestígio, pelo que pode ser procurada pelas elites para mascarar preferências políticas ou ideologias; (iv) a ciência é muitas vezes comparada com a religião, de tal modo que a *misconduct* é considerada um sacrilégio e conduz a reações morais muito fortes; (v) a elite científica poderá servir de bode expiatório já que a hostilidade de que é alvo distrai dos comportamentos das restantes elites políticas e sociais.

Mas o autor considera que o elemento de maior relevância para perceber a atual preocupação em torno da *misconduct* se deve ao novo lugar da ciência nas sociedades: exige-se aos investigadores e às IES que produzam para o mercado e para os financiadores mais produtos, mais rapidamente e de forma pouco dispendiosa; a ciência encontra-se em permanente contacto com outras áreas sociais e outras profissões, crescendo a competição entre cientistas e entre estes e outras profissões:

“*Within university, scientist’s work fall increasingly under the purview of professional managers, accountants, technology transfer agentes, public relations specialists, and development officers. Such interactions also occasion tests of strength between*

professions wishing to impose their standards on common but contested turf” (Hackett, 1994, p. 254).

Thompson (2002) desafia o questionamento em torno dos comportamentos a problematizar ao fornecer uma ampla lista, incluindo: nepotismo, arbitrariedade, desrespeito pela autoridade institucional, favoritismo, corrupção, partidarismos, CoI, afastamento de princípios, políticas, procedimentos e práticas institucionais, falta de respeito pela liberdade e orientação para a verdade do investigador, abuso da liberdade acadêmica, afastamentos da missão e objetivos (formais e informais) da universidade, afastamento do princípio da atribuição de mérito bem como qualquer outra atividade institucional (Thompson, 2002, p. 76). A dificuldade de definição e operacionalização dos conceitos para efeitos de uma investigação empírica é contrabalançada com a abertura do campo de questionamento e indagação. A constatação da variedade de situações problemáticas emergentes no âmbito das IES surge muito claramente declarada na listagem fornecida pelo autor.

Considerando a reflexão da Criminologia acerca dos potenciais processos e comportamentos problemáticos no seu próprio seio, Walters (2003) conduziu o que nos parece ser, no melhor do nosso conhecimento, uma aprofundada e cuidada investigação empírica que está ainda por ser continuada. O autor conduziu uma série de entrevistas a académicos a lecionar e investigar em criminologia. Concluiu que os entrevistados reagem negativamente ao que percebem ser uma forma de “*censorship of criminological work from within academia*” (Walters, 2003, p. 117). Criticam também aquilo que consideram ser processos de revisão mais destrutivos do que críticos, devido ao que entendem ser uma ‘agenda ideológica’ dos revisores em situação de candidaturas a financiamentos. O mesmo autor, agora acompanhado de Presdee (Presdee e Walters, 1998), chama a atenção para práticas de limitação da investigação científica, que considera ser inaceitáveis e que encontram as suas causas num ‘policimento do conhecimento’ por parte das instituições financiadoras, nomeadamente governamentais (Presdee e Walters, 1998, p. 156).

O trabalho de Walters, em torno da reflexão dos limites na integridade científica da própria Criminologia, teve precedentes: Brusten e Ponsaers (1981). No início dos anos 80 do séc. XX, vários autores da Criminologia vinham interrogando o “policimento do conhecimento” na construção de categorias criminológicas e respetiva produção de conhecimento (Squires, 1981), o controlo social da disciplina e dos criminólogos

(Brusten, 1981) ou das outras ciências em geral (Stangl, 1981). Cientes da imersão deste campo do conhecimento em jogos e relações de poder, com capacidade para influenciar o processo e resultado da sua investigação, Brusten e Outrive (1981) recolheram informação comparativa de vários países europeus e concluíram que os investigadores podem vir a sofrer “*offensive control of research*”, quando os governos e agências estatais tomam a iniciativa de estimular, financiar ou organizar a investigação científica para fins de controlo administrativo e legitimação política (Brusten e Outrive, 1981, p. 11). Tal sucede quando o Estado controla as IES, os financiamentos e/ou os centros que os atribuem, os programas de investigação e mesmo uma ‘ideologia’ sobre o que deve ser a ciência. Por outro lado, o “*defensive control of research*” sucede quando as mesmas entidades procuram limitar ou impedir investigação considerada prejudicial ao cumprimento de determinados interesses pessoais e institucionais (Brusten e Outrive, 1981, p. 18). Tal pode vir a materializar-se, dizem os autores, por via de limitações legais sobre proteção de dados, por exemplo, do débil desenvolvimento de estatísticas da justiça que impedem a realização de estudos fiáveis, a ausência de proteção legal do investigador, más condições de trabalho para os académicos ou a ausência de financiamento dos trabalhos científicos.

Também Yeager (2008) demonstra de que modo o clima político e ideológico dos EUA influencia a investigação sobre o *corporate crime* e os crimes dos poderosos, nomeadamente na forma de recursos (in)disponíveis para realizar investigações empíricas sustentadas, a falta de interesse sobre o tema e outras limitações. E Brickey (1989) menciona a influência estatal sobre os trabalhos da Criminologia, especialmente na investigação contratada ou financiada e agora no Canadá. Já Knutsson (2012) refere os perigos que advêm da interferência dos poderes políticos na avaliação de políticas públicas em torno da atividade policial.

Nesse seguimento, Tromp (2010), mais recentemente, reflete sobre as consequências negativas que os académicos podem sofrer quando aportam ‘notícias indesejáveis’ às entidades financiadoras do estudo, na forma de resultados incómodos. Considera o autor que, nesta situação, os académicos passam a ser vistos como uma ameaça “*to the material or idealistic interests of an organization that is politically inopportune, that affects the position or prestige of high placed persons, or that hurts nationalistic, religious or other idealistic feelings*” (Tromp, 2010, p. 215). De seguida, explica como o investigador e o seu trabalho podem ser sujeitos a várias formas de crítica ou censura

pela entidade financiadora – pressões no sentido do silenciamento, ou mesmo a interferência direta da entidade financiadora no desenho ou execução da investigação.

O desagrado em torno dos resultados da investigação podem conduzir a um embate entre a instituição que exerce o papel de mandante do estudo e o acadêmico, a quem é pedido que se refreie de carrear resultados que possam trazer consequências negativas na imagem pública da instituição ou respectivas políticas. Os argumentos *ad nauseum* e os ataques *ad hominem* podem suceder e, no caso do último, pode ter consequências pessoais e profissionais duradouras: o cientista fica conotado como alguém desleal e quezilento, alguém que causa problemas – uma etiqueta que pode persistir no tempo.

Que outras formas podem as entidades financiadoras usar para limitar o impacto das tais notícias indesejáveis? De acordo com o Tromp (2010), uma forma simples e eficaz passa, simplesmente, por ‘keeping quiet’, ou seja, nada fazer, ignorando o relatório ou resultados da investigação e, deste modo, enviando-o para o esquecimento. Outra forma passa por silenciar o investigador através da ameaça de sanções negativas, eventualmente alegando o secretismo dos resultados ou o direito de veto à publicação da investigação. O que terá impacto na carreira do investigador, a mais das vezes avaliada pelo número de publicações conseguidas, bem como na suspensão dos trabalhos de doutorandos frequentemente colaboradores dos projetos. Além do mais, convém dizer, como vimos acima com Merton, que o secretismo é fortemente criticado pela comunidade científica e que o conhecimento científico é usualmente considerado um bem público que deve circular. A distorção dos resultados também pode acontecer, segundo Tromp, e passará pela interferência indevida da entidade financiadora no desenho ou execução da investigação, eventualmente enviesando-a e aos seus resultados para fins ou interesses que procura defender, nomeadamente no caso da avaliação de políticas públicas.

Caso o cientista resista à interferência da atividade financiadora, as consequências podem ser várias e com efeitos variáveis. Segundo o autor, o investigador pode ver-lhe serem retirados privilégios, pode ser afastado da possibilidade de progredir na carreira, pode ser transferido para uma posição ou função menos relevante na sua instituição, pode ser banido de escrever ou falar da sua investigação nos diversos *fora* científicos e públicos, pode ser suspenso da sua atividade ou mesmo despedido. Através de vários estudos de caso de áreas científicas variadas, Tromp (2010) descreve no seu artigo os

vários tipos de interferência ou crítica por parte de entidades financiadoras, revelando que os mesmos acontecem com relativa frequência.

Adams e Pimple (2005) desenvolvem uma abordagem situacional ou das oportunidades para a *scientific misconduct*, afastando-se assim das teorias individualistas sobre o tema e debruçando-se sobre as características situacionais que podem encorajar ou, ao contrário, prevenir a prática de atos. A abordagem situacional obriga os autores a distinguir contexto (conjunto de *standards* morais relativamente persistentes e abstratos), de situação, sendo estas “*concrete moments that offer the opportunity to uphold — or violate — standards, rules, and procedures*” (Adams e Pimple, 2005, p. 228). Para estes autores, qualquer ato social, incluindo aquele que infringe normas e regras sociais, depende de dois elementos: propensão e oportunidade. A propensão (estado interno) remete para as condições psicológicas que influenciam as escolhas individuais, incluindo autocontrolo, crenças, preferências e cálculo racional. A oportunidade (elemento externo) remete para as condições externas que estimulam ou facilitam a motivação e a realização de escolhas racionais.

Os estudos revistos por Adams e Pimple revelam que: (i) a *misconduct* é propriedade emergente dos ambientes ocupacionais, logo, onde os investigadores desenvolvem a sua atividade profissional e (ii) muitas vezes trabalham sozinhos, sem supervisão direta ou muito diminuta, num espaço privado. Assim, a prevenção situacional poderá passar por aumentar a intervenção de guardiães capazes, como sejam os orientadores ou supervisores, ou seja, aumentando o âmbito do controlo social informal, “*the unofficial activity that is collectively practiced so as to increase and maintain conformity with the organization’s unwritten rules*” (Adams e Pimple, 2005, p. 233). O mesmo quanto à implementação de um sistema de intervenção precoce (*Early Intervention System*), que serviria para identificar atores cuja atividade exhibe problemas ou desvios, permitindo queixas anónimas ou registo de atividade incomum. Daí se passaria para a intervenção junto do académico considerado infrator. O desenvolvimento do controlo social informal e de guardiães interessados em reportar casos de *misconduct* poderia acontecer por via de formação específica sobre o tema.

No final, reconhecem a pobreza dos dados passíveis de serem obtidos por via das estatísticas oficiais da criminalidade e sublinham a importância da Criminologia se debruçar sobre também este comportamento, do mesmo modo em que já faz para outras classes de profissionais.

Já Ben-Yehuda (1986) sugere que se deve abandonar a abordagem das ‘maças podres’, segundo a qual as causas para o comportamento desviante na ciência seriam imputáveis a características individuais dos (poucos) cientistas que o cometem, em prol da abordagem que nos diz que os casos que vêm a lume são apenas a ponta do iceberg. Define desvio na ciência como “*those acts committed consciously, deliberately and intentionally by scientists, which are strictly forbidden by the scientific ethos*” (Ben-Yehuda, 1986, p. 15).

Na verdade, entende que os mecanismos de controlo social na investigação científica (a possibilidade de replicar estudos, a revisão por pares e as normas mertonianas, nomeadamente do ceticismo organizado e do comunitarismo) “*are much weaker than is usually accepted, and that there are structural, as well as personal, incentives in science to commit deviance*” (Ben-Yehuda, 1986, p. 3). Além do mais, segundo os pressupostos típicos da teoria da dissuasão, o autor considera que a probabilidade de deteção e a gravidade das sanções são ambos muito baixos, pelo que os cientistas sabem de antemão que a possibilidade de deteção de fraude e correspondente aplicação de uma sanção dificilmente se verificam. Sucede, portanto, que há uma forte indeterminação quanto ao que fazer aquando da suspeita de fraude por um colega, desconhecimento ou inexistência de estruturas para receber e averiguar denúncias de *misconduct*, e grandes dificuldades na identificação da vítima do ato. No tocante à sanção, e considerando que as instituições, segundo o autor, não têm qualquer interesse em confirmar publicamente a existência de tais atos, “*if the case is not blatant fraud and fabrication on a mass scale, the most that can happen is that the deviant scientist loses his job. While this in itself is quite serious, it hardly compares with punishments to which other offenders are subjected*” (Ben-Yehuda, 1986, p. 8).

Ainda que existam mecanismos estruturais que facilitam o cometimento do ato, Ben-Yehuda procura indagar das motivações dos cientistas para o desvio. A pressão para publicar e obter financiamentos, a pressão para a obtenção de resultados positivos ou bem-sucedidos, a limitação à mobilidade profissional dos jovens investigadores, as relações de supervisão, a competição na investigação científica, todos estes fatores podem originar a manipulação de resultados ou o plágio, eventualmente a exploração do trabalho de subordinados. Finalmente, para o autor, é a teoria do controlo de Matza, segundo a qual os indivíduos *se tornam* desviantes, que ajudará a explicar o comportamento desviante por parte dos investigadores científicos. Mais constata que

existe uma proximidade, ainda que não similitude, entre os comportamentos desviantes dos cientistas e os dos criminosos de colarinho-branco (Ben-Yehuda, 1986, p. 22).

Davis (2003), por seu turno, considera que há fatores culturais que explicam por que razão, nos EUA, os investigadores estrangeiros são desproporcionalmente mais vezes detetados por *misconduct* por comparação com os norte-americanos. Usando a Criminologia de âmbito sociológico reconhece que podem existir normas conflitantes entre as regras das boas práticas de investigação científica do país de origem e do país de trabalho (figura 4). A cultura de origem dos sujeitos pode ser uma das causas explicativas para aquela sobre-representação dos investigadores estrangeiros e, por isso mesmo, a formação, a socialização no novo conjunto de normas é essencial. No entanto, a cultura de origem deve ser entendida a par de variáveis individuais, organizacionais, estruturais e situacionais, tal como representado no diagrama que aqui se reproduz.

Figura 4: Possíveis causas de research misconduct, in: Davis (2003), p. 192

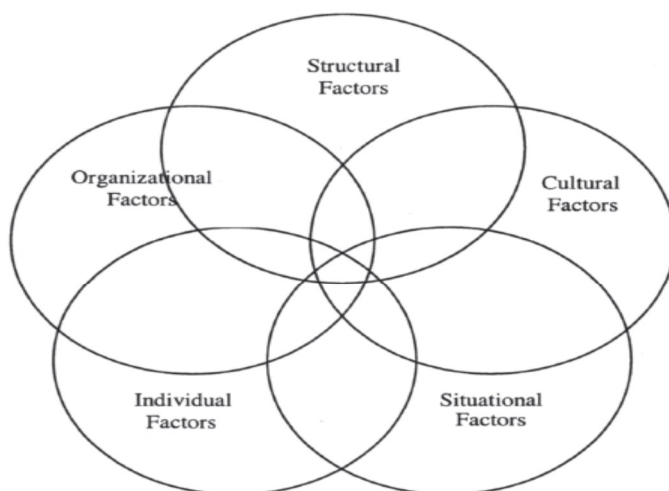


Figure 1: Possible Causes of Research Misconduct.

Inspirado nos trabalhos de T. Sellin e na Teoria da Anomia de Merton, alega este autor que:

“certain cultures place an emphasis on scientific productivity without a corresponding emphasis on the legitimate means of achieving that productivity. The foreign researcher who knows well both the consequences of poor scientific productivity and the rewards for high scientific achievement, but whose background lacks emphasis on the adherence

to competent and ethical practice, may cut ethical corners, especially if situational or other factors are also operating” (Davis, 2003, p. 198).

Croall (2001) refere que a “teoria das maçãs podres”, pela qual as características e patologias individuais são causa do comportamento problemática, não é uma forma viável de explicação para determinados tipos de crime. Tal sucede nos chamados crimes de colarinho-branco ou, mais concretamente ainda, nos crimes organizacionais, onde a ação humana está fortemente contextualizada por uma organização formal que, por seu turno, deve ser considerada no respetivo contexto económico e cultural mais amplo. Se, para as organizações privadas, a busca do lucro e o cálculo entre custos e benefícios pode ser um fator-chave (mas não exclusivo) para a explicação do comportamento criminoso, nas organizações públicas a busca do lucro puro e simples talvez já seja mais difícil de encontrar. No entanto, em qualquer uma delas podem ser detetadas subculturas que, entre si, estejam em conflito. Diferentes departamentos, grupos ou profissionais podem ser portadores de valores conflituantes no seio da organização e este conflito pode conduzir a que determinados indivíduos, que de outro modo não o fariam, afastem os seus valores nucleares em face de novas imposições: “*Scientists may face pressures to produce results quickly and to falsify findings*” (Croall, 2001, p. 89).

E porque razão os cientistas afastam os princípios ou valores típicos da sua profissão deixando-se cair no comportamento desviante? Segundo Hodgkinson (1997, cit. in Croall, 2001, p. 89) os últimos anos têm testemunhado a entrada em vigor, nas organizações públicas, de princípios em torno da comercialização de tal forma que se produziu nestes locais uma “*marketisation anomie*”, uma anomia decorrente das novas pressões de resposta ao mercado. Neste sentido, as características das organizações são essenciais para se compreender o crime e desvio ocorrido no decurso da atividade profissional: “*criminogenic structures can exist in the absence of criminal individuals*” (Pearce e Tombs, 1998, p. 191, cit. in Croal, 2001, p. 90). Mais: estudos como os de Doig (1984) ou Hodgkinson (1997) vieram demonstrar que os objetivos do mercado, nomeadamente o individualismo agressivo, a busca de lucro, podem entrar em conflito com a ética profissional (Croall, 2001, p. 95). No entanto, para Nelken independentemente da forma de organização económica ser ou não capitalista, “*all organizations, capitalists or otherwise, can be criminogenic insofar as they tend to reward achievement at the expense of external considerations*” (Nelken, 1997, cit. in Croall, 2001, p. 100).

Diz ainda Croall que a investigação científica e as funções de perícia técnica podem ser usadas pelas empresas e pelos atores económicos em geral na determinação dos *standards* de conduta aceitáveis para o mercado. Dito de outro modo, a interferência dos atores privados na investigação científica pode ser usada a favor dos primeiros de modo a poderem beneficiar de *standards* de conduta menos severos, legitimados pela intervenção do saber científico.

White, Bandura e Bero (2009) olham para a prática de *moral disengagement*, enquanto mecanismo psicossocial usado pelos indivíduos com tarefas de investigação científica em indústrias consideradas perigosas (tabaco, chumbo). Os resultados mostram que os modos de *moral disengagement* são muito idênticos entre diferentes indústrias e que os modos de minimização e negação do dano foram os mais usados, a par de justificações morais, sociais e económicas, responsabilidade das vítimas pelo dano sofrido ou influência de condições externas ambientais. Deste modo, a investigação em torno de produtos claramente prejudiciais para a saúde pública e ambiente é realizada através de mecanismos de auto-exoneração da culpa ou responsabilidade.

Também Vaughan (2001a), seguindo de muito cerca a teoria da anomia de Merton, refere que a busca de ganhos económicos e a competitividade podem conduzir a uma situação de erosão das normas e à difusão dos exemplos ‘bem-sucedidos’ (mas ilegais) daqueles que conseguem encontrar vias alternativas ao sucesso e cumprir os objetivos, mormente através de atos desviantes. Ora, este raciocínio aplica-se a qualquer tipo de organização, mesmo às que não são empresas mas antes, à semelhança das IES, organizações sem fins lucrativos. Estas, independentemente dos seus objetivos, devem obter recursos e, para tal, “*non profit organizations do engage in economic activity encompassing the production, exchange, distribution, and consumption of goods and services*” (Vaughan, 2001a, p. 320), pelo que devem maximizar retornos possíveis caso queiram continuar a existir.

Considerando as IES gregas como locais de crime de colarinho-branco, Georgoulas e Voulvouli (2015) procuram analisar não apenas os comportamentos problemáticos na investigação científica e na docência, mas a criminalidade existente no sistema de ensino superior na Grécia. Mais, afirmam que esta criminalidade se faz a favor da organização universitária e não contra ela, numa época em que a Grécia afirma querer alterar grandemente a estrutura e padrão as universidades nacionais, em prol da mercantilização da investigação, do modelo empresarial e, em geral, de um tipo de

managerialismo que pode ser contraproducente. Estas características, dizem os autores, parecem impor algum tipo de discriminação ou estigmatização dos académicos que vêm apresentando as suas críticas quer às medidas de austeridade impostas no país nos últimos anos, quer aos que parecem ter um posicionamento contrário à política governamental oficial.

Neste ambiente, situações de enviduação de avaliações, nepotismo e clientelismo têm vindo a ocorrer, segundo os autores gregos, de forma relativamente frequente. A viragem para um modelo economicista de universidade parece não conseguir garantir a autonomia dos investigadores e a liberdade académica, alimentando, pelo contrário, relações consideradas tóxicas com entidades privadas (Georgoulas e Voulvouli, 2015). Também as situações de favorecimento, nepotismo e clientelismo nas universidades italianas são discutidas por Nelken (2009), especialmente na situação de entrada e progressão na carreira académica por comparação, por exemplo, com as congéneres inglesas. O autor conclui que o estado de coisas que se verifica em Itália apenas difere do que se verifica no RU não em virtude das práticas concretas, mas em virtude das limitações das legislações respetivas para impedir a corrupção. A referência a critérios implícitos para os concursos públicos de contratação, bem como a ativação de redes de lealdade ou a diversidade e falta de consenso sobre as regras, é amplamente descrita pelo autor no que considera ser uma situação em que a corrupção é a forma de *governance*.

Winlow e Hall (2012), fortemente inspirados na crítica de Zizek às sociedades pós-modernas e ao correspondente sujeito que as habita, explicitam o que consideram ser o papel dos comités de ética instituídos nas IES para avaliação ética da investigação, especialmente na investigação criminológica. Na ausência de um *Big Other* que permitiria a socialização dos indivíduos senão nas crenças, ao menos nas ações e no conhecimento e conformidade às normas, as sociedades atuais encontram-se repletas de *Little others*, sendo os comités de ética científica apenas mais um ‘pequeno outro’ numa miríade que preenche o quotidiano atual e que procura criar vagos consensos. “*However, once it produces its guidelines, the postmodern subjects it hopes to guide respond with obligatory skepticism*” (Winlow e Hall, 2012, p. 410). O sujeito, o cientista, percebe a estrutura vazia destes comités, a ausência de verdades universais passíveis de serem ditadas por qualquer estrutura, bem como a incapacidade de lidar com a variedades e especificidades. A ação do investigador torna-se, portanto,

pragmática e cínica: “*All we have to do is satisfy the demands of the little other, and we are relieved of the significant burden of worrying about our research practices*” (Winlow e Hall, 2012, p. 411).

O cientista é escusado de usar a ética para estimular a sua criatividade e responsabilidade social e científica, bastando-lhe responder ao que é pedido, usar a linguagem adequada e clicar nos itens certos nos formulários que lhe são apresentados. Os comités de ética, dizem os autores, servem a imagem pública das IES atuais, sem qualquer real compromisso com a ética e com os dilemas morais dos cientistas. No entanto, a sua instituição, nestes moldes, tem efeitos reais no objeto, metodologias e validade da investigação. Os comités de ética não são mais do que um elemento numa dispersão de burocracias e tarefas administrativas “*that are themselves enacted in the name of increased efficiency and transparency. For neo-liberalism, the rise of this new bureaucracy signals the return in a more pernicious form of the repressed Big Other*” (Winlow e Hall, 2012, p. 412). A miríade de ‘pequenos outros’ são formas de controlo das atividades que olham apenas para a *representação* dos produtos científicos, para a *imagem* que as IES querem criar de si na prospeção de futuros alunos, para o que querem *parecer ser* em termos de eficácia e produtividade: “*we work to improve the representation of our services, rather than our services themselves*” (Winlow e Hall, 2012, p. 413). A discussão de fundo, por exemplo, sobre a ética na investigação científica não se faz – apenas se cumprem procedimentos e prazos, preenchem-se formulários. Para os autores, os cientistas embarcam nestes simulacros, perfeitamente conscientes de que são isso mesmo.

“*We believe that our knowledge that the new bureaucracy is pure representation somehow prevents us being complicit in the gradual erosion of those aspects of the traditional academy that should be retained and advanced. We accept that we are a tiny cog in a much larger machine and are thus incapable of preventing this erosion. As we tick the boxes in our applications to Ethics Committees, we wearily go through the motions, reducing the consideration of research ethics to a mere administrative hurdle that we must overcome. We duplicate this routine according to our knowledge of each little other we encounter in the research process, modifying our research accordingly*” (Winlow e Hall, 2012, p. 415).

De forma semelhante, Gutwith e Christiaens (*in press*) argumentam que o atual clima que rodeia os cientistas é um clima eivado de novas regras (por exemplo, a importância

dos índices bibliométricos das publicações) que de algum modo se adicionam aos constrangimentos já habituais da atividade científica. Por um lado, a atividade científica, em geral, sofre já os constrangimentos que decorrem da procura de conhecimento objetivo e universalmente válido; por outro, diferentes ciências procedem de modos diferentes e a tendência atual tem sido a de impor a áreas como as ou as Ciências Sociais exigências que maior sentido farão nas chamadas Ciências Exatas ou laboratoriais (como seja o uso do inglês e a necessidade de publicar em revistas científicas com *peer review*). A adicionar a tudo isso, o atual ambiente da *knowledge economy* conduz a uma ciência feita em curtos prazos de tempo, pressionada por objetivos de financiamento e publicação com impacto bibliométrico onde a fraude deve ser contextualizada: “*la fraude n’est que la fraude, une derive généralement individuelle; c’est beaucoup plus grave quando c’est le fonctionnement collectif de la pratique qui este affecté*” (Gutwith e Christiaens, *in press*, slp).

As regras mudaram, dizem os autores. Produzir e valorizar resultados, publicar, criar relações com as empresas e o mercado de trabalho, inovar, aparecer nos *media*, assegurar subsídios, surgir nos *rankings* internacionais, tudo isto fará com que aumente exponencialmente a zona cinzenta de ‘inflação criativa’ para a produção de resultados. Os investigadores, grupos de investigação e IES colocam-se do lado da procura no mercado e são impelidos a contribuir para o crescimento económico da sua região, já não para o crescimento do conhecimento científico.

Tudo conduz ao surgimento de técnicas para aumentar os *outputs* mensuráveis: reutilizar resultados, acordos de coautoria, avolumar de *dossiers* de investigação ao ponto da impossibilidade de serem realizados, publicações superficiais e redundantes, são resultados expectáveis fruto do atual ambiente que encerra as IES e os cientistas numa *knowledge economy* orientada por valores bem diferentes daqueles que primeira e tradicionalmente orientaram a investigação científica verificável, robusta, baseada na revisão e confiança entre os pares (Gutwith e Christiaens, *in press*). A fraude científica que usualmente surge nos *media* na forma de escândalos, explicada primordialmente por fatores individuais, não serve senão para mascarar este aspeto mais amplo e desviar a atenção das pressões e transformações de fundo, um pouco à semelhança do que vai acontecendo com os escândalos de crimes económicos ou políticos.

Terminam os autores discutindo os efeitos do atual estado de coisas nos investigadores. Para tal pedem de empréstimo a expressão “zombificação dos investigadores” (S. Ryan,

2012, cit in Gutwith e Christiaens, *in press*) para indicar o progressivo desligamento dos profissionais face às múltiplas tarefas com que são sobrecarregados ou para as quais são recrutados: auditorias, visitas, análises SWOT, atualização constante de listas de publicações e CV's, citações, cálculos bibliométricos, burocratização da investigação, concursos a financiamentos, etc. As atuais práticas alienam os cientistas, segundo os autores, das suas tarefas sem nunca questionar a crescente erosão do núcleo da atividade científica: “*Elle crée la perspective d’une existence scientifique vide et sans but: un rôle de figurant dans une science servile, instrumentalisée, à haut rendement, sans libido sciendi, sans programme à soi, sans créativité et sans temporalité propre*” (Gutwith e Christiaens, *in press*, s/p.). Como podem os cientistas continuar a sê-lo neste estado de coisas? Respondem os autores que as mais das vezes encolhem os ombros, numa forma de resistência passiva; outros usam o sistema a seu favor para marcar pontos e ganhar tempo para então produzir, em paralelo, atividades que consideram propriamente relevantes e científicas. Outros, menos, têm vindo defender a necessidade de uma *slow science* que valorize a qualidade, o desafio e o gosto pela investigação, combatendo a cadência de atividades valorizadas pelo sistema atual. Terminam os autores referindo que parece não haver escolha, considerando a valorização do atual sistema pelas autoridades políticas e universitárias. Neste sentido, a fraude tal como vem sido problematizada e mediatizada, perde a relevância que outros lhe querem atribuir.

Hesselmann, Wienefoet e Reinhart (2014) colocam algumas questões metodológicas relevantes no que toca ao estudo da *scientific misconduct*, afirmando perentoriamente que outras disciplinas muito beneficiariam em usar os conhecimentos e estratégias metodológicas tipicamente usados pela Criminologia. A sua crítica é diretamente dirigida aos estudos quantitativos e àqueles que têm calculado o número e frequência das retrações em revistas científicas, sem lançar mão de conceitos que há muito estão enraizados na Criminologia, mormente os de cifras negras e efeito de funil.

“*We can, thus, learn from Criminology that measuring rates of misconduct should separate at least four different processes related to misconduct. What we can measure depends on the actual occurrence of misconduct (1); the detection of misconduct (2); the sentencing of misconduct (3); and the recording of misconduct (4). The problem posed by the entanglement of these four processes reaches much further than just an underestimation of the prevalence of misconduct*” (Hesselmann *et al.*, 2014, p. 64).

Assumem ainda os autores agora revistos que as dificuldades associadas à definição da *misconduct* se devem grandemente a todo o processo de negociação de significados e interpretação das situações desviantes, tal como ensinaram as teorias da reação social ou do *labelling*. A noção de *boundary-work* seria aqui melhor usada, defendem, do que uma distinção totalizante entre ciência e não ciência. No final, sustentam os autores a necessidade de haver estudos qualitativos que de algum modo permitam conhecer o que os estudos baseados na análise das retrações ou em inquéritos de delinquência autorrevelada não permitem: os processos sociais de negociação das percepções, definições e situações a três níveis – “*in the scientific community (micro), in institutions like universities and journals (meso), and in more general public discourses (macro)*” (Hesselmann *et al.*, 2014, p. 67).

Finalmente, sublinhamos aquele que será, no melhor do nosso conhecimento, o único número especial de uma revista científica de Criminologia em torno das questões dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e na docência, já em 2015. Neste, vários autores do norte da Europa, especialmente da Holanda, procuram endereçar este como um tópico especialmente interessante para a Criminologia e áreas afins. Pressupomos que este interesse novo pelo tópico, aqui afirmado de forma tão veemente, possa ter tido origem com o caso Stapel que sucedeu naquele país (Anexo 1).

Beyens e Swaaningen (2015) partilham da dificuldade, que temos vindo a frisar, da definição do conceito de *scientific misconduct* e da dificuldade de se medir a sua incidência e prevalência. Mais referem que a mesma é produto de uma cultura académica cada vez mais orientada para o percurso profissional e anómica, com consequências negativas, nomeadamente a perda de confiança no interior da academia e um acréscimo do controlo das atividades que ali decorrem. Este dará lugar, presumem, a investigação cada vez menos socialmente interventiva, previsível e pouco inovadora.

Com enforque no sistema organizacional, Verhaeghe e Willemsen (2015), clamam pela necessidade de estudo do fenómeno da fraude científica no contexto da atual meritocracia neoliberal. Aqui, o maior ou menor mérito do sujeito é determinado em função dos seus índices de produtividade económica, o que também parece suceder nas atividades de investigação. Deste modo, a competição pela prioridade nas publicações é preferida face à qualidade das investigações, o que pode, de acordo com os autores, conduzir a a *sloppy science* ou mesmo à fraude científica.

Bunt (2015) vem afirmar a dificuldade na determinação da integridade na investigação, especialmente criminológica, através de três cenários éticos com que a investigação neste campo frequentemente se depara: garantia da privacidade dos inquiridos, a abertura e transparência exigível quando se realiza investigação com base em informações confidenciais e, finalmente, a exequibilidade de uma investigação criminológica independente e autónoma e seus limites. Neste sentido, a vontade de reforçar a integridade científica em resposta aos vários escândalos ocorridos nos últimos anos (ainda que noutras áreas que não a Criminologia) pode ser algo mais difícil de executar do que pareceria, diz o autor.

Gutwirth e Christiaens (2015) criticam o que consideram ser uma *science policy* atualmente em vigor e como resposta aos vários casos mediáticos de fraude científica. Entendem que este controlo é uma resposta não a esses casos excepcionais mas antes um mecanismo que serve para disciplinar e controlar a atividade dos cientistas ao encontro da já mencionada *knowledge economy*. Müller (2015) olha especificamente para o caso Stapel e sua relação com o desenvolvimento da psicologia social na Holanda. O trabalho do autor remete para a questão concreta da atual cultura da competição, mormente por via das publicações e para a banalidade do uso de QRP naquele campo disciplinar. Trata-se, portanto, de uma cultura de “tolerância indiferente” que poderá ter tido um papel relevante nas inúmeras investigações falsas de que Stapel foi acusado.

Da revisão de literatura aqui encetada, se depreende que a Criminologia tem progressivamente aplicado mais esforço no estudo ou na reflexão em torno dos comportamentos e práticas problemáticas desviantes na investigação científica e no ensino superior. São ainda poucos os autores que se dedicam a este tópico de investigação, mas os que o fazem tendem a chamar a atenção para as fragilidades do controlo social ao desvio na ciência, considerando o contexto organizacional onde as atividades individuais são geradas, por um lado, e, por outro, considerando ainda o ambiente cultural, económico e político mais amplo que, de algum modo, condicionam ou guiam as atividades das instituições em prol de objetivos de maior produção, mais eficiência e eficácia.

As pressões impostas sobre os indivíduos, as estruturas organizacionais, a relação com atores externos (decisores políticos, entidades financiadoras), parecem afastar de algum

modo este tópic de investigação das explicações tradicionais dos crimes de rua, para passar a observar o desvio na investigação científica e na docência como resultado da ação humana na organização profissional em que se encontra. Nesse sentido, a literatura sobre os crimes e desvios de colarinho-branco ou organizacionais parece ser o modelo estruturante de parte da literatura revista.

Das obras revistas regista-se ainda uma preocupação da Criminologia em torno das pressões externas sobre a sua investigação, bem como questões éticas e de integridade concernentes aos seus específicos objetos de estudo e processos de investigação.

No entanto, assinala-se uma ausência de trabalhos empíricos sustentados, de dados sobre o fenómeno. A problematização e reflexão sobre o objeto da presente investigação está presente, mas as suas específicas características empiricamente obtidas estão ausentes. Muito há ainda para conhecer e consideramos, também nós, que a Criminologia está dotada dos instrumentos conceptuais e metodológicos ideais para estudar também estes comportamentos e práticas problemáticas, olhando quer de uma vertente etiológica, em busca da constelação de causas que poderão estar na sua origem, quer de uma vertente crítica e de análise da reação social a estes comportamentos e práticas.

2. Controlo social dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e ensino superior: dimensão meso de análise

Vistas que ficaram as variedades de definições dos comportamentos e práticas consideradas problemáticas, bem como os estudos empíricos que procuram descrever o fenómeno, especialmente na Criminologia, passaremos agora à revisão da literatura sobre os mecanismos de controlo social desses comportamentos e práticas.

Consideramos que, efetivamente, se torna imprescindível olhar também para os mecanismos usados para controlar ou limitar aqueles que são os comportamentos considerados problemáticos. Como dissemos já, partimos do pressuposto que a reação social às situações e eventual censura negativa correspondente é essencial para moldar a natureza e características do objeto de que nos ocupamos. Desde a década de 60 do

século XX que a Criminologia se tem aberto à consideração também desta faceta, eventualmente procurando perceber o que é o controlo social, como se desenha e implementa, a que interesses obedece, por um lado, e, por outro, se e em que medida os mecanismos de controlo social existentes limitam ou, pelo contrário, potenciam a ação considerada problemática.

Neste sentido, vários são os autores que desde Becker (1966) se têm dedicado ao estudo do controlo social do crime e do desvio nas sociedades atuais, nomeadamente e sem pretender ser-se exaustivo, Black (1976), Cohen (1985), Garland (2001). No entanto, já Sutherland, Cressey e Luckenbill (1992) entendiam que a Criminologia inclui no seu âmbito de estudo “*the process of making laws, breaking laws, and reaction to the breaking of laws*” (Sutherland, Cressy e Luckenbill, 1992, p. 3) alertando, deste modo, para a necessidade de se estudar a reação social. Definem estes autores o controlo social como contendo os vários processos pelos quais os membros de uma sociedade definem e reagem ao comportamento desviante, incluindo aqui a lei e a punição, mas também outros modos de controlo social informal existentes em diferentes esferas da vida em sociedade.

Em geral, para os vários autores que se debruçam sobre estes processos e mecanismos, o controlo social pretende regular ou disciplinar a atividade humana, especificamente daqueles que são considerados criminosos, desviantes, preocupantes ou problemáticos – no entanto, autores há que, segundo Innes (2003), entendem o controlo social como contendo também as formas mais simples de socialização de qualquer indivíduo ao longo da sua vida. Nesse sentido, podemos distinguir entre formas ou mecanismos de controlo desenhadas especificamente para o efeito, mormente por entidades nacionais e estatais, e aquelas formas de vida em sociedade onde, entre outros processos, o controlo social também se opera. Segundo Black (1976), estas formas de controlo social não formal são mesmo mais frequentes e persistentes ao longo da vida dos indivíduos. Para Innes, as formas de controlo das sociedades atuais têm-se tornado de tal modo dispersas e frequentes que estamos perante, acima de tudo, formas de modificação comportamental, ou seja “*as any action intended to change people’s behaviour*” (Innes, 2003, p. 5).

Deste modo, definiremos, para a presente revisão de literatura, controlo social como formas de reagir e de implementar uma alteração de comportamentos e práticas consideradas problemáticas na investigação científica e no ensino superior.

Resta justificar a opção pela necessidade de olhar este nível como a dimensão meso de análise. Entre outros elementos, é no seio do grupo que se define e organiza a reação social aos comportamentos e práticas problematizadas. Mas o indivíduo tem margem de ação suficiente para definir a situação e redefinir o seu curso de ação no seio das estruturas organizacionais, regras (ou ausência das mesmas), processos coletivos de controlo social.

Acolhemos, portanto, a leitura de Crozier e Friedberg (1977) acerca da ação humana: o ator nem sempre tem objetivos claros e projetos coerentes. Como afirma Weber (2001a, 2001b), a ação social nem sempre é racional e relativa a um fim. Ou podemos afirmar, atualizando a linguagem, que a reflexividade não é necessariamente reflexão esclarecida sobre o curso de ação ou leitura racional dos acontecimentos. Mas tal não permite negar o comportamento ativo do indivíduo, pois não é mero ser empurrado ou determinado por forças sociais fora do seu controlo. Além do mais, o comportamento está sempre eivado de sentido, de significados: não existe uma bitola pela qual possamos aferir a maior ou menor racionalidade da ação, mas existe a noção de que os indivíduos interpretam a situação e consideram as oportunidades que lhe estão disponíveis para a ação.

Crozier e Friedberg (1977) referem ainda que a ação humana em contexto organizacional tem sempre um aspeto ofensivo, de busca de oportunidades para melhoria da sua situação, e um aspeto defensivo, de manutenção e alargamento da capacidade para a ação. Por isso, nenhum comportamento é irracional mas a sua “razão” deve ser procurada em relação a uma estratégia específica no seio de determinado contexto ou organização. Esta afirmação da não irracionalidade do comportamento deve ser considerada com especial relevância quando falamos do crime ou de comportamentos que podem potencialmente dar azo a reação social negativa e a mecanismos formais de controlo social. Muitas vezes, no discurso popular sobre o crime, ou mesmo nas abordagens científicas que buscam a patologia individual, a diferença (normalmente quantitativa) entre delinquente e não delinquente, a irracionalidade do ato é sublinhada ou subentendida. Este posicionamento só pode ser defendido quando se desiste (ou se afasta a possibilidade) de interpretação do significado atribuído ao ato, pelo ator, dado o seu específico quadro de valores, trajeto e contexto.

Devemos, portanto, inquirir das estratégias lançadas pelos académicos no seio da específica organização, grupo ou comunidade a que pertencem, especialmente os mecanismos de controlo desenhados e implementados: como constroem os indivíduos o seu curso de ação, considerando os constrangimentos percecionados, como procuram preservar (e eventualmente aumentar) a margem de liberdade que pensam deter, até que ponto reorientam as suas prioridades de forma a, estrategicamente, responderem às “imposições” da IES ou do grupo de pares? Podemos colocar já a hipótese da liberdade poder ter peso específico quando consideramos as atividades académicas, dado que um dos princípios e da universidade é a da liberdade e autonomia dos sujeitos que ali realizam a sua atividade.

No tocante às relações de poder, muito haveria a dizer mas ultrapassaríamos grandemente o escopo deste trabalho. Desde logo, concordamos com diferentes autores (Crewe, 2013; Crozier e Friedberg, 1977; Foucault, 2008), quando afirmam que o poder não é, antes se exerce; não é atributo de um ou mais autores, mas uma relação. Do mesmo modo, quando mencionam que não depende necessariamente de uma hierarquia, a ser aplicado de cima para baixo, mas antes se ativa relacionalmente e em várias direções. Que não é apanágio de uma entidade, de uma classe, de um local mas que existe transversalmente aos mecanismos sociais, subtilmente e em rede, que cria regimes de Verdade, objetiva os sujeitos sobre os quais se exerce, que não se exercita apenas através da proibição mas que é estratégia mais ampla e que o seu contraponto é a resistência (Foucault, 2008). Finalmente, o poder é (nas sociedades modernas e pós-modernas) disciplinar e alimenta o controlo social dos comportamentos. Busca a determinação da norma, a identificação do desvio e do desviante e a consequente normalização, quando possível, mormente por via das ciências do comportamento (Foucault, 1987). Crozier e Friedberg, ao analisarem as relações de poder no seio das organizações, remetem para a ideia de negociação: o poder é uma relação de troca e, independentemente da forma como se manifesta, o poder “*implique toujours la possibilité pour certains individus ou groupes d’agir sur d’autres individus ou groupes*” (Crozier e Friedberg, 1977, p. 65).

É uma relação recíproca, é certo, mas desequilibrada, desigual, que depende da situação respetiva das partes envolvidas (por exemplo, entre assistente e catedrático) e o que é intercambiado são possibilidades de ação, margens de liberdade, nomeadamente de recusa de cumprir ordens, de realizar comportamentos. No entanto, ainda que as

relações de poder no contexto de uma organização estejam relativamente estruturadas consoante o acesso a recursos, consoante as possibilidades de ação, a verdade é que existe uma margem de incerteza, de indeterminação,

*“[E]t la stratégie de chacun des partenaires/adversaires s’orientera donc tout naturellement vers la manipulation de la prévisibilité de son propre comportement et celui d’autrui, soit directement, soit indirectement en modifiant en sa faveur les conditions structurelles et les ‘règles’ qui régissent ses interactions avec autrui”*² (Crozier e Friedberg, 1977, p. 72).

Mas, para tal, os atores devem ter acesso a recursos pertinentes e possuir capacidade para os mobilizar – possibilidade que está desigualmente distribuída no seio da organização. Merton menciona também esta questão da distribuição desigual dos recursos entre cientistas. Podemos, por exemplo, conjeturar que um professor catedrático terá maior margem de liberdade e de negociação, em comparação com um bolsheiro de investigação, em virtude de ter acesso diferenciado aos recursos importantes no seio do laboratório ou da universidade a que pertence.

E é a própria organização que disponibiliza e regula as bolsas de indeterminação (que dependem da estrutura formal e das características da organização e não podem ser consideradas “objetivamente”) que os indivíduos podem conseguir controlar. Ou seja, a organização afeta a capacidade de jogo e a vontade dos seus membros (Crozier e Friedberg, 1977, p. 79). A organização regula a distribuição de recursos pertinentes (por exemplo, acesso a lugares de decisão), estabelece os canais de comunicação entre membros, determina a possibilidade de acesso a informação e atribui a alguns deles autoridade legítima, controlo e/ou poder sobre outros. A organização, ou as IES no caso concreto, regulam ainda os modos de acesso a promoções e vantagens, definem as possibilidades de sucesso de cada um. Por seu turno, os indivíduos *“n’accepteront de mobiliser leurs ressources et d’affronter les risques inhérents à toute relation de pouvoir qu’à condition de trouver dans l’organisation des enjeux suffisamment pertinents au regard de leurs atouts et de leurs objectifs, et suffisamment importants pour justifier une mobilisation de leur part”*³ (Crozier e Friedberg, 1977, pp. 80-1).

² Realçado no original.

³ Realçado no original.

O que sucede, portanto, é que a organização onde a ação humana social acontece é universo de conflito e o seu funcionamento acaba por ser o produto de debates entre racionalidades que são múltiplas, divergentes e contingentes, entre atores livres que lançam mão dos recursos de poder que têm à sua disposição (Crozier e Friedberg, 1977, p. 92).

Os autores sublinham ainda a possibilidade de mudança sistêmica, de mudança produzida coletivamente pelos membros de uma organização que não ficam, passivamente, agarrados a rotinas, ainda que rapidamente fiquem alerta aos riscos da mudança. No entanto, qualquer conjunto humano tem capacidade para absorver a mudança, mantendo as suas características e tal deve-se à utilização “*par les participants de la marge de liberté dont ils disposent dans les jeux qu’ils jouent dans l’organisation*” (Crozier e Friedberg, 1977, p. 387). No entanto, a organização também encerra controlo dos comportamentos, diminuição da imprevisibilidade, regularidades das relações, das funções e dos papéis. No fundo, o que existe é um jogo a ser jogado pelos diversos elementos do sistema, onde se encontram liberdade e constrangimento, autonomia e regra, onde existem diversas estratégias a usar:

“[S]elon les capacités propres des acteurs, selon la configuration particulière de leurs champs stratégiques respectifs et selon la structure et les ‘règles’ des jeux auxquels ils participent dans l’organisation, les stratégies peuvent être plus ou moins risquées, plus ou moins agressives ou, au contraire, plus ou moins défensives. De toute façon, celles qui sont choisies ne sont pas forcément les seules possibles” (Crozier e Friedberg, 1977, p. 119).

A margem de liberdade dos atores no jogo organizacional remete para criação, inovação e descoberta no cumprimento dos fins, na materialização das estratégias e, no final, pode conduzir mesmo a uma alteração das regras do jogo. Estamos perante estratégia, inovação e reflexividade no contexto estruturado de regras, papéis e funções. A avaliação de um comportamento como normal ou problemático, o respetivo controlo social existente, deve ser entendido neste contexto.

Criação, liberdade, novidade e emergência. Constrangimentos, regras, estrutura. A compreensão da ação humana deve fazer-se entre estes aparentes opostos, que não são mais que duas capacidades do sistema: permanência e mudança; normatividade e desvio – para o que contribui o padrão de controlo social em vigor.

A secção 2.1. irá debruçar-se sobre processos não organizados especificamente para o fim de controlo de comportamentos e práticas problemáticas, mas que antes se desenvolvem no seio da comunidade científica a par de outras tarefas e funções. Entre estas contamos a socialização nas práticas profissionais, cumprimento do sistema de recompensas do cientista, tarefas de avaliação das atividades de docência e investigação através de *peer review*, criação de identidades profissionais e redes de comunicação, bem como distribuição de recursos escassos e organização da vida profissional em geral.

A secção 2.2. irá debruçar-se sobre as formas organizadas (de forma mais ou menos sustentada e formalizada) de reação aos comportamentos e práticas problemáticas, especificamente desenhadas no seio das IES. Faremos aqui entrar a literatura que de algum modo se vem debruçando sobre os sistemas regulatórios em vigor atualmente, bem como os mecanismos de deteção e sanção dos comportamentos e práticas indesejadas. Para tal, necessário se tornará olhar para a cultura e ambiente organizacional típico das IES e em função dos quais aqueles mecanismos de controlo podem tomar diferentes formas e envolver distintos atores.

2.1. A comunidade científica: controlo social informal

Muitos dos trabalhos revistos sobre a investigação científica e o ensino superior, e respetivas práticas e comportamentos problemáticos, chamaram a atenção para a importância da comunidade científica, expressão encontrada também em Kuhn (2000). Em termos gerais, podemos dizer que a comunidade científica parece mediar a relação entre o académico individual e a disciplina científica em que trabalha, fazendo operar efeitos de mudança não apenas sobre o indivíduo mas também no seio das IES e das disciplinas científicas, transmitindo ou materializando normas de conduta profissionais, quadros de valoração e interpretação das atividades, estabilizando sistemas de recompensas, criando redes de comunicação, entre outras tarefas.

É na comunidade científica que se opera uma distribuição funcional de tarefas e posicionamentos e o conjunto de académicos (investigadores e/ou docentes) que dela fazem parte serão essenciais na problematização de comportamentos e práticas, comunicação dessas definições e eventualmente reação negativa aos comportamentos e

práticas problemáticas. A comunidade científica pode ainda ser determinante na criação dos mecanismos específicos de controlo, que trataremos na secção 2.2.

A reação ao comportamento problemático provém da comunidade científica mais ou menos ampla, e não propriamente de uma reação social sem face ou abstrata. Mais: é através da comunidade científica que se procede à avaliação, revisão, crítica intelectual e atribuição de reconhecimento ou, pelo contrário, de estigmatização e sancionamento dos académicos detetados em comportamentos problemáticos. Razões mais do que suficientes para olharmos para as suas características, atribuições e formas de funcionamento.

A comunidade científica pode encerrar em si indivíduos com tarefas e objetivos potencialmente diferentes. Merton, num artigo seu de 1941, apresenta a classificação elaborada por Znaniecki acerca dos variados papéis sociais dos “homens de conhecimento” (cientistas ou sábios, indiferenciadamente). Estes podem ser (Merton, 1973, pp. 42-3): (a) consultores tecnológicos, incluindo peritos (que definem os dados relevantes, seus componentes e inter-relações para cada situação, esclarecendo ainda as bases teóricas das tarefas planeadas para o grupo) e o líder, o diretor-executivo que traça os planos de ação e os meios para a sua execução; (b) os sábios, que fornecem justificações intelectuais para as tendências coletivas da facção que seguem, podendo ser *conservatives* ou *novationists*; (c) os académicos, incluindo o designado académico sagrado (que perpetua verdades através da redução exata das suas expressões simbólicas e que tem a seu cargo a manutenção de um sistema de verdades estáveis e inquestionáveis) e o académico secular, seja um descobridor da verdade (inicia uma escola de pensamento e alega a sua verdade absoluta), sistematizador (testa e organiza em sistemas coerentes o conhecimento já existente), contribuidor (fornece novas descobertas que devem servir como provas para sustentar as teorias existentes ou rejeita, justificadamente, o que for considerado como insatisfatório), lutador pela verdade (garante a vitória de uma escola ou movimento, sobre outro/as, usando da capacidade de convencer os restantes colegas em situação de disputa) ou disseminador do conhecimento (nas vertentes de popularização desse conhecimento ou de ensino). Finalmente, da comunidade científica podem ainda fazer parte os (d) criadores de conhecimento, ou exploradores, incluindo o descobridor de factos (encontra factos empíricos imprevistos e permite a ocorrência de alterações nos sistemas de

conhecimento existentes) ou o descobridor de problemas, que encontra problemas teóricos não considerados até aí.

Merton procura operacionalizar o que se entende por “comunidade de cientistas”, chamando a atenção para o trabalho em comum, para o facto de a história revelar que as descobertas simultâneas são usuais e para a relevância da consulta aos pares na apreciação do trabalho desenvolvido por cada cientista individualmente. Deste modo,

“scientists are bound to the past by building upon a deposit of accumulated knowledge, (...) are bound to the present by interacting with others in the course of their work and having their attention drawn to particular problems and ideas by socially and intellectually accentuated interests, and (...) are bound to the future by the obligation inherent in their social role to pass on an augmented knowledge and a more fully specified ignorance. The community of scientists extends both in time and in space” (Merton, 1973, p. 376).

Ora, para o autor, esta comunidade científica tem, ao longo dos anos, orientado a sua ação em função de um sistema de recompensas institucionalizado há muito. Independentemente das características individuais e psicológicas do cientista uma coisa é certa, *“he will be under pressure to make his contribution to knowledge known to other scientists and that they, in turn, will be under pressure to acknowledge his rights to his intellectual property”* (Merton, 1973, p. 294). No fundo, a ciência imprime como objetivo fundamental para cada cientista a originalidade do trabalho - aquele deve, por isso, esforçar-se ao máximo para produzir e ser reconhecido.

Existem vários níveis de reconhecimento, desde a eponímia, ou seja, a atribuição do nome do cientista à descoberta (pense-se, por exemplo, no chamado bosão de Higgs ou no cometa Halley) ou à paternidade de um campo científico (por exemplo, Comte como o “pai” da sociologia), a outras formas menos relevantes. Por exemplo, a atribuição de bolsas, prémios e distinções honorárias, ou os convites para pertença a sociedades científicas. O sistema acaba por ser um sistema de estrelato, independentemente da motivação individual do académico:

“Scientists themselves have distinguished the stars from the supporting cast by issuing directories of ‘starred men of science’, and universities have been known to accord honorary degrees to scientists along with the larger company of philanthropists, industrialists, businessmen, statesmen, and politicians” (Merton, 1973, p. 301).

Dá que a originalidade, o reconhecimento, a eponímia (por oposição ao anonimato) sejam a pedra de toque do sistema de recompensas dos cientistas e o grande objetivo da ciência moderna que os insta ao conhecimento – original.

Paradoxalmente, ou não, os cientistas devem ainda orientar-se segundo um princípio de modéstia e humildade, segundo Merton. Tal acontece, por exemplo, nas habituais revisões de literatura, consideradas não apenas um prática instrumental à investigação, mas ainda uma “prática comemorativa” dos trabalhos anteriores. A mesma modéstia deve ser visível quando um autor reconhece as limitações do seu trabalho. Conclui o autor que a ciência parece impor valores incompatíveis sobre os seus membros, originando uma posição de ambivalência. Esta tensão entre originalidade e humildade poderá originar, nos elementos da comunidade científica em ação, alguma ambivalência e eventualmente dar origem a comportamentos desviantes.

No entanto, estes comportamentos problemáticos são, segundo Merton, raros pois a comunidade científica atua de tal modo, através de um modelo de cooperação competitiva (Merton 1973, p. 339), que virtualmente impossibilita a sua existência: o controlo estrito, o escrutínio pelos pares, a verificação ou (mais raramente) a falsificação de resultados implica um “policimento rigoroso” (Merton 1973, p. 311) que ajuda a reforçar a tendência que os académicos têm para uma vincada integridade moral. Simultaneamente, foram sendo instituídos mecanismos de registo da prioridade das descobertas e dos escritos: versões prévias que circulam entre colegas, registo da data de receção do manuscrito por parte das revistas científicas, averbamento cuidadoso das atividades diárias de recolha e tratamento de dados, entre outros.

Note-se ainda que, para o autor norte-americano, tal como sucede na restante sociedade, também na ciência os indivíduos ocupam lugares diferentes na estrutura social e, por isso, têm um acesso diferencial às oportunidades para o reconhecimento. Por isso, não será de espantar que alguns cientistas reconheçam ou sintam que estão em desvantagem na corrida pelas descobertas originais. No entanto, ao contrário do que se verifica na situação de anomia (Merton, 1968b), a ciência enfatiza vários valores (e não apenas um – no caso da sociedade dos EUA é a obtenção de riqueza,), como sejam também a procura da verdade de forma desinteressada (Merton, 1973, p. 321), o que significa que os académicos sentirão menos pressão para o desvio, face aos seus concidadãos não académicos.

Um dos exemplos de acesso diferencial aos recursos na ciência e ensino superior é a clivagem existente por via do que Merton designou como “efeito Matthew” (Merton, 1968a): os cientistas que já ganharam reconhecimento pelos pares recebem sucessivamente mais desse mesmo reconhecimento a cada nova publicação ou trabalho, ao passo que tal é difícil de conceder aos acadêmicos mais novos que realizem trabalho idêntico. Note-se, ainda, que este enviesamento é mais marcado para os homens do que para as mulheres. Historicamente, e ainda nos dias de hoje, a comunidade científica tende a ser altamente discriminatória para com as mulheres. Diferentes estudos mostram que estas veem as suas oportunidades diminuídas face aos seus pares masculinos: “*gender regimes in universities have traditionally been profoundly unwelcoming to women and had allowed the unacknowledged exploitation of their work.*” (Becher e Trowler, 2001, p. 19)

Por outras palavras, o efeito Matthew significa que “*a scientific contribution will have greater visibility in the community of scientists when it is introduced by a scientist of high rank than when it is introduced by one who has not yet made his mark*” (Merton, 1973, p. 447). Fenómeno que pode ser considerado disfuncional por penalizar os acadêmicos nos graus inferiores da carreira, aprofundando diferenças na distribuição de honorárias mas também de recursos, isto é, aprofundando a acumulação de vantagens e de diferenças no sistema de estratificação da ciência. Por exemplo, num artigo publicado em conjunto, os leitores tendem a reter apenas o nome do académico mais conhecido; em caso de descobertas simultâneas, a que foi reclamada pelo cientista com mais reconhecimento tende a ser analisada mais seriamente, do que a de outro(s) colegas que tenham chegado à mesma conclusão mas sejam ilustres desconhecidos. Donde se conclui que “[W]hen the Matthew effect is thus transformed into an idol of authority, it violates the norm of universalism embodied in the institution of science and curbs the advancement of knowledge” (Merton, 1973, p. 457).

Existem, portanto, várias instâncias pelas quais, ao longo da carreira, os cientistas adquirem ou recolhem reconhecimento; a partir dessa aquisição, o reconhecimento passa a ser atribuído de forma quase automática pela comunidade de pares (Merton, 1973, p. 477). Este fenómeno pode introduzir enviesamentos no processo de avaliação por *peer review* onde não exista anonimato, bem como na alocação de bens, regalias e recursos.

Sintetizando, a ciência quando funciona adequadamente, diz Merton, atribui aos cientistas o reconhecimento e estima devida pelo avanço e do conhecimento, fazendo coincidir a obrigação moral e o interesse próprio do cientista (Merton, 1973, p. 399). No entanto, a ênfase e desejo pelo reconhecimento pessoal, pela validação e aplauso ao trabalho produzido, pode acarretar disfuncionalidades para a atividade científica; a importância da originalidade e prioridade pode motivar comportamentos desviantes cometidos pelos acadêmicos. E tudo isto sucede através do funcionamento da comunidade científica.

Mulkay (1976) vem opor-se à visão funcionalista da ciência e ao conjunto de normas enumeradas por Merton (universalismo, desinteresse, etc.) como implicitamente pertencentes ao sistema científico e necessárias ao evitamento do desvio no seu seio. Mulkay alega que estas normas não são realmente normas sociais mas antes ideologias, construções fráscas ou justificações que podem (ou não) ser usadas pelos cientistas na persecução dos seus interesses. O seu cumprimento ou incumprimento pelos cientistas não determina o tipo e quantidade de recompensas obtidas, pois estas sucedem em função das publicações e da informação científica comunicada por meio dos artigos científicos. São estas tarefas que atribuem reputação e permitem a avaliação dos cientistas, não o maior ou menor cumprimento daquelas normas.

Seguindo o trabalho de Mitroff, Mulkay refere que os cientistas em comunidade podem usar contra-normas, ou seja construções de vocabulário opostas àquelas desenhadas por Merton, negociando assim justificações para os seus comportamentos. Nenhuma sanção parece decorrer do uso destas contra-normas, como quando, por exemplo, o secretismo de um estudo (por oposição ao comunitarismo) é justificado pela necessidade de realizar mais análises, ou quando os investigadores remetem para as técnicas e metodologias particulares do seu campo de estudo (opondo-se assim ao universalismo): *“each of the initial set of norms is accompanied by an opposing norm which justifies and prescribes action in complete opposition”* (Mulkay, 1976, p.640).

Que interesses procuram então os cientistas servir ao ativar normas e contra-normas ou, segundo Mulkay, quando procuram disseminar determinados tipos de ideologias que são acolhidos pelo público leigo em geral e pelos políticos em particular? Ao rever estudos dos EUA e do RU (Daniels, 1967; Greenberg, 1969; Tobey, 1971; e King, 1968, todos cit. in Mulkay, 1976), o autor conclui que na América do séc. XIX os cientistas tiveram necessidade de se afastar do modelo de ciência popular em voga na

altura, defendendo a necessidade de autonomia e liberdade na investigação pura. Para tal procuraram merecer um tratamento especial pelos poderes públicos, sendo especialmente poupados a sistemas de regulação exteriores. Após a II Guerra Mundial, dada a necessidade de apoio financeiro público, os cientistas alegaram que o sistema interno de valores da ciência garantiria *standards* éticos suficientes para que a sociedade nela pudesse confiar sem se imiscuir na sua atividade. A comparação da atividade científica com o modelo ideal de democracia do pós-guerra foi também usada, sublinhando que os valores da comunidade científica eram os mesmos valores fundamentais da América da época e que conduziriam ao progresso, permitindo “*to ‘sell’ science, not only to government but also to the American public*” (Mulkay, 1976, p. 651), tal como sucedeu também no RU.

Donde a necessidade de descrever o cientista como um indivíduo totalmente afinado com os valores da modéstia, simplicidade objetividade, honestidade, altruísmo, paciência, independência, entre outros. Tal parece ter sido conseguido através do discurso dos cientistas de mais alto gabarito, os líderes ou aqueles pertencentes às elites científicas. Conclui:

“what have previously been regarded as components of the dominant normative structure of science are better conceived as vocabularies of justification, which are used to evaluate, justify and describe the professional actions of scientists, but which are not institutionalized within the scientific community in such a way that general conformity is maintained. (...) the leaders of academic science (...) have drawn selectively on these vocabularies in order to depict science in a way which justified their claim for a special political status; and that the biased image of science” (Mulkay, 1976, p. 653-4).

O autor chama assim atenção para este uso de uma “ideologia ocupacional” e não propriamente para um sistema normativo institucionalizado.

Scheff (1995) defende que os grupos académicos se assemelham grandemente a *gangs*, partilhando códigos que regulam as necessidades materiais e emocionais dos membros. No caso dos *gangs* académicos, cada grupo pertence a uma “escola” ou linha de pensamento e vários grupos acabam por partilhar o mesmo clã-disciplina. A adequada pertença ao *gang* faz-se através de um sistema de lealdades que acaba por ter impacto no decurso da carreira de cada um dos elementos, seja em promoções ou na obtenção de bolsas. Esta lealdade e identidade coletiva, por seu turno, são mecanismos necessários

para ultrapassar o isolamento típico da atividade de acadêmico, progressivamente aprofundada à medida que se especializa num saber que dificilmente consegue partilhar fora do *gang*.

No fundo, a pertença ao grupo acarreta ganhos materiais, mas também emocionais: “*one’s work becomes the key elemento to one’s identity*” (Scheff, 1995, p. 159). Isto, por seu turno, irá tornar exigível a diferenciação ou exclusão de grupos diferentes, a criação de identidades negativas através da desvalorização ou desconhecimento de outros grupos e respetivos trabalhos. Comunidade e comunicação com o grupo de pertença. Exclusão e diferenciação com os restantes grupos ou *gangs*.

Que comportamentos problemáticos podem daqui evoluir? Scheff (1995) considera que as formações académicas funcionam partilhando lealdades, recompensas emocionais, problemas profissionais e linguagem. Para o que aqui nos interessa, vem demonstrar que essa lealdade se sobrepõe a critérios de originalidade ou mérito quando se torna necessário avaliar pares. Quer se trate da atribuição de uma bolsa, de revisão de um artigo, de promoções profissionais ou de recomendações (de uma pessoa, ou de um trabalho), as relações de lealdade sobrepõem-se aos critérios de avaliação e por várias razões: quer porque o avaliador acredita realmente que o candidato tem as qualidades necessárias para uma avaliação positiva, quer porque “*in promoting a fellow gang member, one is also helping one’s own cause*” (Scheff, 1995, p. 158). Nem o anonimato na avaliação impede a identificação do grupo a que o candidato pertence, pois a literatura citada remete para a escola de pensamento preferida e, portanto, para o grupo de fidelidades.

De forma paralela, Cronin (2001), Cronin *et al.* (2003) e Cronin, Shaw e La Barre (2004) referem o que consideram ser uma tendência para a hiper-autoria, em áreas (biomedicina ou física) onde se torna essencial a cooperação de um grande número de indivíduos, com diferentes especializações e competências técnicas, eventualmente distribuídos por vários locais. A interdependência estrutural entre grupos, instalações, áreas de saber (Cronin *et al.*, 2003), passa a ser uma característica da atividade científica atual, de modo que a noção de comunidade científica ganha toda uma nova dimensão. A exceção parece pertencer às áreas das Humanidades, nomeadamente a Filosofia. No entanto, o mesmo autor refere que muitas das vezes a colaboração é mais de tipo oportunista do que estratégica, no sentido em que os cientistas publicam em colaboração com os colegas que estão mais próximo, nomeadamente alunos de doutoramento, pós-

doutoramento ou pares (Cronin, 2008). De tal modo que a proximidade a um grupo tem efeitos na produção académica e no processo de socialização.

Becher e Trowler (2001) dão conta de uma série de mudanças no padrão de atividade dos académicos devido às transformações socioeconómicas que vieram impactar as IES: globalização, mercantilização do ensino superior e da investigação científica, managerialismo. Consideram que os académicos, apesar daquelas mudanças, continuam a defender e a acreditar em valores e práticas do passado, nomeadamente no que toca à especialização e divisão disciplinar, mal se apercebendo que ocorreu uma ‘desprofissionalização’, diferenciação, fragmentação e enfraquecimento dos laços de uniam a comunidade científica. Os contratos são de carácter mais temporário, a divisão de trabalho torna-se mais rígida mas com diferenciações estruturais cada vez mais marcadas: “*academics are increasingly stratified, with more internal hierarchies and divisions simulated by the need for managerial flexibility*” (Becher e Trowler, 2001, p. 17). A investigação torna-se fragmentária e o ensino desenvolvido para uma clientela cada vez mais massificada, boa parte do tempo é usada em funções administrativas ou burocráticas e as tarefas são no sentido do empreendedorismo ou gestão. Outra das características encontradas por estes autores no ambiente atualmente vivido é a da contínua perda de controlo dos académicos sobre o seu próprio trabalho e ambiente, juntamente com níveis maiores de vigilância e maior responsabilização pelos produtos do trabalho.

Após o processo de socialização, o académico passa a interiorizar o sistema de recompensas e a procurar traçar um percurso profissional relevante, principalmente através do desenvolvimento da sua reputação e contribuição original para a disciplina. Vários estudos, citados por Becher e Trowler, confirmam a centralidade deste aspeto na vida dos académicos e independentemente da disciplina onde exercem: *the outcome of one’s work (...) is not an end in itself but a means to the end of one’s own professional achievement*” (Becher e Trowler, 2001, p. 76). Efetivamente, o reconhecimento como autoridade na área de estudo é, para a maioria dos académicos (principalmente para os que se dedicam à investigação), mais importante do que o sucesso económico (Sax *et al.*, 1999, cit. in Becher e Trowler, 2001). E este reconhecimento é, para a maior parte das disciplinas científicas, obtido através do crédito conquistado através da publicação da investigação realizada, já que a qualidade na docência tende a contar muito pouco para os pares.

A importância da publicação no reconhecimento profissional implica uma mudança de ênfase, cada vez mais sentida, da docência para a investigação, bem como alterações na gestão do tempo que passa a ser dedicado cada vez menos aos alunos. Do mesmo modo, a quantidade das publicações (e não a sua qualidade) parece ser o motor, pelo menos para os investigadores mais jovens. No final, “*the significance of research has been raised and responsibility for academic development in universities has been centralized with research becoming an institutional rather than individual concern*” (Becher e Trowler, 2001, p. 78).

O *impact factor* como um dos mecanismos centrais na avaliação da relevância das publicações científicas tem sofrido várias críticas provenientes de diferentes campos científicos (Fernández-Ríos e Rodríguez-Díaz, 2014; García, 2014). Esta avaliação quantitativa e de cariz bibliométrico impõe constrangimentos ao produto mais valorizado na ciência, a publicação científica, e faz entrar em cena outros atores poderosos, os editores científicos, ou seja, as entidades ou empresas que publicam este tipo de material. A principal crítica avançada prende-se com a exclusividade do uso do fator de impacto na avaliação do trabalho e do mérito científico. Mas autores há que listam longamente os efeitos perversos deste mecanismo. Fernández-Ríos e Rodríguez-Díaz (2014) referem que a aceitação da avaliação desta forma conduz à criação de elites e de hierarquias legitimadas por via dos *rankings* assim criados. Do mesmo modo, a aceitação destes mecanismos pelas IES é considerada uma forma de condicionar a socialização nas exigências organizacionais, bem como manifestação de um estilo de pensar e de investigar. Por outras palavras, é o reconhecimento da pressão da IES sobre os académicos no sentido da publicação e da desvalorização da docência. Dizem os autores que, deste modo, os indivíduos e as organizações caem no fetichismo e em práticas que limitam a capacidade de investigação quando esta não se coaduna com o modelo do *impact factor*. Tal pode ser melhor percebido num contexto onde impera o chamado ‘mercado da ciência’ e se premeia o pensamento unidimensional e *standardizado*, podendo mesmo potenciar comportamentos problemáticos como o auto-plágio e o *salame-slicing* de trabalhos.

Mas existem outros critérios que podem conduzir ao reconhecimento dos pares. Não interessa apenas o que se escreve e onde, mas interessa ainda quem se é e de onde se vem: o prestígio da instituição que concede o grau de Doutor, por exemplo, é fator mais importante do que a produtividade individual. Pelo menos nos primeiros anos de

atividade académica. Também a autopromoção parece ser relevante, assim como a rede de contactos que se possui, ou seja, a pertença a uma espécie de “clube de cavalheiros”⁴, “*a system of sponsored rather than contest mobility*” (Turner, 1960, cit. in Becher e Trowler, 2001, p. 80). Ainda que haja processos de transparência nas IES, e nas relações que aí se desenvolvem, são as ‘decisões de bastidores’ que parecem relevar mais, nomeadamente na criação de postos de trabalho ou seleção de candidatos.

Outra das características à qual se submetem os elementos da(s) comunidade(s) científica(s), alegam Becher e Trowler, é a sua constante avaliação e hierarquização, mais ou menos explícita. Sabe-se quais são as revistas científicas de maior prestígio, os laboratórios com melhor classificação, as universidades de maior qualidade. Mesmo entre as diferentes disciplinas existe hierarquização: por exemplo, as ciências exatas são mais respeitadas e consideradas mais prestigiadas do que as ciências sociais e as ciências puras encontram-se mais alto na hierarquia do que as aplicadas. A localização de um departamento é avaliada consoante a importância da IES a que pertence e os elementos que o compõem, ao mesmo tempo que a fama das IES cresce com base no prestígio dos seus departamentos e membros. Constantemente se atribui estatuto aos indivíduos ou locais e esta atribuição tem impactos no processo de avaliação do mérito intelectual: “*one outcome of this constant exercise of discriminative judgment is the creation of elites and the marking down of those who are not among the frontrunners*” (Becher e Trowler, 2001, p. 82). A seletividade é, portanto, a palavra de ordem. Mas como já tivemos oportunidade de ver, esta seletividade é enviesada por fenómenos como o efeito Matthew. Além do mais, não são apenas os académicos que estão em jogo no processo de atribuição de reconhecimento: também as políticas públicas sobre investigação científica e ensino superior influenciam, eventualmente aprofundando, a seleção.

Finalmente, a(s) comunidade(s) científica(s) funcionam em rede, são compostas por grupos mais ou menos abertos, círculos sociais que interagem. Importa aqui reter a distinção de Becher e Kogan, (1992, cit. in Becher e Trowler, 2001, p. 91) entre dois tipos de padrões de relações: entre por um lado aquilo que os indivíduos fazem, ou o modo operacional, e, por outro, os valores, aspirações e lealdades que constroem, ou o modo normativo. Ambos se relacionam entre si e enquanto o primeiro está representado

⁴ As questões de género (e de etnia) são, novamente, muito relevantes para perceber a distribuição desigual de reconhecimento e regalias no seio da comunidade académica.

pelo grupo de pares (cujo objetivo é lançar *standards* de qualidade, avaliar e atribuir mérito), o segundo é representado pela *network* (cujo objetivo é o da comunicação e transmissão do conhecimento): operações e normas são facetas diferentes mas interdependentes na comunidade de cientistas.

Mais recentemente, os estímulos à investigação em grupo, em colaboração, a internacionalização e a globalização, a movimentação de académicos entre IES e países, o acesso cada vez mais aberto a ideias e produtos, poderá ter imposto alterações nos padrões de relações no seio das diferentes tribos académicas ou comunidades científicas.

Os autores sublinham, à maneira de Kuhn (2000), que a comunidade científica vive da e na mudança. Em todas as fases da carreira os académicos devem, para aumentar as possibilidades de sucesso e reconhecimento, atualizar os seus conhecimentos e técnicas, estar abertos à possibilidade de progresso e desenvolvimento pois este é o curso normal da ciência. No fundo, os vários aspetos da vida académica: “*are not the product of cool, rational analysis by objective intellectuals living in a social vacuum, but fairly predictable arrangements adopted by a set of people who happens to operate in a certain kind of community*” (Becher e Trowler, 2001, p. 101).

Os mesmos autores, cientes da grande importância do processo de reconhecimento e de atribuição de mérito para a comunidade científica, dizem-nos que, progressivamente, os cientistas com mais prestígio vão ser aqueles que, potencialmente, são capazes de exercer mais poder e que, por isso, podem ter um papel essencial na avaliação, contratação ou seleção dos colegas em níveis mais baixos na hierarquia – são os guardiães do grupo, do conhecimento e das fronteiras do território da tribo (Becher e Trowler, 2001, p. 84). São os que vão determinar o que é ou não conhecimento relevante e influenciar o padrão de promoções ou de exclusões. No entanto, estes guardiães, podendo ser os motores do processo de *peer review*, não se confundem com ele.

A tarefa de controlo da qualidade é algo em colaboração e, no que toca à ciência e à comunidade científica, “*the right of any member of a particular field to criticize the work of any other member, regardless of their relative status, is strongly defended in principle*” (Becher e Trowler, 2001, p. 86). O processo de revisão de pares pode ser usado na atribuição de bolsas ou na avaliação de artigos a publicar em revistas

especializadas. Mas, acima de tudo, é um mecanismo que garante os *standards* de qualidade e serve ainda ao reconhecimento da excelência individual (Becher e Trowler, 2001, p. 87). Mas o procedimento não está isento de críticas: pares que discordam na avaliação, diferenças de opinião, diferenças de exigências ao longo dos vários campos disciplinares mas, acima de tudo, para o que nos interessa, o *'sloppy refereeing'* (Becher e Trowler, 2001, p. 88).

A falta de tempo para uma análise a fundo ou para replicar os trabalhos faz com que haja uma disjunção entre aquilo que os académicos supõem que o processo de *peer review* faz (por exemplo, detetar erros ou fraude) e aquilo que na verdade sucede aquando da leitura dos manuscritos – e que não é a replicação a mais das vezes.

“In effect, validation by the peer group (...) is less a matter of the careful, repetitious checking of one another’s results than of a seemingly more haphazard process: assuming that people’s findings are correct and building on them until something is clearly seen to have gone wrong, at which point some credit may be given for tracking down the original error” (Becher e Trowler, 2001, p. 89).

No fundo, parece ter que haver já fundadas dúvidas ou indícios fortes de que algo está mal para que o controlo social informal efetivamente dê o alerta para a qualidade (ou falta dela) dos produtos da atividade científica.

Mas os cientistas não se relacionam e socializam apenas no seio da(s) comunidade(s) científica(s). Os indivíduos e as IES contactam com alguma frequência com comunidades externas não científicas: os editores (como já vimos), mas também decisores políticos, o público, as empresas. Como diz Latour (2005) e Latour e Woolgar (1988), *“[L]a fabrication des faits, comme le jeu de rugby, est un processus collectif”* (Latour, 2005, p. 250). E este processo de construção exige vários atores, quer no seio da comunidade científica quer em interação com estes, assim como exige transmissão, transformação, difusão e criação.

O “construtor de factos” científicos (Latour, 2005, p. 259) tem que garantir a sua difusão no tempo e no espaço, apesar de todos os imprevistos que possam vir a suceder. Para tal, deve recrutar terceiros (outros cientistas, financiadores, etc.) e fazê-los participar na construção do facto mantendo-os “sob controlo” de modo a diminuir a imprevisibilidade do curso dos acontecimentos.

Para tal são usadas várias estratégias: o investigador pode procurar (i) convencer terceiros que é do seu interesse aderir ao facto científico porque auxilia na prossecução de objetivos; (ii) dissuadir terceiros a desistir de outros interesses conflitantes e investir no facto científico; (iii) garantir que a adesão ao facto científico permitirá atingir um determinado fim mais rapidamente que outras soluções alternativas; (iv) eliminar interesses explícitos contraditórios de terceiros quando sejam contrários à sobrevivência do facto (por exemplo, alterando os fins buscados por esses terceiros, inventando novos fins ou novos grupos sociais relevantes a convencer); (v) finalmente, tornar-se indispensável de tal forma que os terceiros busquem o facto e o cientista ou grupo de cientistas.

No fundo, o trabalho dos cientistas quer na relação com o interior da comunidade, quer face a terceiros exteriores, é um trabalho de negociação, de gestão dos imprevisíveis, de recrutamento de aliados e afastamento das responsabilidades no caso de resultados negativos. A atividade do cientista não se baseia no consenso pois tal remeteria à existência de um ou mais grupos sociais constituídos e finalizados, quando, na verdade *“c’est le travail essentiel de ce que nous appelons science et technique que de modifier l’état des choses et la composition des groupes sociaux”* (Latour, 2005, p. 292).

A mudança parece ser a palavra-chave na constituição da comunidade científica e dos seus aliados externos. Mas a mudança é também primordial quando se passa para a manutenção destes grupos sociais, que vão permitir que um facto se reifique, se difunda e se encerre progressivamente à crítica. Mas como garantir que estas assemblagens desordenadas se transformem num todo coerente? Diz-nos Latour que tal se fará através da constituição de alianças, da construção de uma máquina:

“Comme son nom indique, une machine est d’abord une machination, un stratagème, une sortie de ruse où les forces mises e œuvre se tiennent mutuellement en respect de façon à empêcher que l’une d’elles s’échappe du groupe” (Latour, 2005, pp. 313-4).

Esta máquina de alianças faz-se em torno da negociação, de compromissos e táticas que procuram agradar e reter aliados. Por isso, se torna cada vez mais complexa. Quando esta máquina atinge um aparente consenso, o automatismo, ou seja, quando vários elementos se comportam como um só, estamos finalmente perante uma caixa negra que encerra o facto científico construído que deixa, assim, de ser questionado. Mérito do construtor de factos ou do construtor de máquinas de lealdade? *”Ce sont les autres qui*

ont le pouvoir de transformer l'énoncé ou l'objet en un tout durable. Et (...) chaque fois qu'un objet devient indiscutable, il se répand dans les autres laboratoires aussi rapidement que possible" (Latour, 2005, p. 321).

Estamos, portanto, perante a difusão da caixa negra que apenas é possível, diz o autor, através do esforço da comunidade científica e dos seus aliados externos, nomeadamente clientes, consumidores, financiadores cujas necessidades e objetivos são controlados. O facto científico é transportado por diferentes mãos, diferentes atores, diferentes máquinas, numa corrente de ligação que garante o seu sucesso, difundindo-o. Os grupos sociais não são a causa da ciência como atividade social, mas a consequência de um processo de orientação artificial das ligações entre atores e ideias, teorias e máquinas.

No tocante especificamente aos profissionais da ciência, Latour entende que um especialista isolado é uma contradição nos termos, pois a especialização profissional implica sempre uma relação com o restante da comunidade científica. Latour identifica a comunidade científica como estando localizada no laboratório - para nós, faz sentido estudá-la não em função do local, mas das relações que se aí estabelecem. E essa comunidade científica não é homogénea: o diretor de laboratório, departamento ou faculdade terá tarefas mais semelhantes às de um homem de negócios, diz o autor, com reuniões, jogadas políticas, assinaturas de contratos, etc. Dá-se um deslocamento para o exterior do laboratório. Já os jovens investigadores e colaboradores parecem cumprir a função tradicional do cientista submerso nas suas tarefas de investigação. O centramento faz-se para o seio do laboratório. Mas as tarefas destes últimos só são possíveis porque o primeiro age como age. Mais, os padrões de uma e outra faceta estão relacionados: *"il y a une relation directe entre la virulence du travail extérieur de recrutement et la violence de la tension subie à l'intérieur du laboratoire"* (Latour, 2005, p. 381). Interior e exterior da atividade e da comunidade científica ligam-se inextricavelmente e a divisão de tarefas que permite que um facto científico se perpetue implica a existência desta dualidade de tarefas.

A ciência não se faz em isolamento da sociedade; faz-se porque existe relação entre a comunidade científica e outros grupos sociais externos mas que com ela contactam. Os cientistas, ainda que orientados pelo ideal da ciência, apenas são bem-sucedidos quando essa independência não existe, caso contrário não conseguem obter os meios e recursos para a realização das suas tarefas, para a compra de maquinaria, para a contratação de colaboradores, para a divulgação científica. Há um movimento da comunidade científica

para o exterior e um outro movimento de retorno, do exterior (da parte daqueles que permitem a definição, negociação, gestão, regulamentação, inspeção, ensino, venda, reparação e difusão dos factos científicos, Latour, 2005, p. 396) para a comunidade científica. Os cientistas não vivem nem trabalham numa bolha isolada, o laboratório: *“Sans le recrutement extérieur ce n’est pas seulement la tranquillité de la bulle qui est menacée, mais ce qu’on y fait. Les chercheurs font à la fois le contexte social et les choses qui sont dans ce contexte”* (Latour, 2005, p. 388).

A comunidade científica, para sobreviver – melhor, para ver sobreviver os factos sociais que constrói – deve criar relações com o Estado, com a indústria, com o exército. Deve, no fundo, mobilizar recursos, buscar os meios que lhe permitem permanecer em jogo. Quando é incapaz de mobilizar terceiros, de os alinhar, disciplinar e manter o seu interesse, podem continuar a existir grupos de investigadores mas as hipóteses de sucesso são drasticamente reduzidas. Um estudo da comunidade científica implica, para Latour, um estudo da comunidade não científica que a ela (e aos seus produtos) se alia. É necessário, portanto, a consideração da comunidade científica como rede relacional com o exterior ao laboratório (Latour, 2005, p. 431). Quanto mais extensa é essa rede, quanto maiores forem as suas ramificações, mais o facto científico é considerado inquestionável e imprescindível. Com a utilização progressivamente alargada do facto científico, com a migração da caixa negra, as ciências deixam de ter um “fora” (Latour, 2005, p. 600) pois cada movimento de uso do produto da ciência é uma extensão da rede. Não existem ruturas entre ciência e sociedade, apenas prolongamentos; não existem ruturas entre o nível micro (ou os micro-processos de construção social dos factos, Latour e Woolgar, 1988, p. 148) e o nível macro da atividade científica.

Mas como se processam as atividades da comunidade científica no seio do processo de investigação? Como se realizam as tarefas para o fim de construção de factos científicos inquestionados e difundidos. O trabalho de etnometodologia que Latour levou a cabo num conhecido laboratório nos Estados Unidos da América permitiu-lhe aceder a um terreno com uma visão original:

“On parla d’investissements, de profits, d’espaces, de bourses, de subventions, d’avantages comparatifs. Je compris que j’avais affaire à de jeunes cadres dynamiques. On parla de stratégie, de points d’appui, de points de passages obligés, d’investir des places, d’assiéger des idées, de ruiner des réputations, de liquider des adversaires, de guérillas. Je compris que j’étais tombé au milieu d’une réunion d’état-major. On parla

de contrôle, de surveillance, de test en aveugle, de contamination, de trahison, d'intelligence avec l'ennemi. Je compris que j'avais affaire à quelque dispositif policier. On parla de bouleversements radicaux, de révolutions, de transformations rapides, de mines et d'explosion. Je compris que j'avais affaire à des comploteurs" (Latour e Wolgar, 1988, p. 12)

A “tribo” que Latour encontra passa grande parte do seu tempo a codificar, registar, ler e escrever, gasta tempo e energia considerável a comunicar – a literatura (comunicação formal) é omnipresente e a comunicação informal faz-se a maior parte das vezes em torno dela. As máquinas leem e registam dados que são, depois, codificados por computadores, os gráficos são interpretados e lidos pelos cientistas que, finalmente traduzem tudo isso num formato estilizado e fértil em enunciados específicos, que publicam. O processo de construção desses enunciados desaparece e suaviza-se sob fórmulas uniformes e altamente especializadas, depuradas de elementos considerados subjetivos e essenciais na atividade do cientista: *“Les acteurs reconnaissent que la production d'articles est le but essentiel de leur activité”* (Latour e Wolgar, 1988, p. 68; Latour, 2005). Pela simples razão que a publicação permite a aceitação de enunciados e a progressiva construção de factos científicos por via da dissuasão através da comunicação.

Outra das tarefas habituais dos académicos e da comunidade científica é a da avaliação: constante, contínua, em relação a todo o tipo de decisões, mesmo em contexto informal. Segundo os autores, existem quatro tipos de intercâmbios conversacionais que implicam diferentes tipos de avaliação. O primeiro tipo de intercâmbio acontece por referência aos “factos conhecidos” (Latour e Wolgar, 1988, p. 158), sem que haja discussões relevantes sobre os mesmos por estarem já amplamente estabelecidos – o objetivo é a difusão de informação (por exemplo, referindo-se os académicos a novos artigos científicos sobre factos conhecidos ou que ajudem a perceber factos um pouco mais recentes) e a confirmação recíproca, entre os membros de um mesmo laboratório, de partilha de idêntica base de conhecimentos. O segundo tipo de intercâmbio conversacional é de cariz metodológico e executa-se durante operações técnicas (por exemplo, de recolha de dados, na procura do domínio de determinado procedimento) – o objetivo é a avaliação da fiabilidade dos métodos. O terceiro tipo ocorre em torno de questões teóricas mas ativa também outro tipo de conhecimentos, orientações estratégicas sobre a investigação a desenvolver, recapitulação de trabalhos publicados e

eventualmente sobre o futuro da disciplina em que se labora. Finalmente, existem as decisões sobre outros investigadores, procurando-se avaliar os méritos e alocar créditos aos colegas individualmente – neste tipo de intercâmbio, é usual, dizem os autores, avaliar-se das características de personalidade dos sujeitos, por exemplo, a sua maior ou menor honestidade, se é ou não confiável, de tal modo que o autor do enunciado sob avaliação conta tanto como o próprio enunciado (Latour e Wolgar, 1988, p. 163). No final, torna-se difícil separar as questões puramente técnicas, das teóricas ou pessoais.

Daí que um outro aspeto que surge como essencial na vida dos académicos se prenda com a questão da atribuição de crédito pessoal. Mas, diferentemente de Merton, Latour e Woolgar sugerem que o crédito possa ser considerado sob dois ângulos diferentes: enquanto reconhecimento e enquanto credibilidade. Vejamos.

Ao tentar indagar o que motiva os investigadores, os autores entendem que estes são socializados em normas “silenciosamente impostas” (Latour e Wolgar, 1988, p. 193) ao longo da sua carreira: são raras as normas explícitas e as mais das vezes os académicos parecem conhecê-las fazendo apelo a contra-normas. No entanto, as normas parecem apenas produzir uma orientação geral. Os mais jovens usam não uma linguagem normativa mas económica ou comercial, com conceitos como investimento, relação ou valor, flutuações de mercado ou oportunidades e retorno. E fazem-no, nomeadamente, quando procuram indagar do local para onde devem ir trabalhar ou realizar a sua formação, ou do orientador que devem buscar ou a área de investigação em que devem investir. Alocam, desta forma, crédito. E, mostram os autores através da análise conversacional dos académicos, que este crédito pode ser trocado, partilhado, roubado, acumulado ou desperdiçado: “*le crédit possède tous les caractères d’une monnaie*” (Latour e Wolgar, 1988, p. 198). Mas, no final, não é em torno do crédito como reconhecimento que se orientam as ações dos académicos ou que conseguimos explicar a divisão de recursos.

Pelo que surge o crédito como credibilidade. Através da análise de diferentes percursos académicos, nos quais os indivíduos mudam de campo de investigação buscando novas e mais intensas reações aos seus trabalhos, nos quais acumulam prémios e honrarias, recebem recursos ou, pelo contrário, encontram o insucesso podendo desistir da carreira, os autores concluem:

“le comportement des chercheurs se signale par sa remarquable proximité avec celui d’un investisseur capitaliste: il lui faut avoir au préalable accumulé un stock de crédibilité. Plus le stock est important, plus nombreux seront les profits que l’investisseur en recueillera, augmentant ainsi un capital en augmentation constante” (Latour e Wolgar, 1988, p. 204-5)

A atividade científica não é, portanto, uma atividade com fim único – a obtenção de reconhecimento –, mas é antes um processo que se desenvolve em paralelo a um ciclo de ganho e reinvestimento de credibilidade, como um *loop* de investimento de capital (Latour e Wolgar, 1988, p. 205). Enquanto aquela se baseia no reconhecimento dos pares pelas obras científicas passadas, este ciclo prende-se com a capacidade que os indivíduos efetivamente detêm de realizar ciência. Por isso, o reinvestimento faz também a ponte entre reconhecimento e recursos (externos), como sejam obtenção de financiamentos ou criação de instituições. Daí que a fiabilidade dos dados, a confiança nos instrumentos técnicos, os questionamentos teóricos estejam, como vimos atrás, muitas das vezes ligadas ao capital de credibilidade acumulado por alguém em determinado momento. É esta credibilidade que permite a equiparação e permuta, para o académico, entre dinheiro, prémios, prestígio, número de citações ou de publicações, etc. (Latour e Wolgar, 1988, p. 209) – todos estes elementos insuflam a credibilidade e permitem o seu reinvestimento e a criação de um mercado.

“Il y a une demande de la part des investisseurs pour une information qui peut augmenter le pouvoir de leurs propres inscripteurs, et il y a offre d’information d’autres investisseurs. Les lois de l’offre et de la demande créent la valeur de la marchandise, qui fluctue constamment selon les montants de l’offre, de la demande, le nombre de chercheurs et l’équipement des producteurs. Tout en prenant compte de la fluctuation de ce marché, les chercheurs investissent leur crédibilité là où elle a le plus de chances d’être payée de retour. Leur évaluation de ces fluctuations explique à la fois la référence que font les chercheurs aux « problèmes intéressants », « sujets payants », « bonnes méthodes » et « collègues en qui on peut avoir confiance » et expliquent pourquoi les chercheurs passent leurs temps à changer de domaine, à lancer de nouveaux projets de collaboration, à saisir et à se débarrasser des hypothèses au gré

*des circonstances, à remplacer une méthode par une autre, le tout étant soumis à l'extension du cycle de crédibilité*⁵ (Latour e Woolgar, 1988, p. 216).

Um cientista bem-sucedido é-o em função da rapidez da conversão da credibilidade e da sua progressão na carreira. Não tanto o número de vezes em que o seu trabalho é citado, mas eventualmente o número de telefonemas que recebe, a taxa de aceitação dos seus artigos, a oferta de melhores postos de trabalho. Para os autores, os cientistas podem então ter diferentes motivações (aumentar o conhecimento, ajudar as pessoas, procurar a verdade) mas todas elas são convertidas no mesmo valor: credibilidade.

Deste ponto de vista, considerando as oportunidades, o estatuto, a sua situação social (e da sua disciplina, por exemplo), os cientistas agem como estrategas: *“meilleures sont leurs qualités de politiciens et de stratèges, meilleure est la science qu'ils produisent”* (Latour e Woolgar, 1988, p. 226). Mas tal não lhes permite uma autonomia total em relação ao seu trabalho. Dizem Latour e Woolgar que os académicos se encontram num difícil equilíbrio pois se por um lado é verdade que muitas vezes se comportam como homens de negócios, também é verdade que não deixam em momento algum de ser funcionários públicos⁶. Mesmo quando não são meros técnicos e são, antes, empregadores, não deixam de ser funcionários, *“au sens où ils sont payés pour gérer des fonds privés ou ceux des contribuables qui leur sont prêtés”* (Latour e Woolgar, 1988, p. 246). Devem constantemente gerar capital de credibilidade mas sempre justificando publicamente o uso que fazem de dinheiros que lhes são, no fundo, emprestados – o que os autores consideram ser um duplo sistema de pressões.

No final, e para terminar a análise feita por Latour (2005) e Latour e Woolgar (1998), a maior ou menor credibilidade do cientista ajuda a construir o facto científico, ao afastamento da subjetividade e ao fechamento das caixas negras que encerram o produto da atividade científica. E tal em grande parte devido ao funcionamento da comunidade científica e das relações que esta estabelece com outros grupos sociais exteriores à ciência.

⁵ Sublinhado no original.

⁶ No caso do laboratório onde Latour desenvolveu as suas observações, o vínculo funcional era feito com o governo federal.

Será possível concluir desta revisão afirmando que, para interpretar e compreender a ação individual do académico, esta deverá ser remetida para um universo de valores, de recompensas, de comunicação criado no seio da comunidade científica. Mas, por outro lado, a comunidade científica e os académicos interagem com atores externos. O académico precisa do par, que lhe avaliará os artigos, o seu percurso, lhe atribuirá credibilidade e reconhecimento. E a comunidade científica precisa de atores externos que usem os seus produtos, que emprestem uso e utilidade aos produtos científicos, que dispensem dinheiros e interesse pelas produções científicas.

Ora, algumas notas devem ser feitas neste momento. A comunidade científica, que socializa, que diz a norma (ou a ideologia) profissional, que distribui tarefas e recursos, avalia em grande parte o trabalho dos seus elementos. A avaliação, o *peer review* das publicações, para obtenção de bolsas ou para manutenção da carreira nas IES pode, em teoria, ser o momento por excelência para a deteção de comportamentos e práticas problemáticas. No entanto, vários dos autores que vimos chamam a atenção para os envios destas avaliações, do funcionamento deste sistema de revisão de pares: não é cego aos indivíduos, pode ser enviesado, pode ser determinado por outros interesses que não puramente científicos, pode ser determinado por questões de poder e proximidade e não apenas de mérito científico. O controlo social informal realizado pelos pares pode ser momento de controlo de integridade da atividade científica, ou momento de comportamentos e práticas problemáticas. Donde a sua inserção, na secção anterior deste trabalho, na categoria das “áreas cinzentas” de problematização.

2.2. Estruturas organizacionais: controlo social formal

Pelo que ficou exposto necessário se torna olhar para os mecanismos desenhados especificamente para controlo da atividade científica e docente, nas suas vertentes problematizadas pela comunidade científica e pelos académicos. Deste modo, na presente secção iremos dar conta de alguns trabalhos de investigação e reflexão acerca dos mecanismos de controlo social formal dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior.

Vaughan (1999b) chama a atenção para a necessidade de se estudarem os locais onde acontecem as específicas e visíveis práticas de conhecimento científico, onde se

instauram as relações laborais e de partilha dos símbolos e significados culturais entre os académicos. As organizações formais que se dedicam à atividade científica, as IES, produzem, ainda segundo a mesma autora, efeitos de verdade, impactam sobre o conhecimento científico produzido: *“organizations as meso-level structures, intermediate between macro-level contingencies and micro-level processes already acknowledge to have great impact on the interpretative work of technical and scientific experts”* (Vaughan, 1999b, p. 931).

Nesse sentido, as IES estruturam as relações entre académicos, estabilizam comunicações e papéis sociais, desenham orientações estratégicas para o grupo, promovem a comunicação, criam e exercem exigências mais ou menos grupais, alinham alianças, distribuem o poder, alocam recursos, organizam hierarquias e ativam mecanismos de controlo social. Mas o funcionamento destas organizações pode apresentar dificuldades no controlo das atividades e comportamentos problemáticos, podendo mesmo amplifica-los.

A autora, analisando o processo de comunicação na *National Aeronautics and Space Administration* (NASA), conclui que as organizações científicas podem ter que criar ou manufacturar um consenso em torno do conhecimento, criando eventualmente menor comunicação, em vez de mais e melhor troca de informação e de criação de saber.

“Organizations can complicate and manipulate the entire knowledge-production process: configuring people, objects, technologies and work practices; transcending infra- and interorganizational boundaries by creating an alternate reality of signs and symbols; limiting knowing in some directions while encouraging it in others; valuing some kinds of information and discounting others, depending on the goal; constructing alternate arenas where discourse takes place that define the kinds of exchange that are admissible; requiring classification systems and standardized documents that regiment, restrict and reduce experience and understanding into easy digestible and communicable abstractions from more complex, dynamic interactions and situational logics” (Vaughan, 1999b, p. 931)

Considerar-se as características do nível meso, o das IES, permitirá melhor compreender as ações individuais (dos cientistas, no caso) que ali se desenrolam e que, por isso, tomam determinadas direções. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que a atuação das IES não acontece num vácuo e que deve ser entendida também de acordo

com as influências e contingências externas, com o contexto do ambiente que lhe é externo mas que vem guiar o funcionamento deste nível meso.

Por outras palavras, propõe a autora que a produção do conhecimento fiável não depende apenas do respeito pelas regras metodológicas, da integridade dos cientistas, da específica orientação epistemológica de um grupo ou indivíduo, dos problemas de investigação que os cientistas se colocam ou dos métodos pedagógicos que decidem usar nas aulas. A produção e divulgação de conhecimento científico adequado pode ser estimulada ou impedida, ou pode tomar uma de várias direções consoante os elementos distintivos da organização formal, tal como é desenhada pelo contexto externo.

Para além das IES, a atividade científica é circundada por uma multiplicidade de outras organizações: editoras científicas, entidades financiadoras, empresas, agências governamentais ou outros potenciais consumidores das inovações científicas e tecnológicas. Portanto, a ação do cientista individual, os resultados dessa ação, as suas opções estratégicas, nomeadamente no sentido da transgressão ou da conformidade, têm que ser entendidas na medida em que são incubadas no seio destas organizações formais que, por seu turno, medeiam a ação humana e a vertente macro da atividade científica.

Vaughan, noutros trabalhos (Vaughan, 2002, 2007) tem efetivamente insistido na necessidade de se considerar o comportamento criminoso lançando-se mão dos conhecimentos existentes sobre as organizações. Como diz a autora, a ação humana é ação situada e decorre, em grande parte, do ambiente organizacional onde tem a sua sede. E o que vale para estudar os bancos, vale para estudar as IES – o que, claramente, é essencial quando queremos perceber quais e como se desenrolam os comportamentos e práticas problemáticas no seu seio. Se, tal como entendem alguns autores (Drenth, 2015), as IES se escusam a reportar comportamentos problemáticos com receio dos danos reputacionais, que consequências tal terá no ambiente organizacional e na ação individual dos académicos?

Martinson, Crain, Vries e Anderson (2010), partindo dos pressupostos da *General Strain Theory* de Agnew, bem como da Teoria da Justiça Organizacional, procuram analisar as relações entre comportamento (positivo e negativo) autorrevelado dos investigadores e as suas perceções de justiça ou injustiça organizacional. O *overcommitment* dos inquiridos serve ainda como variável moderadora do *strain*. Para o efeito consideram ser relevante abarcar uma variedade de fatores contextuais para lá do

ambiente de investigação (o departamento a que o inquirido pertence), incluindo ainda o *task environment* com as agências de financiamento, entidades reguladores, sociedades científicas e académicas, outras universidades e o próprio mercado de trabalho académico. É entre estes elementos que os indivíduos podem percecioniar maiores ou menores níveis de justiça procedimental (a equidade ou *fairness* dos processos de tomada de decisão) ou de justiça distributiva (os resultados dos procedimentos anteriores no tocante à distribuição de recursos). Consideram, por isso, que a injustiça percecionada pode ser fonte de *strain*, gerando raiva e ansiedade às quais os indivíduos podem reagir através de comportamentos desviantes.

O inquérito conduzido a 1703 investigadores das áreas biomédicas e sociais de universidades de alto escalão nos EUA permitiu obter alguns resultados. Desde logo, existem modelos diferentes na relação entre justiça organizacional e comportamentos problemáticos na investigação (em sentido amplo e não apenas FFP), alguns deles apresentando relações diretas, outros sendo mediados pelos sentimentos negativos (raiva, ansiedade). O mesmo quanto ao *overcommitment*, podendo ainda este funcionar em interação com a justiça organizacional. Em termos gerais, Martinson *et al.* (2010) verificaram uma alta percentagem de comportamentos problemáticos reportados, assim como níveis menos que ótimos de comportamentos de investigação ideais.

O estudo mostra que: (i) as perceções de justiça organizacional na ciência estão positivamente associadas a maiores níveis de comportamentos ideais reportados, face a comportamentos desviantes, incluindo *misconduct*; (ii) perceções de infrações à justiça organizacional estão associadas com menores níveis de comportamentos ideais reportados e um aumento na probabilidade de revelar comportamentos desviantes, incluindo *misconduct*; (iii) os inquiridos que reportaram mais comportamentos desviantes encontraram-se na intersecção de constructos intrapessoais (*overcommitment*) e contextuais ou ambientais (justiça ou injustiça organizacional); (iv) o departamento a que o inquirido pertence e as entidades reguladores (p. ex. comissão de ética) parecem ter os papéis mais importantes na promoção (ou destruição) da integridade na investigação, exceto no que toca aos comportamentos autorrevelados de plágio; (v) nem sempre a relação entre perceções de injustiça organizacional e comportamento desviante é medida por sentimentos negativos como a raiva ou angústia; (vi) os inquiridos com maiores níveis de *overcommitment* reportam mais comportamentos desviantes e negligentes, de forma relativamente independente com as

percepções de justiça organizacional. Quanto a este último ponto, especulam os autores que este excesso de compromisso com o trabalho pode derivar do atual modelo de competição da ciência:

“it is plausible that some of the careless, neglectful behavior observed in our study is a manifestation of attempts by researchers to get to stay one step ahead in this race. Speculatively, if the nature of the competition for reward in science is generating such dysfunction in terms of overcommitted, demoralized (...) researchers who are engaging in untoward behavior, this would seem to be an area for urgent science policy change” (Martinson *et al.*, 2010, p. 79).

Num estudo anterior, Martinson, Anderson, Crain e Vries (2006) haviam já chegado a conclusões semelhantes, mas incluindo ainda aqui as ameaças à identidade do cientista e a sua relação com comportamentos desviantes na investigação científica, supondo que essas ameaças são mais sentidas pelos indivíduos com identidades profissionais ainda pouco sólidas, como sejam os investigadores mais jovens no início de carreira. Após análise dos dados obtidos através de inquérito 1768 investigadores nos EUA, concluem, no geral, que: (i) as mulheres e os cientistas no início de carreira reportam menos comportamentos desviantes do que os homens e os cientistas a meio da carreira, respetivamente; (ii) encetar comportamentos desviantes está positivamente correlacionado com injustiça procedimental percebida e com maiores níveis de *intrinsic drive* (a variável *commitment* revista no estudo anterior); (iii) a injustiça distributiva percebida não tem efeito direto no comportamento desviante, mas que a injustiça procedimental já tem; (iv) que os cientistas a meio da carreira reportam mais comportamentos desviantes, especialmente quando apresentam maiores níveis de *intrinsic drive* e altos níveis de percepção de injustiça procedimental.

Anderson, Ronning, De Vries e Martinson (2007) pretenderam perceber os efeitos da competição nos comportamentos desviantes na ciência. Para tal conduziram vários *focus-groups* com 51 investigadores de diferentes áreas científicas e em diferentes níveis da carreira, definindo competição como “*a process or condition underlying the distribution of resources and rewards*” (Anderson *et al.*, 2007, p. 438), implícita nas relações no seio e entre organizações, decorrente do interesse dos indivíduos e grupos em recursos escassos. Admitem os autores que a competição pode ter efeitos positivos (na avaliação de ideias, trabalhos, propostas e qualificações de diferentes candidatos e consequente distribuição de financiamentos e postos profissionais) mas também efeitos

negativos (rivalidade, potencializar o secretismo e a *misconduct*). E que a competição parece ter recrudescido nas universidades americanas nos últimos anos. A revisão de literatura que conduzem permitem encontrar três conjuntos de causas para esse recrudescimento: a escassez de financiamento disponível para a investigação, um desequilíbrio entre a oferta e a procura de recursos humanos, ou seja, um grande número de jovens investigadores para pouquíssimos lugares de carreira disponíveis; ou, finalmente, uma série de condições estruturais que designam como “*tournament economic structure*”. Neste caso, a recompensa, o prémio passível de ser ganho é imensamente sedutor e as pequenas diferenças (pessoais, de produtividade, de mérito) são ampliadas desmesuradamente, assim também o incentivo para ganhar se torna desproporcional. Ou seja, “*there are many people (the oversupply factor) competing for prestigious, desirable and scarce resources (the funding factor), in a struggle that bestows those rewarded disproportionately on those of marginally greater achievement (the tournament factor)*” (Anderson *et al.*, 2007, p. 441).

O resultado dos *focus-group* conduzidos a 51 investigadores permitiu obter uma série de resultados pertinentes para a presente revisão, no sentido em que remetem para forças contextuais e ambientais que podem afetar o trabalho quotidiano dos cientistas (Anderson *et al.*, 2007, p. 442). Desde logo, todos os participantes referiram espontaneamente os aspetos negativos da competição e consideram-na ser um aspeto estrutural do modo de fazer ciência nos EUA, pois os indivíduos sentem que competem por bolsas, publicações em específicas revistas científicas, contratos profissionais, pela obtenção de estudantes e outros recursos. Além do mais, sentem que a competição é de algum modo imposta pelas IES onde trabalham e que nem sempre os objetivos destas últimas estão alinhados às prioridades dos indivíduos, no sentido em que estes valorizam mais a obtenção e manutenção de reputação do que a procura de fundos.

A competição tem efeitos na forma de se trabalhar: os indivíduos podem passar a agir de forma mais estratégica e não tanto em função da tarefa de investigação – por exemplo, não atribuindo autoria a terceiros ou alinhando o seu tema de investigação com o que é financiado a cada momento pelas respetivas instituições. Simultaneamente, estão menos disponíveis para partilhar o seu trabalho, dados, resultados ou outra informação “*that could compromise their competitive advantage*” (Anderson *et al.*, 2007, p. 449). Podem mesmo usar técnicas de sabotagem do trabalho de terceiros, omitindo detalhes nas suas apresentações ou publicações para que outros tenham

dificuldades em replicar o estudo e não percam a vanguarda naquele tópic de investigação. O processo de *peer review* na atribuição de bolsas ou na revisão de publicações é altamente criticado pois, consideram os participantes, fornece a oportunidade perfeita para terceiros (que na verdade são competidores) abusarem das suas posições de poder para copiar, usar sem autorização ou estagnar a investigação em curso (ou aspetos dela). Por via da competição instalada nas IES, de acordo com os participantes no estudo, também se deterioram as relações entre investigadores e pares, colegas mais jovens ou estudantes: nega-se a autoria a quem participou ativamente no estudo, atribui-se autoria (de forma não voluntária) a quem está em posição de supremacia, exploram-se os estudantes por trabalho intensivo sem preocupação pelo seu percurso autónomo.

Finalmente, os resultados dos *focus-group* revelam que os cientistas, especialmente os mais jovens, são capazes de exagerar na promoção do seu trabalho, selecionando os melhores dados para publicação, enviando as interpretações, *cutting corners*, não replicando vezes suficientes os resultados obtidos – o objetivo é o de ganhar a competição publicando primeiro ou forçando a satisfação dos critérios das entidades financiadoras ou editoras científicas sobre o que é passível de ser publicado ou financiado. Concluem os autores que a competição pode levar a ineficiência e efeitos perversos e contra-produtivos.

Mumford *et al.* (2007) recolheram dados de 102 alunos de doutoramento no seu 1º ano e pretenderam identificar os fatores do ambiente e do clima organizacional que influenciam a tomada de decisão ética (na gestão de dados, no comportamento na investigação, práticas profissionais e práticas na relação com as empresas). As medidas do clima (*climate measures*) procuram determinar as perceções individuais, ou crenças, sobre aspetos do seu ambiente de trabalho, perceções essas que se desenvolvem em função das experiências prévias (p. ex de carreira, competição) dos indivíduos nesse mesmo ambiente. As medidas relevantes encontradas face ao clima remetem para a equidade, conflito pessoal, *occupational engagement* e compromisso com o trabalho; os fatores relativos às experiências no ambiente são a liderança profissional, *poor coping*, ausência de recompensas, pressões competitivas limitadas e falta de direção na carreira. Em síntese, as correlações e regressões encontradas permitem afirmar que as perceções sobre o clima da organização têm impacto na forma como as pessoas decidem eticamente, especialmente a relação negativa entre perceção de conflitos interpessoais e

decisão ética, mas também a correlação positiva entre compromisso com o trabalho e *occupations engagement* e a tomada de decisão ética especialmente no comportamento na investigação e nas práticas profissionais. Mas são as experiências ambientais que mais fortemente se correlacionam com a tomada de decisão ética: as pressões competitivas limitadas estão positivamente relacionadas com decisões éticas em todas as dimensões medidas, de tal modo que “*ethical decision making might be improved if people are not placed under excessive or undue pressure in the early phases of their career*” (Mumford *et al.*, 2007, p. 362). Mais: a dimensão *poor coping* está fortemente relacionada, negativamente, com a decisão ética quanto à gestão de dados e a ausência de recompensas está fortemente relacionada, negativamente, com a decisão ética quanto às práticas profissionais.

De modo mais geral, Montgomery e Oliver (2009) analisaram o desenvolvimento da estrutura organizacional no controlo da *misconduct*, nos EUA, até aos nossos dias. A partir de uma perspetiva histórica, apoiada em documentos científicos, governamentais e outras publicações, triangulada através de entrevistas a atores-chave, quiseram perceber as diferentes atividades e atores envolvidos na articulação e difusão de novas orientações naquele tópico, partindo de um enquadramento teórico centrado na Teoria Institucional. Para tal, estudaram o desenvolvimento do “campo organizacional” da ciência, onde se encontram diferentes organizações centrais para a investigação científica: os fornecedores (equipas de investigação, cientistas), recursos (universidades, agências de financiamento públicas e privadas), consumidores (outros cientistas, empresas, o público), agências de regulação e outros atores (editores científicos, associações profissionais) (Montgomery e Oliver, 2009, p. 139). Este “campo organizacional” tem fronteiras culturais e funcionais, remete para uma noção de comunidade e possui uma “lógica institucional”, ou seja, um sistema de crenças e práticas associadas que orientam os atores. Além do mais, é um campo dinâmico, cujas flutuações se podem ficar a dever a eventos disruptivos, pelo que a análise da sua evolução no tempo se torna central.

As autoras identificaram três períodos centrais na evolução dos mecanismos de regulação da *misconduct*: (i) até 1975; (ii) entre 1975 e 1990; e (iii) pós-1990. Em (i), as normas Mertonianas imperam e assume-se que são valores a ser interiorizados pelos cientistas “*through socialization into a professional ethic of self-regulation and, hence, were not in need for institutional oversight*” (Montgomery e Oliver, 2009, p. 141);

inexistem códigos de ética e formações específicas sobre o tópico; mas a ambivalência normativa existe sendo, no entanto, raramente reconhecida; os poderes públicos e o público mais amplo, no geral, não problematizam a atividade científica. Em (ii) a atenção pública em relação à fraude científica surge em virtude dos potenciais riscos sobre os seres-humanos e trazidos a público pelos *media*; os poderes públicos realizam audições e produzem documentos e esforços para controlar a situação, especialmente orientações sobre os princípios a respeitar na investigação com seres-humanos; obrigam ainda as universidades que recebem fundos públicos a manter “Institutional Review Boards” para aprovar protocolos de investigação; as decisões por estas tomadas são posteriormente revistas pelas agências públicas de financiamento sob ameaça de perderem posteriores financiamentos; o Congresso norte-americano realiza uma série de esforços para identificar a fraude e mecanismos para a resolver, concluindo que “*most universities were unprepared to respond to allegations of fraud, because of an absence of policies, procedures, or even definitions of what is constituted ‘scientific misconduct’*” (Montgomery e Oliver, 2009, p. 145); é por isso formalizada a definição de *misconduct* no sentido de prevenir a FFP; a entrada em cena de novos atores (governo, público, media) e suas preocupações sobre a ciência impôs às universidades e aos cientistas a necessidade de cumprir os novos procedimentos e burocracias caso quisessem manter as fontes de financiamento.

No pós-1990 (iii), sobrevêm novas dificuldades com o surgimento do que as autoras consideram ser novas pressões institucionais: o crescimento de fontes de financiamento alternativas, provenientes de atores privados (indústria, empresas, etc.), fez com que a capacidade de regulação estatal perdesse força; também por isso, nesta ciência Modo-2, (Nowotny *et al.*, 2001), parecem emergir novas pressões em contradição com as normas mertonianas de regulação da atividade científica – pressões das empresas em atrasar ou suprimir resultados, secretismo, CoI, pressões para publicação e aumento da competição por financiamentos. Neste sentido, “*the logic of the most recent period has evolved as a voluntary partnership among major institutional actors to foster and promote new norms of research conduct, referred to as ‘research integrity’ (...), designed to (...) accentuate the positive aspects of research conduct and eliminate the negative*” (Montgomery e Oliver, 2009, p. 147). Nesta fase entram progressivamente em jogo mais e novos atores, incluindo o ORI, editores científicos, sociedades profissionais, associações de acreditação; e o que havia sido um sistema normativo (fase i) e

posteriormente coercivo (fase ii) passa agora (fase iii) a ser duplamente normativo e coercivo. Podemos concluir que a primeira fase, assente na socialização nas normas mertonianas e de auto-regulação, é a fase de manutenção da normalidade; a fase ii passa a ser de prevenção da fraude científica; e a fase iii, de promoção da integridade científica.

Steneck (1999) realiza também uma análise da evolução dos mecanismos de regulação da *misconduct* nos EUA, entre as décadas de 1980 e 1990. Distribuídos entre agências nacionais e agências federais, entre modelos mais centralizados e administrativos (o do *National Science Foundation*) e outros mais próximos da autorregulação (o do *Public Health Service*), os esforços de confrontar a *misconduct* encontraram obstáculos e falta de unanimidade, por exemplo, na definição a usar. No tocante à promoção da integridade, através da formação dos cientistas, os esforços na década de 1980 foram poucos, com alguns livros de declarações de sociedades profissionais mas apenas três programas de mentoria formalizados acerca da *misconduct*. Em 1989, ao nível federal, foi proposta a criação de um programa de ensino de investigação responsável, tendo tal promovido um aumento dos programas de formação na área da ética e da integridade ao nível das instituições.

Mais problemática, para o autor, é a ausência de desenvolvimentos sérios em torno das garantias de integridade, ou seja, o que efetivamente se sabe sobre a realidade: “*we still have no way of assessing the general level of integrity widely accepted in research today. All we really know is that not much major misconduct is reported relative to the number of active researchers*” (Steneck, 1999, p. 169). Nota Steneck, que à época em que escreve, pouco ou nada se sabe sobre o que causa os comportamentos, sua frequência, prevalência ou consequências: os dados são escassos, os relatórios existentes fundam-se em testemunhos ou experiências pessoais e não em investigação sistemática do fenómeno. O que é mais, pouco ou nada se sabe acerca da eficácia da regulação e das políticas de promoção de integridade postas em funcionamento nos EUA.

Godecharle, Nemery e Dierickx (2014) realizaram uma análise de conteúdo sistemática de 49 documentos reguladores da investigação científica, especialmente na área das biomédicas, do tipo *guidelines*, provenientes de 19 países europeus. O grande objetivo era verificar empiricamente que comportamentos são sancionados e problematizados em diferentes IES europeias. Desde logo, verificaram que 15% dos documentos analisados ligam diretamente a integridade à qualidade na investigação, incluindo a publicação –

no entanto, por exemplo, não se encontra consenso no que toca ao que se considera ser a responsabilidade típica do autor. A análise permitiu verificar que as *guidelines* identificam principalmente duas grandes ameaças à integridade: a não preservação adequada dos dados e os CoI. No entanto, por exemplo, os documentos revelam causas diferentes para a existência desses CoI, bem como períodos variados de preservação dos dados originais.

No que toca especificamente ao que é considerado nos documentos como “*research misconduct*”, Godecharle *et al.* (2014) concluem que 60% dos documentos fornecem definição clara do que consideram caber naquele âmbito, mas estas definições variam entre documentos, podendo incluir comportamentos muito diferentes, como sejam a infração aos direitos de propriedade intelectual, abuso de confiança de revisores ou orientadores. Ainda assim “*although heterogeneity exists concerning these definitions, the concepts of fabrication, falsification, and plagiarism feature more prominently*” (Godecharle *et al.*, 2014, p. 83). Os documentos podem incluir ainda as causas da *misconduct*, desde motivos pessoais, à competição (por publicações, financiamentos ou postos na carreira) na atividade científica; bem como consequências dessa mesma *misconduct*, incluindo custos monetários, danos reputacionais e vitimação de pacientes.

A falta de uniformidade entre documentos mantém-se ainda quando se trata de identificar os mecanismos para lidar com denúncias de *misconduct*, ainda que os documentos frisem na sua maioria a necessidade de serem implementados procedimentos claros de averiguação, especialmente indicando a responsabilidade primordial da IES onde ocorre o caso.

Os autores concluem que a grande heterogeneidade na regulação deve ser explicada através de uma reflexão ética, frisando-se a diferença entre valores e normas:

“*values are universal and guide people in what or how they ought to be. Values are translated into norms, which are embedded in a specific context: situation, time, and place. Norms are subject to change. They must be adhered to and generate clear rules. Values, however, feature on the level of education and role models*” (Godecharle *et al.*, 2014, pp. 85-86).

Consideram, por isso, que a heterogeneidade nos esforços de regulação dos países europeus pode ser entendida consoante os documentos se posicionam numa abordagem centrada nos valores ou, pelo contrário, nas normas, podendo ainda acontecer que

alguns documentos combinem ambas as abordagens. Quando o documento enfatiza a confiança na integridade e na responsabilidade dos investigadores estaremos, segundo os autores deste estudo, perante uma abordagem centrada nos valores; quando valorizam a confiança nos sistemas de controlo, centrar-se-ão numa abordagem centrada nas normas.

Aqui, uma outra distinção pode ser feita: entre os documentos que defendem um sistema de controlo interno, em que o processo científico surge como autoregulado e onde não há lugar para tribunais; e um sistema de controlo externo, com auditorias externas e a eventual intervenção da polícia, dos tribunais e com sanções legais para os infratores. Concluem os autores que “*a norm-based guidance generates clear and applied rules, whereas a value-based approach focuses on principles and role models*” (Godecharle *et al.*, 2014, p. 87), identificando, ainda assim, a tendência atual, para orientações cada vez mais centradas nos valores, em virtude da sua tendência universalizante.

No entanto, tal não pode obscurecer os resultados de um estudo anterior (Godecharle, Nemery e Dierickx , 2013) que frisa a grande heterogeneidade de sistemas regulatórios na Europa, aqui incluídos os 27 países da União Europeia e ainda a Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça (figura 5, abaixo). Mais alertam os autores para a falta de *guidelines* sobre integridade acessíveis em 12 dos países analisados, ou seja, 13% da população), especificamente no sul da Europa, incluindo Portugal.

Lind (2005) conduziu também uma investigação empírica acerca dos regulamentos e políticas de *misconduct* das universidades dos EUA no top-25 do *ranking* nacional de 2003. Pretendeu perceber quão acessíveis, quais eram e qual a utilidade da informação ou orientação prestada, distinguindo entre regras e procedimentos “mínimos” e regras e procedimentos “úteis” (incluindo orientação para as partes envolvidas, esclarecimento sobre procedimentos a seguir e proteção dos envolvidos). A questão da acessibilidade foi determinada em função do número de ‘clics’ necessários para aceder ao documento no *site* da IES; a utilidade em função de uma análise de conteúdo e da quantidade de categorias tratadas nos documentos analisados.

Figura 5: classificação países europeus quanto à integridade científica, in: (Godecharle *et al.*, 2013)

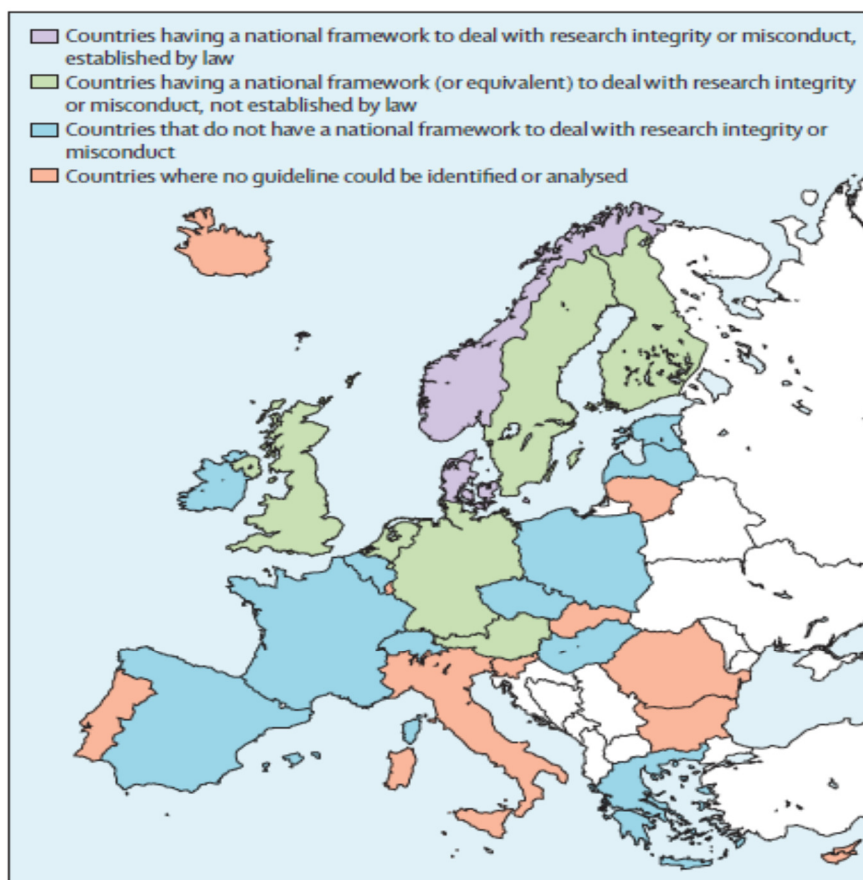


Figure: Classification of countries belonging to the European Union and European Free Trade Association according to some broad categories defined by how they deal with scientific integrity

No tocante à acessibilidade, em média foram necessários 5 ‘clics’ para aceder ao documento regulador, com mais de 20 destes a serem acessíveis apenas depois de 5 e até ao máximo de 9 ‘clics’, o que remete para uma maior dificuldade em serem recuperados *online*. Nas palavras da autora, “*in the interest of reaching the community affected by the policies, and knowing that policies are (or should be) a valuable source of information to members of a university’s scientific community, policies should be more easily accessible*” (Lind, 2005, p. 256).

Quanto à questão da utilidade, os resultados foram no sentido de uma grande utilidade graças à quantidade de informação fornecida em cada regulamento. Dos 20 tópicos identificados, apenas três tinham um rácio de pontuação média acima de 0.90 (conteúdo do relatório de averiguação, direitos dos inquiridos e conteúdo do relatório de inquérito) e um acima de 0.80 (condição da averiguação da denúncia); cinco tópicos pontuaram

entre 0.70 e 0.79 (nomeação do comité de averiguação e do comité de inquérito, condução do inquérito, obtenção de peritos e definição de *misconduct*); quatro tópicos (ação administrativa, sanções, reposição da reputação, regras e procedimentos) pontuaram entre 0.60 e 0.69; dois tópicos mantiveram-se pelos 0.50 e 0.59 (direitos, responsabilidade e proteção dos *whistleblowers*, denúncia) e entre os 0.40 e 0.49 (CoI e manutenção da confidencialidade). Os três tópicos com as médias mais baixas incluíam o processo de recurso da decisão final, *mentoring* e processamento da denúncia. Deste modo, “*fully 25% of the topic areas presented, on average, less than half of the information which could have been included and which would have been useful to members of the universities’ research communities*” (Lind, 2005, p. 258).

Ainda no plano da prevenção, para além da regulação, alguns autores referem a relevância da formação e da educação dos cientistas nos princípios basilares da integridade. Vejamos alguns dos trabalhos empíricos nesta vertente.

Heitman e Bulger (2005), nos EUA, analisaram um conjunto de materiais educativos produzidos para as ciências biomédicas, em formações financiadas pelo NIH, em consonância com as áreas consideradas pelo ORI como “áreas de instrução nuclear”: aquisição, gestão, partilha e propriedade de dados; responsabilidades do mentor e do formando; práticas de publicação e autoria responsável; *peer review*; ciência colaborativa; participantes humanos; investigação com animais; *research misconduct*; CoI. O material recolhido, heterogéneo e incoerente entre si, cita várias fontes diversas, sem partilhar da mesma base de literatura produzida até ao momento.

A análise de conteúdo realizada permitiu concluir que: (i) os materiais educativos variam muito na organização e profundidade do conteúdo, assim como ao longo do tempo, sendo os mais recentes mais sistemáticos e também mais compreensivos; (ii) as regras sobre a relação entre mentor e formando são lacunares; (iii) os materiais remetiam para valores e princípios de integridade científica mais complexos e profundos do que o previsto pelo ORI na secção sobre *research misconduct*; (iv) são ignorados muitos dos materiais produzidos pela investigação epidemiológica e das ciências sociais sobre o tópico; (v) o papel central das IES na criação de um bom ambiente de investigação, o papel dos cientistas na sociedade e a importância da criatividade são temas amplamente descurados; (vi) também não são fornecidas informações sobre as regras estatais para a investigação financiada e uso dos dinheiros públicos.

Outros trabalhos vão no mesmo sentido: Kon, Schilling, Heitman, Steneck e DuBois (2011) identificaram 53 tópicos que seriam essenciais cobrir em manuais e textos de formação para jovens investigadores. Dos materiais identificados, (i) apenas quatro, referentes a autoria e CoI, foram tratados em todos os 11 materiais identificados; (ii) 12 tópicos foram cobertos por 10 dos manuais encontrados, incluindo práticas inadequadas de autoria, controvérsias sobre autoria, responsabilidade científica dos autores, *misconduct* e fatores que a potenciam, plágio, fabricação e falsificação de dados, regras e políticas sobre *misconduct* e CoI; (iii) 23 dos tópicos considerados essenciais apenas foram identificados em menos de 65% da amostra. Noutro estudo, através de questionário dirigido a instituições com investigação clínica, indagando das práticas e materiais formativos, DuBois, Schilling, Heitman, Steneck e Kon (2010) concluem que não existe uma abordagem unificada e coerente à formação e que os materiais e formação não são desenhados especificamente para a área clínica.

Sieber (2012) realizou um estudo com um momento quantitativo e um outro qualitativo. O objetivo passou por perceber de que modo os indivíduos reagem (quanto reagem de todo) a casos de *misconduct* (FFP) ou de *misbehavior* (enviesamento nos resultados, abuso de colaboradores ou uso inadequado de metodologias). Procurou determinar as condições que potenciam o sucesso de intervenções informais junto de colegas desviantes, que tipo de intervenções foram realizadas e se a organização, nomeadamente no papel do seu diretor, potencia efetivamente uma cultura de integridade, nomeadamente ao tratar devidamente os casos reportados de comportamentos desviantes.

Sinteticamente, dos 125 entrevistados, 30,4% considerou que houve negligência administrativa na gestão de casos desviantes, e foram percecionados ou testemunhados casos de falsificação e fabricação (20,8%), plágio (17,6%), desrespeito de regras de financiamento (14,4%), atribuição imprópria de autoria (9,6%), negligência na investigação (1,6%) e enviesamento intencional ou não intencional (5,6%). Dos que mencionaram tomar conhecimento de comportamentos desviantes na investigação (excluindo, por exemplo, abuso do trabalho de colegas ou estudantes) todos reportaram ter tentado intervir na situação, 15% dos quais sozinhos, 26% envolvendo outros colegas e 60% envolvendo funcionários ou colegas de posição mais elevada. Quanto mais poder detinha, face ao colega desviante, mais o inquirido foi capaz de reportar casos de FFP, quando comparado com indivíduos com menor poder, eventualmente

mais capazes de tolerar estes casos “*viewing it as too hazardous to confront*” (Sieber, 2012, p. 11).

A capacidade de lidar com casos suspeitos de desvio parece ser tanto melhor quanto o inquirido está em posição de maior poder e tem o apoio de colegas ou familiares na sua iniciativa. As hipóteses de serem bem sucedidos e de sentirem menos *stress* no processo também aumentam. 25% dos inquiridos relatou, ter sofrido represálias pela intervenção junto de um caso de desvio mas apenas 51% acreditam que houve benefícios para a ciência decorrente da sua intervenção (p. ex. a correção do registo científico). 59% da amostra relatou ainda ter experienciado *stress* significativo durante todo o processo.

A vertente qualitativa do estudo permitiu perceber que tipo de intervenções informais são usadas pelos colegas que desconfiam ou testemunham um comportamento desviante de um colega. Aqui, a autora distingue entre “*institutional wrongdoing*” e outras formas de comportamentos problemáticos. No “*institutional wrongdoing*”, são os diretores ou gestores da instituição que não lidam adequadamente com o caso, por exemplo, revelando-se incapazes de lidar com a responsabilidade administrativa de tal caso, o que sucede na ausência de administradores competentes, éticos e corajosos o suficiente, diz o autor. Quando tal sucede, “*powerful wrongdoers may operate with relative impunity*” (Sieber, 2012, p. 8). Os entrevistados relataram ainda casos em que as instituições não são capazes de conduzir uma investigação à denúncia de *misconduct* de forma justa, imparcial e exaustiva. Por outro lado, foi relatado que os próprios funcionários com tarefas de gestão se podem fazer rodear de uma rede de colegas e colaboradores que exploram a propriedade intelectual e as ideias dos colegas menos poderosos. Finalmente, as IES podem não querer lidar adequadamente com os CoI financeiros e sentir-se tentadas a explorar situações lucrativas mas pouco éticas. Tudo ajudará a construir um ambiente organizacional pouco favorável à integridade e à ética. Outros comportamentos desviantes identificados pelos entrevistados foram o abuso de poder, nomeadamente o *bullying* de colegas com menos poder, o uso de colegas juniores ou estudantes como bodes expiatórios em casos de comportamentos desviantes descobertos, ou a exploração do trabalho de colegas de pós-doutoramento.

De que forma intervieram os entrevistados nos casos em que suspeitavam de comportamentos desviantes? As estratégias informais reportadas foram várias: o uso de colegas de fora do laboratório que apresentam formas não envidadas de, por exemplo, analisar os resultados; a mentoria e aproveitar o momento de forma pedagógica

explicando o problema do comportamento desviante, o uso do “*shaming*” evitando-se assim o confronto direto, a exclusão ou isolamento do alegado desviante ou a persuasão estratégica (pela qual, sem confronto direto, o colega discute o caso com o alegado desviante sem que explicitamente o aponte como autor). Na verdade, muitas destas intervenções são informais e mesmo quando os investigadores reportam o caso aos diretores ou gestores da instituição, podem estes não lidar adequadamente com a situação, especialmente quando se tratam de atos desviantes cometidos por investigadores e docentes mais velhos e quando o *whistleblower* ter menos poder que o alegado suspeito. “*Until institutions provide their administrators with the skills, resources, and institutional culture that enables and motivates them to deal with existing cultures of wrongdoing among senior people, the wrongdoing that senior people perpetrate upon junior people will continue*” (Sieber, 2012, p. 11). Pelo contrário, quando são os investigadores seniores que desconfiam de algo, estes tendem a ser mais diretos sobre o que está certo e a apontar o que outros fizeram de errado – deste modo podem, segundo o autor, minimizar os efeitos de uma intervenção institucional incompetente.

No entanto, o uso de algum tipo de reação informal pode ter consequências. Se é certo que a intervenção informal e proactiva precoce de um colega pode impedir o cometimento de um ato desviante, a verdade é também que “*use of informal intervention and failure to involve institutional officials means that the extent of a suspected violator’s misconduct may never be fully known; hence, repeat offenders may continue to operate beneath the institutional radar*” (Sieber, 2012, p. 12).

Face aos resultados dos estudos revistos até aqui, a questão que daqui decorre é a seguinte: porque razão os académicos variam tão grandemente nas suas tomadas de decisões, nomeadamente em situações em que testemunham ou sabem que alguém cometeu um comportamento problemático?

O estudo conduzido por Gibson *et al.* (2014) poderá ajudar-nos a oferecer uma resposta. Os autores constataam a existência de diferenciais de poder no seio das IES, tal como sucede no seio de qualquer organização. As organizações formam-se em torno de hierarquias onde alguns indivíduos têm posições de autoridade sobre os restantes elementos, sendo certo que o maior ou menor diferencial de poder que os académicos detém pode vir de muitas fontes:

“they are often experts in their field, that is, they have expert power. Their positions give them power over both undergraduate and graduate students, so they have legitimate power. Through committees, they often have some limited influence over their peers (...) through reward power, and many successful academics have some referent power that can help in collaborations with other academics” (Gibson *et al.*, 2014, p. 321).

Os autores aplicaram um questionário com posterior entrevista, incluindo cenários de dilemas morais, a 64 acadêmicos em diferentes posições na carreira e provenientes de diferentes áreas científicas. Do total, apenas 27 não referiram vez alguma as questões de poder e o modo como estas influenciam a tomada de decisão ética – esta consistia em decidir como lidar com o comportamento problemático observado de um superior ou de um colega em posição inferior na carreira. Em síntese, os participantes posicionaram-se diferentemente: (i) de um ponto de vista de quem tem mais autoridade, alguns consideraram-na uma responsabilidade na orientação e proteção dos que se encontram em posições abaixo na hierarquia; (ii) ainda do ponto de vista de quem detém autoridade, outros apresentaram uma visão mais “autoritária” e segundo a qual esta autoridade atribui poder sobre os restantes, sobre os subordinados, que podem ser usados para ajudar a construir a carreira daquele, cujas decisões não devem ser contestadas. Do ponto de vista da subordinação, os indivíduos que se debruçaram sobre cenários de potencial comportamento problemático por um superior, reagiram diferentemente: (iii) reencaminhando para canais previamente existentes e responsáveis para lidar com o assunto, afastando-se assim do dilema e apelando a terceiros com poder considerado legítimo; (iv) mas também submetendo-se à autoridade, ou seja, reconhecendo que nada fariam para evitar problemas com o superior hierárquico, numa ação consciente do dilema mas resolvida de forma cínica ou pragmática; (v) resistindo ao poder, numa situação de confronto com o superior em situação de abuso, em nome de valores considerados mais importantes. Finalmente, os participantes exprimiram ainda dificuldades na (vi) tomada de decisão em situação de comportamento problemático de um par – neste caso reconheceram a dificuldade da situação e parecem preferir manter-se fora do problema caso este não lhes respeite diretamente.

Para o que aqui nos interessa, Gibson *et al.* (2014) concluem que não existe consenso acerca do modo como lidar com diferenciais de poder e tal pode ser indicador de uma falta de entendimento sobre como proceder em situações problemáticas. Os cursos de

ação diferem consoante os indivíduos (o potencial infrator e a potencial testemunha) se encontrem numa situação de autoridade, de subordinação ou de igualdade de poder. Neste sentido, a reação social a um comportamento problemático pode ser determinada pelos diferenciais de poder tipicamente existentes nas IES.

Quando uma denúncia por *misconduct* efetivamente é feita, poderá haver lugar a um procedimento formal de averiguação. Esta averiguação pode tomar diferentes formas, dependendo do país.

Nos EUA, o sistema centralizado em vigor faz com que o ORI trate das denúncias e, para que tal aconteça, as diferentes universidades têm no seu seio um designado Responsible Institutional Official (RIO). Acontece que estes RIO tenham que aceder aos registos de investigação e a decisão final tomada, no sentido de confirmar ou afastar o alegado caso de *misconduct*, poderá depender grandemente da disponibilidade e estado destes registos: “*during a misconduct investigation, institutional officials need to be able to reconstruct all of the steps of the research process to determine the validity of the data (...) who generated the data, when they generated the data, how they generated the data, what data they generated, where they stored the data, and why and how the data were processed or altered*” (Wilson, Schreier, Griffin, e Resnik, 2007, p. 59). Estes autores conduziram por isso uma série de entrevistas seguidas de *focus group* a 96 RIOS provenientes de 90 universidades, com o objetivo de perceber as principais dificuldades com que estes funcionários se depararam no decurso das suas investigações.

Wilson *et al.* (2007) referem que 40% dos participantes indicou problemas nos registos a tal ponto que não puderam ser usados na investigação; que cerca de 80% mencionou ao menos um caso em que as dificuldades foram de tal ordem que o processo não pode ser resolvido; e que 10% relatou que tipicamente os problemas nos registos eram tão graves que alguns processos nunca forma resolvidos.

No que toca ao tipo de problemas encontrados nos registos, veja-se a Tabela 2. Quase 1/3 dos inquiridos referiu que os registos de dados estavam incompletos ou mal documentados, ou seja, faltavam factos importantes para interpretação dos dados ou na relação com outros dados ou registos; 14% referiu a dificuldade de acesso físico aos dados; 13% mencionou a desorganização dos registos, fosse porque a relação entre diferentes registos foi difícil de perceber, fosse porque os próprios registos estavam

fisicamente dispersos; mais de 12% mencionou a inexistência de fatias de registos contendo a descrição de experiências ou estudos supostamente conduzidos; e mais de 6% referiu a alteração ou destruição de registos que, segundo os RIOs, pode ser sinal evidente de tentativa de ocultação de situação de *misconduct*.

Tabela 2: problemas com o registo de averiguações de misconduct, in: Wilson, K., Schreier, A., Griffin, A., e Resnik, D. (2007), p. 64

TABLE 2 Problems with research records in misconduct investigations

Problem	N	%
Incomplete/inadequate documentation	41	29.9
Physical Access	19	13.9
Disorganized Records	18	13.1
Missing Records	17	12.4
Alterations/destroyed records	9	6.6
Volume of Records	5	3.6
Electronic Records-management	4	2.9
Electronic Records-obsolete software	3	2.2
Miscellaneous (11 problems)	21	15.4
Total responses	137	100.0%

No tocante às causas encontradas para as dificuldades nos registos científicos, os participantes enfatizaram a falta de cuidado ou diligência dos orientadores ou líderes da equipa de investigação na formação e supervisão adequada dos restantes investigadores. A inexistência de regras escritas sobre boas práticas na manutenção de registos, bem como de ferramentas de registo adequadas na IES ou departamento foram também apresentadas como causa. Assim, face à relação com a *misconduct*, afirmam os autores, “*in an environment where the records are disorganized and inadequate, it is often difficult to decide if missing records are the result of additional misconduct or simply another example of carelessness*” (Wilson *et al.*, 2007, p. 68). Donde se reitera, uma vez mais, a importância das características organizacionais na determinação da eficácia dos sistemas de controlo social dos comportamentos considerados problemáticos.

Relativamente à sanção passível de ser aplicada em caso de *misconduct*, Keränen (2006) analisa o sistema federal norte-americano. Este contém *guidelines* uniformes acerca da necessidade de determinar a sanção em função da gravidade do ato, podendo-se assim determinar a aplicação das seguintes medidas: correção do registo científico, impossibilidade de receção de financiamento federal, cartas de repreensão, término do contrato de trabalho ou futura supervisão laboral estrita. As entidades governamentais

mais vieram especificar que os agentes competentes para selecionar e aplicar sanções deveriam tomar em consideração “*the level of intent of the misconduct, the consequences of the behavior, and other aggravating and mitigating factors*” (Keränen, 2006, p. 183). No entanto, segundo a autora, situações semelhantes parecem vir a despoletar sanções diferentes, mormente em função do estatuto do infrator. Nesse sentido, Keränen sugere orientações na determinação do que é intenção, consequências e outros fatores, nomeadamente as responsabilidades profissionais.

Sugere a autora que uma análise mais fina e moralmente sustentada em princípios filosóficos (mas não jurídicos) ajudaria a perceber que existe um *continuum* de gravidade e tal permitiria distinguir infrações menores, moderadas ou graves, aplicando-se as sanções de acordo com os princípios da proporcionalidade e equidade, justiça e coerência entre casos, com decisões ao nível das organizações federais tomadas com base na consistência e transparência (Tabela 3).

Tabela 3: *continuum* de gravidade da research misconduct, in: Keränen, 2006, p.196

TABLE 1 Continuum of Research Misconduct Seriousness

Consideration	NOT Research Misconduct	Research Misconduct		
		Less Serious	More Serious	
		<i>Minor</i> Level 1	<i>Significant</i> Level 2	<i>Grave</i> Level 3
Intent (awareness)	no (e.g., error, accident)	yes, but mitigating circumstances such as duress	yes	yes
Motive	none; action was unintended ⁵ (e.g., accident, error)	beneficence or following higher order moral obligation ⁶	mixed but probably will include personal benefit	malevolence
Frequency of Violation	never or once not repeated	an isolated incident to a few times	several times	multiple and repeated times
Consequences	there were no or very few foreseeable negative consequences, and all were of a minimally harmful nature ⁷	foreseeable negative consequences were limited	foreseeable negative consequences were multiple and/or harmful	foreseeable negative consequences were numerous and/or great, possibly including massive casualties or environmental devastation
Role-Related Duties	yes	mostly	somewhat	blatantly disregarded them; acted with reckless malfeasance
Excusing Conditions	n/a	yes	no	no

⁵Recall that from a legal perspective on intentions, negligence is a punishable offense, even if this view does not conform to the present federal definition of research misconduct.

⁶Some readers might argue that following a higher order moral obligation would place an action in the “not misconduct” category. However, I hold that provided the research protocol itself is ethical, researchers have a *prima facie* obligation to follow protocol. Following a higher order moral obligation might in exceptional cases, however, be deemed an excusing or mitigating circumstance.

Keränen propõe que o critério “intenção” dê lugar à avaliação do “conhecimento” da ação – o autor cometeu o ato com conhecimento e não por acidente – e da “*awareness*” ou consciência do ato – o autor sabe que o ato cometido vai contra as normas que deveria estar a cumprir. Seria ainda importante, na determinação da intenção, conhecer os motivos ou razões pois estes podem ter impacto na determinação da gravidade – o infrator cometeu o ato para prevenir um mal maior, porque seguiu ordens de um superior, para seu próprio benefício ou para beneficiar terceiros? Importaria ainda aceder às circunstâncias atenuantes ou agravantes, nomeadamente averiguar questões de imputabilidade e do grau de livre arbítrio de que o infrator dispõe em determinado momento, assim como a frequência do comportamento – um ato de *misconduct* frequentemente repetido remete para um maior grau de consciência do anti-normativo.

No que toca às consequências (tabela 4), a autora refere ser importante perceber os danos que efetivamente decorrem do ato de *misconduct* mas está consciente da dificuldade na sua estimação e determinação – quais são os danos diretos e indiretos, que danos para o investigador, para a comunidade, para instituição, para colegas? Como são estes medidos e determinados? Mais indica que podem existir situações que designa de “moral luck”, pela qual duas pessoas que agem do mesmo modo acabam por experienciar consequências diferentes em função de circunstâncias que se encontram fora do controlo do ator. Sugere, por isso, que antes se avalie o ato em função das “consequências previsíveis” do ato.

Finalmente, torna-se ainda necessário indagar do cumprimento ou incumprimento de deveres decorrentes da sua específica tarefa ou papel funcional na organização. Os investigadores são efetivamente responsáveis por tarefas, requisitos, obrigações morais e legais. Mas estas diferem consoante a posição na carreira do investigador. É necessário, por isso, determinar se o ator é responsável ou “accountable”, se é culpado e se é sujeito de obrigações ou “liable”. Nesse sentido, “*we must take into account a person’s overall responsibilities with regard to the project. It also suggests that primary investigators have a responsibility to make sure that those who participate in their research projects have a clear understanding of what their obligations and duties are with regard to the project*” (Keränen, 2006, p. 194).

Tabela 4: sanções possíveis para a *research misconduct*, in: Keränen, 2006, p.200

TABLE 2 Possible Institutional-Level Sanctions for Varying Levels of Research Misconduct

Possible Sanctions	Research Misconduct		
	Less Serious		More Serious
	<i>Minor</i> Level 1	<i>Significant</i> Level 2	<i>Grave</i> Level 3
ALL CASES	correction of the research record	correction of the research record	correction of the research record
Minor	education about research integrity	education about research integrity	education about research integrity [‡]
Moderate	verbal or written warning	written reprimand	written reprimand
	<i>possible: monitoring and supervision (especially appropriate for minor offenses committed by trainees and students)</i>	monitoring and supervision	monitoring and supervision
Severe <i>(where applicable)</i>	notification of co-investigators, supervisors, and funding agencies	review of all manuscripts prior to submission	review of all manuscripts prior to submission
		probation or suspension	probation or suspension denial of reappointment; termination
		notification of co-investigators, supervisors, and funding agencies	criminal charges where applicable notification of co-investigators, supervisors, and funding agencies

[‡]In cases of grave misconduct, in which the researcher is deemed beyond rehabilitation and termination from employment necessary, education about research integrity may be deemed futile.

Especificamente pensada para os alunos do Ensino Superior, podemos eventualmente indagar da possibilidade de prolongar para doutorandos ou investigadores juniores a defesa feita por Kara e MacAlister (2010) a favor de abordagens com base na justiça restaurativa. Dizem os autores que nem sempre o modelo de justiça penal (característico pelo formalismo, estilo acusatório, leque restrito de sanções, falta de abordagens alternativas) deve ser usado para lidar com situações de *misconduct*. Propõem, por isso, uma abordagem restaurativa que melhor se aproxima de alguns princípios do ensino superior: democracia, igualdade, educação, respeito e tolerância. Nesse sentido, sugerem que o caso de *misconduct* seja discutido em conjunto entre orientador, infrator e pares, dando hipótese para que seja dado apoio, esclarecimento, responsabilização. Ou ainda, de modo a evitar o plágio por alunos estrangeiros, a formação na língua materna da instituição e a sensibilização de docentes e investigadores das especificidades destes alunos.

Ainda no que tange aos mecanismos de controlo social da ciência, há autores que referem a importância da prevenção dos comportamentos através não da dissuasão pela sanção mas antes através da formação. A prevenção pode ser individual, através de códigos de conduta ou declarações de integridade, mecanismos de averiguação de denúncias, proteção de *whistleblowers*, uso de sistemas de deteção de plágio e retração de documentos fraudulentos. Mas pode ainda centrar-se no ambiente organizacional,

com ênfase no rigor metodológico e fiabilidade, sensibilização de revisores e avaliadores, estimular a partilha e discussão de descobertas, responsabilizar coautores pelo conteúdo das publicações, incentivar sistemas de armazenamento e arquivo de dados. Ou na resistência a fatores corruptivos externos, de modo a se evitar interferências políticas e religiosas, limitar a tentação dos académicos atuarem de acordo com as exigências das entidades financiadoras e aliviar a pressão para a produção de outputs quantitativos, como o número de publicações (Drenth, 2015).

Koppelman-White (2006), defendendo a definição estrita de *misconduct* (FFP) determinada pelas instâncias federais nos EUA, sugere que outras QRP ou práticas negligentes, bem como os erros honestos, podem ser evitados (porque causam dano) através da formação dos investigadores em questões de ética e de integridade. Esta formação permitiria:

“augment the rule of research misconduct and other rules governing the behavior of scientists in research by educating scientists about them. (...) help scientists to successfully apply the rule of research misconduct (...) augment the rule by focusing researcher’s attention on and understanding of other behaviors (...) that affect the integrity of science and the safety and welfare of stakeholders” (Koppelman-White, 2006, p. 242).

Esta formação permitiria transmitir aos investigadores um especial “dever de cuidado” decorrente das suas funções de investigação e de proteção da ciência, bem como abrir a discussão acerca das dificuldades da investigação e das justificações que usam para basear os seus procedimentos, esclarecendo e evitando erros. Mais do que ensinar os indivíduos acerca das regras da atribuição da autoria, por exemplo, seria essencial educar acerca dos valores e normas da boa prática científica (Koppelman-White, 2006, p. 244). Do mesmo modo, seria pertinente colocar os indivíduos a refletir acerca do próprio processo científico, o que lhes permitiria conhecer e compreender as regras e, por isso mesmo, respeitar a integridade científica.

No entanto, o sistema científico não é apenas composto pelos investigadores e pelas IES onde realizam as suas atividades. Outros atores podem ter um papel ativo no sistema de controlo social (Drenth, 2005). Iverson, Frankel e Siang (2003) debruçaram-se especificamente sobre o papel das sociedades científicas na promoção da integridade científica nos EUA, através de dados obtidos por questionário a 57 sociedades

científicas (45% das sociedades contactadas), de tamanho variável e de diversas áreas científicas. Dasquelas 57 sociedades, 68% afirmavam ter estabelecido um código, 56% indicavam ter regras escritas sobre ética na publicação e 51% tinham regras estabelecidas sobre a recolha, tratamento e comunicação de dados. Os códigos destes restantes 56% foram analisados no seu conteúdo, como veremos.

Os autores encontraram uma correlação positiva entre o número de membros da sociedade científica e a adoção de políticas ou regras de integridade: 100% das sociedades da amostra com mais de 50.000 membros tinha-as; 83% contavam com 20.000 a 50.000 membros; e das sociedades mais pequenas, com menos de 3.000 membros, apenas 44% das sociedades detinha algum tipo de instrumento de regulação.

Analisado o conteúdo das orientações e regras (Tabela 5), apenas 45% da amostra previa a responsabilidade da sociedade em reportar infrações aos seus códigos de ética, por vezes prevendo-se também exigência idêntica a outros atores (membros da sociedade, editores e revisores); 45% forneciam instruções sobre os procedimentos a seguir em caso de suspeita de *misconduct*, podendo tal referir apenas a pessoa a quem se dirigir ou mencionar todo o processo de forma detalhada; apenas duas sociedades previam a possibilidade de se realizar denúncias anónimas e só 13% continha orientações para proteção de *whistleblowers*.

Tabela 5: conteúdo dos códigos e declarações de ética, in: (Iverson *et al.*, 2003), p. 154.

Table 7—Contents of Ethics Codes and Policy Statements

CONTENTS	NO. (OUT OF 31)	%
Duplicate Publication	14	45
Authorship Determination	16	52
Plagiarism	15	48
Order of Authors	5	16
Responsibility of Authors	11	36
Timely/Complete Reporting of Data	10	32
Data Retention	11	36
Obligation to Report Misconduct	14	45
Reporting Misconduct Procedures	14	45
Whistleblower Protection	4	13
Mentoring/Supervising Roles	12	39

As orientações e regras que mais surgem na amostra analisada por Iverson *et al.*, referem-se aos itens relativos à publicação científica: o plágio estava previsto em 48% dos códigos analisados; a proibição de publicações duplicadas em 45% das situações; 36% continham provisões acerca das responsabilidades dos autores; e em 19% dos códigos analisados previa-se que os autores deveriam assinar um acordo acerca da sua responsabilidade nesse papel. Além do mais, 52% da amostra continha orientações sobre a determinação de autoria; e vários dos códigos censuravam explicitamente a autoria honorária ou continham orientações acerca da ordem apropriada para os autores (16%). No tocante aos dados, 36% incluíam uma obrigação de armazenar dados, mas sem consenso acerca do tempo de armazenamento necessário (3 anos, 5 anos, por um “período razoável” ou mesmo “para a posteridade”).

Concluem os autores que os códigos analisados variam amplamente nas suas características: *“some codes and statements were comprehensive and descriptive in their coverage of ethical issues, not only listing many specific provisions but also providing context, detail, and nuanced discussion. Other codes were brief and more aspirational in tone and content”* (Iverson *et al.*, 2003, p. 148).

No que tange às atividades e recursos de promoção da integridade científica, da amostra inicial, 52% referiram ter implementada ao menos um tipo de atividade deste género, enquanto 19% indicaram ter mais de 5 atividades regulares. A promoção destas atividades revelou-se mais frequente nas sociedades científicas com mais membros e nas seguintes disciplinas: ciências sociais (54%), ciências da vida (67%) e ciências médicas (80%). Da amostra, as ciências botânicas ou da agricultura não mencionaram conduzir qualquer tipo de atividade de promoção da integridade.

Os programas mais comumente organizados pelas sociedades parecem ser: reuniões anuais ou regionais (40%), *workshops* sobre ética (19%) e prémios de ética (4%). 35% das sociedades científicas inquiridas referiram ter no seu seio comités de ética; 32% indicaram a publicação de artigos de investigação, colunas de opinião, declarações da sociedade ou outro tipo de documentos sobre o tópico; 26% produziam material informativo; grupos de discussão foram promovidos por 13%, programas de mentoria por 7% e atividades especiais para estudantes também por 7% da amostra.

O sistema de *peer review*, que pode ser fonte de comportamentos problemáticos como vimos mais atrás, apresenta esta posição paradoxal por ser também considerado por muitos um dos mecanismos por excelência de controlo da qualidade da investigação científica e que permitiria também detetar situações de *misconduct*. Redman e Merz (2006) procuraram perceber se existiam e quais as políticas adotadas face à *misconduct* por algumas das revistas científicas com maior *impact factor* nas áreas biomédicas.

Das 50 revistas científicas identificadas à data como as mais proeminentes na área, apenas sete tinham disponíveis políticas ou regras escritas sobre comportamentos problemáticos. Destas, duas não ofereciam qualquer definição de *misconduct* e as restantes cinco definiam-na de forma semelhante ao ORI (fabricação, falsificação e plágio); destas, três incluíam ainda referências à publicação duplicada, autoria honorária, representação inadequada do contributo dos autores ou CoI não revelados. Das sete revistas, seis explicitavam o processo usado em denúncias de *misconduct*, três das quais lançando mão de comités ou consultores e peritos. Cinco das revistas previam informar a IES do alegado infrator e uma outra previa que a agência de financiamento fosse notificada – no fundo, afastando a possibilidade de ser a própria revista a investigar a denúncia “*usually because journals have neither the capacity to perform na investigation nor an employment relationship with the author*” (Redman e Merz, 2006, p. 255).

Quatro das revistas previam sanções, incluindo: rejeição do manuscrito, publicação de erratas, retrações, exigência de publicação de uma carta de desculpas pelo autor, eventualmente acompanhadas de comentários pelo editor. No seguimento destes dados, nove editores preencheram um questionário *online*. Dos dados aí obtidos importa reter que, de acordo com as respostas, os casos de potencial *misconduct* foram identificados pelos leitores, por outros autores, pelos revisores ou após contacto do ORI.

Da revisão realizada nesta secção 2.2., que conclusões podemos tirar?

Os mecanismos formalizados de controlo social podem estar intimamente ligados à vida das IES onde os indivíduos realizam as suas atividades, razão pela qual se torna essencial compreender também alguns dos aspetos dessa cultura organizacional. Os estudos revistos remetem para a cultura de integridade, as perceções de justiça no local de trabalho mas também os des(equilíbrios) de poder entre académicos e firmados nas

IES. A existência e divulgação de normas profissionais, bem como de procedimentos de deteção, averiguação ou sanção suficientemente publicitados são os elementos que determinam o funcionamento dos mecanismos de controlo social especialmente desenhados para limitar ou censurar os comportamentos considerados problemáticos na investigação científica e no ensino superior.

No entanto, os estudos existentes continuam a apontar para uma clara falta de consenso quer na Europa quer nos EUA (ainda que aqui um pouco menos considerando alguma unanimidade em torno das questões FFP) quanto àqueles comportamentos problemáticos: entre IES, países ou sociedades científicas, as regras são diferentes, são ditas de modo diferente, as infrações às regras são averiguadas também com ampla diferenciação, bem como os mecanismos de prevenção usados. Além do mais, muitos dos processos de controlo social da *scientific misconduct* parecem sofrer de omissões relevantes.

Ora, a dimensão meso de análise, que definimos aqui como a dimensão do controlo social, é essencial na compreensão da problematização dos comportamentos e práticas pelas IES, pela comunidade científica e, claro, pelo ator individual a quem as regras e sanções se aplicam. Ao ter acesso a esta dimensão intermédia de análise estaremos a também a contactar com as estruturas formais e informais em torno das quais os atores individuais constroem as suas interpretações e agem em conformidade. Portanto, podemos pressupor, nesta fase, que uma maior ou menor problematização dos comportamentos e práticas na investigação científica e no ensino superior ao nível as IES, da comunidade científica, vertidas em regras e procedimentos de averiguação, influenciará de algum modo a uma maior ou menor problematização das mesmas situações pelos atores individuais, moldando a sua relação com as práticas profissionais.

Ainda que haja um número crescente de trabalhos sobre este ponto, muito há ainda por saber. Por exemplo, não é claro em que estilo de controlo social (penal, compensatório, conciliatório, Black, 1976) se inserem os mecanismos, quando existem. Não encontramos estudos que nos digam se os mecanismos de controlo social formal e informal são eficientes e articulados entre si. Ou qual a perceção dos atores individuais ou dos grupos de académicos sobre a justiça ou adequação dos mecanismos de regulação existentes, gravidade atribuída, consequências e objetivos (dissuasão, retribuição, incapacitação) das sanções no evitamento da reincidência. Nem mesmo se

os mecanismos em vigor são ou não eficientes no evitamento dos comportamentos problemáticos.

Parece-nos, mais uma vez, que o contributo da Criminologia e áreas afins seria central neste ponto.

3. As políticas científicas e de ensino superior na Europa: dimensão macro de análise

Assinalámos acima a importância de se ensaiar uma abordagem em três tempos ou três dimensões. Como já foi dito, a dimensão micro de análise remete para os comportamentos, perceções e problematizações das práticas profissionais dos académicos. Vimos, na revisão de literatura realizada até agora, que não há consenso entre os autores acerca do que se deve considerar ser problematizado (FFP, QRP, outros comportamentos) ou suas definições. A variedade de definições, de designações (*scientific misconduct, scientific fraud, dishonest behaviours*) e de enquadramentos (integridade, ética) usados impede uma visão coerente sobre o fenómeno. Os estudos existentes estão ainda num mero nível descritivo e não têm continuidade, sendo produzidos como reação a escândalos mediáticos.

Simultaneamente, os estudos sobre a comunidade científica e os mecanismos de controlo social refletem esta ausência de consenso e uma negociação continuada das problematizações. Por um lado, a comunidade científica, através do seu sistema de revisão de pares, tanto poder ser um mecanismo de controlo social informal como pode, ela também, ser alvo de problematização em virtude dos comportamentos de enuiamento na avaliação e de CoI. Por outro lado, os mecanismos de controlo social formais nos EUA e Europa são relativamente recentes, incoerentes entre si e sem provas dadas de eficácia ou adequação na prevenção e combate aos comportamentos e práticas consideradas problemáticas.

Para atingir maior profundidade e compreensão do fenómeno, procurando analisar várias das suas vertentes, necessitamos, pois, de considerar a dimensão das políticas científicas sobre o ensino superior e a investigação científica. Na revisão de literatura

iremos dar conta das características e alterações mais recentes dessas políticas quer na Europa, quer nos EUA em virtude da forte influência que se presume os Estados Unidos têm sobre o velho continente.

Devemos portanto indagar do que é a ciência, em termos gerais, e mais especificamente nas suas vertentes de produção e divulgação do conhecimento. Como têm evoluído nos últimos 20 anos as políticas científicas a nível supranacional, especialmente na Europa, e qual o papel da integridade científica ou da ética, bem como da problematização de determinadas práticas e comportamentos, ao nível amplo das políticas.

Na secção 3.1. iremos muito rapidamente passar em revista alguns dos trabalhos epistemológicos mais relevantes no sentido de perceber o que é a ciência e como se faz. O que nos pode ensinar a Epistemologia acerca dos processos (metodologias) e fins (objetivos) científicos? E será que esses meios e fins são devidamente assegurados pelas orientações políticas sobre o que a ciência é, como se deve fazer e do que dela esperar, nas sociedades ocidentais modernas?

Na secção 3.2. debruçar-nos-emos sobre as IES, locais por excelência de criação e divulgação do conhecimento científico, onde se materializam as práticas de docência e de investigação. O enfoque será ainda mais restrito porque iremos rever os trabalhos mais relevantes sobre as IES na Europa e considerar o seu desenho na atualidade. O que lhes é exigido? Que forma devem ter? Que tarefas lhes são impostas? Que transformações têm sido decididas ou desenhadas pelas políticas europeias mais amplas? Qual a importância das IES no desenvolvimento de um espaço europeu?

Na secção 3.3. colocaremos o mesmo tipo de questões mas, agora, em torno das políticas europeias de investigação científica. Que orientações, se algumas, têm sido avançadas acerca do que deve ser a investigação, como deve realizar-se, a que fins deve responder, pelas políticas europeias supranacionais? Qual a relevância, se é que há algum da investigação científica no desenvolvimento de um espaço europeu.

E, no final, qual a relevância da integridade e da problematização de comportamentos e práticas de investigação científica e ensino superior, no desenho dessas políticas, seus fins, processos e valores.

3.1. Considerações gerais sobre a Ciência

Nesta secção iremos procurar traçar uma imagem do que se entende ser a Ciência, em termos das suas funções, metodologias, objetivos e relação com a sociedade mais ampla. Para o efeito iremos rever rapidamente alguns posicionamentos epistemológicos.

Daqui se conclui da variedade de perspetivas que podem estar em debate ou ser complementares na consideração de mais esta atividade humana. Atividade que, no entanto, apresenta particulares sensibilidades enquanto processo de criação (ou construção) de saber. E de um tipo de saber que se pretende, as mais das vezes, autonomizado em relação a outras formas de saber. Dadas as suas características de sistematicidade e exigências metodológicas, dadas as suas funções de aproximação (ou descoberta, segundo alguns autores) à Verdade, dadas as potencialidades de previsibilidade dos fenómenos (naturais, sociais, psicológicos) que encerra, dadas as suas proximidades às tecnologias, bem como o seu valor económico e de legitimação de práticas – características reconhecidas mais ou menos explicitamente consoante a época e abordagem –, por tudo isto definir o que é Ciência tem algo de pírrico.

Apesar disso, procuremos definir o que se entende por Ciência, caracterizando-a. Mais, identificando o(s) modo(s) pelo(s) qual(is) se produz. Como se faz Ciência, quais as regras metodológicas comumente usadas para identificar um determinado saber como científico? Como se demarcada a Ciência de outros tipos de conhecimento, como evolui, como se relaciona com outras instituições sociais? Que relações a Ciência, nas suas vertentes de investigação científica e de ensino superior, tece com sistemas sociais no seu exterior? Que lugar ocupa a Ciência nas sociedades modernas ocidentais atualmente?

A Ciência é forma de tomar conhecimento do mundo. Mas uma forma que se considera diferente e autónoma face a outros saberes: filosófico, popular, mediático... Poderíamos considerar que a atividade científica ganhou, ao longo do tempo, em força e importância face à filosofia. Mas subalternizar a importância do saber filosófico (ou outro, para o efeito) não seria correto nem viria provar qualquer argumento. Podemos considerar que ambas, Ciência e Filosofia, são formas de tomar conhecimento do mundo, de modo refletido e sistemático, uma tentativa de descrever e dar sentido ao mundo que habitamos, interpretar a ação humana e aceder ao devir dos fenómenos. No entanto, o método de uma e de outra são distintos, nomeadamente porque a ciência se desenvolveu

em torno de um projeto de conhecimento empírico, que toma o fenómeno (e não o núneno) como objeto de análise, descrição e reflexão, enquanto a filosofia se refere “*não ao domínio da realidade, mas aos domínios da possibilidade e da necessidade: ao que pode ser e ao que tem que ser, não ao que é*” (Scruton, 2012, p. 22).

Consideramos essencial tomar de empréstimo algo da síntese que a epistemologia ajudou a realizar em torno das diferentes orientações sobre o que é a investigação científica e como se faz. Conhecendo a diversidade de perspetivas defendidas, por exemplo, por Comte ou por Kuhn, necessário se torna procurar colocar ordem a variedade de conceções acerca do que é a ciência e quais as regras em torno da sua qual se desenvolvem. Para tal iremos, num primeiro momento, usar a distinção operada por Agra (2001) entre duas grandes tradições: a historicista e a logicista. Desta forma poderemos ordenar alguns dos escritos mais relevantes da epistemologia.

A primeira tradição englobará tradições como o positivismo de A. Comte ou o Racionalismo Dialético de Bachelard. A principal indagação prende-se com o modo como se vem desenvolvendo o saber e que relações a ciência tece com a História. A segunda orientação integra o Empirismo, o Racionalismo Crítico de K. Popper e a teoria das Revoluções Científicas de T. Kuhn. Esta orientação procura acima de tudo demarcar o conhecimento científico de outras formas de conhecimento (Agra, 2001). Finalmente, iremos mencionar rapidamente Feyerabend e Agra, no campo das reflexões epistemológicas.

Para Comte, de modo a por fim à anarquia intelectual sentida pelo autor e decorrente das profundas transformações sociais, económicas e políticas do início da Modernidade, seria necessário que a humanidade atingisse o patamar mais evoluído de desenvolvimento. O patamar seria o estado positivo, “*único totalmente normal [onde] sob todos os aspectos consiste o regime definitivo da razão*” (Comte, 2001, p. 167). Este estado final seria passível de ser atingido pelo espírito humano e pelas diferentes sociedades e definir-se-ia em função de uma série de pressupostos intelectuais (dogmas) e metodológicos. Desde logo, a produção de saber deveria desligar-se da imaginação e fundar-se na observação, deveria desistir de se questionar sobre as “causas últimas” dos fenómenos e fundar o conhecimento na regra geral da invariabilidade da natureza. Deste modo, a explicação causal, a negação do cálculo probabilístico, a “descoberta” de leis gerais e universais que estabelecem relações entre fenómenos, com base na observação, quantificação e experimentação, permitiriam ao ser humano e às sociedades produzir

conhecimento regular e eficaz. Esta eficácia e regularidade do saber produzido colocariam na mão dos cientistas e dos decisores políticos, o remédio para a instabilidade e para as revoluções: o conhecimento científico permitiria a previsão racional e, daí, a prevenção dos fenómenos considerados problemáticos.

Apenas o espírito que tivesse já sido capaz de ultrapassar os estados teológico e metafísico (necessários, ainda que incompletos, para a evolução) seria capaz de caminhar para o progresso e para o estado último e acabado de conhecimento, o conhecimento científico (Agra, 1986, p. 42). Daí para a frente seria apenas necessário adicionar, progressivamente, novos campos de interrogação ao positivismo. É no cumprimento deste projeto que Comte defende uma hierarquia das ciências e alerta para a necessidade se aplicar o método científico aos fenómenos mais complexos e próximos do Homem, mimetizando o modelo e metodologia das ciências exatas, por exemplo, na chamada Física Social.

Método e lei, regra e previsibilidade, observação e progresso, são estas as linhas mestras do positivismo comtiano que, enquanto modelo, orientou fortemente quer as ciências da natureza, quer as sociais. No entanto, a causalidade direta e a previsibilidade viriam a ser postas em causa nos primeiros anos do séc. XX, mesmo no reino das ciências exatas, mormente aquando do desenvolvimento do princípio da indeterminação, do desenvolvimento das ciências estatísticas e do abandono na lógica causalista, à complexidade decorrente das novas teorias, como as descobertas de Einstein, bem com devido ao desenvolvimento das teorias dos sistemas (Agra, 1997).

Também Bachelard procura divisar o modo pelo qual a Ciência se vai constituindo progressivamente. No entanto, contrariamente a Comte, entende que a busca pela Verdade não tem término mas é antes um caminho sempre angustiado e percorrido pelo cientista-poeta, inquieto e insatisfeito, cuja curiosidade o faz avançar para um conhecimento a níveis cada vez maiores de complexidade e abstração: “*o método cartesiano que consegue tão bem explicar o Mundo, não consegue complicar a experiência, o que é a verdadeira função da investigação científica*”⁷ (Bachelard, 1996, p. 99). A ciência é um acumulo de erros corrigidos.

Através de um processo metuculoso de autoanálise, o cientista é um ser permanentemente insatisfeito, que duvida sempre e deve afastar do seu caminho os

⁷ Sublinhado no original.

escolhos que impedem o avanço. Os obstáculos epistemológicos são reificações, opiniões ou ilusões que devem ser afastados: as primeiras impressões obtidas pela observação, o senso comum, a indefinição da linguagem, o próprio conhecimento científico já constituído apenas servem à inércia e não são alimento suficiente para o cientista que continuamente se debruça sobre o que acha que já conhece. Para daí partir para o que ainda não conhece.

O questionamento dos conceitos, através da elaboração de perfis epistemológicos, permite que o cientista verifique as várias filosofias (mais ou menos ingênuas, mais ou menos simples) que povoam as ferramentas analíticas que usa. Mais, o cientista que se coloca na senda do Ultra-Racionalismo, do Novo Espírito Científico, deve romper também com outras faculdades tipicamente humanas: a inércia do pensamento, a habituação ao conhecimento estabelecido, a crença na simplicidade e regularidade dos fenómenos. Antes deve constantemente criticar o estabelecido, reconhecendo que o conhecimento mais evoluído é também mais complexo, relacional e irregular. Mas esta abstração e teorização apenas faz sentido se for suportada pelos dados, pela observação. A dialética entre teoria e prática é o motor indispensável para a produção de mais e melhor conhecimento científico, numa aproximação à Verdade sempre continuada mas nunca terminada.

A nova filosofia da ciência é uma Filosofia do Não que não cai no niilismo, na negação ou na crítica infundada. É, antes, conciliação:

*“procede, em nós e fora de nós, de uma atividade construtiva. Ela afirma que o espírito é, no seu trabalho, um factor de evolução (...). Dialectizar o pensamento é aumentar a garantia de criar cientificamente fenómenos completos, de regenerar todas as variáveis degeneradas ou suprimidas que a ciência, como o pensamento ingénuo, havia desprezado no seu primeiro estudo”*⁸ (Bachelard, 1987, p. 18).

Crítica e insatisfação, complexidade e irregularidade, autorreflexão e dialética, estes são os vetores que Bachelard desenha. O primado da observação e da experimentação é posto de lado em prol da dúvida, a história da ciência é sempre devir e renovação do conhecimento científico já instituído – estas são algumas das características que distinguem Bachelard de Comte. Por outro lado, a abstração, a crítica ao conhecimento

⁸ Sublinhado no original.

instituído e a vertente relacional e irregular do conhecimento científico vão, ainda que mediadas por Canguilhem, influenciar Foucault (Eribon, 1990).

Do lado da chamada tradição Logicista, encontramos um conjunto de outras orientações epistemológicas que sintetizaremos de seguida.

São vários os nomes que foram engrossando a realização da ciência segundo os ditames positivistas. De Hume a Wittgenstein, passando pelos trabalhos do Círculo de Viena (1925), é óbvio que se torna difícil sintetizar o que se possa entender por este posicionamento intelectual e metodológico. Atrevemo-nos, ainda assim, a procurar, como fizemos acima, os principais eixos identificativos desta tradição epistemológica.

A abordagem empírica ao mundo, através da observação, mensuração e descrição, dos fenómenos visíveis, é uma das marcas d'água do empirismo. A descrença na existência de *a priori* que facilitariam, como pretendia Kant, o conhecimento humano, exige uma fé inabalável na capacidade de o ser-humano “ler” a realidade que o circunda para dessa forma conhecer a realidade. A observação surge como principal fonte de conhecimento (o que será amplamente criticado por Popper, que manteve relações com o Círculo de Viena durante algum tempo) e a indução a principal operação cognitiva para sistematizar o conhecimento. Descrever o mundo sensível é a principal preocupação – mas esta operação apenas cumpre o seu propósito de transmissão do conhecimento se existir uma linguagem formal tão universal e transparente quanto possível.

“Assim, por um lado, procura estabelecer as bases da linguagem unificada de todo o conhecimento científico, o que lhe confere uma dimensão analítica, e, por outro lado, propõe ligar todos os enunciados a dados observáveis, colhidos na experiência, o que corresponde à sua dimensão empírica” (Luz, 2002, p. 149-50)

Transpor a linguagem formal da matemática ou da química a todos os domínios do real (incluindo o Direito) é o grande projeto fundador do já mencionado Círculo de Viena, mas também de Wittgenstein. As proposições que não sejam, na sua lógica demonstrativa, um espelho fiel do real, são falsas ou ilógicas (Agra, 1986, p. 32-3). As proposições só são científicas se tiverem esta capacidade de espelhar, traduzir rigorosamente a realidade natural numa linguagem que universalmente transmita o fenómeno em si, afastando subjetividades, incompletudes e lapsos: *“os conceitos científicos são representações organizadas, com origem na combinação de sensações.*

A sua função é conduzir o pensamento abstracto às representações sensíveis que se mostram de acordo com as sensações correspondentes” (Luz, 2002, p. 151).

Donde o afastamento de qualquer conhecimento não empírico, nomeadamente filosófico, que busca o não observável, o que não é passível de ser captado pelos sentidos e que nada designa que tenha transposição no mundo “real”.

O Círculo de Viena, cujo manifesto sublinha a necessidade de se criar uma “*concepção científica do mundo*” (Luz, 2002, p. 156), vem desta forma contribuir para um certo enciclopedismo propondo uma linguagem das ciências unificada da e na lógica – as diferentes ciências devem partilhar não apenas as regras metodológicas, mas também a linguagem sustentada na análise lógica. Deste modo se destroem as ambiguidades da linguagem e se retira à metafísica o seu predomínio de saber assente nas suas próprias representações ou especulações (Luz, 2002, p. 157) e cujas proposições são sem sentido, como alegará Wittgenstein.

Observação e Verdade. Formalismo e Linguagem. Universalidade e objetividade. São os eixos orientadores do empirismo, ainda que diferentes autores possam apresentar, como certamente acontece, posicionamentos distintivos ou, como sucedeu, um mesmo autor possa progressivamente evoluir na sua posição pessoal.

Mantendo o rigor formal herdado em contactos prévios com o Círculo de Viena e alguns dos mais significativos autores da tradição empirista, K. Popper vem no entanto deitar por terra a ênfase colocada até ao momento na observação e na indução (Agra, 1986, p. 34) Diz-nos o autor que quando observamos, o olhar é imediatamente dirigido por conceções prévias inerentes ao cientista: quer o enquadramento teórico que já adotou, quer o problema que desde logo procura resolver. Acreditar no que se viu ou mediu, crer que a observação permite o aceder ao fenómeno, é mero psicologismo, “*toda a observação envolve interpretação à luz do nosso conhecimento teórico*” (Popper, 2003, p. 43).

Observar não é um mecanismo produtor acrítico de descrição e esta asserção implicará que a observação deixe de ser considerada a fonte única ou principal de produção de conhecimento. É uma das fontes de conhecimento, um dos modos de obter dados, mas não pode claramente ser classificada como a que apresenta autoridade sobre as restantes. Milhares de observações não permitem a elaboração de uma teoria pois basta uma observação contraditória ou diferente para deitar por terra – falsificar – essa teoria.

Por esta razão, as teorias são sempre provisórias, nada mais que hipóteses ou conjeturas que podem ser refutadas – devem ser refutadas – pela natureza. O real deve testar a teoria constantemente, reduzi-la à categoria de mera possibilidade.

Se a hipótese, a teoria, sobreviver a esta tentativa de falsificação, temos então uma aproximação mais robusta à Verdade, mas não a Verdade em si. O erro (Popper, 1987) deve ser permanentemente buscado, a atitude crítica face ao saber científico constituído (atitude partilhada precisamente com Bachelard) conduz a uma “*bio-lógica-evolucionista*” (Agra, 1986, p. 37) onde as teorias que fracassam e saem falsificadas devem ser abandonadas (ou reescritas quando tal seja possível), ao passo que as que resistem aos testes de falsificação são mantidas, ainda que sempre temporariamente. Até que um outro conjunto de factos possa vir por em causa a hipótese sempre provisória:

*“não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico”*⁹ (Popper, 2007, p. 42)

São científicas as conjeturas, as possibilidades de conhecimento que corajosamente se submetem ao teste com o real. Não o são aquelas “teorias” que continuamente buscam a sua validação ou confirmação, que absorvem o erro em vez de se deixarem ser por ele alteradas. No entanto, entre ciência e não ciência existe continuidade e não rutura. A astrologia deu lugar à astronomia. Pode ser que um dia a Psicanálise de Freud dê também lugar a conhecimento científico e deixe de ser uma mera pseudo-ciência.

Falsificação e conjetura. Erro e evolução. Observação e teoria. Eis os vetores centrais da epistemologia Popperiana: a constante procura do erro e a coragem para a falsificação orientam quer o posicionamento epistemológico quer metodológico do cientista. Cada teoria destronada dá lugar a conhecimento mais robusto num processo continuado de aproximação à Verdade.

Mas será que efetivamente é possível considerar a possibilidade de se atingir a Verdade através da Ciência? Será que os homens e mulheres que pertencem à comunidade científica têm a capacidade de conseguir iluminar o mundo com explicações universais acerca do mundo que nos rodeia?

⁹ Sublinhado no original.

Kuhn (2000), ao estudar a comunidade científica como um qualquer outro conjunto profissional, ao verificar a instabilidade das ciências sociais, ao estudar a história do conhecimento científico, conclui que não existe explicação científica universal, que a ciência não conduz à Verdade. Pelo contrário, de entre as várias perspectivas científicas em debate (física aristotélica ou newtoniana, por exemplo), sobrevive aquela que consegue reunir o maior consenso por parte do conjunto dos cientistas em campo. É a incomensurabilidade que impede que dois paradigmas coexistam, é a comunidade científica e os fatores contextuais sociais que determinam qual deles vence e passa a fazer parte da evolução do conhecimento. E define paradigma como *“realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”* (Kuhn, 2000, p. 13)

O conhecimento científico avança por saltos qualitativos, verdadeiras revoluções, diz-nos o autor, em tudo semelhante às revoluções políticas, que criam conflito, instabilidade, dissenso entre os cientistas. É certo que há toda uma fase de “ciência normal”, na qual os cientistas são valorizados não pela sua capacidade inventiva mas pela capacidade de encontrar as soluções de antemão prometidas pelo paradigma, onde os mais jovens são socializados no paradigma e, por isso, se dispensa a justificação dos objetos a estudar, das teorias usadas ou das metodologias a aplicar.

“Os cientistas trabalham a partir de modelos adquiridos através da educação ou da literatura a que são expostos subseqüentemente, muitas vezes sem conhecer ou precisar conhecer quais as características que proporcionam o status de paradigma comunitário a esses modelos. Por actuarem assim, os cientistas não necessitam de um conjunto completo de regras. A coerência da tradição de pesquisa da qual participam não precisa nem mesmo implicar a existência de um corpo subjacente de regras e pressupostos” (Kuhn, 2000, p. 70).

Mas esta fase de ciência madura é apenas isso, uma fase. A natureza impõe o novo, o impensado, a surpresa e a renovação através da constatação da existência de anomalias, fenómenos que não se deixam apreender pelo paradigma que, por isso, entra em crise. É a discussão, o debate que daqui surge, entre, por um lado, aquelas fações da comunidade científica que mantêm a fé na possibilidade de o paradigma continuar a fornecer respostas e, por outro, aqueles que defendem a mudança, a sua substituição por outro, é

este clima de confronto que irá determinar a emergência de novo paradigma que impõe toda uma nova visão do mundo.

A ciência é atividade humana, é instabilidade, confronto e revolução mas é também estagnação, limitação e hábito. A sua marcha não se faz pacífica e harmoniosamente na direção do progresso. A atividade científica depende do aleatório do mundo natural, quando revela anomalias que não se deixam explicar pelo paradigma dominante, mas também está umbilicalmente ligada a fatores tão prosaicos como, por exemplo, a influência que determinado grupo tem para reunir aliados, financiamento ou outros elementos de alavancagem e, assim, impor a sua decisão sobre os restantes contendores.

Comunidade científica e debate. Estagnação e revolução. Paradigma e anomalia. Aqui estão as linhas orientadoras da teoria das revoluções científicas de Kuhn que, ao contrário de outros autores considerados até aqui, não se limita a considerar a ciência do seu ponto de vista interno, mas antes dá a conhecer os fatores que lhe são externos mas a influenciam.

Esta abordagem, dita construtivista ou relativista, acabou por ter grande impacto sobre a Epistemologia e sobre a Sociologia da Ciência, da qual Kuhn se aproxima significativamente. Autores como Latour, entre outros, vão precisamente olhar para a ciência enquanto atividade social, nascida não de uma especial metodologia ou relação com a Verdade, mas da interação entre os seres-humanos em concretas estruturas profissionais e objetivos funcionais.

Feyerabend (2010) aplaude fortemente o trabalho de Kuhn, situando-se na mesma linha de raciocínio que toma a ciência como atividade humana (entre outras formas de conhecer o mundo), sujeita a preconceitos e pré-juízos dos cientistas, bem como a influências políticas e económicas. Por outro lado, critica e distancia-se fortemente quer das orientações positivistas, que defendem que a ciência tem a capacidade de buscar e atingir a verdade, quer das orientações críticas como a de Popper. Diz o autor que o rigor metodológico defendido por Popper, a falsificação e crítica constante não se verificam no terreno. Reprova, acima de tudo, o impulso para a atividade científica tal como preconizado por Popper: a resposta a um problema. Feyerabend afirma, por um lado, que uma ciência que apenas se orienta desse modo subordina a liberdade humana a uma vertente meramente pragmática; mas, mais importante, sublinha que o desenvolvimento das instituições, das práticas, etc., surge mais devido à influência de

atividades externas à ciência, do que à tentativa de resolução de problemas “desligadamente” colocados pelo cientista (Feyerabend, 2010, pp. 154 e ss).

Um dos argumentos centrais do autor de que nos ocupamos neste momento é que a ciência é apenas uma entre muitas outras formas de produzir conhecimento acerca do mundo: “*I recommend to put science in its place as an interesting but by no means exclusive form of knowledge that has many advantages but also many drawbacks*” (Feyerabend, 2010, p. 166-7). A seguinte grande conclusão, à qual chega através da análise do trabalho de Galileu, é a de que a atividade científica é maioritariamente uma atividade anárquica: muitas (todas?) vezes a ciência produz-se com desrespeito pelas regras metodológicas. Aliás, se se cumprissem essas regras de racionalidade e rigor, o mais provável é que a atividade científica estagnasse totalmente. É preciso reconhecer que os cientistas agem contra-intuitivamente, que a ciência avança também quando se propõem soluções que desafiam a “racionalidade” científica, que a argumentação e a linguagem entram no contexto da justificação mas não necessariamente no contexto de descoberta.

As descobertas científicas podem ser irracionais e não seguir qualquer método – contexto da descoberta. No entanto, o que sucede depois, a justificação ou crítica dessa descoberta, é agora sim racional e rigorosa – contexto da justificação. Aquele é analisado pela história da ciência; este pela filosofia da ciência. Mas claramente o que não se pode negar, para o autor, é que “*there is (...) a very noticeable difference between the rules of testing as ‘reconstructed’ by philosophers of science and the procedures which scientists use in actual research*” (Feyerabend, 2010, p. 150).

Anarquia e não-conformismo. Regras metodológicas fluidas e ilusão de racionalidade. Relativismo e crítica à presunção de Verdade – são algumas das características da ciência para Feyerabend. A transgressão e o desvio, a subjetividade e as estratégias de confronto com o poder político, a defesa de uma análise de cariz antropológico à atividade científica são alguns dos pontos de originalidade de uma abordagem que, em 1975, deixou um forte impacto nos estudos de cariz epistemológico, em defesa de um relativismo do conhecimento que foi amplamente criticado noutras instâncias¹⁰.

¹⁰ A crítica ao relativismo científico e ao discurso pós-moderno nas ciências sociais esteve precisamente na origem do *affair Sokal* (Sokal e Bricmont, 1997).

Fortemente inspirado em Foucault, Serres, Lyotard, Prigogine e Morin, Agra (1986) vem dar conta da nova formação científica típica da chamada pós-modernidade. A lógica genético-evolutiva-normativa da ciência metamorfoseia-se numa lógica estrutural-informacional-comunicacional, cujas principais características são a autorregulação, a comunicação, a informação, o esbatimento de fronteiras entre sujeito e objeto, assim como entre natureza e cultura e, no fundo, a transdisciplinarietà.

A ciência deixa de necessitar de um sistema de regulação e normatividade surgido no seu exterior, mas antes desenvolve um olhar autocrítico à sua atividade, “*assume d’elle-même la production du discours normatif, légitimatif, régulateur de son propre discours. Elle s’autonormalise, s’autolégitime, s’autorégule, s’autocritique*” (Agra, 1986, p. 85). E são em grande parte as ciências humanas¹¹ que vêm aportar esta reflexão sobre a atividade científica, nomeadamente a sociologia ou a história. Mas o que realmente importa reter é a nova configuração da ciência como sistema global, autorreferencial, que se auto-legitima sem necessidade de recorrer a qualquer outra autoridade exterior.

Ainda que encerrada sobre si mesma comporta, simultaneamente, um constante fluxo de troca, de comunicação, de mensagens entre diferentes nós ou centros que recebem e enviam *stocks* de informação através de vários caminhos reticulares que, considerando-se a variável “tempo”, permitem a transformação e criação desta e de novas redes. Pluralidade, complexidade, subsistemas e ligações, *feedback* e comunicação. O sentido e a razão comunicam entre diferentes nós, entre diferentes disciplinas: a história usa a linguagem da física, a física descobre a importância dos instrumentos da história; a noção de estrutura navega entre a linguística e a biologia.

Por tudo isso, a linguagem adquire uma importância fundamental e, com o desenvolvimento dos sistemas informáticos e das novas tecnologias de informação, o conhecimento circula como a moeda, “*tout l’ensemble du savoir scientifique contemporain au niveau des théories, des objets et des sujets de connaissance, est affaire d’information, de traduction, de transduction dans le continuum fibrillaire de ‘réseau de communication’*” (Agra, 1986, p. 74). Esta informação em contínuo movimento faz com que deixe de haver uma ciência que seja referência às restantes. A informação circula entre as ciências, entre estas e os objetos de que se ocupa, entre estes

¹¹ Ou as chamadas ciências sociais e do comportamento, numa designação agora mais comum.

e os sujeitos que os estudam, entre os próprios sujeitos numa demanda pela intersubjetividade e “com-unição” da “com-unidade” científica.

A relação entre sujeito que conhece e objeto a conhecer também se transforma profundamente. A ausência de relação, a dualidade entre ambos deixa de fazer sentido, agora “*la relation sujet-objet constitue, elle aussi, un réseau de communication et d’information*” (Agra, 1986, p. 78). O objeto apenas se deixa conhecer na relação direta com o sujeito que conhece, com os instrumentos que usa¹², com o quadro teórico que detém, com as características que possui enquanto sujeito cognitivo-social-psicológico. A relação que se constrói entre estes dois sistemas (que por seu turno se ligam a outros sistemas) é uma relação de tradução e de transformação: “*le caractère informationnel de la connaissance fait que le réel n’est que message et que le savoir du réel n’est que traduction*” (Agra, 1986, p. 80), o que conduz à relatividade do conhecimento e ao fim da pretensão do conhecimento científico em distinguir Verdade e Falsidade.

O mesmo sistema de comunicação, de influência recíproca, verifica-se nos novos laços tecidos entre as ditas ciências exatas e as chamadas ciências sociais e do comportamento. Natureza e cultura passam a fitar-se mutuamente e a partilhar a mesma configuração sistémica. A noção de tempo e de processo vem iluminar o conhecimento acerca da natureza; as teorias da informação e dos sistemas vêm auxiliar as ciências sociais e do comportamento. Deste modo, “[L]’*objet des sciences (humaines et exactes) est de l’ordre de la complexité: états et systèmes à grand nombre d’éléments en multiples liaisons interactives. Choses du monde naturel, sociétés, groupes, histoire, on a affaire à des systèmes complexes dont le modèle en réseau constitue la graphie*” (Agra, 1986, p. 84).

Finalmente, ao nível disciplinar, o caminho vem-se fazendo no sentido da transdisciplinaridade, de esbatimento de fronteiras entre disciplinas, de anulação das identidades autónomas. O que subsiste são intersecções, nós comunicativos e transmissivos (e transgressivos), cruzamentos, passagens e já não isolamento e fechamento. As disciplinas partilham objetos, pontos de vista, metodologias e regras; novas disciplinas nascem de outras ciências ou seus fragmentos; o conhecimento científico é sistema vivo e mutável que se recria e passa, agora sim, a importar a crítica (até aqui, externa) para o seu seio. A ciência interioriza a epistemologia e passamos a

¹² Veja-se o princípio da incerteza, desenhado por Heisenberg, considerando-se a impossibilidade de obter medições precisas sobre as características dos eletrões, consoante a atividade do sujeito-observador.

estar perante um “eco-sistema-epistémico-científico” (Agra, 1986, p. 95) que inclui os dois subsistemas: ciência e crítica da ciência.

Sistema e transdisciplinaridade. Comunicação e informação. Complexidade e rede. São estes os eixos orientadores de uma ciência que demite a epistemologia externa, esbate os limites entre disciplinas e campos científicos (homem *versus* natureza), cria as regras da sua autolegitimação e faz circular entre os diferentes nós e retículos linguagem, objetos, métodos traduzidos, transformados e adaptados às várias realidades. A mesma lógica de comunicação e interação faz desaparecer os limites entre o “eu” e o “isso”, entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido – não mais duas frações de uma equação, mas dois universos comunicativos que se influenciam mutuamente, bem como o desfecho do processo científico.

Vimos até aqui um conjunto de trabalhos que podemos classificar como epistemologia, reflexão em torno das grandes questões tradicionais sobre o conhecimento científico: o que é a ciência, como se demarca de outros tipos de conhecimento e de que forma evolui ao longo do tempo. Podemos, aqui chegados, aproveitar para resumir o que nos dizem estas abordagens em relação: ao que é a ciência; estatuto face a outras formas de conhecimento; regras científicas; comportamento do cientista-investigador (Tabela 6). Nas secções seguintes iremos verificar se e de que modo estas concepções sobre a produção e divulgação da ciência têm sido veiculadas pelas atuais políticas científicas na Europa.

Tabela 6: síntese de algumas orientações epistemológicas

Autor ou Tradição	O que é a Ciência	Estatuto face outros conhecimentos	Regras científicas	Comportamento do cientista
Comte e Positivismo	Define-se pelo uso do método positivista e elaboração de leis gerais; Permite previsão racional	Fase mais evoluída (após estado teológico e metafísico), sinal de progresso Adequada para informar decisores políticos	O método positivista: observação rigorosa, busca das relações entre fenómenos, explicação causal, método experimental	Racional, objetivo, axiologicamente neutro, distanciado da imaginação e superstição, empenhado no progresso da civilização. Ciente de que o positivismo conduz à Verdade do mundo físico e social.
Bachelard e Racionalismo Dialético	Empreendimento sempre inacabado Marcha contínua para níveis maiores de abstração, complexidade e relação entre fenómenos Permanente correção de erros	Procura de ruturas epistemológicas face senso comum. Busca e afastamento de obstáculos epistemológicos, que incluem conhecimento científicos anteriores	Procura do erro e insatisfação com o adquirido Movimento dialético entre razão e observação Psicanálise e realização de perfis epistemológicos	Insatisfeito, sempre curioso, movido pelo desejo de aproximação gradual à Verdade Capaz de caminhar para níveis maiores de complexidade e afastar-se da tendência para a inércia. Acredita no caminho progressivo para a Verdade.
Empirismo	Forma de conhecimento rigoroso do real, de tradução da natureza através da observação dos fenómenos naturais e sua descrição em linguagem formal e universal.	Distinção face a outros saberes constituídos sem recurso à observação do real, como seja o saber metafísico e filosófico	Observação, indução, acumulação de observações e de dados. Produção de proposições científicas (linguagem formal e universal) que traduz rigorosamente o real.	Axiologicamente neutro, objetivo, cuja mente é uma <i>tabula rasa</i> onde se inscrevem as observações realizadas pelos órgãos dos sentidos que são, posteriormente, registadas e formalizadas em linguagem científica. Acredita que a ciência (observação e linguagem) produz Verdade.
Popper e Racionalismo Crítico	Processo dedutivo de formulação de hipóteses e conjeturas sobre o real que serão, continuamente, testadas e falsificadas. Conhecimento sempre provisório. Cada nova hipótese	Existe uma continuidade: conhecimento não científico pode vir a tornar-se hipótese científica desde que se abra à possibilidade de falsificação. São	Processo hipotético-dedutivo, onde as operações teóricas são relevantes e consideradas hipóteses científicas a confrontar com as observações empíricas. O	Rigoroso na procura ativa da falsificação das suas hipóteses científicas. Atento ao erro. Desprendido das produções intelectuais anteriores e capaz de

	sobrevivente ao confronto com os dados está mais apta que as anteriores que pereceram.	pseudociências as abordagens que não o fazem e buscam a verificação das proposições, apesar da crítica.	erro é elemento normal no curso da ciência e esta evolui progressivamente deixando para trás todas as conjecturas falsificadas.	continuar a corrigir/propor novas hipóteses. Consciente de que não é possível atingir a Verdade acerca do mundo, mas explicações progressivamente mais capazes.
Kuhn e Revoluções científicas	Produção humana sujeita a constrangimentos exteriores e ao acaso. Passa por fases de turbulência, de acalmia e de revolução. É produto do consenso da comunidade científica em torno de determinado paradigma. O conhecimento é construção social e não existem explicações científicas universais, apenas permanecem aquelas em torno das quais a maioria da comunidade científica se junta, temporariamente.	É conhecimento científico o que a comunidade científica determina como tal; não é conhecimento científico o que (a maioria) da comunidade científica determina como tal. São as relações de força e capacidade de dissuasão da comunidade científica que determinam o que é ou não ciência.	Na fase da ciência normal, o paradigma é usado para legitimar a investigação (objetos, métodos, teorias) e socializar todos os novos cientistas. As operações são rotineiras e consistem em fazer encaixar peças (dados da natureza) no puzzle (paradigma), até ao surgimento da anomalia. A opção entre paradigmas faz-se através de questões de incomensurabilidade e não de metodologia.	O bom cientista, na fase da ciência normal, limita-se a cumprir as promessas colocadas pelo paradigma (no qual foi socializado) e a resolver enigmas. A comunidade científica tem papel essencial na determinação do paradigma vencedor do decurso de revoluções científicas. Existem fatores externos (estatuto, financiamentos, etc) que determinam as características desta comunidade.
Feyerabend	Um modo, entre outros, de conhecer o mundo. Atividade humana sujeita a preconceitos dos cientistas, influências políticas e económicas, etc.	A ciência é apenas um de vários modos de conhecer o mundo, que não deve ter prioridade nem autoridade sobre os restantes.	A ciência produz-se com desrespeito pelas regras metodológicas. É atividade anárquica. As regras surgem no contexto de justificação, não no de descoberta.	O cientista é transgressivo e influenciado por preconceitos. Não busca a resolução de problemas da humanidade mas é antes orientado por circunstancialismos externos, económicos e sociais.
Agra	Sistema global, autorreferencial, comunicacional e informacional. Funcionamento em rede, transdisciplinaridade. Influenciada pelos desenvolvimentos das novas tecnologias de informação.	Outras formas de conhecer o mundo não contêm esta autocrítica ou autorregulação sistemática.	Cultura e natureza, ciências humanas e ciências naturais partilham conceitos, métodos, problemas. A informação circula entre os nós disciplinares e troca-se comunicação.	Não existe diferença entre o Eu que conhece e o Outro-Iso que é conhecido. O sistema psíquico do cientista comunica com o sistema-Iso e com o sistema-Conhecimento.

Tal como nos diz Morin (1982), que faz também ele uma breve passagem por estes e outros autores da epistemologia mais recente, atualmente será necessário considerar a concreta era histórica em que a ciência se produz, dado que existem esquemas de retroação entre conhecimento e sociedade, entre ciência, técnica, sociedade e estado. A ciência é sempre refutável, de tal modo que o objetivo da Verdade apenas faz sentido na relação com a obtenção de dados, já que as teorias são sempre construções humanas provisórias e a eliminação do erro um impulso nunca satisfeito. A ciência é campo de conflitualidade (não apenas entre paradigmas ou *themata* mas também no seio das instituições) mas “*este combate tem e mantém as suas regras do jogo: o respeito dos dados, por um lado; a obediência a critérios de coerência, por outro lado*” (Morin, 1982, p. 20). No entanto, as regras do jogo devem ser de tal forma que permitam a génese e florescimento do desvio. Devem permitir o afastamento do “*peso-inércia institucional*”, que haja espaço e possibilidades para o cientista original, não mediano e desligado das relações de mandarinato ou de sindicato.

Da análise da Tabela 6 e da consideração das palavras de Morin (1982), podemos concluir que as regras que regem a atividade científica e subsequente divulgação do conhecimento científico são consideradas diferentemente consoante a abordagem epistemológica. Os ideais de consenso e persuasão convivem de forma mais ou menos tranquila com a ideia de transgressão e conflito. A busca pelo erro e a dúvida metódica de uns são contrapostos à crença no progresso social e na previsibilidade oferecida pela ciência. Entre indução e dedução, entre verificacionismo e falsificacionismo, entre fatores internos e fatores externos à ciência, diferentes autores posicionam diferentemente as regras científicas. O que podemos concluir é que o jogo, usando a expressão de Morin, é jogado – diferentemente segundo os autores, mas é jogado. As regras podem ser mais ou menos explícitas, e, dentro destas, podemos encontrar as regras procedimentais e metodológicas que fazem ligar as observações à teoria, que determinam a coerência dos dados entre si, a retidão da sua recolha e a reflexão do cientista sobre a sua atividade de produção intelectual e posterior disseminação das suas hipóteses ou conclusões.

No entanto, não podemos ignorar que não é ao nível da epistemologia que podemos encontrar respostas sobre o tipo de comportamentos na investigação e na docência que tem preocupado os investigadores, a comunidade científica ou as IES. Se é verdade que, por exemplo, Popper procura distinguir ciência de pseudo-ciência, não é menos verdade

que não admite o uso de meios fraudulentos pela psicanálise, por exemplo. A não ser que aceitemos que a ausência de teste e fechamento à falsificação seja comportamento fraudulento na ciência – o que poderá não ser o caso já que Popper retira estas abordagens do próprio campo científico.

3.2. Exigências atuais sobre a investigação científica e o ensino superior

Na presente secção iremos dar conta da revisão de literatura efetuada em torno das que são atualmente as principais tarefas das IES e dos académicos: a investigação científica e o ensino superior, com especial enfoque na Europa e nas atuais exigências face ao desenvolvimento do que se convencionou chamar a “sociedade do conhecimento”. Os últimos anos têm vindo a assistir a transformações relevantes impostas às IES, suas tarefas e configurações nas vertentes essenciais produção e divulgação do conhecimento científico através da formação de adultos.

Deste modo, nesta secção, iremos rever trabalhos que nos alertam para as características das universidades, que aqui designaremos de modo mais geral como IES, tal como têm sido influenciadas por transformações sociais e económicas mais amplas, mas também nas suas características de funcionamento internas, fins designados, papéis distribuídos e outras facetas das IES europeias. Iremos especialmente procurar entender o papel das IES numa Europa cada vez abrangente e modificada em virtude do funcionamento da União Europeia e das suas políticas públicas sobre a investigação, inovação e crescimento económico, bem como de outros processos de âmbito europeu, como sejam o chamado processo de Bolonha de reconhecimento de títulos académicos.

Morin regista dois grandes desafios para a universidade. Por um lado, a existência de uma fratura cultural (Morin, 1984, p. 50) entre o academismo e o modo técnico-burocrático, enquanto modos de produção do conhecimento situados em instituições. Aquele releva de um modelo que o autor designa de feudal, onde a tese de doutoramento é o ritual de iniciação, o poder é tecido através de um sistema de alianças e raras liberdades, mas onde o conhecimento se busca por si mesmo. Este, o modo técnico-burocrático que tem progressivamente invadido as IES, orienta-se em torno de finalidades administrativas e pragmáticas, fortemente vinculadas a interesses

administrativos, empresariais ou ao poder¹³. Esta organização “*rend impossible le travail original et novateur qui (...) est considéré comme déviance ou anomie*” (Morin, 1984, p. 51) e tende à especialização, ao fim do isolamento dos cientistas (isolamento que tem um sabor positivo para os sociólogos), à pauperização das ciências sociais e a uma orientação em busca do financiamento e do orçamento de investigação.

Seria preciso, segundo o autor, realizar análises complexas das IES, já que aqui “*il y a des groupes, il y a des clans, il y a des luttes d'intérêt, il y a des luttes pour le pouvoir (...), il y a des individus plus âpres, plus cyniques, plus ambitieux et d'autres qui le sont moins, pour lesquels jouent beaucoup plus des rapport de fidélité, de loyauté et de camaraderie*” (Morin, 1984, p. 53), como, aliás, sucede no mundo político e dos negócios. Um olhar para a IES, para esse “microcosmos antrope-social” permitiria desencadear análises não apenas acerca da complexidade das relações humanas, mas também acerca da competição para obtenção de poder-saber.

Ora, na Europa, os últimos 60 anos trouxeram crescimento demográfico na maior parte dos países e os resultados de várias revoluções culturais e políticas protagonizadas pelos jovens, das quais o Maio de 68 foi apenas um exemplo. O fim dos regimes ditatoriais europeus, a recuperação dos efeitos desastrosos de uma guerra mundial, que afetou especialmente os países do centro europeu, finalmente reconstruídos, o milagre económico alemão, os movimentos de emancipação ocorridos durante os anos de 50 e 60 lançaram as suas sementes: mais jovens, Estados Sociais onde a educação era considerada prioridade, períodos de paz, estabilização e crescimento económico conduziram finalmente ao desenho de uma Europa unida na troca económica e no comércio. A Comunidade Económica Europeia redesenhou o mapa europeu, as prioridades nacionais e a cooperação internacional. Os diferentes índices de desenvolvimento das nações, incluindo alfabetismo, grau académico, feminização do mercado de trabalho, níveis de investigação científica e inovação, ofereciam a possibilidade de se pensar em uníssono o ensino superior e a investigação científica (Oliveira, 2000).

Não foi no entanto a CEE (atual União Europeia) a preparar o caminho para a uniformização e creditação europeia do ensino de nível superior, mas um acordo internacional mais amplo e com efeitos tremendos nas instituições universitárias.

¹³ Na ausência de esclarecimento do autor, cremos querer referir-se ao poder político.

O processo de criação de um espaço europeu de ensino superior teve a capacidade de chamar a Comissão Europeia a intervir numa área onde não estava prevista de harmonização e integração europeia. O ensino superior e a investigação não faziam parte do Tratado de Roma, documento fundador da atual União Europeia. Segundo Croché (2009), o principal ator foi, durante muito tempo, o então Ministro francês Allègre que conseguiu unir em 1998 vários elementos dispersos e que vinham pontuando a reflexão sobre as universidades europeias, como resposta à reflexão que também os Estados Unidos da América faziam no pós-guerra fria. Deste modo,

«Allègre a ainsi mis en réseau et en cohérence des éléments hétérogènes, parmi lesquels: les discours énoncés en France et en Allemagne sur la perte d'attractivité de l'enseignement supérieur et les propositions pour l'enrayer; les textes que le Conseil de l'Europe et l'UNESCO ont fait adopter pour faciliter la reconnaissance des parties d'études et des diplômes obtenus à l'étranger; les rapports des conférences régionales organisées par l'UNESCO dès 1997 sur le supérieur, qui prônaient des réformes sur chaque continent; les initiatives de la CE pour soutenir les mobilités et ses projets pilotes de mobilité lancés et testés par les universités; la réponse très positive de beaucoup de familles qui ont analysé la mobilité de leurs enfants comme un signe de distinction et ont accepté de la soutenir financièrement; la Magna Charta Universitatum adoptée par les universités européennes en 1988; le forum universités-industries, créé par la CRE (Confédération des Recteurs Européens) et l'ERT (Table Ronde des industriels Européens) pour formuler des propositions communes à présenter aux Communautés européennes et aux gouvernements nationaux sur les rapports entre les universités et leur environnement; les débats aux États-Unis sur les fonctions prioritaires de l'enseignement supérieur conduisant à privilégier la formation de l'élite» (Croché, 2009, p. 13).

A declaração de Sorbonne, de 1998, reflete este esforço de reunião de preocupações dispersas mas prementes. Desta forma, sem atentar contra as soberanias nacionais, porque se prescindia da participação da Comissão Europeia no processo, projetava-se uma intervenção supranacional e intergovernamental que serviria para harmonizar a arquitetura do ensino superior no continente europeu. No entanto, a Comissão Europeia reconhece a relevância do projeto e progressivamente mas com maior ênfase após o abandono de Allègre do governo francês, ou seja, após 1999, consegue convencer os estados parceiros que tem os meios e, principalmente, o financiamento para poder ser

admitida como agente na mudança. A resistência dos estados é, segundo Croché, praticamente nula, ainda que outras instituições se queixem da entrada em cena de um organismo cuja competência na matéria não é reconhecida.

É com a estratégia de Lisboa (2000) que o discurso oficial da Comissão Europeia passa a prever uma “sociedade e economia do conhecimento” e a criação de um espaço europeu para aprendizagem ao longo da vida: *“la CE a transformé le projet d’harmonisation de l’architecture de l’enseignement supérieur européen élaboré par Allègre et ses alliés en projet d’eupéanisation de l’enseignement supérieur”* (Croché, 2009, p. 19). O ensino superior passa a estar subjugado ao projeto de construção europeia, à prosperidade económica e à coesão social. Deste modo, a Comissão Europeia, como agente principal do processo e com o apoio dos estados signatários e outras instituições de representação do ensino superior, vem ligar ensino superior e investigação científica à atividade económica privada e ao mercado de trabalho. As IES passam a ser (mais uma das) instituições cuja tarefa se centra no desenvolvimento económico da Europa, cuja produtividade é constantemente avaliada. Ensino, investigação e inovação têm como fim o reforço da competitividade da Europa no mundo, no longo prazo.

Diz Croché (2009) que a aceitação desta orientação pela Comissão Europeia e as novas tarefas emprestadas à Universidade foi feita de forma relativamente consensual, sem que os diferentes atores do processo se tenham sequer dado conta que a Comissão não tinha legitimidade para intervir no campo em questão. Nas palavras da autora, *« [S]es prescriptions sont impératives et à force d’être répétées trouvent de plus en plus aisément leur place dans le débat sur l’avenir de l’université et nul ne s’offusque plus des positions que la CE énonce sur des questions qui ne sont pourtant pas de sa compétence »* (Croché, 2009, p. 24).

Becher e Trowler (2001) entendem que as IES europeias atuais se desenvolvem num ambiente que apelidam de pós-industrial. Este ambiente caracteriza-se por mudanças socioeconómicas abruptas, excesso de informação, incerteza e declínio organizacional que, por seu turno, implica para aquelas instituições *“ high levels of competition, scarce resources and new associated costs, as well as unpredictable fluctuations in enrolments and revenues”* (Becher e Trowler, 2001, p. 1). Os autores identificam várias alterações

nas IES que acabam por estar interrelacionadas com mudanças mais amplas que vão influenciar uma nova imagem, novas tarefas e funções, novos objetivos a cumprir.

A primeira grande transformação das IES é marcada pela globalização, ou seja, pelo estabelecimento de redes (*networks*) que transcendem estados e transmitem fluxos de informação. Tal estaria a criar novos padrões de incentivos (mas também de desincentivos), novas oportunidades (mas também novos perigos), novas estruturas (e constrangimentos). Por exemplo, as transferências de tecnologia (a partir das IES) são cada vez mais rápidas, aumenta a movimentação de produtos e processos das IES para o mercado, esbatem-se as fronteiras entre os sectores público e privado do ensino superior, dá-se maior ênfase às ciências aplicadas face às restantes, os *curricula* são cada vez mais orientados para a formação profissional e há acessos facilitado dos alunos dos extratos mais baixos ao ensino superior. Criam-se, dizem os autores, “mercados” para os estudantes enquanto se sublinha a importância da internacionalização e da criação de e-plataformas de ensino como meio de melhorar a competitividade entre instituições e nações. O ensino superior é visto como um instrumento do mundo dos negócios e é avaliado em função da sua performance – dá-se um “*shift in power relations in terms of who defines what counts as useful knowledge and whose discourse achieves dominance*” (Becher e Trowler, 2001, p. 5-6).

A segunda mudança operada prende-se com a relação com o Estado, com um aumento progressivo da dotação pública às IES públicas e, em função disso, um maior controlo dos produtos destas instituições. Expressões como *accountability*, eficiência, economia, gestão passam a pontuar o quotidiano das instituições sacrificando-se a autonomia e o estatuto diferenciado das universidades. O Estado regula, supervisiona, controla, pede contas em troca do dinheiro que ali investe. No entanto, em anos mais recentes, nomeadamente devido à crise económica e financeira vivida nos EUA e na Europa desde 2008, verifica-se uma viragem no sentido do desinvestimento público no ensino superior (fortemente sentido em países como Portugal). Deste modo, exerce-se sobre as IES uma pressão acrescida no sentido de buscarem fontes alternativas de financiamento, orientações no sentido de uma estratégia “*bid and deliver*” e de um managerialismo do ensino superior. No entanto, afirma os autores, o Estado não deixou de ter interesse em controlar os processos das instituições – continua a usar instrumentos de regulação da atividade, nomeadamente através de políticas públicas de avaliação da sua qualidade.

Finalmente, verifica-se uma desvalorização progressiva dos salários dos académicos e maior precaridade das funções de docente e investigador.

Em terceiro lugar nas transformações mais recentes Becher e Trowler sugerem a importância da incursão das empresas e da indústria numa relação que era, até aqui, maioritariamente dual e repartida entre IES e Estado. O novo estado de coisas é designado como “triple hélix” e coloca em relação estes três nós de uma rede: autoridade do estado, mercado e oligarquia universitária. A ciência Modo2 (Nowotny *et al.*, 2001) tem prevalecido, o que significa que se torna progressivamente transdisciplinar e o conhecimento ali produzido é orientado para a resolução de problemas concretos da comunidade ou das empresas, para fornecer respostas inovadoras e soluções tecnológicas, de tal modo que: “*knowledge is produced in the context of application; - transdisciplinarity is the norm; - heterogeneity and organizational diversity are common; - there is enhanced social accountability; - there is a more broadly based system of quality control*” (Becher e Trowler, 2001, p. 7)

A quarta mudança identificada pelos autores prende-se com a mercantilização do conhecimento: o sistema de ensino superior perde a posição de monopólio na produção de saber e produtos, sendo ameaçado pelas empresas privadas à escala global. Simultaneamente, torna-se central a posição dos *clientes* do sistema (alunos, governo e empregadores) que têm cada vez mais poder no curso dos acontecimentos, com uma competição cada vez mais vincada com outras instituições. Há, no fundo, um movimento gradual no sentido de um “capitalismo académico” (Slaughter e Leslie, 1997, *cit in* Becher e Trowler, 2001, p. 9) onde as IES mimetizam os comportamentos de outros mercados, tornando-se empreendedoras e menos dependentes de financiamentos públicos. Além do mais, boa parte do tempo dos académicos é usado *chasing the euro* e quem o consegue garante prestígio, empregos e estatuto face aos pares. Para o conseguir, as IES têm que adaptar os seus procedimentos internos, por exemplo, prevendo a existência de gabinetes responsáveis pela candidatura a bolsas. O resultado deste processo é o que os autores designam como *commodification* do conhecimento, que passa a ser considerado produto de troca comercial, suscetível às exigências do mercado, adaptável às necessidades exteriores. Neste contexto, os académicos são considerados “*exchangeable deliverers of learning outcomes rather than subject specialists with unique contributions to make*” (Becher e Trowler, 2001, p. 10).

Outra das transformações operadas vai convergir com o discurso e práticas do managerialismo e desenvolve-se em torno de noções como economia, eficiência, eficácia, gestão, noções estas que obviamente direcionam as práticas e funções no seio das IES. Os modelos estratégicos das empresas (constituição de direções baseadas na gestão, práticas de avaliação dos produtos, competição interna e externa) são importados para gerir a vida universitária em função do cliente e do mercado. Para os académicos tal significa mais intensidade de trabalho, degradação das respetivas condições, burocratização e transferência de poder para gestores e administradores. Efetivamente, alguns autores entendem que os académicos abandonaram já há muito uma posição de elite, tendo sido progressivamente proletarizados, de modo quase equiparado a trabalhadores fabris (Ramsden, 1998, cit in Becher e Trowler, 2001).

Há como que uma desqualificação da atividade académica e perda de controlo (que passa a estar na mão de gestores) sobre as atividades académicas: “[A]cademics are expected to work longer, on a greater variety of tasks with fewer resources. There has (...) been an intensification and degradation of academic work” (Becher e Trowler, 2001, p. 13). Os profissionais da academia acabam por trabalhar mais horas por semana e, as mais das vezes, em atividades não nucleares: busca de financiamento e atividades administrativas em detrimento da docência e investigação científica.

Para Busino (2000), a universidade, na entrada do séc. XXI encontra-se em crise. Melhor dizendo, deparamo-nos com a crise da imagem tradicional da universidade, das exigências que deve cumprir. A relação que tem com o restante da sociedade está ultrapassada e um novo modelo se tem imposto. Este novo modelo surge grandemente por via da massificação do acesso ao ensino superior, mas também por via dos novos “valores” das sociedades contemporâneas. Atente-se que, no presente caso, valor não é tido como finalidade ou princípio em si mesmo (valor de compreensão), mas antes considerado de um ponto de vista economicista, como um meio de obtenção de algo (eventualmente transitório e que funda uma relação entre um sujeito e um objeto e não entre o sujeito e o Mundo), como algo transacionável (valor de utilização), diz o autor. É certo que as IES sempre foram local de tensão, nomeadamente entre o conservadorismo – por via da docência e da transmissão do conhecimento, da cultura – e a inovação – apanágio da investigação, da procura do novo. Sempre teve a seu cargo diferentes funções e fins que conseguia harmonizar, segundo Busino, por via da

existência de uma verdadeira comunidade científica, por via da coordenação de disposições e por se tratar (a mais das vezes) de instituições pequenas e harmonizáveis.

Mas o panorama foi mudando com a aproximação do final do século XX: *“à l’âge de la démocratie de masse et du pluralisme, les demandes adressées à l’Université sont multiples, variées, utilitaires, conjoncturelles, régulièrement disparates et contradictoires”* (Busino, 2000, p. 155). Desde logo, surge a exigência imposta às IES de preparação dos alunos para o mercado de trabalho, atribuindo-lhe assim uma vertente de profissionalização até aqui desconhecida – ainda que, como estabelece o autor, cada vez mais haja indícios de que a formação recebida e a profissão exercida se divorciem grandemente. Por outro lado, é imposto às IES que acompanhem os restantes desenvolvimentos sociais, nomeadamente de receção e adaptação às novas tecnologias de informação, aos *mass media* e às imposições industriais e políticas na criação de produtos de investigação e à prestação de serviços à comunidade. E, o que é mais, *«[D]ans une société complexe, devenue aussi diversifiée et spécialisée que la nôtre, ces demandes fluctuent constamment. Elles changent d’un lustre à l’autre»* (Busino, 2000, p. 156).

Todas estas exigências deixam mácula no princípio da autonomia universitária. As IES deixam de conseguir gerir a habitual tensão entre ensino e investigação, entre transmissão e inovação porque passam a incluir um enfiamento imposto pela necessidade de obtenção de financiamentos ou outros constrangimentos exteriores: há conflito entre o ensino universitário irrestrito e o ensino em vista de uma profissão, assim como há conflito entre uma investigação “livre e desinteressada” e a investigação “encomendada pelo exterior” (Busino, 2000, p. 157). As universidades atuais perdem uma verdadeira comunidade (científica) em prol da hiperespecialização e do isolamento dos académicos nas suas micro-áreas de saber e investigação. E esta comunidade vai-se esboroando também dadas as relações que têm que ser constantemente construídas com a indústria ou com a administração pública, em nome do financiamento. O académico deve privilegiar a resolução de problemas imediatos colocados pelo entorno social, deve investigar os objetos que estão na moda e não tanto a produção de saber de longo-prazo. A consequência?

“La logique des disciplines et des spécialistes, l’évaluation des pairs, sont en train de céder la place à des logiques où le poids de l’économie ou des politiques publiques est

déterminant. Les capacités de résistance des universités à ces changements induits par le relatif retrait des financements publics sont inexistantes” (Busino, 2000, p. 159).

Entende o autor que, em nome de uma sociedade onde o vazio, o espetáculo, o efêmero e o simulacro são valores privilegiados, os universitários estão cada vez mais integrados nos poderes (político e económico), fazem parte do *establishment*, deixando as universidades nas mãos da burocracia. Estas passam a ser modelos de conformismo, de frustração e de esquizofrenia (Busino, 2000, p. 160).

Chiang (2009) recorda que a grande reforma das IES europeias se fez por via de Humboldt, em 1810. Nesta época, a docência era tarefa única das instituições universitárias e aquele intelectual alemão veio acrescentar a investigação como motor não apenas económico, mas também de reconhecimento profissional dos académicos e de autonomia dos alunos. A possibilidade de uma carreira profissional na academia trouxe transformações no uso da sala de aula ou dos laboratórios, mas também na produção da investigação científica, já não reservada a uns poucos que provassem poder, de forma quase lúdica e em paralelo com outras atividades profissionais, dedicar-se à descoberta dos fenómenos naturais e sociais.

No entanto, o equilíbrio entre ensino e investigação sempre foi tensional e na verdade esta última função foi ganhando uma crescente importância. Sinteticamente, Chiang considera que tal aconteceu porque esta é mais fácil de financiar, de avaliar, por permitir, pelos pares, maior reconhecimento ao académico e porque, afinal, os académicos consideram que a investigação permite melhorar a parte letiva mas não o contrário. Este desequilíbrio, para a autora, não foi resolvido pela reforma de Bolonha que nada parece vir dizer acerca da relação entre ensino universitário a jovens adultos, por um lado, e investigação científica, por outro.

Agra (2012) considera que as IES, especialmente as universidades, devem dispor de dispositivos de gestão construídos em torno de quatro componentes essenciais:

- (i) Conhecimento, a três níveis – o microscópico que se debruça sobre as suas três missões fundamentais, formação, investigação e serviços à comunidade; o mesoscópico, que se prende sobre o governo do sistema das IES; e o macroscópico através do qual se auscultam as relações entre o sistema e o seu meio, ou seja, outras instituições e organizações (Agra, 2012, pp. 139-140);

- (ii) Normatividade e valores – é nas instituições que estão incorporadas as normas, são estas que “operam a morfogênese estrutural da vida social e humana” (Agra, 2012, p. 140) e as IES orientam-se em torno de um quadro normativo e axiológico que guia para a autonomia e a liberdade, as condições de procura da verdade sobre o mundo a partir do método científico. No entanto, há que compreender o relacionamento entre estas normas e valores e os restantes elementos do sistema social, como sejam as esferas política, económica e financeira.
- (iii) Gestão e administração: os bens a serem geridos pela administração das IES estão ao serviço da investigação e da formação científicas. Mas o sistema não pode cair num “fetichismo manageralista” (Agra, 2012, p. 142) pois a organização racional, formal, centralizadora e burocrática tem os seus limites: há desfasamentos entre organização formal e informal, o inconsciente e a irracionalidade têm portas de entrada no funcionamento formal das instituições e, finalmente, mesmo nas instituições mais formalizadas nem sempre as normas e decisões são aplicadas quando a organização não logra corrigir-se e aos seus erros.
- (iv) Controlo e avaliação: devem existir relações de reciprocidade entre ambos os mecanismos, sem os quais se cairá no mero exercício de micropoderes para controlo ou em exercícios inúteis de avaliação. Para além de mecanismos de controlo-avaliação externos impostos por lei, devem existir ainda mecanismos decorrentes do uso de métodos científicos a esses processos de controlo e avaliação, de tal modo que permitam a melhoria dos resultados daquela articulação.

Para a produção de conhecimento sobre as IES, há que aceder à sua estrutura, história e conhecer a interdependência entre os seus elementos internos, como sejam as suas unidades orgânicas. O objetivo seria garantir a existência de uma “*estrutura flexível e comunicacional*” (Agra, 2012, p. 144) e de um dispositivo de controlo central aliado a mecanismos de interdependência e integração. Há ainda que conhecer os mecanismos do sistema de ação das IES, incluindo aqui os de funcionamento interno e os de interação com o meio externo – de onde decorre a necessária constatação da existência de dois mecanismos opostos e que determinam a própria sobrevivência do sistema: a cooperação ou a competição.

Finalmente, Agra, procurando determinar os modelos do comportamento organizacional até ao presente, indica a existência um: (i) modelo etológico, no qual a IES “é um

sistema quase isolado no seio do qual predominam mecanismos instintivos de sinal oposto” (Agra, 2012, p. 146): defensivos, fusionais ou de agressão; (ii) modelo familiar, no qual o modelo da família se projeta para outros sistemas de ação social e governo das instituições; e (iii) o modelo empresarial, que o autor considera estar em progressiva expansão nas IES atualmente e conduz às preocupações em torno dos lugares em *rankings*, com as práticas de avaliação do desempenho, alteração dos papéis tradicionais entre docente e discente, assente agora numa relação comercial. Deste modo, “*os elementos do sistema de ação que caracterizam as instituições universitárias (a docência, a aprendizagem, a investigação, os serviços) e seus actores (os docentes, os alunos, os investigadores) tendem a reestruturar-se segundo o modelo do managerialismo universitário*” (Agra, 2012, p. 147)¹⁴. Finalmente, (iv) o modelo da comunidade inspirada, que surge quando o *self* individual e institucional convergem em harmonia em torno do pensamento, do conhecimento, do estudo e da audácia para o conhecimento.

Diz o autor que estes quatro modelos podem ser adaptados de forma intercalada pois outra das características do comportamento das organizações é a sua “*evolútica funcional*” (Agra, 2012, p. 148) que depende da adaptação e aprendizagem, características essenciais os sistema e entre si. O sistema pode caminhar progressivamente para a aplicação de um modelo ético, onde não se está perante um mero agregado de indivíduos cuja identidade é funcional e onde a instituição se deixa instrumentalizar – antes se trata de um modelo organizacional orientado pela justiça, pela cultura do bem-estar, cooperação, doação, ação coletiva e desenvolvimento.

Progressivamente, como é possível constatar pela literatura revista até ao momento, as IES produzem algo a que é passível atribuir um elemento económico e de valorização social. E esta característica pode bem ser uma das principais transformações com que as IES têm que lidar. Em termos de políticas públicas, parece haver uma crescente importância na valorização económica e social dos produtos que são criados pelas IES e pelos académicos.

Conceição e Heitor (1999) explicam-nos porquê e de que forma se desenha esta nova “*economia do conhecimento*” e o papel das IES no novo estado de coisas. Dizem os autores que entidades como o Banco Mundial e a OCDE têm sublinhado a centralidade

¹⁴ Sublinhado no original.

do conhecimento (nas vertentes da criação, distribuição e utilização) como motor central do crescimento económico. Efetivamente, alguns indicadores económicos revelam que os países ocidentais modernos registam um aumento das profissões centradas em bens intangíveis (especialmente serviços), em atividades “*knowledge intensive*” e que existe uma correlação entre o nível de desenvolvimento do país e a quantidade deste tipo de atividades que necessitam de conhecimento codificado para operar adequadamente. O que é mais, os trabalhadores com níveis de ensino superior parecem estar mais protegidos de situações de desemprego, em comparação com os trabalhadores sem ensino superior, ao menos na altura em que os autores escrevem o seu trabalho.

Atualmente, para além do trabalho e do capital, reconhece-se que o conhecimento deve ser investido para produzir riqueza e crescimento, especialmente através dos bens intangíveis produzidos pela investigação científica e pelo desenvolvimento tecnológico. O conhecimento aumenta a eficiência no uso de objetos e processos ou permite criar novos objetos e processos mais adequados à procura e mais eficazes. O conhecimento produz a melhoria da força de trabalho e a acumulação de capital intangível. Para se perceber melhor de que forma tal funciona, necessário se torna distinguir entre ideias (ou *software*) e *skills* (*wetware*): aquelas podem ser formalizadas e articuladas em palavras, fórmulas ou outros códigos, podem ser partilhadas e divulgadas, são abundantes; estas não, são sempre tácitas e apenas podem ser usadas por quem as detém, sendo por isso raras:

“*software* (‘ideas’): *knowledge codified and stored outside the human brain, for example, in books, CDs (compact disks), records, cassettes; wetware* (‘skills’): *knowledge that cannot be dissociated from an individual; stored in the brain of every human, including convictions, abilities, talents, and so on*” (Conceição e Heitor, 1999, p. 41).

Deste modo, novas ideias ou novas e melhores *skills* conduzem ao aumento do conhecimento e aos correspondentes ganhos na produtividade e eficiência que, por seu turno, desaguam em crescimento económico (Conceição e Heitor, 1999, p. 42). Como se comporta o mercado quanto a estes elementos? O custo da distribuição de ideias é relativamente simples, célere e pouco onerosa, mas os custos da sua produção podem ser elevados e contingentes, sem garantias de sucesso. Já a distribuição de *skills* é um

processo oneroso, lento e complexo pois resulta da conjugação de vários fatores, incluindo a experiência individual e qualidade inata de quem as possui.

Por outro lado, pode tornar-se difícil proteger as ideias e o seu produtor através de direitos de propriedade ao mesmo tempo que o mercado nunca sofrerá de falta de ideias disponíveis, ainda que não tenha a capacidade para as produzir diretamente. Segundo os autores, serão necessários outros mecanismos para a sua produção e proteção, especialmente porque o impacto social das ideias é exponencial ao custo da sua produção:

“intervention by the state in the production of ideas, by means of direct production (such as occurs, for instance, in state-controlled research laboratories), or by subsidising production, such as funding university ReD. The second alternative consists of granting property rights for the creation of ideas, that is, by defining regulations for intellectual property—specific instruments that include patents, registered trade marks and copyright” (Conceição e Heitor, 1999, p. 44).

Esta proteção das ideias pelo estado significa, no caso da investigação científica, que os apoios estatais podem também vir na forma de recompensas ao cientista, na forma de prestígio e reputação que são, dizem os autores, refletidos no seu avanço profissional e futuros financiamentos.

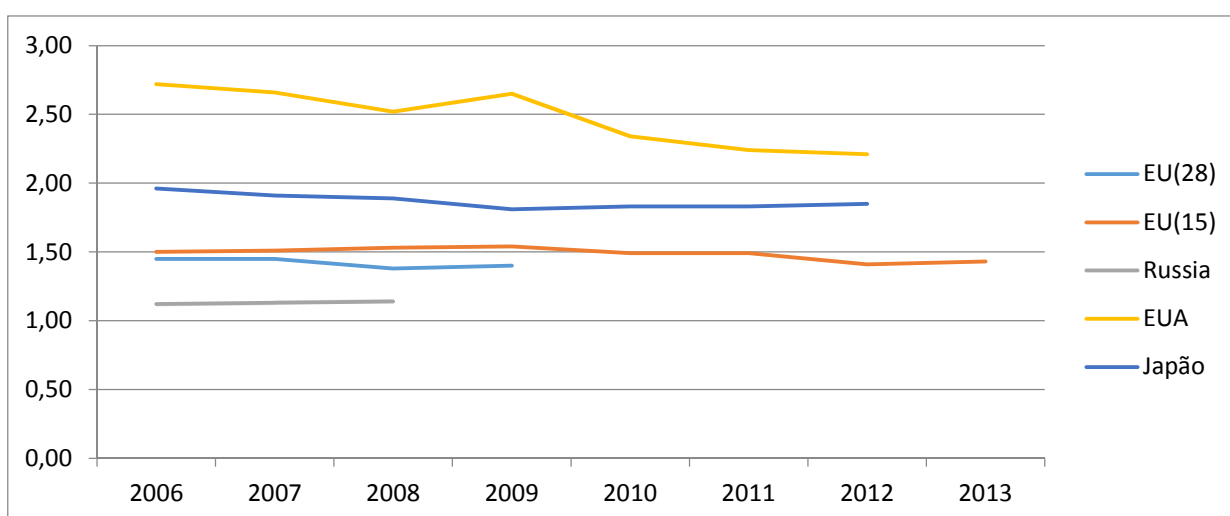
No que toca à docência, dizem os autores, as atuais teorias económicas entendem que a formação (*learning*), o acumular de conhecimento, é o motor da eficiência e do crescimento económico. E a formação tem por base a investigação mas também a criação de redes de contactos profissionais e pessoais. Deste modo, as novas políticas de crescimento económico terão impacto nas funções das IES quanto à docência, exigindo-se: *“a new vision of the university, notably with reference to the radical change from formal teaching to participatory learning, which is directly associated with continuous (lifelong) training and the need for the university to deal effectively with multiple demands and a multifaceted public”* (Conceição e Heitor, 1999, p. 45). Ora, é nas IES que se adquirem *skills* que potenciam o uso de ideias já existentes e ajudam a criar novas ideias, logo, onde se efetiva a interação entre umas e outras. E se as *skills* são usadas para criar mais conhecimento, também podem ser usadas para criar mais e melhores *skills* (no mesmo sentido, também Fuller, 2007).

Tal conduz os autores a defender que não se pode, por isso, deixar que o mercado regule livremente a formação e a investigação nas IES, já que o mercado não é eficiente na sua produção e disseminação. A formação permite, de forma interativa, a codificação do conhecimento e a interpretação deste conhecimento codificado. As dificuldades para as IES vêm de vários lados: uma identificação progressiva entre o modelo universitário e o modelo empresarial, bem como a dedicação das IES a um conjunto de outras atividades que não apenas a criação de ideias e de *skills*.

Os perigos que daqui decorrem são claros: no último caso, uma dispersão e eventual desperdício de recursos; ali, uma privatização das ideias e das *skills*, com consequências no crescimento económico: *“The threat of increased privatisation of teaching skills could thus cause serious problems, in that it would lead to a reduction in the resource that really is in short supply in the knowledge-based economies: the skills to use and interpret ideas”* (Conceição e Heitor, 1999, p. 48).

Para além da questão do ensino, a União Europeia tem dedicado esforço considerável no desenvolvimento da investigação e desenvolvimento (IeD), e em comparação com países como os EUA e o Japão (Anexo 2), tal como a figura 6 mostra. No entanto, encontra-se ainda bastante abaixo dos investimentos feitos especialmente pelos EUA e pelo Japão, nos últimos anos.

Figura 6: dotação orçamental na investigação científica



Gideon (2012) relembra os objetivos económicos por trás da instituição da Comunidade Europeia sendo que, nos primeiros anos de desenvolvimento do projeto, o ensino superior e a investigação científica não faziam parte dele “*as their scientific value was not apparent at the time*” (Gideon, 2012, p. 170). No entanto, o estado de coisas foi-se alterando desde logo com todo o processo de reconhecimento de disciplinas e diplomas através da Europa, exigido para cumprimento do livre movimento de pessoas no espaço europeu. O segundo momento de alteração de posição por parte da agora União Europeia parece ter ocorrido aquando do desenho do caminho para uma sociedade dos serviços e do conhecimento, tal como preconizado pela Estratégia de Lisboa, em 2000. E é aqui que se torna essencial a entrada em cena das IES, sendo que até àquele momento as políticas sobre o ensino superior e investigação científica estavam exclusivaente nas mãos dos Estados-membro, passando-se agora a exigir algum nível de coordenação, a título complementar, com a União Europeia. Para tal têm sido usados instrumentos de *soft law* ou que extravasam a competência da União, tal como sucedeu com o designado processo de Bolonha.

Mas a mais recente versão do Tratado da UE procura a entrada progressiva de cada vez mais sectores públicos de atividade no âmbito de atuação da UE – para o que aqui nos interessa, a investigação científica e o ensino superior. Especialmente aquilo que a autora considera ser a *commodification* do ensino terciário e da investigação científica, definindo *commodification* como “*the process by which an activity is changed in order to become a service potentially tradable on the market*” (Gideon, 2015, p. 52). Em 1986 o Tribunal Europeu não considerava ainda o ensino superior como um serviço em virtude de ser financiado por dinheiros públicos e não ter como fim a obtenção de lucros. Outras decisões do mesmo tribunal, a partir de 2002, admitiam que o ensino superior privado já poderia ser considerado serviço de valor económico para efeitos de aplicação das regras de competição económica da UE. Quanto à investigação, ainda que se reconhecesse que era conduzida maioritariamente para efeitos de desenvolvimento do conhecimento, o Tribunal reconhecia poder estar ligada a atividades tipicamente económicas, como sejam o arrendamento de infraestruturas ou o fornecimento de serviços a empresas (Gideon, 2012, p. 175).

Diz a autora que, caso se considere as IES como prestadoras de serviços e lhes sejam aplicadas as regras do Tratado sobre competição económica, uma série de problemas podem emergir. A concertação de preços de propinas ou a distribuição de áreas de

especialização económica entre IES, o abuso de posições dominantes de mercado, as fusões entre IES, ou a proibição de apoios do estado às atividades de ensino e investigação. Alega que “*due to the increasing commodification of HEIs¹⁵ their main activities, teaching and researching, could increasingly be regarded as economic services and that would allow the internal market and competition law to ‘spill-over’ into these areas*” (Gideon, 2012, p. 183).

A estratégia do Horizonte 2020 e a instituição da ERA trouxeram efetivamente alterações ao panorama das tarefas e papéis das IES, bem como das formas da UE regular as atividades de investigação e de ensino superior em coordenação com os Estados-Membro. Uma das alterações é a cooperação crescente entre os sectores público e privado de investigação através de “*exploitation of research results, increasing competitive funding and supporting mobility*” (Gideon, 2015, p. 57). Por outro lado, também a crise económica e financeira sentida na Europa aumentou a competição e o controlo de recursos limitados, com as IES apresentando “comportamentos de mercado”.

Na revisão de literatura feita constatamos que existem outros autores cujas reflexões e trabalhos seguem neste sentido da confirmação do comportamento económico das IES e da mercantilização do ensino superior e da investigação científica (Becher e Trowler, 2001; Fernández-Ríos e Rodríguez-Díaz, 2014; Georgoulas e Voulvouli, 2015; Gutwith e Christiaens, *in press*; Hackett, 1994; Nowotny *et al.*, 2001).

Para Nowotny *et al.* (2001), a ciência e a sociedade atual são realidades inseparáveis e, como tal, necessário se torna identificar e perceber as relações que se tecem entre uma e outra, mormente por via da identificação das características relacionais: “*socialization of science has been contingent on the scientification of society*” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 3). Argumentam que encontramos atualmente uma sociedade Modo2 e, correspondentemente, uma ciência Modo2, sob os quais uma e outra se tornaram arenas transgressivas e sujeitas a um processo de coevolução nos seus padrões de mudança.

Nowotny *et al.* afirmam existir uma (apenas aparente) coincidência entre a tendência para um aumento da complexidade da sociedade, por um lado, e o desenvolvimento de sistemas de produção de conhecimento mais abertos e transdisciplinares, por outro. No seio da sociedade há cada vez mais espaço para a imprevisibilidade, foram-se alterando

¹⁵ Higher Education Institutions – IES neste documento.

os modelos de ordem e controlo, as ciências sociais conheceram (principalmente desde a década de '60) um grande sucesso e desenvolvimento, a economia evoluiu com fortes crises económicas (como sucedeu com a crise petrolífera da década de '70), o Estado, nomeadamente o Estado-Providência, explicitou e marcou os seus limites de atuação, a globalização incutiu transformações nos modos de vida, produção e intercâmbio sem precedentes e, somado a tudo o mais, o fim da Guerra Fria reorganizou a paisagem geoestratégica e ideológica. Todas estas transformações são normalmente indicadores do período designado de pós-modernidade. Ora, tal tem que ser analisado em conjunto com as *“internal dynamics of the disciplinary cultures of higher education and of science or of the rise of a febrile new intellectual culture closely associated with the late twentieth-century development of the culture industries”* (Nowotny *et al.*, 2001, p. 9).

Análises anteriores procuraram dar conta destas transformações. Autores há que se centram em torno da existência de uma (i) Sociedade do Conhecimento (que se debruçam sobre os modos de produção) e outros que entendem que surgiu uma (ii) Sociedade do Risco (centram-se por isso nos consumidores, cidadãos, clientes afetados pelas mudanças). Posicionam-se num eixo científico-técnico-económico: as tecnologias e ciências vêm transformar as condições de produção e conduzem a altos níveis de produtividade, à homogeneização dos bens de consumo, desenvolvimento de produtos virtuais por via do surgimento da internet, ao surgimento de novos mercados e acesso diferencial aos mesmos, à organização das instituições sociais em torno da disponibilização e manipulação de conhecimento de tal modo que entre tecnologia e mercados existe uma ligação intrínseca. O “conhecimento” é aqui definido como capital humano, *“in terms of highly skilled work-forces, and as theoretical concepts (...), has become the key resource in determining competitive success in global markets”* (Nowotny *et al.*, 2001, p. 13).

Já a análise em torno da (iii) Sociedade da Informação dá conta das transformações sociais ocorridas por via do impacto das novas tecnologias da informação e da comunicação e é manifestação do eixo sociocultural. Segundo esta, a ciência tem vindo a alterar padrões sociais, por exemplo no emprego, nas comunidades, na ação coletiva e política, com distorções e efeitos perversos nas vidas individuais, de tal modo que uma sociedade do conhecimento seria considerada causa e reforço de desigualdades (quem tem e quem não tem acesso a conhecimento) e ainda de criação e difusão de novos riscos. As ansiedades sobre estes crescem na proporção direta da constatação da

ausência de mediação por parte do Estado-Providência ou outras políticas sociais de proteção aos efeitos da tecnologia e da globalização.

Para Nowotny *et al.*, estas leituras acerca de transformações recentes permitem confirmar a passagem para uma ciência Modo2, onde o conhecimento tem efetivamente um papel central: “[T]he growth of the ‘knowledge’ industries has not only led to a increase in ‘knowledge’ workers and a proliferation of sites of ‘knowledge’ production, but also tends to erode the demarcation between traditional ‘knowledge’ institutions such as universities and research institutes” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 15).

A sociedades atuais dependem cada vez mais de conhecimento com vista a aumentar a eficiência dos processos e resultados, de modo que a fase atual das sociedades industriais implica um alargamento do número de pessoas envolvidas na investigação¹⁶, uma aceção mais ampla do que é considerado investigação, uma difusão dos locais de produção de conhecimento e uma extensão dos mecanismos de controlo de qualidade desse mesmo conhecimento. Estas transformações típicas da ciência Modo2 implicam uma produção de conhecimento feita cada vez mais entre e para lá de fronteiras movediças, um carácter propriamente transgressivo. A ciência influencia o contexto e o oposto também é verdade:

“Pre-existing contexts, and deep social substructures, influence science-before-the-event, just as its future impacts anticipate science-after-the-event. The setting of priorities and the patterns of funding are not self-evident or self-referential; rather they are the result of complex negotiations in a variety of contexts, where expectations and vested interests, unproven promises and mere potentials play a role” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 20).

As sociedades contemporâneas apresentam características que vão ajudar a desenhar, por seu turno, as características da ciência e do conhecimento e o lugar que estes ocupam nos processos sociais mais amplos. O pluralismo, a diversidade, a volatilidade e a transgressividade são pontos-chave para a compreensão dos processos de transformação em curso. As transformações nas funções e competências do Estado, as relações cada vez mais estreitas e inextrincáveis entre o domínio público e o privado, o esvaziamento de tarefas consideradas típicas do Estado (Providência) e a sua entrada em

¹⁶ Para estes autores, a massificação do acesso ao ensino superior aumenta surpreendentemente (ou talvez não) a qualidade da investigação pois forma e cria mais investigadores capazes.

jogo em novas arenas, novos processos políticos onde os *fora* públicos se multiplicam¹⁷, a sobreposição da atuação política com a atuação dos mercados. A centralidade destes mercados, incluindo os emergentes, faz com que, por seu turno, seja exportada a linguagem da eficiência, dos *outputs*, dos indicadores de performance para outras áreas sociais – a lógica do *New Public Management* perpassa para o domínio público; a cultura e os bens culturais são mercantilizados. “*Science too has become ‘fuzzy’ (...)* because its success has pushed it into ever more contextualized and contextualizing arenas” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 28-9).

Torna-se cada vez mais difícil destrinçar o que ainda é do que já não é ciência; contexto de aplicação e contexto de implicação fundem-se; a ciência passa a ser invasiva (e não invadida) e a autonomia de que parecia gozar até aqui perde-se porque se perdem ou mudam os seus potenciais garantes (o Estado, a cultura). Há todo um processo de desdiferenciação (Nowotny *et al.*, 2001, p. 29) ou uniformização entre áreas de atuação, há cada vez mais tecnologias transgressivas e ‘objetos de fronteira’. No fundo, sociedade e ciência coevoluem em vez de se transformarem paralela ou reciprocamente, partilham parâmetros e características de sistemas auto-organizados, em vez de se encontrarem em campos diferenciados.

Um primeiro parâmetro partilhado prende-se com as noções de risco e incerteza. Muitos desses riscos são produto da ciência e da tecnologia mas as formas de os combater ou adiar também podem ser encontradas na ciência e na tecnologia. A ciência permitiria antecipar, prever e controlar potenciais riscos e, mais especificamente, diminuir aqueles que ela própria cria. Mas a capacidade inovadora da ciência não pode ser travada pelo receio do imprevisível. Daí que se opere uma distinção entre ciência e investigação. Esta “*is primarily valued as the driving force behind economic competitiveness*” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 35), valorizada pelo potencial de inovação e descoberta, potencial esse a ser gerido adequadamente. Aquela envolve para além do mais a sistematização do conhecimento e a sua transmissão por via da docência, exigindo infraestruturas conservadoras, em contraposição com a investigação que é, na sua natureza, pautada pela incerteza atualmente necessária à sociedade.

¹⁷ Ainda segundo Nowotny *et al.*, estes *fora* vão ser locais por excelência de divulgação do conhecimento mas, ao mesmo tempo, de desvalorização do estatuto do conhecimento científico, do estatuto do investigador e de debate em torno de potenciais riscos. No entanto, a ciência terá que aprender a relacionar-se com os atores no seu exterior que podem, também eles, exigir conhecimento e soluções específicas, por um lado, e, por outro, ajudar ao crescimento de conhecimento novo.

“The modern research enterprise has become a gigantic and unique kind of innovation machinery, simultaneously enhancing scientific creativity and selectively filtering which ideas, newly discovered phenomena or novel methods and techniques should be taken up and developed” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 36).

O segundo parâmetro partilhado prende-se com um novo tipo de racionalidade económica que age como filtro na escolha e determinação de incertezas e opções, quer na investigação, quer na vida social. Trata-se de uma racionalidade mais próxima da atividade financeira e não apenas do cálculo entre meios e fins, onde a abstração e especulação dominam, nomeadamente na avaliação de potencialidades, de futuros, de resultados por materializar. Donde a separação entre existências futuras e resultados efetivos. São as promessas de descobertas por vir, são os estados de imaginação sobre o devir, fortemente inflacionados pelos *media*, que orientam os recursos e interesses sociais. Estas promessas de inovação (ideias, tecnologias) são “vendidas” antes da sua materialização de modo a se obter o financiamento necessário e estimular o mercado. A ciência passa também a propagandear o seu potencial de inovação.

O terceiro parâmetro de coevolução é o tempo, ou mais concretamente, o futuro e a crença de que o porvir pode e deve ser modelado, antecipado e guiado com antecedência. Não se tratará tanto da crença na previsibilidade mas antes da eficácia da antecipação e do cumprimento de expectativas. O futuro *“as an extended present”* (Nowotny *et al.*, 2001, p. 39) traduz-se numa visão instrumental e utilitária da ciência – a distribuição (desigual) dos seus processos e produtos equivale a uma distribuição (também desigual) de benefícios. A ciência, tal como a sociedade, acelera-se em prol de alguns.

O quarto parâmetro tem a ver com novas perceções em torno do espaço e da distância, que se foram alterando progressivamente com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação, com a globalização e com a criação de realidades virtuais. Local e global tocam-se – este produzindo uniformização, aquele diversidade. Conceitos, técnicas, ideias viajam longas distâncias e rapidamente. A distância torna-se flexível. Os efeitos para a ciência são dúbios: por um lado acentuam-se os localismos tecidos a longas distâncias, por outro cai por terra a ideia de fiabilidade geral e, por isso, a imagem de uma ciência unificada. Quando as afiliações organizacionais e as lealdades institucionais fixas entram em crise, a confiança (*trust*) é essencial para o

desenvolvimento da investigação e a manutenção de laços de cooperação através das distâncias.

Finalmente, Nowotny *et al.* identifica a auto-organização quer da sociedade, quer da ciência, nomeadamente na capacidade de determinar fronteiras e contexto, como o último e mais importante parâmetro. A interação com o ambiente faz-se por via da reflexividade mas, mais importante para o que nos interessa, através do controlo social e do autocontrolo (ou controlo social internalizado). No caso das organizações, dos sistemas, este auto e hétero controlo opera-se através da auto-monitorização e de sistemas de auditoria. A sociedade e suas organizações são, cada vez mais, palco de auditorias, de mensuração dos seus processos e resultados, de vigilância, de alerta sobre si mesmas, de transparência e autoconsciência¹⁸. Segundo N. Elias, citado pelos autores, tal ficar-se-á a dever a maiores níveis de democratização e de responsabilização (*accountability*) face aos consumidores ou votantes.

As organizações devem vigiar-se a si mesmas e o mesmo vai impor-se também à ciência – sendo certo que esta parece ter gozado durante algum tempo de um espaço privilegiado de autonomia e isolamento de controlo interno, ao mesmo tempo que instituíam processos internos de avaliação. Se este modelo parece ainda permanecer no caso do cientista e das elites académicas, tal não sucede no caso do investigador cujo modelo de autocontrolo, devido à sua profissionalização, se aproxima progressivamente do modelo do empresário, do inovador, em contacto com várias áreas de negócio, *accountable* e pronto a aceitar a indicação das prioridades do exterior. Mesmo o hétero controlo, pelo processo de *peer review*, se tem transformado desafiando os seus próprios limites, ao mesmo tempo que vão surgindo instituições intermediárias de controlo e responsabilização, como sejam os conselhos de investigação ou de peritos “*which seek to reconcile to upholding of standards of scientific quality with new demands that transcend them and need to be incorporated*” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 47). Tal será particularmente visível na atribuição de financiamentos à investigação aplicada em função, precisamente, das exigências sociais.

Podemos, neste primeiro momento de balanço, concluir que as fronteiras entre ciência e sociedade se tornam cada vez mais porosas e diluídas. É certo que a ciência, através dos

¹⁸ Os autores alertam também para os perigos que podem advir desta “tirania da transparência”, nomeadamente como meio de repressão à investigação verdadeiramente criativa e inovadora (Nowotny *et al.*, 2001, p. 115).

tempos, foi entrando em contacto com a sociedade mas, diz Nowotny *et al.*, sempre o fez reclamando liberdade e optando por falar a linguagem da elite e não do cidadão comum. Ora, o que se verifica atualmente é uma “contextualização da ciência”¹⁹ mais cerrada. Tal é visível, por exemplo, na forma como se estreitam os laços entre universidade, indústria e governo: *“It is common ground that in science today there are many actors; that more forces – social, economic, political – act on science; and that there has been an explosion of expectations about science’s ability to provide useful answers to an ever increasing range of social problems”* (Nowotny *et al.*, 2001, p. 53).

A investigação é financiada em função da resolução de problemas colocados pela sociedade; a sociedade criou as condições para dialogar com a ciência e este diálogo vem transformando a empresa científica. A aplicação, o contributo socioeconómico que a ciência dá, domina a atividade científica e em áreas cada vez mais amplas.

“On the one hand society remains in awe of the apparently inexhaustible capacity of science to produce novelty (and with increasing efficiency and productivity); on the other hand there are inexorable demand that this novelty must contribute more exactly, and more exactingly, to improving present and future societal arrangements, stimulating wealth creation, informing social values, enhancing life-styles and individual choices, and helping to develop more sustainable relationships with the natural environment” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 56).

Estas exigências, parece óbvio, impactam as agendas de investigação, os tipos e direções dos financiamentos. Mas acabam por ter também consequências ao nível epistemológico, nomeadamente no que toca aos critérios de demarcação entre o que é ciência e o que é outra coisa. Para os autores agora analisados, a ciência é e sempre foi trabalho de fronteira que se reconstrói permanentemente. Além do mais, todos os subsistemas sociais, incluindo a ciência, se cruzam cada vez mais, tornando-se difícil a sua delimitação. Mesmo a tão procurada autonomia da ciência sempre foi, segundo Nowotny *et al.*, relativa, nunca total. O ideal da ciência (desinteressada, universal,

¹⁹ Esta contextualização pode ter diferentes intensidades. Uma contextualização fraca caracteriza-se por padrões de comunicação impostos pelas instituições, nos quais as pessoas (os cientistas, por exemplo) são agregados e representados pelas instituições. Uma contextualização forte remete para um alto envolvimento dos indivíduos na fase de planeamento da investigação, quer os investigadores quer os potenciais ou reais utilizadores do saber ou clientes das tecnologias. Numa contextualização de alcance médio, existem espaços de transação e de negociação entre grupos, disciplinas ou áreas; aumenta a probabilidade do surgimento de objetos Modo 2 que são, no fundo, objetivos ou produtos de investigação que nascem desta transação ou movimento transgressivo e mantêm o diálogo vivo (Nowotny *et al.*, 2001, pp. 143 e ss).

orientada pelo ceticismo organizado) distanciou-se demasiado da ciência real e, na verdade, à medida que se profissionaliza a ciência, esta passa a assemelhar-se progressivamente a outros grupos profissionais.

No entanto, o que a distingue ainda, é o facto de ser um empreendimento coletivo que exige “*a sophisticated balance between, on the one hand, trust and co-operation and, on the other, fair and occasionally fierce competition*” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 61). Este trabalho coletivo poderá ajudar a perceber que um dos fatores distintivos da ciência seja precisamente uma visão partilhada do mundo, a crença numa visão comum da realidade conseguida, em concreto, através de técnicas e práticas (humanas, conceptuais, materiais) reconhecidas para atingir a explicação do mundo para lá do senso comum. A ciência torna-se monofuncional na descoberta do mundo e criação de novo conhecimento. No que toca a compreender o que essas descobertas e conhecimento novo significam, o seu sentido, aí entra em jogo a contextualização da ciência, “*an enlargement of its scope and enrichment of its potential*” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 65).

E o alargamento do escopo de atuação prende-se precisamente com o potencial de inovação da investigação e com o facto de a produção de conhecimento passar agora a ter “*the strategic value of an intangible asset*” (Nowotny *et al.*, 2001, p. 69).

Mas como garantir conhecimento científico fiável nesta configuração relacional entre ciência e sociedade?

São usuais as análises epistemológicas e metodológicas que dão conta da necessidade de garantir à ciência a sua autonomia, objetividade e consenso. No entanto, dizem Nowotny *et al.*, este consenso sempre foi relativo e limitado – a um problema, área disciplinar ou grupo de trabalho – nunca foi universalmente reconhecido e será de especular que numa época onde as especialidades se afinam, o consenso seja cada vez mais estreito. Na verdade, mais do que consenso e uniformidade metodológica, o que existe é uma forte confiança: entre cientistas, no processo de publicação e na capacidade de controlar erros ou lapsos de investigação. E mais do que objetividade, existe provisoriedade do conhecimento que vem refletir a dinâmica da ciência e que, depois disso, é submetido ao controlo dos pares.

Não é também de estranhar que haja um sério ceticismo acerca das relações entre universidade e indústria e seu impacto na autonomia científica. O certo é que, cada vez

mais, surgem organismos intermédios, que (re)ligam universidade e indústria, que, por seu turno, tem todo o interesse e obter conhecimento original e inovador, especialmente proveniente de centros de investigação de excelência. Sucede que *“inevitably there is a general tendency, and often explicit instructions, to favour projects with apparently better prospects of ‘wealth creation’, or with practical, medical, environmental or social applications”* (Nowotny *et al.*, 2001, p. 175). Será que isto impede a produção de conhecimento fiável?

Segundo os autores, o conceito de fiabilidade passou a ter outro sentido. Ou, colocado de outra forma, passou a reconhecer-se que a fiabilidade nunca foi totalmente possível no sentido em que a replicação, na qual aquela assenta, raramente é procurada ou conseguida. É muito difícil conseguir replicar exatamente as mesmas condições de estudos anteriores e, por isso, os resultados. Por outro lado, como vimos, o consenso que entorna as questões de fiabilidade é agora mais difícil de atingir no seio da comunidade científica mas, mais importante, faz-se também em relação ao exterior. O consenso (acerca dos objetos, soluções, paradigmas, etc.) faz-se em função de problemas a resolver, daí que o consenso das soluções encontradas tenha que ser construído também com quem se apresenta ao exterior da comunidade científica.

“Reliable knowledge, as validated in its disciplinary context, is no longer self-sufficient or self-referential. Instead it is endlessly challenged, and often fiercely contested, by a much larger potential community, which insists that its claims to be heard are as valid as those of more circumscribed scientific communities and demands that its preferences, too, be taken into account. Objective knowledge is no longer sufficient in itself if the outcomes of its objectivity are ceaselessly negotiated, contested and even rejected” (Nowotny *et al.*, 2001, pp. 177-8).

Da revisão de literatura realizada nesta secção, podemos sintetizar alguns pontos que têm merecido mais destaque da parte dos autores analisados: desde logo, no equilíbrio das duas típicas tarefas das IES, tem havido uma tendência crescente para se valorizar a investigação sobre a docência, pelo que a tradicional relação entre uma e outra pode acabar por ser tencional mais do que complementar. Por outro lado, esta valorização da investigação científica e da inovação parece estar fortemente vinculada às promessas de crescimento económico, em que o conhecimento produzido e transmitido,

eventualmente por via de produtos tecnológicos e inovadores, é considerado um fator de produção eventualmente a estimular. Simultaneamente, as exigências de adequação do ensino superior às flutuações do mercado de trabalho também são de registar.

Na verdade, as IES e as suas tarefas tradicionais parecem estar progressivamente sob a égide da eficácia, do managerialismo e da utilidade, podendo cair-se num “*knowledge management*” (Fuller, 2005). A sociedade reclama das IES e dos académicos produtos, tarefas, soluções a riscos às quais aqueles não podem ficar indiferentes. Exige mesmo resposta às crises com que se vai deparando a par e passo (Baumann *et al.*, 2009). Muitas vezes, para satisfazer o mercado que valoriza os produtos e processos científicos, são mimetizados os funcionamentos de entidades privadas, como as empresas que, por seu turno, também se têm aventurado progressivamente na investigação científica e na formação de adultos.

A UE, mormente por via da Comissão Europeia, parece ter reconhecido o valor e potencial económico destas áreas não previstas inicialmente no seu modelo de cooperação entre Estados. A Comissão Europeia, nos últimos anos, foi desenhando estratégias de condução das políticas científicas e de ensino superior, de forma eventualmente diferente de outras áreas da sua intervenção, como a Justiça ou o Mercado Único. Deste modo, alguns autores referem o receio de limitações aos valores tradicionais da investigação e do ensino, como sejam a autonomia e a liberdade académica.

Num mundo “líquido” (Bauman, 2003) parece ser pedido às IES que reajam de forma célere e adequada à satisfação de necessidades dos diferentes públicos (Nowotny *et al.*, 2001), controlando desperdícios e materializando respostas a exigências prementes do público que confia nos produtos científicos. Para tal, as ciências cruzam fronteiras entre si, com grupos sociais, com os mercados e na direção de novos tópicos e métodos de investigação, tornando-se por isso transgressiva. O que é mais, estas exigências, na Europa, parecem fazer parte de um esforço supranacional e relativamente concertado com o objetivo de obtenção de vantagens socio-económicas.

4. Síntese da revisão de literatura

O ponto 1. da presente secção pretendeu rever os trabalhos teóricos e empíricos em torno dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior, acedendo especialmente ao que convencionamos chamar a dimensão micro de análise.

De forma sintética, verificamos claramente a ausência de consenso em torno das definições e do que é considerado comportamento ou prática problemática na investigação científica e no ensino superior. Encontramos definições amplas e estritas de *misconduct*: aquelas incluem as chamadas QRP ou áreas cinzentas; estas apenas se preocupam com a tríade FFP (secção 1.1), sem que se tenha concluído da revisão da literatura qual dos enfoques se torna mais útil ou eficaz. Em princípio, as definições estritas são usadas pelas autoridades que, de algum modo, têm a seu cargo o controlo da atividade científica e, deste modo, a atividade dos académicos é deixada com maiores margens de liberdade para avaliar da justeza de outras atividades.

Os estudos mostram que tampouco há acordo quanto ao facto de se tratar de uma preocupação ética ou uma questão de integridade na investigação, que remeterá para as práticas profissionais e deontológicas dos académicos, e já não tanto para considerações concernentes aos Direitos Humanos ou à moral. Ainda que, na literatura mais recente, sejam as questões de integridade que parecem prevalecer, remetendo, portanto, para um conjunto de normas ou regras profissionais que devem ser aplicadas aos académicos no âmbito e por causa das suas tarefas de investigação e de docência.

Concluímos ainda que os estudos estão numa fase muito descritiva do fenómeno, sem que sejam avançadas explicações consistentes e coerentes sobre as suas causas, processos ou consequências. Eventualmente em virtude de ser um tópico de investigação ainda mal afirmado e tratadado por abordagens de diferentes disciplinas que reagem aquando de escândalos mediáticos.

Procurámos criar uma tipologia para distinguir os comportamentos e práticas problematizadas pela literatura (secção 1.2.): o desrespeito pelos direitos autorais, o desrespeito às regras metodológicas da investigação científica, os CoI e as chamadas as áreas cinzentas, nomeadamente o comportamento de revisores e na avaliação de pares. Tal permitiu-nos concluir pela existência de uma nebulosa ou constelação de

comportamentos e práticas, que pode trazer dificuldades na determinação do objeto de estudo da presente investigação. O tópico encontra-se pouco explorado, há fraca continuidade entre estudos, o saber produzido parece-nos ainda superficial e a necessitar de amplo desenvolvimento, especialmente de uma forma mais integrada e compreensiva.

Foi dada especial atenção à literatura produzida pela Criminologia ou áreas afins (secção 1.3.). Verificamos que tem havido progressivo investimento no estudo ou na reflexão em torno do objeto da presente investigação.

No entanto, não podemos deixar de concluir que são ainda poucos os trabalhos e os que existem tendem a chamar a atenção para as fragilidades do controlo social ao desvio na ciência, considerando o contexto organizacional onde as atividades individuais são geradas, bem como o ambiente cultural, económico e político que pode condicionar ou as atividades das IES em prol de objetivos de eficiência e eficácia.

As características do objeto conduzem os autores a afastar algumas das explicações tradicionais da Criminologia, usadas as mais das vezes para explicar os crimes de rua. O tópico é analisado como resultado da ação humana na organização profissional em que se encontra. Nesse sentido, a literatura sobre os crimes e desvios de colarinho-branco ou organizacionais parece ser o modelo estruturante de parte da literatura revista.

Verificamos ainda existir alguns trabalhos que se debruçam sobre as pressões externas existentes especificamente sobre a investigação criminológica, bem como questões éticas e de integridade concernentes aos seus específicos objetos de estudo e processos de investigação.

Apesar de um crescente interesse da Criminologia, os trabalhos empíricos sustentados e a produção de dados sobre o fenómeno são pouco frequentes. No entanto, a Criminologia detém os melhores instrumentos conceptuais e teóricos para produzir dados e explicações válidas e coerentes dada a sua tradição de investigação em comportamentos ilícitos, criminosos, desviantes ou problemáticas, bem como nos respetivos mecanismos de controlo social.

A secção 2. procurou precisamente rever a literatura sobre o controlo social dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior. Para o efeito, consideramos a centralidade da comunidade científica no

exercício do chamado controlo social informal já que, entre outras tarefas que lhe são características, pode exercer algum tipo de limitação aos comportamentos e práticas considerados indesejados (secção 2.1.).

A comunidade científica socializa, diz a norma profissional, distribui tarefas e recursos e, especialmente, avalia o trabalho dos seus elementos. Mas a avaliação, o *peer review* nem sempre serve a deteção de comportamentos e práticas problemáticas. Na verdade, vários dos autores revistos chamam a atenção para os enviesamentos destas avaliações. O sistema de revisão de pares não é cego às características individuais dos membros, pode ser enviesado, eventualmente em virtude de outros interesses que não puramente científicos, especificamente em função de questões de poder. O controlo social informal realizado pelos pares pode ser momento de controlo de integridade da atividade científica, ou momento de comportamentos e práticas problemáticas.

Por outro lado, consideramos como controlo social formal as estruturas organizacionais, especialmente nas IES, especificamente desenhadas e implementadas para evitar aqueles comportamentos e práticas (secção 2.2.). Os estudos revistos procuram perceber a influência nos comportamentos e práticas problemáticas da cultura de integridade, percepções de justiça no local de trabalho e os des(equilíbrios) de poder entre académicos.

Os estudos existentes apontam também nesta dimensão para uma ausência de consenso e unanimidade quanto aos comportamentos alvo de controlo problemáticos: as regras são diferentes e ditas de modo muito variado, as infrações às regras são alvo de averiguação de forma não uniformizada, os mecanismos de prevenção defendidos são também díspares. Além do mais, muitos dos processos de controlo social da *scientific misconduct* (quando existem) parecem sofrer de omissões relevantes.

A secção 3., reviu literatura sobre as políticas científicas e de ensino superior, especialmente na Europa, no que optámos por apelidar dimensão macro de análise. Após algumas considerações gerais sobre o que se tem entendido ser a ciência, nas suas dimensões de funcionamento e especialmente na produção e divulgação de conhecimento científico (3.1.), a literatura revista incidiu sobre as atuais exigências impostas à investigação científica e ao ensino superior.

Aqui (3.2.) constatámos do equilíbrio daquelas duas típicas tarefas das IES, com uma tendência crescente de valorização da investigação sobre a docência, já que aquela

parece ser considerada atualmente um forte motor de desenvolvimento e crescimento económico. Simultaneamente, a literatura revista assinala as exigências de adequação do ensino superior às flutuações do mercado de trabalho.

As IES e as suas tarefas tradicionais parecem estar progressivamente sob a égide da eficácia, do managerialismo e da utilidade, com a sociedade a exigir-lhes produtos, tarefas, soluções a riscos, resposta a crises. Vários autores registam, por isso, que em prol da resposta ao mercado que valoriza os produtos e processos científicos, as IES vão mimetizar o funcionamento das empresas privadas.

A UE, mormente por via da Comissão Europeia, parece ter reconhecido o valor e potencial económico destas áreas de investigação científico e ensino superior. Os últimos anos foram profícuos em estratégias de condução das políticas científicas e de ensino superior, a tal ponto que alguns autores receiam a imposição de limitações aos valores tradicionais da investigação e do ensino, como sejam a autonomia e a liberdade académica.

Às IES é pedido que reajam de forma célere e adequada à satisfação de necessidades dos diferentes públicos. Para tal, são ultrapassadas as fronteiras entre áreas científicas, entre as ciências e outros grupos sociais, entre as IES e os mercados. A ciência torna-se por isso transgressiva. Na Europa, este novo desenho das configurações da investigação científica e do ensino superior parece remeter para um esforço supranacional e relativamente concertado com o objetivo de obtenção de vantagens socio-económicas.

Parte B: trabalhos empíricos

1. Desenho de investigação

Na secção de que ora nos ocupamos iremos fazer algumas considerações gerais sobre os métodos de investigação que usaremos para os três estudos empíricos a realizar. Recordaremos o tema de investigação, as dimensões de análise e as respetivas metodologia que irão ser empregues (secção 1.1.).

De seguida iremos fazer algumas considerações gerais e necessariamente breves sobre os métodos de investigação na Criminologia (secção 1.2.), para nos ocuparmos de seguida com a caracterização das metodologias a usar, especialmente as qualitativas que vão ser amplamente usadas na análise das dimensões micro e meso e do nosso objeto de investigação. Iremos, de forma sintética, debruçar-nos sobre questões em torno da saturação, triangulação, fiabilidade e outras (secção 1.3.). Estas considerações gerais orientarão os vários estudos empíricos realizados e devidamente descritos abaixo.

Finalmente, serão realizadas uma série de reflexões pessoais da investigadora em torno do seu objetivo de investigação e dificuldades encontradas ao longo do processo, com o objetivo de esclarecer eventuais enfiamentos pessoais (secção 1.4.).

1.1. Descrição do desenho de investigação

O objeto de investigação proposto para o presente trabalho, como já foi referido, consiste na gama de comportamentos e práticas problemáticas no âmbito específico da investigação científica e ensino superior. Não iremos considerar os comportamentos problemáticos cometidos por cientistas despidos já das suas vestes profissionais e considerados noutros papéis sociais (ex. se um cientista é autor de violência doméstica). Pouco também nos interessarão comportamentos cometidos pelos académicos, no âmbito da sua ocupação, mas que não se prendem especificamente com os objetivos da investigação científica e docência (ex. assédio sexual praticado por um/a académico/a sobre um/a subordinado/a ou aluno/a, na medida em que não decorre das suas específicas capacidades no contexto da produção e transmissão da ciência, mas pode ser realizado noutros contextos profissionais).

Para o efeito consideraremos os comportamentos e práticas problemáticas de atores individuais com vínculos a IES europeias, aqui incluindo alunos de doutoramento por se

entender que realizam já aquelas tarefas centrais de produção e divulgação de conhecimento científico e porque que se encontram na primeira fase de acesso e entrada na carreira académica. Iremos ainda considerar os comportamentos e práticas problemáticas atribuídas a atores coletivos, como sejam as IES e grupos sociais particulares aí existentes. Não aderimos, à partida, à tese das *'rotten apples'*, antes assumindo que o ator individual interpreta a realidade em que se move de acordo com o ambiente organizacional, cultura e interação mais amplas em que se insere.

Para o efeito, iremos aceder à perceção, gravidade, causas e consequências atribuídas àqueles comportamentos e práticas da parte de 27 académicos europeus questionados através de entrevista semi-estruturada desenhada para o efeito. Tal permitir-nos-à construir a dimensão micro de análise, dos comportamentos de atores, não de forma isolada mas antes em interação (estratégica, adaptativa ou de resistência) ao concreto ambiente organizacional ou institucional onde trabalham. Estes comportamentos desenvolvem-se em prol de um ou mais fins específicos e no âmbito da sua concreta atividade profissional, tal como é desenhada e projetada quer em termos universais (metodológicos) quer em termos contextuais (organizacionais). A análise realizada será de tipo *Grounded*, que descreveremos abaixo, buscando-se portanto as categorias nucleares que permitam explicar a maior ou menor problematização de comportamentos e práticas.

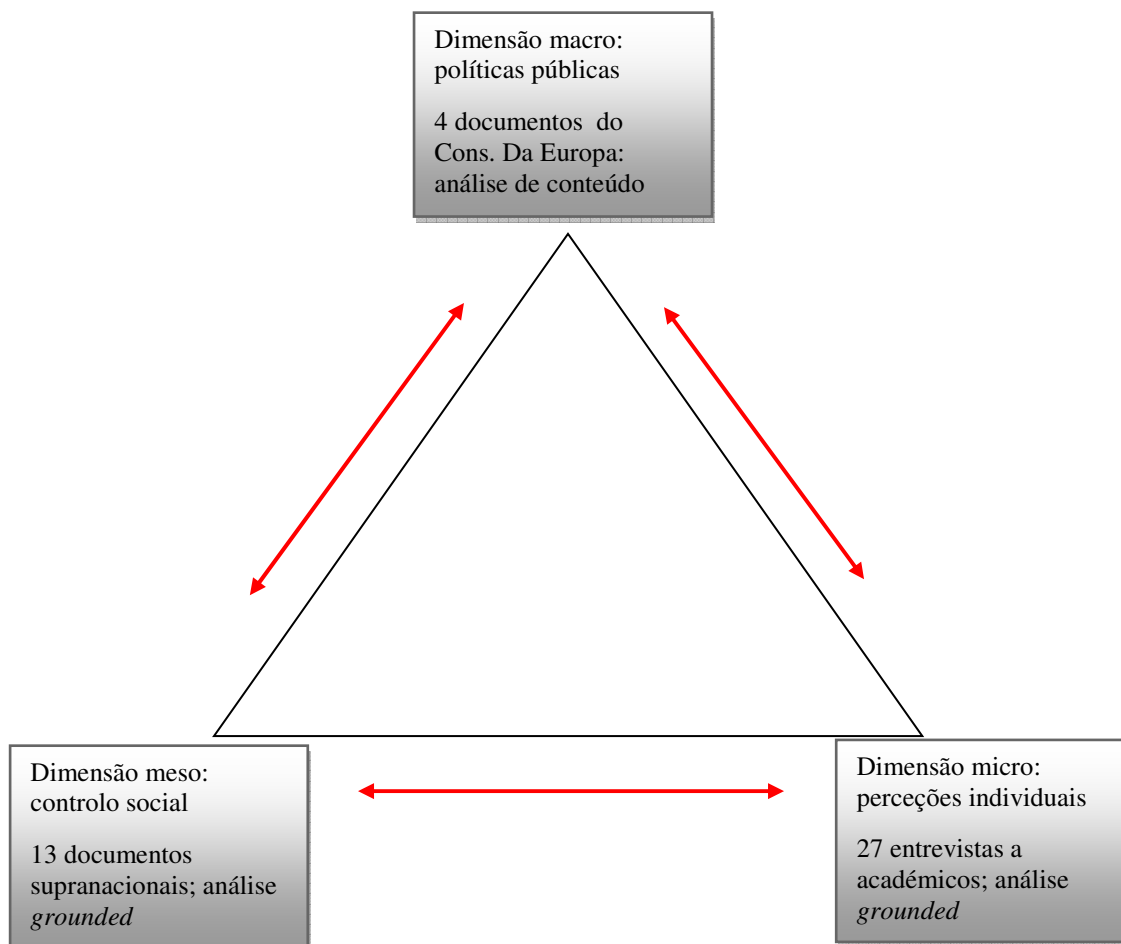
Indagaremos ainda dos mecanismos de controlo social supranacionais postos em funcionamento na Europa desde 2000, especificamente averiguando dos comportamentos e práticas que são problematizados em códigos e regulações de diferentes instituições europeias e internacionais. A análise de 13 documentos também através da análise *Grounded* será conduzida de modo a se obter uma visão estruturada e cronológica das respostas formais desenhadas para lidar com aqueles comportamentos e práticas, bem como os atores em jogo e interesses protegidos no desenho dos emergentes mecanismos de controlo social da integridade e da atividade científica e de ensino superior. Mais se procurará encontrar as categorias nucleares que deem conta e expliquem a configuração do atual modelo. Este estudo dará conta, portanto, da dimensão meso de análise do presente trabalho.

Finalmente, será realizada uma análise de conteúdo quantitativa a 4 documentos que instituem a ERA. Este último passo, agora hipotético-dedutivo e já não indutivo, como

os anteriores, pretende triangular os dados obtidos nas dimensões prévias, de modo a se verificar da sua coerência e consistência. Com este último estudo estaremos a procurar integrar as dimensões anteriores com indicadores da dimensão macro de análise, ou das políticas europeias atuais sobre a investigação científica e ensino superior.

Deste modo se concretiza uma análise integrada e compreensiva que inclui as dimensões individual das perceções e comportamentos, do controlo social e das políticas públicas sobre o objeto de investigação. Para uma síntese dos três estudos e relações entre os mesmos, voltamos a reproduzir a Figura 1 já apresentada na introdução do presente trabalho.

Figura 7: as três dimensões de análise (micro, meso, macro)



1.2. Considerações gerais sobre os métodos de investigação em Criminologia

A Criminologia, enquanto ciência social, que lida com o fenómeno criminal nas suas várias facetas (Pires, 1995) produz conhecimento empírico que se pretende útil, nomeadamente para a prevenção e resolução do crime e do desvio entendidos como um problema social (Cusson, 2007), bem como de melhoria da condição de vida de grupos sociais específicos (vítimas de crime, detidos, jovens em risco...) e da avaliação de políticas ou intervenções públicas. Podendo ter uma vertente pura, de produção de conhecimento para aumento do acervo do que se sabe sobre a realidade social, muita da indagação criminológica tem uma orientação de aplicação (Gassin, 1994), quer por via de solicitações externas, como sejam as dos decisores políticos para efeitos de criação ou avaliação de políticas criminais, projetos de prevenção, ou outros, quer por via da investigação-ação, onde o ato de questionar os fenómenos sociais está intimamente ligada à intervenção dos mesmos e alteração das condições iniciais. Sucede que a Criminologia tem tido uma relação umbilical com o Direito e com os decisores políticos a quem, usualmente, interessa a produção de saber nesta disciplina (Pires, 1995, p. 32).

Caracterizada pela diversidade de objetos com que se tem ocupado ao longo da sua história, tem sofrido críticas em virtude do seu aparente estilhaçamento e desintegração, ainda que esforços venham a ser feitos para que seja encontrada a unidade na multiplicidade de objetos, metodologias e abordagens (Agra, 2009, 2011).

A investigação criminológica tem-se desenvolvido, portanto, almejando a compreensão e explicação do comportamento humano desviante e da ação criminal, bem como o funcionamento de diversas instituições sociais (escola, família, prisão, polícia, lei) e o modo como estas se ligam à estrutural social mais ampla e nas suas várias dimensões (Davies, 2011, pp. 41-42). Não é o facto de lidar com fenómenos sociais que exclui a possibilidade de se usar o método experimental ou as metodologias quantitativas, eventualmente decorrentes de um modelo mais ligado às exigências das ditas ciências exatas. Aliás, outras ciências sociais, como a Sociologia, também fizeram o caminho de autonomia e institucionalização condicionadas ao uso das metodologias “rigorosas” e “neutras” oferecidas pela biologia ou a química.

O uso de questionários ou testes clínicos, de instrumentos de avaliação do risco ou de previsão do comportamento, os estudos prospetivos longitudinais ou *cross-sectional* têm permitido responder a questões de investigação acerca do indivíduo –

concretamente o indivíduo-criminoso, desviante, perigoso ou de perfil de risco –, dos fatores individuais ou sociais que favorecem ou impedem o cometimento do ato transgressivo, dos padrões da sua ação delitativa, das probabilidades de reincidência ou tratamento.

Para Debuyst, Digneffe e Pires (2008), este primeiro conjunto de indagações parte de uma série de posicionamentos epistemológicos que iremos sintetizar rapidamente: a crença na existência de uma “Verdade” exterior aos seres-humanos e passível de ser buscada pelo método científico rigoroso; a possibilidade da produção de conhecimento “objetivo” e axiologicamente “neutro”, onde o investigador pouco mais é do que um instrumento de recolha de dados e de busca de relações causais; a possibilidade de se almejar à previsibilidade (ainda que com base em resultados probabilísticos e já não de causalidade direta) da ação humana ou dos padrões da vida social. O cientista é considerado um radicalmente-outro que mantém a sua posição de rutura face ao indivíduo-objeto de análise que, passivamente, se deixa conhecer e desvendar. Os instrumentos usados, como sejam as tabelas de prognose (Debuyst, 2012), os inquéritos de delinquência auto-revelada, os testes de personalidade, as medidas neurofisiológicas, pretendem acima de tudo identificar dimensões (biológicas, psicológicas ou sociais) relevantes que são quantificadas e permitem posicionar os indivíduos num *continuum*, estabelecer diferenças intra e inter-grupos, identificar *cohorts* e estimar a ação futura, nomeadamente o cometimento de atos criminosos.

Estes posicionamentos têm sido designados como positivistas ou neo-positivistas e decorrem, no fundo, da herança deixada pela Escola de Antropologia Criminal, ou Escola Positivista Italiana, da busca das diferenças entre indivíduos, entre criminosos e não criminosos ou entre diferentes tipos de criminosos (Agra, 2001). Os métodos são na sua maioria de cariz quantitativo e a avaliação da sua adequação científica é feita em termos da sua validade interna e externa, fiabilidade, possibilidade de generalização dos resultados, técnicas de amostragem tendencialmente probabilística, coerência interna e representatividade.

Progressivamente, no entanto, a constatação da especificidade do estudo da realidade que entorna o ser-humano, realidade essa que (re)nasce das suas ações e da sua visão do mundo e em função das quais o mesmo se determina ou é determinado, exigiu um repensar dos métodos mais adequados. A relação dos seres-humanos com os valores, a

influência da fenomenologia Husserliana (Giorgi, 2012), a tomada de consciência do processo de interpretação e construção de diversos pontos de vista, o relevo da comunicação através da linguagem para a edificação de significados partilhados e transmissão de experiências e sentidos conduziu também a Criminologia a uma abertura aos chamados métodos qualitativos. O desenvolvimento de áreas vizinhas, como a Psicologia e a Sociologia, veio permitir à Criminologia aplicar métodos mais adequados a determinados objetos de estudo, nomeadamente os significados da ação, a interpretação da relação ator-mundo, as subculturas, o ponto de vista dos sujeitos e a sua imersão em interações. Para estes, os desenhos de investigação flexíveis, que evoluem à medida que a investigação se desenvolve, surgem como mais adequados. O contexto e ambiente não são controlados, não há especificação de variáveis, a estruturação conceptual e teórica prévia é nula (como acontece na investigação fenomenológica, Giorgi, 2012) ou pouco específica e os conceitos emergem naturalmente a partir dos dados empíricos recolhidos, (Semmens, 2011, p. 58; Walliman, 2011). O objetivo é aceder “o mais naturalmente” ao sujeito, suas atitudes, à forma como interpreta o seu mundo, define as situações em que se encontra e orienta as suas ações.

Não iremos tomar aqui partido acerca da maior ou menor relevância ou cientificidade dos métodos qualitativos face aos quantitativos ou vice-versa, mas apenas partir do pressuposto de que o melhor método de investigação é aquele que melhor se adequa ao objeto a estudar visto que as abordagens empíricas, sejam qualitativas ou quantitativas, devem ser feitas com o máximo de rigor, sistematicidade e com o melhor conhecimento possível do método, suas lacunas e possíveis enviesamentos. No presente trabalho de investigação, é nossa convicção que o objeto de estudo sobre o qual nos debruçamos é melhor compreendido através dos ditos métodos qualitativos que ocuparão as dimensões micro e meso de análise. Não queremos com isso, no entanto, criar uma rutura entre uns e outros, até porque a tendência tem sido no sentido da sua complementaridade e articulação progressiva, tal como sucederá no presente trabalho, por via da análise de conteúdo a realizar na dimensão macro de análise.

Os métodos qualitativos também se revelam mais adequados quando se intenta explorar fenómenos sociais pouco conhecidos ou grupos sociais mais difíceis de contactar, quer em função da sua marginalização, quer em função, pelo contrário, do seu estatuto mais alto ou porque desenvolvem a sua ação no seio de organizações mais ou menos fechadas.

Contrariamente ao posicionamento positivista ou pós-positivista, as chamadas abordagens construtivistas na Criminologia procedem por via da influência dos trabalhos da fenomenologia, Sociologia compreensiva de Weber (Laperrière, 2012a; Rocher, 1989; Weber, 2001a, 2001b), interacionismo simbólico e, mais especificamente, após os trabalhos qualitativos da Escola de Chicago²⁰ onde a proximidade com os atores e o terreno foi a marca d'água (Laperrière, 2012a). Debuyst *et al.* (2008), caracterizam esta outra vertente como partindo da constatação da construção social da realidade, incluindo do saber científico (Feyerabend, 2010; Kuhn, 2000), da inexistência de um mundo “exterior” aos indivíduos, mas antes nascente das suas interações e comunicação em sociedade. Agora, entre investigador e sujeito-investigado não existe já uma rutura e diferença radical de posições mas antes uma interação que modifica ambos os sistemas e o que daqui resulta é uma negociação que dará uma leitura da realidade, passível de ser articulada com outras leituras ou de ser modificada com o passar do tempo. A inserção do ator na cultura onde se desenvolve, a sua relação com os outros (por exemplo, do criminoso com o sistema de controlo social, com a vítima, a sua interpretação da lei), a sua dimensão axiológica e sua orientação em função de possíveis futuros, é tomada em consideração, bem como a complexidade do mundo social (Laperrière, 2012a).

No entanto, o acesso e uso de *soft data* (Walliman, 2011, p. 131), como são os sentimentos humanos, as atitudes e julgamentos individuais, ou as relações entre atores e o restante da sociedade (ou grupos específicos) não reduz a “cientificidade” da abordagem. É certo que as abordagens qualitativas, onde se buscam as palavras, os sentidos, pelas quais se procura produzir interpretações da realidade, acarretam dificuldades específicas mas o forte desenvolvimento destas metodologias tem feito “descolar” o modelo da ciência dos métodos experimentais ou quantitativos, para se afirmar progressivamente como método científico rigoroso, sistemático, verificável e fiável. Mais: os discursos dos atores individuais ou coletivos (aos quais se acede através da entrevista, da observação, da análise documental, da histórica de vida) são marcados pelo contexto socio-histórico, pelo contexto de produção e enunciação (Poupart, 2012), de tal forma que a fala do indivíduo ou do grupo é também a fala de um tempo, de uma cultura ou subcultura, é também indício de contextos organizacionais ou estruturais mais amplos. A ação humana desenvolve-se em contextos naturais onde, muitas das

²⁰ Para uma visão geral dos estudos quantitativos e qualitativos conduzidos pela Escola de Chicago, veja-se Debuyst, 2012.

vezes, o investigador também terá que submergir (uma organização profissional, um bairro, um estabelecimento prisional) – a análise poderá ter que se debruçar sobre esses contextos ou sobre os processos que ligam micro, meso ou macro-contextos aos fenómenos estudados:

“a pesquisa qualitativa põe ênfase nos atores e no contributo direto com o campo de pesquisa. Isso não significa que a pesquisa qualitativa recuse, de imediato, a grande teoria e a macrossociologia, nem que ela seja insensível às dimensões estruturais; ao contrário, ela possibilita mostrar como as marcas da estrutura social se encontram nas situações mais circunscritas e mais particulares” (Deslauriers e Kérisit, 2012, p. 136).

O uso das metodologias qualitativas parece-nos adequado quando queremos aceder a perceções e problematizações ou atribuição de significado de práticas sociais, quando pretendemos aceder aos jogos de poder no seio das estruturas organizacionais e às estratégias internas pelas quais os indivíduos reafirmam a sua margem de negociação (Crozier, 1995, p. 180). São as narrativas individuais que nos farão aceder ao processo de tomada de decisão de problematização de específica situação, aos padrões de funcionamentos dos grupos ou de segmentos específicos da comunidade científica, que permite aceder à interpretação das regras e respetiva força vinculativa, bem como a sua relação com valores institucionais, à consideração das tarefas específicas e aos processos de socialização. Mas as metodologias qualitativas também nos permite tomar o pulso às práticas organizacionais, à cultura organizacional, aos constrangimentos ou estímulos que os indivíduos sentem no seu local de trabalho que acaba por mediar, por seu turno, a relação do académico com os sistemas externos à atividade de investigação e docência, sejam eles alunos, entidades financiadoras ou de gestão, entre outras.

Em resumo, dois dos três estudos deste trabalho de investigação lançam mão de metodologias qualitativas que têm sido, como vimos, amplamente bem recebidas na Criminologia, especialmente para abordagens integradas e compreensivas da ação humana. Aqui, estes comportamentos e práticas serão problematizadas no seio de processos de controlo social e valoração, de exigências que ultrapassam o ator individual, podendo cair no âmbito das políticas públicas sobre determinado fenómeno.

Quer em relação às metodologias quantitativas, quer às qualitativas, há no entanto determinadas coordenadas que guiam a investigação e acessam da sua coerência,

validade, fiabilidade e outros critérios. Passemos então a apresentar cada uma destas características, com especial atenção para o seu uso nas metodologias qualitativas.

1.3. Questões de fiabilidade, validade e outras

Para Pires (2012b), as ciências sociais, nas quais a Criminologia se insere, descobrem evidências, fazem revelações sobre o mundo social que podem, inclusivamente ser indesejáveis ou tendentes ao esquecimento e à invisibilidade. E esta indesejabilidade pode ser avaliada pelos decisores políticos, pelas elites ou pelo senso-comum dos cidadãos e está intimamente ligada à sensibilidade de alguns temas como, claramente, o do crime ou do desvio. O investigador, por seu turno, deve manter uma posição saudável de abertura a teses opostas, deve ter “*a capacidade virtual de deslocamento*” (Pires, 2012b, p. 55) entre objetos, teorias, métodos, sempre com o objetivo de estudar o seu problema de investigação da melhor e mais completa forma possível: “*o interesse, a pertinência e o ponto de vista dos diferentes enquadramentos teóricos e metodológicos variam conforme os objetos*” (Pires, 2012, p. 57), pelo que é necessário dar sentido ao problema a investigar. A pergunta de partida deve surgir como um *signpost* (Davies, 2011, p. 38) que indica a direção que a investigação deve tomar.

A investigação empírica concretiza um esforço de investigação e a procura da separação entre o que é verdadeiro e o que é falso é o questionamento do adquirido, um exercício de crítica ativa, uma forma de desmistificar discursos, falsas certezas, leituras ilusórias e imediatas do real “*para deixar ver o que ocorre ‘realmente’ e que está debaixo dos nossos olhos*” (Pires, 2012b, p. 57). No entanto, para Pires, a neutralidade científica não é um princípio a que o investigador tenha que se ater necessariamente e tem-se tornado progressivamente criticável. O debate entre (pós)positivismo e construtivismo molda também o desenvolvimento das metodologias qualitativas (Seale, 1999). A crença na neutralidade científica cai por terra face à constatação de que o objeto de investigação é “construído” quer pela disciplina no seio da qual emerge e que tem processos específicos de legitimação e institucionalização, quer porque é pré-construído socialmente, nomeadamente pelas práticas sociais que antecedem o questionamento empírico. Tal como Pires (2012b) expressamente indica, estas pré-construções, mas também o próprio conhecimento científico anteriormente constituído sobre o mesmo objeto, são obstáculos epistemológicos, aqui usados com o significado atribuído por

Bachelard: reificações, opiniões ou ilusões que devem ser afastados, as primeiras impressões obtidas pela observação, o senso comum, a indefinição da linguagem ou o próprio conhecimento científico já constituído (Bachelard, 1987, 1996). O objeto é técnica e teoricamente construído pelo próprio modo pelo qual o investigador seleciona os factos, escolhe conceitos, interpreta resultados. A crítica a este posicionamento poderia vir da metodologia fenomenológica que procura, antes de avançar para a recolha de dados, a redução fenomenológica do objeto (Giorgi, 2012), a exclusão de conhecimentos passados relativos ao fenómeno a estudar

No entanto, diz Pires (2012b), esta constatação não remete necessária e inelutavelmente para o construtivismo ou subjetivismo. Antes remete o investigador para uma posição de humildade onde se vê obrigado a reconhecer que os resultados obtidos nunca abrangerão toda a realidade social, que há sempre espaço para o erro, para deformações, para dimensões não totalmente esclarecidas. O que se produz por via da investigação empírica é sempre “*um conhecimento aproximado*” (Pires, 2012b, p. 65) mas que pode ser verificado e corrigido – daí que não seja meramente subjetivo ou especulativo.

No entanto, face aos resultados da investigação científica, a questão tende a ser: o que se conhece corresponde à realidade? O autor responde negativamente: “*a ciência reduz a informação e organiza ou constrói uma certa leitura dessa realidade*”, num esforço de aproximação ao real (Pires, 2012b, p. 66). E esta constatação não deve ser feita apenas aquando da utilização dos métodos qualitativos, pois também as abordagens quantitativas e experimentais são alvo de tal crítica, nomeadamente na medida em que a sua “artificialização” e “controlo” do contexto e dos estímulos é de tal forma que perde qualquer tipo de correspondência com o que se poderiam considerar as situações naturais (Laperrière, 2012a).

A mesma reflexão faz-se em torno do valor “verdade” – pode o conhecimento científico ser verdadeiro? A resposta é sumamente difícil quando a investigação científica se faz sobre a subjetividade dos atores (seu ponto de vista, construção de sentidos atribuídos) e sobre o mundo social que se (re)constrói permanentemente a partir dessa mesma subjetividade. O que, obviamente, não invalida a precisão das medidas do real ainda que, para Pires, o investigador deva ter cautela e não colocar demasiada ênfase no excesso de precisão passível de ser obtido através das medidas realizadas sobre os dados empíricos. Efetivamente, “*a precisão pode, assim, ser ilusória ou enganosa*” (Pires,

2012b, p. 79). Aliás, a medida deve ter, para além da precisão, uma função de criatividade, de descoberta, de exploração do objeto e de curiosidade, e uma função de reflexividade, nomeadamente através das medidas qualitativas que permitem que o investigador se coloque no lugar do outro. Falamos, portanto, de uma medida-papel social (ou escuta) (Pires, 2012b, p. 81), pelo qual o investigador suspende a sua subjetividade e preconceitos e se desloca para o lugar (material ou metafórico) do outro. É nisso que consiste também, o processo de *bracketing* (colocar entre parêntesis) indicado por Denzin, e segundo Husserl, que permite que o investigador do estudo qualitativo aceda aos significados dos sujeitos a cuja experiência pessoal ou histórica acede: “*staying close to the data is the most powerfull means of telling the story*” (Janesick, 2000) e esta proximidade é material e relacional. Davies, Francis e Jupp (2011, p. 35) remetem para um conceito que nos poderá ser útil a perceber mais especificamente a questão da medida em termos genéricos de investigação: falam os autores no *construct of measurement validity*, que procura indagar até que ponto a medida usada reflete com precisão o conceito que se pretende medir.

Diz Pires que o cientista é um ser livre que deve poder tomar opções acerca do seu grau de envolvimento e participação nas atividades estudadas, acerca das metodologias a usar, dos conhecimentos teóricos a mobilizar e da atitude crítica a adotar. O cientista é, à semelhança do que Bachelard também indica, insatisfeito e curioso e, o que é mais, tem a responsabilidade, para Pires, de devolver o saber ao senso-comum, eventualmente participando na emancipação de grupos sociais específicos. O cientista deve, também, ter a liberdade de poder reconhecer os limites teóricos das suas medidas, sejam elas quantitativas ou qualitativas, ao mesmo tempo que pode admitir o uso de ambas as abordagens pois “*umas como as outras permitem descrever, compreender, explicar ou avaliar*” (Pires, 2012b, p. 89). Do mesmo modo, e avançando um pouco já algo que será melhor discutido mais à frente, os estudos quantitativos e qualitativos podem ser avaliados em termos da sua validade interna e externa, fiabilidade, capacidade de generalização, técnicas de composição da amostra e identificação de enviesamentos. No entanto, tal não significa que os procedimentos sejam isomorfos para ambas as abordagens.

O que distingue então a investigação qualitativa da quantitativa?

Desde logo, a investigação qualitativa assenta em práticas processuais, de vai-e-vem, de coprodução de dados e de interpretações. Assenta numa metodologia onde não se pretendem verificar ou falsificar hipóteses mas antes permitir que os dados forneçam progressivamente conceitos, teorias, padrões. O investigador que proceda a uma análise qualitativa tende a um processo progressivo de afinação (da amostra, da questão de investigação, de interpretação) do seu estudo, numa estrutura relativamente flexível e aberta, onde o processo de interpretação procede por tentativa-e-erro, pela análise exaustiva e rigorosa de dados.

Nas metodologias qualitativas, o processo de recolha e de análise de dados é recíproco ou contemporâneo (Walliman, 2011, p. 128), a investigação faz-se através do uso de processos simultaneamente abertos e rigorosos, incluindo momentos de improviso (Janesick, 2000), as interpretações analíticas são feitas ao longo de todo o processo em vez de orientar a investigação de início, o objeto de investigação é construído progressivamente à medida que a investigação avança (Pires, 2012). A investigação tem um carácter repetitivo e retroativo, *“nele se encontra a simultaneidade da coleta de dados, da análise (codificação e categorização, conceituação) e da elaboração do problema de pesquisa, que alguns denominaram como modelo de adaptação contínua”* (Deslauriers e Kérisit, 2012, p. 148).

Simultaneamente, as metodologias qualitativas estarão mais adequadas a alguns aspetos da realidade, do que as metodologias quantitativas (Silverman, 2001). Já afluímos este ponto. As metodologias qualitativas permitem quer descrever mecanismos e atores, o ‘como’ e o ‘quê’ dos fenómenos sociais, permitem explorar a atuação das pessoas e suas preocupações, estudar o quotidiano, o que é regular e o modo como os atores fazem emergir o sentido desse fenómeno, bem como o transitório e as estratégias adotadas pelos sujeitos nesses episódios, permite avaliar políticas e o estudo do sentido da ação (Deslauriers e Kérisit, 2012). Aliás, *“o objeto por excelência da pesquisa qualitativa é a ação interpretada, simultaneamente, pelo pesquisador e pelos sujeitos da pesquisa”* (Deslauriers e Kérisit, 2012, p. 131).

Permite o nível de exploração dos fenómenos e a descoberta de significados que subjazem ao sistema social (Davies, Francis e Jupp, 2011); permite olhar quer para o nível individual, quer para o grupal (Walliman, 2011). Possibilita vivenciar um contexto social durante um determinado período de tempo, estudá-lo e compreender o significado

que os participantes no contexto dão à sua vida, nas suas próprias palavras, o estudo de organizações, de sistemas sociais, bem como de aspetos políticos, económicos ou sociopsicológicos de determinada sociedade ou organização, ou as teorias implícitas dos participantes acerca das tarefas (p. ex., profissionais) que desenvolvem (Janesick, 2000). As metodologias qualitativas, em síntese, têm capacidade de dar conta de objetos complexos (instituições ou grupos sociais) e de objetos ocultos, furtivos ou passados, descrevendo em profundidade aspetos relevantes da vida social, cultura partilhada, experiências vividas pelos atores (Pires, 2012b).

Desta forma, a investigação qualitativa em geral tem a exploração indutiva como elemento central e a criatividade como aliado, é holística e visa compreensões amplas dos fenómenos, de forma exaustiva (vamos ver que esta exaustividade serve precisamente para avaliar a adequação dos métodos e do seu rigor), procura compreender sem necessariamente elaborar previsões sobre os fenómenos sociais de que se ocupa, exige longos períodos de tempo na análise, no contacto com o terreno, deve incluir a possibilidade de o investigador descrever o seu papel, motivações e possíveis enfiamentos e caminha na busca da autenticidade da narrativa (Janesick, 2000). Por outro lado, os métodos quantitativos tendem a ser mais céleres, de cariz dedutivo com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses previamente desenhadas e onde, usualmente, o investigador e as suas características são consideradas ausentes.

A investigação qualitativa revela os fenómenos sociais na sua diversidade (e não apenas ou não de todo na sua padronização e regularidade, como sucede com a investigação quantitativa), é sensível ao contexto sociocultural onde os indivíduos se movem e atenta aos processos (de produção de sentido, de atribuição de identidades, de emergência ou transformação de atitudes), assim como permite considerar as relações de poder na definição dos problemas e representações sociais (Groulx, 2012).

As principais dificuldades sentidas no uso das metodologias de cariz qualitativo prendem-se, por um lado, com a massa de dados (numerosos e complexos, entre entrevistas, notas de campo, transcrições, imagens, etc.) que pode ser difícil de assimilar pelo investigador (Walliman, 2011), eventualmente, conduzindo ao ímpeto da simplificação e busca de padrões quando, em bom rigor, a maior parte das técnicas de análise de dados não se contenta com isso. Por outro lado, muitos dos estudos qualitativos estão associados ao estudo de grupos socialmente excluídos ou

marginalizados, podendo o investigador ver-se ou colocar-se como seu porta-voz. As dificuldades aumentam com os posicionamentos relativistas ou idealistas, que negam qualquer possível objetividade no conhecimento (Seale, 1999). Finalmente, o tempo despendido na recolha e análise de dados tem sido apontado como limitação (Janesick, 2000).

Vejamos com mais cuidado algumas destas dificuldades, sem esquecer que serão essenciais na avaliação da generalização, validade, fiabilidade e objetividade dos resultados.

A pesquisa qualitativa acontece muitas das vezes no contexto natural dos fenómenos sociais, do qual a investigação não pode abstrair, pois os fenómenos “*só têm sentido em relação ao contexto no qual se inserem*” (Laperrière, 2012a, p. 417). Estas situações naturais devem ser simultaneamente amplas e restritas, de modo a permitir a exaustividade da investigação e interpretações válidas da realidade. Mas a considerações deste contexto implica que o investigador deve assumir a indeterminação dos fenómenos sociais, estar atento às regularidades e também à diversidade e singularidade, à multiplicidade de elementos e sistemas presentes que reclamam a sua presença na investigação. Os dados obtidos sobre a situação ou o contexto ajudarão, espera-se, na interpretação dos fenómenos estudados.

O investigador social que use uma abordagem qualitativa também deve reconhecer que a sua pesquisa será sempre parcial e passível de mudança. A constatação da complexidade do mundo social deve fazer concluir pela impossibilidade de produção de teorias conclusivas: “*dada a complexidade do real, sua observação não pode ser feita senão a partir de perspetivas específicas, necessariamente limitadas*” (Laperrière, 2012a, p. 419). Donde a necessidade de ter desenhos de investigação abertos e flexíveis, da articulação cuidada das relações entre objetivos, orientações teóricas e dados empíricos, uma elaboração de categorias e hipóteses de forma indutiva e refletida, a importância da amostragem teórica (não probabilística), a procura de casos negativos e a exaustividade na interpretação dos dados.

Se é certo que existem estudos quantitativos que afirmam a centralidade da variável ‘tempo’, como sejam os estudos longitudinais, prospetivos ou retrospectivos (Davies *et al.*, 2011), este elemento é também crucial na investigação qualitativa. A ideia de mudança, de processo acarreta consigo passado e possibilidades de futuro,

indeterminação e evolução. Os métodos qualitativos procuram por isso ser sensíveis ao fluxo e à singularidade e os investigadores estão conscientes do reducionismo operado por via de generalizações cegas à complexidade, interação e imprevisibilidade dos fenómenos observados. Donde a importância de um contacto prolongado do investigador com o campo ou fenómeno observado. Para Laperrière (2012a), esta implicação prolongada do investigador permite-o acompanhar ritmos, definir a multiplicidade de fenómenos e perspectivas presentes e em jogo, dando assim conta dos desenvolvimentos complexos e das múltiplas variações e combinações existentes.

Estas considerações acarretam especificidades para as metodologias qualitativas em termos da constituição da amostra, da seleção dos instrumentos de recolha de dados, bem como do preenchimento de critérios de validade e fiabilidade e da consideração da subjetividade do investigador e dos sujeitos investigados. É inevitável que a abordagem a estes temas se faça pela comparação com os métodos quantitativos. No entanto, a literatura sublinha a importância de se assumir a adaptação necessária à abordagem qualitativa sem que, com isto, se caia na falácia da sua menor objetividade ou menor rigor científico na recolha e análise dos dados. Na verdade,

“cada forma (quantitativa ou qualitativa) de medida ou de materiais empíricos possui limites teóricos (para além de seus limites práticos) relativamente aos diferentes aspetos dos diferentes objetos, e isso mesmo que jamais se saiba determinar de antemão as fronteiras precisas de um tipo de material ou do tratamento quantitativo ou qualitativo dos dados, nem de seu campo de possibilidade” (Pires, 2012a, p. 89).

Vejamos, então, algumas destas questões, focando especialmente as particularidades das metodologias qualitativas que, como já foi dito, serão usadas em grande parte da presente investigação.

A subjetividade

A subjetividade dos sujeitos indagados é um dos objetos de questionamento das abordagens qualitativas. A exploração dos recursos da subjetividade deixou de ser excluída da pesquisa, como pretendiam os modelos positivos e pós-positivistas, pois agora o incentivo passa a ser colocado na análise dos fenómenos sociais no contexto natural em que tendencialmente ocorrem, em vez de este ser neutralizado nas suas influências (Laperrière, 2012a). Por outro lado, a subjetividade do investigador, cada

vez mais, é abordada como elemento integrante da investigação, ainda que considerada de forma diferente consoante a corrente teórica. A posição intermédia tende a indicar que determinados elementos do processo de investigação são produto da negociação do investigador com os sujeitos ou com o terreno. E tal pode verificar-se desde o início, no momento da seleção do objeto de estudo:

“Não importa que o objeto de pesquisa derive de um interesse pessoal do pesquisador, ou que ele resulte de acidentes biográficos, ou que ele provenha de um movimento crítico que tenta encontrar seu lugar num embate social ou político, ou ainda, que ele se situe na junção de interesses das redes que envolvem o pesquisador, esse objeto será, primordialmente, um objeto negociado, que depende, ao mesmo tempo, de circunstâncias particulares e de fatores estruturais” (Deslauriers e Kérisit, 2012, p. 134)

Tal como Weber veio demonstrar desde há muito, a ação humana e o mundo social são atividades de seleção e interpretação conectadas a valores – a própria atividade científica é paradoxal nesse sentido pois é, por um lado, ação racional em vista de um fim (a Verdade) e em vista a um valor (essa mesma Verdade). O cientista, independentemente de ser tributário de abordagens quantitativas ou qualitativas, orienta-se também em função de Valores (Weber, 1959, 2001a, 2001b). E, no âmbito dessa atividade, os objetos sociais alvo de investigação são construídos por um movimento contínuo de observação e de pensamento, onde a rutura entre mundo e investigação tende a desaparecer ou a atenuar-se. Além do mais, os dados da investigação são obtidos e transmitidos através da interação e da comunicação, como bem nos ensinaram os atores do interacionismo simbólico (Laperrière, 2012a), o que acarreta a consideração do Outro na definição das situações, na construção de significados e na partilha de símbolos.

Como garantir, então, que a subjetividade e a negociação transportem consigo a melhor investigação possível, quando são usadas as metodologias qualitativas?

Laperrière apela ao uso da *“experiência integral”* (Laperrière, 2012a, p. 414) do investigador, incluindo os conhecimentos teóricos que possui, as suas apreensões pessoais do mundo, seus valores e sentimentos. Mais do que omiti-las, agindo como se o investigador fosse uma tábua rasa na qual o mundo se inscreve, o que seria certamente uma ficção, há que indicar claramente, deixar expressas as escolhas do investigador, os

seus quadros interpretativos e o seu posicionamento psicológico e social. Esta vontade de transparência permitirá melhor contextualizar os resultados. O investigador deve tomar consciência e documentar o efeito potencial da sua subjetividade sobre a investigação, ao invés de agir como se ela não existisse – este esclarecimento sistemático da percepção do investigador, ou a constante autocrítica da comunidade científica (Seale, 1999), deve incluir o máximo de informação pertinente sobre a sua relação com o objeto de estudo, a interação desenvolvida com o ator observado, reflexões sobre a implicação (mais ou menos) prolongada no campo de observação (Laperrière, 2012a). É isto precisamente que, no fundo, o que se tenta fazer na última secção do presente ponto (1.4.).

Simultaneamente, o investigador deve ter uma atitude crítica de escuta da perspectiva do ator, que deve ser entendida na relação com o estatuto do investigador, estatuto esse que pode ser fonte de enviesamento e, por isso, deve ser analisado cuidadosamente, adaptando progressivamente o seu quadro de análise.

Laperrière tenta responder à questão central: considerando o que foi dito, podemos garantir a objetividade nas investigações qualitativas? Esta objetividade deve ser balizada diferentemente, por exemplo, consoante se realiza ou não uma investigação etnográfica. Nesta última, o *standard* indica que o investigador só se pode limitar a reportar a sua própria experiência no campo, descrevendo o que assistiu, o que experienciou, o que procurou captar. Outras investigações buscam garantir uma maior objetividade devolvendo aos sujeitos investigados resultados preliminares que são depois (re)trabalhados de forma a garantir que representam o melhor possível a perspectiva dos atores, através de um acordo intersubjetivo entre todos os envolvidos na investigação (Seale, 1999). Outras correntes entendem que não tem que se chegar ao ponto de se obter o acordo dos atores investigados sobre os dados, ainda que se reconheça que o processo de investigação é realmente negociado.

Na maioria dos casos, o que se reconhece é que a objetividade está associada à qualidade dos depoimentos e testemunhos obtidos no terreno (Laperrière, 2012a, p. 416). No fundo, a qualidade está nos dados, na sua precisão e exaustividade, e o investigador deve garantir que as interpretações que faz dos dados qualitativos são adequadas e justas, verificando de forma sistemática o material recolhido. Finalmente, a triangulação das fontes de dados, bem como das perspectivas, garantirá a objetividade da

interpretação e evita enfiamentos. Mais do que uma correspondência exata entre dados e perspectivas, à maneira do que se pede a mais das vezes nas metodologias quantitativas, busca-se a *concordância* entre aqueles e estas, ao mesmo tempo que o investigador deve ter o cuidado necessário de explicar divergências, expor casos contraditórios e diferentes interpretações sobre os mesmos acontecimentos (Laperrière, 2012a).

Transparência, rigor e sistematicidade são as palavras-chave também nas metodologias qualitativas para evitar erros na relação entre os dados recolhidos e a interpretação deles feita pelo investigador. A tomada de consciência da importância do contexto natural onde se processam os fenômenos sociais, bem como da complexidade do mundo social e da possibilidade de formulação de meras teorias parciais conduz-nos à seguinte conclusão: *“Os resultados das nossas observações são, portanto, necessariamente parciais. O rigor resulta, então, da solidez das ligações estabelecidas entre nossas interpretações teóricas e nossos dados empíricos”* (Laperrière, 2012a, p. 419). O conhecimento é sempre aproximado, o que não equivale a dizer que é subjetivo pois pode ser sempre verificado e alterado (Pires, 2012b).

Validade interna e externa

A validade remete para a medida em que se pode confiar nos resultados e conclusões de um estudo empírico, verificando-se as críticas metodológicas que podem ser colocadas. Pretende perceber a exatidão e pertinência das ligações estabelecidas entre as observações empíricas e a interpretação que daí decorre. A preocupação prende-se com a metodologia e a sua coerência (Laperrière, 2012a). No fundo, procura aferir se a explicação fornecida encaixa na descrição dos dados, se é credível (Janesick, 2000, p. 393).

A validade pode ainda ser distinguida em diferentes facetas: a validade interna procura indagar da existência de relações causais; a validade externa remete para a possibilidade de generalização dos resultados; e a validade ecológica procura perceber se as conclusões obtidas são aplicáveis a situações correntes ou se foram, pelo contrário, obtidas em condições únicas ou artificialmente construídas. (Davies *et al.*, 2011).

Nos métodos qualitativos a questão da validade, que não tem que ser abandonada, deve ser ponderada considerando-se as questões já mencionadas da subjetividade, da busca de estruturas de sentido e do objetivo da análise em profundidade.

Podemos afirmar que a *validade interna* se prende com o facto de os dados empíricos e interpretação encaixarem (*fit*) ou não uns nos outros – não tanto a concretização do princípio da correspondência, como já vimos, mas da concordância. Cabe ao investigador demonstrar a solidez da base empírica que originou a interpretação: “*é pela confrontação das categorias de análise e das hipóteses a um vasto conjunto de dados tipológico (...) e também temporais (...) que os métodos qualitativos conseguem atingir uma tal concordância*” (Laperrière, 2012a, p. 423). A busca da causalidade estrita não é objetivo das metodologias qualitativas, que procuram responder ao *o quê* e ao *como*, não tanto ao *porquê* dos fenómenos sucederem. No entanto, o investigador deve buscar cuidadosamente as instâncias que possam ameaçar a coerência dos argumentos, procurando, por exemplo, casos negativos que eventualmente falsifiquem a teoria em vias de construção (Seale, 1999).

Deste modo, cada observação deve ser codificada em relação ao conjunto dos dados contextualizados e inseridos num tempo. De seguida, a codificação deve ser precisa, consistente, exaustiva, ao mesmo tempo que evolui em função das descobertas possibilitadas pelo campo e até ao momento da saturação para, a partir daí, se reduzir a abordagem a um conjunto mais restrito de categorias que revelam as dimensões essenciais de um fenómeno (Laperrière, 2012a, 2012b). O processo aqui retratado por Laperrière consiste, em grande parte, no que é usado pela chamada *Grounded Theory* mas que não é o único método de análise e interpretação dos dados obtidos no terreno. Considerando-se agora a teoria emergente da análise, esta será tanto mais válida quanto mais adaptável for aos desenvolvimentos posteriores dos conhecimentos. Como vimos acima, o investigador deve assumir a impossibilidade de construção de teorias conclusivas, pelo que a teoria deve ser rigorosamente elaborada, bem sustentada pelos dados empíricos e servir eventualmente de modelo a ser aplicado e adaptado ao mesmo objeto noutra tempo, ou a outros objetos. Certamente que as teorias obtidas por meio da análise qualitativa também podem ser falsificadas, tal como os resultados obtidos através de metodologias quantitativas e tal como foi preconizado por Popper. No entanto, na ciência atual, as teorias, quaisquer que elas sejam e independentemente do

campo disciplinar de onde provêm, tendem a ser verificadas ou confirmadas e não tanto falsificadas.

A *validade externa*, por seu turno, remete para o grau de generalização dos resultados da investigação a outras populações, locais ou períodos de tempo. No entanto, rapidamente se perceberá que se torna difícil, nas metodologias qualitativas, encontrar populações ou locais com características totalmente idênticas. Razão pela qual Laperrière indica que deve-se buscar uma “representatividade semiótica” e não estatística, que é o que sucede nos métodos quantitativos. A finalidade deve ser a de “*delimitar os processos sociossimbólicos fundamentais que marcam a totalidade de um fenómeno*” (Laperrière, 2012a, p. 425). Aqui se distancia da teorização enraizada que nasce da aplicação da *Grounded Theory*, dado que esta busca acima de tudo, segundo a autora, descrições contextualizadas.

“não são tanto as características substantivas das situações pesquisadas que são generalizáveis a partir de resultados qualitativos quanto os processos sociais fundamentais que os subentendem. Estes são estáveis e duradouros, para além das variações de suas manifestações, e seu carácter evolutivo lhes permite inserir a mudança (...) sem que aquilo que está no centro de sua definição seja afetado” (Laperrière, 2012a, p. 427).

Voltaremos em breve à questão da generalização por via das técnicas de amostragem.

Fiabilidade

Davies *et al.* (2011, p. 353) definem a fiabilidade (*reliability*) como determinação da medida em que os conceitos e as medidas estão bem definidos, são consistentes e repetíveis. Para Laperrière a definição tradicional de fiabilidade remete para a tarefa de garantir que os resultados não são fruto de circunstâncias acidentais ou ocasionais mas que são, em vez disso, reproduzíveis verificadas condições semelhantes. A fiabilidade remeteria, portanto para noções da estabilidade, coerência, exatidão e capacidade de previsão de acontecimentos futuros (Silverman, 2001).

No entanto, como vimos até aqui, os métodos qualitativos também integram na sua análise os acontecimentos acidentais, aleatórios. Inclusive, a indução analítica como

técnica de interpretação dos dados, dá especial relevância à busca dos chamados ‘casos negativos’ (Deslauriers, 2012).

De novo, mais do que a estabilidade e regularidade das observações, porque a mudança dos fenómenos sociais é tomada em consideração nas análises qualitativas, o relevante será garantir a adaptabilidade dos resultados (Laperrière, 2012a) a outras situações. Mais do que buscar-se a reprodução dos resultados, tem que existir “*um conjunto de medidas permitindo a revisão e avaliação, por outros pesquisadores, do procedimento da pesquisa e, particularmente, de sua análise das mudanças observadas e das justificativas que ela traz às orientações teóricas produzidas ao longo do processo*” (Laperrière, 2012a, p. 429). É preciso, portanto, garantir que se reporta o essencial e os processos sociais fundamentais, e se distingue do que é acessório e secundário, que se produz uma análise em profundidade e não meramente superficial, que se atingem os fundamentos da situação sob análise. Se tal for conseguido, os resultados da análise serão reproduzíveis nos diversos subsistemas da situação sob análise, mas também noutros campos ou situações formalmente semelhantes (Laperrière, 2012a).

Outros autores, indicados por Seale (1999), mencionam a possibilidade de haver diferentes tipos de fiabilidade. A fiabilidade interna poderia ser aferida pelo uso de vários investigadores codificarem temas de modo a se verificar o nível de partilha das mesmas assunções. A fiabilidade externa referir-se-ia à possibilidade de replicação dos resultados de uma investigação em novos estudos – esta pode verificar-se bastante difícil de conseguir em função de problemas práticos não superados entre estudos mas, no final, “[T]he expectation of complete replication is a somewhat unrealistic demand” (Seale, 1999, p. 42).

Triangulação

A triangulação consiste na combinação de estratégias analíticas que permite a exploração de diferentes facetas dos dados e a construção de diferentes versões do mundo social (Noaks e Wincup, 2004, p. 125). Para outros autores, como Denzin, existem diferentes tipos de triangulação.

A triangulação pode ser de dados, e é um procedimento pelo qual se usam diversas fontes de dados no mesmo estudo, por exemplo, entrevistas e análise documental, onde se procura confirmar através de documentos oficiais os episódios de vida significativos para o entrevistado institucionalizado. Esta variedade de fontes permite certificar a força e o encaixe dos dados na teoria e produz descrições mais ricas dos fenómenos (Noaks e Wincup, 2004; Seale, 1999)

A triangulação pode ser de investigador, quando são usados diferentes investigadores para, por exemplo, categorizar entrevistas ou retirar observações do terreno. Quanto maior a concordância entre as diferentes observações pelos diferentes investigadores, mais válidos serão os dados e teoria assim obtidos.

A triangulação pode ser teórica, de modo que os investigadores abordam os dados com várias hipóteses em mente de modo a verificar como se comporta cada uma (Seale, 1999).

Finalmente, a triangulação pode ser metodológica, através do uso de múltiplos métodos para estudar um mesmo problema (Janesick, 2000). Efetivamente, para Janesick, seria relevante reconhecer que os métodos qualitativos operam como um cristal, fornecendo várias e diferentes facetas de uma determinada abordagem ao mundo social. Estas várias facetas permitem um conhecimento mais completo e exaustivo da realidade, pelo que a ‘cristalização’ (Janesick, 2000, p. 392) deve ser considerada uma mais-valia do uso das metodologias qualitativas. No presente trabalho de investigação iremos precisamente realizar uma triangulação metodológica entre as diferentes dimensões de análise, incluindo, na dimensão macro, uma triangulação por via da análise conteúdo quantitativa.

Seale (1999), por seu turno, refere, para depois afastar, algumas das críticas lançadas à triangulação, dentre as quais aquelas elaboradas pelos etnometodologistas, que a consideram um resquício de uma abordagem positivista nos trabalhos qualitativos, não podendo ser considerada adequada a garantir a validade da investigação, bem como as críticas filosóficas que alegam que, ainda que diferentes fontes ou métodos nos digam algo semelhante sobre determinado fenómeno, não podemos com isso ficar com total certeza de que a análise está correta.

Amostragem, população e universo

Nos estudos qualitativos, em particular, a amostra é não probabilística ou teórica e decorre das características que especificamente serão analisadas e que são, de alguma forma, pré-definidas à entrada no campo, como, por exemplo, o gênero, a etnia, a classe social ou ocupação, o lugar de residência, etc. A amostragem teórica decorre da seleção de situações ou grupos “*em função de sua pertinência no que se refere à elaboração das categorias conceituais e de suas relação, e não para fins da representatividade das populações ou das situações pesquisadas*” (Laperrière, 2012b, p. 365). O investigador, após análises prévias, vai especificamente procurar amostras da população, de eventos ou atividades guiado pela teoria emergente, no caso da *Grounded Theory* (Strauss, 1994).

A amostra pode ser, segundo Semmens (2011):

- acidental: na qual são usados os participantes disponíveis em determinado local em determinado momento, independentemente das suas características;
- por cotas: o que garante uma certa distribuição de variáveis sociodemográficas pois os sujeitos são recrutados em função das suas características (sociodemográficas, por exemplo) e o recrutamento cessa quando a quota para cada grupo está completa;
- ou por ‘bola de neve’ (*snowball*): normalmente usada quando o acesso aos membros de uma população surge como especialmente difícil, eventualmente em virtude de se tratar de populações evasivas ou escondidas, ou devido à sensibilidade do tópico. Sucede então que o investigador identifica um sujeito que cumpre as características pretendidas e que, posteriormente, sugere outros possíveis participantes

Desta forma se consegue um conhecimento cuidado e detalhado dos fenómenos sociais (Deslauriers e Kérisit, 2012). Efetivamente, a amostra tende a ser complexa no sentido em que se procuram incluir elementos de tempo, localização, de pessoas, grupos sociais ou eventos, consideradas as unidades de amostragem (Semmens, 2011).

Para Semmens (2011) a amostragem não probabilística impede a generalização. Não assim, no entanto, para Pires (2012a) que avança com uma proposta original de reflexão em torno do valor da amostra e da possibilidade de generalização de resultados.

A amostra, qualquer amostra, resulta de “*qualquer operação visando a constituição do corpus empírico de uma pesquisa*” (Pires, 2012a, p. 154). A ideia central perseguida

pela constituição de uma amostra é a de “*considerar uma pequena quantidade de qualquer coisa para esclarecer alguns aspectos gerais do problema; (...) é a ideia de extrapolar, deslocar, transcender, colocar em relação, ou ainda dar uma ideia ou um esclarecimento sobre alguma outra coisa com a ajuda de um ou vários elementos que possam se referir a isso*” (Pires, 2012a, p. 163).

Mas, na investigação qualitativa, em virtude do seu carácter progressivo e retroativo já mencionado, a amostra pode modificar-se no decurso do processo de investigação de tal modo que existe sempre algo de imprevisível, ao contrário do que sucede nos estudos quantitativos onde, à partida, se sabe exatamente onde se encontra a amostra, que dimensão toma, que relação tem com a população de que é parte, etc. Na investigação qualitativa “*é fútil querer construir critérios formais de amostragem*” (Pires, 2012a, p. 155). A amostra teórica constrói-se por etapas, é flexível ainda que disciplinada e é garante de coerência, variação, precisão e exaustividade da teoria (Laperrière, 2012b). O certo é que o *corpus* empírico faz sentido, acima de tudo, na relação com o objeto pesquisado e com a estrutura da investigação.

A estrutura fechada ou convencional da investigação é usada especificamente quando se não consegue ou se não pode estudar toda a população. Daqui é retirada uma amostra bem definida, a amostra operacional (A) da população (P) que cumpre um primeiro patamar empírico. O outro patamar decorre de novo momento de generalização onde são formuladas proposições teóricas que permitem passar de (P) para outra população (P') mais extensa. Por exemplo: os resultados obtidos com (A), amostra composta por 400 alunos universitários da Universidade A, são generalizáveis para a população (P) dos 2000 alunos dessa mesma Universidade e, posteriormente, para (P') onde se inserem todos os alunos universitários de todas as universidades do país. Pires chama a isto *generalização analítica ou teórica* (Pires, 2012a, p. 159), que não se confunde com a primeira etapa de *generalização empírica* que vai de (A) para (P).

Já uma investigação de estrutura aberta ou paradoxal (Pires, 2012a, p. 161) acontece quando se analisa uma população (P) na sua totalidade e onde se passa diretamente do *corpus* empírico para o nível teórico global. Em vez de dois patamares distintos, como na estrutura anterior, existe um *continuum* de análise; não existe processo operacional de amostragem porque o investigador passa diretamente à descrição do *corpus* e ao

estudo de toda a sua população (P). Apesar disso, pode haver ainda uma tentativa de generalização analítica ou teórica (ainda que não empírica).

Desta forma Pires introduz-nos na sua ideia central que é a natureza relacional, e não totalizante e pré-definida, entre amostra e população: “*os conceitos centrais de amostra e de população ‘vagueiam’ ou se modificam em função do nosso projeto de conhecimento, o qual também muda de nível: passamos do nível empírico (...) ao nível teórico*” (Pires, 2012a, p. 165). Donde o autor proponha a substituição da designação população (P) por *universo de análise*, atribuindo a definição de *universo geral* aquele à qual a teoria se aplica porque são outras populações (P). A generalização para a população (P) deixa de ser o ponto final da pesquisa e passa-se a considerar o tal *universo de análise*, que é o universo sobre o qual o investigador trabalha e tem ao seu alcance. Daqui se retirará uma amostra operacional (quando a investigação tem estrutura fechada) ou se constituirá um *corpus* empírico, uma totalidade específica (quando a investigação tem estrutura aberta). Ficam, desta forma, resolvidas as relações entre amostra e população e as possibilidades de generalização abertas por diferentes estruturas de investigação qualitativa.

Pires sugere ainda que se alterem as perspetivas do processo de amostragem (Pires, 2012a, p. 158). Em vez de se distinguir a amostragem probabilística e não probabilística, propõe que, para os dados qualitativos, a amostragem possa ser:

- (i) de caso único de microunidades sociais, onde se inclui a amostra de ator, mais comumente conhecida como história de vida e que gira em torno de uma pessoa ou família; a amostra de meio, seja geográfico ou institucional, ou a amostra de acontecimento, que normalmente é pouco frequente ou raro. A pesquisa por caso único parte de um *corpus* empírico apresentado no singular e que permite o estudo em profundidade desse único caso (Pires, 2012a, p. 180), podendo este ser selecionado em função da pertinência teórica, das suas características ou qualidades intrínsecas, da sua exemplaridade, do interesse social que coloca ou da sua acessibilidade à investigação (Pires, 2012a, p. 183). Ao mesmo tempo, as análises que partem do caso único revolvem em torno de três eixos polarizados, podendo tentar abarcar os dois polos ou situar-se mais próximo de um do que do outro. São eles o eixo entre o específico e o geral, entre os comportamentos e a sociedade e entre a descrição em profundidade e a comparação;

(ii) ou de casos múltiplos de microunidades sociais, incluindo a amostra por homogeneização, em que é analisado um grupo relativamente homogêneo mas que, ainda assim, deve ter um mínimo de diversidade interna; a amostra por contraste-saturação, quando a investigação busca casos obtidos por via de entrevistas curtas e tópicas, buscando-se a categorização e comparação entre casos; ou por contraste-aprofundamento, quando se operam comparações entre um número (reduzido) de casos diferentes; ou por busca do caso negativo. Neste caso, a investigação gira em torno de um quarto e último eixo polarizado entre as representações sociais e as experiências de vida, visando “*apreender e dar conta dos sistemas de valores, normas, representações, símbolos próprios a uma cultura ou subcultura*” (Pires, 2012a, p. 194). Os atores são aqui considerados informantes ou representantes de um grupo social (no mesmo sentido veja-se Ruquoy, 1995), portadores de uma cultura ou subcultura, com um ponto de vista relevante sobre fenómenos sociais ou funcionamento de instituições, cujos sentimentos e percepções sobre uma experiência vivida são janela de acesso aos valores de um grupo ou de uma época. Finalmente, a amostra deve ser selecionada, consoante o seu tipo, seguindo critérios de diversificação interna (intragrupos) ou externa (intergrupos) até que seja atingida a saturação.

Saturação

Existem diferentes tipos de saturação, preconizados por Glaser e Strauss (cit. in Pires, 2012a, pp. 197 e ss.) e especificamente usados nas metodologias qualitativas, ainda que não apenas nas que lançam mão da *Grounded Theory*.

A *saturação teórica* sucede quando, após emergência de uma categoria a partir dos dados e descoberta das suas propriedades, os dados não mais acrescentam qualquer propriedade ou característica – o que significa que a categoria está saturada e a investigação em relação à mesma e suas características pode parar.

A *saturação empírica* aplica-se aos próprios dados (e não às categorias que deles emergem) e verifica-se quando o investigador conclui que os últimos dados recolhidos já não acrescentam mais informação ou informação nova que justifique continuar a

ampliar o material empírico – o que significa que a recolha de dados e a constituição da amostra pode parar.

Assim sendo, a saturação é uma forma de avaliar da adequação da metodologia e cumpre duas funções: uma operacional, que indica quando terminar a recolha de dados, e outra metodológica no sentido em que permite generalizar os resultados para a população à qual o grupo analisado pertence (Pires, 2012a, p. 198).

1.4. Considerações finais

A metodologia selecionada para fins de investigação depende das especificidades do objeto (os comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior). No entanto, a opção pelas metodologias de investigação não está desligada do específico posicionamento epistemológico do investigador. E, é nossa opinião, que esse posicionamento deve ficar claramente expresso, em vez de medianamente subentendido.

A afirmação clara das opções epistemológicas, teóricas e metodológicas deve fazer-se quer quando inexistente uma tradição sustentada de pesquisa sobre o objeto, quer quando o autor se posiciona originalmente em relação ao já produzido. No presente caso, encontramos-nos face à primeira das situações. Esta declaração permite uma avaliação clara do posicionamento do autor face ao seu objeto de estudo. Não é possível ser-se ingénuo ao ponto de pretender que o investigador é axiologicamente neutro e absolutamente objetivo nas suas observações, ou que a realidade observada não exerce sobre ele qualquer influência e vice-versa. E, neste caso em concreto, o sujeito que investiga observa e contacta não com fenómenos naturais, células ou minerais, mas outros sujeitos, dotados de capacidade de interpretar e atribuir sentido ao mundo, da mesma maneira que o investigador interpreta e reflete sobre a sua atividade de investigação. E todos, quer quem indaga as pessoas, as organizações, os documentos, quer quem fala ou quem veicula a mensagem, todas estas comunicações estão submersas num concreto contexto histórico, social, político e económico que molda preocupações, linguagem, formas de raciocínio (Fourez, 2008).

Sublinhar o distanciamento do investigador face ao seu objeto seria, especialmente neste concreto trabalho de investigação, claramente um erro, para não dizer um logro. A

própria investigadora partilha algo de muito relevante com os sujeitos escutados e as práticas percebidas. A autora deste trabalho²¹ é não um observador externo às práticas e funções da academia, mas é antes agente implicado na produção e divulgação de saber. Tem exercido a sua atividade profissional em universidade pública, tem procurado cumprir os objetivos costumeiros de formação, por um lado, e de investigação científica, eventualmente obtendo o reconhecimento pelos pares, tem estado a par dos receios, preocupações ou sucessos profissionais dos seus colegas (que são os seus próprios receios e preocupações), tem acompanhado os desenvolvimentos (mais ou menos recentes) acerca das exigências em torno do papel das IES e das funções atribuídas aos académicos.

Byrne e Callaghan afirmam, a propósito da agência humana, que “[W]e are not just describers of the world. We are actors in it” (Byrne e Callaghan, 2014, pp. 65-6) – afirmação que faz ainda maior sentido quando a autora deste trabalho não é mero agente externo, que descreve as práticas que regista num universo que visita com alguma regularidade, mas ao qual não pertence, e que eventualmente abandonará no final da investigação. Pelo contrário, a autora é ela própria agente no seio dessas práticas, nelas participa quotidianamente, exerce tarefas e funções no universo quotidiano, tem, enquanto profissional, expectativas e receios sobre o devir, define o curso da ação em função do universo que agora se propôs estudar.

Obviamente que não se procedeu neste trabalho de investigação por observação participante, não se agiu à maneira de Latour (Latour e Woolgar, 1988) pisando o terreno dos gabinetes, salas de reunião, salas de aula, auditórios de conferências como se conduzisse estudos sobre tribos desconhecidas. A autora, no âmbito da sua atividade profissional, tomou parte em numerosas atividades académicas, foi aprendendo os códigos de conduta, foram-lhes ensinados os procedimentos de atuação para diferentes situações. Por várias vezes se questionou sobre se esta sua imersão nas práticas, códigos e funções interferiria negativamente na capacidade de olhar “de forma nova”, “como se fosse a primeira vez” para o que ia encontrando no âmbito do estudo de que agora se dá conta. Outras vezes considerou estar em posição privilegiada por conseguir, dado o conhecimento do terreno, aceder mais capazmente ao dito dos sujeitos, compreender,

²¹ Aqui nos perdoarão a queda (ainda que momentânea) de formulações não pessoalizadas. Torna-se necessário, para emprestar maior clareza à exposição, a referência à experiência da autora deste trabalho de investigação. Espera-se também, desta forma, abrir-se toda a possibilidade de identificação de eventuais enviosamentos.

aceder à inteligibilidade dos relatos e dos comportamentos. Mas estas dúvidas não a deixaram por um momento.

Não se trata aqui de estudar o Outro (o detido, o jovem institucionalizado, o imigrante ilegal) mas de aceder às percepções dos pares sobre assuntos sensíveis para a atividade profissional exercida por ambos: por quem questiona e por quem responde. E esta proximidade com o objeto de estudo e com os atores questionados pode conduzir, como é óbvio, a limitações metodológicas ou de interpretação dos resultados. Aconteceu mesmo em várias situações, em conversa com colegas (fossem eles entrevistados ou não), ser alertada para o “perigo” que a investigação constituía para a sua carreira profissional e para a possibilidade de vir a sofrer represálias. Por outro lado, sucedeu também deparar-se com pares que, ao tomarem conhecimento do objeto de estudo, procuraram a atenção da autora para transmitir casos que conheciam, buscando a sua opinião “de perita” para legitimar determinados juízos de valor sobre casos que lhe segredavam apressadamente entre reuniões ou em conversa de corredor.

No entanto partilhamos com Morin o pressuposto de que é preciso (e possível) distinguir mas sem dissociar a dupla observador/objeto observado (Morin, 1984, p. 23). A autora, no seu papel social e funcional de investigadora sobre comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior, nunca se esqueceu das suas funções de académica. Ao mesmo tempo, enquanto académica, na leção das suas aulas, na submissão de artigos para publicações, também nunca se esqueceu do seu objeto de estudo. Nesta situação, a opção foi a de usar parcimónia e prudência²².

Nesse sentido, emprestou aos sujeitos considerados na investigação (quer os que foram entrevistados, quer os que compõem os relatos que foi recebendo, quer em termos abstratos enquanto recetores de regras ou normas sectoriais) a conceção que empresta a si mesma e lhe permite compreender as relações tecidas entre os sujeitos (EU/OUTRO) e entre estes e o ambiente social mais amplo (EU/MUNDO). E estas conceções são fortemente tributárias da fenomenologia, do existencialismo e do interacionismo simbólico. Considerou que os sujeitos estudados têm capacidade de reflexividade, de introspeção individual, de planeamento de um curso de ação de forma mais ou menos

²² Atitude sugerida pelo Senhor Professor Jean Poupart, a quem se agradece penhoradamente pelo conselho e orientação.

racional, de tomada de consciência da sua pertença a um mundo social mais amplo, de auto-crítica e mudança (Morin, 1984, p. 32).

2. Perceções e atitudes dos académicos sobre comportamentos e práticas problemáticas: dimensão micro de análise

Na secção de que nos ocuparemos agora, será apresentada a específica investigação conduzida em torno das perceções e atitudes dos académicos europeus sobre os comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior. Como já foi mencionado, esta dimensão foi analisada através da produção de dados qualitativos por via de entrevista semi-estruturada aplicada a 27 académicos europeus.

Nas próximas páginas (2.1.) serão apresentadas as características do instrumento utilizado, o guião de entrevista e descrito o processo de aplicação da mesma; serão descritas as opções de amostragem, a caracterização da amostra obtida e a análise realizada. De seguida serão apresentados os resultados do trabalho de investigação (2.2.). A secção fechará com uma síntese de resultados obtidos e primeiras hipóteses explicativas,

2.1. Metodologia de investigação

O instrumento

Para a dimensão micro de análise, com o objetivo de se aceder às perceções e atitudes dos académicos face aos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior, foi usada a entrevista semi-estruturada como instrumento de recolha de dados. Façamos algumas considerações gerais.

As entrevistas (em profundidade, semi-estruturadas, não dirigidas) permitem a colocação de questões aos sujeitos, esperando-se respostas mais desenvolvidas,

complexas e exaustivas do que as que são usualmente permitidas nos questionários (Davies *et al.*, 2011; Fontana e Frey, 2000; Poupart, 2012; Semmens, 2011; Silverman, 2001; Wincup, 2009). Tendo surgido na psicoterapia de Rogers, foram progressivamente usadas para fins de investigação científica (Ruquoy, 1995). Os dois polos de estruturação das entrevistas encontram-se nas entrevistas estruturadas e nas entrevistas não dirigidas. Naquelas, há uma pré-estruturação do discurso e predeterminação das questões e respostas (fechadas) possíveis, pelo que é usado um protocolo de aplicação quase-experimental e onde a diretividade está bem vinculada. Nestas concede-se máxima liberdade ao entrevistado que pode, por isso, usar a sua própria linguagem nas questões abertas às quais vai respondendo. Considera-se que, desta forma, o entrevistado poderá ser capaz de explorar as várias dimensões da sua experiência tendo como limite o problema a ser investigado. São, por isso, entrevistas onde a diretividade é praticamente inexistente e onde a produção de informação nova e relevante tem sempre possibilidade de ocorrer permitindo-se, deste modo, uma exploração em profundidade do tema (Poupart, 2012). Entre estes dois opostos podem existir graus diferenciados de estruturação.

Durante a entrevista (desde que não estritamente estruturada), o investigador pode reformular questões, explorar temas não previstos anteriormente e receber, no fundo, a riqueza de informação que os entrevistados poderão estar dispostos a fornecer. Esta técnica de recolha de dados seria, portanto, o *“meio eficaz para (...) ‘coletar informações’ sobre as estruturas e o funcionamento de um grupo, de uma instituição ou, mais globalmente, uma formação social determinada”* (Poupart, 2012, p. 222).

A aplicação da entrevista deve ser desenhada com vista a uma maior aproximação e espontaneidade do discurso (Poupart, 2012). É necessário obter a colaboração do entrevistado, que se deve sentir à vontade e confortável para se envolver e falar espontaneamente, eventualmente de temas sensíveis ou emocionais. Para tal devem-se ter em conta determinados elementos de encenação, *“disposições tomadas pelos entrevistados com o objetivo de fazer com que os entrevistados esqueçam tudo o que, no contexto da entrevista, possa obstaculizar a enunciação dos seus discursos, ou, (...) possa proporcionar um ambiente favorável à confiança”* (Poupart, 2012, p. 230). Os elementos de encenação exigem uma escolha adequada do momento, lugar, instrumentos de registo, vestuário e papel do entrevistador. Deve-se ainda, de forma a fomentar a espontaneidade, garantir o anonimato, os fins dados ao material recolhido, a

escuta empática, e uma relação calorosa de acordo com as regras de sociabilidade em vigor. Considerando que “*quanto mais o discurso é espontâneo, menos ele poderá ser maculado pelo pesquisador*” (Poupart, 2012, p. 233), o autor sugere que o entrevistador evite a diretividade, interrupções ao discurso, respeitando ao mesmo tempo os momentos de silêncio e usando técnicas adequadas de reformulação das questões.

No entanto, a aplicação da entrevista, que reside fundamentalmente na interação entre entrevistado e entrevistador, é atividade delicada que pode, quando pobremente realizada, introduzir sérios enviesamentos na disponibilidade e veracidade das respostas. Segundo Poupart (2012), os enviesamentos podem ocorrer por via do dispositivo de investigação usado (por exemplo, pelo modo de formulação das questões ou características das técnicas de registo); por características do entrevistador (suas intervenções, atitudes, características sociodemográficas); ou por via do contexto de pesquisa (por exemplo, a conjugação do tema com o local de entrevista – casa, trabalho, local público – pode conduzir o entrevistado a mentir ou omitir por medo de represálias ou desconforto).

Alguns autores (Kuntz e Presnall, 2012) criticam o formato e uso dado tradicionalmente à entrevista enquanto mera técnica metodológica. Alegam que a entrevista tem sido excessivamente simplificada, centrando-se no conteúdo da mensagem e abstraindo-se dos elementos materiais presentes (voz, corpo, contexto) que ajudam a melhor captar o sentido do que é dito enquanto, simultaneamente, se reifica o documento transcrito como o formato privilegiado para produzir conhecimento. Em vez disso sugerem a necessidade de se considerar a entrevista como “*a wholly engaged encounter, a means for making accessible the multiple intersections of material contexts that collude in productive formations of meaning*” (Kuntz e Presnall, 2012, p. 733).

Para o presente trabalho foram realizadas **vinte e sete entrevistas** semiestruturadas com o objetivo de aceder ao que previamente apelidamos dimensão micro de análise, ou seja, as perceções e atitudes dos académicos face aos comportamentos problemáticos na investigação científica e no ensino superior. Houve uma vigésima oitava entrevista, realizada no Reino Unido, que teve que ser descartada em virtude da avaria do sistema de registo de som. A gravação foi totalmente inutilizada e não foram tomadas notas relevantes visto que a avaria só foi constatada posteriormente, no momento em que se

procedia à transcrição. Os enfiamentos potencialmente decorrentes da utilização dos diferentes métodos de registo serão devidamente analisados infra.

O guião de entrevista e o procedimento de aplicação

A entrevista semiestruturada fez-se em torno de um guião de entrevista desenhado para respostas abertas, especificamente para permitir aos entrevistados exprimir-se livremente ao questionado, eventualmente oferecendo novos tópicos ou dimensões previamente não previstas no guião (ver Anexo 3). Ainda que a entrevista tivesse um tema central a ser discutido e analisado, contendo várias dimensões (pelo que a não diretividade não seria aconselhável) pretendia-se que os entrevistados se sentissem confortáveis para explorar ao máximo os pontos sob análise. Nessa medida, às questões que pretendiam respostas fechadas (“tem conhecimento de algum colega, ou grupo de colegas, que alguma vez tenha manipulado dados?”, cuja resposta muitas vezes balançou diretamente entre o sim ou não) seguiam-se questões com o objetivo de permitir a descrição ou acesso exaustivo à experiência (“será que me pode contar o que sucedeu?”).

Conscientemente optou-se por não se colocar questões que pudessem conduzir ao revelar de comportamentos ilícitos, desviantes ou problemáticos dos próprios entrevistados, sob pena de predominarem respostas não sinceras, dada a sensibilidade do tema e o estatuto social dos entrevistados. Considerando-se ainda que a presente dimensão de análise pretende aceder às perceções e atitudes face aos comportamentos considerados problemáticos, desnecessário se torna aceder a comportamentos autorrevelados.

O guião de entrevista usado no presente estudo havia já sido testado em estudo exploratório anterior (Faria, 2009; Faria e Agra, 2012). No final desses estudos e na preparação para a proposta de doutoramento foi feito um balanço crítico da utilização do guião previamente usado. Optou-se por se manter, melhorando, a estrutura geral testada anteriormente. Tal não impediu que o guião tivesse sido adaptado a cada situação, não apenas em termos linguísticos, mas também disciplinares. A cada nova entrevista foram realizados balanços sobre o que haveria a melhorar e a manter. Efetivamente o guião não pode ser confundido com o protocolo de questionário mas

antes pretende ser um auxiliar de memória em torno dos temas a indagar, respeitando-se a ordem de perguntas especificada (Ruquoy, 1995). Passemos a descrever a sua configuração.

As dimensões de análise previstas e questionadas aos entrevistados foram; (i) características e tipos de comportamentos e práticas consideradas problemáticas; (ii) gravidade e seriedade atribuída aos comportamentos e práticas consideradas problemáticas; (iii) causas atribuídas aos comportamentos e práticas consideradas problemáticas; (iv) consequências percebidas dos comportamentos e práticas consideradas problemáticas.

A dimensão (i) remete especificamente para a percepção que os entrevistados tenham dos comportamentos e práticas (incluindo manipulação de dados, plágio e outras áreas cinzentas), especificamente procurando-se perceber quais são problematizados e qual a frequência percebida dos mesmos, bem como a forma como se processam. A dimensão (ii) remete para a vertente da censura ou gravidade atribuída aos comportamentos e práticas, procurando-se deste modo verificar quais as situações consideradas mais ou menos graves, com consequências negativas mais ou menos sérias e com uma maior ou menor censura por parte do entrevistado. A dimensão (iii) procurou aceder às causas que os entrevistados percebem estar na origem dos comportamentos e práticas problemáticas, procurando-se indagar especificamente se essas causas atribuídas são individuais, relativos às IES, exteriores a elas ou atribuídos a factores mais amplos que orientam a atividade científica e de ensino superior. A dimensão (iv) pretende ficar a conhecer os mecanismos de controlo social formais e informais percebidos pelos entrevistados, especificamente a existência de averiguações de denúncias ou de sanções.

A primeira questão, considerada preliminar, pretendeu recolher dados socio-demográficos do entrevistado, especificamente a sua categoria e experiência profissional. Simultaneamente, cumpria as funções de habituação à situação de entrevista. Aqui se indagaram os indivíduos acerca da sua categoria profissional ao momento da entrevista, disciplina de origem e de pertença e percurso profissional. Pretendeu-se ainda abrir a possibilidade de maior entrosamento e à vontade entre entrevistador e entrevistado, de forma a se construir progressivamente um ambiente de confiança potenciador da espontaneidade das respostas. O objeto de estudo foi de

seguida devidamente apresentado aos entrevistados, ainda que já o tivesse sido anteriormente em contacto prévio, garantindo-se as regras de confidencialidade e anonimato dos dados.

A segunda questão, introdutória ao tema e ampla, pretendeu verificar se, espontaneamente, os entrevistados avançavam com a problematização dos comportamentos e práticas alvo do presente estudo. Simultaneamente, permitiria um primeiro acesso à perceção das características da IES e das exigências da atividade profissional, já que remetia para as práticas profissionais tal como vivenciadas no dia-a-dia.

A terceira questão provou ser de resposta difícil, em virtude de exigir um exercício de abstração, generalização e comparação – tratava-se de indagar se os entrevistados reconheciam a existência de diferenças ou semelhanças na comparação entre o seu país e outros que conhecem em termos profissionais, no tocante à transparência, legalidade e ética. Face à dificuldade encontrada na obtenção de respostas esclarecidas, e porque o uso da entrevista o permite, estas questões foram sendo progressivamente introduzidas ao longo já da entrevista e parcelarmente (por exemplo, “quando consideramos a ética, e aproveitando que tem a experiência de diferentes países, se pudesse comparar Portugal com outros países, nomeadamente o Reino Unido, acha que há diferenças?”). No fundo, procurou afinar-se a questão à concreta experiência dos entrevistados, simplificando-a simultaneamente.

O grupo de questões seguintes constituía o que podemos chamar de corpo da entrevista (Ruquoy, 1995, p. 78). Aqui se questionaram os entrevistados sobre os comportamentos e práticas reveladas problemáticas na revisão de literatura. Desse modo, os entrevistados foram inquiridos acerca do potencial conhecimento de situações em que indivíduos ou grupos tivessem manipulado dados, plagiado obras de terceiros, votado em situações de júri por questões não diretamente ligadas ao mérito científico do candidato, afastado das boas práticas de docência, afastado das boas práticas de investigação ou mantido relações privilegiadas ou próximas com diferentes tipos de poder (político, económico, mediático ou outros), o que remeteria potencialmente para as situações de CoI. Sempre que responderam afirmativamente ao conhecimento de qualquer uma destas situações, foi pedido aos entrevistados (quando não o faziam espontaneamente) que descrevessem a situação. Foram indagados acerca das causas e consequências percecionadas. Muitas

vezes esta informação foi prestada espontaneamente, outras vezes foi questionada no final de cada conjunto de respostas sobre um comportamento (por exemplo, o plágio) ou já só no final da entrevista (o que se revelou mais eficaz para os poucos entrevistados que se mostraram mais reservados e menos articulados nas suas respostas).

Finalmente, o guião de entrevista terminava com uma questão aberta que pretendia permitir aos entrevistados exprimirem-se sobre situações consideradas problemáticas e não indagadas diretamente. Em muitas destas situações os entrevistados debruçaram-se sobre casos de assédio sexual, aproveitaram para concluir com algumas propostas de prevenção ou sanção para comportamentos problemáticos ou aprofundaram ainda mais as causas apresentadas. No final, a questão aberta foi amplamente usada para sintetizar o que havia sido dito até ali e hierarquizar as preocupações do entrevistado (Mikecz, 2012; Poupart, 2012; Ruquoy, 1995).

Como veremos aquando da descrição da amostra, as entrevistas foram realizadas em diferentes países europeus. As entrevistas em Portugal, uma na Holanda e outra a um académico no RU foram conduzidas em português; as entrevistas na Holanda e Bélgica, bem como três no RU foram feitas em inglês. A única entrevista conduzida em francês foi realizada na Suíça.

Apesar de todos os interlocutores se revelarem ouvintes e falantes de inglês, houve níveis diferentes de dificuldade na compreensão das questões e das respostas. Será, obviamente de admitir que quando um indivíduo não utiliza a sua língua-mãe, mas antes tem que recorrer a uma segunda língua, a estrutura de pensamento, a flexibilidade lexical, o esforço despendido e a celeridade nas respostas se alterem. As dificuldades mais marcadas foram sentidas em duas das entrevistas na Bélgica ainda que a autora sempre tenha dado a possibilidade de se realizarem em francês. No entanto foram claramente a exceção. No geral, os entrevistados mostraram-se relativamente à vontade quando se expressaram em inglês no caso de ser esta a segunda língua – muito provavelmente porque detêm já o domínio do inglês especializado e técnico que usam de forma rotineira nas suas atividades científicas e de docência.

No entanto não é de descartar enviosamentos em virtude da necessidade, para alguns deles, de se munir de uma segunda língua. O mesmo se passa quanto à autora. Apesar de se sentir relativamente à vontade na compreensão de várias línguas, incluindo o francês e o inglês, não é de rejeitar a possibilidade de poder haver enviosamentos em

virtude da língua usada, e, mais ainda, em virtude de possíveis traduções literais de realidades culturais desconhecidas à autora ou em caso de expressões altamente especializadas, nomeadamente no caso dos entrevistados provenientes das ciências exatas. No entanto, neste ponto, considerando-se a experiência da autora do presente trabalho na leitura de textos científicos e de epistemologia, bem como toda a sua preparação prévia à realização das entrevistas, cremos que a dificuldade no acesso aos significados foi claramente minorada.

Previamente à entrevista, todos os entrevistados foram contactados por correio eletrónico ou pessoalmente. O contacto pessoal foi mais comum nos casos em que os entrevistados estavam próximos geograficamente e de algum modo já faziam parte da rede de conhecimentos da autora. Neste primeiro contacto, presencial ou por correio eletrónico, o objeto do estudo foi claramente definido, foi pedida autorização para registo de som, garantidas as regras de confidencialidade e anonimato dos dados e indicada a duração aproximada da entrevista. O consentimento informado foi dado oralmente por todos os entrevistados. As entrevistas duraram entre quarenta e cinco minutos e pouco mais de duas horas, tendo durado em média uma hora e quinze minutos. No total, o conjunto das vinte e sete entrevistas originou cerca de 500 páginas de texto transcrito.

Consideramos aqui que os entrevistados se aproximam em muito do que se tende a definir como elite e a literatura indica que devem existir precauções metodológicas específicas para este grupo (Mikecz, 2012; Stephens, 2007). Apesar de os membros das elites poderem ser mais visíveis, muitas vezes torna-se difícil aceder ao terreno em virtude do seu tempo ocupado com atividades profissionais, da existência de intermediários que podem dificultar o acesso ou da potencial diferença de estatuto. Por essa razão, as entrevistas foram marcadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados (Morrissey, 1970, cit. in Stephens, 2007). Apesar de, por exemplo, na Bélgica e Holanda a autora apenas se poder demorar alguns dias, foi feito o máximo esforço para responder à disponibilidade manifestada pelos entrevistados.

O mesmo se passou em relação ao local da entrevista. À exceção de dois casos, que ocorreram em espaços públicos, e um outro que sucedeu na casa do entrevistado, as restantes entrevistas aconteceram ou no local de trabalho dos entrevistados, ou no local de trabalho da autora. Nos espaços públicos, considerados por alguns autores como o

local ideal em virtude dos potenciais de neutralidade que oferece (Stephens, 2007), o ruído de fundo e o movimento provocou algumas distrações e perturbou seriamente a qualidade da gravação – num caso foi mesmo necessário recorrer a um profissional para ‘limpar’ os sons de fundo.

Sempre que os entrevistados acederam falar no seu local de trabalho, encontravam-se sozinhos (com exceção de um entrevistado em cujo gabinete estava a trabalhar uma assistente que, no entanto, se ausentou durante toda a duração da entrevista), em ambientes onde, aparentemente, se sentiram relativamente confortáveis e seguros para falar abertamente. As regras da entrevista sugerem que este poderá não ser o melhor local em virtude de potenciar o desnivelamento entre entrevistado e entrevistador (Stephens, 2007) – no entanto, em todos os casos, a autora, aquando da entrevista, sempre se sentiu confortável e recebida com toda a polidez que as regras sociais impõem nestas situações, sem se sentir intimidada em vez nenhuma. Quando as entrevistas ocorreram no local de trabalho da autora, tal aconteceu por razões de oportunidade (por exemplo, académicos que haviam sido contactados e que, ao visitarem o Porto por qualquer outra razão, acederam de bom grado a deslocar-se à Faculdade de Direito da Universidade do Porto), procurou-se garantir um local sem interferências externas e ruídos, onde não se viessem a dar interrupções. Nestes pontos (local e tempo da entrevista), a autora fez o máximo esforço para respeitar a disponibilidade dos entrevistados.

À exceção de dois entrevistados, todos os restantes consentiram no uso de um aparelho de registo de som. É comum afirmar-se que o uso de aparelhos de registo, desde que subtils, é preferível à toma de notas manualmente pois o sistema manual acaba por distrair o entrevistador dos sinais linguísticos, corporais e contextuais transmitidos no momento (Fontana e Frey, 2000; Poupart, 2012). Para o presente trabalho, a autora, que conduziu pessoalmente todas as entrevistas, começou por usar um sistema de registo analógico, em microcassetes. No entanto, este aparelho avariou-se a meio do processo de investigação e foi a causa da eliminação de uma das entrevistas realizadas no RU. A partir desse momento passou a usar-se um telemóvel de alta qualidade que, face ao anterior, se mostrou um objeto mais familiar para os entrevistados e menos visível durante o processo de entrevista. Um dos entrevistados que não autorizou o registo de som ensaiou uma justificação com base em algum desconforto em sentir as suas palavras gravadas, mas nenhum deles tomou como causa para a sua opção a

sensibilidade do tema. Nestes casos, foram tomadas notas manualmente o que obviamente pode diminuir um pouco a riqueza da informação e a originalidade das expressões, mas não limitou a recolha de dados relevantes.

Ainda que a entrevistadora não o tenha demandado diretamente, muitos dos entrevistados confessaram aceder ao pedido de entrevista quer porque o mediador que originou a *snowball* lhes era relevante, quer porque valorizavam a relação prévia de amizade ou cordialidade com a entrevistadora ou seus orientadores e tinham, por isso, vontade de auxiliar, quer porque reconheciam ter preocupações específicas sobre o tema ou porque tinham curiosidade em contribuir.

O facto de serem indivíduos com elevadas qualificações académicas, incluindo um doutoramento terminado ou em vias de terminar, habituados ao pensamento abstrato, construção de hipóteses, teorização e reflexividade, permitiu a obtenção de respostas claras e ricas. No entanto, estas excelentes capacidades de comunicação, o facto de alguns (nomeadamente os professores catedráticos, com longos e relevantes percursos na área) estarem habituados a ser entrevistados em diversas situações, a serem ouvidos em múltiplas instâncias, pode conduzir a uma perda de controlo do entrevistador da situação de entrevista. A literatura sobre entrevistas a elites (Mikecz, 2012; Stephens, 2007) indica que os entrevistados podem, por isso, adotar um tom paternalista face ao entrevistador especialmente em virtude da diferença de estatuto, ter tendência a dominar o curso da entrevista e a deixar-se cair em monólogos que se afastam progressivamente do tema, ou a dar uma leitura do tema “politicamente correta”. Eventualmente será de esperar “*gate-keeping questions*” (Stephens, 2007) considerando o conhecimento e prestígio adquirido pelos membros da elite.

No geral, os entrevistados revelaram-se extremamente articulados nas suas respostas, capazes de gerar reflexões aprofundadas e estruturadas sobre os temas em análise, com capacidade para transmitir oralmente as suas perceções, opiniões ou valorações pessoais. Foram raras, ainda que existentes, as situações em que os entrevistados tentaram impor temas não relevantes, como sucedeu por exemplo, com a fraude cometida por alunos, ou a problematização do assédio sexual. Estes temas não foram analisados por não se prenderem com o presente objeto de estudo. Muitas vezes os inquiridos revelaram curiosidade em ‘aprender’ com a entrevistadora, nomeadamente os

termos técnicos de comportamentos que reportaram como problemáticos (p. ex. o autoplágio) ou dados de estudos anteriores sobre o mesmo tema.

Técnica de amostragem e caracterização da amostra

A amostragem foi teórica, tendo-se optado por aceder a um conjunto de académicos com características consideradas relevantes para a análise. Vimos anteriormente que Pires (2012a) sugere que, quando se visa apreender os sistemas valorativos, normativos, de representações próprios de um grupo social ou subcultura, se deve proceder a uma amostragem de casos múltiplos de microunidades sociais. É precisamente o que sucede no presente caso. As entrevistas permitirão, pretende-se, ganhar acesso às perceções e atitudes de um grupo restrito de indivíduos, os académicos, portadores de uma (sub)cultura específica, que devem funcionar aqui como elementos de uma constelação do sistema de valores e práticas sociais em que se inserem. O entrevistado é considerado um informante:

“necessita-se dele para obter algumas informações sobre o objeto. Trata-se (...) de conhecer o seu ponto de vista sobre o desenvolvimento dos factos ou o funcionamento de uma instituição ou de apreendê-lo através da sua própria experiência; de dar conta de seus sentimentos e perceções sobre uma experiência vivida; de ter acesso aos valores de um grupo (...) que ele conhece a título de informante-chave” (Pires, 2012a, pp. 194-195)

Aceder ao entrevistado permite assim a obtenção de informação, a contextualização dessa informação e o confronto com outros factos ou experiências, bem como a análise crítica sobre um conjunto de crenças ou de práticas. Ainda que concorde com a posição do entrevistado como testemunha privilegiada, observador com saber especializado, Poupart (2012) refere que podem haver dúvidas quanto ao crédito a dar ao informante. Tratar-se-á de um intérprete, de um criador de novidades, fornecerá um mero ponto de vista? É nosso entender que através desta conceção temos acesso a interpretações de segmentos da realidade face aos quais o entrevistado-informante detém especial conhecimento ou sensibilidade, podendo dar dos fenómenos um relato mais aprofundado e em consonância com as representações do grupo ao qual pertence.

Assim sendo, não é a representatividade estatística que vai ser perseguida na constituição da amostra, mas a diversificação de modo a que se obtenha um espectro o mais amplo possível das situações e problemas. Para obter esta abrangência e variedade é necessário diversificar os casos. Vimos já que, para Pires, a diversificação pode ser externa (intergrupo) ou interna (intragrupo). Consideramos que, no presente caso, devemos proceder a uma diversificação interna visto que as entrevistas são realizadas a indivíduos no seio de um grupo mais ou menos restrito (investigadores científicos e docentes do ensino superior), onde os indivíduos são relativamente homogéneos em termos do estatuto socioeconómico, estatuto social e mesmo etnia e género. Deste modo, a par desta homogeneidade, é preciso encontrar o máximo de diversidade nos casos inquiridos para que se possa proceder a um estudo exaustivo e em profundidade de um determinado grupo ou subcultura.

Posto de outra forma, e ainda segundo Pires, numa amostra por homogeneização, onde se estuda “ *um meio organizado pelo mesmo conjunto de relações socioculturais*” (Pires, 2012a, p. 200), há que escolher os informantes através de critérios de diversificação, ou seja, procurando-se obter os informantes os mais diversos possíveis dentro do grupo. Para tal consideram-se variáveis gerais, como a idade ou o género, bem como variáveis particulares do grupo. O autor enuncia que, através do uso destes critérios, pode ser complicado prever-se de antemão o número de entrevistas a realizar, podendo dar-se a necessidade de, eventualmente, alterar os critérios. No presente caso, não foi imposto qualquer limite inicial ao número de entrevistas a obter, é certo, mas não se revelou necessário mudar os critérios inicialmente identificados e que iremos apresentar já a seguir.

Diz ainda Pires que a técnica de *snowball* pode revelar-se especialmente útil para aceder a dados ocultos do grupo ou questões sensíveis, como entendemos que é este o caso. Efetivamente, aconteceu em algumas situações não existir uma rede de contactos disponível, o que dificultou selecionar os entrevistados estritamente em função dos critérios de amostragem teórica enunciados. Quando tal não foi possível, foi usado o método de *snowball*, pelo qual um indivíduo indica outras pessoas a entrevistar – deste modo, se abre uma rede de contactos desconhecidos para a autora mas, mais importante, os novos sujeitos contactados reconhecem o elemento intermediário e, potencialmente, acedem mais facilmente ao pedido de entrevista. Este foi o procedimento usado na

Bélgica e na Holanda. Nos restantes países, a amostragem foi teórica em função dos eixos que agora se expõem.

Porto isto, a diversificação interna, que se aproxima no fundo daquilo que outros autores identificam como amostragem teórica, foi construída em torno dos seguintes eixos:

- país onde atividade profissional é/foi desenvolvida
- posição ocupada na carreira académica
- área científica de formação e de docência ou investigação
- género

A etnia não foi considerada como critério nem de inclusão, nem de exclusão na amostra: todo/as o/as entrevistado/as eram caucasianos, mesmo quando as entrevistas foram realizadas em países onde a heterogeneidade étnica poderia vir a ser mais sentida, como no caso do Reino Unido. Estudos recentes nos EUA e no RU indicam que a atividade académica “*remains predominantly ‘white’*” (Becher e Trowler, 2001, p. 153), o que poderá explicar esta ausência de minorias étnicas na amostra obtida.

A idade também não foi considerada como critério relevante, pois mais importante se revelava a posição na hierarquia da carreira. Tendencialmente, ainda que possa depender das áreas científicas em questão, os académicos mais jovens ocupam posições mais baixas na carreira. No entanto, considerando que não seria o critério etário a enriquecer a análise, a atenção foi orientada para a categoria profissional, supondo-se que pessoas em diferentes patamares da hierarquia, independentemente da idade, poderiam ter perceções e atitudes diferenciadas face aos comportamentos indagados e sua gravidade.

A duração do contacto dos sujeitos com a academia não foi, igualmente, critério de constituição da amostra. Ainda que se pudesse pensar que esta duração poderia estar de algum modo emparelhada com a posição na carreira, considerou-se mais proveitoso supor que indivíduos na mesma posição profissional possam ter tido contactos de duração variada com as atividades de investigação ou docência.

A amostra também não foi constituída em torno da específica IES onde os indivíduos exercem a sua atividade. Visto que o objetivo não é o de analisar a perceção e atitude dos académicos face aos comportamentos no interior da específica IES onde exercem ou

exerceram a sua atividade, este critério não foi considerado. Supusemos mais relevante, por razões que apresentaremos adiante, o critério do país onde atividade profissional é ou foi desenvolvida.

Vejamos, então, a razão para a constituição da amostra em torno daqueles eixos: país onde atividade profissional é ou foi desenvolvida; posição ocupada na carreira académica; área científica de formação e de docência ou investigação; género. Um quadro síntese da amostra pode ser encontrado no Anexo 4.

(i) *país onde atividade profissional dos entrevistados é ou foi desenvolvida*

Relembrando que tomamos como área geográfica de análise as IES europeias, mostrou-se imperativo selecionar específicos países para conduzir o estudo. É hoje em dia claro que as IES europeias procuram cumprir uma série de requisitos e funções que devem ser enquadradas no âmbito de iniciativas da União Europeia, ou de parcerias transnacionais ao nível europeu. O mapa europeu não é apenas geográfico ou geoestratégico, mas claramente científico-político – e estas políticas europeias (sejam ou não comunitárias) desenham a configuração não apenas da atividade científica mas também das organizações científicas no seio do continente europeu. As IES tornaram-se um elemento central de desenvolvimento na Europa e centro atrator para os jovens europeus.

Limites de tempo e de orçamento impossibilitaram a realização de entrevista a indivíduos em cada um dos países europeus, pelo que os países selecionados foram-no em função de critérios de relevância e de facilidade de acesso. Deste modo, foram selecionados Portugal, Reino Unido, Bélgica, Holanda e Suíça como os países para a condução das entrevistas.

A opção por Portugal é relativamente simples de justificar. Tendo já realizado um estudo anterior no país (Faria, 2009; Faria e Agra, 2012), de carácter exploratório, seria importante fazer continuar a análise, desta feita de forma mais aprofundada e abrangente, sobre as perceções e atitudes dos académicos face aos comportamentos problemáticos na investigação científica e ensino superior. Pode-se entrever, deste modo, a possibilidade de atualizar os resultados do estudo anterior, ao mesmo tempo que este novo trabalho de investigação procura ir para lá do nível micro de análise,

buscando os níveis meso e macro que, claramente, estavam em falta no primeiro estudo. A facilidade de acesso aos entrevistados está, por seu turno, muito mais facilitada para a autora, em virtude de ela própria realizar a sua atividade profissional no país, onde dispõe da sua rede de contactos e de um conhecimento privilegiado da situação da investigação científica e do ensino superior, pelo menos nos últimos anos. Ao mesmo tempo, Portugal é aqui considerado representante dos países do Sul da Europa, onde se incluem normalmente também a Grécia e Espanha, que usualmente se considera terem conceções e funcionamentos diferentes das IES, realização do trabalho académico, constrangimentos políticos e orçamentais, por comparação com os países do norte da Europa, normalmente mais bem posicionados nos *rankings* internacionais quanto aos indicadores de desenvolvimento social. Foram realizadas treze entrevistas a académicos a trabalhar em Portugal.

A opção pelo Reino Unido foi bastante clara e rápida de tomar. Vários são os autores que aproximam o modelo do RU ao modelo dos EUA, diferenciando-o, apesar do processo de aproximação e uniformização conduzido pela UE, do restante modelo continental (Becher e Trowler, 2001; Hedgecoe, 2012; Nowotny *et al.*, 2001). O domínio da língua inglesa no processo de internacionalização das ciências também é um elemento a reter. A hegemonia linguística e cultural do mundo anglo-saxónico é um facto cada vez mais difícil de ignorar e pode ser confirmado quando se refere a importância de se publicar em revistas científicas de língua inglesa, que, quantitativamente, dominam o mercado das publicações científicas referenciadas. O facto de a maior parte das conferências, cursos, seminários ou encontros científicos internacionais serem predominantemente em inglês também é relevante para este ponto. No presente trabalho, o acesso às IES do RU também foi facilitado em virtude da autora ter usufruído de uma bolsa concedida pelo Programa Erasmus, que lhe permitiu permanecer no RU durante três meses, a fazer recolha de dados usados neste trabalho e revisão de bibliografia relevante sobre o objeto de estudo. Temos, deste modo, o RU como representante dos países anglo-saxónicos. Foram conduzidas três entrevistas válidas a académicos a trabalhar no RU, mas, tal como mencionado antes, a quarta entrevista foi inutilizada por problemas técnicos no registo de som.

A opção pela Bélgica pretendeu preencher a representação dos países do centro da Europa e com proximidade à tradição francófona e continental do ensino superior e da investigação científica. Simultaneamente, considerando as redes de contacto da autora e

do seu orientador com algumas IES do país, o acesso aos entrevistados seria bastante facilitado e os custos dos contactos suportáveis. Na Bélgica foram realizadas seis entrevistas.

A escolha da Holanda, como quarto local para a recolha de dados, deveu-se a dois fatores principais, sendo um deles de ordem prática. Enquanto país do Norte da Europa, onde os indicadores de desenvolvimento, incluindo investimento em I+D e no ensino superior em geral, sempre se revelaram fortes, devido em grande parte ao modelo político e social existente, tornava-se relevante a obtenção de dados de um país mais próximo do modelo nórdico. Graças a um convite lançado à autora do presente trabalho para colaborar durante uma semana na *Louk Hulsman Foundation*, com sede em Dordrecht, foi possível durante aquele período de tempo aceder a uma vasta rede de contactos na académica, a custos suportáveis. Aqui foram realizadas 4 entrevistas.

Finalmente, houve interesse em obter um ‘caso desviante’ pelo que se optou pela realização de uma entrevista na Suíça. Este caso foi considerado desviante em virtude (i) de se saber de antemão que a entrevistada estava altamente envolvida na deteção de comportamentos considerados problemáticos, concretamente casos de plágio, (ii) da Suíça não fazer parte da União Europeia, ao contrário de todos os outros países mencionados, mas representar os países europeus não pertencentes à União, (iii) da especial situação linguística e económica do país; (iv) dos constrangimentos de tempo e orçamento da autora, que se verificaram estar mais vincados neste caso, em comparação com os restantes e (v) da ausência de uma rede de contactos prévios que pudesse auxiliar mais adequadamente a busca de entrevistados. Na Suíça foi realizada uma entrevista.

Foram realizadas, portanto, 27 entrevistas no total, descartando a entrevista inutilizada por problemas técnicos e realizada no RU.

(ii) *posição na carreira académica*

Pretendeu-se obter a maior diversidade possível na distribuição dos entrevistados pelos vários patamares da carreira académica. Apesar das diferenças entre países nos modos de acesso à carreira, de passagem para escalões superiores, de práticas de avaliação, de duração de contratos, de remunerações, de tarefas adscritas, de estatuto social ou de

regras de aposentação, apenas buscámos objetivamente aferir da categoria profissional ao momento da entrevista. Enquanto critério de constituição da amostra, este foi um fator considerado relevante para obter a diversidade intra-grupo (Pires, 2012a) necessária a uma melhor e mais ampla compreensão das atitudes e percepções dos académicos acerca dos comportamentos problemáticos objeto de análise.

Deste modo, entre os entrevistados obtivemos onze professores catedráticos (*full professor*), cinco professores associados (*associate professor*), quatro professores auxiliares (*assistant professor*), três investigadores juniores, dois investigadores seniores, um assistente (*assistant lecturer*) e um aluno de pós-doc. Exceto os onze professores catedráticos e o investigador sénior, todos os restantes entrevistados teriam ainda, ao menos teoricamente, que se submeter a processos de avaliação pelos pares para ascensão na carreira. Salientamos desde já a grande proporção de professores catedráticos que aceitaram ser entrevistados.

Considerando que houve fases em que foi necessário usar a técnica de *snowball* para constituição da amostra, não será de espantar que o primeiro elemento contactado venha sugerir colegas com mais visibilidade ou ‘autoridade’ sobre assunto, donde se explicaria a prevalência de professores catedráticos. Além do mais, o número elevado de catedráticos poderá justificar-se com base na sua especial sensibilidade ao tema, por poderem chamar a si especiais obrigações de socialização dos investigadores mais jovens (a autora, neste caso), nomeadamente porque muitas das vezes os catedráticos ocupam o derradeiro lugar de reguladores, *guardiães* ou *gatekeepers*, pertencendo inteiramente ao que alguns autores chamam o “sistema de autoridade da ciência”. Este prende-se, precisamente, com a possibilidade de avanço na carreira.

Tal como indica Goodstein (2010), nem todos os académicos pertencem à estrutura de autoridade da ciência, mas o contacto progressivo com essa estrutura vai acontecendo com alguma frequência ao longo da ascensão do sujeito na hierarquia da vida académica, em camadas subtis de influência e prestígio que tendem a exercer-se no processo de busca de honrarias (Goodstein, 2010, p. 20). O aspirante a académico deve traçar todo o percurso, com algumas etapas opcionais (receber uma *fellowship* numa universidade diferente daquela que integra), outras claramente obrigatórias (realizar um doutoramento), de modo a obter essas mesmas honrarias e distinções. O prestígio do departamento que integra ou do orientador que tem irão determinar grandemente o nível

de benefícios atribuídos e convites realizados para conferências nacionais ou internacionais, para a obtenção de financiamento ou integração em associações científicas, bem como para se tornar *full professor* (professor catedrático).

Finalmente, em cada uma destas fases o académico encontra vários *gatekeepers* que irão ter uma palavra a dizer na publicação (ou recusa) de artigos científicos, na atribuição (ou recusa) de apoios financeiros, na promoção profissional (ou sua recusa). Estes guardiães tanto surgem na veste de académicos com funções de administração, como na veste de cientistas (pares) que “*are not only your judges, they are also your competition*” (Goodstein, 2010, p. 24). O sistema de autoridade da ciência serve, assim, para regular as atividades científicas, tipicamente numa lógica de colaboração-competição.

Foi a este acesso diferencial ao sistema de autoridade que tentamos também aceder por via da seleção dos entrevistados pelo critério de inclusão da posição na carreira, diversificando o mais possível as categorias profissionais dos entrevistados.

(iii) *área científica*

Ainda na tentativa de diversificar ao máximo a amostra, optou-se por procurar entrevistar indivíduos provenientes de diferentes áreas científicas, pressupondo que estas diferentes áreas poderão veicular perceções e atitudes diferentes face aos comportamentos problemáticos na investigação científica e no ensino superior. Diferentes conceções sobre o objeto de estudo, as abordagens metodológicas, os paradigmas científicos em vigor, o equilíbrio entre docência e investigação podem vigorar entre as várias áreas científicas. A questão do método é especialmente premente neste caso, com as disciplinas muitas vezes sendo divididas entre *hard* e *soft sciences* face ao seu maior ou menor compromisso com o método experimental. A relação entre *empíria* e teoria também se altera entre diferentes disciplinas. O mesmo quanto ao maior ou menor ênfase na ciência aplicada ou pura, entre outros pontos.

O objetivo não é ficar com uma imagem completa de cada disciplina por si mesma. Antes consideramos relevante o modo como a pertença disciplinar dos sujeitos pode moldar ou socializar diferentemente (ou não) os seus membros face à perceção e problematização dos comportamentos e práticas na investigação científica e ensino

superior, à consideração das regras e do controlo social. É isso mesmo que nos dizem Becher e Trowler. Vejamos.

Becher e Trowler (2001) explicam esta questão de forma bastante bem conseguida. Para estes autores existe não uma mas várias comunidades ou tribos académicas com diferentes territórios e diferentes culturas: “*Sets of taken-for-granted values, attitudes and ways of behaving, which are articulated through and reinforced by recurrent practices among a group of people in a given context*” (Becher e Trowler, 2001, p. 23). Donde decorre que o modo pelo qual os académicos realizam as suas atividades, veem os seus objetos de estudo e realizam as suas tarefas intelectuais acaba por influenciar as estruturas das diferentes subculturas disciplinares, incluindo as regras e recursos existentes. Convirá, portanto, perceber que estruturas e culturas são essas e como se manifestam nos diferentes grupos disciplinares (ciências puras, tecnologias e ciências sociais aplicadas), dizem os autores.

Uma das variáveis a considerar é a distribuição de poder que acaba por influenciar a autonomia da disciplina (relação com disciplinas vizinhas) e o seu enquadramento (consenso e controlo em torno do conteúdo transmitido aos recém-chegados). Por isso mesmo, as relações de poder e de controlo social influenciam o conhecimento produzido por determinada comunidade científica. Mais ainda quando se pensa no poder exterior aos académicos: “*Henkel reports that government and European policies have had important effects on the ways that disciplines work, re-shaping practices that had been developing in other directions*” (Becher e Trowler, 2001, p. 37). Exemplos disso são o estímulo do trabalho em colaboração, a divisão entre as tarefas de investigação e de docência ou a busca de financiamentos.

Por outro lado, também o contexto social deve ser tomado em consideração na medida em que os académicos são influenciados pelo que dele recebem e interiorizam, como sejam as ideologias que pré-existem acerca da disciplina em que se inserem e podem moldar as narrativas que dela fazem. Para os autores mencionados é claro: “*we may appropriately conceive of disciplines as having recognizable identities and particular cultural attributes*” (Becher e Trowler, 2001, p. 44). Diferentes disciplinas têm diferentes ídolos, artefactos, literatura e usam linguagens diferenciadas, nomeadamente na forma como desenvolvem, sustentam e expressam argumentos ou conceitos especializados. As ‘tribos’ académicas “*define their own identities and defend their own*

patches of intellectual ground by employing a variety of devices geared to the exclusion of illegal immigrants” (Becher e Trowler, 2001, p. 47). A construção de identidade e a exclusão dos elementos externos fazem parte do modo normal de ser da(s) comunidade(s) científica(s). Estas constroem-se em torno de elementos culturais específicos: tradições, hábitos, conhecimento transmitido, formas de comunicação, símbolos e significados partilhados.

A socialização, a pertença como membro à comunidade é, por isso, parte essencial da formação da identidade do grupo e do indivíduo nesse grupo. Para Becher e Trowler, existem cada vez mais vias de entrada no mundo académico (em anos mais recentes, por exemplo, os académicos podem vir a obter o doutoramento já depois de terem passado vários anos no mercado de trabalho, ao contrário do que sucedia anteriormente): de modo que se deve assumir que os indivíduos, em vez de adotar um papel ou forma de ser, constroem “*a personal and professional identity, set of values, taken-for-granted knowledge and recurrent practices*” (Becher e Trowler, 2001, p. 48). E ainda que se acredite no poder de criação e de agência dos indivíduos, é necessário compreender que essa agência se faz no interior de limites impostos pela disciplina ou área a que pertencem: os recém-chegados são socializados em códigos de conduta, práticas, convenções, regras que condicionam o modo com interpretam e interagem com o mundo profissional. O que é necessário sublinhar é que esta identidade profissional se faz por via da interação e não da mera assimilação acrítica dos valores, atitudes e práticas. Existem camadas de “conhecimento tácito” que são externas ao indivíduo e definidas em comunidade, nomeadamente em torno de aspetos técnicos da profissão. E existe também um conhecimento que deve ser adquirido pelo próprio acerca do que é a disciplina em que se encontra e os valores que a regem.

Posto de outra forma, existem regras formais, consensuais, *de jure*, que são as normas avançadas por Merton e já vistas supra e existem ainda outras regras de conduta, um “*savoir faire which consists in knowing how to handle these conflicting rules, when to invoke one and perhaps practise [sic] the other*” (Becher e Trowler, 2001, p.50).

Uma comparação entre os académicos recém-chegados e os professores de carreira demonstra a diferença de posicionamento face às regras e respetivo conhecimento – é pelo menos o que esperamos ao estruturar a amostra quer em torno da disciplina, quer em torno etapa profissional de que falámos acima.

Desta forma, consoante o território construído e interpretado pela ‘tribo’ académica, ou seja, consoante a identidade e autonomia disciplinar, poderá haver formas diferentes de lidar com os comportamentos e práticas problemáticas, seja ou não plágio, manipulação de dados ou qualquer outra situação. As “comunidades disciplinares convergentes” caracterizam-se por uma malha formada por ideologias, valores, julgamentos de qualidade, identidade de pertença a tradições, consenso acerca do conteúdo, etc., que é apertada e bem definida. Têm fronteiras claras e fortes sentimentos de pertença, de modo que:

“deviations from the common cultural norms will be penalized and attempts to modify them from the outsider will be rejected. Any systematic questioning of the accepted disciplinary ideology will be seen as heresy and may be punished by expulsion; any infiltration of alien values and practices will be appropriately dealt with, either by direct resistance or by tacit incorporation into the prevailing framework of thinking” (Becher e Trowler, 2001, p. 59).

Pelo contrário, as “comunidades disciplinares divergentes”, cujos limites e malha interna são indefinidos, onde falta um sentimento de coesão e identidade, apresentam fronteiras pouco definidas e fraco núcleo intelectual partilhado, os académicos rapidamente absorvem ideias e técnicas de territórios intelectuais vizinhos e partilham identidades profissionais com outras áreas, aí o sentido das regras e dos comportamentos e práticas que delas se afastem será menos sentido porque essas regras são elas mesmas menos claras.

Posto isto, resta-nos descrever a amostra obtida em termos da pertença disciplinar. Das vinte e sete entrevistas validadas, sete entrevistados referiram pertencer à Criminologia no momento da entrevista, três à Sociologia, dois às Ciências Farmacêuticas, dois ao Direito, dois à Física, e os restantes às ciências biomédicas (1), ao Urbanismo (1), Ciências da Enfermagem (1), Filosofia (1), Química (1), Economia (1), Biologia (1), Matemática (1) Electroquímica (1), História (1) e Comunicação (1). A grande proporção de entrevistados que se identificam disciplinarmente com a Criminologia tem duas justificações. Por um lado prende-se com a rede de contactos da autora e seus orientadores, que provêm precisamente daquela área. Por outro lado, e este ponto parece-nos mais relevante que o anterior, a Criminologia, dada a sua especificidade, é

muitas vezes composta por aglomerados de pessoas provenientes de outras disciplinas científicas.

Efetivamente, enquanto os entrevistados da Física, do Direito, das Ciências Farmacêuticas, etc., não indicaram uma filiação disciplinar prévia diferente ou complementar, dos sete entrevistados que mencionaram estar a trabalhar na área da Criminologia, 3 era inicialmente provenientes da Sociologia, um da Estatística e um outro da Antropologia. Mas tal também não é exclusivo da Criminologia. Por exemplo, um dos entrevistados atualmente a trabalhar na Sociologia provinha da Economia, outro a trabalhar nas biomédicas tinha formação inicial na Bioquímica.

Para fazer face à diversidade, podemos distinguir mais amplamente do seguinte modo: foram realizadas entrevistas a 17 indivíduos nas Ciências Sociais e 10 nas Ciências Exatas e da Saúde. Note-se, no entanto, que a partir do momento em que procurámos distinções e regularidades, já na fase da análise de dados, verificamos que no campo amplo das ciências sociais seria necessário distinguir em muitos dos aspetos questionados os três entrevistados do Direito e da Filosofia. Como veremos, estes apresentam padrões de respostas diferenciados, pelo que foi feita a sua distinção na categoria Direito/Filosofia (tabela 7).

Tabela 7: caracterização da amostra: área científica e posição na carreira

Posição na carreira	Área científica			Total
	Ciências exatas e da saúde	Ciências Sociais e Comport.	Direito/ Filosofia	
Professor catedrático	4	6	1	11
Investigador junior	0	3	0	3
Professor Auxiliar	2	1	1	4
Professor Associado	2	3	0	5
Assistente	0	0	1	1
Investigador senior	1	1	0	2
Aluno pós-doc	1	0	0	1
Total	10	14	3	27

(iv) *género*

Vários autores afirmam que historicamente e ainda nos dias de hoje, a comunidade científica tende a ser altamente discriminatória para com as mulheres. Os estudos tendem a mostrar que estas veem as suas oportunidades diminuídas face aos seus pares masculinos. Becher e Trowler (2001, p. 19) afirmam que “[G]ender regimes in universities have traditionally been profoundly unwelcoming to women and had allowed the unacknowledged exploitation of their work.”

Dada esta não similitude de posicionamento e porque se trata de uma variável demográfica relevante na compreensão dos valores, atitudes e perceções dos indivíduos, procurou-se diversificar a amostra, buscando-se obter entrevistados de ambos os géneros ainda que, em termos estatísticos, os homens possam estar sobrepresentados em muitas das disciplinas ou nos postos cimeiros da hierarquia académica.

A amostra constituída para o presente trabalho de investigação contou com catorze entrevistados do género masculino e treze do género feminino. Quando cruzamos a informação acerca do género com a fase na carreira, a sobrerrepresentação do género masculino nos lugares de topo parece confirmar-se, pois dos oito indivíduos designados como catedráticos, apenas duas são mulheres. Em compensação, as categorias profissionais mais baixas de investigador júnior, assistente, e professor associado (nove entrevistados) concentram sete entrevistadas do género feminino (tabela 8).

Tabela 8: caracterização da amostra: género e posição na carreira

Posição na carreira	Género		Total
	Fem	Masc	
Professor catedrático	3	8	11
Investigador junior	2	1	3
Professor Auxiliar	2	2	4
Professor Associado	3	2	5
Assistente	1	0	1
Investigador senior	1	1	2
Aluno pós-doc	1	0	1
Total	13	14	27

Potenciais enviesamento na recolha de dados

Poupart (2012) identifica três tipos de fontes de enviesamentos na situação de entrevista: (i) ligados ao dispositivo de investigação – forma de indagar, técnicas de registo, circunstâncias de tempo e lugar; (ii) referentes ao contexto, que pode conduzir à mentira ou não resposta por medo de represálias ou limitações na articulação livre do discurso, e (iii) atribuídas ao entrevistador – tipos de intervenção (verbais e não verbais), atitudes, pressupostos, características sociodemográficas (idade, género, classe social), a homologia ou diferença com o entrevistador.

Quanto ao primeiro conjunto de enviesamentos, condicionados pelo dispositivo de investigação, as formas de indagar nas entrevistas realizadas, o respeito pelos silêncios, o respeito pela disponibilidade dos entrevistados, a normalização de respostas do tipo “não sei, não conheço”, a não contradição do entrevistado e a procura de técnicas de registo subtis, incluindo o manual quando não foi permitido o uso de máquinas, permitem afirmar da baixa probabilidade de enviesamentos. No entanto, como mencionado, o uso do inglês com entrevistados não nativos de inglês, pode ter feito diminuir a espontaneidade e adequação das repostas. Para o evitar, sempre que os entrevistados mostraram dúvidas acerca de expressões ou perguntas, a entrevistadora procedeu à reformulação e eventualmente pontuando com exemplos sintéticos que permitissem a identificação do que estava a ser questionado.

Como já foi mencionado, e respondendo ao segundo conjunto de potenciais fontes de enviesamento, tentou-se que o contexto das entrevistas fosse o mais confortável possível, no caso de ser em local não familiar para o entrevistado, como aconteceu quando se realizaram na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Sempre que os inquiridos sugeriram a sua realização no gabinete próprio, encontravam-se sozinhos e, ainda que tivessem existido, as interrupções não limitaram o curso da entrevista.

Quanto aos enviesamentos provocados pelo entrevistador, há que demorar um pouco mais em analisá-los.

A entrevistadora procurou, em todas as situações, abordar os entrevistados com o máximo de respeito e de acordo com as regras de sociabilidade estabelecidas, vestindo-se de forma que considerou adequada face aos usos do grupo social, mostrando-se grata pelo tempo despendido, respeitando os silêncios, reformulando sempre que necessário, numa escuta empática e atenta, evitando interrupções do entrevistado e sintetizando as

ideias principais sempre que se revelou necessário. A idade e a classe social da entrevistada não foram reveladas pelo que o impacto no conteúdo do dito se presume despreciada; quanto ao género, a entrevistada não registou qualquer diferença de comportamento ou de abertura dos entrevistados face a essa dimensão, à exceção de um que se referiu expressamente ao género da entrevistadora para frisar uma ideia.

Já a homologia ou diferença de estatuto entre entrevistador e entrevistado levantam algumas questões. Efetivamente, a autora do trabalho pertence ao mesmo grupo profissional dos entrevistados, está familiarizada com muitas das características da profissão e das IES descritas pelos sujeitos. Nesse sentido, Davies *et al.* (2011, pp. 348-349) referem a possibilidade de se conduzir uma *insider research*, ou seja, uma investigação realizada no seio de um grupo social por alguém que é membro desse grupo. Referem que as vantagens podem estar presentes no acesso ao terreno, na compreensão da linguagem e dos problemas e na maior capacidade de *insight*. No entanto, esta investigação ‘de dentro’ pode ter facetas negativas no sentido em que o conhecido é tomado como um dado, inexistindo atitude crítica face às narrativas e não se problematizando os pressupostos partilhados. No entanto, a entrevistadora apresentou-se sempre como estudante de doutoramento, frisando precisamente essa característica, o que pretendia vincar a diferenciação entre os sujeitos da interação, especialmente face aos entrevistados no topo da carreira académica.

No entanto, Mikecz (2012) refere que a posição dos entrevistados de elite é sempre dotada de mais poder do que a do entrevistador, pelo que este poderá ter que enfatizar as suas competências académicas ou profissionais ou afiliação institucional para reequilibrar a relação. É certo que a entrevistadora muitas vezes sentiu ser alvo de maior empatia em virtude da sua filiação institucional, pelo nome dos orientadores adscritos ao projeto ou do intermediário que havia facilitado a *snowball*, bem como pelo facto de ser uma ‘colega’ a realizar investigação.

Podemos dizer aqui, seguindo Mikecz, que não existem oposições entre *insider* e *outsider*, mas antes um *continuum*. Ou, segundo Alridge (1993, cit. in Stephens, 2007), será de apontar não apenas as divergências mas também as semelhanças e aspetos partilhados entre entrevistado e entrevistador. É certo que a entrevistadora pertence ao mesmo grupo profissional que estuda, o que lhe permite melhor acesso aos códigos de conduta, às regras expressas e implícitas referidas pelos entrevistados, melhor acesso ao

significado e importância de determinadas expressões ou exemplos. Mas também é certo que a entrevistadora não pode ter a pretensão de ser considerada uma *insider*, nomeadamente sempre que conduziu entrevistas fora de Portugal e, na verdade, alguns estudos demonstram que as elites reagem melhor a entrevistadores estrangeiros, considerados neutros e imparciais, face aos nacionais (Mikecz, 2012).

Por outro lado, na maior parte das situações não se verificou uma clara homologia dado que, à exceção dos investigadores juniores e do assistente (quatro entrevistados no total), todos os outros entrevistados se posicionavam acima da entrevistadora na hierarquia profissional, tendo concluído o seu doutoramento e entrado efetivamente para a carreira académica. Nesse sentido, sempre se mostraram disponíveis a colaborar e interessados pelo percurso profissional futuro da entrevistadora, conhecedores, por já o terem experienciado, da importância da realização do presente trabalho de doutoramento para a academia. Desta forma, podemos afirmar que a entrevistadora se encontrava a meio de um *continuum* entre *insider* e *outsider*. As diferenças existentes foram esbatidas e a partilha de significados foi conseguida na maior parte das vezes.

No tocante às atitudes da entrevistadora sobre o tema, este foi alvo de muita reflexão, tal como referido em secção anterior. Não se tratou aqui de um contexto de investigação desconhecido, nem de um contacto com indivíduos-Outro, estranhos à autora da dissertação. No final da recolha de dados a entrevistadora não saía do contexto para outro totalmente diferente, mas antes regressava ao exercício das atividades típicas de académica, de avaliação, preparação de aulas, escrita de artigos e investigação. O dito pelos entrevistados não pertencia a outra-realidade-radicalmente-diferente daquela em que a autora passa a maior parte do seu tempo. Sucedeu que expressões em *off*, pelos entrevistados, lhe tivessem espoletado sentimentos contraditórios ou mesmo negativos, como por exemplo quando um dos entrevistados referiu que o tema de investigação iria ser causa do fim da carreira da entrevistadora.

Acreditamos, no entanto, que estas atitudes em relação ao objeto de estudo ou às palavras dos entrevistados não se tivessem manifestado na realização da entrevista e, portanto, na fase de recolha de dados. Terá, isso sim, servido de mais-valia na fase da análise que descreveremos em seguida.

Análise das entrevistas

O procedimento de análise orientou-se em torno dos princípios da chamada *Grounded Theory*, pelo que se procederam às diferentes fases de codificação (aberta, axial e seletiva). Esta abordagem procura não a verificação de teorias mas a sua descoberta, sem visar à universalidade das explicações. Tem como principal objetivo a formulação de uma teoria devidamente enraizada (*grounded*) nos dados recolhidos (Laperrière, 2012b):

“grounded theory methods consist of systematic inductive guidelines for collecting and analyzing data to build middle-range theoretical frameworks that explain the collected data. Throughout the research process, grounded theorists develop analytic interpretations of their data to focus further data collection, which they use in turn to inform and refine their developing theoretical analysis” (Charmaz, 2000).

Inicialmente formulada em 1967 por Glaser e Strauss, tem vindo a sofrer reformulações quer pelos próprios autores originais (Strauss, 1994), quer por investigadores posteriores que, de alguma forma, vieram criticar o acento positivista da abordagem inicial (Charmaz, 2000). De qualquer das formas, não deixa de ser tributária quer da indução analítica, mormente por via da influência do pragmatismo americano, da fenomenologia e do interacionismo simbólico, buscando, ao mesmo tempo, sistematizar rigorosamente o procedimento que pareceria, até aí ainda votado ao amadorismo e enviesamento (Charmaz, 2000).

Codificação, categorização, comparação são algumas das palavras-chave para realizar este processo de análise dos dados qualitativos.

O primeiro passo consiste em colocar aos dados questões generativas que permitam pensar em possíveis hipóteses, conceitos e relações entre eles. Os dados têm que ser analisados e alvo de reflexão, incluindo neste processo os dados experienciais do investigador. De seguida, buscam-se ligações, ainda que provisórias, entre os conceitos descobertos, são realizadas codificações que permitem o adensar de uma teoria que progressivamente se reconstrói.

Aquando da descoberta da teoria, ela deve ser verificada e confirmada com novos dados e novas codificações – todo o processo de codificação tem que estar em íntima ligação com a análise e recolha de novos dados. Ainda no decurso do estudo, deve-se buscar a

integração dos dados, pela identificação das categorias centrais e suas propriedades. Os fundamentos teóricos estão intimamente ligados aos dados e devem ser permanentemente construídos e revistos, através do auxílio de *memos* teóricos. Os aspectos temporais e relacionais do triângulo recolha de dados-codificação-construção de *memos* são incluídos e reconhecidos. O processo, circular, autoalimentado, retroativo, faz com que durante a escrita seja considerada necessária integração adicional, voltando-se aos dados, recolhendo-se novos: a escrita é simultaneamente analítica e criativa (Strauss, 1994).

Após a definição do objeto, que não se queda encerrado nesta delimitação inicial, e após a seleção e descrição do local ou grupo a estudar, em função da sua pertinência teórica, há que proceder para a elaboração de categorias conceptuais, sendo que o conceito é precisamente a unidade de base da análise e estabelece os limites estruturais de um fenómeno. Os conceitos que pertencem ao mesmo universo são depois reunidos sob uma mesma categoria conceptual, analítica e sensível à realidade analisada e estas categorias vão sendo modificadas até se atingir a saturação teórica (Laperrière, 2012b; Strauss, 1994). Cada categoria deve ser questionada em torno das suas propriedades ou atributos que, por sua vez, são exploradas em quatro dimensões: quantidade, intensidade, trajetória e extensão (Laperrière, 2012b).

A codificação faz-se em torno de um paradigma e envolve a descoberta e designação de categorias, associando-lhe subcategorias. Os dados devem ser codificados em quatro tempos: condições, interações entre atores, estratégias e táticas e consequências (Strauss, 1994). Serão depois alvo de comparação intensiva (Seale, 1999) para fazer emergir similitudes e contrastes entre os dados, suas características e relações, assim como as potenciais causas das suas variações (Charmaz, 2000; Laperrière, 2012b).

A codificação acontece em diferentes etapas:

- (i) a codificação aberta, ou inicial, onde se não impõem limites e se escrutinam cuidadosamente todos os dados recolhidos, com o objetivo de produzir conceitos sensíveis (*sensitizing concepts*) e abrir a investigação. Nesta fase, todas as interpretações são válidas, não são descartadas, são procurados termos *in vivo*, usados pelas pessoas estudadas, fornecem-se nomes provisórios aos códigos, colocam-se perguntas aos dados, buscam-se as dimensões que surgem como mais

relevantes e presta-se atenção às já mencionadas condições, interações, estratégias e consequências (Laperrière, 2012b; Strauss, 1994).

- (ii) Codificação axial, que procede por análise intensa em torno de cada categoria isoladamente em busca das suas específicas dimensões: causas, contextos, condições estruturais, ações, etc. Produz ainda conhecimento cumulativo sobre as relações entre diferentes categorias ou entre uma categoria e subcategorias. É dita axial porque se faz em torno de um eixo (ou categoria) de cada vez (Charmaz, 2000; Laperrière, 2012b; Strauss, 1994).
- (iii) Codificação seletiva ocorre em torno de um categoria central ou nuclear, ou seja, aquela categoria que surge recorrentemente ou é essencial no dito dos entrevistados, que se torna guia quer de posterior recolha de dados, quer de análise do fenómeno sob estudo. Buscam-se padrões e tipologias, especificam-se propriedades e dimensões desta categoria central que é, por seu turno, relacionada com outras categorias (Charmaz, 2000; Laperrière, 2012b; Strauss, 1994). Estas categorias nucleares têm como função integrar a teoria, adensá-la e saturá-la de modo a se caminhar para a completude teórica. Desta forma se dá conta do máximo de variações num padrão de comportamento, usando-se o menor número possível de conceitos. Esta categoria identifica-se por ser central, relacionar-se com o máximo de categorias e suas propriedades, é frequente e deve apresentar um padrão estável, relaciona-se abundante e precocemente com outras categorias ainda que demore mais tempo a saturar. Finalmente, é o motor de desenvolvimento da teoria descoberta (Strauss, 1994).

Como vimos, todo o processo de recolha de dados se faz em torno da construção de amostras teóricas que evoluem consoante a evolução das categorias e da teoria.

A *Grounded Theory* fornece assim uma série de procedimentos rigorosamente definidos que guiam o processo de análise, ao mesmo tempo que garante a correção constante dos dados e sua adequação aos conceitos e categorias, enfatizando devidamente a comparação entre dados, categorias e suas relações. No entanto, há autores que entendem que tende a espartilhar o processo de investigação tornando-o menos flexível e reduzindo a compreensão do mundo social e das experiências subjetivas (Charmaz, 2000). Outros sugerem que a categorização é um processo mecanicista e que é necessário usar teorias previamente constituídas para *pensar com* os dados, ou usar os

dados para *pensar com* a teoria. Chamam a esta operação *plugging in*²³ e consiste em ler os dados pensando na teoria que os investigadores previamente detêm sobre determinada realidade ou tema. O objetivo é criar novas conexões, um novo texto que provém do contacto de outros textos, novas combinações e novas identidades, tal como sucede nas abordagens rizomáticas.

A codificação e designação de categorias do presente estudo foi sendo realizada a par e passo com o processo de amostragem e de entrevista. O escrutínio inicial dos dados foi realizado para cada entrevista, linha a linha, com o objetivo de abrir a investigação, ensair interpretações, questionar os dados e avançar com hipóteses. O processo de elaboração de memos e de esquemas visuais revelou-se também muito importante nesta como noutras fases do processo.

A codificação axial analisou cada categoria de cada vez na totalidade das entrevistas, por exemplo, a categoria ‘plágio’. Aí se procedeu em busca da identificação das suas condições, consequências, estratégias e processos. Também se procurou aferir da gravidade atribuída pelo entrevistado. De seguida, as categorias foram relacionadas entre si, numa abordagem mais ampla e relacional. As interpretações possíveis dos dados foram ainda sendo acompanhadas progressivamente de revisão de literatura revelante para cada categoria. Finalmente, a codificação seletiva fez-se após a confirmação das categorias nucleares descobertas, sendo estas consideradas as que cumprem relações com todas as restantes categorias identificadas. As condições estruturais e seu impacto com os atores e interações também foram indagadas, o que nos permitiu relacionar o nível micro com o nível meso (Strauss, 1994).

Parte da análise foi realizada com auxílio do *software* de análise de dados qualitativos designado como NVivo. O programa foi usado apenas como uma ferramenta de organização do material, tendo-se revelado especialmente útil na fase da codificação aberta e exploração inicial de categorias. Permitiu ainda a realização de alguns *queries* que auxiliaram na relação entre categorias e na contabilização das palavras mais frequentes. O programa SPSS foi ainda usado para realizar algumas estatísticas descritivas que permitiram o cruzamento entre categorias e variáveis da amostra, para efeitos de ilustração das regularidades ou da diversidade intragrupo.

²³ Poderíamos traduzir literalmente como “ligar à tomada”, como se faz com uma máquina para que funcione, segundo Deleuze e Guattari (Jackson e Mazzei, 2013).

2.2. Resultados da investigação

Nesta secção iremos apresentar os resultados obtidos na dimensão micro de análise, após a análise do dito dos 27 entrevistados em torno dos comportamentos e práticas problemáticas no ensino superior e na investigação científica.

Num primeiro momento iremos dar conta das características atribuídas aos vários comportamentos e práticas problemáticas, incluindo as práticas de docência, infrações aos direitos de autor, infrações aos procedimentos metodológicos, relações com o poder interno (especialmente na prática de avaliação pelos pares), relações com poderes externos à IES. Pretende-se portanto, realizar uma tipologia ou taxonomia dos vários comportamentos e situações consideradas problemáticas e percecionadas pelos entrevistados. Para cada um dos tipos se dará conta das suas características, processos, frequência, gravidade e causas e consequências percecionadas pelos entrevistados.

No fundo, seguindo de perto a metodologia proposta pela *Grounded Theory*, iremos fazer surgir as categorias obtidas através do processo de codificação dos dados, remetendo para as suas condições (ou causas), consequências, interação (ou mecanismos) e estratégias e táticas. Depois de um primeiro momento de codificação aberta, damos agora conta dos resultados da codificação axial para, mais à frente, apresentarmos os resultados da codificação seletiva. Esta última permite fazer emergir as categorias nucleares, as que revelam o ‘tema principal’ encontrado nas palavras dos autores e que conduz à completude teórica pois permite dar conta do máximo de variações nos padrões de comportamento e gerar uma teoria.

O guião de entrevista (Anexo 3) indagava diretamente sobre a percepção em torno de situações como más práticas na docência, plágio, manipulação de dados, manipulação de júris, conexões próximas com o poder político e com o poder económico. A riqueza das entrevistas permitiu cinzelar estas categorias iniciais e criar subcategorias.

A título de exemplo, e antecipando o que será visto abaixo com mais cuidado, as indagações em torno das más práticas de docência permitiram fazer surgir mecanismos específicos (negligência na preparação das aulas, a inflação de notas na avaliação dos discentes), tendo como causas percecionadas especialmente o desequilíbrio do trabalho do académico devido quer a um maior ênfase na investigação científica, quer à dependência do financiamento recebido pelas IES pelos alunos inscritos a cada ano. A

existência de atividades profissionais paralelas para o docente no exterior da IES parecem também conduzir ao desinvestimento na docência e avaliação dos alunos. As questões colocadas sobre o plágio permitiram o surgimento de uma taxinomia de infrações aos direitos de autor contendo o plágio ‘tradicional’, o plágio por alunos de doutoramento, o plágio de ideias, o autoplágio, a autoria honorária, mas também o abuso de trabalho de subordinados e o ‘plágio como arma’. A sua dimensão tática será realçada.

No tocante à manipulação de dados, a análise das entrevistas veio lançar luz para as sutilezas do processo, incluindo-se não apenas a manipulação mas também a invenção de dados, a seleção de dados e a sua interpretação enviesada. As causas, os mecanismos, as estratégias e consequências destas situações, bem como a percepção da gravidade, os limites do que se considera ser comportamento tolerável ou dúbio, serão revelados.

As respostas à questão acerca da manipulação do processo de avaliação pelo sistema de júris facultaram o acesso às várias dimensões da avaliação por pares, seja para o acesso e ascensão na carreira, seja para a obtenção de grau (especificamente, de Doutoramento). Mas também no processo de *peer review* na análise de artigos submetidos a publicação e na atribuição de bolsas e financiamentos de investigação foram indicadas práticas problemáticas. Iremos procurar perceber que aspetos pode tomar esta manipulação ou enviesamento dos júris, pelos quais se suspeita ou percebe uma agenda oculta, critérios implícitos e não públicos que determinam o sucesso ou insucesso da carreira de alguém ou o acesso a oportunidades de financiamento e publicação. São relações de poder, hierarquia e subordinação que se multiplicam pelo corpo social, pelos grupos e pelas redes, uma micro-política no seio da IES tal como veremos.

Questionámos os entrevistados acerca dos eventuais problemas ou dificuldades levantados pela proximidade com fontes de poder externas (eventualmente, cada vez menos externas) à academia. A análise conduzida permitiu-nos cinzelar progressivamente esta categoria: a relação com fontes de financiamento públicas (poder político) ou privadas (poder económico) parece poder revelar-se problemática na medida em que muitas vezes implica uma interferência nos resultados da investigação. A margem de manobra dos académicos para impedir, aceitar ou negociar essa interferência é variável. De novo, são postas em funcionamento estratégias que

pretendem, no nosso entender, suavizar a dependência da academia e dos acadêmicos ao exterior, procurando garantir a mais ampla margem de liberdade funcional. Mas essas margens raramente são dadas com antecedência. Para além da *interferência*, foram problematizadas situações que categorizamos como *influência* e *ambivalência*. Todos estes são mecanismos de relação entre a academia, (quer na dimensão individual do investigador, quer na dimensão institucional que remete para específicas políticas das IES) e os atores público-políticos e privado-económicos. Os níveis micro, meso e macro, ou os diferentes sistemas e subsistemas, começam a revelar as suas interações.

A variedade de comportamentos e práticas consideradas problemáticas, as diferentes *nuances* de problematização das situações, as causas e consequências percebidas pelos entrevistados, os mecanismos e estratégias, todos remetem para um leque alargado de situações e comportamentos com as quais os acadêmicos se preocupam e sobre os quais refletem e se debatem em momento determinado ou ao longo da sua carreira. A investigação científica e a docência no ensino superior surgem como um campo com diversos alçapões onde frequentemente a definição das situações não é clara, onde os significados e interpretações são negociados a par e passo. Se a invenção de dados e o plágio, por exemplo são situações problematizadas pela grande maioria dos entrevistados, outras há em que os acadêmicos parecem debater-se por ausência de um quadro de referências comum, pela diversidade de práticas de deteção e sancionamento, e pelos diferentes graus de gravidade atribuídos. Considerações de ética pessoal, do sentido do certo e do errado, da conceção da ciência, do processo de socialização científica entram em funcionamento para auxiliar na classificação das situações: problemática/não problemática.

Os resultados parecem ser consentâneos com o que outros autores concluíram já: De Vries, Anderson e Martinson (2006), através de discussões de focus-group com 51 cientistas de diferentes áreas científicas, mostram de que modo a maioria dos participantes considera que os comportamentos de FFP são pouco comuns e antes se preocupam com outro tipo de problemas, mais mundanos ou quotidianos. Estes caem em quatro categorias: (i) o significado dos dados, incluindo omitir observações com base na intuição, registo inadequado dos dados, *cutting corners* devido à pressa em completar um projeto; (ii) as regras da ciência, nomeadamente usar fundos de um projeto noutro projeto paralelo; (iii) a vida com colegas, em concreto usar a posição de supremacia para explorar colegas mais jovens; e (iv) as pressões para a produção

científica, especificamente alterar o desenho, metodologia ou resultados de um estudo como resposta às pressões impostas pela entidade financiadora ou usar as ideias de terceiro sem autorização ou sem atribuir o devido crédito. Os autores chamam a isto “*normal misbehavior*” e frisam o impacto que estas preocupações têm no dia-a-dia dos investigadores, menos preocupados com as grandes fraudes científicas

Por outro lado, os mecanismos de controlo social, o seu funcionamento e desfecho das situações problematizadas, tal como percecionados pelos entrevistados, são narrados de forma tal em que a impunidade, o secretismo, a existência de regras não escritas e a informalidade na resolução das situações parecem ser o meio regular de lidar com muitas das situações. Estes pontos serão tratados na secção seguinte mas não deixaremos desde já de ir direccionando o olhar para algumas das reacções às diferentes categorias de situações problemáticas encontradas.

Resta-nos dizer que foram retiradas das entrevistas, do *corpus* central deste trabalho, para efeitos de apresentação, apenas os excertos e citações mais relevantes e ilustrativos de cada situação, tipo ou percepção. Estes excertos seguirão a par e passo a descrição das categorias e subcategorias encontradas. Por efeitos de confidencialidade e anonimato, as citações usadas omitem determinados pormenores como sejam nomes, área disciplinar, nome da instituição ou departamento, ou local dos acontecimentos relatados.

A. *Práticas problemáticas na docência: “Some colleagues are distracted” (S2)*

Os entrevistados foram indagados acerca da percepção de situações onde colegas seus se distanciam das boas práticas de docência. Pretendia-se, com esta questão, abraçar a vertente da docência característica das tarefas dos académicos de carreira, onde investigação e docência (para além de outras atividades, como sejam de serviços à comunidade ou atividades de gestão) devem conviver como atividades não tanto paralelas mas que se alimentam mutuamente. No entanto, segundo alguns autores (Busino, 2000; Chiang, 2009), a relação entre aquelas duas atividades é tensional, como já vimos – a ênfase dada a uma ou a outra pode revelar situações problemáticas e diferentes estratégias de resolução de conflitos individuais ou institucionais.

Vejamos.

Os entrevistados que se identificaram como meramente investigadores foram também questionados quanto a estas práticas e comportamentos problemáticos, ainda que tenham respondido maioritariamente não ter conhecimento de situações. Os restantes entrevistados reportaram vários casos especialmente de negligência ou desinvestimento na lecionação e preparação de aulas (13 entrevistados): *“Uma boa parte da população académica não anda a preparar as suas aulas como deve”* (S4); na avaliação de alunos: *“uma coisa que acontece com frequência são os docentes que dão sempre os mesmos exames”* (S7); bem com uma menor disponibilidade para os atender: *“they’re not always available for students. Once the lecture stops, they’re off”* (S2). Este tipo de comportamento acaba por ser, para alguns dos inquiridos, um modo de não cuidar do interesse dos alunos (S4).

O caso que surge como mais sério foi relatado pelo entrevistado S27, segundo o qual teria havido, numa das instituições onde leciona, um caso de um docente que, para além de criar uma empresa com fundos provenientes da universidade, atribuía graus académicos sem ensinar ou avaliar. A gravidade do caso é visível também na sanção, tendo o mesmo sido condenado, segundo o entrevistado, a um ano de pena de prisão.

Como se caracteriza a negligência ou desinvestimento na lecionação de aulas? Um dos mecanismos passa pela não atualização das aulas: *“simplesmente não atualizou os slides do ano passado, na primeira aula ainda vem com os slides do ano passado a dizer 2011 em vez de dizer 2012”* (S19).

Mas estas práticas parecem encerrar em si algo de estratégico no sentido em que se poderão fazer sentir mais em determinados ciclos de avaliação do que noutros. Os alunos do primeiro ciclo de estudos poderão ser os principais prejudicados:

“muita gente, tanto quanto possível, evita dar aulas no 1º ciclo. E a outra modalidade de afastamento é desvalorizar os procedimentos quer de avaliação, quer de vigilância, quer o relacionamento pedagógico com alunos do 1º ciclo, em detrimento, digamos assim, de alunos do 2º e do 3º ciclo” (S18)

As causas para estas práticas parecem ser percecionadas por via da existência de duas fontes de *distração*, ou causas, diferentes. Os docentes negligenciam a preparação de aulas ou a avaliação dos alunos quando têm que lidar com outro tipo de atividades que parecem trazer-lhes mais benefícios. Por um lado, desde logo, atividades externas à universidade. Por outro, atividades de investigação ou internas à universidade.

Os académicos podem ter, portanto, atividades profissionais que desenvolvem externamente e em paralelo com a atividade de docência e que lhes retiram o tempo, a disponibilidade ou o interesse em cumprir com os normais requisitos de cuidado na lecionação, de envolvimento de pedagógico com os alunos.

“people who like the status of being professor and are only 10% and 90% lawyers somewhere else. And indeed they just give the courses and after that...” (S16)

“You don’t have your mind on the teaching (...) they have a company (...), some work in politics” (S6)

Os benefícios obtidos com as atividades externas, segundo percebem os entrevistados, não são apenas nem necessariamente económicos, podendo revelar-se antes em termos de estatuto e construção de uma carreira profissional.

As consequências percebidas são dúbias. Alguns dos entrevistados sentem que estas são situações que não são propriamente censuradas pelos colegas e pelas instituições porque se trata de profissionais que trazem prestígio à instituição (S6). Outros consideram que as relações de exclusividade ajudariam a traçar os limites e a melhor definir a importância da vertente letiva na carreira académica (S11).

No tocante à segunda causa de negligência ou desinvestimento na preparação das aulas e avaliação dos discentes, esta parece residir no equilíbrio difícil entre docência e investigação no sistema de ensino superior europeu: “[as más práticas na docência acontecem] *Quando a prioridade passa a ser investigação*” (S19). Seis dos entrevistados relatam a tendência atual para a investigação ter maior peso do que a docência quando se considera o funcionamento do sistema de recompensas individuais para o académico, no seio das IES: *“tem a ver com um desequilíbrio ao nível da carreira académica. (...) cada vez mais somos solicitados e investigar e a produzir artigos, livros e portanto (...) o reconhecimento do docente em termos de avaliação é muito subestimada em relação à componente de investigação”* (S12).

Em vez de lecionar, o académico usa o tempo limitado que tem ao seu dispor a desenvolver tarefas com as quais crê obter mais reconhecimento e o ajudam a construir a sua carreira académica: *“o essencial da sua avaliação (...) decorre [de] um conjunto de atividades que não tem a ver com a docência no 1º ciclo, que tem a ver com*

publicações, que tem a ver com a coordenação de projetos de investigação científica, que tem a ver com a coordenação de programas de mestrado e doutoramento” (S18).

A opção estratégica neste (des)equilíbrio entre tarefas de investigação e de docência é sensível, pois as pessoas “*as pessoas sentem-se parvas se andarem a fazer o contrário*” (S18). A percepção dos entrevistados é a de que “*somos empurrados que é extremamente importante a investigação*” (S12). O tempo e os recursos limitados devem ser postos ao serviço da atividade que permite construir um nome, que é índice de sucesso e de mérito, que permite visibilidade e atribuição das regalias mais almejadas:

“se fores ver as notícias da Universidade, o que é que aparece? Aparece o professor que teve a melhor avaliação por parte dos alunos? Não. Aparece foi o investigador que ganhou a bolsa do European Research Council, aparece a pessoa que teve uma projeção não sei onde. O melhor docente da Faculdade nunca apareceu nas notícias da Universidade, não é?” (S7)

Os académicos parecem sentir deste modo que entre as duas atividades percecionadas como primordiais, investigar e lecionar, a escolha é feita a favor daquela e em detrimento desta. E isto parece suceder de forma tão intensa que todas as atividades que não sejam de investigação são julgadas como menores, empecilhos na possibilidade de alocar tempo e energia à atividade percebida como essencial: investigar.

“E se não temos cuidado, damos por nós a viver num mundo académico em que todo o tempo que nos tiram à investigação, é tempo que temos quase como perdido” (S12)

No entanto, nem todos os entrevistados aceitam o presente estado de coisas, apesar de reconhecer que existem, mas antes o censuram. Um dos entrevistados mencionou a conversa tida com um colega onde lhe transmitiu que esta centralidade da investigação era prejudicial para o objetivo último da instituição, formar pessoas, rematando com a seguinte expressão: “*andavam-se a prostituir (...), andavam-se a vender, a dar o nome da faculdade e o nome deles para entrarem em projetos para terem seis mil euros durante três anos. Isto é impensável*” (S26)

Outros entrevistados referem que o menor investimento na docência parece ser uma das consequências negativas decorrentes do processo de Bolonha, que terá restringido o tempo e impõe algum *desleixo* (S4) face às atividades docentes: “*E isso tudo hoje com*

Bolonha, que ainda nos encurtaram mais o período letivo, portanto, isto parece um contrarrelógio” (S10)

A percepção de que as tarefas de docências são desvalorizadas em função de outras tarefas, sejam ou não dentro da IES, não é unânime. Entre os vários entrevistados, a preocupação em torno da falta de rigor na lecionação e avaliação dos discentes não adquiria os mesmos tons de censura. Na verdade, as instituições que põem em funcionamento procedimentos formais de sinalização das más práticas de docência parecem implementar sistemas de reequilíbrio entre atividades de investigação e de docência: *“definitely a couple of bad evaluations, or one, even, bad evaluation, can decide that they are out” (S8).*

Por outras palavras, a prioridade da investigação sobre a docência não foi assinalada por todos os entrevistados e alguns deles contrariavam especificamente essa percepção, reconhecendo que na sua instituição *“there is some kind of idea that if you are a teacher you have to teach, you cannot just dump it like that. (...) it’s like a sacred thing, the teaching days you have. You can miss some meetings, you can miss things but it’s very badly regarded that you, for example, did not show up a day that you had to teach, or improvising all the time. I mean... no”* (S8)

O que poderá justificar esta centralidade da tarefa de docência? Tal como algumas IES parecem *empurrar* os académicos para a investigação, com sacrifício de tarefas de docência, outras surgem como dependentes do número e satisfação dos seus alunos perante os seus professores. Tal sucede quando o financiamento da instituição está sujeito à entrada e permanência dos discentes na instituição. As propinas ou os subsídios obtidos por via do número de alunos que se consegue angariar parece determinar, no equilíbrio com a investigação, uma centralidade das atividades de docência: *“is called output financing and it means that the faculties, the universities, the departments are subsidized by the government on the basis of the number of students who get their exam” (S17).*

No entanto, a importância das atividades de docência também pode originar práticas consideradas problemáticas segundo quatro dos entrevistados, nomeadamente a inflação das notas na avaliação aos alunos: *“that [gives rise to] corruption, (...) inflation of grades” (S17).* Ou, com outros figurinos, a teima na manutenção de alunos que parecem não conseguir o aproveitamento mínimo e são mantidos na instituição como que em

sistema de suporte artificial com o objetivo posterior de arrecadar propinas ou subsídios:

“there are times when I don’t feel comfortable about allowing students to continue when it’s not in their best interest either emotionally or financially to continue. (...) they are bringing an amount of money. (...) but I don’t think that can come to be when is the case of keep them until this date when we get the money” (S2)

Pelo que nos transmitiram os entrevistados, a inflação das notas pode ainda fazer-se por outras razões, nomeadamente desejos de popularidade. Os académicos atribuem melhores avaliações aos alunos e obtêm, por seu turno, melhores qualificações na avaliação pelos alunos a que são sujeitos nas suas instituições. Simultaneamente, uma certa ligeireza na avaliação acaba por dar frutos em termos da carga de trabalho do académico que, deste modo, tem menos trabalho porque escusa de investir muito em épocas de recurso ou apoio a alunos mais fracos.

“from 170 students, there’s 20 students that get the maximum score, 20 to 20 (...). But he is a very popular professor, so you can make life so easy here if you give a lot of [good] grades” (S13).

“Este docente está com elevadas taxas de aprovação, tem bons comentários dos alunos, ficam contentes porque passaram e tiveram boa nota, não é, e por outro lado, têm menos trabalho” (S7).

A inflação de notas parece acontecer ainda como forma de resposta de alguns docentes à introdução de sistemas de vigilância das suas atividades, mormente sistemas informatizados de controlo das médias das classificações atribuídas às turmas e de sinalização de classificações desviantes à média supostamente considerada adequada: *“com a estatística feita automaticamente, o professor preenche uma pauta eletrónica e fica logo com a estatística ‘a sua pauta está nesta franja perigosa’* (S11). De modo a evitar uma sinalização que possa conduzir a reuniões com o Diretor ou sinalização da situação ao Conselho Pedagógico ou equivalente, o docente baixa os critérios de rigor e de zelo e *“altera de forma fraudulenta (...) as pautas, só para se conseguir uma estatística simpática”* (S11).

Finalmente, foi-nos descrita uma situação de suspeitas de pagamento de subornos para atribuição de notas, tendo a entrevistada descrito mesmo o subtil convite que recebeu

para participar no negócio: “*J’ai un collègue un jour qui me dit ‘moi je fais, si tu veux faire des affaires’ et puis j’ai regardé, ‘non, pas avec moi’ et c’est terminé. (...) ce fait payer, des pots de vin pour donner de l’école. C’est le truc classique* » (S22).

Parece-nos desde já que a IES joga aqui um papel fundamental no modo como pressiona, empurra, socializa os académicos que gere em prol de uma ou outra atividade: investigação ou docência. Quanto maior a ênfase colocada numa delas e maior o desequilíbrio face à outra, mais fortemente se farão sentir os efeitos. Se a IES transmite aos académicos no seu seio que a investigação é a principal fonte de reconhecimento pessoal e institucional, as aulas serão relegadas para segundo plano. Se a vitalidade da instituição depende do número de alunos e do financiamento que recebe por este meio, a importância de manter os alunos é de tal forma que decresce o rigor na avaliação e as notas podem ser inflacionadas.

Ainda que possam parecer diametralmente opostas, estas duas situações remetem-nos para o frágil equilíbrio entre objetivos a prosseguir no seio das IES europeias, para a importância das questões do reconhecimento individual e institucional sendo que a investigação e a docência (ou qualquer outra atividade essencial para o efeito, ainda que os entrevistados apenas nos tivessem revelado estas) parecem ser meios ou instrumentos que servem para a obtenção daquele fim maior e mais duradouro. A docência não é considerada em si mesma um meio de transmissão de conteúdos científicos mais ou menos especializadas, como mecanismo de formação de gerações de cientistas mas, pelo contrário, como ferramenta a utilizar mais ou menos consoante a ênfase colocada para efeitos de reconhecimento e evolução da carreira. Ao menos, segundo a perspectiva dos entrevistados.

B. Práticas autorais problemáticas: “the hunger for publications” (S16)

Os entrevistados, quando questionados sobre a sua perceção de situações de plágio, reportaram um conjunto de práticas consideradas problemáticas. Esta quantidade e diversidade deve-se não apenas aos diferentes tipos de infrações ou desvios aos direitos de autor apresentados, mas também ao número de episódios que conseguiram recontar aquando do momento da entrevista. Por exemplo, um dos entrevistados foi capaz de recordar situações de plágio ‘tradicional’, de plágio por aluno de doutoramento e de

autoplágio – subcategorias que iremos caracterizar já de seguida. Outros conseguiram recontar dois episódios distintos de plágio por aluno de doutoramento. Muitos deles referem a atualidade do tema, remetendo para situações ocorridas num passado muito recente ou no momento atual: *“hoje de manhã estive a conversar sobre isso com alunos de doutoramento porque há pouco tempo ocorreu uma situação”* (S3).

A sensibilidade dos entrevistados ao tema é clara: referem vários tipos de desvios ou infrações aos direitos de autor que consideram problemáticos a vários níveis; expõem longa e pormenorizadamente situações de que tomaram conhecimento, mormente em primeira mão; referem o esforço feito para detetar potenciais situações: *“eu sempre que reparo numa construção frásica anómala coloco no Google e tento descobrir de onde é que vem aquela informação”* (S11). Identificam ainda a existência, nas suas IES, de *softwares* de deteção de plágio, ainda que os não usem ou deles desconfiem: *“not really confident of this software as a control”* (S8).

Mesmo os entrevistados que referem não ter conhecimento de nenhuma situação de plágio, admitiam que tal poderia perfeitamente suceder na academia: *“I don’t really remember exactly. But I think it happens”* (S15).

Enquanto alguns dos entrevistados descreveram situações onde, de alguma forma, estiveram pessoalmente envolvidos, mormente em virtude de ter detetado a situação ou ter sido a própria vítima de plágio, outros referiam expressamente conhecer casos por “ouvir dizer”: *“Somebody had just copied a text and submitted it to a journal in consequence of the big pressure to publish”* (S16).

Ou seja, mesmo os sujeitos que não tiveram conhecimento direto de situações problemáticas no âmbito do desrespeito aos direitos de autor haviam tomado conhecimento destas situações, mormente por lhes ter sido recontadas por terceiros. É certo que podemos presumir que a informação em primeira mão, onde o sujeito joga um papel ativo, é mais verosímil e eventualmente mais próxima do que verdadeiramente sucedeu, em comparação com o relato “por ouvir dizer”. No entanto, considerando que pretendemos aceder à perceção dos indivíduos acerca dos comportamentos problemáticos, suas características, causas e consequências, a existência deste relato (re)transmitido, destes rumores, é já sinal da atribuição de um valor de algo como problemático que é, por seu turno, comunicado no seio da comunidade científica.

Como tivemos oportunidade de mostrar noutra local (Faria e Agra, 2012), esta transmissão mais ou menos constante de histórias e episódios parece prender-se com a comunicação e difusão de modelos comportamentais e da potencial reação ao mesmo. A divulgação de casos ou suspeitas a colegas ajuda a moldar a problematização e a transmitir modelos comportamentais sobre o tema, códigos de conduta informais, regras implícitas de identificação e consideração das situações como problemáticas. É, por isso mesmo, sinal da importância, frequência ou censura do tema. Ao mesmo tempo, este recontar e retransmitir é instrumento importante de reforço das normas, pelo que não será de espantar a reação de uma das entrevistadas, ao tomar conhecimento de uma situação de plágio identificada em revista internacional: “*Outro caso de plágio também com pessoas conhecidas, foi com um colega espanhol (...) eu peguei e mandei para toda a gente que trabalha comigo*” (S7). A divulgação do ‘caso’, a transmissão do exemplo problemático aos colegas tem uma função de partilha, em interação, de formas de interpretar as situações e atribuir-lhe um cunho, uma marca d’água – neste caso, a de situação problemática.

Se num primeiro momento se poderia pensar que o plágio seria por demais fácil de identificar, visto que inúmeros casos têm vindo a lume e a literatura científica generalista se tem dedicado grandemente a este tema, a verdade é que as entrevistas obtidas refletem apenas em parte algumas das preocupações que encontramos aquando da revisão da bibliografia. Em muitos dos casos existem **tipos** diferenciados de práticas autorais consideradas problemáticas – as entrevistas permitiam recuperar pelo menos nove tipos identificados pelos entrevistados com alguma regularidade (tabela 9), tipos esses que passaremos a descrever já de seguida.

Tabela 9: tipos e frequência de situações de práticas autorais problemáticas

Tipo de desrespeito aos direitos de autor	Frequência	Porcentagem
Plágio tradicional	15	55,6%
Plágio em doutoramento	10	37%
Enviesamento na revisão de literatura	2	7,4%
Auto-plágio	6	22,2%
Plágio de ideias	3	11,1%
Exploração do trabalho de terceiros	6	22,2%
Autoria honorária	4	14,8%
Citações cruzadas	2	7,4%
Plágio como arma	3	11,1%
Total acumulado de situações referenciadas	51	

Para já há que sublinhar que enquanto algumas situações são percecionadas como claramente criticáveis, consideradas *graves*, *funestas*, outras há que nos são relatadas de modo tentativo, onde o discurso dos entrevistados revela a difícil identificação do problema ainda que de algum modo sintam que há ali um comportamento ou situação que deveria ser outra coisa do que é. Vejamos.

Pela análise das entrevistas conseguimos identificar nove situações que são descritas diferencialmente no âmbito do desrespeito aos direitos de autor. Seria de esperar, e foi o que aconteceu, que **(1) o plágio dito ‘tradicional’** fosse o mais facilmente identificável e o mais relatado – 15 entrevistados mencionaram ter tido conhecimento de situações de plágio estrito onde um indivíduo reproduz, normalmente em publicação científica ou em artigo a submeter para publicação, partes mais ou menos amplas do trabalho de outrem sem atribuição devida da autoria.

“um autor escreveu para a editora que aquele artigo continha ah... material transcrito de artigos dele e que não tinham sido devidamente citados.” (S7)

A extensão do plágio difere, podendo ir desde uma *“apropriação obscena até uma outra escala em que se pegam pequenas frações”* (S3). Mas quem se vê vítima parecer ter perfeita noção da quantidade de texto plagiado: *“probably 80% of the text had been written by myself”* (S17). Como se processa? Um dos entrevistados explica:

“tendem a pegar em blocos de texto, principalmente a parte da introdução e das conclusões, em que dizem ‘isto aqui está muito bem escrito ou porque faz parte de um certo enquadramento histórico da área, ou porque me ajuda a explicar os resultados que eu tenho, eu pego naquela construção, ou naquele bloco de construção e não o altero, ou altero-o minimamente, vou adaptar”” (S3)

Mas mesmo nestas situações, onde existe cópia praticamente integral de secções de texto originalmente criado por outrem sem que este autor seja referenciado no novo trabalho, mesmo aqui a censura não é unânime. Um dos entrevistados refere que ele próprio foi plagiado por um colega que havia copiado a introdução de um artigo seu mas avalia como uma situação *“irrelevante”* (S4) pois os segmentos mais importantes, ou seja, os resultados e as conclusões, eram originais. Considera por isso que *“verdadeiro plágio”* seria copiar conclusões do trabalho de outrem.

Apesar de poder cair no plágio ‘tradicional’, os entrevistados fizeram questão de relatar de modo independente os casos de **(2) plágio descoberto em propostas ou teses de doutoramento**. Dez dos entrevistados relataram situações deste género onde alunos de doutoramento haviam plagiado na sua tese de doutoramento: “*Foram dois casos concretos de duas dissertações de doutoramento e que... e que precisamente eu era um dos arguentes nas duas e fui eu que descobri*” (S12). Ou mesmo ainda antes, na proposta de investigação para obtenção do grau de Doutor: “*(...) it was a PhD project financed in this way and then he came to the meeting with a research proposal and big chunks of that had been taken from my research proposal, without quotations*” (S17).

Em alguns casos, o comportamento de plágio surge como algo sistemático ou recorrente na mesma pessoa: “*apresentou, no decurso do doutoramento, um paper num congresso internacional, e em que depois houve uma queixa de uma outra pessoa que dizia que aquele paper era plagiado e ela enviava provas factuais. (...) não só isso acontecia como o próprio projeto de doutoramento que tinha sido aprovado*” (S18).

A distinção entre, por um lado, o plágio cometido por colegas, por académicos da mesma ou outra área, na mesma ou outra fase da carreira académica que os entrevistados e, por outro, o plágio realizado por alunos de doutoramento que poderão ou não partir para entrada na carreira académica não é de estranhar. Os entrevistados assumem, em muitas situações, que os alunos de doutoramento estão em fase de formação, donde a necessidade de um supervisor atento e capaz de fornecer as indicações éticas e de integridade mais adequadas, bem como de mecanismos de informação precoce, como seja formação ministrada desde cedo: “*il faudrait mettre des cours d'éthique au 1er année doctorat et puis en faire travailler les gens, obligatoire parce que sinon après c'est trop tarde*” (S22).

No entanto, os mecanismos de vigilância sobre os mais jovens ou recém-chegados à academia parecem vir a falhar progressivamente quer porque os alunos de doutoramento estão cada vez mais sobrecarregados de atividades sejam de investigação ou outras, quer porque aqueles que teriam como função supervisionar estão, também eles, desgastados com uma série de tarefas que se acumulam às tarefas típicas da orientação:

“*um estudante de doutoramento antes (...) tinha mais tempo para fazer as coisas, agora não: tem que apresentar um seminário, tem que apresentar isto, tem que escrever aquele artigo. Eles não têm maturidade para isto, muitos deles não são fluentes em*

inglês (...) como é que conseguem deliver ou dar aquilo que a gente quer, não é? Fazendo isto [plágio]. Nós [orientadores], por outro lado, temos vários alunos, temos muita carga em cima e se estamos a investigar um campo que é menos conhecido para nós, não conhecemos as referências todas e portanto isto pode passar, como me passou a mim a primeira vez.” (S7)

Portanto, também o papel do orientador surge como fulcral no acompanhamento dos alunos, na recolha de indícios de comportamentos problemáticos. No entanto, a tendência atual para a sobrecarga horária, para a importância da quantidade de orientações e de alunos e o facto de poder haver áreas hiper-especializadas onde o orientador tem menos referências do produzido até aí, tudo isso pode contribuir para a ausência de deteção. A incapacidade de detetar precocemente práticas e comportamentos problemáticos pode conduzir, desta forma, à normalização ou banalização das situações desviantes no seio da instituição.

Foram-nos ainda relatadas outras situações, consideradas problemáticas por seis dos entrevistados, nas quais alunos de doutoramento bem como assistentes mais jovens são utilizados de forma censurável pelo orientador ou académico sénior. Os entrevistados consideram esta uma prática de **(3) exploração ou de abuso de posição**, pela qual o académico sénior ‘encomenda’ um trabalho àqueles que lhe estão subordinados: que produzam especificamente em seu nome, eventualmente sacrificando-se as tarefas específicas dos subordinados, como seja a realização da investigação de doutoramento:

“Superiors use their academics to do work for them they should be doing themselves, claiming credit for it. So, they exploit them” (S17).

“I know of people who are actually paying people to write for them. Whereas these people are supposed to do their own PhD and stuff” (S13).

O produto assim concluído parece ser, as mais das vezes, apresentado sob autoria única do mandante, chamemos-lhe assim, sem que seja dado crédito ao trabalho realizado pelo investigador júnior ou pelo assistente: *“Também conheço plágio de docentes que supervisionam teses de doutoramento e que utilizaram ideias e às vezes partes de escritos, que os seus doutorandos lhes deram, nas suas publicações sem darem o crédito devido” (S19).*

As fórmulas apresentadas pelos entrevistados remetem para a procura de uma linha orientadora na interpretação de tais situações. Longe de se identificar com o plágio tradicional, ainda assim consideram ser uma forma de abuso ou desrespeito dos direitos de autor à qual parece vir juntar-se uma situação de abuso de poder em vista da diferença de posição e estatuto entre o mandante e o executor dos escritos.

Os trabalhos produzidos pelos subordinados são encomendados – *“he told his assistant ‘you are writing, that’s your full time job, you write articles for me’”* (S13) - e usados sob o nome de um terceiro, o mandante que poderá ter tido uma intervenção muito débil no trabalho produzido. Deste modo, a questão e a resposta surgem de braços dados: *“Now, is that plagiarism? Yes, of course, using someone else’s work and put your name on that”* (S13).

Em reação a esta prática, um dos entrevistados admite ter já pensado na possibilidade de encetar este mesmo tipo de comportamentos, ou o comportamento semelhante de autoria honorária, que apresentaremos de seguida, como forma de valorizar o seu currículo e sabendo que não advêm consequências negativas destas situações: *“Nothing negative happens and usually positive things happen. I was tempted the last few years, to do this as well”* (S13).

As causas para tal situação parecem radicar na necessidade percebida pelos académicos de produzir em competição com os colegas. Produzir mais artigos, livros, relatórios, produzir mais do que os melhores colegas parece ser aqui a causa-chave para o mandante que, deste modo, estrategicamente, usa os recursos que tem disponível para ‘atuar à distância’, através dos seus subordinados.

“quand je vois certains personnes (...) qui sortent trois livres par an et puis des articles, c’est évident qui ne sont pas eux qui les écrivent. Je regarde le temps que j’ai pour faire mon métier, je regarde... c’est impossible, je sais combien j’écris, je sais combien je suis capable d’écrire des livres ou d’articles per an, donc quand quelqu’un annonce qu’il fait plus que moi, je dis ‘il triche’” (S22).

O tempo assim amealhado pode ser usado noutras atividades, usualmente dentro da IES, mas não necessariamente. Ao mesmo tempo, o CV do mandante acumula listas cada vez maiores de publicações relevantes para a avaliação do indivíduo.

A quarta forma de infração ou desrespeito aos direitos autorais prende-se com aquilo que na literatura é designado como **(4) autoplágio**, referido por seis dos entrevistados. Nesta situação, o autor ou os autores de uma peça publicada repetem parte ou a totalidade dessa peça em publicações posteriores, sem que disso deem conta aos leitores. É certo que algumas revistas científicas exigem que o autor garanta que o artigo submetido para publicação não tenha ainda sido publicado noutra sítio. No entanto, esta prática de garantia da originalidade e da prioridade dos artigos não é sempre exigida quando se trata, por exemplo, de capítulos de livros ou de outro tipo de publicações, pelo que se pode presumir que a prática seja relativamente disseminada.

“Há também uma outra situação, e não sei se isso se calhar se pode configurar como plágio ou não, que é o facto de haver o mesmo autor ou mesmo grupo que vai publicar quase os mesmos resultados mas mudando a história, mudando o enquadramento mas os resultados em si são os mesmos ou muito parecidos” (S3).

Alguns autores referem que tal cria a possibilidade de os colegas inflacionarem grandemente a sua lista de publicações sem que, na verdade, haja trabalho novo e original, mas antes uma *“repetição interesseira”*, um sistema de *“artes de baralhar e voltar a dar”*, *“a chover no molhado”* (S11) dos mesmos trabalhos pelos mesmos autores.

As dúvidas sobre a forma de classificar o comportamento, especialmente considerando o silêncio ou não censura pública e aberta destas situações, está patente em expressões como: *“não sei se será uma questão ética”* (S5) ou *“Isso também em termos da... seriedade também está um pouco no borderline”* (S3). Considerando-se que as perceções e reações dos entrevistados podem mudar no tempo, um dos entrevistados revela como a situação era para ele fonte de frustração numa fase inicial da carreira, para passar a ser normalizada ou banalizada:

“agora já não ligo a isso – mas no início ficava muito chateada porque eram pessoas que pura e simplesmente faziam copy e paste” (S7).

A maleabilidade e mutabilidade da interpretação da situação pode ocorrer ainda em sentido oposto, num processo progressivo de problematização e tomada de consciência crescente da eventual censurabilidade da situação. No caso do entrevistado cujo excerto reproduzimos abaixo, a tomada de consciência da censura da situação ficou a dever-se a

leituras feitas em artigos científicos e de opinião, não através da reação dos pares. A partir desse momento, altera progressivamente a sua interpretação da situação.

“chego à conclusão que eu próprio já me autoplaguei muitas vezes (...). Quer dizer, eu próprio fico preocupado com isso, hoje tenho mais cuidado – começo a olhar (...) e eu próprio vejo que eu também já me autoplaguei várias vezes” (S18).

Os entrevistados não se ficam por aqui. Quatro dos entrevistados relatam situações também criticadas pela literatura de **(5) autoria honorária**. Este é um mecanismo através do qual um académico de hierarquia superior, como seja diretor de laboratório ou departamento, põe o seu nome como coautor de forma sistemática nas várias publicações realizadas pelas seus subordinados ou pelo grupo de investigação que dirige, ainda que a sua participação tenha sido mínima ou nula.

“I know some [colleagues] that will try to put their names in any kind of article written by their students and sometimes as the first [author]. And they go and publish all the time” (S8).

Não se deve no entanto confundir com a situação de exploração acima mencionada, especialmente por ser uma solução onde os nomes dos restantes autores estão presentes, logo, onde o académico de posto superior não surge ‘em vez de’ mas ‘a par de’ os verdadeiros autores. No entanto, tal não impede que os académicos verbalizem a sua censura com expressões como as que aqui se transcrevem:

“é incorreto porque se sabe perfeitamente que o supervisor ou não fez nada, às vezes nem sequer leu o artigo” (S19).

“havia ou há pessoas que tudo o que se publica no departamento, mesmo que eles não risquem nada, tem que estar tudo com o nome deles, (...) isto é uma fraude” (S3).

Situação muito próxima desta, acontece naquilo que dois dos entrevistados designam como **(6) citações cruzadas**. Este mecanismo consiste, sinteticamente, na partilha da autoria por todo um grupo de trabalho ou *network*, ainda que cada elemento, individualmente, seja responsável de facto por apenas um artigo. Desta forma, de novo, se inflaciona a quantidade de publicações dos académicos, de modo que em vez de, por exemplo, haver cinco elemento num grupo ou departamento com um artigo cada um pelo espaço de um ano, o que existe formalmente é afinal um grupo único onde cada um

dos seus cinco intervenientes conta com cinco artigos em coautoria pelo mesmo espaço de tempo.

“Professors forming networks together and then every publication they have they put everybody’s name so that everybody has 5 publication instead of one” (S13).

O plágio (ou furto, como muitos dos entrevistados preferem epitetar) não tanto de secções mas de **(7) ideias ou conceitos**, também foi mencionado por três dos entrevistados como algo que deveria de algum modo merecer cuidado na deteção. Neste caso, critica-se a utilização indevida de ideias avançadas por terceiros bem como o uso de conceitos criados por outrem mas apresentados e publicados sem a devida referência à fonte original: *“the other thing is actually people who are writing articles and stealing ideas from authors in other books and other articles” (S13).*

A expressão usada por um dos entrevistados, para caraterizar os que lançam mão desta prática, remete bem para a ambivalência da leitura de tais situações: *“when people say ‘he is not very generous in quoting other’s people work’ (...) which is a positive way of expressing it” (S17).* Uma pessoa pouco generosa na citação é, então, alguém que usa ideias, conceitos ou outros subprodutos do artigo de um terceiro, importando-os para o seu trabalho, tornando-os seus. Esta ausência de generosidade é considerada *“plagiarism less obvious” (S17).*

De modo mais residual os entrevistados (2) referiram uma prática que pode ser descrita como uma má prática de citação, porque é redundante, mas parece ter na sua base um forte **(8) enviesamento na seleção da literatura** citada. Deste modo, citam-se “as pessoas certas”, o que parece ser, segundo nos foi descrito, uma prática comum que tem como objetivo procurar colocar os nomes dos investigadores ou autores de determinada escola ou orientação teórica, de modo a assim se obter legitimidade e se procurar fazer prova da qualidade do novo artigo que faz a citação.

“ok, did I quote the right people, or do I need more quotation from this particular guy’ (...) you want to have the major names there also because it gives you a lot of credential for your own thing. So, you don’t want to miss a particular important person there” (S8).

Finalmente, ainda que roçando o âmbito dos direitos de autor, em três situações foram nos reportadas práticas onde o **(9) plágio é usado como arma**, onde se esgrimem entre

colegas denúncias ou suspeitas de plágio. *“Agora, também me estou a lembrar de um caso em que a acusação de plágio também pode ser uma arma, como há a de assédio moral ou sexual”* (S18).

O objetivo parece ser não o de repor uma situação de citação indevida ou de infração às regras autorais, mas antes de colocar em funcionamento mecanismos de rutura ou de conflito nas relações interpessoais por via do ataque à reputação académica: *“estas coisas como arma também é muitas vezes uma estratégia em relação à qual temos que nos acautelar”* (S18). A reputação académica tende a ser fortemente abalada quando surgem suspeitas de plágio. Efetivamente, as acusações, fundamentadas ou não, de plágio parecem deixar fortes marcas na reputação institucional e individual, segundo alguns dos entrevistados.

“once your reputation is under fire, your reputation may vanish very quickly, so you have to be careful about making accusations” (S21).

“Para as pessoas traz muita [consequência], não é, quer seja uma acusação, uma pessoa que é acusada e que é julgada, mesmo que depois venha a ser considerada inocente nunca se livra daquele estigma” (S18).

Devido à força percecionada deste estigma, os entrevistados que se confrontaram com suspeitas de plágio, pretendem ser extremamente prudentes e evitar as acusações em falso: *“There’s also a lot of rivalry within the university and you have to look through the rivalry in order to make sure that an accusation [de plágio] is well funded”* (S21). Percebe-se portanto que o uso da acusação de plágio de forma instrumental, como arma, como estratégia de conflito interpessoal com repercussões na estrutura institucional, pode ter fortes repercussões na vida dos indivíduos e minar o princípio basilar da confiança.

A confiança na academia, o reconhecimento, o nome e o estatuto demoram a ser conquistados. Convém agir parcimoniosamente quando se trata de avançar com a mera possibilidade de beliscar esse reconhecimento, estatuto ou nome.

Surge claramente que as acusações ou deteção de plágio são, de entre o leque de comportamentos e práticas consideradas problemáticas e recolhidas ao longo do estudo, as que mais consequências negativas trazem para os indivíduos e para as instituições. Consoante as perceções dos entrevistados, as pessoas acusadas de plágio (na sua forma

tradicional) podem ser despedidas das instituições onde haviam trabalhado, ver os seus artigos retratados de revistas prestigiadas, ter o grau acadêmico anulado, entre outras consequências formais.

No entanto, a reação não é sempre igual. Desde logo, não é igual nas diferentes instituições ou áreas científicas: estas podem ter regras implícitas diferentes para a mesma situação, que pode ou não ser problematizada consoante a disciplina. Isso mesmo nos revela o seguinte excerto de um dos entrevistado que, ao contribuir para investigação com colegas de outra área científica viu o seu nome surgir como coautor num artigo sem que tenha acompanhado o processo de publicação.

“eu já vi o meu nome aparecer em alguns artigos para os quais eu não contribui na redação mas eu trabalhei no projeto e depois aquilo deu um artigo e vejo o meu nome aparecer lá às vezes sem eu saber. Isso, por exemplo, faz parte dum princípio que é um princípio ético (...) da participação na investigação, mas que ao mesmo tempo, quer dizer, o artigo aparece sem que eu tenha conhecimento exato do que é que está lá. Isso para nós das ciências sociais e das humanidades, pode parecer um pouco mais problemático” (S18).

Portanto, uma situação pode ser considerada não problemática para indivíduos provenientes de uma determinada área científica, ao mesmo tempo que é considerada desconfortável ou claramente censurável a quem provier de outra área científica. As tradições disciplinares das diferentes tribos académicas determinam o enquadramento valorativo das práticas.

Mas a reação também difere no seio da mesma instituição e disciplina. A deteção é crucial e admite-se que haja um alto número de cifras negras. Nos casos do plágio por alunos de doutoramento, verifica-se que os elementos do júri responsáveis pela arguência surgem como peças-chave na deteção: *“A reunião [entre os elementos do júri de doutoramento] foi feita três dias antes do doutoramento e a pessoa de L. dizia que não ia aceitar a tese porque tinha dado conta que vários parágrafos da introdução eram iguais aos artigos científicos (...) e a colega de L. do júri que era uma das arguentes (...) disse que passou num software de plágio e que apanhou” (S7).*

Da amostra obtida, são aqueles no topo da carreira (Professores Catedráticos e Associados) que mais mencionaram ter conhecimento ou considerar problemáticas as várias situações de desrespeito aos direitos autorais, eventualmente por já terem

acumulado um acervo de experiências e relatos mais significativo em virtude dos anos de experiência (tabela 10).

Tabela 10: tipos práticas autorais problemáticas e posição na carreira

Posição na carreira	Tipo									Total
	Trad.	Dout.	Env. Lit.	Auto	Ideias	Honor.	Expl. 3os	Cross	Arma	
Professor catedrático	8	4	1	4	1	1	3	1	2	25
Investigador junior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Professor Auxiliar	3	1	0	0	0	1	0	0	0	5
Professor Associado	2	3	1	1	2	1	3	1	0	14
Assistente	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Investigador senior	2	1	0	1	0	1	0	0	1	6
Aluno pós-doc	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	15	10	2	6	3	4	6	2	3	51

Legenda: Trad: plágio tradicional; Dout: plágio em dissertação de doutoramento; Env.Lit.: enviusamento na seleção de literatura; Auto: autoplágio; Ideias: plágio de ideias; Honor.: citação honorária; Expl.3os: exploração do trabalho de terceiros; Cross: referências cruzadas; Arma: plágio como arma.

Ao procedermos ao cruzamento das práticas autorais problemáticas com a área científica dos entrevistados, percebemos que os três grandes grupos percebem amplamente a existência das formas tradicionais de plágio e de plágio em doutoramento (tabela 11). No entanto, os entrevistados do Direito/Filosofia são praticamente omissos a outras formas de desrespeito aos direitos de autor, ao passo que os entrevistados das Ciências Sociais são os que mencionam a exploração do trabalho de terceiros, o plágio de ideias, o enviusamento da literatura e o uso do plágio como arma. Pode-se aventar que as especificidades das ciências sociais resulta aqui numa maior sensibilidade e atenção a formas mais subtis de deturpação da atribuição da autoria, em comparação com os entrevistados das ciências exatas e da saúde e do Direito/Filosofia.

O plágio, em comparação com as restantes situações indagadas, parece ser a de mais fácil detecção, especialmente pela existência de sistemas informáticos desenhados para o efeito, bem como devido à existência de uma vítima concreta que pode denunciar a situação. Por isso, conduz a sanções formais ainda que não seja, segundo alguns, o ato mais danoso para a ciência.

Tabela 11: tipos de práticas autorais problemáticas e área científica

Área científica	Tipo									
	Trad.	Dout.	Env. Lit.	Auto	Ideias	Honor	Expl. 3os	Cross	Arma	T
Ciências Exatas e da Saúde	6	3	0	4	0	3	0	1	0	17
Ciências Sociais e Comport.	8	5	2	1	3	1	6	1	3	30
Direito/Filosofia	1	2	0	1	0	0	0	0	0	4
Total	15	10	2	6	3	4	6	2	3	51

Legenda: Trad: plágio tradicional; Dout: plágio em dissertação de doutoramento; Env.Lit.: enviamento na seleção de literatura; Auto: autoplágio; Ideias: plágio de ideias; Honor.: citação honorária; Expl.3ºs: exploração do trabalho de terceiros; Cross: referências cruzadas; Arma: plágio como arma.

A centralidade destes comportamentos de infração às regras autorais, bem como a forte e expressa censura e percepção da frequência e regularidade de algumas práticas consideradas problemáticas prende-se com a centralidade da atividade de publicação na investigação científica. A publicação está intimamente ligada à avaliação dos académicos em nome da qual indivíduos e instituições regem as suas prestações, negociam os seus objetivos e cumprem as normas de conduta que são, muitas vezes, contraditórias entre si, aumentando a pressão percebida.

C. Procedimentos metodológicos problemáticos: “we all want our data to look just as good as possible” (S2)

À exceção de dois entrevistados, todos os restantes admitiram ao menos a possibilidade da existência de casos de invenção, manipulação, ou seleção de dados, nem que fosse por terem conhecimento de casos mais ou menos mediáticos onde estas práticas foram discutidas ou publicitadas. É nosso entender que a forma como alguns dos entrevistados relataram casos públicos remete para uma sensibilidade e atenção ao tema, ainda que não tenham tomado conhecimento direto ou por “ouvir dizer” de casos mais próximos.

Das entrevistas ressalta um total de trinta situações relatadas que tomam tonalidades diferentes quer no tipo de atividade problemática realizada sobre os dados ou resultados, quer em termos da proximidade que os entrevistados tiveram face aos casos concretos (tabela 12). Tal como no caso do plágio, os entrevistados alegam existir diferentes tipos de intervenção nos dados, numa gradação que parece decorrer precisamente da intensidade dessa intervenção. Num extremo teremos a pura **invenção** de dados

(*fabrication/forging* – 6 entrevistados), passando pela sua **manipulação** (*falsification, tampering* ou *cooking* – 3 entrevistados), e pela **seleção** de dados (*massaging* ou *trimming* – 10 entrevistados), terminado na **interpretação** enfiada desses dados (4 entrevistados) (tabela 12). Os relatos de invenção e de seleção dos dados são os mais frequentemente relatados entre os indivíduos entrevistados.

A dificuldade na deteção do comportamento parece prender-se com o secretismo, a invisibilidade que as práticas de invenção, manipulação e seleção de dados podem tomar: “*you tend not to see that because you don’t always see if somebody chooses not to report the data (...) you don’t always see that, you don’t always notice that.*” (S1). E nem mesmo registos apurados impedem o contorno às regras do método experimental, ou de qualquer outro para o efeito: “*the lab book is very important, and we tell our students that is almost like a legal document, so they write everything down, it’s signed by supervisors. But of course we still don’t know if it’s the truth. It’s what they’ve written but whether it’s the truth...*” (S2). Em última análise, as situações podem passar perfeitamente despercebidas quando o processo de invenção é bem realizado: “*To be honest, in the kind of research we do, sometimes if we are really able to invent and not be discovered is because you are really good*” (S8).

Podemos presumir que enquanto o plágio tem uma vítima direta, o plagiado, e pode ser provado, verificado, observado no confronto com o documento original, o mesmo já não se passa neste conjunto de situações. A breve síntese do caso Schön (Anexo 1) prova-o: o isolamento, o secretismo, a ausência de registos ou de indícios sobre as experiências realizadas dificultam a deteção deste tipo de situação de invenção e manipulação de dados. Raríssimas são as vezes em que uma testemunha, seja ela humana – como no caso que mencionaremos de seguida – ou tecnológica – como sucedeu quando uma câmara de vigilância da Universidade de Michigan registou um aluno de pós-doutoramento a contaminar a amostra de células de uma colega²⁴ - está por perto e deteta a situação de intervenção fraudulenta nos dados. Donde a percebida dificuldade de deteção e a fragilidade dos mecanismos de controlo e vigilância destas práticas.

Vejamos agora os diferentes tipos de situações ou categorias percebidas pelos entrevistados e de que nos deram conta. Note-se, no entanto, que não conseguimos obter

²⁴ <http://www.youtube.com/watch?v=utdTIIHxwkok> – acedido em Julho de 2014.

resposta relevante para esta categoria num dos entrevistados, pelo que contamos aqui com um total de 26 respostas válidas.

Tabela 12: tipo e frequência de procedimentos metodológicos problemáticos

Tipo	Frequência	Percentagem
Invenção de dados	6	22,2%
Manipulação de dados	3	11,1%
Seleção de dados	10	37%
Interpretação enfiada	4	14,8%
Conhece dos <i>media</i>/admite que sucede	7	25,9%
Total acumulado de situações reportadas	30	

O primeiro caso, a invenção ou fabricação de dados, problematizada por seis dos entrevistados, sucede quando os dados que supostamente dão corpo ao trabalho são pura e simplesmente inventados, ou *fantasiados* como descreveu uma das entrevistadas. A investigação repousa sobre dados que não foram sequer recolhidos mas antes nasceram da inserção fraudulenta, pelo investigador, em bases de dados sobre as quais se elaboram, posteriormente, análises e se tiram as conclusões. O caso relatado de forma mais intensa, quer pela proximidade quer pelo desfecho para o entrevistado, surge do seguinte modo: “*Vi uma vez um comportamento que achei inadmissível e saí do laboratório. Era o meu chefe a inventar resultados. (...) Vi e saí da instituição*” (S5).

O forte repúdio do entrevistado pela situação está presente em expressões como: “*esta é a coisa mais grave que vi e é muito grave – tão grave que não podia continuar a trabalhar como colaborador desta pessoa*” (S5), bem como na decisão de abandonar a IES onde testemunhou o comportamento do colega, vincando desde cedo na entrevista que criticava o comportamento de um indivíduo e que a sua crítica não se estendia aos restantes colegas daquela ou outras IES. Como o próprio menciona, foi um caso extremo que não voltou a ver repetido em mais nenhum local.

Quando questionado sobre as causas que teriam levado à realização daquele ato, o mesmo indivíduo ressaltou o envolvimento em projeto europeu em razão do qual o indivíduo detetado poderia estar a sentir “*alguma pressão para produzir*” (S5). O entrevistado relatou ter confrontado o seu superior hierárquico com a situação e ter dado início à entrada em cena de mecanismos de controlo social, nomeadamente dando conhecimento da situação ao coordenador do projeto europeu. No entanto, a perceção

que tem é que o que se passou daí para a frente foi “*Rigorosamente nada. Nada. Infelizmente*” (S5).

Outros entrevistados deram conta do seu conhecimento mais ou menos direto de situações também de invenção de dados ainda que mais ninguém tenha relatado ter testemunhado diretamente situações do género: “*peessoas que literalmente confessam e nos dizem que inventam dados no âmbito da realização de atividades de investigação científica, no âmbito da concretização do seu trabalho académico, de pessoas que confessam abertamente que inventaram a parte dos dados*” (S18).

A invenção de dados teria como objetivo fazer o ‘estudo’ entrar na corrente de produção académica tradicional, ou seja, ser publicado e difundido – “*há casos que são... que foram demonstrados que são totalmente e deliberadamente falsificados, os próprios autores acabaram por aceitar e retiraram o paper [de publicação]*” (S3) – ou permitir a busca por futuros financiamentos – “*there has been people in order to get finance, have written a research proposal and said ‘we have found this and this and this’ while they’re completely out*” (S16).

Por vezes a invenção de dados vem mesclada com comportamentos como o plágio e verifica-se claramente que aquele absorve este pela centralidade que toma, pela gravidade que reveste. O relato da seguinte entrevistada prova-o: numa situação de simultaneidade de plágio e de invenção de dados, aquele é colocado em segundo plano a nível da problematização:

“*pegaram num artigo científico do início dos anos 90, ah... para determinar um princípio farmacêutico qualquer, mudaram para outro princípio e copiaram o artigo completamente e submeteram o artigo. O artigo foi aceite e publicado. Inclusivamente, usaram gráficos (...) Mudaram o nome do composto. (...) O declive era 0.13, eles puseram 0.12*” (S7).

A consequência visível passou pela retração do artigo publicado, sendo que a entrevistada atribui especialmente o desejo de publicar como causa para a realização do comportamento problematizado.

A censura aos casos de invenção de dados está perfeitamente patente em expressões como “*foi a situação extrema que eu alguma vez vi*” (S7) ou “*That’s unethical. That’s something that you should not do as a researcher*” (S16).

Já o conhecimento ou suspeita de situações de **manipulação** de dados foi avançado por apenas três dos entrevistados. O que não deixa de levantar algumas questões pois, na verdade, o guião de entrevista usava diretamente a expressão manipulação como designação genérica de introdução à categoria (ver Anexo 3). Apesar disso, maior parte dos entrevistados foi capaz de fornecer pormenores ou designar a situação de forma bem mais precisa do que meramente ‘manipulação’. Tal pode ser um bom sinal da espontaneidade e empatia construída na situação de entrevista, na qual, afinal, os entrevistados estão dispostos a pormenorizar as respostas ao que lhes é pedido. Quanto à manipulação, que implica alterar os dados recolhidos nos seus valores, conteúdos, coordenadas, intensidade, etc., os entrevistados revelam pouco.

“Someone who did the PhD... there are rumors, it was suspected that he manipulated data” (S14).

“The problem is this slight manipulation, slight things” (S8).

Podem existir várias razões que expliquem de algum modo a falta de mais informação sobre situações de manipulação: (i) os casos de manipulação apresentam menos probabilidade de acontecer; (ii) são ainda mais difíceis de detetar pelo que o seu conhecimento público poderá ser mínimo e veicular-se precisamente na forma de rumores; (iii) os entrevistados podem recordar-se apenas dos casos que consideram mais graves, como de invenção de dados, ou que suscitam mais dúvidas e debate quanto à valoração, como parece suceder quanto à seleção de dados; (iv) a manipulação e a seleção de dados, ainda que distinguidos na literatura, podem revelar-se difíceis de destringir no caso concreto, como parece ser o caso da última transcrição acima feita, onde se refere a preocupação em torno da manipulação mais subtil, menos vincada ou de definição e categorização mais difícil.

Já a **seleção** de dados (referida por dez entrevistados) consiste em, de um conjunto de dados recolhidos para o mesmo projeto de investigação, optar por manter para publicação ou divulgação apenas alguns especificamente selecionados por se considerar que são os que melhor representam o comportamento ou fenómeno que se pretende demonstrar. Eliminam-se, desta forma, os casos que não encaixam tão bem no que se pretende demonstrar, que são *outliers* ou desviantes e retiram, segundo a perceção dos entrevistados, a coerência e força dos resultados. Como refere a frase usada no capítulo desta secção, *“we all want our data to look just as good as possible” (S2)*. Ou, como

confessa outra entrevistada, “às vezes é difícil lidar com os dados que nos são dados, porque não dão os resultados que nós queremos” (S19).

De que forma e porquê sucede esta seleção? E será que todos os entrevistados consideram ser esta uma prática problemática?

Para o entrevistado S5, a prática é “razoável e aceitável”. Considerando que a metodologia científica de algumas áreas científicas impõe que se realizem uma série de experiências ou mensurações e observações sobre o mesmo fenómeno, exige a repetição de procedimentos para garantir a regularidade das observações feitas, sucede que os investigadores podem querer mostrar, ou seja, publicar, “o resultado que melhor demonstra um comportamento”. S4 conhece também a prática de seleção dos dados mais agradáveis para o estudo, numa espécie de filtragem que tornaria o trabalho mais facilmente publicável. O objetivo da publicação parece ser aqui o elemento que espoleta este tipo de situações, ao menos segundo alguns entrevistados: a selecção de dados serve “to sell a better story” (S2).

Alguns dos entrevistados consideram que a seleção dos dados ou resultados pode ser feita como forma de agradar ou apaziguar a entidade que financia o estudo, no caso de contratos de investigação, ou como resultado da interferência dessas entidades nos resultados do estudo.

“They plainly wrote me a letter with four pages with ‘in this page we don’t like this sentence and we would like that sentence out and you’re not right in what you’re saying about this and that’. (- What was your reaction to it?) Half-half. Sometimes I tried to please them a little bit because I would like to continue to do this research for them. (...) And in some instances I said ‘no, I’m not going to change that, that’s my conclusion, whether you like it or not’” (S13).

Nesta citação, vemos de que forma a entidade financiadora pretende alterar o produto final num relatório de investigação, indicando por carta que secções quer ver retiradas ou alteradas. A reação do entrevistado é de compromisso, meio-meio. Em alguns pontos cede, noutros não tanto. O conflito entre querer manter a fonte de financiamento e querer preservar a sua autonomia académica está bem patente na transcrição. Teremos oportunidade de voltar a esta questão mais à frente.

A dificuldade em enquadrar ou mesmo definir o comportamento percebido como problemático é visível, entre outros, nas palavras do entrevistado S18, para quem o comportamento surge como claramente distinto da invenção dos dados mas, ainda assim, de alguma forma ilícito: “*acho que muitas vezes não digo que seja liminarmente inventar os dados, mas de alguma maneira cometer aí algum tipo de ilicitude que retire os dados do seu contexto*” (S18). Os entrevistados sugerem que não há tanto uma manipulação de dados mas uma alteração da realidade, ou seja, da descoberta feita e do que ela diz sobre o mundo exterior: “*so you don't really manipulate the document but you are manipulating reality*” (S8).

Ora, esta questão pode ter a ver com o facto de esta ser potencialmente uma prática corrente. Por outras palavras, não é incomum que os investigadores selecionem os casos mais significativos para publicar ou divulgar – no entanto tal será geralmente aceite e considerado regular quando essa seleção e a razão pela qual foi feita, pela qual alguns dados foram desprezados ou deixados de fora, está expressamente manifestada no momento ou local da apresentação dos resultados.

A secção que iremos agora transcrever remete precisamente para o confronto das duas visões sobre a mesma situação: a seleção realizada pelo aluno de doutoramento é criticada por ter sido feita de forma aleatória ou injustificada, ao passo que a orientadora admite que ela realiza exatamente o mesmo comportamento mas justifica-o. O discurso direto permite perceber as diferentes visões em confronto, as razões para a censura e as justificações apresentadas.

“*quando defrontei-me no outro dia com isso do estudante [de doutoramento], ele disse ‘ah, professora mas eu escolho os dados’, e eu falei ‘como?’, ah pois, ‘se este ponto está muito fora, eu tiro’, ‘você está a brincar comigo?, não pode fazer uma coisa destas. Se não tem uma justificação’ (...) nesta área experimental é o mais difícil de passar para os estudantes porque a gente pode ter um dado que está completamente fora, mas eu tenho uma explicação, é que eu fui pôr o líquido, o líquido caiu um bocadinho para o lado, eu até fiz a experiência mas eu sei que havia ali um erro, pronto, vou desprezar esta balança, isto pode-se fazer. Agora dar-lhe a-a-b e você não tem uma explicação para o b, não pode ter este valor, ainda por cima que depois ia fazer testes estatísticos àquilo, ‘você está a falsear completamente os dados, não pode fazer isso’” (S7).*

A causa do mal-entendido do aluno, digamos assim, pode ter nascido precisamente por via da relação pedagógica, por ter assistido à orientadora a fazer o mesmo sem que percebesse a razão por trás da tal seleção de dados: *“Aqui, para mim é uma situação de inocência, não é?, inocência porque pronto, está a aprender, não sabia que não... até pode-me ter visto a dizer olhe ‘vamos desprezar isto’, mas havia uma razão para desprezar aquilo. E não consegue distinguir entre uma situação e outra, pronto”* (S7).

A mesma dificuldade parece residir nos relatos de outros entrevistados que referem como questionam frequentemente a justeza dos seus procedimentos: *“I question regularly whether that person erasing this piece of information is any different from me saying to my students ‘we won’t include that case in our statistics because it doesn’t really fit’. I tell myself they are different because we can then write down why we’re excluding it”* (S2). No final, parece ser a possibilidade de transparência e controlo do procedimento, através da aposição de uma nota sobre a causa da não inclusão, que retira a censura à situação. Abertura, transparência, *disclosure*.

Os casos analisados acima levam-nos a crer que as situações tendem a ser consideradas problemáticas não em termos das suas fronteiras estritas, mas de uma gradação de censurabilidade que atinge o seu máximo no caso da invenção de dados e o seu mínimo no caso do enfiamento na interpretação dos resultados. Pelo meio existem figuras nem sempre claras, que podem ser identificadas em termos da sua maior ou menor subtilidade, maior ou menor transparência, maior ou menor rigor na recolha e uso de dados. Os procedimentos metodológicos guiam a orientação de integridade científica dos investigadores mas, no entanto, não deixam de ter zonas sombreadas, pantanosas onde a problematização decorre de outros fatores que não o ato propriamente dito. A definição ou problematização vai ser realizada contextualmente, *in situ*.

“the way on which you have to work and to present your work and to deal with your work is, in my opinion, is criminogenic. If it leads, on the one hand, [to the] manipulation of the results, sometimes, even if it’s very soft, even if it’s totally within the rules” (S8).

Finalmente, quatro dos entrevistados identificaram problemas na **interpretação dos resultados**. Neste caso não parece haver qualquer atuação fraudulenta na recolha, tratamento e publicitação dos dados, mas sim na forma como estes são interpretados no final da investigação e no modo como as conclusões são descritas. Estas parecem surgir

de forma relativamente divorciada dos dados recolhidos e analisados, eventualmente porque já estão de algum modo pré-determinadas ou esboçadas ainda antes dos resultados concretos obtidos pela análise dos dados empíricos: *“actually I did two years of working in collecting data from drug users and this colleague of mine, he wrote the conclusions. Which he already knew in advance”* (S13).

A problematização e mesmo a designação deste tipo de situações parece não ser propriamente consensual nem estar estabelecida, como indicam as interrogações do mesmo entrevistado: *“he wrote the conclusions and he already knew the conclusions. That’s manipulating results, isn’t it? It’s not manipulating data... it wasn’t in any obvious way changing the numbers or rewriting quotes from participants, and stuff like that. But in terms of interpretation and writing the conclusions and then organizing a press conference (...) that happens a lot”* (S13).

Para alguns dos entrevistados, esta interpretação enfiada dos resultados pode prender-se com a incapacidade do académico admitir o não resultado ou o erro cometido em algum momento do processo de investigação. Deste modo, os indivíduos podem insistir na divulgação de resultados que sabem ou suspeitam não terem relação com os dados, antes estão mal direccionados face ao seu suporte empírico. No entanto, a relevância das conclusões avançadas sobre o estudo, ou a importância dos seus resultados serem significativos, originais, relevantes, parece de algum modo conduzir a situação: *“tem até pessoa que está escrevendo a dissertação, que tem a coragem de dizer que a pesquisa deu o resultado oposto do que pensava, mas tem poucos. A maioria não gosta de fazer isso”* (S20).

Por último, foram surgindo esporadicamente algumas situações um pouco mais difíceis de enquadrar na tipologia anterior, já de si fluida e onde as categorias parecem encontrar-se em relativa comunicação. Por um lado o facto de existirem na investigação erros instrumentais não assumidos pelos autores, erros esses que podem por em causa a validade do trabalho mas que não são assumidos: *“os resultados correspondem a um erro instrumental, as pessoas sabem que aquele é um erro instrumental e continuam a defender aqueles resultados e as ideias que vieram dali.”* (S7).

Por outro lado, considerando a específica metodologia do Direito (donde se justifica a sua análise separada, com a Filosofia), foi-nos relatada a possibilidade de haver uma seleção enfiada da bibliografia a tratar e sobre a qual repousa a tese que se pretende

defender em sede de hermenêutica jurídica: “quando o trabalho é este, é o de recolher bibliografia a respeito de um determinado tema, impõe-se metodologicamente, em termos da atividade intelectual, uma atividade à partida que é o fazer esta recolha tão ampla quanto possível dentro do tema e de, ao falares do tema, dares a conhecer as várias posições a respeito, a respeito do tema.” (S10). Em vez de uma apresentação neutra e compreensiva da bibliografia existe uma seleção da mesma com vista à exclusão de teses opostas ou com vista a uma tentativa de reforço da tese que se pretende defender: “pessoas por inabilidade ou porventura por melhor servir o propósito, por exemplo, a conclusão a que querem chegar na sua dissertação ou omitirem uma determinada opinião contra ou colocarem no trabalho uma visão parcelar, limitada daquela que é a posição do autor” (S10).

O ponto-chave de todas estas categorias recolhidas repousa, parece-nos, no que se obtém concretamente com este tipo de práticas. E o que se consegue obter é o enuiamento do conhecimento científico, seja em virtude de uma necessidade de adequar os dados aos produtos que são os artigos científicos, seja com o objetivo de se mostrar trabalho (logo, resultados) à entidade financiadora do estudo, seja ainda em virtude de motivações de outro cariz, como seja a não assunção do erro ou a persecução de uma determinada linha teórica ou de pensamento que guia a ação de investigação.

Como perentoriamente refere um dos entrevistados, “o falhanço não é uma opção” (S4), e é difícil admitir que se está errado ou menos certo, “é preferível uma pessoa fazer alguma coisa, do que não fazer” (S4). É preferível mostrar resultado, ainda que baseado em dados inventados, manipulados ou selecionados, do que não o fazer de todo. Estes resultados são, como veremos mais à frente, perfeitamente cruciais quer para o académico, quer para a IES. A inação não parece ser uma opção para os académicos que entrevistamos. O tempo não joga a favor, mas antes contra a investigação. Esta deve ser apresentada num curto espaço de tempo e, muitas vezes, sob orientações ou interferências de atores externos (empresas, ministérios, financiadores em geral) não familiarizados com as regras do método científico.

As consequências estão à vista: “[existem] algumas pressões sobre os próprios cientistas (...) o que leva que muita vezes, por exemplo, se apresentem resultados que ainda não estão devidamente consolidados e isso é uma inflexão, digamos assim, nos

cânones mais tradicionais, no modo como se faz ciência em geral, em que as pessoas estavam mais habituadas a regimes de prudência” (S18).

Finalmente, somos levados a concluir por uma relativa incapacidade dos mecanismos de controlo social, sejam as comissões de ética, sejam os momentos de crítica dos pares, em lidar com este tipo de situações mais subtis. A crítica dos pares, por um lado, lida com os resultados visíveis dos trabalhos de investigação: *“you get evaluated, but how do they know that you did something with the numbers, how do they know that you have done something that is based on the data? They do not screen that, they screen the output”* (S15). Por outro, a seleção de dados, a interpretação enviesada não resultam propriamente de violação das regras éticas ou dos formalismos que garantem o respeito pelos sujeitos ou populações investigadas (ex. a aplicação de consentimento informado) e sobre os quais as comissões de ética costumam insistir: *“All kinds of ethical procedures and committees are not going to prevent this kind of mechanisms”* (S13).

Por último, sete entrevistados mencionaram não ter conhecimento direto de nenhuma situação, sem descartar, no entanto, que tal possa acontecer com alguma frequência ou facilidade.

Ao cruzar os dados obtidos sobre o tipo e frequência mencionada pelos entrevistados de procedimentos metodológicos problemáticos, com a posição na carreira e com a área científica, obtemos a informação contida nas seguintes tabelas 13 e 14.

A tabela 13 reproduz algo que já foi visto antes: são os profissionais no topo da carreira (professores catedráticos e associados) que mais relatam ou problematizam situações de desrespeito às regras metodológicas. O saber e experiência acumuladas ao longo da carreira, um processo de socialização teoricamente terminado, bem como o seu especial papel de guardiães podem ajudar a perceber esta concentração de respostas.

Tanto os entrevistados das ciências exatas e da saúde, como das ciências sociais relatam situações de procedimentos metodológicos problemáticos. Já no Direito/Filosofia, apenas um dos entrevistados refere uma situação de enviesamento na interpretação de dados ou, melhor dizendo, na seleção da literatura (tabela 14). Fácil é de perceber esta diferença em face da parca utilização da investigação empírica pelos académicos desta área. Por seu turno, a seleção e a invenção de dados ocupam um papel preponderante no leque de comportamentos e práticas consideradas problemáticas pelos académicos das ciências exatas e da saúde.

Tabela 13: tipo de procedimentos metodológicos problemáticos e posição na carreira

Posição na carreira	Tipo					Total
	Invenção	Manipulação	Seleção	Envio	Admite acontecer	
Professor catedrático	3	2	2	0	3	10
Investigador junior	0	1	0	1	1	3
Professor Auxiliar	1	0	2	0	1	4
Professor Associado	1	0	3	2	1	7
Assistente	0	0	0	1	0	1
Investigador senior	1	0	2	0	0	3
Aluno pós-doc	0	0	1	0	1	2
Total	6	3	10	4	7	30

Tabela 14: tipo de procedimentos metodológicos problemáticos e área científica

Área científica	Tipo					Total
	Invenção	Manipulação	Seleção	Envio	Admite acontecer	
Ciências exatas e da saúde	4	0	7	1	2	14
Ciências Sociais e Comport.	2	3	3	2	5	15
Direito/Filosofia	0	0	0	1	0	1
Total	6	3	10	4	7	30

D. Relações problemáticas de poder interno – a avaliação pelos pares: “there’s the one that glows (...) and some (...) are pushed to the corner” (S13)

A comunidade científica está intimamente ligada ao sucesso do desenvolvimento, produção e divulgação do saber científico. Razão pela qual se torna necessário identificar as relações e interações que se tecem entre indivíduos ou grupos de indivíduos no interior das IES e que compõem a comunidade científica.

De que modo se relacionam os académicos entre si, que intercâmbios se verificam, em que medida a comunidade científica determina, facilita, limita o trabalho individual? Como é moldado o grupo nas suas relações internas e nas relações com o seu contexto? De que forma se distribuem recursos, se negociam soluções, se constroem problematizações ou se colocam em funcionamento mecanismos de controlo e vigilância? Estas são algumas das questões que determinaram a necessidade de olhar especificamente para as relações de poder entre os atores ou grupos de ator.

“o mundo da ciência é um mundo de poder, de hierarquias, muito fortes, muito consolidadas (...) a ciência é uma atividade como outra qualquer, que está sujeita a estas dinâmicas hierárquicas e estas lógicas de poder de uma maneira às vezes até mais acentuada do que acontece noutros domínios” (S18).

Como indica Foucault, *“(...) o corpo social é atravessado, caracterizado por múltiplas relações; elas não podem dissociar-se, estabelecer ou funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso de verdade”* (Foucault, 2006, p. 38). Como se constrói o discurso de verdade sobre o que é ou não problemático no comportamento dos académicos, como se diz a verdade sobre o mérito de determinado indivíduo, grupo ou trabalho científico, sobre o reconhecimento e sucesso individual? Como se constrói o discurso de verdade sobre o que é permitido ou não fazer, o que é ou não considerado problemático nas situações correntes da investigação científica e ensino superior?

Para a obtenção de respostas procuramos averiguar se os académicos encontram situações problemáticas aquando da sua avaliação pelos pares. Concretamente indagamos acerca dos mecanismos de decisão conjunta (por júri) quer para a obtenção de grau de doutoramento, quer para o ingresso ou progressão na carreira. Alguns dos entrevistados, espontaneamente, direcionaram o nosso olhar para outros momentos cruciais na carreira dos académicos, por exemplo, quando se exerce o chamado *peer review*, um processo de avaliação por pares, eventualmente a nível internacional, podendo ou não ser anónimo e pelo qual se abre o acesso a uma oportunidade restrita, seja a de publicar (mais comumente), seja a de obter financiamento para investigação. E estas oportunidades são consideradas totalmente fulcrais na carreira do académico e no sucesso da própria IES.

A situação de avaliação pelos pares é determinante para a construção da comunidade científica, encarregue de inspecionar e dar o aval de qualidade ao trabalho realizado pelo académico. Acontece nas IES de todos os entrevistados que contactamos. Independentemente de haver especificidades no processo de entrada e progressão de carreira (por exemplo, entrada por convite ou concurso público, número de anos que um académico pode ocupar em determinado posto, a correspondência das categorias profissionais, composição concreta do júri, etc.) e desde o momento em que começam a realizar o seu doutoramento, os indivíduos que fazem carreira na academia terão que se submeter em algum momento do seu percurso ao processo de avaliação dos pares.

O processo de exame ou de avaliação, a par da vigilância hierárquica e da sanção normalizadora, é essencial na ativação de um poder disciplinar reticular e totalizante, “(...) *supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício de poder*” (Foucault, 1987, p. 156). Donde a centralidade do processo de avaliação na génese e configuração de relações de poder também no seio das IES.

Estes mecanismos parecem ser nucleares à constituição e manutenção da comunidade científica ou, mais concretamente, aos grupos de cientistas, departamentos, escolas de pensamento ou *networks*. São simultaneamente essenciais na comunicação de definições sobre comportamentos e correspondes problematização. O que significa, portanto, que são momento e instrumento de controlo social, de reação grupal eventualmente negativa a situações percebidas como desviantes. No entanto, como vimos na Parte A, na revisão de literatura, também as situações de *peer review* podem ocultar comportamentos e práticas problemáticas.

Apenas duas das entrevistadas referem expressamente que não conhecem nem nunca ouviram falar de qualquer questão problemática que se tenha colocado na avaliação feita por júris, seja para a obtenção de grau de Doutoramento, seja em processo de acesso ou de progressão na carreira ou em qualquer outro sistema de *peer review*. Também aqui, uma das entrevistas não permitiu a obtenção de dados sobre esta situação, pelo que N=26 (tabela 15).

Tabela 15: tipo e frequência de relações problemáticas de poder interno

Tipo	Frequência	Porcentagem
Ingresso ou progressão na carreira acadêmica	14	51,9%
Atribuição de grau	7	25,9%
Peer review em publicação	9	33,3%
Peer review em candidatura a financiamento	4	14,8%
Não definido	4	14,8%
Total acumulado reportado	38	

Dos entrevistados, catorze (5 nas ciências exatas e da saúde, 2 no Direito/Filosofia e 7 das ciências sociais) manifestaram-se relativamente ao processo de avaliação por altura do **ingresso ou progressão na carreira acadêmica**. Estes são momentos especialmente importantes na determinação e controlo dos recursos (humanos, neste caso) disponíveis. Como todos os recursos, quando são limitados, a sua distribuição tem que ser determinada em função de critérios específicos. O que as entrevistas revelam é que pode existir um conjunto de critérios formalizados, públicos, manifestos e constantes, normalmente relativos aos produtos científicos e pedagógicos dos académicos, a par de um conjunto de critérios informais, tácitos e adaptáveis mas nem por isso menos claros.

“So these are the kind of things that are taken into account as well, though you’ll never find it in writing. But the norms are quite clear, but the way they are executed are of course open to [change]” (S21).

Na tentativa de perceber o que veiculam essas normas implícitas, fomos indagando os entrevistados. O que alguns deles mencionam é que existem uma série de características não expressamente formalizadas que são tomadas em consideração na seleção de específica pessoa para determinado lugar, lugar esse onde se exercem tarefas próprias e que devem ter correspondência com características pessoais que se tornam imprescindíveis.

“Veja, se eu tenho dois candidatos a concorrer para o mesmo lugar, é suposto que esse lugar seja um lugar de maior responsabilidade de liderança científica, é obrigatório termos uma maior autonomia e as pessoas têm que ser capazes de lidar com pessoas, de criar equipas, de fazer equipas e interações” (S3).

Os entrevistados vão listando algumas dessas características que parecem ser de valorizar, como sejam a capacidade para trabalhar em grupo, a confiança ou lealdade, a importância das relações que se criam no interior do departamento, o facto de ser ou não

um *team player* (S5), ou pelo contrário, se são um elemento de confusão, de ruído e mal-estar.

“if you have a professional who is really top class as a scientists but he also has to teach, and he’s also a manager and has to be able to hold his team together, etc. And if you have someone who is gifted but less gifted but who is a far better manager, and someone who isn’t always making a fuss when something wrong happens, then of course, if you’re in charge of the faculty then you may choose between the one that is always creating trouble and the one who is not” (S21).

Mas muitos outros entrevistados identificam os específicos atributos do “melhor” candidato não nas suas características pessoais e na sua relação funcional com o lugar a ocupar, mas antes na sua maior ou menor submersão em redes ou grupos onde a informação, o poder, as influências mais se fazem sentir. A percepção de que os candidatos com mais possibilidade de sucesso pertencem a um grupo mais ou menos pré-determinado em função dos seus contactos com jogadores-chave no interior do sistema parece muito difundida e vincada. E isto quer no acesso à carreira, quer nas possibilidades abertas de progressão.

Desenrolam-se aqui relações de confiança e proximidade pessoal a um grupo restrito:

“to go [up] the stairs in the academic career you CV is important, (...) but first of all the trust for [who] they know, search for people in their environment and if you don’t have a very good connection to theses professors or students groups you have not that much chances of having that, that position or that job. (...) when you apply for a job at the university, for example, they can take near them people they know” (S6);

“foi notoriamente uma questão de, de... simpatia, familiaridade” (S10).

São mecanismos que pretendem ativar situações de proteção de grupos eventualmente identificados em torno do mesmo projeto científico: *“Penso que é mesmo uma questão científica de escolas, clãs, famílias, numa palavra mais portuguesa: capelas. Pequenas tradições dentro da universidade (...) é uma pequena guerra civil que acontece nos departamentos, nas faculdades, nas universidades em geral”* (S11).

Os entrevistados parecem perceber a existência de um conjunto restrito de jogadores-chave, usualmente no topo da carreira, que selecionam os próximos peões, como num jogo de xadrez, numa tentativa de reequilibrar forças e acesso a aliados:

“the game will be, probably above my head, whether I fit in the scheme of some of the people who are within the faculty ‘we need guys like him to counterbalance the power play’. And if they think that I’m not useful I won’t be promoted at all and they will always find that quantitative arguments (...) if you don’t like somebody or if it doesn’t fit a certain profile or if he’s not, in a chess play, he is not one of the pieces, he is not important, you can dismiss him. (...) There are a lot of factors that play there and not only scientific” (S13).

Os critérios de mérito científico e pedagógico parecem não ser suficientes para decidir do ingresso e progressão na carreira. Há critérios mais ou menos ocultos que se prendem com quem se conhece, inclusive fora da IES: *“um quarto critério é os amigos que ele tem em outros lados para fazer alianças” (S20).*

E apesar de alguns autores vincarem que este enviesamento era mais marcado no passado, ele não parece ter deixado de ser percebido atualmente:

“No passado não muito distante quase que se sabia quem ia ser o próximo catedrático (...) ai de quem ousasse concorrer sem ter a bênção do chefe” (S3).

“Era uma coisa que sucedia muitíssimo, ainda vai sucedendo (...) Porque as pessoas percebiam que ou pertenciam a um leque, não é, de predestinados ou se não pertencessem a esse leque de predestinados era muito complicado [o ingresso na carreira], tinham que trabalhar muito e esperar” (S10).

Para um dos entrevistados, o atual clima de competição tem ainda assim permitido atenuar a sensação de que houve ou há colegas que são protegidos por redes de lealdade institucional (S4). No entanto, as práticas de enviesamento persistem e os mecanismos impostos de transparência e publicidade no processo de contratação parecem não conseguir evitar esta percepção da existência de mecanismos de seleção prévia dos candidatos:

“sei que muitas vezes abrem-se concursos com um candidato já selecionado, pré-selecionado. (...) Pode-se manipular o edital para dirigir a uma certa pessoa, sei que acontece” (S5).

“houve um concurso numa instituição para uma pessoa que não tinha sequer as qualificações mas que era um concurso feito à medida, quer dizer, via-se a fotografia da pessoa no concurso” (S18).

Em termos da gravidade da situação, os entrevistados não são ligeiros a equipará-lo a formas de crime existentes, ao menos, na lei portuguesa, nomeadamente a apropriação indevida de bem público “*o emprego público, estava a ser indevidamente apropriado por pessoas que tinham poder*” (S18) ou *comportamento fraudulento, corrupção em sentido amplo* (S10).

Muito provavelmente por causa desta perceção generalizada parece haver, assim que se anuncia uma possibilidade de acesso a nova vaga, um movimento de preparação da avaliação em função especificamente do júri. Alguns dos entrevistados mencionam de que modo a estratégia do/a candidato/a passa por adequar o seu processo à específica imagem do júri e aquilo que pensa que o júri vai pretender ou avaliar: “*As pessoas têm que se preocupar quem é o júri, como é que estas coisas vão ser avaliadas, ter preparada a apresentação ou o que quer que seja que vão fazer em função de quem é que está a avaliar e essa preparação com quem vai ser o júri, quem é que se vai nomear para júri, para mim já é demonstrativa de que porventura alguma coisa pode não correr bem nesse caso*” (S10).

Parece haver um movimento de aproximação ou convergência com as características (ainda que meramente percecionadas) dos elementos do júri, enquanto jogadores em posições-chave que determinam não apenas o futuro do candidato mas eventualmente da própria instituição. Esta aproximação é caracterizada, segundo um dos entrevistados, como “*oportunismo. ‘Enquanto tu me poderes servir, eu venero-te; a partir da altura em que deixares de ser útil então eu...’*” (S3).

Para alguns dos entrevistados, a consideração de critérios não meramente biliométricos ou matematizados, quantitativos, é uma necessidade dado que os critérios objetiva e publicamente exigidos conduzem a uma “*coisa cega quase, uma coisa puritana em que nos refugiamos numa certa moral contabilista*” (S3). Os critérios quantitativos não são suficientes para escolher a pessoa indicada para o local e a função, como vimos acima: “*o método de seleção, pela minha experiência, nem sempre é o método bibliométrico puro e duro e por isso é que isto é feito por um conjunto de peritos e não por um administrativo*” (S3).

Para outros, a introdução de critérios menos objetivos e transparentes constitui uma distorção às regras meritocráticas que deveriam orientar a atividade científica realizada pelos académicos: “*toda a gente está à espera que abra um lugar de associado e*

catedrático, etc., e estava a falar com um colega e ele disse-me “eu sei quem é que vai ficar no próximo”. (...) E isso não é meritocrático e é uma coisa que choca profundamente” (S5).

Finalmente, alguns dos entrevistados mostram de que forma o processo de recrutamento e seleção é o motor ou o combustível para outras práticas problemáticas que já mencionamos acima, nomeadamente algumas práticas autorais problemáticas, como a exploração do trabalho de subordinados, bem como a negligência nos processos de avaliação dos alunos ou inflação do CV com atividades mal descritas.

“vi o currículo de uma colega minha e achei que o que estava ali não era ético (...): acetatos de aulas que não foi esta pessoa que preparou, alegar que preparou novas unidades curriculares quando o que deu foi cinco ou seis aulas num unidade curricular, no fundo fantasiar aquilo que tinha feito” (S7).

“Some professors also started to put in [the CV] the figures, which is really... You can start to measure everything and count and then say that you’ve had the biggest number of heads but what does it ultimately say?” (S16).

A ênfase na produção bibliográfica é facilmente contornada: *“um critério tem proteção legal, que é mesmo o número de publicações (...) que é um assunto que pode ser facilmente (...) manipulável, muito manipulável” (S11).* Nomeadamente através da adição falaciosa ou fraudulenta de novos elementos.

Se o critério enfatizado for a avaliação do docente realizada pelos seus alunos, a inflação das notas nas disciplinas pode ajudar a obter um melhor posicionamento: *“in terms of student evaluation, so, quality of teaching but through the eyes of students, so if you want to have good student evaluation you have to give high marks” (S13).* Quando o critério relevante é a investigação obtida, produzida e publicada, então *“you have this strategy of having other people writing to you and putting your name in all of the articles that go out, etc.” (S13).*

Há quem sinta mesmo que os comportamentos problemáticos são resguardados ou protegidos no seio da rede de relações que se vai tecendo entre académicos: *“il-y a des réseaux des personnes non éthiques, ils se reconnaissent entre eux. Et s’excusent entre eux. Et se protègent entre eux. Ça c’est clair » (S22).*

No tocante à avaliação para **atribuição de grau**, em concreto, de Doutoramento, os processos referidos por sete dos entrevistados parecem ser um pouco mais simples do que os descritos até aqui.

Não passa despercebido a muitos dos entrevistados que há comportamentos que são problemáticos, nomeadamente na forma como se constitui o júri e se selecionam os arguentes: *“quando se nomeia um júri nunca se deve ser ingénuo ao ponto de pensar que o júri é sempre uma coisa absolutamente isenta”* (S18). Este procedimento pretende facilitar ou dificultar a atribuição de grau em função, aparentemente, de critérios que não são exclusivamente dependentes do mérito científico do candidato e da sua tese: *“you mean if the panel is biased, if they have their own agenda? Oh yes (...) you choose your examiners carefully, there’s a certain bias to choose the examiners carefully, I mean, you don’t really want somebody that has a bias in the other direction, if that particular PhD is controversial”* (S1).

Há ainda narrativas que remetem para o facto de determinados candidatos serem prejudicados em função de opções políticas (S9), ou beneficiados em função dessas opções e relações políticas com o exterior da IES: *“pessoas entram no meio académico bem rapidinho porque têm um interesse exterior, não é julgamento de processo académico, é muito mais o político que determina essas coisas”* (S20). Nestes casos, a conclusão dos entrevistados é a de que *“todos [os casos conhecidos] estão conotados não como falhas do ponto de vista intelectual ou concetual ou pedagógico, não é, académico”* (S10), mas com outros requisitos relativos à pessoa e ao seu capital social.

Outros entrevistados reconhecem expressamente a dificuldade que têm em avaliar colegas com quem trabalham habitualmente, admitindo que a proximidade profissional, o conhecimento do restante do trabalho do candidato quando este não se esgota na tese, bem como o potencial de evolução que lhe atribuem, tudo isso constrange e parece fazer diminuir o rigor colocado na avaliação. A situação parece tornar-se mais suportável quando existem elementos do júri que são externos à instituição e permitem uma avaliação mais objetiva.

“quando, por exemplo, estamos a avaliar pessoas com quem trabalhamos no nosso dia-a-dia, é difícil fazer a separação entre a relação que temos com essa pessoa e a avaliação, portanto, temos que fazer ali um esforço (...) os júris de doutoramento são

plurais, têm pessoas de várias instituições e, portanto, consegue-se diluir digamos assim” (S12).

“I once had to examine a thesis of a colleague who I’ve worked with and I liked, he was a really good person and I didn’t mean to be in any problem with him. I could see there were problems. But also the external examiner could see that there were problems, so it wasn’t just me” (S1).

Face a esta situação, uma das entrevistadas propôs mesmo que se assinassem declarações de conflitos de interesse nessas situações, de modo a garantir a transparência da decisão (S1).

O estatuto do orientador parece ser fundamental, quer na capacidade que tem de mobilizar os elementos do júri mais adequados para o candidato, quer na possibilidade que tem de proteger o candidato durante o processo. Estas proteção e recíproca lealdade podem precisamente ser o início das relações no seio dos tais grupos ou *networks* mencionados antes e que, segundo a perceção dos entrevistados, potencialmente determinam o sucesso ou insucesso de uma carreira académica: *“of course there are examples of protégés who were enormously helped by their mentor or professor and probably would never have a career so successfully and so quickly without their support” (S17).*

De modo a melhor exemplificar esta situação, damos conta aqui de uma comparação: uma das entrevistadas, na fase final de apresentação do seu doutoramento, compara o seu percurso com um dos colegas. Enquanto a entrevistada refere ter resistido bastante às orientações do orientador devido a diferendos de ordem teórica e epistemológica, afirma que o colega nunca questionou as orientações recebidas: *“if you want to do PhD on time and you don’t have to have stress or uncertainty, just follow his guidelines” (S14).* Isso explicaria porque a própria publicou menos e ainda espera defender o trabalho realizado no âmbito do doutoramento, enquanto o colega publicou mais, tendo o orientador como coautor e obteve já o grau. O seguidismo e a ausência de crítica, segundo a entrevistada, podem ser valiosos ativos para se aceder progressivamente aos lugares mais relevantes.

“[The supervisor] wanted to help, I think he really wanted to help me, but he pushed me to a direction that I didn’t want to end up, I resisted that direction (...) the other colleague, he did a PhD at the same time and just followed the supervisor. One guy just

did a follow up study and wan the PhD. (...) And he got far more opportunities to publish, also together with his supervisor and got a lot more publications. So, if we were together to apply to one position and if they would look only at publications, he would be in a better situation” (S14).

Mas o papel tão central do orientador pode ainda ser veículo de transmissão de práticas problemáticas. Do acadêmico para o investigador júnior são propagados modelos comportamentais e avaliativos semelhantes ou, como diria Sutherland, definições favoráveis ao desvio: *“Si un patron n’est pas très clean, il va former des étudiants qui ne sont pas très clean et on va trouver des problèmes chez les assistants”* (S22).

A necessidade de adaptação individual às exigências e requisitos acadêmicos, mas também pessoais e grupais, pode ser sentida como prejudicial. Deste modo, os acadêmicos colocam em jogo estratégias que sentem poder aumentar as suas possibilidades de sucesso ou, pelo contrário, estratégias de contestação.

Finalmente, debruçamo-nos sobre as preocupações em torno da **avaliação pelos pares (peer review) em processo de admissão de artigo para publicação** (9 entrevistados, dos quais 7 das ciências exatas e da saúde) **ou de candidatura a financiamento ou bolsa** (4 entrevistados das ciências exatas e da saúde) para o desenvolvimento de atividades de investigação (nomeadamente por parte de organismos nacionais especificamente desenvolvidos para o apoio à investigação científica).

Várias hipóteses podem ser avançadas para explicar a diferenciação da problematização destes comportamentos e práticas segundo os campos disciplinares dos entrevistados (tabela 16): (i) os inquiridos das Ciências Exatas e da Saúde expõem-se mais frequentemente a este tipo de avaliação, quer porque submetem mais artigos a publicação em revistas *peer reviewed*, quer porque se candidatam mais frequentemente a bolsas e financiamentos para investigação; (ii) os inquiridos das Ciências Sociais problematizam mais as situações acima mencionadas de enviusamento do júri em situações de atribuição de grau ou de acesso e ascensão na carreira académica, tanto assim que os processos de *peer review*, aos quais eventualmente também se submetem, adquirem menor importância ou visibilidade; (iii) a competitividade é menos sentida nas Ciências Sociais e no grupo Direito/Filosofia pelo que a importância das publicações em revistas internacionalmente consagradas ou a obtenção de financiamento é menos problematizada; (iv) o processo de atribuição de reconhecimento aos académicos das

Ciências Sociais e Direito/Filosofia passa por outros mecanismos que não a publicação em revistas com *peer review* ou a obtenção de bolsas ou financiamento para investigação, eventualmente porque têm fontes alternativas de financiamento.

Somos da opinião que é a hipótese (i) que mais colhe, já que este é o paradigma que tem fluído das ciências exatas para as restantes.

Tabela 16: tipos de relações problemáticas de poder interno e área científica

Área científica	Tipo					Total
	Ingresso e progressão	Atribuição grau	Publicação	Financiamento	Não definido	
Ciências Exatas e da Saúde	5	3	7	4	0	19
Ciências Sociais e Comport.	7	2	2	0	3	14
Direito/Filosofia	2	2	0	0	0	4
Total	14	7	9	4	3	38

Começamos pela situação de *peer review* para publicação de **artigo**.

Reconhecendo que o sistema de revisão dos pares pretende ser um sistema de controlo de qualidade do material publicável, alguns dos entrevistados questionam até que ponto é um mecanismo eficaz. Há quem reconheça que encerra problemas e ineficiências e quem aponte como causa para tal a pequena dimensão da comunidade científica: “*I worry a little bit about the ethics associated with peer review because we are such a small country and everybody knows everybody*” (S2). Nos países europeus, normalmente de pequena dimensão, ao contrário do que sucede nos EUA, o anonimato como garantia de neutralidade ou objetividade pode ser impossível de manter, especialmente quando se trabalha em áreas hiperespecializadas onde a competição é musculada.

É esta competição, a comparação sempre presente nos *rankings* de avaliação, e as suspeitas de identificação de candidatos e pares avaliadores – “*Eu conhecia pessoas que estavam sempre do contra, que nós sabíamos que não mandávamos, não podíamos mandar para aquele editor porque ele ia sempre chumbar o nosso paper*” (S3) – que pode conduzir às ineficiências do processo em virtude da entrada de critérios não meritocráticos, segundo os entrevistados.

“*sei que este colega avaliou a minha candidatura num projeto internacional e deu-me má classificação, eu também não vou ser simpática a avaliar o (...) artigo dele. [São critérios que] podem, desta maneira introduzir o enviesamento, uma subjetividade nesta, nesta avaliação do peer review*” (S2).

No tocante à questão do *peer review* em processo de obtenção de **financiamento** por parte de organismos de investigação científica, os três entrevistados que problematizaram estas situações preocupam-se com o facto de alguns elementos do júri terem acesso a informação não constante do processo de candidatura, como por exemplo a situação familiar dos candidatos (S2), correndo-se o risco de a decisão ser influenciada por pormenores desse teor em situação de competição: “*it’s very competitive, if professor Smith gets it [funding], then I won’t get it*” (S2).

Outra entrevistada sente que é comum haver estratégias de manipulação dos critérios de atribuição de financiamento, de tal modo que as bolsas ou quantias são sistematicamente atribuídas a pessoas próximas dos elementos do júri, nomeadamente alunos ou colaboradores: “*Não houve uma única vez em que não encontrássemos piruetas para que a pessoa x, y ou z tivesse a bolsa*” (S7).

Para além da já mencionada competição, outra das causas percecionadas pelos entrevistados para a existência destas situações tem a ver com os limites encontrados na distribuição de recursos, nomeadamente em termos de financiamento, bem como a necessidade percecionada que um punhado de académicos tem de controlar esses recursos limitados.

Parece-nos ser possível avançar desde já com a hipótese de que a limitação de recursos, sejam eles financeiros (por exemplo, obtenção de bolsas de investigação), humanos ou de capital social (como seja a contratação de assistentes) ou de oportunidades (publicar em revistas de prestígio), está no seio de disputas, competição e estratégias de açambarcamento, chamemos-lhe assim, na academia. A comunidade científica interage não apenas na determinação do mérito e qualidade científica do que ali se produz, mas também através de jogos de poder, de uma micropolítica que se sugere ter como objetivo conquistar, garantir ou perpetuar um estado de coisas, uma linha teórica, um grupo, um departamento ou uma rede de relações.

Expressões como *jogo de xadrez, guerra civil, competição, guerra nas sombras* remetem para um ambiente organizacional onde o debate não é meramente científico

mas entra nas questões ‘mundanas’ de obtenção e manutenção de posições de supremacia, de agregação de aliados ou um corpo de confiáveis. No fundo, entra nas questões do poder pois que na verdade, segundo Foucault (2006) o modelo e discurso da guerra passa a pertencer “*ao fundo permanente de todas as instituições do poder*”, é um seu “motor secreto”, “*divide o corpo social e, em permanência, coloca cada um de nós num ou noutra campo*” (Foucault, 2006, p. 285).

Donde a constituições de setores, de grupos. O grupo que se autonomiza em virtude da sua entrada e eventual vitória na situação de *guerra*, é deste modo constituído e parece pretender progressiva e sistematicamente aumentar as suas possibilidades de sucesso, nomeadamente determinando o uso de equipamento ou financiamento. O acesso e distribuição diferencial de recursos desenvolve-se nestes processos.

Já tivemos oportunidade, antes, de realçar a centralidade que estas categorias (publicações, financiamento, promoção na carreira) parecem merecer por parte dos entrevistados e iremos analisá-las autonomamente um pouco mais à frente pois são essenciais, adiantamo-nos, para perceber as categorias nucleares encontradas através da presente análise.

Enquanto os entrevistados do grupo Direito/Filosofia parecem relativamente protegidos dos processos de publicação e de financiamento, em virtude do menor contacto com a investigação empírica, todas as áreas são sensíveis às questões de enviuamento na avaliação para ingresso e progressão na carreira. Tal será facilmente explicável em virtude da obrigatoriedade da passagem por estas situações de avaliação para todos os que se encontram na carreira académica. São os entrevistados das ciências exatas e da saúde que se mostram como mais atentos às situações de enviuamento na avaliação pelos pares quer na situação de publicação de artigo científico, quer na situação de candidatura para obtenção de financiamento. Esta tendência pode ser explicada em virtude de o modelo de publicação e financiamento ter sido desenhado inicialmente para estas áreas, ditas exatas, onde a produção de investigação aplicada tem ganho progressivamente mais visibilidade e impacto económico, como vimos noutros sítios deste trabalho.

Neste ponto (tabela 17), destaca-se o conhecimento transmitido pelos Professores catedráticos acerca dos vários tipos de situações problemáticas que podem ocorrer em situação de avaliação. No entanto, a maioria dos entrevistados reconhece ou identifica a

existência de ao menos uma situação que considerou relevante mencionar em entrevista, pelo que se pode presumir que é algo percebido como relevante e problemático nas várias fases da carreira de um académico.

Tabela 17: tipo de relações problemáticas de poder interno e posição na carreira

Posição na carreira	Tipo					Total
	Ingresso e progressão	Atribuição grau	Publicação	Financiamento	Não definido	
Professor catedrático	6	3	4	2	2	17
Investigador junior	1	1	0	0	1	3
Professor Auxiliar	3	1	1	0	0	5
Professor Associado	1	0	2	2	1	6
Assistente	1	1	0	0	0	2
Investigador senior	2	0	1	0	0	3
Aluno pós-doc	0	1	1	0	0	2
Total	14	7	9	4	4	38

E. Relações problemáticas com poder externo: “if you bring money you have the freedom to decide on everything” (S8)

Não é apenas no seio da comunidade científica ou no seio dos grupos de académicos de específicas IES que se verificam estratégias e jogos de poder. Apesar de não serem agora fraticidas, porque se desenrolam no exterior dos departamentos ou universidades, podem existir contactos ou relações com mecanismos e âncoras de poder externos à academia. Em concreto com atores coletivos que ativam ou geram o que usualmente é designado como poder político, ou público, e/ou com o poder económico, ou privado, aos quais se podem juntar outras esferas de poder, como sejam os *media*. Tal não é exclusivo do mundo da academia, podendo verificar-se em qualquer outra organização profissional: “*organizations themselves operate within and attempt to influence external*

environments *comprising political, economic, and cultural forces*” (Paternoster e Simpson, 2001, p. 202)²⁵.

Sem querermos neste trabalho desenvolver qualquer abordagem ao que é política e o que é economia, de que processos são eivados, como se desenvolvem, que implicações têm sobre os concretos ou abstratos cidadãos ou sujeitos económicos, sem querermos desenvolver aqui qualquer teoria da ação pública ou dos mecanismos de mercado, imprescindível se torna fazer referência a estes atores, estruturas e mecanismos.

As IES não se encerram sobre si próprias, ao contrário do que muitas narrativas pretendem fazer passar com o mito da “torre de marfim”. No entanto, mais recentemente, eventualmente nos últimos 20 anos e claramente desde 2000, a Universidade europeia parece ter alterado os seus discursos identitários reconhecendo expressamente a necessidade de se aliar ativamente a parceiros externos e não apenas entregar conhecimento de forma supostamente desinteressada: “*We are no longer in our ivory towers; we are a central part of the globalisation and rapid transformation (...) and we will have to engage with politics and with a predatory private sector if we are to maintain academic values and to contribute to the improvement, as well as the narrow economic productivity, of our societies*” (Floud, 2004, p. 41).

Os académicos (grupais ou individualmente) têm vindo a entretecer conexões com atores externos à IES, ainda que esta vertente de exterioridade possa ser apenas parcial. Do mesmo modo, as IES cada vez mais desenvolvem políticas de relações com o exterior, ou de abertura à sociedade. Como vimos a propósito do modelo da Ciência Modo2, ou desde a sua fundação como nos diz o próprio Latour ou Kuhn, entre outros (Latour, 2005; Latour e Woolgar, 1988), as IES permitem ou são requisitadas a contactar com sistemas externos localizados no seu ambiente. Há, para as IES, elementos constitutivos e generativos na relação com o seu exterior. Deste modo, podemos traçar uma continuidade equacionada da seguinte forma: académico-IES-sistemas externos.

Ou seja, é necessário admitir que, sendo os académicos atores sociais, não deixa de ser verdade que as IES onde aqueles realizam as suas atividades são também elas atores sociais coletivos, que agem sobre e sentem a ação imposta por outros elementos do sistema social. Se ao nível micropolítico (secção D – relações problemáticas de poder interno) olhávamos a constituição de regularidades ou padrões comportamentais,

²⁵ Sublinhado no original.

produtivos e referenciais entre grupos de indivíduos no seio da IES, agora vamos procurar olhar para a constituições desses padrões através ou a partir da IES e face ao seu ambiente externo.

Ora no seu exterior deve-se dar especialmente atenção aos (sub)sistemas político-público e económico-privado pois com estes se entretecem relações de poder, dependência, articulação, sujeição, domínio, etc. E, como já vimos aquando da revisão de literatura, podem ocorrer comportamentos problemáticos, nomeadamente ao nível dos Conflitos de Interesse (CoI). É para as situações geradas na interação entre IES e poderes externos que agora vamos atentar.

A análise conduzida permitiu-nos perceber fortes padrões de interação com instituições públicas, de âmbito político, e com agentes privados, de tipo económico. Em cada um destes sistemas externos, diferentes formas de atuação ou estratégias foram descobertas na análise da perceção dos entrevistados. Essas estratégias foram categorizadas como **interferência, influência, e ambivalência** (tabela 18). Passemos a explicar.

Tabela 18: tipo e frequência de relações problemáticas com poderes externos

Tipo		Frequência	Percentagem
Poderes públicos	Interferência	8	29,6%
	Influência	11	40,7%
	Ambivalência	6	22,2%
Poderes privados	Interferência	5	18,5%
	Influência	5	18,5%
	Ambivalência	5	18,5%
Total acumulado reportado		40	

Também neste ponto são o Professores catedráticos e associados (mas apenas para as relações com o poder externos público) que mais recontam situações problemáticas experienciadas nas relações com poderes externos às IES (tabelas 19 e 20).

Tabela 19: tipo de relações problemáticas com poder público e posição na carreira

Posição na carreira	Tipo			Total
	Interferência	Influência	Ambivalência	
Professor catedrático	3	4	1	8
Investigador junior	1	1	0	2
Professor Auxiliar	1	1	2	4
Professor Associado	2	3	1	6
Assistente	0	1	1	2
Investigador senior	1	1	1	3
Aluno pós-doc	0	0	0	0
Total	8	11	6	25

Tabela 20: tipo de relações problemáticas com poder privado e posição na carreira

Posição na carreira	Tipo			Total
	Interferência	Influência	Ambivalência	
Professor catedrático	2	3	3	8
Investigador junior	1	0	0	1
Professor Auxiliar	1	0	0	1
Professor Associado	0	1	2	3
Assistente		1	0	1
Investigador senior	1	0	0	1
Aluno pós-doc	0	0	0	0
Total	5	5	5	15

Os entrevistados das ciências sociais parecem ser mais sensíveis às situações de interferência, influência e ambivalência com os poderes públicos e privados, face aos restantes (tabelas 21 e 22). Tal poderá ser explicado por uma especial atitude crítica face aos poderes, comum em áreas como a Sociologia ou a Criminologia, donde uma maior atenção para qualquer tentativa de relação indesejada. Poderá ainda tal dever-se a uma maior proximidade com os poderes, especialmente públicos, num papel de peritos em aspetos sociais ou económicos cujos efeitos práticos e políticos poderão manifestar-se mais prementes, face aos das áreas mais desligadas de áreas de intervenção politizadas. Já os inquiridos das ciências exatas e da saúde revelam uma não preocupação, não problematização ou desconhecimento de situações de interferência de poderes públicos.

Tabela 21: tipo de relações problemáticas com poder público e área científica

Área científica	Tipo			Total
	Interferência	Influência	Ambivalência	
Ciências exatas e da saúde	0	4	2	6
Ciências Sociais e Comport.	7	6	3	16
Direito/Filosofia	1	1	1	3
Total	8	11	6	25

Tabela 22: tipo de relações problemáticas com poder privado e área científica

Área científica	Tipo			Total
	Interferência	Influência	Ambivalência	
Ciências exatas e da saúde	2	1	1	4
Ciências Sociais e Comport.	3	3	4	10
Direito/Filosofia	0	1	0	1
Total	5	5	5	15

Dos relatos obtidos, treze entrevistados revelaram situações de **interferência** por parte de instituições públicas e privadas (oito e cinco respectivamente), nas quais estas entidades de alguma forma vêm interferir nas tarefas típicas do acadêmico, nomeadamente em algum momento do processo de investigação científica ou da publicação de resultados. Dezas seis situações foram categorizadas como procura ativa de **influência** do(s) acadêmicos(s) sobre as mencionadas instituições públicas e privadas (onze e cinco respectivamente), para a obtenção de benefícios para si mesmo, para o grupo de investigação ou para a IES. Onze entrevistados referiram ainda episódios de **ambivalência**, nos quais os acadêmicos detêm simultaneamente funções e responsabilidades na IES e em diversos atores públicos e privados (seis e cinco respectivamente) – situação que parece estar mais próxima da definição convencional de CoI que tivemos oportunidade de analisar. Finalmente, sete dos entrevistados não conheciam ou não problematizaram relações entre os acadêmicos e centros de poder político externos à IES; e cinco não conheciam ou não problematizaram relações entre os acadêmicos e centros de poder económico externos à IES. Do total de entrevistados,

nove foram capazes de descrever pelo menos duas situações diferenciadas – o exemplo máximo sendo S13, que refere diversas situações que remetem para a sua percepção da existência e/ou problematização de situações de *interferência*, *influência* e *ambivalência* com instituições públicas e ainda com uma situação de *ambivalência* com atores privados. Onze dos entrevistados relataram perceber ou conhecer apenas uma situação problemática correspondentemente categorizada como acima indicado.

Se ao criar o guião de entrevista, e considerando os resultados obtidos em estudo anterior (Faria, 2009; Faria e Agra, 2012), havíamos pressuposto a existência de diferenças na percepção das relações com o poder político, por um lado, e com o poder económico, por outro, a presente análise acabou por nos conduzir em trajeto diferente. Os mecanismos de **interferência**, **influência** e **ambivalência**, suas causas e consequências, revelam-se muito semelhantes entre os dois campos, pelo que não se justifica uma análise separada. Ao longo das próximas linhas iremos, exceto quando expressamente indicado, referir-nos a características partilhadas na relação entre a academia e os atores públicos e privados.

Começamos pelas situações de **interferência**. Como acabado de mencionar, categorizamos como tal as diversas situações em que os entrevistados experienciaram ou perceberam a intervenção de instituições públicas ou privadas no decurso do processo de investigação científica ou aquando da publicação de resultados: “*o lobby do lucro e dos interesses afeta a investigação científica*” (S12); “*some work, well, it’s fashion and it’s politics*” (S2).

A interferência sucede porque existe uma relação prévia entre os investigadores e as instituições públicas ou privadas, uma relação de comissão ou encomenda de determinado projeto de investigação – os atores políticos ou económicos dispõem de recursos económicos (financiamento) e os atores académicos devem, em reciprocidade, levar a cabo um processo de investigação científica. Há como que uma relação contratual em que ambas as partes têm obrigações recíprocas a cumprir.

O que se verifica, encontrando aqui um paralelismo com o Direito dos contratos, é que a contraprestação devida pela entidade financiadora é uma obrigação de fins: atribuir determinada quantia de fundos ou equipamentos, por exemplo; já a contraprestação devida pelos atores académicos é uma obrigação de meios: desenvolver um processo de investigação cujo resultado está em aberto, é uma incógnita. O que parece suceder, nas

questões de interferência, é que a entidade financiadora pode julgar ter direito a uma contraprestação de fins: um resultado específico a seu favor, independentemente dos meios usados para se chegar ao dito resultado.

A interferência pode acontecer em diferentes fases do processo de investigação:

Desde logo, no momento da proposta do tema de investigação, determinando-se o que pode ou não ser investigado ou inquirido, o que é ou não incentivado ou permitido estudar:

“Acho que há problemas, por exemplo, em às vezes a investigação ser direcionada perante os temas de financiamento” (S19)

“One of the things I can think of is that some topics are allowed and other topics not” (S16).

Neste caso, o que pode suceder é uma adaptação estratégica dos académicos a esta limitação imposta do exterior: *“Não quer dizer que depois não se consiga ajustar aquilo que se vai fazer, é reescrever de outra maneira, não é”* (S19). Esta questão parece não ser unanimemente percebida como problemática, podendo ser aceite por uns e criticada por outros como forma de interferência em tarefas típicas do académico e das quais os atores externos se devem abster: *“some of them [researchers] find it is the responsibility of the government body to formulate the research question whereas this for [other] academics, this is exactly what an academic should do”* (S17).

Para além da opção do tema, pode haver interferência nas questões de investigação a colocar ou na forma como a chamada (*call*) para o projeto está desenhada: *“they wanted you to discard the questions so that if you ask different questions you will get different answers”* (S21); *“the results are almost in the call for research”* (S6). Deste modo se orienta desde as primeiras fases do processo o *output*, o resultado da tarefa de investigação.

A interferência pode mesmo acontecer no momento do desenho de investigação, quando se determinam as estratégias metodológicas a usar, por exemplo na determinação da amostra: *“I know cases where the government body refused to accept or in advance demands that certain people will not be interviewed”* (S17). Face a estas imposições, os investigadores podem escolher diferentes caminhos de ação: ou aceitando a restrição – *“they are ordering the research, they can say what kind of information they want to*

have” (S17) ou ativando bolhas de autonomia intelectual e orçamental para concluir o estudo na sua totalidade: *“I would do it and I would still interview them on my own budget”* (S17).

Um dos entrevistados mencionou a sua experiência pessoal na qual a interferência se deu mesmo ao nível do tratamento de dados: *“And then they wanted us to manipulate figures”* (S21). Outros revelam conhecimento de potenciais situações semelhantes: *“sometimes manipulating also to please people financing their research”* (S8).

De acordo com a perceção dos entrevistados, pode suceder ainda no momento da divulgação dos resultados caso as entidades financiadoras, públicas ou privadas, sintam que podem ser prejudicadas em termos da sua visibilidade pública, políticas públicas em curso, ou opções de negócio: *“they are so afraid that the results will be turned against them”* (S16). Para evitar esse prejuízo público, a entidade financiadora pode dificultar, de alguma forma, a comunicação e publicação de resultados:

“keeping it secret or trying to make sure that the researcher himself will not speak out in public or to the colleagues what he has found out” (S21).

“academics want to publish because they need publications and if you got an embargo on it then you can’t publish until a certain time has passed” (S1).

“depois quando esses resultados não eram do agrado das empresas, os resultados estiveram suspensos ou os autores foram impedidos de os publicar com prejuízo para aqueles que os faziam, que os procuravam usar para fazer teses de doutoramento” (S3).

Sucedem ainda que as instituições que encomendam a investigação exigem alterações ao relatório de investigação, pedindo a reformulação ou eliminação de frases ou de dados, pondo mesmo em causa a interpretação e leitura dos dados realizadas pelos investigadores. Podem também pressionar os investigadores a avançar com o produto final, quando se está próximo da sua fase de comercialização, sobrevalorizando resultados experimentais que não foram totalmente positivos ou satisfatórios: *“fase final do desenvolvimento do potencial fármaco, em que um resultado negativo ou uma sobrevalorização de resultados borderline poderiam significar o lançamento e a submissão de um produto e a sua comercialização”* (S3).

A reação do investigador a estes pedidos de supressão pode ser a de negociar o conteúdo e forma de divulgação, como sucedeu no caso seguinte, onde o investigador

optou por exemplificar à entidade financiadora de que modo poderia estar a causar um problema maior (nomeadamente por via da reação mediática) caso exigisse secretismo acerca dos resultados. O desfecho foi determinado pela capacidade de ambas as partes discutirem a par e passo em que termos os resultados seriam apresentados.

“if you’re going to suppress it then you are creating a larger problem because then it’s a forbidden fruit and every journalist wants to have a bite in a forbidden fruit, so why not have the research done and be open about it and of course we can discuss with each other” (S21).

No fundo, a determinação do que pode e deve ser estudado, do que é socialmente útil ou *moda* (S19), dos métodos mais eficazes, dos prazos de entrega da investigação, do destino a dar aos resultados, pode ser determinado pelas entidades que encomendam a investigação: *“a lot of the research is funded by the government and commissioned by the government, so they set the research agenda”* (S13).

Percebemos deste modo que alguns dos comportamentos e práticas problemáticas referidas nas secções anteriores [negligência das atividades de docência em virtude da imposição de prazos curtos de investigação, enviesamento de interpretações, manipulação e seleção de dados – *“they don’t reveal results that can be harmful for the client”* (S17)] podem ter uma relação estreita com as interferências ou exigências colocadas pela entidade financiadora no decurso da investigação. Desta forma se reforça a necessidade de considerar que os vários comportamentos ou práticas problemáticas possam estar interligadas e o potencial infrator não se encontrar isolado nas suas opções censuradas: *“of course as a researcher you are small”* (S21).

As consequências decorrentes da resistência do académico ou grupo de académicos à interferência dos atores públicos e privados – *“we have to speak truth to power”* (S21) – são várias e relatadas com laivos de preocupação. Desde logo, as entidades financiadoras podem vir desacreditar os resultados de investigação por via de uma série de estratégias, nomeadamente criticando a qualidade do trabalho ou apontando erros metodológicos: *“rhetorical arguments, the quality of your research and that’s one thing, you always know that any research is defective”* (S21). Mas as consequências ou ameaças de consequências podem ir mais longe e ter impacto duradouro não apenas no académico mas em todo o departamento ou IES: *“it ended the wrong way because we lost the research”* (S21).

Um dos entrevistados, que perdeu precisamente a sua *tenure* em virtude de situação de conflito com entidade financiadora relatou pormenorizadamente de que modo reuniões constantes entre investigador, reitor da sua IES e representante da entidade financiadora acabaram em discussão pública no parlamento do seu país e em ameaças à IES sobre a perda de todo e qualquer financiamento por parte daquela entidade: “[he] *sat in front of him saying ‘listen, if you people are being that strong we will not only cancel our contract with your institute but with the faculty as a whole, other contracts as well’*” (S21).

Tudo se passou de tal modo que o reitor da IES acabou por se afastar da contenda, no que parece ser uma tentativa de minimização das eventuais perdas. A atuação do reitor parece ter servido para manter a IES fora do que passou a ser, entretanto, um conflito entre um académico e um agente público que havia contratado uma investigação cujos resultados sentiu serem para si prejudiciais: “[the secretary of the University] *didn’t say no support but they didn’t help us either*” (S21). Também a equipa do académico parece ter sofrido consequências: “*because there was no more work we had to fire 4 people*” (S21).

Significa isto que os jogos de poder com atores externos à IES existem e são ativados de tal modo que determinam o desfecho de conflitos e de tentativas de negociação. As potenciais consequências negativas sobre as IES e as vidas dos investigadores surgem aqui bem delineadas: a posição de resistência afasta o financiamento e sem financiamento não é possível suportar o grupo de investigação e a evolução do investigador na carreira, pois inexistem recursos económicos e possibilidades de investigar e, logo, publicar.

“*um centro de investigação do qual dependem centenas de pessoas e que tem como grande cliente, entre outras, financiador um conjunto de empresas ou um setor empresarial, que está muito interessado em resultados para desenvolver produtos, etc., mas também pode estar interessado em determinados resultados que não se produzem. E ainda perante a ameaça de perderem a sua única fonte de sustentabilidade, é natural, pelo menos, mesmo que seja inconsciente, mesmo que conscientemente não, mas no subconsciente, digamos assim, ah... haja aí restrições*” (S12)

A possibilidade de fornecer financiamento é a alavanca que equilibra e faz o jogo de forças tombar para o lado da entidade financiadora, seja ela instituição pública ou

privada: “ [a universidade] *funciona como instrumento do poder político. Mas ao mesmo tempo sempre tem rebeldes, tem as duas coisas. Mas, no fundo, enquanto o dinheiro vem do estado claro que tem um incentivo de que o estado tem mais poder do que os rebeldes em geral*” (S20).

Já no caso de aceitação ou não problematização da situação de interferência, ou seja, quando não existe situação de resistência dos investigadores, os entrevistados relataram acima de tudo o que parece surgir como a realização de objetivos apetecíveis, nomeadamente o avanço na carreira por via da obtenção e manutenção de financiamentos para investigação, bem como na possibilidade de se conseguirem mais publicações – os produtos palpáveis das atividades de investigação: “*Pode ter impacto na sua promoção. Porque um dos critérios das promoções tem a ver se tem projetos financiados, artigos publicados*” (S19).

Portanto, o investigador, no seio específico do contexto organizacional em que se encontra, e consoante a relação entre a sua IES e os atores externos, deve sopesar objetivos e admitir cursos de ação diferenciados – um deles é a resistência mas existem, como já vimos, formas de negociação do produto e das interações. Os académicos parecem ter noção de que é necessário estabelecer limites à interferência externa, mas os limites parecem ser muito elásticos: “*there is a lot of negotiation going on and they say they have their limits to what they’re willing to accept (...). It’s a long way before the limit is reached*” (S17).

Efetivamente, a negociação de posições não é algo que seja totalmente criticável pelos entrevistados, especialmente na ausência de diretivas expressas sobre o modo de proceder nestas situações. No entanto, a margem de liberdade deixada ao investigador, na sua perceção e avaliação da situação, pode ser menor do que aquilo que ele estaria disposto a sacrificar. Os custos associados a uma situação de resistência à interferência podem, pura e simplesmente, ser considerados demasiado pesados.

“*not every compromise is rejectable [sic] in itself. But, in the end, perhaps you’re far more willing to give away some of your research than you actually want to. Because you have a laboratory, you have 20 people, they all have careers, have mortgages, have marriages, etc.*” (S21).

A mercantilização ou privatização da investigação parece ser fortemente determinada pela relação contratual que indicamos acima: “*they know what the client wants to hear*

so they try to serve the client as good as they can” (S17). A investigação científica é usada de modo utilitarista por quem a encomenda que, usualmente, tem já ideias preconcebidas se não do que quer ouvir, ao menos, certamente, do que não quer ver tornado público. Os atores económicos devem provar que conduziram investigação sobre os seus produtos; os atores políticos pretendem legitimidade e recolha de intenção de votos: “companies interested in having some support to complete their activities, because they can prove there was research. Politics, I think the same, to legitimate policies and also on the streets to have more support, stronger, in elections for example” (S6) – e é aqui que a investigação científica surge, como permitindo cumprir esses objetivos.

Um dos entrevistados regista a surpresa sentida quando ouviu expressa e claramente um colega a proferir a seguinte frase:

“More honest that I’ve ever seen him before, he said ‘we all know that science doesn’t matter, politicians use the evidence they need or they order it if they need some scientific data, they will make sure that the research is done by experts they know will deliver what they need” (S13).

Tal poderá remeter para um entendimento tácito sobre as relações entre a academia e as entidades financiadoras externas. Sente-se a instrumentalização do trabalho académico levada a cabo mas raramente as preocupações em torno da interferência são expressas de modo não ambíguo. De algum modo, a menor problematização pode dever-se, como sugere um dos entrevistados, com o facto de os investigadores terem já interiorizado os constrangimentos surgidos na investigação contratada de tal modo que deixam de questionar até onde as exigências e interferências podem ser feitas:

“they had already accepted, influenced by the organizations or the government bodies that order the research that they didn’t see much harm on this. So they had adapted the idea of independence already to what the organizations expect.” (S17).

Implicitamente, os investigadores podem já considerar expectável algum grau de limitação da sua liberdade e autonomia científica. E, face aos indícios citados acima que mostram que a entidade financiadora pode exigir a manipulação ou seleção de dados ou interferir nas escolhas metodológicas ou acenar com políticas de censura ou embargo dos resultados, podemos presumir do mesmo modo que os investigadores consideram já expectável alguma manifestação de “rotinas de não-conformidade”, como indicam

Hedgecoe (2014) e Vaughan (1999a, 1999b). Em troca de algo muito almejado: financiamento.

No extremo, poderíamos dizer que as exigências científicas pelas quais os investigadores supostamente se deveriam mover estão em contraposição com as exigências políticas e económicas. Aquelas orientam-se, no decurso da investigação, com preocupações em torno de questões de generalização, de confiança nos resultados, de rigor metodológico, de submissão à crítica dos pares. Estas, por seu turno, parecem se motivadas por outro tipo de interesses, exigindo ao investigador que se abstenha de se implicar na interpretação de resultados, que estes surjam no mínimo espaço de tempo, em pedaços digeríveis – “*in beautiful chunks, digestible chunks*” (S17) – e que seja reservada à entidade financiadora a máxima liberdade para interpretar os resultados e adaptar à sua estratégia de negócio ou ideologia política.

Passemos agora à segunda categoria identificada: a **influência**.

A procura de influência dos académicos junto dos atores públicos e privados implica, por seu turno, não tanto uma submissão mais ou menos negociada às tais “rotinas de não-conformidade” mas antes uma procura ativa de diluição das fronteiras entre academia e o mundo exterior, uma *proximidade ao poder* (S18) estratégica. O objetivo é a obtenção de benefícios académicos e institucionais: “[tem-se] *a noção de que quem está mais perto do poder acaba sempre por ser beneficiado (...) a proximidade ao poder é fundamental para se obterem recursos*” (S18).

Como nos diz um dos entrevistados, esta proximidade não esconde tanto questões de nepotismo, mas é mais “*a kind of soft relationship, it’s very much mediated by friendships*” (S8).

Como se processa esta proximidade, esta busca de um espaço de influência entre os atores que outros designaram (como vimos acima) como pequenos (os académicos) ou numa situação de desequilíbrio de poder e aqueles que se designam como locais ou fontes de poder (político, económico)? De que forma se estabelece um novo equilíbrio de forças?

“*one of my colleagues has been the advisor of the previous prime-minister. So, if you have that situation it’s so easy to get knowledge of what kind of research topics that will be asked for by the government and it’s even possible to give advice, ‘do this, this or*

this'. (...) if you have some kind of functions is more easy for you to put your mark on the agenda of [scientific] research” (S16).

Tal como indicado pela frase transcrita, o conhecimento pessoal de indivíduos em centros de decisão e de poder parece ser fulcral para os académicos pois aqueles: *“vão indicar a pessoa x que já conhecem, com a qual já trabalham portanto, sistematicamente vai ser a que vai aparecer” (S10).* Este conhecimento parece permitir o acesso em primeira mão a informação privilegiada – *“têm [acesso] mais privilegiado no sentido em que conhecem pessoas e têm acesso mais direto a informação” (S5)* – e uma possibilidade de aconselhamento direto e favorecido sobre, por exemplo, políticas públicas, formas de intervir na gestão dos assuntos sociais ou do mercado, determinação de linhas de investigação futura. É uma proximidade dos académicos ao processo de tomada de decisão: *“the possibility of deciding on more research, more research assignments, and also being part of these very prestigious commissions” (S8).*

Este aconselhamento parece ser, para muitos académicos, o grande fim da ciência, o do impacto social, da introdução de alterações no mundo externo à academia, de melhoria das condições de vida ou de reconhecimento do trabalho realizado: *“I think it must be a very nice feeling to know that you can actually change things or implement things, or create or help to create policies. So I think there is a power aspect to it” (S13).*

Os benefícios obtidos por via desta proximidade concentram-se na capacidade dos académicos em obter financiamentos e tudo o que estes trazem para o desenvolvimento pessoal: *“qualquer pessoa que consiga este tipo de relação tem a vida facilitada e sobe rapidamente porque tem dinheiro, publica mais, tem mais recursos e consegue subir na carreira” (S7).*

Mas não são apenas recursos financeiros em termos abstratos, é também o equipamento de investigação, a capacidade de melhorar a biblioteca, as melhores condições de trabalho. Quem tem capacidade de exercer influência são: *“the research groups that get most research, they are the most rich in financial terms, they have the most fancy offices, they have the nespresso machine, they have the oak floor...” (S13).* Há mais e melhor *fundo de maneo (S10).*

“das pessoas acreditarem que institucionalmente, dentro daquilo que são recursos institucionais que a instituição gere e obtém, os obterá mais facilmente se tiver esta

proximidade, digamos assim, a uma determinada forma de poder. Pode ser poder económico, pode ser o poder político” (S18).

Mais, a proximidade aos atores públicos e privados permite influenciar a agenda pública e aumentar as possibilidades de sucesso de eventuais futuras candidaturas a financiamentos futuros: *“they are able to set the agenda and of course they can apply”* (S16). Permite ainda a abertura de oportunidades fora da academia: *“traz por exemplo o contacto com outros países, com associações internacionais, com o desempenho de papéis nessas organizações”* (S10).

Além do que já ficou dito até aqui, as narrativas dos entrevistados parecem sugerir uma transferência do poder obtido, ganho ou negociado no exterior da academia para as relações que se desenvolvem no seu interior. As relações com centros de poder no exterior podem traduzir-se em posições mais favoráveis no âmbito do micropoder ou das relações de força no interior de cada IES.

“Se olharmos por exemplo para a composição dos conselhos gerais, no modo como foram cooptados os membros externos, de onde é que eles vêm (...), se olharmos para alguns doutoramentos honoris causa (...) eu acho que há uma proximidade de um poder ao outro, do poder económico ao poder que se materializa dentro das instituições” (S18).

O académico ou grupo de académicos que beneficiam da capacidade de influência no exterior saem beneficiados face aos restantes colegas no interior da IES: *“you do hear that because of political alliances, for example, they receive more funding. For example. And also can choose, maybe, who’s the president of this faculty. It influences”* (S15). O grupo exibe mais poder, cresce mais e mais rapidamente: *“um grupo ou o chefe do grupo quer que o seu grupo avance, portanto se tem uma ligação e pode usar isso para sua vantagem...”* (S5). E continua a acumular progressivamente cada vez mais capacidade de influenciar os atores externos. O acesso a lugares específicos na carreira, a capacidade de determinar quem ocupa que lugar parece também decorrer deste poder que se manifesta internamente mas foi obtido no exterior da academia:

“doing what they want to do, also being promoted in the hierarchy. So they are the people that count, they have money, they have influence, they have power, they have the votes within the faculty (...) they have this capacity or talent of putting people in the right places and networking with the right people” (S13).

As fronteiras com outros grupos menos privilegiados são bem marcadas, há um isolamento ou fechamento, mais, um desinteresse pelo trabalho dos grupos mais pequenos e considerados menos importantes: *“there is not a lot of openness towards each other. While I tried to contact researchers from the other, bigger institutes, in the beginning, I experienced that they’re not keen on [it]”* (S15).

O acesso e distribuição dos recursos, das oportunidades, dos benefícios parece concentrar-se em atores-chave e grupos específicos. Estes acumulam cada vez mais; os restantes ficam progressivamente mais desfalcados.

“estamos a vedar o acesso a todos os outros que não conseguem, em competição, atingir esse, esse patamar. (...) acho que há aí uma distribuição muito desigual das oportunidades. Eu acho que é sobretudo isso, essa ligação da Academia ao poder político e, porventura, ao poder económico que também provoca. É uma distribuição claramente assimétrica das oportunidades de carreira” (S10).

O acesso e distribuição de poder e dos seus dividendos são diferenciais e aprofundam as desigualdades entre académicos e grupos no seio da IES, mas também entre IES: *“por regra não é chamada a Academia, por regra são chamadas duas ou três pessoas dali, das Universidades, com as quais aliás se está habituadíssimo a lidar porque são sempre as mesmas”* (S10).

Resta-nos caracterizar a categoria que designamos como **ambivalência**.

Tal como explicado acima, refere-se a situações onde académicos interpenetram (de forma mais ou menos sistemática) funções dentro e fora da academia, acumulando ou intercalando funções de docência e investigação, com outras funções conectadas aos atores políticos e/ou económicos: *“these are scientists that are both active on the political field and on the scientific field and they change their hats both sides and that’s something that happens”* (S13). Esta categoria parece-nos remeter para o que a literatura usualmente refere como Conflito de Interesses (CoI).

No caso que se transcreve abaixo alguém com funções na academia e num hospital, exerce também atividades empresariais e é ainda consultor na área da saúde: *“Someone who was a professor in university or a peer in university and in a hospital then with a few colleagues had a business (...) and then worked nationally or internationally in medical committees advising about how to deal with epidemic and pandemics”* (S17).

Mas algo com mecanismos muito semelhante pode acontecer noutras áreas disciplinares: *“muitos destes académicos ou pessoas ligadas à academia, também têm alguma ligação a esses escritórios de advogados, seja porque desempenham formalmente a profissão, seja porque são consultores, há uma qualquer ligação, e depois a dada altura começa a haver uma teia um bocadinho difícil de compreender entre o poder político, os escritórios de advogados e a Academia”* (S10).

Pode suceder, como nos contaram, que um mesmo indivíduo se encontre em diferentes fases do processo de desenho, implementação e avaliação de políticas públicas. Em cada uma dessas fases ativa diferentes funções e objetivos: *“the same people that have actually come up with the idea, for example, for drug treatment courts (...), at first made sure it was installed and then research was ordered to evaluate it and it’s the same person evaluating the system”* (S13).

A dificuldade que aqui se coloca é a da confiança que se pode construir em torno de alguém que pode estar a perseguir diferentes interesses, eventualmente conflitantes, sem que disso haja conhecimento público: *“muitas vezes temos pessoas na esfera política que simultaneamente estão na esfera do ensino, das Universidades e presumo que será muito difícil não haver aí alguma dificuldade em separar...”* (S12). É, no fundo, a dúvida ou *suspeita* em torno da sua liberdade ou autonomia científica face aos poderes externos.

Outra das consequências apontadas para as situações de ambivalência vai no sentido do que já mencionamos antes, um acesso diferencial a oportunidades e recursos: *“a verdade é que cria alguma clivagem entre uns professores e outros professores, entre veicular a sua posição, a sua informação ou não a veicular porque não se consegue fazer chegar aos centros de comunicação”* (S10). Os indivíduos com diversas funções dentro e fora da academia têm acesso facilitado aos *media*, o seu trabalho e a sua opinião é mais visível do que a dos colegas. Podem ter mais fundos disponíveis, mais convites para conferências e outras situações simbólicas prestigiantes (S2).

As razões apontadas para as situações de ambivalência descritas podem ser do tipo económico ou salarial: *“you cannot really support family on it if you wanted, or a life style if you would like, so these part-time jobs [in academia] are often combined with other jobs”* (S17). Simultaneamente, a sociedade parece cada vez mais preparada para receber os académicos em tarefas fora da academia – o conhecimento como mais-valia

económica parece estimular a circulação dos indivíduos entre atividades dentro e fora da academia: “*there is this idea that knowledge contributes to the market so they enter a relationship with business*” (S17). Esta transformação é, para alguns dos entrevistados, um movimento que não mais se consegue fazer parar.

Alguns dos inquiridos mencionaram que é, inclusive, importante estimular a circulação dos académicos com outras esferas da vida social, pois tal “*só traz prestígio*” (S12) para a IES de onde o académico parte e para onde eventualmente regressa. Além do mais, a instituição pode assim fazer prova da sua submersão nos problemas que a sociedade quer ver resolvidos. O académico, que deve agir como um *farol* para a sociedade, deve enriquecer-se na relação com exterior, deve ter a possibilidade de se fazer ouvir fora da academia, mas apenas “*desde que essas relações não sejam promíscuas*” (S11).

Por outras palavras, pode ser uma opção estratégica de desenvolvimento não apenas do académico mas da IES colocar “*algumas pessoas que são da Universidade em lugares de algum destaque, lugares-chave*” (S10) no exterior.

No entanto, esta posição não é unânime e um dos entrevistados transmitiu a percepção de que na verdade “*os cientistas detestam comissários políticos*” (S4), ou seja, criticam situações de ambivalência. Podemos presumir que a estratégia institucional de algumas IES, que estimulam as relações com o exterior, pode nem sempre ser concordante com as percepções dos académicos no seu seio.

A forma como os CoI se resolvem pode vir a depender tão-só da ética pessoal que se manifesta na forma como se exercem as funções em ambos os locais a que pertence. Alguns dos entrevistados criticaram o secretismo de certas situações de ambivalência, pelo que se pode presumir que a *disclosure* deste tipo de relações ambivalentes ajude a paziguar o debate e as dúvidas, quando as há.

F. Consequências percebidas dos comportamentos e práticas problemáticas

Nesta secção remeteremos para o dito dos entrevistados acerca das consequências percebidas dos comportamentos e práticas consideradas problemáticas, ou seja, para o funcionamento percecionado dos mecanismos de controlo social formal e informal, explicitados na Parte A, de revisão de literatura.

Como vimos antes, Cohen entende como controlo social “*organized ways in which society responds to behavior and people it regards as deviant, problematic, worrying, threatening, troublesome or undesirable in some way or another*” (Cohen, 1985, p.1). Blake e Davis (1964, cit. in Paternoster e Simpson, 2001, p. 204) referem a existência de cinco fontes de controlo social, que, portanto, impedem o cometimento de infrações às regras e normas em vigor: (i) interiorização das normas, ou crenças morais; (2) desejo de aprovação social (evitamento das sanções informais); (3) antecipação de sanções formais; (4) antecipação da incapacidade de recolher benefícios e recompensas com o ato desviante; e (5) falta de oportunidade para o ato. Enumeração que conduz a considerar mais expressamente a importância das sanções informais e os benefícios eventualmente expectáveis pela realização do comportamento ou prática problemática.

Para Black, comportamento desviante é aquele que é especificamente sujeito a controlo social de modo que é este que define aquele e, por outro lado, quanto mais controlo social é exercido sobre uma atividade, indivíduo ou grupo, mais vincada é a qualificação dessa atividade, indivíduo ou grupo como desviante. Ou seja, é a quantidade de controlo social exercida que define a gravidade do comportamento desviante – quanto mais os grupos sociais problematizam uma atividade ou indivíduo, mais estes estão sujeitos a mecanismos de regulação, deteção, sanção. O controlo social é, portanto, o “*normative aspect of social life, or the definition of deviant behavior and the response to it, such as prohibitions, accusations, punishment, and compensation*” (Black, 1976, p. 2).

Estamos perante, no fundo, respostas planeadas e programadas ou pré-concebidas especificamente para responder ao desvio e ao(s) desviante(s). Estas respostas podem ter uma variedade de formas, podendo ser mais ou menos inclusivas ou exclusivas (Black, 1976; Cohen, 1985; Foucault, 1987; Garland, 2001; Innes, 2003), punitivas ou reintegrativas, preventivas ou dissuasoras, formais ou informais. Black (1976) refere quatro estilos de controlo social: penal, compensatório, terapêutico e conciliatório – para cada um deles diferem as visões do problema a resolver, os mecanismos de início do processo, a identidade do desviante e a solução procurada.

Procuramos, agora, saber qual a perceção dos entrevistados faces às consequências formal ou informalmente organizadas de eventual censura aos comportamentos e práticas problemáticas que foram reportadas nas secções anteriores. Será de registar

que, neste ponto, muitos dos relatos oferecidos pelos entrevistados ultrapassam a mera percepção pois vários deles exerceram, em algum momento da sua carreira, funções relativamente estáveis e sistemáticas em comissões de ética, como revisores ou, de forma mais pontual e acidental, tarefas de detecção e eventualmente de sanção de comportamentos e situações consideradas problemáticas.

Vejam os então de que modo são percebidas as vertentes de regulação (normas e regras proibitivas em vigor, que definem o que não é permitido no âmbito da atividade científica e da docência no seio das IES), detecção ou averiguação (procedimentos mais ou menos formalizados que permitem a identificação de um comportamento ou situação, a sua interpretação como problema a resolver e a correspondente reação social negativa, bem como o seu procedimento, com eventual reencaminhamento para mecanismos sancionatórios formais) e de sanção (aplicação a um indivíduo, ou grupo de indivíduos, não apenas de uma etiqueta mas de cerimónias de degradação, conforme ensina Becker (1966) mais ou menos formais, eventualmente executadas por corpos especificamente desenhados para o efeito).

Antes de avançarmos, nota prévia para indicar que nos referiremos às consequências percebidas dos comportamentos e práticas indicadas nas secções precedentes. No entanto, outros comportamentos e práticas foram considerados problemáticos sem que viessem a caber na tipologia elaborada acima. Foram eles: (i) casos de intimidação de estudantes: *“sei que há vários tipos de comportamentos que não gosto e que não aceito mas sei que acontece. Tipo professores que põem-se acima dos alunos, a tratar de uma forma inaceitável os alunos”* (S5); (ii) assédio sexual: *“it’s really the end of your career if you have some kind of relationship with a student of yours and also with colleagues that are not in the same line. And also this issue of harassment or problems – that’s something which is zero tolerance”* (S8); (iii) discriminação: S9 refere ter consciência de que a academia tem muitos preconceitos sobre as pessoas, nomeadamente de género, de raça; (iv) mau uso de fundos públicos: *“he was doing all kind of unethical things. He was doing fraud with money”* (S13). No entanto, não nos iremos debruçar sobre estas categorias de situações.

No tocante aos mecanismos percebidos de detecção de comportamentos e práticas consideradas problemáticas, alguns dos entrevistados referiram a existência na sua IES (ou outra por onde tivessem passado) de comités ou comissões para lidar com infrações

aos princípios éticos ou de integridade na ciência. Três outros entrevistados mencionaram diferentes figuras de referência que, segundo os seus relatos, seriam chamados a arbitrar ou lidar com este tipo de questões na ausência de uma comissão própria. Entre estas figuras de referência destacam-se o Diretor ou Reitor da IES, o Conselho Pedagógico, especialmente para questões de más práticas na docência, e o Conselho Científico:

“países que foram adotando essa questão de uma comissão de ética interna que, de alguma maneira, legitima logo à partida o tipo de investigação que se está a fazer (...), se nós não temos isso, temos o parecer do conselho científico que garante que será mantido o segredo estatístico, que em caso algum será divulgado... estes princípios que nós nos habituamos a dizer da própria ética de conduta profissional que, de alguma maneira, respeita também o bom nome da instituição e deem credibilidade à investigação” (S18).

Um dos entrevistados (S21) mencionou ainda a importância que as organizações científicas deveriam ter no apoio à averiguação de infrações aos princípios da integridade científica e um outro (S11) mencionou também que as disciplinas protegidas por ordens profissionais contavam com este sistema extra de controlo social das atividades dos investigadores.

Uma das principais conclusões a que podemos chegar na análise das entrevistas e quanto a esta dimensão do controlo social, é a de que este toma formas diferentes consoante a concreta infração. Por exemplo, a deteção de situações de plágio (mormente o plágio tradicional) é relativamente frequente. As palavras dos entrevistados permitem-nos concluir que as situações de plágio que nos foram recontadas foram detetadas quer pela vítima de plágio, quer pelos pares ou em situação de avaliação por júri, quer pelo uso de *software* específico. Já a deteção de situações de invenção, manipulação ou seleção de dados foi considerada, pelos entrevistados de muito difícil deteção pois os pares e colegas olham para os resultados sem conseguir identificar se houve algum tipo de fraude no processo (S16). Quando há denúncias, estas são muito difíceis de provar (S18). Dos vários entrevistados apenas um (S5) se confrontou com uma situação, que ele próprio considerou excecional, de testemunho direto de manipulação.

No tocante às situações de interferência, apenas três dos entrevistados identificaram a existência de mecanismos de *disclosure* ou de declaração de interesses, pelos quais se

identificam quaisquer tipos de CoI que as entidades financiadoras possam ter sobre os resultados da investigação. Relativamente às práticas problemáticas na docência, a deteção faz-se por via da avaliação dos alunos aos docentes, ou pelos diretores de curso, podendo os docentes ser chamados ao Conselho Pedagógico (entrevistados S10, S7). Alguns dos entrevistados referiram ainda a existência de *software* de vigilância e deteção do incumprimento de prazos ou de conteúdos, como sejam o lançamento de notas de avaliação dentro dos prazos legalmente previstos.

“hoje em dia isso tem que ser tudo feito na plataforma informática e tem um prazo, portanto, a partir do momento em que ultrapassas o prazo aquilo está fechado e tu estás em falhar. É notificada a falha, o Conselho Pedagógico é notificado (...) há um policiamento, vamos lá ver, já passou um dia, já está a vermelho” (S10).

No demais, os entrevistados identificam a ausência de consequências e de respostas aos comportamentos considerados problemáticos: *“os mecanismos institucionais ou não existem ou são muito frágeis”* (S18). A isto acresce uma particular sensibilidade pela vulnerabilidade em que caem todos os que sejam suspeitos de comportamentos problemáticos, como o plágio, e a consciência dos efeitos que uma denúncia do género, eventualmente infundada, pode ter no percurso individual e institucional. Do mesmo modo, os custos financeiros, de tempo, e outros podem ser demasiado elevados não apenas para os atores envolvidos mas também para a própria IES.

“as instituições, quem lidera as instituições, ou a chefia científica direta, sente-se muito inseguro, muito desapoiado institucionalmente, até do ponto de vista jurídico. E tem sempre medo que isso possa ser um pau de dois bicos, ou seja, acusar alguém e depois isso não se vai a comprovar que afinal que era exatamente assim, se se centrar no plano puramente jurídico, a questão torna-se mais complexa, a pessoa que está do outro lado, ou seja, que está do ponto de vista da liderança institucional, sente-se insegura, sente que aquilo vai ser desgastante para ela e para a instituição” (S18).

Ainda que raros, e concentrados nos académicos entrevistados a trabalhar no RU, foi possível aceder ao relato da forma como se processa um procedimento formal de averiguação de uma denúncia. A acusação é feita formalmente, por escrito, segue para o departamento de Recursos Humanos e é reencaminhada para o Diretor. O acusado é suspenso durante o processo de averiguação, são recolhidas as provas necessárias e

aquele pode vir defender-se das acusações lançadas. Antes mesmo da decisão final, ambos os litigantes são chamados a cumprir ações de formação.

“há uma pessoa nessa equipa que resolve fazer uma acusação formal contra a equipa ou contra uma pessoa só. E isso é uma carta, eu sei que é formal, eu sei que está escrito e vai para [os Recursos Humanos] e vai para o Diretor e passa-se logo para um procedimento que é a suspensão da pessoa acusada, que às vezes está completamente a leste do que lhe está a acontecer, do que está a cair em cima. Mesmo que se saiba que aquilo não é verdade, mas é preciso provar e que é preciso de passar por uma série de procedimentos” (S19).

As críticas do entrevistado recaem sobre a decisão de suspensão da pessoa acusada antes de qualquer decisão final, a demora do processo de averiguação e o excesso de garantias do acusador, bem como o excesso de procedimentos. Mais: bem se verá pelo exemplo dado acima, que as questões de confidencialidade poderão ser difíceis de manter quando o acusado é suspenso ou obrigado a assistir a formações especificamente desenhadas para o tópico em dissenso.

No entanto, a grande parte dos entrevistados revelou desconhecimento acerca de procedimentos formais a encetar no caso de deteção ou de suspeitas de comportamentos problemáticos. Como nos mencionaram, e veremos isso já de seguida, uma boa parte das situações é resolvida informalmente e em surdina, no seio da IES.

Os entrevistados referem a existência de realidades muito diversas, quer porque se encontram em sistemas nacionais e IES diferentes, quer porque a sua perceção da existência desse sistema pode ser limitada, eventualmente por desconhecimento, falta de informação ou pelo facto de não terem tido que recorrer no passado a este tipo de mecanismos. Uma das críticas apresentadas aos sistemas efetivamente em vigor é a pouca eficácia devido ao âmbito limitado dos mecanismos implementados, quer na sua área de atuação, quer devido ao seu carácter reativo e dependência de terceiros para dar início a processos de averiguação:

“X organization for scientific integrity. That was really important. However it’s limited in its scope. Firstly it only deals with issues after the university has dealt with a particular issue. (...) they are only for universities but nowadays universities are expected to cooperate with commercial and governmental bodies in order to establish

research. (...) so far they have dealt with a handful of cases and mainly dealing with plagiarism” (S21).

Muitas vezes esses sistemas são formados sem seguir nenhum figurino nacional pelo que se poderá presumir que apresentem diferenças entre IES, diferenças essas com que o indivíduo terá que tomar contacto e se familiarizar para poder saber como proceder no caso de acusar ou ser acusado. A uniformidade de procedimentos pode ser muito difícil de conseguir ainda que a fonte de inspiração para o desenho desses mesmos desenhos possa ser mais ou menos partilhada.

“há um conjunto de procedimentos, uns que são adotados pelas instituições, outros que são adotados pelas unidades orgânicas ao nível de códigos de conduta, por exemplo, códigos de ética, outros que são definidos pelas próprias unidades de investigação que de alguma maneira são de inspiração sobretudo norte-americana, mas que também se vê muito, por exemplo, nalgumas instituições da união europeia” (S18).

As entrevistas realizadas revelam que há quem verbalize a importância da dissuasão, geral ou específica, especialmente pela preocupação em publicitar devidamente os casos denunciados e terminados com uma acusação:

“si c’est mal traité il a toujours de récidive, si c’est bien traité, s’il avait des commissions, si la personne se faisait comprendre la gravité, un peu de psychologie, elle bien comprendre qu’il n’y a pas de choix, soit elle va comprendre les règles pourquoi elle este déviante et puis pourquoi elle rentre, (...) si c’était fait il n’aurait pas de récidive” (S22).

“ [em que] se tomou a deliberação de que ficasse bem expresso o que aconteceu porque realmente se estas situações não são devidamente tratadas, tornam-se portas que se abrem, muita gente tentará passar, não é. E às vezes os crivos não são muito apertados” (S12).

No entanto, boa parte das situações que nos foram relatadas são resolvidas de forma informal, *“on est au monde informel” (S22)* pelo que o desfecho das situações é envolto em secretismo e é mera conversa de corredor: *“Nobody knew, it was discovered much later that she had this problem and she was a sort moved because of this plagiarism. There was nothing like scandal” (S8).* A causa para tal secretismo poderá ser o receio da

má publicidade e perda de reputação para as IES e os efeitos nefastos na carreira dos acadêmicos investigados:

“as instituições também tentam sempre o mais possível evitar estas coisas e fazer com que elas sejam resolvidas, em surdina, porque isso prejudica o nome das instituições e das próprias pessoas” (S18).

A exceção à regra do secretismo e informalidade, da resolução na *“intimidade institucional”* (S18), à falta de publicitação das decisões acontece nos casos que acabam por circular para fora da comunidade científica, eventualmente em virtude do estatuto do infrator, das preocupações do público mais amplo ou dos holofotes direcionados por preocupações mais vincadas da comunidade científica abrangente.

No que toca à regulação, ou seja à adoção de definições, *standards*, regras e códigos de conduta, as entrevistas levam-nos a pensar que em muitas das situações estes códigos são adotados ou readaptados depois de escândalos, ou seja, situações de infrações sérias que se tornaram conhecidas pelo público não científico:

“We’ve also had an incident in this university of a professor of psychology who plagiarized and he was fired, and then we had at the university of EE a code of good conduct and also plagiarism was incorporated into it” (S21).

«ça a tellement choqué tout le monde qu’il a eu un issue de normes d’étiqes réellement, parce qu’on trouvé que le droit pénal ne suffit pas » (S22).

No entanto, há quem entenda que a existência de códigos e procedimentos pode ter efeitos perversos no sentido em que alertam para a potencial existência de infrações, retirando desse modo a confiança essencial que o público ou as entidades financiadoras depositam nos investigadores e nas IES. Receia-se, portanto, que sejam as próprias entidades financiadoras que, em resposta, venham a impor regras e requisitos ainda mais limitadores da atividade científica:

“based on our experience we thought that it could backfire and sort invites this bodies to present contracts to us with very restrictive rules, limitations. We were hoping for the near future we still could carry on within the generous limits that we still enjoy” (S17).

Dos vários entrevistados, oito identificaram a existência de códigos de ética, de integridade ou códigos disciplinares nas IES onde trabalhavam ou por onde tinham

passado. No entanto, segundo os mesmos, alguns dos códigos são muitas vezes desenhados especialmente para alunos (S18).

Os entrevistados mostram que a formação sobre integridade científica é algo rara, de acordo com a sua perceção. Poderá tratar-se de formação específica sobre ética e/ou integridade (S21, S11), ou no âmbito de formações variadas para os académicos ao longo da sua carreira, podendo algumas delas incluir estes tópicos. Mas os entrevistados são claros face à utilidade que tal mecanismo poderia acarretar para um melhor conhecimento das regras, princípios e proibições:

“il faudrait mettre des cours d'éthique au 1^{er} année doctorat et puis en faire travailler les gens, obligatoire parce que sinon après c'est trop tarde, mais je pense qu'il faut expliquer les règles dès le début et fortement” (S22).

No entanto, é de espantar a falta de referência a formações deste tipo, ainda que os entrevistados tenham sido questionados diretamente sobre a sua existência. As possíveis causas para tal podem ser várias: (a) simplesmente inexitem; (b) existem formalmente mas não são realizadas e/ou publicitadas pelo que os entrevistados as desconhecem; (c) são orientadas para estudantes, eventualmente inseridas nos ciclos de estudo, pelo que os académicos com quem falámos se encontram já distanciados desta fase precoce e desconhecem os mecanismos em prática para os mais novos; (d) os entrevistados podem não estar sensibilizados para o tópico pelo que não têm perceção da sua existência. Esta última não nos parece, no entanto, ser hipótese provável considerando que a maior parte dos entrevistados se mostrou bastante capaz de reflexão e crítica sobre comportamentos problemáticos durante todos os momentos da entrevista.

No caso específico do controlo realizado pelos pares, através do sistema de *peer review* especificamente para atribuição de financiamentos, os entrevistados têm visões muito díspares. Enquanto alguns, eventualmente até porque já tiveram assento em comissões para atribuição de financiamentos, confirmam a sua confiança no sistema de controlo de infrações aos princípios da integridade – *“and the chair, in the panels I've been on, the chairs have listened but are well established when biases are being performed, I think so. So I was quite reassured by it”* (S2) –, outros sublinham uma aparente discricionariedade do sistema que é já de si envidado e que reage apenas quando há reclamações a decisões negativas: *“para aqueles que eu não tenho bolsa, o que é que eu peço a essas pessoas? Para pedirem a Ata do Júri, o painel onde estão e para ir*

consultar o processo lá em baixo. E a maior parte das pessoas que eu conheço que fizeram isso depois tiveram bolsa. E porquê? Fazem uma reclamação” (S7).

Finalmente, em complemento ou em alternativa aos processos de averiguação no seio das próprias IES, foram-nos relatados três casos em que os denunciantes recorreram ao sistema judicial nacional, administrativo (S7, S10) e criminal (S18). As três situações estiveram relacionadas com processos de recrutamento e de progressão na carreira e onde os candidatos preteridos reclamaram da decisão ou denunciaram ao Ministério Público aquilo que consideraram ser o uso de um recurso público para fins privados. O resultado? *“toda a gente sabe que é o tipo de coisas que não tem efeito nenhum” (S10).*

Dispersão de regras e regulamentos, ausência ou ineficiência dos processos de averiguação de denúncias, não publicitação do desfecho das situações mas antes informalidade e secretismo. Aparte os entrevistados do Reino Unido, que nas suas respostas parecem mais conscientes da existência de *“checks and measures at place” (S2)*, todos os restantes parecem concluir que uma boa parte dos casos de averiguação, especialmente em situações que não sejam plágio ou falsificação e manipulação (quando descoberta), são resolvidos entre uns poucos, no conforto da instituição, naquilo que se poderá revelar, no final, um cálculo entre o estatuto do infrator, o estatuto do denunciante, a sua pertença ou afastamento de grupos de poder internos, os possíveis riscos de má publicidade para a instituição e o cálculo do tempo, custos e trabalho que demoraria um procedimento formal.

Mais, os casos são lidados diferentemente consoante o tipo de comportamento problemático em questão. Como já mencionámos, os **plágios tradicionais**, desde que detetados (muitas das vezes pelo próprio plagiado) são normalmente alvo de resolução, ainda que informal, até porque é bastante fácil carrear prova. As situações de **invenção e manipulação de dados** são de difícil deteção e nem sempre são alvo de reação negativa: *“- sabe o que aconteceu a essa pessoa em concreto? - Rigorosamente nada. Nada. Infelizmente” (S5)*. Apenas um dos casos nos foi referido como tendo dado origem efetiva a pena de prisão (S22) e referia-se a um caso de fabricação de dados sobre a ausência de efeitos negativos do tabaco.

Quando se trata de **práticas problemáticas de docência**, três entrevistados revelaram o recurso a superiores hierárquicos ou diretores de curso que as mais das vezes reagem com uma admoestação, como já vimos. Três outros mencionaram a introdução de

mecanismos de regulação desenhados para situações futuras, apertando o controlo sobre a atividade dos indivíduos. Ou seja, em vez de acontecer um processo de averiguação mais ou menos formal com denúncia da situação, determinação da intenção do suposto infrator, recolha de provas, puseram-se, isso sim, em funcionamento mecanismos reguladores, supostamente preventivos, mais apertados e de carácter manageralista de controlo de *outputs* e cumprimento de prazos.

As situações de **interferência** sobre a investigação normalmente não dão azo a qualquer processo de averiguação interno. Para além da existência (rara) de sistemas de *disclosure*, as consequências negativas para a fonte de interferência são inexistentes. Tal se poderá entender se se atentar que normalmente a fonte de interferência, que é no fundo a fonte de financiamento com potencial interesse direto pelos resultados da investigação, é uma entidade comercial, governamental exterior à IES e sobre a qual esta não tem jurisdição. Simplesmente, os procedimentos existentes parecem não prever a possibilidade de sucederem situações problemáticas decorrentes destas situações:

“All kinds of ethical procedures and committees are not going to prevent this kind of mechanisms, in the sense that scientist can set the agenda or research according to what they think politicians want” (S13).

Além do mais, as contrapartidas obtidas com a colaboração com a entidade, ou seja o financiamento da investigação, a possibilidade de obtenção de recursos materiais e de pessoal, não são despiciendas para as IES e para os académicos. Vimos na secção anterior que foram relatados vários casos em que os indivíduos perceberam e experienciaram fontes de pressão e de interferência. Quando assim é, o resultado acaba por ser, como constatámos também já, a negociação direta entre o investigador e a outra parte, para que se determine até onde cada um é capaz de sacrificar a sua posição. Como vimos no caso do entrevistado S21, a direção da IES afastou-se ao calcular os potenciais prejuízos decorrentes da hostilização do ator a interferir na investigação.

Finalmente, os casos de avaliação por pares no **recrutamento e promoção na carreira** são aqueles que mais ativam a entrada em cena do sistema judicial nacional estatal, mormente administrativo. Ou seja, os que mais dão início a casos de averiguação formal fora da comunidade científica e da IES, ainda que os resultados sejam, como vimos, muito magros.

Quando a deteção acontece no exterior das IES o que sucede? Podemos esperar que o sistema de *peer review*, por exemplo para efeitos de publicação, possa ajudar a sinalizar e resolver algumas situações problemáticas ou infrações aos princípios da integridade científica?

Como constatámos na secção anterior, o processo de *peer review* também é problematizado no sentido em que alguns dos entrevistados sentem que pode estar enviusado. Encontramo-nos, portanto, perante uma situação paradoxal: por um lado, o processo de *peer review* pode ser fonte de problematização, por outro pode ser fonte de controlo social. Quando procedemos à revisão de literatura verificamos de que modo alguns autores o consideram mecanismo essencial de equilíbrio da atividade científica mas também responsável por algumas falhas graves no controlo de fraudes sérias (Becher e Trowler, 2001; Budd, 2001; Reich, 2009).

Vários dos entrevistados referem expressamente o sistema de *peer review* como modo de controlo social e consideram-no mecanismo adequado de garantia da qualidade do que é publicado (S16). E alguns casos de comportamentos problemáticos trazidos ao nosso conhecimento pelos entrevistados foram efetivamente detetados durante o processo de revisão do manuscrito, aquando da sua tentativa de publicação:

“aconteceu há uns anos que uma editora de umas revistas onde nós publicamos bastante veio ter com o professor C. e disse ‘olhe, este artigo aqui chamaram à atenção, é igual ao teu’ (S7).

“até algumas revistas fazem um pedido aos autores para perceber qual é a contribuição para o todo. Porque estão ali, tem que ser justificado” (S5).

No entanto, o processo de *peer review* está longe de ser considerado infalível. Mesmo quando os pares revisores não caem, eles próprios no enviesamento de avaliação, o certo é que muitos dos comportamentos que nos foram mencionados não foram devidamente controlados aquando da submissão a publicação em revista com revisão de pares:

“o certo é que foi publicado um estudo numa revista com um excelente nível de impacto em que numa análise posterior mostrou que aquele estudo pura e simplesmente nunca poderia ter acontecido” (S3).

“ele era coorientador, esta aluna escreveu uma revisão científica, enviou para uma revista muito boa área, o artigo foi aceite (...) e entretanto, há duas ou três semanas, eu vi que o artigo tinha sido retirado pela editora” (S7).

Mas são as editoras de revistas científicas que realizam aquela que é uma das sanções mais visíveis e temidas para o acadêmico: a retração (Fang *et al.*, 2013; Sox e Rennie, 2006). Do sistema sancionatório iremos dar conta de seguida.

Parece-nos, portanto, que os mecanismos existentes no interior assim como no exterior das IES não são totalmente eficazes: *“in the end there will be some commission from also the obscure and non transparent which will come with kind of the internal shit, saying that nothing can be proved but you know that it has been in that way” (S8).*

No fundo, a valoração de um comportamento ou prática como problemáticos pode nunca acontecer, como vimos nas secções precedentes. Quando a censura sucede, a deteção pode não se dar, eventualmente com exceção das situações de plágio onde a própria vítima ou os júris de avaliação para doutoramento, eventualmente auxiliados pelos processos de *software*, são responsáveis pelas denúncias. Quando a denúncia efetivamente ocorre, nem todas as IES, segundo os entrevistados, têm sistemas de regulação e averiguação em funcionamento. Muito parece ter ficado por fazer no seio das IES quanto à deteção e averiguação das situações de infrações à integridade científica. Ao menos segundo a perceção dos entrevistados. A mesma consciência da ineficácia relativa dos sistemas de *peer review*, em situação de submissão para publicação em revista científica, perpassa as narrativas dos entrevistados.

Face a esta estrutura considerada deficitária, sem mecanismos estáveis e sem determinação dos resultados, os académicos entrevistados têm perceção da existência de um último reduto ao qual recorrer para evitar os comportamentos e práticas problemáticas:

“I think that in a lot of things you have to rely on the integrity of the person and to hope they’re reporting everything that happened, there’s something that you can’t legislate for and only draw them to correct this kind of behavior and hope that people won’t get into it” (S1).

A integridade pessoal, as coordenadas deontológicas do académico, cuja validação é obtida em interação com os colegas. Interação essa que ajuda a construir, no fundo, a

confiança (*trust*) de que tanto fala a literatura (Budd, 2001; Hedgcock, 2012; Reich, 2009) – é esta confiança entre pares que parece constituir o último limiar do controlo social. Razão pela qual alguns dos entrevistados admitem que quanto mais pequena a comunidade científica, mais fácil se torna detetar e etiquetar algumas situações como problemáticas. Talvez seja por isso que a construção de grupos e redes de lealdade se torna tão importante. Talvez seja por isso também que quando os comportamentos considerados problemáticos dão origem a reações negativas do grupo social, as sanções tendam a ser de natureza informal, procurando evitar-se o abalo para a IES e para a carreira do académico.

Em termos das sanções aplicadas e identificadas pelos entrevistados, a sua determinação, em abstrato, e a aplicação ao caso concreto parecem ser deixadas perfeitamente ao critério da IES e segundo os eventuais mecanismos de averiguação. E, neste ponto, um dos entrevistados caracteriza o leque de sanções disponível da seguinte forma: “às vezes também se acha que as penas são excessivamente pesadas ou são excessivamente leves e portanto são cegas neste sentido, não são (...) ponderadas” (S18). Como já fomos deixando de alguma forma entrever, a perceção dos entrevistados vai no sentido de que, as mais das vezes, a reacção aos comportamentos considerados problemáticos faz-se de forma informal, quasi-secreta.

Ao mesmo tempo que existem algumas regras escritas sobre o que se pode ou não fazer, existem também regras não escritas, implícitas, decorrentes especificamente do papel de académico, do contexto institucional onde se encontra que está, por seu turno, submerso numa realidade nacional específica: “il y a des règles, c’est des règles culturelles très, très fortes. Et on ne déroge pas ces règles-là, c’est impossible » (S22).

Vimos também que os “sistemas” de averiguação de infrações raramente são deixados sem crítica dos entrevistados. A exceção parece provir efetivamente das entrevistas realizadas no Reino Unido, onde se conseguem identificar estruturas e mecanismos mais coerentes e confiáveis. Os restantes entrevistados ou não reconhecem a existência desse sistema ou apresentam-lhe críticas de ineficiência, custos e desadequação bastante vincadas. O que é mais: remetem para práticas de resolução informal de litígios.

No que toca às sanções, a regra da informalidade parece manter-se: “*The first strategy is not saying anything to the outside world, keep it inside, how to deal with this in a very*

quiet way and low profile way. If somebody has to go, to be sacked, they put out another excuse” (S8).

Dos casos relatados de **plágio “tradicional”**, sempre que os entrevistados nos concederam informação acerca do desfecho, foram relatadas sanções formais ou institucionais (ainda que diferenciadas entre si) mas também situações que acabaram resolvidas pelos pares de forma informal. Das sanções formais, apenas uma foi obtida após processo judicial e consistiu em situação de reparação ou compensação à vítima: o plagiador que teve que intervir junto das livrarias onde o livro se encontrava à venda, assim como *“had to pay the lawyer who was a very expensive one because he was professor in intellectual property. I think that cost him his summer vacations” (S17)*. Os restantes mencionaram a retração da publicação da revista científica ou a correção de artigo contendo excertos demasiado semelhantes ao original.

Mas neste, como noutros casos, a reação social parece variar em função do estatuto do infrator, da sua pertença a específicos grupos, e eventualmente da capacidade percebida que tem de gerar recursos e oportunidades. Vejamos como esta questão é apresentada pelos entrevistados – note-se a seguinte transcrição onde o estatuto do infrator (presidente de sociedade científica num país europeu) parece impelir para uma resolução menos estigmatizante da situação, quando comparado ao que podia vir a suceder com um académico menos prestigiado:

“aparecia assim: que o artigo não tinha sido retirado [da revista científica], mas que dois dos parágrafos foram reescritos porque o material era muito parecido, ou era igual às referências de onde foram buscar e isso é que eu disse ‘isto é a diferença entre ser o Presidente da Sociedade ou ser uma pessoa comum a quem isto [plágio] é encontrado” (S3).

Noutros casos, quando a deteção do plágio acontece, a sanção pode incluir ainda o despedimento da IES: *“We’ve also had an incident in this university of a professor of psychology who plagiarized and he was fired” (S21)*. No entanto, nem sempre tal acontece e muitos dos casos são mantidos em algum secretismo: *“some of them become a scandal, many of them, I think, remain known by some people but not really to the outside” (S8)*. O leque de opções sancionatórias ou, dizendo melhor, de resolução da situação considerada problemática parece amplo e disponível em permanência. Não é, na verdade, o ato ou situação em si que determina a reação social. Atos idênticos podem

conduzir a desfechos diferentes, consoante não apenas o estatuto do autor, mas também a IES onde são aplicados: “*Num caso que era uma universidade privada não sei se houve uma ação formal e no outro caso, era uma universidade pública e houve mesmo uma deliberação de que ele não poderia voltar a apresentar-se a provas de doutoramento [no país]*” (S12).

Quando o **plágio** é encontrado **em provas de doutoramento**, ou melhor, imediatamente antes da sua defesa, a proibição de o candidato se submeter a prova ou voltar a tentar obter o grau na mesma IES é a reação comum. A expulsão da IES também é referida, especialmente quando o denunciado faz parte do corpo académico. Mas esta expulsão não é propriamente pública e visível.

No caso da **invenção, manipulação ou seleção de dados**, duas situações deram origem a sanções formais e públicas, ainda que não emanadas pelas IES: uma teve o seu desfecho na retração de artigo contendo material inventado, outra acabou por conduzir a pena de prisão do académico (S22). Mas o mais comum parece ser a resolução da situação de modo informal, de acordo com o processo explicitado no seguinte excerto:

“a pessoa sai da instituição ao fim de algum tempo, sem grande alarido, num sistema, num esquema quase de negociação, que basicamente consiste numa coisa muito simples que é dizer ‘vamos manter isto o mais reservado possível, manténs-te na instituição mais uns meses e depois resolves sair’. (...) nos casos que eu conheço as coisas passaram-se assim e eu acho que na generalidade as coisas se passam assim” (S18).

Vimos já que os casos de enfiamento do júri no processo de **recrutamento e promoção na carreira** podem, com alguma frequência, ser reconduzidos para resolução na jurisdição nacional. O que se compreende quando se trata de acesso a cargos públicos e porque reencaminhar para resolução pela IES uma situação que foi originada pelos próprios processos de seleção interna seria uma contradição nos termos. Também já vimos que as mais das vezes o processo judicial não conduz a um desfecho considerado satisfatório, pelo menos em tempo útil para os académicos considerados prejudicados pela decisão final. Por vezes, também aqui entram em funcionamento os mecanismos de resolução informal:

“esse processo judicial arrastou-se (...) criando um mau ambiente terrível na instituição e só se resolveu porque [se] autorizou abrir mais três lugares (...) e foi feito

um acordo que as pessoas que já estavam, não iam concorrer para o novo concurso” (S7).

No tocante aos restantes comportamentos e práticas consideradas problemáticas pelos entrevistados, como sejam o autoplágio, a autoria honorária, a exploração do trabalho de subordinados, práticas problemáticas de docência, citações cruzadas, seleção de dados, interpretação enviesada dos dados, enviusamento de avaliação na atribuição de grau académico, enviusamento em *peer review* para publicação, interferências da entidade financiadora, influência ou ambivalência do académico, os entrevistados não referiram qualquer tipo de sanção formal. Quando a reação negativa acontece, não é unânime ou é abafada.

O controlo social reveste, muitas das vezes, um carácter informal pelo qual grupos específicos de académicos – eventualmente os que detêm mais poder no interior da IES – determinam o processo e o resultado. Em muitas das situações nada sucede. Pelo contrário, alguns comportamentos considerados problemáticos por alguns dos entrevistados, como o autoplágio ou a interferências da entidade financiadora na investigação, são premiados.

Quando algo sucede, quando se dá uma reação social negativa, ainda que com laivos de secretismo, o usual é que o indivíduo etiquetado como desviante não tenha margem para contestar este rótulo ou a reação coletiva face a si e ao seu ato. Um indivíduo que resiste e permanece em contacto com a IES, que se nega a abandonar o seu lugar ou a aceitar a sanção informal, seja ela qual for, acaba por se ver encurralado, sendo-lhe vedado o acesso a oportunidades relevantes para a sua carreira ou para o sistema de recompensas na ciência.

“Il n’y a pas de choix parce que toute personne qui n’accepte pas, par exemple, ils peuvent faire une carrière mais ils font une petite carrière a coté de celle qu’ils pouvaient faire, sont des gens qui ne sont pas choisis, qui ne sont pas cooptés, on ne les demande pas d’être de rédacteurs de revue” (S22).

Quer o desfecho formal e/ou informal da situação problemática, quer as consequências para a carreira ou para o estatuto individual construído ao longo do tempo, bem como as perdas de reputação da IES devem, segundo as teorias do controlo social, ser considerados como riscos ou consequências negativas decorrentes da ação. No entanto, segundo o que acabámos de ver, a deteção não é sistemática, o processo de averiguação

ou não acontece ou, quando acontece, é ineficaz (com as exceções já referidas no devido lugar), pelo que os riscos de uma sanção formal ou informal parecem diminuir grandemente. Donde um eventual aumento da probabilidade de infração.

Ora, o cálculo de utilidade da infração para o funcionário de uma organização é sempre subjetivo: *“the perceived costs and benefits of corporate offending, that is, what the persons believe they stand to gain or to lose by committing offenses”* (Paternoster e Simpson, 2001, p. 198., p. 198). Deste modo, no seu cálculo dos custos entram a certeza e gravidade percebida das sanções formais – no presente caso são sentidas como diminutas ou praticamente inexistentes para muitos dos comportamentos problemático, eventualmente menos para a situação de plágio tradicional. Também as sanções informais, incluindo *“negative publicity for the corporation; a perceived loss of the company’s ‘good name’ and reputation; the possibility that colleagues, close friends, or family would devalue and disapprove of the individual”* (Paternoster e Simpson, 2001, p. 200), são equacionadas. A estes somam-se, para efeitos de cálculo e segundo os mesmos autores, os custos decorrentes do cumprimento das regras e os benefícios percebidos obtidos com a infração às regras.

No caso dos relatos que nos chegaram acerca das consequências percionadas pelos entrevistados (com exceção dos provenientes do RU), o que surge é a imagem de um conjunto de mecanismos de controlo social formal e informal desenhado de tal modo que a resolução das situações é preferencialmente baseada na autorregulação da situação, na negociação caso a caso, no balanço de forças e nos equilíbrios de poder existentes, na manutenção de grupos e na prossecução de objetivos que acarretam para a IES grandes benefícios: financiamento, alunos, recursos materiais. Os benefícios percebidos parecem ultrapassar grandemente os custos percebidos.

G. Síntese da vertente descritiva

O objetivo do presente estudo era o de aceder às perceções e atitudes dos académicos europeus acerca de comportamentos e práticas consideradas problemáticas no seio das IES e referentes às tarefas profissionais de investigação científica e de docência. As entrevistas permitiriam ainda aceder à gravidade, causas e consequências atribuídas, aqui incluindo o funcionamento de mecanismos de controlo social.

E se é certo que o objetivo inicial se prendia com esta aproximação às percepções, o certo é que conseguimos ir um pouco além disso e aceder a comportamentos ou situações problemáticas vividas ou experienciadas. Alguns entrevistados foram vítimas de plágio, outros referiram a sua participação ativa na deteção de comportamentos, um foi testemunha direta de uma situação de fabricação ou invenção de dados, outros ainda referem cometer atos ou envolver-se em situações que para si não são problemáticas, mas para o entrevistado seguinte ou anterior já são (p.ex., a seleção de dados). Ainda que procurássemos aceder à percepção dos indivíduos, por se tratar de comportamentos e situações eventualmente ocultas e com aura de secretismo, a verdade é que conseguimos tomar o pulso a comportamentos e reações reais, experienciadas e interpretadas pelos entrevistados. O mesmo se passou quando mencionamos o controlo social, dado que vários dos entrevistados tiveram oportunidade de dele ser um elemento ativo.

A taxonomia dos comportamentos problematizados pelos entrevistados pode sintetizar-se através da tabela 23. Além do mais, é possível verificar que vários destes comportamentos e práticas podem estar ligados entre si, de tal modo que se pode presumir que pertencem a uma mesma lógica de atuação e não devem ser considerados meros episódios erráticos (Anexo 5).

Uma das conclusões que imediatamente se destaca quando olhamos para a análise realizada até ao momento é a diversidade de problematizações realizadas pelos diferentes entrevistados. Por outras palavras, os entrevistados remetem para comportamentos ou situações que consideram ser problemáticos e de alguma forma censuráveis, ilícitos ou não íntegros quando posicionados face aos *standards* normativos da conduta típica do académico. Esta diversidade é, por outro lado, assumida pelos entrevistados como sendo alvo de interpretação negociada, numa tentativa de partilha e comunicação das definições: “foi um caso que eu já discuti aqui com o chefe de laboratório e (...) ele tem outra visão [com] que eu não concordo” (S7). Ou seja, muitos dos comportamentos percecionados como existentes e problemáticos por parte daqueles que entrevistamos, não são unanimemente censurados ou são [re]definidos como normais, não problemáticos e aceitáveis, segundo os mesmos. Muitas das situações, como por exemplo, o autoplágio ou a prática de referências cruzadas, são institucionalizadas e (re)transmitidas no seio dos grupos, de tal modo que passam a fazer parte do padrão de atuação, dos hábitos e, logo, da cultura de um conjunto dos académicos dentro de uma IES ou da própria IES (Vaughan, 2001a).

Tabela 23: síntese dos comportamentos e práticas problemáticas percebidas pelos entrevistados

Categoria	Tipologia
Práticas problemáticas de docência	<ul style="list-style-type: none"> - negligência na preparação de aulas - inflação das notas dos alunos
Práticas autorais problemáticas	<ul style="list-style-type: none"> - plágio ‘tradicional’ - plágio em processo de doutoramento - exploração do trabalho de terceiros subordinados - autoplágio - autoria honorária - citações cruzadas - plágio de ideias e conceitos - enviesamento na seleção da literatura
Procedimentos metodológicos problemáticos	<ul style="list-style-type: none"> - invenção/fabricação de dados (<i>forging</i> ou <i>fabrication</i>) - manipulação de dados (<i>cooking</i> ou <i>falsification</i>) - selecção de dados (<i>trimming</i>) - interpretação enviesada dos dados
Relações problemáticas de poder interno	<ul style="list-style-type: none"> - enviesamento do júri em concursos de acesso ou progressão na carreira - enviesamento do júri de doutoramento - enviesamento do <i>peer review</i> para publicação de artigo - enviesamento do <i>peer review</i> para financiamento
Relações problemáticas com poder externo (público e privado)	<ul style="list-style-type: none"> - interferência - influência - ambivalência

Por outro lado, podemos ainda pensar que a falta de consenso nas definições e interpretações sobre comportamentos e situações problemáticas se poderá dever ao que Vaughan (2001a) chama de secretismo estrutural, um mecanismo pelo qual as pessoas fora do grupo específico ficam impedidas de ‘ver’ o que ocorre no interior de outro grupo e, logo, impedidas de tomar cabal conhecimento do que ali se passa e de intervir.

Ao mencionarmos as relações de poder no seio das IES pudemos ver de que forma alguns entrevistados entendem que os grupos que se criam no seio das universidades podem tornar-se progressivamente mais poderosos e de que modo criam delimitações, barreiras ou fronteiras face aos restantes grupos.

Segundo a mesma autora, o secretismo no seio de uma organização pode ocorrer ou aprofundar-se em virtude da divisão de trabalho entre subunidades ou departamentos, hierarquias, dispersão geográfica, distância social, especialização do conhecimento, linguagem e tecnologias usadas. Deste modo, a interpretação das situações fora do grupo e intervenção junto de episódios problemáticos pode tornar-se particularmente difícil e ter efeitos, inclusive, na capacidade de deteção de comportamentos problemáticos.

Portanto, se por um lado o contexto social e grupal onde os indivíduos se encontram auxilia na interpretação das situações, eventualmente normalizando comportamentos e ações intragrupo, por outro o fechamento inter-grupo pode ajudar a perceber a razão da não partilha das definições face às situações concretas e eventualmente dificultar o controlo social.

Outra explicação para a falta de consenso ou diversidade de valorações encontradas pode ter a ver com o facto de que os atores no seio das organizações não constroem necessariamente “*an organized and fully developed ethical system that [they] develop and import into their working environment*”, mas antes regras morais acerca da censura ou aceitação de específicos comportamentos num contexto muito concreto (Paternoster e Simpson, 2001, p. 201). No fundo, se olharmos para o comportamento individual, não podemos alegar que há indivíduos com ética ou integridade científica e outros sem ética ou integridade, ou indivíduos que concordam com e aceitam e outros que não concordam nem aceitam as regras profissionais pelas quais se devem reger. Antes temos atores que constroem, no seio da organização, crenças morais, que censuram e evitam realizar ou, pelo contrário, que procuram encetar comportamentos e situações muito determinados no contexto particular em que se encontram. Logo, alguns comportamentos são considerados problemáticos e censurados, outros não – não porque os indivíduos sejam calculadores amorais, ou se cinjam pelo mero cálculo utilitarista da sua ação, mas antes porque interpretam cada comportamento ou situação *in casu*. Não só isso mas também as regras, que podem ou não ser quebradas, mudam ao longo do

tempo e podem ser obscuras ou de difícil conhecimento, donde a necessidade de considerar a mudança e as diferentes etapas dos processos e mecanismos de controle social – como veremos na dimensão meso de análise.

Os entrevistados parecem estar relativamente conscientes das regras metodológicas, éticas e deontológicas ou de integridade que a comunidade científica deve seguir, em abstrato, mostrando de que modo “em situação”, a interpretação sobre o que é ou não permitido pode ser alterada. A negociação, a partilha mais ou menos forte de crenças no seio do grupo ou da rede, os constrangimentos institucionais ou organizacionais, a percebida importância dos objetivos e valores a cumprir vem mediar a interpretação das situações e damos conta de uma série de *áreas nebulosas* onde o resultado da ação e da interpretação decorre de outros elementos que não exclusivamente do quadro de referências do ator individual. O grupo onde se insere, a sua posição na hierarquia, a relação com os superiores, a pressão mais ou menos sentida para a prossecução de objetivos individuais, a pressão mais ou menos sentida para a satisfação de objetivos institucionais, a informação disponível em cada momento, o percurso individual no seio de uma ou mais IES, tudo isto e mais tem efeito na sua interpretação das situações e na ação individual que daí decorre (negociar o resultado de um contrato de investigação, sancionar ou não sancionar um aluno de doutoramento que plagia, informar os colegas de um plágio encontrado, normalizar ou censurar um júri enviusado, etc.).

No fundo, “*individual activity, choices, and action occur within a multilayered social context that affects interpretation and meaning at the local level*” (Vaughan, 2001a, p. 239). Agência, estrutura e cultura interna interagem na determinação das perceções, interpretações, ações e reações dos atores individuais. Até porque, nas organizações, “*culture is a context for choices*” (Hochstetler e Copes, 2001, p. 219) e não determina de forma total e rígida as perceções, interações e ações dos atores individuais.

Após procedermos, nas secções prévias, à apresentação dos resultados decorrentes dos processos de codificação aberta e, mais especificamente, de codificação axial – pelo qual se realiza uma análise intensa em torno de uma categoria de cada vez (por exemplo, práticas autorais problemáticas, relações problemáticas de poder interno, suas consequências) – e depois de termos relacionado as diferentes categorias entre si, chegou a altura de apresentar as que nos surgem como as duas categorias nucleares (Strauss, 1994) da presente análise. Encontrar estas categorias nucleares corresponde,

no fundo, a descobrir o tema principal da investigação ou a maior preocupação dos atores em contexto. Estas categorias devem ser centrais nos dados e relacionar-se com o máximo de categorias e suas propriedades, devem ser um padrão estável encontrado nos dados (Strauss, 1994). É-nos possível dizer que quanto a estas categorias foi possível atingir a saturação teórica.

Efetivamente, desde cedo as preocupações dos entrevistados em torno dos processos de financiamento e de reconhecimento profissional surgiram como centrais quer enquanto causa de comportamentos problematizados, quer enquanto vetor de definição do seu posicionamento face a essa problematização e respetiva reação social.

Nesse sentido, iremos ver nas secções seguintes de que modo os objetivos centrais do reconhecimento e do financiamento são negociados entre IES e académicos. Iremos procurar perceber em que consistem estes objetivos centrais, quais os seus impactos na atuação das IES, por um lado, e dos académicos, por outro, e verificar como se articulam para moldar a interpretação dos indivíduos. Veremos depois que mecanismos são postos em funcionamento quer pelos indivíduos quer pelas instituições para atingir esses objetivos, avisando desde já que a pressão imposta pelas IES, bem como os mecanismos de controlo social, do lado institucional, e os padrões de aceitação ou resistência, do lado individual, vão implicar movimentos de *feedback* ou de autoalimentação entre si. Importante se torna frisar que procedemos aqui à dimensão micro de análise que deverá ser complementada com as dimensões meso e macro de que daremos conta nos estudos seguintes.

H. Categorias centrais: reconhecimento e financiamento

As preocupações em torno da obtenção ou manutenção de financiamento, bem como as consequências da sua não aquisição, foram amplamente mencionadas pelos entrevistados: *“idealmente fazer ciência deveria ser: nós temos um objetivo, uma hipótese que queremos investigar e queremos chegar a alguma conclusão e muitas vezes isso está muito limitado pelo financiamento, uma vez que o financiamento implica que a investigação hoje em dia tenha que ser mais aplicada (...) muitas vezes tem que se enviar um bocado o trabalho para esse tipo de situação”* (S24).

Este financiamento, esta busca do *dinheiro de investigação* parece ser central para compreender outras categorias, como a pressão sentida pelos indivíduos ou a causa atribuída a alguns dos comportamentos problematizados. Na verdade, das 27 entrevistas realizadas, apenas uma não permitiu obter dados sobre esta categoria.

O mesmo quanto às preocupações dos entrevistados em torno do reconhecimento profissional ou, mais especificamente, o acesso e progressão na carreira académica, mormente por via de sistemas de avaliação internos ou externos. A busca de sucesso profissional individual só é atingida quando tal se plasma em melhoria nas condições na carreira, a maior parte das vezes no seguimento de situações de avaliação (externa, pelos alunos, pelos pares, etc.), cujos resultados são determinantes para a posição do ator no sistema e expectativas de futuro. Esses mecanismos de avaliação decorrem da realização de uma série de etapas e/ou da criação de produtos específicos, como sejam publicações científicas e angariação de financiamento para projetos de investigação.

“dois tipos de pressões que nós sentimos: por um lado a pressão de avançar na carreira e ter resultados e ter publicações; e a pressão que nós temos da parte financeira das instituições que financiam” (S7).

“existe sempre essa pressão de termos que ter dinheiro para trabalhar, sem isso não conseguimos fazer nada” (S24).

Este sucesso é equivalente a reconhecimento profissional, nacional e/ou internacional, pelos pares. Os benefícios obtidos com a progressão na carreira e a obtenção de mais reconhecimento são sempre medidos, nas entrevistas realizadas, em termos não apenas do trabalho feito mas das potencialidades de continuação de mais trabalho académico.

Note-se, no entanto, que ambas as categorias têm duas dimensões: uma institucional e outra profissional ao nível individual. Ou seja, ainda que as entrevistas permitam um melhor acesso ao nível individual ou à dimensão micro de análise, do que ao nível institucional, podemos fazer decorrer das palavras dos entrevistados que a obtenção e garantia de financiamento, mormente pela obtenção de fundos para a investigação, é uma preocupação tão típica da IES (dimensão institucional) como do académico (dimensão profissional individual).

O mesmo quanto ao reconhecimento, ou prestígio – este pode ser atribuído ou negado quer à IES quer ao académico individualmente. cremos, no entanto, que os objetivos de

financiamentos são primordiais para a IES e daqui decorrem efeitos de reconhecimento plasmados, muitas vezes em *rankings* internacionais, percebidos pelos entrevistados como cada vez mais relevantes e valorizados pelas instituições: *“And now we have to be highest in the ranking, it makes me laugh, or cry, I don’t know whether I should laugh or cry”* (S17).

Este reconhecimento e valorização da IES potencia o crescimento pois permite o acesso a mais equipamento, à contratação de novos recursos humanos, mas também facilita o acesso a novos financiamentos, mais alunos e mais propinas.

“a universidade é muito ligada à investigação e é sobre a investigação que vem depois a avaliação que estávamos a falar, (...) os financiamentos também vêm daí. Mas no entanto os alunos vêm para ser lecionados (...). Eles vêm também por causa da investigação, porque é isto que traz o prestígio” (S19).

A outra faceta neste processo inclui os objetivos dos académicos. Estes são primordialmente de reconhecimento individual mas, para conseguirem cumprir esta meta, devem necessariamente passar pela outra: a do financiamento: *“I’m part of this business of getting money”* (S8). A obtenção de financiamento beneficia o académico na medida em que garante mais trabalho futuro, mais publicações e pode aumentar as possibilidades de expansão das suas oportunidades, consoante a estratégia usada (como vemos *infra*). Para os recém-chegados, carreira e financiamento surgem como sinónimos, de tal modo que a primeira passa a depender quase unicamente do segundo:

“eu tento passar esta mentalidade aos investigadores que não têm lugar, que a única maneira de eles conseguirem continuar no sistema é se eles ganharem o seu próprio salário” (S7).

E se o financiamento provém de fontes externas à IES, já se vê que os vínculos com esta se tornam cada vez mais precários, podendo ter implicações sérias na socialização nas regras e nos princípios de integridade. Se o investigador está permanentemente dependente de contratação por entidades externas, já se verá que a sua fidelidade não será à IES e ao que esta representa.

E é sob o prisma da busca deste financiamento e deste reconhecimento profissional que muitos dos entrevistados procuram explicar os comportamentos que julgam como

problemáticos, bem como o ambiente experienciado no seio das IES e o sentido das suas tarefas profissionais quotidianas.

Poder-se-á pensar que remeter as causas das problematizações para a centralidade dos objetivos de reconhecimento e financiamento operará uma confusão entre categorias explicativas e mero recurso a técnicas de neutralização, tal como preconizadas por Sykes e Matza. O uso destas ou semelhantes técnicas ao nível organizacional ou por profissionais tem sido tratado em certa medida na literatura (Faria, 2009; Faria e Agra, 2012; Hochstetler e Copes, 2001; Souder, 2010; White *et al.*, 2009). No entanto, no presente caso, dada a padronização de respostas, os fortes sentimentos associados a estes dois temas, bem como a frequência da sua repetição, parece-nos que estamos perante algo mais do que meras técnicas de neutralização ou de justificação da culpa. A análise conduzida leva-nos a crer que estamos perante enquadramentos comportamentais e situacionais, perante metas que se prendem diretamente com a identidade das instituições e dos indivíduos que nelas trabalham.

Além do mais, as técnicas de neutralização são construtos verbais e linguísticos usados antes ou depois do cometimento do ato, auxiliando por isso na sua realização e atenuando a autocensura do indivíduo (Carrabine *et al.*, 2014; Tierney, 2010). E, no caso concreto, as referências às questões do financiamento e reconhecimento são usadas quando se trata de explicar outros comportamentos que não apenas os problematizados. São ainda empregues por indivíduos que (à exceção do entrevistado que mencionou a sua crescente sensibilidade ao autoplágio) não referiram ter cometido qualquer conduta criticável segunda a sua própria perceção de problematização. Ou seja, não temos dados suficientes para saber se efetivamente os entrevistados põem em funcionamento estas técnicas de neutralização para o cometimento de atos, já que não temos qualquer relato ou outros dados que nos permita aferir dessa mesma comissão.

Antes de nos debruçarmos um pouco mais sobre as categorias nucleares, de referir que uma minoria de entrevistados remete ainda para causas pessoais como sejam os egos (S22) ou a ambição – *“uma ambição pessoal também é uma pressão”* (S5) – ou a tendência naturalmente humana de cair no desvio – *“everywhere is the same, I mean, it’s human I guess”* (S16).

No entanto, uma análise mais atenta das entrevistas permite-nos perceber que a ambição pessoal só faz sentido no específico contexto organizacional ou institucional que molda

essa mesma ambição, desenhando potenciais cursos de ação. As tentações nas quais qualquer ser humano pode cair são especificamente colocadas à disposição (de forma mais ou menos visível) no concreto contexto das IES e apenas aí fazem sentido; é no seio das organizações que as oportunidades ou tentações são identificadas e interpretadas como tal pelos indivíduos. Não podemos, portanto, limitar-nos a análises de tipo diferencial ou nem sequer meramente microdimensionais para entender o que é para os atores percebido como tentação ou de que forma estes escalam obstáculos orientados pela sua própria ambição.

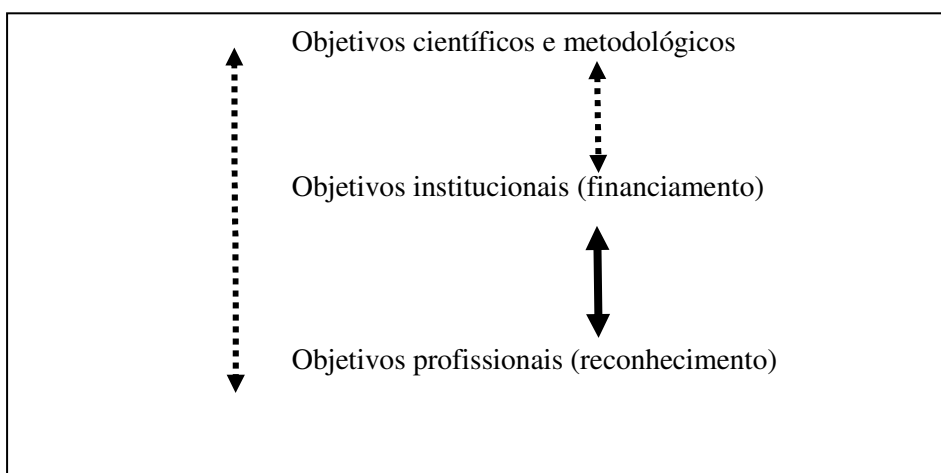
Como temos vindo a defender desde o início, é necessária uma análise compreensiva e integrada que nos permita perceber de que modo as dimensões meso e macro de análise moldam ou determinam os percursos de ação dos atores individuais e de que modo estes, por seu turno, aceitam as possibilidades que lhes são oferecidas ou, pelo contrário, lhes resistem ou as transformam. E o que é mais, é preciso entender que sentido tem nesta trama a realização de comportamentos problemáticos e mesmo censurados como *misconduct*.

Podemos dizer desde já, pela análise conduzida das entrevistas e dos documentos, que é possível encontrar três ordens de objetivos presentes no sistema universitário atual, dois dos quais já fomos apresentando. Uma primeira ordem de objetivos prende-se com o que são os **objetivos científicos, metodológicos ou de integridade** que devem reger a atividade de investigação e de docência no âmbito das IES. Uma segunda ordem de objetivos prende-se com os **objetivos institucionais** das IES europeias no presente momento – e estes são objetivos de competitividade e valor económico, para o que necessitam de financiamento. Finalmente, os **objetivos individuais** centram-se em torno das metas que conduzem à evolução profissional e de carreira académica, para o que necessitam de reconhecimento.

O certo é que estes diferentes objetivos podem não se articular devidamente. Da análise realizada, surge-nos como relativamente claro que os objetivos científicos são percecionados pelos entrevistados como estando claramente secundarizados face aos objetivos institucionais (figura 8). Não é que não estejam presentes, mas na configuração atual do sistema são ativados menos em comparação com os restantes.

A relação entre as três dimensões de objetivos pode ser visualizada nesta Figura 8, onde a seta tracejada representa diminuta interação e a seta a cheio representa procura de convergência.

Figura 8: representação das interações entre objetivos



“When you start working as a researcher you have always the illusion that every researcher produces science for the main goal or the broader goal of community and that’s not what I experienced in here. I actually received a new image of producing science, it’s more of winning some ... and not producing something for the same higher main goal” (S15).

“tenho uma concepção, penso eu, muito realista, em que a ciência está ligada à carreira, está ligada a interesses, está ligada a grupos, está ligada a instituições, em última análise pode estar ligada a poderes regionais” (S11).

Os objetivos de financiamento, de obtenção de fundos, de comercialização de produtos parecem sobrepor-se, no específico contexto das IES europeias atualmente, aos objetivos de produção científica metodologicamente sã e crítica. Vários dos entrevistados, para o demonstrar, comparam as universidades a empresas ou fábricas, desenham-nas como seguindo uma lógica de negócio, produtividade e eficácia.

As IES surgem a muitos dos entrevistados como estando orientadas não para o benefício público mais amplo mas antes para a valorização de produtos aos quais possa ser adscrito um valor económico – seja na forma de propinas, seja na forma de financiamento da investigação. A permanente busca de fundos públicos ou privados (a

nível nacional ou europeu), a aproximação ao mercado, a oferta de produtos num curto espaço de tempo, passíveis de serem consumidos (sejam formações, sejam tecnologias ou resultados de investigação) parecem ser marcas identificativas de um modelo das IES europeias que, como vimos acima, a literatura também identifica.

Os objetivos individuais de reconhecimento e progresso na carreira são igualmente relevantes para os indivíduos, tal como Anderson *et al.* (2007) também já haviam descoberto nos seus *focus groups*. São as grandes metas profissionais que orientam os sujeitos naquilo que realizam. Este progresso na carreira faz-se, é certo, em nome de um benefício salarial mas não só. Faz-se também em nome de mais projetos de investigação, mais recursos a alocar, maiores níveis de internacionalização e de sucesso profissional. Os académicos nas IES europeias atuais pretendem atingir os lugares de topo não apenas porque tal acarreta benefícios pessoais mas porque acarreta benefícios profissionais: reconhecimento, estatuto, autonomia na investigação, direção de laboratórios, acesso a melhores condições de trabalho, capacidade de intervenção em políticas públicas ou na resolução de problema sociais.

O que nos parecer suceder aqui é, portanto, um movimento interativo (aos níveis micro, meso e macro que procuraremos confirmar ou informar através da triangulação resultante das análises às dimensões meso e macro) de convergência destes dois grandes objetivos: reconhecimento e financiamento. De tal modo que sejam tomados como sinónimos – o que em muitos casos parece acontecer, se tivermos o cuidado de aceder às palavras dos entrevistados. Como já fomos vendo, as IES buscam financiamento para bem da sua competitividade e sustentabilidade económica e, quando o conseguem, recebem reconhecimento institucional, ficam bem classificadas nos *rankings* internacionais, tornam-se conhecidas, são procuradas por alunos. E um académico que identifique a sua filiação em determinada IES com reconhecimento internacional, pode beneficiar desse prestígio para si mesmo.

Simultaneamente, o reconhecimento individual parece depender cada vez mais da obtenção de financiamentos, de uma lógica de *'bring your own money to work'*. Atualmente, para os académicos que tivemos oportunidade de entrevistar, o reconhecimento não vem tanto do mérito científico, da inovação ou originalidade da investigação, ou da docência apurhada e criteriosa.

“É possível estragar uma carreira procurando um ângulo novo... imagine, alguém pode receber o prêmio nobel por uma descoberta inovadora, a pessoa investe muitos anos numa descoberta e só produz uma publicação” (S11).

Parece vir, isso sim, da obtenção no passado e, mais ainda, do potencial de obtenção e manutenção futura de financiamentos e recursos económicos, humanos e materiais, bem como dos *outputs* visíveis dessa atividade, como sejam as publicações científicas.

“Someone who applies for professorship or full-professorship surely has to show that has not only published but will be publishing more” (S21).

De forma progressiva, os objetivos institucionais e profissionais, os objetivos das IES e dos académicos, têm vindo a convergir lentamente. Não há mais espaço para académicos que, diletantemente aos olhos do público e dos contribuintes, ocupam o seu tempo e recursos com investigações aparentemente inúteis e ineficazes:

“Quem paga os impostos é a sociedade, são os contribuintes e (...) veem os centros de investigação como algo assim quase como um playground, um sítio onde as pessoas se entretêm lá” (S12).

Os que se encontram na base da carreira devem prestar provas continuamente da sua capacidade de alimentar a IES com produtos, resultados e financiamento, de modo a poderem aumentar as possibilidades de acesso às etapas iniciais da carreira.

“Todos os que vieram depois de mim estão na qualidade de assistentes convidados e, portanto, estão a 30% ou a 32% ou 37%, não ultrapassa muito esse valor. E, portanto, sem grande perspectiva de, obviamente de acordo com a lei, aliás, passar ao quadro (...). Mas ao mesmo tempo a necessidade de garantirem que permanecem aqui o tempo suficiente para, porventura, alguma coisa mudar ou abrir um lugar e eles se poderem candidatar” (S10).

Os que se encontram já instalados na carreira não deixam de ser estimulados continuamente a produzir de modo a conseguirem obter o máximo possível do reconhecimento almejado, de possibilidades de intervenção na política interna, de pertença a grupos influentes, de benefícios (reais ou simbólicos) que vêm acoplados a um posto superior na hierarquia.

“I would like to be promoted for the sake of the financial benefits, for the sake of being somebody within the organization that, more or less counts a bit, because it's the people

who are promoted to a certain level (...) who can vote here on important issues like division of money, division of staff' (S13).

No entanto a convergência entre os objetivos não é um dado mas antes um processo tentativo que decorre das interações entre os diferentes académicos e IES e entre estas IES e as dimensões meso e macro de análise como verificaremos abaixo. Pelo que o resultado deste processo é indeterminado em função da sua complexidade. A acrescentar a isto, o reconhecimento e o financiamento decorrem também do acesso e uso de recursos limitados (dinheiros, publicações, prémios, etc.) pelo que a competitividade em torno da sua prossecução é bastante vincada. Veremos mais à frente de que modo o acesso limitado acaba por introduzir desequilíbrios nas possibilidades de futuro quer das IES quer dos académicos.

De seguida, iremos procurar perceber que mecanismos internos existem, de acordo com o dito nas entrevistas, para a prossecução dos objetivos institucionais e profissionais. A convergência entre ambos os objetivos tem que ser implementada, não é uma inevitabilidade nem um resultado automático. De que modo tal sucede?

Quanto aos mecanismos externos, que decorrem por exemplo da atuação de atores como sejam as entidades de financiamento, as opções de potenciais alunos, os movimentos do mercado de trabalho, os ciclos económicos, etc., reconhecemos a sua influência na configuração das relações de que agora nos ocupamos mas não temos, pela natureza do presente trabalho, dados que permitam descrever essas influências recíprocas de forma cabal.

Mecanismos de convergência entre objetivos de reconhecimento e de financiamento

Como foi mencionado, a convergência entre os objetivos institucionais e profissionais não sucede automaticamente e de forma perfeita. Estes objetivos podem, em termos abstractos, relacionar-se diferentemente: por complementaridade, oposição, sobreposição, divergência ou convergência.

O que nos parece claro é que alguns dos entrevistados manifestam fortes críticas aos objetivos institucionais desenhados pela(s) IES a que pertencem, por onde passaram ou que de alguma forma conhecem. Posto de outro modo, vários dos entrevistados parecem não aceitar totalmente esta centralidade da busca de financiamento (institucional) a

troco de reconhecimento (profissional). Ao mesmo tempo, reconhece-se também nas entrevistas os modos pelos quais as IES, eventualmente através de entrevistados que foram ou são seus porta-vozes, atacam os posicionamentos dos acadêmicos que não partilhem dos objetivos institucionais. Isto significa que os acadêmicos têm modos diferentes de perspetivar aquela convergência.

É nossa hipótese que as IES têm à sua disposição mecanismos como a pressão para produzir, bem como mecanismos ineficazes ou fragilizados de controlo social, bem como uma ausência percebida de alternativas que acabam por forçar a convergência entre aqueles dois objetivos. Fazer casar as metas da instituição com as metas dos seus atores internos garante a estabilidade da relação e um caminho partilhado entre todos. Para tal, as IES dispõem de poder sobre os indivíduos – poder esse que provém, ainda que não exclusivamente, do controlo da comunicação e da informação, bem como da criação e aplicação de regras organizacionais quanto aos objetivos e modos de atuação (Crozier e Friedberg, 1977). Por outro lado, ao nível individual, os acadêmicos podem colocar em funcionamento estratégias ou jogos de aceitação, adaptação ou resistência a esta convergência.

Vejamos cada um destes mecanismos: (i) pressão, (ii) controlo social ineficaz, (iii) ausência de alternativas e limitação de recursos, (iv) estratégias de adaptação individual.

(i) *Pressão*

Vimos no momento da revisão de literatura que a pressão para determinadas atividades, como seja a publicação, vai sendo mencionada com frequência (Broome *et al.*, 2005; Fanelli *et al.*, 2015; Gardenier e Resnik, 2002). Tijdink *et al.* (2014), no inquérito aplicado a 315 cientistas holandeses, verificam que os 72% deles consideram que a pressão para publicar é “demasiado alta”; que mais de metade dos participantes entende que pode ter efeitos negativos na validade e credibilidade da ciência médica a que pertencem, podendo mesmo ter efeitos prejudiciais (52%) naquele domínio científico. Dizem os mesmos autores que a pressão para publicar pode ser considerada uma forma de *stress* e esta condição, frequentemente, induz comportamentos de risco e pode conduzir ao aumento de erros na investigação científica. Mas como se caracteriza esta pressão sentida pelos entrevistados?

Da análise agora realizada, a pressão remete para a percepção de uma série de limitações, imposições ou constrangimentos, de forças que se exercem sobre o académico, regulando a sua atividade, procurando influenciá-la ou dirigi-la em diferentes aspetos: no prazo concedido de investigação, nos processos e métodos de investigação e nos produtos que daí resultam, especialmente publicações ou resultados de investigações encomendadas.

“o tempo que temos para isso cada vez se reduz mais. Mas, simultaneamente, cada vez mais nos querem exigir mais nesse campo. Que é preciso entregar, é preciso publicar, é preciso apresentar x artigos, é preciso cumprir metas de produção científica” (S10).

Para os indivíduos, a pressão parece ser imposta numa lógica *top-down* à qual se torna difícil resistir, tal como decorre da expressão acima e outras muito semelhantes encontradas ao longo das entrevistas:

“data is manipulated when people above think ‘oh, this is not good for someone who’s funding the research’”(S15).

“nós somos incentivados pela Universidade a ter [relações com entidades financiadoras privadas]” (S7).

No entanto, como já mencionado acima, os atores externos podem ter aqui um papel não despreciando. Podemos, ainda assim, presumir que a pressão imposta pela IES sobre os académicos se revele mais forte e percebida como mais relevante para os processos dos atores, em função da proximidade e da organização hierárquica existente dada a relação contratual entre IES e académicos, por comparação com as pressões provenientes diretamente de atores externos à IES. Posto de outro modo, presumimos que as IES ocupam um lugar de mediação entre, por um lado, as exigências e procura impostas pelos atores no exterior do seu sistema e, por outro, as exigências e expectativas dos elementos existentes no seu interior (os indivíduos e grupos académicos). Daí que os entrevistados se refiram mais claramente à IES e aos constrangimentos que sentem que as IES impõem, do que aos constrangimentos e objetivos contextuais mais amplos. O que não significa que não se lhes refiram. Significa apenas que são mais reflexivos e fornecem mais e meticolosos aportes acerca das IES onde exercem as suas atividades quotidianas e com as quais contactam regularmente. Mas é na relação com as IES que a pressão é mais sentida, especialmente quando se alteram as regras de avaliação, como

no caso aqui descrito: *“I think that’s exactly why it has been done. So it raises the stress level. I’m absolutely sure”* (S2).

A pressão sobre o acadêmico parece exercer-se relativamente a uma série de tarefas ou objetivos passíveis de serem identificados:

- (i) publicar mais: *“tem várias fontes de pressão (...) E a maneira de reagir é nós tentarmos publicar mais”* (S5);
- (ii) investigar e obter resultados: *“a própria pressão que as pessoas sentem em antecipar resultados, em mostrar, em legitimar aquilo que estão a fazer para as próprias chefias diretas”* (S18);
- (iii) obter resultados rapidamente: *“obriga a publicar sistematicamente e rapidamente, e quando se tem de publicar rapidamente não se pode investir em fazer investigação, em projetos que exijam algo de mais prolongado, mais profundo”* (S23)
- (iv) acumular tarefas ou acumular mais horas de cada uma das tarefas (de docência, de gestão, de investigação): *“é-nos cada vez mais imposto um determinado ritmo, um conjunto de prazos, uma quantidade de trabalhos burocráticos que não têm rigorosamente nada que ver com o trabalho académico”* (S10);
- (v) obter melhores resultados nos diversos tipos de *rankings* (produtos de avaliação) existentes: *“there is a lot of pressure with constant e-mails and letters from whatever guy upstairs saying that we need to and that we will be ranked”* (S13); ou
- (vi) obter e garantir financiamento: *“existe sempre essa pressão de termos que ter dinheiro para trabalhar, sem isso não conseguimos fazer nada”* (S24).

A percepção da pressão sobre as atividades individuais é ainda maior quando às exigências se soma a imposição de apertados prazos na realização das diferentes tarefas. A falta de tempo é constantemente referida por vários dos entrevistados como uma fonte de pressão sentida na atividade profissional quotidiana. S11, por exemplo, refere logo no início da sua entrevista de que modo as atividades quotidianas são realizadas através de uma necessária compartimentação do tempo, visto que este é limitado para a quantidade de tarefas pedidas aos académicos.

Pode-se argumentar que a pressão para produzir pode ter efeitos benéficos no sentido em que evita a estagnação e incentiva a proatividade na busca de temas de investigação, financiamento, etc. No entanto, a pressão agora sentida exerce-se não apenas sobre as tarefas, mas também sobre as possibilidades de reconhecimento, sucesso e produção da carreira profissional. Ou seja, a pressão parece ter atingido o próprio cerne dos objetivos individuais dos académicos. Posto de outra forma, a pressão pode ter efeitos ou conduzir à precariedade laboral, dependente da obtenção de recursos e esta é obviamente incerta e volátil. Tal situação pode estar a produzir uma pressão até aqui desconhecida:

“Em termos teóricos nós podemos dizer que é preciso que as pessoas sintam a pressão mas a pressão, chega-se a um ponto em que as pessoas já deram provas, têm um nível de experiência em que se lhes dessem um pouco de conforto para eles poderem usar parte das energias a orientar outros era mais vantajoso” (S3).

Apesar de não termos dados suficientes para o constatar, podemos presumir que tal possa acarretar situações de injustiça sentida no local de trabalho, por parte dos académicos. Ainda que estes não tenham estatuto laboral idêntico a muitos dos outros trabalhadores em organizações atuais, há literatura que revela que esta perceção do empregado face à (ausência de) equidade organizacional pode conduzir a comportamentos deviantes no local de trabalho, atentando especificamente contra a organização (Lemos, Wilks, e Cruz, 2013). A perceção de justiça organizacional pode também ter consequências na prática de *misconduct* (Martinson *et al.*, 2006).

Os resultados desta ciência “sob pressão” tornam-se visíveis, as mais das vezes, não a partir do momento em que são plasmados nas folhas de cálculo, na impressão de *outputs* em *softwares* de análise, nem na recolha de amostras de tecidos. Os dados só atingem a sua máxima importância a partir do momento em que dão azo à elaboração de publicações científicas. Seja na forma de relatórios ou de livros, mas mais ainda na forma de artigos ou *papers* em revistas científicas com processo de *peer review* e com alto impacto. O resultado científico em si mesmo vale pouco quando não é disseminado, como já nos diziam (Latour e Woolgar, 1988).

Ora, a publicação científica é a face visível ou materializada do trabalho realizado, permite a disseminação dos resultados e a crítica dos pares, pode ser contabilizada, permite a construção de médias. Mas, mais importante, permite o reconhecimento do

trabalho do acadêmico. É um produto que vale pelo que representa (a investigação e os correspondentes resultados) e pelo que potencia. Potencia o reconhecimento e mérito científico do indivíduo ou do grupo de acadêmicos que levou a cabo a investigação, mas também da IES de onde provêm. No entanto, nem toda a publicação tem a mesma relevância; é especialmente importante obter resultados positivos: *“muitas vezes os resultados negativos ou seja, nós testamos numa hipótese e essa hipótese não é válida (...) isso não é tido como resultado válido ou interessante. E portanto nós dificilmente conseguimos publicar esse resultado”* (S24). A acumulação destes produtos, as publicações, aumenta as probabilidades de sucesso individual em processos de avaliação, bem como de sucesso institucional: reconhecimento e financiamento, respetivamente.

A pressão exercida sobre a IES e a partir dos sistemas que existem na sua fronteira foi também identificada. As IES são alvo de cortes orçamentais ou alterações à procura dos produtos científicos, pelo que devem garantir financiamentos suficientes para o seu funcionamento. Tal ocorrerá, portanto, através da atividade dos académicos que investigam e lecionam no seu interior – por um lado há que manter contratos de investigação financiada, por outro há que garantir a manutenção de alunos pagantes de propinas ou dos subsídios eventualmente recebidos para o mesmo efeito.

“universities, they want to count and they want to stay important and they want to get money and get more students” (S13).

No entanto, é a pressão exercida pelas IES sobre os indivíduos, e não tanto por factores externos sobre as IES, que nos interessa explorar. Simultaneamente, nem todos os entrevistados se posicionam do mesmo modo perante a pressão percebida. Acreditamos inclusive que a pressão é mais sentida pelos entrevistados que de alguma forma resistem ou criticam a convergência entre os objetivos institucionais e individuais. A pressão surge como um mecanismo, uma força ou uma ferramenta para limitar os cursos de ação individuais orientando-os para o que para as IES parece ser o objetivo central e do qual depende para a sua perpetuação: o financiamento e, com isso, o reconhecimento institucional.

(ii) *Controlo Social*

Ao longo das secções anteriores fomos dando conta das percepções dos entrevistados acerca das consequências decorrentes dos comportamentos e práticas problemáticas. Como explicamos no lugar devido, tal questionamento permitiria aceder à dimensão do controlo social percebido pelos académicos e tal como existente ou instituído nas IES, enquanto processo coletivo de reação negativa a comportamentos considerados problemáticos. Concluímos pela existência de uma ampla gama de comportamentos e práticas nebulosas cuja censura ou aceitação é negociada em situação, pelo que as regras não surgem como claras aos académicos. Vimos ainda que, com exceção das entrevistas realizadas aos académicos a trabalhar no RU, a maior parte das restantes entrevistas obtidas remete para a percepção de um controlo social inexistente ou altamente frágil, discriminatório em função do ato e do suposto infrator, numa palavra, ineficaz. Quanto ao *peer review*, se alguns entrevistados continuam a insistir na ideia dos pares como guardiães, a verdade é que outros entendem que pode não funcionar adequadamente e dar azo também a situações de enfiamento.

Mais constatámos que a deteção de muitos desses comportamentos problemáticos sofre de fragilidades de base, no sentido em que a deteção é rara: “*a minha orientadora não leu a minha tese de doutoramento, se eu quisesse ter feito plágio podia ter feito à vontade*” (S23). E as mais das vezes inexistem sistemas erguidos com esse propósito, com exceção eventualmente dos casos de plágio ‘tradicional’, muitos deles detetados com auxílio de *softwares* específicos ou nos momentos de avaliação por júri para atribuição do grau de doutoramento. Mais vimos que mesmo nas (raras) situações em que a deteção acontece, os posteriores procedimentos de averiguação ou sanção são postos (ou não) em funcionamento *in casu*. A determinação da responsabilidade, das atenuantes ou agravantes, da intenção, a etiqueta a atribuir, todos estes elementos são deixados em aberto e a situação resolvida informalmente. Ao longo deste processo, ativam-se estratégias de negociação, proteção em redes de lealdade, secretismo e regras informais de comportamento.

O estado de coisas assim descrito pode levar a concluir que a própria IES poderá ser considerada culpada de *misconduct* quando não facilita (ou quando pura e simplesmente impede) a criação de regras escritas e públicas definindo os comportamentos problemáticos realizados por académicos. O mesmo quando se mostra incapaz de

instituir (ou o faz de forma incompleta) procedimentos de averiguação transparentes e justos, bem como sanções idênticas e adscritas ao ato e à intenção dos que realizam atos socialmente censurados. Quando perguntados diretamente acerca da existência de códigos de ética ou de integridade, os entrevistados mostraram surpresa ao concluir pela seu desconhecimento, mesmo pertencendo a órgãos de direção: “*se isso está escrito ou não, eu para ser franca não faço ideia*” (S25).

Regra geral, os riscos percebidos de detecção e sanção dos comportamentos problemáticos parecem ser mínimos. Do outro lado da equação encontramos os benefícios percebidos com a realização da *misconduct*. São eles precisamente o reconhecimento e a obtenção e manutenção de financiamento. Pode acontecer, portanto, que sujeitos percebam os potenciais benefícios como resultado da realização dos comportamentos problemáticos. Por exemplo, pela facilitação de interferência da entidade financiadora nos dados ou conclusões da investigação, pelo autoplágio, exploração do trabalho de terceiros e citações cruzadas para inflação das referências no currículo; a negligência na docência ou inflação das notas, para garantir propinas ou sobrevalorizar a investigação à docência.

Posto de outro modo, os comportamentos e práticas problemáticas podem ser entendidas como forma de potenciar ou facilitar o acesso aos benefícios centrais da atividade académica. Como veremos mais à frente, esta opção não significa um desprezo total e completo dos princípios de integridade e/ou regras metodológicas e de docência. São antes opções disponíveis entre cursos de ação que podem ser ativados em momentos determinados no percurso das instituições e dos indivíduos.

Deste modo, o sistema de controlo social tal como surge percebido pelos entrevistados nas várias IES a que pertencem ou que conhecem, poderá permitir que os indivíduos optem, com base nos dados de que dispõem e na forma como interpretam e comunicam a realidade, pela comissão de comportamentos problemáticos já que o retorno obtido (reconhecimento e financiamento) parece ultrapassar de forma substancial os riscos ou custos associados à detecção e sanção.

Por isso, parece-nos que a perceção dos entrevistados acerca dos modos de controlo e vigilância da maior parte das IES de onde provêm surge precisamente como um dos mecanismos que conduz à convergência entre os objetivos individuais e os objetivos institucionais. Isto porque a ausência de obstáculos aos comportamentos problemáticos

ou que infringem os princípios de integridade científica parece premiar a comissão desses mesmos atos. Atos esses que, por seu turno, permitem mais produção (em quantidade e não em qualidade), acessos mais rápidos a posições de topo na carreira, manutenção de entidades financiadoras satisfeitas com investigações que dificilmente contestam os seus propósitos iniciais, criação de relações de influência no exterior das IES com o objetivo de obter informação privilegiada sobre oportunidades de financiamento ou de promoção, entre outras.

Mais produção, mais resultados, de forma mais célere, acesso facilitado a recursos limitados, são o que permite a obtenção dos tão desejados objetivos de financiamento e de reconhecimento. A ausência de uma censura ou reação social negativa uniforme e consensual a muitos dos comportamentos problemáticos que permitem, de forma fraudulenta ou não íntegra, o cumprimento desses mesmos objetivos, ou que são realizados em nome dessas metas, permite-nos concluir que o modo como o controlo social está desenhado nas IES dos entrevistados influencia no projeto de convergência entre objetivos das IES e dos académicos. Deste modo, para além da pressão sentida e emanada pelas IES, estas voltam a ter um papel fundamental na forma como organizam o seu ambiente interno já que este pode facilitar ou evitar a *misconduct*. Nos relatos que nos foram transmitidos, muitas das IES parecem facilitar a *misconduct* não porque as IES têm para si objetivos criminosos ou desviantes, mas porque procuram o que pode ser um objetivo perfeitamente legal e legítimo – os meios de o atingir é que podem resvalar na infração a regras de integridade científica.

Efetivamente, a literatura sobre o controlo social tem explorado a *compliance* das organizações e alguns dos trabalhos realizados mostram que esta *compliance* é negociada no sentido em que elas podem escolher cumprir ou não cumprir as regras; que essa escolha pode depender do seu tamanho e complexidade; e que por vezes determinam não cumprir as regras quando os custos financeiros, políticos ou reputacionais da *compliance* são considerados elevados (Innes, 2003, p. 138).

Além do mais, os potenciais mecanismos de controlo social informal parecem ser pouco capazes de detetar comportamentos e práticas problemáticas, como vimos acima ao mencionar as relações problemáticas de poder interno: as avaliações dos pares são enviadas em diferentes momentos, os orientadores não têm tempo de seguir o

comportamento dos seus alunos de doutoramentos, por vezes mesmo usando-os para escrever por si.

Sintetizando: mais pressão e menos controlo social formal e informal podem ajudar à convergência dos objetivos institucionais e individuais mas também à multiplicação de comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior.

(iii) *Ausência de alternativas e limitação de recursos*

Dois outros mecanismos identificados, que podemos considerar juntos, parecem ajudar a operar uma convergência entre objetivos institucionais e individuais: a ausência de mecanismos alternativos de financiamento e de reconhecimento, bem como a existência limitada de recursos importantes para a atividade académica.

Vários dos entrevistados referiram a inexistência de formas alternativas de fazer subsistir as IES e a investigação que não fosse através do uso de financiamentos de entidades externas às IES. Aliás, com o recuo das tarefas dos Estados europeus, e mais ainda após a crise económica e financeira de 2008, o domínio de fontes de financiamento privadas ou europeias é cada vez mais visível.

“com os Estados que estão sem capacidade de financiar a investigação, um centro de investigação do qual dependem centenas de pessoas e que tem como grande cliente, entre outras, financiador um conjunto de empresas ou um setor empresarial, que está muito interessado em resultados (...) e ainda perante a ameaça de perderem a sua única fonte de sustentabilidade, é natural, (...) [que] haja aí restrições” (S12).

O facto de não haver pluralidade nas fontes de financiamento é percebida pelos entrevistados como um mecanismo mais que obriga ou guia no cumprimento dos objetivos em vigor segundo as regras existentes. Estas passam, como já tivemos oportunidade de ver, pelo aumento da produtividade, pela importância da produção célere de *outputs* aos quais pode ser adscrito valor comercial ou de utilização, pela aceitação de investigação contratada, com todos os perigos que tal poderá trazer. Desde logo, um domínio da investigação sobre a docência, conduzindo à negligência das boas práticas de lecionação, uma aceitação ou limitação flexível das interferências das

entidades financiadoras no produto de investigação, relações de tipo ‘prestação de serviços’ e uma como que privatização da investigação.

“research money for independent research is really rare so if you want to have some research money is easy to step into this kind of things only for the money” (S6).

O mesmo em relação às propinas como fonte de financiamento das IES. Estas são obtidas a troco de formações orientadas para o mercado de trabalho, naturalmente volátil e transformativo, procurando-se garantir altos níveis de empregabilidade, com saídas cada vez mais precoces do sistema de ensino superior, diminuição das reprovações e, portanto, inflação das notas de avaliação dos alunos. O importante será manter alunos-pagantes satisfeitos, pelo que as exigências de avaliação, os conteúdos dos programas a lecionar e as imposições de prazos para fornecimento de informação (por exemplo, as notas finais de avaliação) sofrem alterações. As alternativas a este sistema, ainda que menos referidas pelos entrevistados, face à investigação, parecem também ser praticamente nulas.

Para além desta inexistência de alternativas às modalidades e fontes de financiamento, também a limitação de outros recursos parece coagir os académicos a usar as regras em vigor para a sua promoção, limitando as possibilidades de resistência ao estado de coisas atuais. O que entendemos por recursos? Falamos não apenas de financiamento ou dinheiro, mas também de materiais, técnicos e assistentes, equipamento laboratorial ou outro, bibliografia. Mas falamos também das possibilidades de publicação em revistas conceituadas e o acesso a concursos de ingresso e de progressão na carreira. Estas últimas serão não tanto recursos mas oportunidades limitadas, que se apresentam raramente.

Tal como nos restantes domínios da vida social, recursos e opções limitadas, raras, são altamente procuradas e cobiçadas e o seu valor pode ser difícil de estimar. Sem financiamento, a possibilidade de se obter *software* e *hardware*, material técnico muito específico e incomum, a possibilidade de contratação de equipas e de construção de grupos de trabalho, a possibilidade de viajar e de internacionalizar o trabalho, entre outros, tudo isso passa a ser dificultado. E, sem isso, as tarefas tradicionais do académico, pelas quais recebe reconhecimento, tornam-se também menos prováveis e exequíveis, ao menos no entendimento dos entrevistados. Não descartamos ainda a possibilidade de, em muitos casos, o acesso a recursos poder ter valor simbólico de

demonstração do sucesso, afirmação de poder de um grupo, escola ou departamento, face aos restantes.

“aquilo é tão obsessivo que às vezes gera-se nas equipas de investigação, então nas medicinas, uma procura desenfreada do equipamento, pela compra do equipamento, para eu deter e mostrar e não pelos resultados que eu vou tirar daqui” (S3).

Considerando-se ainda a hierarquia piramidal da carreira académica, os lugares de topo tendem a ser mais raros que os lugares de base. Razão pela qual são mais disputados e apresentam mais benefícios. Uma das formas de se conseguir ter hipótese é a publicação, já que os trabalhos publicados engordam os *currícula* e ajudam à contabilização dos produtos da investigação. A mesma relevância não tem, para estes momentos, a docência.

A limitação de recursos e de oportunidades poderá fazer aumentar o clima de competitividade e pressão no seio das IES e entre os indivíduos. Uma das formas de aumentar as chances de obtenção dos almeçados recursos é através da pertença a redes de poder no seio das IES, como vimos no devido momento, assim como através da influência e ambivalência do académico e de práticas autorais questionáveis. A partir do momento em que as relações de poder internas e externas são suficientemente fortes, os mecanismos que nos foram relatados parecem conduzir a um desequilíbrio ou distribuição diferencial dos recursos e oportunidades limitados pelos elementos dos grupos mais fortes, ou pelos indivíduos que têm relações privilegiadas com o exterior da academia e passam a ser financiados mais frequentemente do que os restantes colegas. Passa-se, portanto, algo como o que Merton descreveu com *o Matthew effect*: quem já tem – reconhecimento, recursos, oportunidades – tende a continuar a beneficiar de tudo isso, por comparação a quem nada tem ainda que o trabalho deste último seja cientificamente mais meritório do que o do colega.

Deste modo, através da pertença a redes de poder no seio das IES, ou através do contacto direto e mesmo promíscuo com atores externos poderosos, os académicos procuram potenciar as suas hipóteses de financiamento e de reconhecimento.

(iv) *Estratégias de reação individual*

De que modo reagem os académicos a esta tentativa de convergência entre os seus próprios objetivos de reconhecimento profissional e aqueles que sentem ser os objetivos institucionais de financiamento? Tal como vimos na secção referente à metodologia, o ator social é agente e agido. É capaz de liberdade no seio de estruturas rígidas, de histórias organizacionais que o precedem ou de mecanismos em vigor onde a sua margem de atuação pode parecer, ainda assim, mínima. Os sujeitos, pela sua ação no seio da estrutura organizacional, recebem a influência do contexto e agem sobre ele, num processo de *feedback*, de devolução e autoalimentação de processos e mecanismos (Crozier e Friedberg, 1977).

As diferentes posições dos entrevistados quanto à maior ou menor pressão percebida, quanto à sua crítica ou aceitação dos objetivos impostos pela instituição, foram constatados desde o primeiro momento de contacto com os dados. São variadas as posturas individuais face ao contexto, às exigências, às recompensas, assim como são variadas as interpretações e classificação de comportamentos como problemáticos ou não problemáticos. Não parece existir, entre aqueles que entrevistamos, um padrão único de reação às várias dimensões que fomos apresentando. Antes identificamos quatro estratégias de reação ao contexto.

Estas estratégias e posicionamentos acabam por também ter influência na forma como os indivíduos problematizam, ou não, os comportamentos testemunhados ou comunicados e que infringem as regras de integridade científica. Tal como qualquer tipologia, esta é também uma forma artificial de encontrar padrões de comportamento e interpretações que, obviamente, simplifica a realidade social. Ainda assim, para efeitos da presente análise, parece-nos pertinente identificar estas regularidades.

Dos vinte e sete entrevistados, onze apresentaram uma estratégia de *aceitação* do estado de coisas, oito de *resistência*, seis de *adaptação* ou *fitting in* e dois de *abandono*. Note-se que estas estratégias são movediças no sentido em que não são papéis sociais que sejam pura e simplesmente intercalados entre si. São táticas de jogo e interpretações postas em funcionamento para lidar com o contexto. Podem, portanto, ser alteradas ao longo do percurso do académico, em função das reações institucionais à sua estratégia mas também em função de alterações verificadas nas próprias IES ou no contexto mais amplo. Nesse sentido, um mesmo indivíduo pode usar ao longo do tempo diferentes

estratégias, ou permanecer na mesma posição com o passar dos anos. As ideias de processo, de interação, de progressão, são essenciais para que se entenda que estes não são tipos que fixam identidades, mas antes jogadas, táticas postas em funcionamento segundo a interpretação que os indivíduos fazem da situação em que se encontram.

Para o que aqui nos interessa, classificamos os indivíduos em função da estratégia de reação sugerida pela situação de entrevista, no momento em que esta é realizada, considerando-se também as várias fases experienciadas ao longo da carreira, relação do sujeito com as tarefas a desenvolver ao longo do tempo, formas de interpretar o contexto institucional, entre outros dados. Na verdade, a maior parte dos entrevistados teve grande capacidade de articulação e verbalização exprimindo espontaneamente estes e outros aspetos que nos permitiram a presente classificação. O que não impede, como vimos no momento oportuno, que as narrativas sejam construídas em função de critérios esperados de desajustabilidade social. Não acreditamos no entanto, dada a profundidade das entrevistas, que os casos de engano ou não verdade tenham sido muito frequentes.

Acrescente-se ainda que estas quatro estratégias de reação identificadas podem ser usadas individualmente ou em grupo, sendo que nesta última situação se poderá presumir que tenham mais força – donde se remete para o que ficou dito acerca das relações problemáticas de poder interno nas IES. Finalmente, estas estratégias de reação devem ser usadas para compreender qualquer tipo de comportamento, atuação ou interpretação da situação, independentemente de se tratar de comportamentos normativos ou desviantes. Não é porque um sujeito põe em prática uma estratégia de aceitação ou abandono que todas as suas ações serão problemáticas. O uso de comportamentos problemáticos, a maior ou menor censura aos mesmos, são táticas numa estratégia mais ampla que também inclui comportamentos normativos com vista a um fim ou posicionamento.

Vejamos:

- (i) Aceitação: foram classificados como tal os percursos de onze dos entrevistados pois estes, desde o início e de acordo com as suas narrativas, parecem ter sido orientados para o cumprimento dos objetivos de financiamento e de reconhecimento, para a satisfação das exigências e aceitação das restrições impostas pelo contexto e pelas suas específicas tarefas de académico. A ausência de sentimentos de angústia, a menor percepção de situações de pressão, a menor problematização de uma série de

situações e comportamentos (por exemplo, de práticas problemáticas de poder interno ou de níveis diferentes de interferência das entidades financiadoras), ausência de contactos prévios com comportamentos problemáticos podem denotar uma estratégia em vigor orientada para o sucesso no seio da instituição, para a produtividade e criação de *outputs* valorizados, segundo as suas perceções, pela IES e pela comunidade científica.

“vamos escolhendo aquilo que é melhor para nós a cada momento. E se nos dizem que aquilo que é o melhor para nós, o que é melhor para todos, que é o melhor para a Universidade...” (S18).

(ii) Adaptação ou *fitting in*: remete para estratégias onde a evolução pessoal está fortemente marcada, onde os primeiros momentos (anos) de crítica ao estado de coisas dão progressivamente lugar a uma tentativa de identificar as regras do jogo, especialmente as informais, para dele poder fazer parte e daí retirar melhores e mais rápidos benefícios. Nestes seis entrevistados, a busca de compromisso entre os seus objetivos profissionais individuais e os objetivos economicamente orientados das IES é bastante clara. Os indivíduos não deixam de problematizar determinados comportamentos e situações mas reconhecem a sua ‘mudança de pele’ numa tentativa de fazer sobrepor e harmonizar as divergências entre orientação profissional individual e orientação institucional

“I just want to stress the imbalance that I talked you about. It’s like ... extremes are never good and in science, the rate between science and ethics has gone a little bit astray and so on. (...) because putting too much emphasis on one thing that is not good for science in the long run” (S16).

(iii) Resistência: os oito entrevistados que fizemos caber nesta estratégia identificam-se claramente pela sua crítica espontânea e expressa, conflito e contestação às regras organizacionais, às restrições e imposições percebidas, bem com às pressões experienciadas na direção da convergência entre os seus objetivos individuais e os objetivos institucionais. São entrevistados que frisam a sua vontade de manter margens de liberdade (nos temas ou métodos de investigação e por isso

face a situações de interferência, na dedicação à docência, nas relações interpessoais ou face às redes de lealdade). Estes autores procuram pontos de resistência no próprio seio das IES (por exemplo, aconselhamento jurídico em situações problemáticas) ou centros de poder alternativos às relações de micropoder já existentes. Ou, como menciona Foucault, (1994, p. 98) “*onde há poder há resistência*”.

“[a Universidade] *sempre tem rebeldes*” (S20).

(iv) Abandono: esta é uma categoria residual mas que surgiu no seguimento da análise das entrevistas de dois sujeitos, que indicam a sua vontade de abandonar por completo a carreira académica. As justificações apresentadas não se prendem com motivos de índole pessoal, íntima ou familiar, mas com um mal-estar claro face às tarefas, exigências, imposições, pressões sentidas, incapacidade de alocar recursos e oportunidades e de integração em grupos de poder. Obviamente que esta posição de abandono ou desistência pode vir a sofrer alterações e a estratégia alterar-se para, por exemplo, uma de adaptação ou, pelo contrário, de resistência.

“*No, there’s no reason for me to get involved. I’m not staying here*” (S15).

Em termos gerais (tabela 24), são os entrevistados das ciências sociais e do comportamento que parecem mais adotar a estratégia de resistência. Tal pode-se explicar em virtude da atitude de crítica e questionamento característica de disciplinas como a sociologia ou a criminologia. Por outro lado, como mencionado noutros passos deste trabalho, os atores provenientes das ciências sociais e do comportamento podem sentir que o modelo típico de publicação, avaliação e produção das ciências exatas e da natureza lhes tem sido imposto sem consideração pelas suas áreas disciplinares específicas.

As estratégias de acetição e *fitting in* são, por outro lado, mais comuns nos entrevistados das ciências exatas e da natureza, o que pode vir confirmar a sua maior familiaridade com o modelo convergente entre objetivos pessoais e institucionais.

Tabela 24: estratégias de adaptação e área científica

Área científica	Aceitação	Fitting in	Resistência	Abandono	Total
Ciências exatas e da saúde	5	3	2	0	10
Ciências Sociais e Comport.	5	1	6	2	14
Direito/Filosofia	1	2	0	0	3
Total	11	6	8	2	27

No tocante à posição na carreira (tabela 25), parece ser de registar o facto de os três investigadores juniores entrevistados balançarem entre as estratégias de abandono e de resistência, o que denota uma grande dificuldade de adaptação e socialização, ou um forte questionamento e crítica, às características do modo de fazer ciência percecionadas. Entre os entrevistados com mais tempo de carreira (professores catedráticos), a maioria aceita as regras do jogo tal como são percecionadas, eventualmente por estar mais familiarizado com as mesmas, por ter ter uma visão mais geral das estratégias da sua IES ou das suas atividades profissionais.

Tabela 25: estratégias de adaptação e posição na carreira

Área científica	Aceitação	Fitting in	Resistência	Abandono	Total
Professor catedrático	7	2	2	0	11
Investigador junior	0	0	2	1	3
Professor auxiliar	2	1	0	1	4
Professor Associado	2	1	2	0	5
Assistente	0	1	0	0	1
Investigador senior	0	0	2	0	2
Aluno pós-doc	0	1	0	0	1
Total	11	6	8	2	27

Ainda assim, não podemos deixar de marcar que são oito dos 27 entrevistados que usam estratégias de resistência ao estado de coisas atual, e estes oito encontram-se nos extremos da posição na carreira. Poderemos colocar a hipótese de que quem é ou pode ainda ser alvo de avaliação para progressão na carreira (Professor auxiliar ou Assistente) estar mais disposto a usar estratégias de aceitação ou *fitting in* para melhorar as suas hipóteses de sucesso profissional.

Cada uma destas estratégias aumenta ou diminui as possibilidades de sucesso no momento. Considerando que existe um sistema de preferências, dinâmico e complexo, composto por uma variedade de opções, táticas e manobras de jogo, a estratégia selecionada pelos entrevistados expande ou retrai as suas possibilidades de sucesso.

Se o indivíduo opta por uma estratégia de aceitação, procurando alcançar financiamentos, realizar o máximo de tarefas tal como exigidas pela IES (administrativas, docentes, de investigação, de orientação, etc.), ingressar em grupos poderosos com acesso a recursos limitados, produzindo abundantemente *outputs* que são úteis para, ou até encomendados por, atores externos, as capacidades de reconhecimento e crescimento aumentam exponencialmente.

Se o indivíduo opta por uma estratégia de resistência, criticando ou contestando a necessidade de agradar às fontes de financiamento (por exemplo, na escolha do tema), de publicar nas revistas consideradas prestigiadas, antes optando por métodos alternativos mas menos valorizados institucionalmente, as suas oportunidade de reconhecimento e sucesso retraem-se, diminuem. Isto, obviamente, considerando o específico contexto organizacional atual das IES europeias tal como foram descritas pelos entrevistados. O máximo da contração, até ao desaparecimento, encontra-se como será fácil de perceber na estratégia de abandono.

De novo, a adesão aos diversos elementos do sistema de preferências pode alterar-se com o tempo, são estratégias mutáveis. A noção de processo e evolução (individual e organizacional) é essencial para se evitar cair numa análise estática que ignora a complexidade típica da análise compreensiva, assente na agência, mudança, na novidade e na criação.

Finalizando, e como ensina Hulsman:

“the meaning which a directly involved person bestows upon a situation will influence (...) his course of action. That course of action will also be influenced by the degree to which different strategies to deal with trouble are available and accessible to for him (...) the degree to which he has a real possibility of choice. This degree of choice is largely influenced by his place in the network of power which shapes his environment and by his practical possibilities to change the ‘tribes’ of which he is part for other ones” (Hulsman, 1986, p. 76).

(v) *Efeitos nos comportamentos problemáticos*

Como já foi mencionado, as categorias financiamento e reconhecimento são muitas vezes usadas pelos entrevistados como a causa provável e visível dos comportamentos problemáticos dos colegas, de acordo com a sua percepção dos comportamentos e respetivos processos. Ao longo das secções antecedentes vimos também de que forma os mecanismos existentes para obter a convergência entre objetivos institucionais e individuais podem fazer com que os indivíduos não problematizem, censurem menos ou mesmo cometam atos considerados ofensas à integridade científica e às boas práticas da docência.

Vejamos rapidamente e de forma não exaustiva alguns exemplos das causas atribuídas pelos entrevistados, tendo em consideração, no entanto, que não se trata aqui de uma relação causal direta, mas antes de uma relação cujo resultado é grandemente indeterminado em função das diferentes estratégias (pessoais e institucionais) que os indivíduos e as IES podem usar a seu favor, da disponibilidade de recursos considerados importantes, da eficiência do sistema de controlo social em vigor e da ausência ou presença de alternativas para obtenção dos objetivos centrais:

- causas percebidas para o autoplágio e inflação fraudulenta do currículo académico: *“as pessoas são premiadas perante estas condições, portanto têm que dar largas à imaginação e ver como é que vão vender o melhor o seu currículo”* (S7).

- causas percebidas para a manipulação ou outros procedimentos metodológicos problemáticos: *“self preservation and career advancement, because showing that you are not wrong means that you can get more money, positions”* (S8).

- causas percebidas para a negligência na docência: *“por um conjunto de razões que são razões de carreira, de responsabilidade perante as modalidades de avaliação dos próprios docentes no desempenho profissional”* (S18).

- causas percebidas para as relações problemáticas de poder interno, por via do sistema de avaliação de pares, no seio das IES: *“ [o académico] é julgado pela publicação, pela pesquisa que ele faz e pelo nível de sucesso dos alunos, acho que são os 3 critérios mais importantes. (...) o quinto é quanto dinheiro ele traz para a universidade”* (S20).

- relações problemáticas de poder interno por via do enviesamento do sistema de *peer review* para atribuição de financiamento: “*I think because there’s competition for funding, it’s the main thing*” (S2).

- causas percebidas para as situações de influência ou ambivalência: “*Eu vou agora candidatar-me agora a um concurso para subir na carreira, levo o meu CV com os projetos que eu fiz, aquilo que eu consegui cumprir. Se eu tivesse financiamento, tinha lançado quatro livros, feito cinquenta conferências, são coisas que efetivamente fazem a diferença*” (S10).

- causas percecionadas em situações de interferência: “*the so called partnerships are in fact acting in no partnerships but one-side relations where dominates the money and power*” (S21).

Como é possível perceber, as questões do financiamento e do reconhecimento surgem quase como equivalentes na procura de explicações para a pressão que os indivíduos parecem sentir no seio das IES, que decorrem da sua específica atividade profissional, e em função da qual se podem sentir motivados a transgredir os princípios de integridade científica. No entanto, tal não nos impediu de analisar cada uma das categorias separadamente e concluir – isso sim – por diferentes modos de articulação. Desses diferentes modos, atualmente, a tentativa de convergência parece ser a tendência dominante, ao menos segundo a perceção dos entrevistados considerados os respetivos percursos e as concretas IES em que se movem ou que conhecem.

Donde resulta que os benefícios potencialmente decorrentes de comportamentos e práticas problemáticas, tal como são percecionadas pelos indivíduos no seio das IES, possam ser grandemente superiores aos riscos associados à potencial deteção e sanção percebida. Por outro lado, as estratégias usadas pelos académicos face à pressão para a convergência dos objetivos são uma reação à cultura organizacional ou institucional. E quando esta privilegia e premeia a produção célere de produtos que agradem às entidades financiadoras, em busca de mais financiamento e em troca de reconhecimento profissional, não será de espantar que alguns dos académicos que as IES albergam possam colocar de lado os objetivos metodológicos e de integridade (de que falamos acima), em busca dos objetivos de financiamento que, por seu turno, podem abrir a porta aos objetivos de reconhecimento profissional.

Tal não significará um desrespeito ou afastamento pelas regras da integridade científica, boas práticas da docência, respeito pelos direitos de autor. Não acreditamos estar perante indivíduos que claramente se posicionam ‘do outro lado da barricada’, em clara oposição às normas metodológicas, procedimentais ou de integridade científica. Não nos parece que nos encontremos perante indivíduos que não foram socializados adequadamente nas regras ou que não as respeitam de forma intencional.

Significa isso sim que o resultado da ação decorre de processos de negociação, mais ou menos explícitos, que apenas podem ser compreendidos quando se tenham presentes os objetivos institucionais e profissionais em vigor, os mecanismos para os atingir nomeadamente o sistema de controlo social existente. Num sistema onde as regras conflituam, onde os objetivos científicos e de reconhecimento profissional encontram caminhos de colisão, os indivíduos tomam opções, opções essas onde o peso da cultura interna da instituição é relevante. Não nos parece portanto que, na maior parte das situações consideradas como problemáticas pelos entrevistados estejamos perante casos que a literatura tende a classificar como comportamentos desviantes de empregados contra as organizações. Estes são usualmente realizado em busca de um enriquecimento ilícito e contra a organização onde os trabalhadores exercem funções (Isenring, 2007). Pelo contrário, falamos de comportamentos ou práticas problemáticas que decorrem da interação ou integração entre objetivos pessoais e institucionais.

Tal como Matza preconiza (Matza, 1969, 1995), os sujeitos não optam de forma definitiva entre dois cursos de ação – estar contra ou a favor das regras. Estas não são imperativos categóricos mas antes alvo de interpretação em situação pelo que os indivíduos a elas podem aderir ou não, em diferentes momentos do seu percurso. Ao mesmo tempo, não estamos perante indivíduos cujo posicionamento seja no sentido da antisocialidade ou rutura com as instituições sociais. Pelo contrário, pois tal como Merton já havia ensinado (Merton, 1968), estamos perante indivíduos perfeitamente integrados que procuram cumprir os objetivos que aqui são institucionais e que convergem com os seus objetivos profissionais. Muitos dos comportamentos problemáticos parecem ocorrer na tentativa de obter as recompensas institucionais em vigor e não contra o sistema.

A influência do grupo profissional é essencial na transmissão de justificações, racionalizações e técnicas de aperfeiçoamento das estratégias ou de validação das

escolhas (Becker, 1966; Cohen, 1971; Sutherland *et al.*, 1992) – a ausência de censura generalizada a uma inflação do currículo com publicações repetidas o que não é senão uma validação da estratégia? A cultura institucional molda, sem as determinar, as opções de ação dos atores que se encontram no seu seio (Croall, 2001), de modo que as oportunidades são interpretadas diferentemente pelos atores em função do específico contexto institucional. Há um cálculo de custos e benefícios mas este não é um cálculo perfeitamente racional que transformaria o ator em *homo economicus* (Zedner, 2006). É antes uma estratégia pessoal ou grupal (alterável ao longo do tempo) resultante do impacto dos mecanismos de pressão, distribuição de recursos, controlo social, etc. que pretende fazer convergir e sublinhar a importância de determinados objetivos importantes não apenas para o indivíduo mas para a própria instituição e respetiva estratégia coletiva.

A IES europeia, por seu turno, inserida num ambiente de competição na designada “sociedade do conhecimento” onde os bens produzidos pela investigação científica e docência são cada vez mais alvo de comercialização e privatização, reage também estrategicamente ao lugar que é suposto ocupar na estrutura social mais ampla e, especialmente, face às políticas científicas europeias (dimensão macro de análise). Nomeadamente na relação com o mercado de trabalho, com entidades supranacionais, com ciclos económicos, com as oscilações da oferta, a procura dos seus produtos, com o capitalismo atual. E não se pense que este último sistema é apenas uma abstração teórica invocada para sustentar teorias que não têm sustentação. A influência do capitalismo, nas suas vestes atuais, molda as instituições sociais e as práticas individuais pois “*our immediate subjective experience is not in itself separated or abstracted from the logic of capital, as capital is itself the very substance of that abstraction*” (Winlow, 2013, p. 24)²⁶.

As IES podem incorrer elas próprias em *misconduct* quando falham na implementação de um sistema de controlo social eficaz, não discricionário e justo. O que significa que o contexto institucional onde os atores individuais se movem pode ter, ele próprio, práticas problemáticas instituídas. Em função também disto, os indivíduos procuram colocar em marcha táticas de reação. Algumas dessas táticas podem passar pela realização de comportamentos problemáticos, ou outros. A reação institucional às ações individuais e grupais, nomeadamente a sua censura, a sua deteção ou a sua prevenção, é

²⁶ Sublinhado no original.

uma tomada de posição. Também a IES deve optar por cursos de ação quer quanto aos seus objetivos internos, quer quanto às pressões decorrentes de atores externos, quer quanto às estratégias individuais ou grupais no seu seio. As organizações, e as IES em concreto, são também atores coletivos sociais, agentes de políticas públicas, participantes ativos na interpretação, desenho e projeção das sociedades atuais nos seus vários aspetos. Agem e são agidas pelos académicos ou profissionais, suas atitudes e perceções (nível micro) e pelo contexto político-científico mais amplo (nível meso macro do presente trabalho), criam progressivamente estruturas, põem em marcha mecanismos e regras, possuem uma história.

Por tudo isto, o mesmo trabalho realizado num outro período histórico ou em IES não europeias poderia conduzir a diferentes resultados: à verificação da existência de outros objetivos profissionais e institucionais; à constatação do relevo dos objetivos científicos ou metodológicos para o sistema; uma diferente relação entre os objetivos que aqui descobrimos, eventualmente de oposição e já não de convergência; ou diferentes mecanismos de integração entre objetivos; o predomínio de diferentes estratégias de reação individual, eventualmente de resistência; a instituição de um sistema de controlo social mais expressivo e visível do que aquele que nos foi relatado; a existência de alternativas que satisfaçam os objetivos de, por exemplo, reconhecimento; uma distribuição mais igualitária de recursos limitados ou uma existência mais generalizada de recursos importantes mas que não estejam limitados no seu acesso, etc.

Para o objeto presente, a descrição dada das perceções e atitudes quer quanto a comportamentos e práticas problemáticas, quer quanto aos mecanismos de controlo social, bem como o entendimento dos mecanismos de atuação e adaptação dos académicos e das IE, permite-nos aceder ao sentido dos comportamentos e práticas problemáticas, das infrações aos princípios de integridade científica e das boas práticas de docência.

Estes são, muitas das vezes, táticas utilizadas entre um (mais restrito do que amplo) leque de opções possíveis. O objetivo pode ser a prossecução de objetivos profissionais e institucionais que em si nada têm de ilegítimos ou desviantes. Antes decorrem das coordenadas típicas das sociedades pós-modernas ocidentais: produtividade, consumo, privatização, busca de lucro, restrição de custos, precariedade do vínculo laboral, internacionalização e competitividade global – as bases do neo-liberalismo atual nestas

mesmas sociedades ocidentais da atualidade (Beck, 1992; Chomsky, 2003; Foucault, 2010).

Se a convergência dos objetivos mencionados através dos mecanismos identificados for bem-sucedida (como parece que está a ser no caso Europeu ou ao menos nas várias IES de onde provêm os entrevistados já que a maioria dos nossos entrevistados adotou estratégias de aceitação ou adaptação) tal poderá significar uma transformação da cultura organizacional e das estratégias das IES. Mudança obviamente mais lenta do que aquela que eventualmente se opera nos académicos segundo as estratégias usadas, experiências passadas e interpretações atribuídas ao contexto e tarefas profissionais. E nesta mudança, muitos comportamentos problemáticos ou infrações a regras de integridade têm espaço e justificação para acontecer.

2.3. Discussão dos resultados

No estudo da dimensão micro de análise, onde pretendemos aceder às percepções e atitudes de académicos europeus sobre comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior, verificamos ser possível caracterizar diferentes situações, ou elaborar uma tipologia, segundo a descrição feita pelos 27 entrevistados.

Desde logo, verificamos que as práticas problemáticas de docência se podem diferenciar entre a negligência na preparação de aulas e a inflação das notas aos alunos. As práticas autorais problemáticas são várias, tendo sido identificadas as que consistem em plágio “tradicional”, plágio em situação de doutoramento, exploração do trabalho de terceiros subordinados, autoplágio, autoria honorária, citações cruzadas, plágio de ideias e de conceitos e enfiamento na selecção da literatura. Quanto aos procedimentos metodológicos problemáticos, os entrevistados identificaram situações de invenção ou fabricação de dados, manipulação ou falsificação de dados, selecção de dados e interpretação enfiada dos mesmos. Nas relações problemáticas de poder interno foram sublinhadas as situações de avaliação enfiada pelos pares, especialmente em júri em concurso de acesso ou progressão na carreira, em atribuição de grau (doutoramento), bem como enfiamento no sistema de *peer review* quer para publicação de artigo, quer para atribuição de financiamento. Finalmente, no que tange a

relações problemáticas com o poder externo, foram problematizadas situações de interferência, influência e ambivalência (tabela 23).

A descrição das características, processos, causas e consequências atribuídas foi feita para cada um daqueles tipos de comportamentos e práticas problemáticas. Mais foi possível perceber que alguns desses comportamentos e práticas estão relacionados entre si, em vez de serem realizados de forma meramente autónoma (Anexo 5).

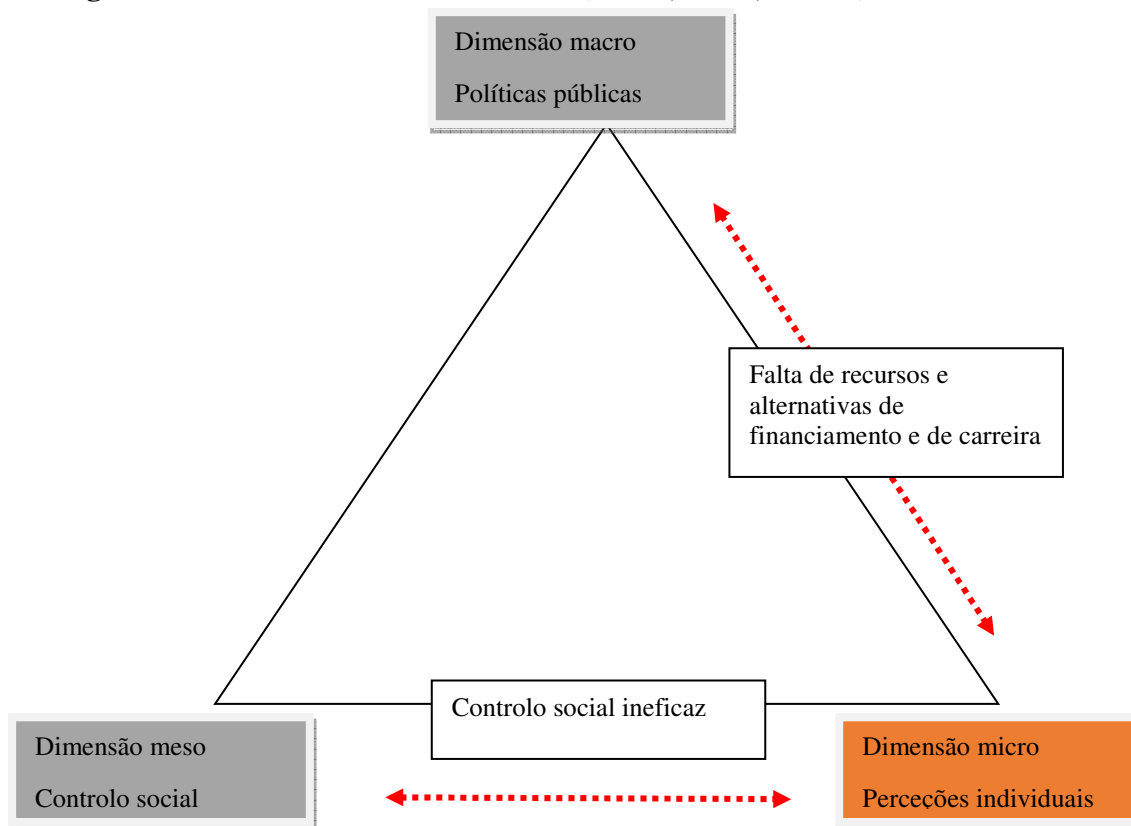
Em geral, os académicos consideram mais graves as situações de plágio “tradicional” e de invenção e manipulação de dados, mas problematizam igualmente situações para as quais consideram não haver censura e que entendem ser frequentes mas, de algum modo, criticáveis – por exemplo, o autoplágio ou a exploração do trabalho de terceiros subordinados. Vimos ainda que, muitas vezes, a caracterização de um comportamento ou prática como problemática é fruto de negociação caso a caso, tal como sucede com a seleção de dados ou as situações de interferência – para estes casos poderá ter interesse especial a definição de negociação oferecido por Nader (1981, cit. in Hulsman, 1986, p. 76), na qual as partes envolvidas procuram criar as regras que permitam reorganizar a sua relação. Até porque, para um amplo leque de situações que consideramos *nebulosas*, os entrevistados não conseguiram encontrar consenso na sua problematização, por parte do restante da comunidade científica e dos pares, incluindo mesmo no processo de *peer review*.

O dito dos entrevistados permitiu-nos aceder às que consideramos serem as categorias nucleares e explicativas das perceções e atitudes dos académicos europeus quanto aos comportamentos e práticas problemáticas encontradas na sua prática profissional. O que parece suceder é uma convergência progressiva entre os objetivos institucionais das IES de obtenção de financiamento, e os objetivos profissionais dos académicos, que obtenção de reconhecimento. Esta convergência, não sendo inevitável, parece decorrer de uma série de mecanismos postos em marcha nas IES europeias atuais: pressão, ausência de alternativas e recursos limitados, controlo social ineficaz ou discricionário e um leque variado de estratégias de reação dos académicos onde se contam a aceitação e *fitting in* ou resistência ao atual estado de coisas. É na constelação destes processos e face à convergência entre aqueles objetivos que devemos procurar o sentido e a lógica dos comportamentos e das práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior. Especialmente porque, as mais das vezes, esses comportamentos e práticas

parecem operar no sentido de reagir, de responder ou aceder à convergência daqueles objetivos.

Finalmente, vimos de que modo os entrevistados desconheciam a existência de consequências negativas dos comportamentos e práticas problemáticas de que haviam tomado conhecimento. Mesmo quando essas consequências se deram, os mecanismos de controlo social pareciam, de acordo com o relato que nos foi transmitido, ser amplamente divergentes consoante o estatuto do suposto infrator, ou a censura ou problematização do comportamento pelo restante do grupo. Por isso, concluímos que os entrevistados, exceto os académicos provenientes do RU, desconheciam de regras escritas ou de mecanismos de deteção e sanção formais. Antes se referiam ao processo de *peer review* ou aos comités de ética, eventualmente assinalando o seu funcionamento deficiente para as situações de integridade e infração ao que poderiam ser consideradas regras profissionais.

Figura 9: as três dimensões de análise (micro, meso, macro)



Este ponto do controlo social será explorado no segundo trabalho empírico da presente investigação, na designada dimensão meso de análise, que apresentamos de seguida. No fundo, demos já conta de um dos vértices do triângulo de análise e colocámos já hipóteses explicativas (assinaladas pelas setas a tracejado na figura 9). De seguida iremos partir para estudar empiricamente o vértice do controlo social.

3. Controlo social dos comportamentos e práticas problemáticas: dimensão meso de análise

Na secção de que ora nos ocupamos vamos dar conta do segundo dos três trabalhos de investigação, ou seja, da designada dimensão meso de análise. Como tivemos oportunidade de ver na revisão de literatura, os mecanismos de controlo social informal a cargo do sistema tradicional de *peer review* parecem sofrer de falhas quando não são eles próprios considerados problemáticos. Além disso, os mecanismos de controlo formal ou institucionalizados ao nível das IES ou outro sofrem de omissões, são diversos entre si e dificilmente comparáveis. As soluções propostas acerca das regras profissionais de comportamento para os académicos variam entre instituições, bem como os sistemas de deteção e o leque de sanções previstas.

O mesmo resultou da análise das entrevistas realizadas na secção precedente: os mecanismos de *peer review* são acusados de enfiamento e de falta de preparação ou adequação para o controlo de comportamentos e situações consideradas problemáticas. A maior parte dos entrevistados desconhecia, no geral, a existência de mecanismos de controlo formal (códigos, procedimentos de deteção e de averiguação) e os casos relatados com consequências foram descritos como sendo solucionados de forma variável em função do estatuto do suposto infrator e do tipo de prática problemática. Concluimos ainda que este controlo social considerado fragilizado ou ineficaz poderá ser um dos mecanismos responsáveis pela convergência dos objetivos organizacionais (financiamento) e pessoais (reconhecimento).

Necessário se torna, por isso, analisar os mecanismos emergentes de controlo social dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior, com influência no espaço europeu. Que mecanismos são estes, como se caracterizam, que atores estão envolvidos, que soluções são propostas, que interesses estão em causa com a sua constituição?

Deste modo, a secção 3.1. dará conta da metodologia de investigação usada para a dimensão meso de análise. A secção 3.2. irá apresentar os resultados obtidos, incluindo uma dimensão descritiva dos mecanismos em vigor e as categorias centrais encontradas por via do uso da *Grounded Theory*. Os resultados serão discutidos na secção 3.3.

3.1. Metodologia de investigação

A investigação científica pode prosseguir não apenas por via da recolha de dados através da escuta e questionamento dos sujeitos, mas também através da leitura (Semmens, 2011) ou, mais concretamente da análise de documentos produzidos por terceiros sem a intervenção do investigador (Silverman, 2001, p. 119), podendo estes documentos ser públicos ou privados e estar publicamente disponíveis ou, pelo contrário, ser de acesso condicionado. Normalmente distinguem-se entre fontes primárias – documentos produzidos por testemunhas ou intervenientes diretos no facto – e fontes secundárias – produzidos por pessoas que não participaram ou observaram diretamente o facto documentado mas que o reproduziram posteriormente (Cellard, 2012). São considerados documentos os jornais, relatórios e publicações produzidas por organizações, nomeadamente, e com especial interesse para a Criminologia, do sistema de justiça penal, entre outros. No entanto, em relação a qualquer deles, é necessário verificar a autenticidade, credibilidade, representatividade e significado (Cellard, 2012; Saint-Georges, 1995; Wincup, 2009), para depois haver lugar à análise de conteúdo comumente usada (Semmens, 2011). Uma das principais vantagens apontadas, para além do facto de permitirem o acesso a acontecimentos que poderão já fazer parte de um passado longínquo, é o facto de serem medidas não intrusivas (Hagan, 1994).

Na análise da dimensão meso do presente trabalho, seguiremos uma abordagem eventualmente menos descritiva e menos próxima à tradicional análise qualitativa de conteúdo da informação contida no documento, já que iremos usar esses documentos para depois, sobre eles, exercer uma análise também de tipo *grounded* e já descrita melhor noutra secção deste trabalho. Como diz Prior (1997, 2008), é necessário olhar também para as formas pelas quais “*documents are used to and integrated into various kinds of knowledge networks, as well as how documents are exchanged and circulate within such networks*” (Prior, 2008, p. 824). Ou seja, convém olhar não apenas para a mensagem que veiculam, mas eventualmente de que forma essa mensagem é apropriada pelos diferentes atores, de que modo os documentos são usados e manipulados pelos atores humanos e institucionais em diferentes situações. Convém ainda perceber “*how documents as ‘things’ function in schemes of social activity, and with how such things can drive, rather than be driven by, human actors*” (Prior, 2008, p. 826).

No contexto da presente investigação, os documentos não vão ser considerados meros objetos portadores de um texto, mas antes considerados elementos ativos na interação social, que produzem efeitos específicos (Silverman, 2001) com o potencial de moldar a atividade humana – e tal apresenta-se-nos tanto mais relevante quanto, como veremos, iremos usar documentos que têm como objetivo criar uma “infra-penalidade” (Foucault, 1987) e um sistema de regulação da conduta humana em determinada área de atividade. Os textos estabilizam a ordem das coisas, dizem (a um grupo, a um indivíduo, a uma organização) como ver o mundo e agir em função disso (Prior, 1997).

Os textos, os documentos, como defende Prior (2008), têm um papel na configuração da atividade humana, não são mero repositório de experiências passadas, mas antes têm uma vertente orientada para a ação futura e a criação de novas tendências na ação humana, em contexto de rede, como parece ocorrer com os documentos das instituições supranacionais que se têm vindo a debruçar sobre a integridade científica e a prevenção, deteção e sanção da *misconduct*. São um “algo” que pode ser usado pelos atores para justificar intervenções e ações futuras, que orienta tomada de posições, mas que transmite também uma visão dominante sobre o tema, bem como, de forma eventualmente implícita, os conflitos ou oposições em vigor na determinação de um (ou mais) modelo de conduta. Podemos, portanto, considerar estes textos, especificamente os documentos oficiais que iremos analisar, como “objetos vitais” que “*can drive and shape political, economic, medical and scientific activities just as much as do humans*” (Prior, 2008, p. 833).

Justificação pela opção da análise de textos

A análise *grounded* sobre os textos ou documentos selecionados, e cuja amostra descreveremos mais abaixo, realizada no presente trabalho, tem como objetivo não apenas a triangulação e confirmação ou infirmação dos dados obtidos através das entrevistas, mas a ascensão ou adição de um nível mais de análise. O objetivo prende-se com a necessidade de ir para além das palavras dos entrevistados que nos remetem grandemente para a dimensão micro (perceções, valorações individuais, tomada de decisão, experiências de vitimação direta) e procurar realizar uma análise compreensiva e integrada que consiga aceder ao conjunto de constrangimentos ou exigência existentes sobre a ação humana. Nesse sentido, se queremos compreender os comportamentos e

práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior, devemos também indagar dos necaismos formalizados e criados especificamente com o objetivo de evitar as situações consideradas indesejáveis. Mais do que a percepção e atitudes dos sujeitos face aos mecanismos de controlo social, pretendemos olhar para os mesmos nas suas características emergentes e evolução no tempo.

Através da análise de textos do tipo documentos oficiais (Saint-Georges, 1995) de âmbito europeu, especificamente destinados às questões da integridade na investigação científica e no ensino superior, pretende-se perceber se e de que modo as percepções individuais e o contexto organizacional estão ou não ajustados ao que o contexto social, económico e político internacional atualmente em vigor pretende da investigação científica e da docência. Os textos têm a capacidade de criar tipologias e classificações da realidade, hierarquizar problemas ou preocupações, instruir os atores individuais e as suas práticas, fornecer conjuntos de soluções (Prior, 1997). No presente caso, o sistema científico não existe no vácuo mas antes recebe influências e *feedbacks* de outros sistemas que se encontram no seu exterior. Estes podem ser nacionais ou supra-nacionais – razão pela qual optámos pela análise de textos ou documentos oficiais provenientes de organismos supra-nacionais e aplicáveis à Europa.

No caso Europeu, especialmente, esta questão coloca-se sobremaneira em virtude da interdependência das IES, da mobilidade dos académicos entre os vários países europeus e da vontade de construção de uma área de investigação comum, a ERA, bem como de um sistema de ensino superior relativamente coerente e homogéneo, efeitos do Processo de Bolonha.

Não nos iremos debruçar exaustivamente sobre os diversos modelos de controlo social em vigor para cada uma das IES europeias, nem pretendemos aqui realizar uma comparação dos mecanismos de controlo social usadas em cada uma delas. Tal empreendimento, ainda que relevante, ultrapassaria grandemente o escopo do trabalho e, de algum modo, já foi apresentado na revisão de literatura, quando demos conta do trabalho de Godecharle *et al.* (2014). Ainda assim, um sumário dos sistemas de ensino superior existentes na Europa atual pode ser encontrado em Correia, Amaral e Magalhães (2002).

No entanto, no presente momento, a centralidade do processo de construção de uma Europa competitiva faz-se por via do desenho de políticas públicas comuns também ao

ensino superior e ao desenvolvimento de um espaço comum de investigação europeu. Estes movimentos, ainda que complexos, não podem ser ignorados. Presume-se, portanto, que estas políticas europeias pretendem ter algum impacto na atividade das IES e dos académicos individuais. Que impacto é esse é o que iremos tentar perceber pela análise de um acervo documental selecionado intencionalmente para o assunto.

Ainda que muita da literatura sobre desvios organizacionais assuma que as características das organizações (tamanho, história ou antiguidade, sistema de comunicação e de hierarquia, etc.) são essenciais para perceber os tipos e frequência de desvios ou ilícitos cometidos no seio das organizações e em seu favor (Croall, 2001; Hochstetler e Copes, 2001; Paternoster e Simpson, 2001; Vaughan, 2001a, 2001b, 2007), não iremos analisar concretamente as características organizacionais de cada IES de onde provieram os entrevistados. Antes assumimos que existem procedimentos comuns a todas as IES onde os encontramos, bem como padrões comportamentais, sistemas de recompensas e de objetivos relativamente semelhantes. Significa isto que iremos, ainda que desde já possamos apontar como limitação ao nosso estudo, assumir que os entrevistados, no seio das várias IES onde trabalham, se submetem a processos de acesso e progressão na carreira semelhantes, a processos de avaliação pelos pares, buscando objetivos idênticos em todos eles – especificamente os objetivos relacionados com a investigação científica e a docência a alunos de diferentes graus -, num contexto de crescente internacionalização e de gestão managerialista pela IES. Grande parte da uniformidade desses procedimentos pode ser recuperada através da leitura da secção anterior, mormente no que toca às categorias centrais encontradas através da análise enraizada conduzida na dimensão micro de análise. Como vimos, a obtenção de financiamentos e a procura de reconhecimento profissional são essenciais para todos os entrevistados, ao mesmo tempo que muitos deles se queixam da ausência de alternativas, da pressão para publicar e produzir e de um controlo social enfraquecido ou pessoalizado a cada caso.

Nesta dimensão de análise, meso, iremos procurar aceder, sintetizar e descrever as características relevantes em torno das regras/normas, deteção, regulação e sanção da *misconduct* – ou seja, as componentes do controlo social identificáveis por estes documentos. Algumas das questões que iremos colocar ao *corpus* são as seguintes: que regras são desenhadas e o que dizem sobre o que é ou não considerado problemático na investigação científica e no ensino superior? O que proíbem, o que permitem e como o

justificam? Que formas de prevenção são postas em funcionamento para evitamento desses comportamentos ou situações problemáticas? Como podem ser detetadas as infrações àquelas regras e como se regulam as interações emergentes após a deteção? Finalmente, que sanções existem disponíveis para os infratores (individuais ou coletivos) e como se aplicam? Qual o papel das IES na mediação entre estas regras e procedimentos supranacionais e os comportamentos detetados no seu campo concreto? Procuraremos ainda realizar uma ponte entre dimensões meso e macro, ou seja, entre mecanismos de controlo social e políticas científica europeias mais amplas.

Além do mais buscaremos identificar os atores envolvidos na criação deste sistema de controlo: quem são, que interesses (opostos, idênticos?) defendem e como se articulam? Como chamam a si a possibilidade de desenhar um sistema normativo, o que lhes confere legitimidade para tal? Como evolui a sua tomada de posição e medidas propostas ao longo do tempo? A evolução do sistema de controlo social é coerente e fluida ou debate-se com avanços e recuos? E, neste caso, quais as causas por trás das incoerências?

Um retorno às entrevistas e uma análise específica das perceções dos entrevistados sobre os mecanismos de controlo social no seio das IES onde trabalham (regras, prevenção, deteção, regulação e sanção) poderão ajudar-nos a perceber se e em que medida as políticas públicas instituídas ao nível macro têm, ou não transposição, para o nível meso, para o nível do controlo social. Eventualmente conseguiremos, no cruzamento destes dados e destes níveis de análise, perceber da eficácia na aplicação dos mecanismos de controlo social, desenhados em abstrato a nível supranacional, na sua aplicação quotidiana e na perceção e sensibilidade dos entrevistados aos mecanismos (in)existentes.

O corpus: critérios de inclusão e de exclusão da amostra

A amostra é também aqui teórica (Laperrière, 2012b; Silverman, 2001), razão pela qual foi desenhado um conjunto de critérios de inclusão e de exclusão que pretendeu orientar a busca e acesso especificamente a documentos reguladores da *misconduct*, no espaço europeu. Os critérios de inclusão, seguidamente explicitados, são os seguintes: (i) o critério geográfico; (ii) o critério temporal, ou seja, a data de criação do documento; (iii) a entidade emissora; (iv) o critério temático, isto é, a referência expressa aos desvios à

integridade científica; (v) acessibilidade do documento; (vi) o critério orientador, o facto de terem uma natureza de “códigos” ou “guias”; (vii) o critério de aplicação, ou sejam terem âmbito geral, serem potencialmente aplicáveis a todas as áreas do saber.

Vejamos então como foram aplicados todos estes critérios.

Os documentos foram recolhidos de forma estratégica, portanto, usando-se uma amostra teórica que buscou exemplos específicos da documentação produzida por alguns dos elementos mais relevantes que parecem enquadrar o sistema científico europeu (i - critério geográfico). Estes elementos, ou atores coletivos, podem ser constituídos e geridos de forma independente entre si, mas não raro juntam esforços na elaboração de recomendações ou orientações gerais sobre a investigação científica e o ensino superior na Europa. A exceção é feita aos documentos produzidos pela OCDE na medida em que são amplamente referidos pelos documentos europeus inicialmente obtidos. Nesse sentido, os documentos produzidos pela OCDE, que é uma instituição mundial e não meramente europeia, revelaram-se essenciais pois parecem orientar a produção documental das restantes organizações (ALLEA, ESF, Comissão Europeia). Simultaneamente, um dos documentos (Doc. 3) é produção conjunta da ESF e do ORI, dos Estados Unidos da América.

Deste modo, um dos critérios de inclusão (iii - critério da entidade emissora) prende-se com a instituição emissora do documento. O que significa que acedemos a documentação produzida pela *All European Academies* (ALLEA), pela Comissão Europeia, pela *European Science Foundation* (ESF) e pela *European University Association* (EUA), a cuja breve caracterização nos dedicaremos já de seguida. Pela análise preliminar tornou-se ainda passível de verificar que seria essencial, como vimos, incluir um documento produzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Presumimos que a diversidade de instituições é relevante pois remete para a variedade de práticas, conceções, intervenções e orientações que existem, a nível europeu, sobre o tópico da nossa investigação. Perceber o consenso, ou a falta dele, a complementaridade ou oposição de abordagens, a maior ou menor diferença de problematizações entre estas instituições supranacionais ajudar-nos-à a perceber quais as mensagens veiculadas às concretas IES e aos académicos.

O lapso temporal (ii - critério temporal) a considerar decorre desde 2000 até ao presente momento – que se justifica quando recordamos, da análise das notícias nas revistas

Science e Nature e da revisão de literatura, que este é um fenómeno ao qual se tem prestado mais atenção desde a passagem para o século XXI. E, como veremos, os documentos recolhidos confirmam a justeza da data seleccionada como um dos critérios de inclusão. A facilidade de acesso aos documentos mais recentes, a sua atualidade, a possibilidade de ter havidos grandes alterações nos anos anteriores cuja análise seria certamente importante de um ponto de vista histórico, mas de que aqui não nos podemos ocupar, a estabilização da União Europeia e das suas políticas, o crescimento do acesso ao ensino superior e dos produtos da investigação científica, a constatação da relevância das IES e da investigação para o desenvolvimento social e económico vieram certamente a manifestar-se ao nível supranacional desde finais do século passado.

Além do mais, como já vimos, o ano de 2000 marcou uma viragem na política acerca da integridade científica nos Estados Unidos da América, com a uniformização das definições de *misconduct* (Keränen, 2006), muito por via de um acumular de situações mediatizadas e tornadas públicas que se concentraram nos últimos anos da década de 90. Resta ver se tal sucedeu também na Europa.

Por tudo isso, o marco temporal do ano de 2000 ajuda-nos a distinguir as políticas e recomendações em vigor atualmente, referentes a IES com o atual figurino, onde as pressões, exigências, requisitos, limitações, etc. que se fazem sentir sobre os académicos são, presume-se, as que atualmente ainda se sentem e com as quais indivíduos e organizações têm que lidar.

Acresce que uma compreensão mínima da crise económica e financeira mundial de 2008 (Will, Handelman e Brotherton, 2013), permite-nos desde logo pressupor fortes mudanças de rumo ou reorientações das IES, das entidades nacionais e supranacionais em virtude dos impactos sociais e económicos sentidos não apenas no quotidiano de qualquer cidadão, mas especialmente nas academias e nos académicos. No entanto, claro está, as manifestações atuais sempre são resultados de processos longos e morosos – mas, reiteramos, não é nosso propósito fazer aqui um relato ou análise histórica acerca da evolução do sistema, ainda que reconheçamos claramente a importância de o fazer no que toca aos comportamentos problematizados. O que não impede que seja feita breve referência a eventuais dispositivos anteriores a 2000 e que se revelem essenciais para entender os atuais documentos.

Foram especificamente selecionados os documentos que lidam com o tópico da nossa investigação (iv - critério temático), ou seja, os comportamentos problemáticos na investigação científica e no ensino superior cometidos pelos académicos. Muito há produzido sobre a investigação científica e sobre as universidades europeias, mormente por força do processo de Bolonha e da constatação da necessidade de criar um espaço de investigação europeu competitivo com os Estados Unidos da América. No entanto, por razões de tempo e espaço, e porque nos afastaria grandemente daquele que é o objeto da presente dissertação, não serão aqui tratados outros documentos, independentemente da sua natureza, que não remetam de alguma maneira para os comportamentos e situações identificadas como problemáticas pelos entrevistados.

Os vários documentos recolhidos estão em formato eletrónico já que as instituições que os redigem parecem ter especiais cuidados na divulgação dos seus documentos através dos respetivos sítios da *internet*. Do imenso acervo disponível por cada uma delas, foram selecionados documentos do tipo ‘*código*’ ou ‘*manual*’ (vi - critério orientador). Significa isto que excluímos documentos de análise, de revisão de literatura, publicações resultantes de conferências ou outras reuniões científicas, bem como resultados de estudos conduzidos pelas próprias instituições e diretivas ou legislação avulsa. Antes mantivemos para análise apenas os documentos que identificamos, pela sua estrutura e conteúdo, serem de orientação ou recomendação acerca das práticas problemáticas na investigação e na docência no ensino superior.

As razões para a opção são simples: presumimos que aqueles ‘*manuais*’ ou ‘*códigos*’ enquanto objetos de síntese, sejam usados mais frequente e mais diretamente no aconselhamento da IES e dos académicos, vincando as boas práticas, avançando definições sintéticas das categorias de comportamentos e dos procedimentos, eventualmente com exemplos práticos que auxiliam na valoração do comportamento ou situação eventualmente problemáticos; e, por outro lado, por razões de economia de tempo já que a análise das centenas de documentos institucionais produzidos que, de uma forma ou de outra, se debruçam sobre a academia e o ensino superior justificaria um trabalho de investigação autónomo.

Os documentos foram recuperados através da *internet* (v – critério de acessibilidade) mas com especiais cuidados. Por exemplo, uma pesquisa através do motor de busca da Comissão Europeia revelou sensivelmente 300 documentos dedicados às questões éticas

e de integridade, abraçando tópicos como a experimentação em animais, modificação genética, processamento de dados, investigação envolvendo intervenção médica, investigação envolvendo crianças, patenteamento de descobertas, segurança dos investigadores, etc. E estes temas são desenvolvidos por uma multiplicidade de instrumentos, podendo ou não ser emanados pela UE: diretivas, protocolos, resoluções, regulamentações, secções de tratados, convenções internacionais, acordos, declarações internacionais, recomendações, entre outros. Parece-nos, portanto, justificada a presente opção pela inclusão de ‘códigos’ ou ‘manuais’. Note-se, no entanto, que a designação dada no documento não foi seguida de forma totalmente rigorosa. Alguns documentos contêm outra identificação, como memorando (Doc. 17) ou relatório (Doc. 7). No entanto, têm a característica fundamental procurada: orientam, fornecem recomendações, regulam aspetos específicos ao tópico da *misconduct* ou da integridade na investigação. A adequação da inclusão destes documentos designados de outro modo mais se atesta no sentido em que são amplamente referenciados por documentos posteriores.

Finalmente, e relacionado com o critério anterior, foram pesquisados documentos ou ‘códigos’ de aplicação geral às várias disciplinas científicas (vii - critério de aplicação). Se nas entrevistas buscámos a diversificação do campo disciplinar do entrevistado, não foi objetivo ainda assim encontrar um ‘representante’ de cada uma das disciplinas científicas existentes. A diversificação intra-grupo serviu, como foi mencionado no local adequado, para realizar um esforço maior de abrangência das características internas do grupo, com a possibilidade de aceder ao maior número possível de informação válida – e a aplicação do mesmo guião a todos os entrevistados demonstrou. No tocante aos documentos analisados, o mesmo se passou: buscamos a diversidade, nomeadamente no tocante às instituições emanadoras, mas essa diversidade pretende confirmar ou infirmar a uniformidade de procedimentos e regulamentações. Abrir a análise às regras específicas, por exemplo, às ciências médicas, ciências do ambiente, engenharia, sociologia, história, economia, química, antropologia, significaria um esforço adicional e desnecessário considerando que existem códigos que pretendem especialmente ser aplicados à diversidade de disciplinas existentes.

Caracterização da amostra

a) As instituições produtoras dos documentos

Ao considerarmos as instituições produtoras dos documentos, não queremos com isto dizer que são as suas únicas autoras. Como Prior (1997), na esteira de Foucault, bem ensina, há dimensões da atividade humana que não podem ser atribuídas à dimensão consciente dos atores individuais. As práticas discursivas (Foucault, 2005) não precisam de um autor identificável mas aplicam-se aos indivíduos. Textos como estes, documentos oficiais, podem não ter um autor identificável ainda que sejam produto da atividade humana (Prior, 1997). Ao identificar e caracterizar as instituições que se seguem, apenas pretendemos referir a entidade emissora de um conjunto de enunciados, sem querer dizer com isto que produziu necessariamente os enunciados na forma em que são transmitidos e divulgados.

ALL European Academies (ALLEA)

A ALLEA foi fundada em 1994 e é uma federação de academias europeias que junta 58 académicos provenientes de 40 países da área do Conselho da Europa e das diferentes áreas disciplinares, desde as Ciências Sociais e às Ciências Naturais. Tem como objetivo criar o enquadramento adequado no seio do qual a investigação científica europeia atinja a excelência e diz-se independente de qualquer influência política, comercial e ideológica. É composta por uma série de grupos de trabalho, incluindo sobre ciência e ética, direitos de propriedade intelectual ou especificamente sobre Ciências Sociais e .

Considerando os países de onde vêm os entrevistados, em Portugal é a Academia de Ciências de Lisboa que faz parte do ALLEA; do Reino Unido, fazem parte The British Academy, The Royal Society e The Royal Society of Edinburgh; da Bélgica são membros a Académie Royale des Sciences des Lettres et des Beaux-Arts de Belgique, a Royal Flemish Academy of Belgium for Science and the Arts, Royal Academy of Dutch Language and Literature e Académie Royale de langue et de littérature françaises de

Belgique; da Holanda pertence a Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences; da Suíça, a Swiss Academies of Arts and Sciences²⁷.

European Science Foundation (ESF)

A ESF foi criada em 1974 e tem como objetivo fazer progredir a investigação e inovação, fornecendo serviços à comunidade científica internacional, como por exemplo *peer review*, avaliação e apoio na carreira científica, auxiliando na coordenação de programas de investigação internacionais, ao mesmo tempo que colabora com a Comissão Europeia, especificamente no âmbito das ações COST (European Cooperation in Science and Technology). É composta por uma assembleia, um conselho executivo, um comité financeiro, vários grupos de revisão nas diferentes áreas científicas, bem como comités de especialistas.

Pertencem à ESF a Fundação para a Ciência e Tecnologia, em Portugal; no Reino Unido fazem parte o Arts and Humanities Research Council, Biotechnology and Biological Sciences Research Council, Economic and Social Research Council, Engineering and Physical Sciences Research Council, Medical Research Council, Natural Environment Research Council, e a Science and Technology Facilities Council; da Bélgica estão presentes o Fonds de la Recherche Scientifique e a Research Foundation Flanders; da Holanda é membro a Netherlands Organisation for Scientific Research; finalmente, a Swiss National Science Foundation para a Suíça²⁸.

Mais recentemente, algumas das tarefas da ESF, nomeadamente no que toca à integridade na investigação, migraram para a chamada Science Europe²⁹.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

A OCDE foi estabelecida em 1961 e conta com 34 estados-membro, incluindo Portugal, Reino Unido, Holanda, Bélgica e Suíça. O grande objetivo é a promoção de políticas de promoção do bem-estar social e económico através do fórum que reúne governos de todo o mundo. Através da recolha e análise de dados, dedica-se a compreender uma

²⁷ <http://www.allea.org>.

²⁸ <http://www.esf.org/>.

²⁹ <http://www.scienceurope.org/>.

série de fenómenos sociais e económicos com forte impacto na vida das pessoas, incluindo temas como corrupção, educação, emprego, ciência e tecnologia, entre outros.

Comissão Europeia

É um dos elementos do quadro institucional da União Europeia (UE) com funções de preparar propostas legislativas e assegura a execução de políticas e dos fundos da UE. Cada um dos países pertencentes à UE está representado por um comissário europeu e, em alguns pontos da sua atuação, responde ao Parlamento Europeu e ao Conselho Europeu. São tarefas da Comissão; propor novas leis sobre matérias que não possam ser tratadas mais eficazmente a nível nacional, local ou regional; gerir o orçamento e atribuir os fundos da União; assegurar o cumprimento da legislação europeia; e representar a UE a nível internacional³⁰.

Entre outras áreas de atuação, a Ciência e a Tecnologia caem sob sua alçada nomeadamente no que toca à distribuição de financiamento para investigação através de programas-quadro. Atualmente, está em vigor o Programa-Quadro 8 (FP8), que pretende atingir os objetivos do programa Horizonte 2020, apresentado como a estratégia europeia para o crescimento³¹. Prevê-se a existência de um grupo de trabalho sobre ética na investigação (European Group on Ethics in Science and New Technologies³²). Inclui ainda todo um conjunto de dispositivos e procedimentos em torno do tema da “Ciência e Sociedade”³³.

b) Os documentos - caracterização

Usando-se os mencionados critérios de inclusão, foram recuperados 18 documentos para iniciar a codificação aberta. Da primeira análise realizada foram retidos 13 desses documentos – na tabela 26, estão sintetizadas as características dos documentos usados para análise e por ordem cronológica, do mais antigo (ano 2000) para o mais recente (ano 2013).

Fazemos, desde já, uma síntese de alguns dos documentos mais relevantes.

³⁰ http://ec.europa.eu/index_pt.htm.

³¹ http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm.

³² http://ec.europa.eu/bepa/european-group-ethics/index_en.htm.

³³ <http://ec.europa.eu/research/science-society/index.cfm?fuseaction=public.topiceid=1289&lang=1>.

O Doc. 2, intitulado *Fostering Research Integrity in Europe*, inclui o *The European Code of Conduct for Research Integrity*, é produção conjunta da ESF e da ALLEA, data de 2010 e pretende aplicar-se na regulação e manutenção dos *standards* de integridade na realização de investigação científica, Tem como destinatários os específicos investigadores nas Ciências Médicas, Naturais, Sociais e nas Humanidades. Vem apresentar aquilo que designa como normas universais e fundamentais para a investigação científica, aconselhando os países a promoverem políticas de auto-regulação na prevenção de ofensas à integridade científica e às boas práticas na investigação.

O Doc. 7, *Best practices for ensuring scientific integrity and preventing misconduct*, foi publicado pela OCDE em 2007, alega ter natureza meramente informática e consultiva, para uso dos decisores políticos nacionais em matéria científica. É também de aplicação a todos os domínios das ciências básicas e aplicadas, nomeadamente às Ciências naturais e da vida, Ciências sociais e do comportamento, bem como às Humanidades. A marca d'água deste documento prende-se com o seu especial enfoque nas dimensões práticas e administrativas para lidar com denúncias ou alegações de *misconduct*. No fundo, propõe o desenho dos procedimentos e garantias institucionais para lidar, no seio das IES, com comportamentos problemáticos.

O Doc. 10, intitulado *A comprehensive strategy on how to minimize research misconduct and the potential misuse of research on EU funded research*, foi promovido pela Comissão Europeia e publicado em 2010. A sua origem remonta a um debate entre 51 peritos em ética com experiência prévia na avaliação ética de projetos de investigação para a UE. Assinala desde início que a *misconduct* e o *misuse* (cujas definições analisaremos infra) são parte integrante das discussões éticas que devem ser sistematicamente realizadas no controlo ético dos projetos financiados pela UE.

O Doc. 11, intitula-se *Ethics for researchers. Facilitating research excellence in FP7*, data de 2013 e é produzido pela Comissão Europeia. Pretende ser usado especificamente pelos investigadores em vias de preparação de candidatura aos fundos da UE no âmbito do 7º Programa-Quadro (FP7). Descreve os aspetos considerados mais importantes para a promoção de uma investigação ética, esclarecendo acerca dos processos de avaliação ética das candidaturas dos quais pode depender, em última análise, a disponibilização de financiamento para a investigação.

Tabela 26: caracterização dos documentos analisados

Ano	Nº	Título	Entidade emissora	Tipo	Características e Tópicos	Elementos formais	Nº de páginas
2000	18	Good scientific practice in research and scholarship	ESF	Relatório + declaração de princípios	Indicação dos esforços produzidos pela ESF sobre o tema e preocupações para o futuro	Logotipos, contacto da instituição, ISRN	16
2003	17	Memorandum on Scientific Integrity	ALLEA + Roayl Netherlands Academy of Arts and Science + Netherlands Organization for scientific research + Association of Universities in the Netherlands	Memorando	Adaptação para inglês das sugestões holandesas para um modelo de controlo da <i>misconduct</i>	Contactos das instituições, descrição da ALLEA	12
	8	Report of the workshop on best practices in International Co-operation	OECD-Global Science Forum	Relatório + Guia	Preocupação em torno da investigação internacional	Apenas data	13
2005	14	Carta Europeia do Investigador + Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores	Comissão Europeia	Códigos	Praticamente omissos quanto a formas de <i>misconduct</i> . Preocupações em torno do reconhecimento da carreira de investigação. Obrigações e deveres dos investigadores e entidades empregadoras e financiadoras	Capa, imagem de capa, contracapa, logotipos e ISBN	32
2007	7	Best Practices for Ensuring Scientific Integrity and Preventing <i>Misconduct</i>	OECD-Global Science Forum	Relatório	Inclui tipos de <i>misconduct</i> , justificação pela preocupação, formas de reação a denúncias de <i>misconduct</i> . Natureza meramente informativa	Não	13
	6	Research Integrity: Global Responsibility to Foster	ESF + ORI	Briefing	Inclui balanço sobre o 1 st WCRI e sumário do doc. 7	Logotipos, contactos das	15

		Common Standards				instituições	
	3	Final Report to ESF and ORI. 1st World Conference on Research Integrity: fostering responsible research	ESF + OR	Relatório		Apenas data	49
2009	15	Investigating Research <i>Misconduct</i> Allegations in International Collaborative Research Projects	OECD-Global Science Forum	Guia	Específico para colaborações internacionais	Capa, imagem na capa, contactos da instituição, logotipo	12
2010	10	A Comprehensive Strategy on How to Minimize Research <i>Misconduct</i> and the Potential Misuse of Research in EU Funded Research	Comissão Europeia	Relatório	Âmbito de aplicação limitado a investigação financiada pela Comissão Europeia. Inclui <i>misuse</i> e <i>misconduct</i>	Apenas secção de agradecimentos	12
	4	Singapore Statement on Research Integrity	WCRI	Declaração	Lista de princípios sobre integridade na investigação.	Não	1
	2	Fostering Research Integrity in Europe	ESF (member organization Forum on Research Integrity) + ALLEA	Relatório + Código	Inclui o European Code of Conduct for Research Integrity (publicado independentemente em março de 2011)	Capa, imagem na capa, contracapa, contactos, logos, ISBN	38
2013	5	Montreal Statement on Research Integrity in Cross-Boundary Research Collaboration	WCRI	Declaração e Guia	Lista princípios sobre investigação transfronteiriça (fronteiras nacionais, disciplinares, institucionais, etc.) Não é considerado documento de regulamentação.	Não	1
	11	Ethics for Researchers, Facilitating Research Excellence in FP7	Comissão Europeia	Guia		Capa, contracapa, imagens e logos	29


Os Docs. 5 (2013), 4 (2010) e 3 são o resultado das 3ª, 2ª e 1ª *World Conference on Research Integrity* (WCRI), respectivamente. Enquanto o Documento 3 assume a natureza de relatório, com uma série de pontos desenvolvidos e fazendo apelo à necessidade de potencializar a iniciativa de intercâmbio de conhecimento e de continuação do debate, os Docs. 4 e 5 são Declarações redigidas na sequência das WCRI e apresentam uma nota de rodapé indicando que não devem ser considerados documentos de regulação. São no entanto, claramente, orientações de princípios e descrição de valores que devem orientar a investigação científica atual. Ainda que sejam produzidos por um conjunto de atores coletivos e individuais, foi decidido atribuí-los ao trabalho da ESF + ALLEA + ORI por estarem estas organizações, especialmente a ESF, especialmente preocupadas com a sua realização e disseminação dos resultados e acordos obtidos nessas conferências. A ESF refere profusamente estes documentos e esteve intimamente ligada à realização das várias conferências.

Os Docs. 16 (*Workshop on Best Practices for Ensuring Scientific Integrity and Preventing Misconduct*), 9 (*Guidance Note for Researchers and evaluators of Social Sciences and Humanities Research*) e 1 (*An EU Code of Ethics for Socio-economic Research*), revelaram-se despididos por não abrangerem todas as áreas científicas (Docs. 1 e 9) ou por não partilharem uma natureza de orientação ou de código (Doc. 16). Ainda assim partilham do tópico da integridade na investigação ou da prevenção da *misconduct*, pelo que podem ser encontrados no Quadro cronológico infra. Tal permite ter uma noção da produção de cada instituição, ao longo dos últimos 15 anos. A amostra total conta, portanto, com 13 documentos para análise.

c) Cronologia dos documentos

Abaixo pode ser encontrado a tabela 27 que sintetiza a consideração cronológica dos documentos analisados, posicionados em paralelo (eixo vertical) com alguns episódios relevantes, alguns deles mencionados pelos próprios documentos, como sejam casos mediatizados de fraudes descobertas e as primeiras WCRI.

Tabela 27: cronologia dos documentos analisados

Ano	Docs OCDE	Docs Comissão Europeia	Docs ESF + ORI + ALLEA
2015 4th WCRI			
2014 Horizonte2020			
2013 3rd WCRI		Doc. 11: <i>Ethics for Researchers. Facilitating Research Excellence in FP7</i>	Doc. 5: <i>Montreal Statement on Research Integrity in Cross-Boundary Research Collaboration</i>
2012			
2011			
2010 Início Caso Stapel 2 nd WCRI		Doc. 9: <i>Guidance Note for Researchers and Evaluators of Social Sciences and Humanities Research</i> Doc. 10: <i>A Comprehensive Strategy on How to Minimize Research Misconduct and the Potential Misuse of Research in EU Funded Research</i>	Doc. 2: <i>Fostering Research Integrity in Europe</i> Doc. 4 : <i>Singapore Statement on Research Integrity</i>
2009	Doc. 15: <i>Investigating Research Misconduct Allegations in International Collaborative Research Projects</i>		
2008 Fim do caso Hwang Woo-Suk			
2007 1 st WCRI	Doc. 7: <i>Best Practices for Ensuring Scientific Integrity and Preventing Misconduct</i>		Doc. 6: <i>Research Integrity: Global Responsibility to Foster Common Standards</i> Doc. 3: <i>Final Report to ESF and ORI. 1st World Conference on Research Integrity: fostering responsible</i>

			<i>research</i>
2006 The elephant man clinical trial	Doc. 16: <i>Workshop on Best Practices for Ensuring Scientific Integrity and Preventing Misconduct</i>		
2005		Doc. 14 : <i>Carta Europeia do Investigador + Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores</i>	
2004		Doc. 1: <i>An EU Code of ethics for socio-economic research</i>	
2003	Doc. 8: <i>Report of the Workshop on Best Practices in International Scientific Co-operation</i>		Doc. 17: <i>Memorandum on Scientific Integrity – ALLEA</i>
2002 Início do Caso Schön			
2001			
2000 Início do Caso Pohlman			Doc. 18: <i>Good Scientific Practice in Research and Scholarship</i>

Análise dos documentos

A análise realizada é uma análise *grounded*, cujas características foram explicitadas em cima. Ou seja, não nos bastaremos com uma mera análise de conteúdo (Silverman, 2001). Os documentos analisados vão ser submetidos a uma primeira codificação aberta e, posteriormente, a uma codificação axial em torno das seguintes dimensões (sem eliminar a possibilidade de surgirem novos códigos e dimensões não previstos num primeiro momento):

- (i) Comportamentos problematizados, no fundo, a indicação dos comportamentos a proibir ou sancionar e que são, potencialmente, o alvo ou objetivo privilegiado destes

documentos ou códigos. Quais são eles, como se enunciam e designam, em que medida são descritos?

- (ii) Conhecimento prévio, remetendo-se para a informação transmitida pelos documentos sobre o que se sabe acerca dos comportamentos problematizados. A problematização e argumentação a favor de medidas de controlo são apoiadas em conhecimento prévio? Qual, o que nos diz acerca do que efetivamente se sabe sobre o que se pretende proibir? Que noção se tem, ou não, das potenciais consequências negativas que podem ocorrer, ou ocorreram, caso as situações não sejam efetivamente proibidas?
- (iii) Atores envolvidos, ou seja, quais os atores cujas relações são ativadas privilegiadamente por serem expressamente referidos nos textos, e quais as atividades, tarefas ou papéis ali atribuídos;
- (iv) Soluções propostas. No fundo, face à constatação de um problema a evitar ou proibir, quais são as soluções propostas, se algumas, para se lidar com o mesmo? Estas propostas são coerentes ao longo do tempo para a mesma entidade emissora ou entre entidades? Que desfasamentos existem, se alguns, ao longo dos vários documentos? Podem ser identificadas soluções conflitantes ou complementares entre todos os documentos analisados? E se sim, quais são as soluções “vencedoras” e porquê.
- (v) Justificação, ou seja, as racionalizações e argumentações usadas para a problematização de comportamentos e para as medidas a tomar em relação aos mesmos. Como se justifica a intervenção e criação de um sistema proibitivo e regulador? Que valores a proteger, interesses a salvaguardar ou razões são apresentadas para impor um sistema de regulação?

Estas são as dimensões centrais em torno das quais se irá desenvolver a codificação axial, que já foi explicada noutra parte do presente trabalho, e que permitirá, espera-se a obtenção de categorias explicativas nucleares (Charmaz, 2000; Laperrière, 2012b; Strauss, 1994). De certo modo, podemos aproximar estas dimensões do modelo mais amplo referido por Ritchie e Spencer (1994) e usualmente usado para a análise de políticas públicas: (a) dimensão contextual – identificar o que já existe (a problematização de uma série de comportamentos ou situações ligadas ao processo de investigação científica); (b) diagnóstico – analisar as causas para o que já existe (o que causa esses comportamentos ou situações problemáticos, o que se sabe sobre o

fenómeno e sua origem); (c) estratégico – identificação de novas teorias, planos ou ações (as nova soluções propostas para gerir ou controlar os comportamentos ou situações problematizadas).

De seguida, os dados assim obtidos permitirão, espera-se, o desenho do(s) mecanismo(s) de controlo social da investigação e ensino superior na Europa, pelo que esta imagem pode ser confrontada com o dito dos entrevistados, em busca de eventuais *gaps*, omissões, incoerências ou, pelo contrário, aceitação e coincidência de perspetivas. Ou seja, os dados obtidos com as entrevistas (dimensão micro de análise) serão então intercalados e integrados com os dados obtidos na análise dos documentos mencionados (dimensão meso de análise). O que se pretende é perceber o modo de funcionamento do controlo social no seio das organizações, percecionado pelos entrevistados, e na sua coerência ou incoerência face às grandes orientações normativas de nível europeu. Pretende-se perceber se sistema de controlo social existente no seio das organizações, tal como percecionado pelos académicos que delas fazem parte e sujeitos precisamente aos diferentes mecanismos de regulação, deteção e sanção, pretende-se perceber, dizíamos, se este sistema de controlo social está ou não desenhado em adequação com as orientações supranacionais especificamente desenhadas para orientar o funcionamento das IES nacionais.

As questões sobre a validade, fiabilidade, generalização e credibilidade das abordagens qualitativas foram já abordadas noutra secção deste trabalho, pelo que não iremos repetir o que acima já foi dito

Enviamentos potenciais

Tendo partido de informação obtida na *internet*, em função do âmbito supranacional das organizações produtoras dos documentos, o presente estudo fica obviamente limitado quer pela sua disponibilidade quer pela acessibilidade nos motores de busca. Ou seja, a entidade emissora ou outra terá que os ter colocado *online* e disponibilizado para consulta, e o acesso aos documentos, se não for facilitado, pode limitar os resultados obtidos nas buscas nas bases de dados gerais e especializados das instituições.

Todos os documentos foram identificados como tendo sido produzido pelas instituições que descrevemos previamente, no entanto tal não implica que todos eles tenham a

mesma relevância para a instituição que os produziu. Em alguns deles (p. ex. os docs. 2, 6, 15, 11 ou 14) estão presentes elementos gráficos ou identificativos que nos remetem para maiores graus de formalismo e publicidade, como sejam logotipos, datas, imagens, moradas ou descrições da instituição amissora, etc. Mas muitos dos documentos recuperados podem não ter um ou mais elementos, o que remeterá para um menor formalismo ou relevância para a instituição que o criou. No entanto, considerando que nos interessa aqui a evolução dos mecanismos, incluindo também os episódios meramente tentativos que tenham sido publicados e estejam acessíveis ao público, a presença destes elementos menos formais não é em si considerado problemático. No entanto é necessário ter em consideração essas diferenças.

Ao dependermos da iniciativa das instituições em tornar públicos os seus documentos, somos também limitados pelas decisões tomadas pelas mesmas, no sentido em que documentos relevantes para a presente investigação não foram disponibilizados. Não podemos, portanto, ter forma de saber quantos documentos foram efetivamente produzidos mas não partilhados ao público, qual o seu conteúdo e razões para não disponibilização. Ainda assim, sendo instituições com claros objetivos de ‘awareness raising’, ou seja, de sensibilização dos diferentes atores, orientadas por princípios como informação e transparência, podemos supor que os documentos não disponibilizados sejam de menor importância ou quantidade.

3.2. Resultados da investigação

A. *Comportamentos e práticas problemáticas*

Uma das dimensões centrais para a presente análise é a dos comportamentos e práticas que, nos vários documentos alvo de análise, foram consideradas problemáticas. Iremos ver de que modo as diferentes instituições, ao longo dos últimos 15 anos, foram conceptualizando ou enunciando as situações que consideram dever ser evitadas ou proibidas. Como verificaremos, quer o que cabe em cada comportamento (conteúdo da problematização), quer a designação de alguns desses comportamentos, quer ainda a

quantidade de situações problematizadas (abrangência da problematização) é diferente ao longo do tempo e entre instituições. Importa, portanto, saber que definições são usadas, quais as designações propostas e qual o conteúdo dessas definições. Procurar-se-á perceber como evolui ou se desenvolve a identificação dos comportamentos considerados problemáticos por estas instituições supranacionais.

Caso se encontre ampla diversidade e heterogeneidade de definições e designações, poderemos estar perante um obstáculo ou dificuldade à sua receção pelas concretas IES europeias e pelos académicos que ali trabalham. Olhar para a evolução das situações enunciadas como censuráveis permite-nos produzir um conhecimento profundo sobre a dificuldade na limitação do fenómeno que se pretende proibir. O que é mais, as soluções alcançadas devem ser consideradas como produto de negociações prévias, eventualmente como resultado da imposição de uma visão do fenómeno sobre outras ou como soluções de compromisso que carregam em si potenciais incoerências.

A ESF chama a si a prioridade na preocupação sobre o fenómeno da *misconduct* no espaço europeu, testemunhada pelo Doc. 18, datado de 2000. As expressões usadas ao longo do texto são ainda diversificadas: *misconduct*, fraude, desonestidade científica. Este documento claramente indica como comportamentos a evitar qualquer forma de fraude, onde inclui claramente a fabricação e a falsificação de dados, o plágio (FFP) mas também a pirataria informática, a sabotagem do trabalho, dos registos e dos protocolos de outros investigadores, bem como o abuso de confiança de revisores no processo editorial ou o abuso de confiança dos supervisores face ao trabalho dos alunos e orientandos que têm a seu cargo. Mais alarga a censura a qualquer forma de cumplicidade a estas situações. Deixa ainda críticas, ao longo do texto e já não em secção autónoma, a outras situações que problematiza, eventualmente de forma menos veemente: a autoria honorária e autoria fantasma, bem como qualquer forma de infração aos direitos de propriedade intelectual dos cientistas, o uso de influências políticas ou outras influências externas, nomeadamente aquando da contratação de académicos, bem como os CoI não revelados na análise de propostas de investigação.

Do acervo presente neste Doc. 18, de 2000, situações há que não foram encontradas até ao momento neste trabalho, nem no momento da revisão de literatura, nem na análise das entrevistas, como é o caso da pirataria informática e da sabotagem ao trabalho de colegas. Na verdade, a inclusão destas situações parece extemporânea, pois o Doc. 17,

produzido também pela ESF três anos depois, já não as prevê nem constam em textos posteriores. A forma como este Doc. 17 apresenta os comportamentos e situações problematizadas diverge do anterior, assim como as expressões usadas, entrando no léxico a expressão “infrações à integridade científica”. Agora, mais do que a mera listagem e breve definição, procede a uma categorização que parece pretender auxiliar na compreensão do que deve ser proibido. Deste modo, o Doc. 17 cria uma tipologia tripartida onde inclui:

(i) a fraude, ou seja, a fabricação, a falsificação e adição, face ao documento anterior, o uso seletivo de dados;

(ii) *deceit* ou *misleading*, onde inclui práticas de metodologia questionável, negligência na amostragem ou a “inaccurate rendition” que, na ausência de definição, supomos ser a imprecisão na divulgação de resultados ou dados, por exemplo, afirmando que os dados estão disponíveis quando tal não é verdade;

(iii) infração aos direitos de propriedade intelectual, tais como o furto de ideias e o plágio.

O mesmo documento indica ainda quais os momentos em que as situações podem ocorrer: (i) antes da investigação, como sucede aquando da candidatura a bolsas e fundos de investigação ou durante o planeamento de uma investigação; (ii) durante a investigação e (iii) na apresentação pública dos resultados. Nas páginas seguintes, listam-se uma série de exemplos, que não reproduziremos aqui na íntegra, mas cuja concretização sublinhamos como esforço de criação de cenários ou situações ‘reais’ que possam ser apercebidas diretamente por todos os que consultam o documento. Tome-se como sinal a seguinte descrição: apresentar-se como autor ou co-autor sem ter contribuído significativamente para o desenho ou realização da investigação, interpretação dos resultados ou escrita, ou a aplicação deliberada de métodos estatísticos de forma a atingir conclusões não justificadas pelos dados.

O tom do Doc. 17 é claramente diferente do anterior, numa tentativa de maior precisão e concretização das situações problematizadas. A definição oferecida de *misconduct* inclui a FFP mas também outros comportamentos enganosos cometidos deliberadamente, como sejam a seleção de dados. No entanto, é visível a ausência de problematização em torno das práticas dos revisores científicos, que haviam sido mencionadas anteriormente como criticáveis.

O ano de 2007 é profícuo para a ESF, no sentido em que produz dois documentos por influência, como veremos, do Doc. 7 da OCDE. No entanto, ainda que muito próximos no tempo, os documentos 6 e 3 são bastante diferentes. O Doc. 6 apenas faz referência à *misconduct* e às boas práticas na investigação e na docência (como veremos mais à frente, a referência à docência é, na maior parte das vezes, muito residual) mas nada mais. Apenas afirma que “*researchers do not always behave as they should*” (p. 4).

Já o Doc. 3, mantém a amplitude de problematizações e clama pela necessidade de uma definição comum e mundial para o que deve ser considerado *research misconduct*. Desde já se assinala esta vontade, presente na variedade dos textos produzidos pela ESF e aqui analisados, de abrir caminho na criação de uma definição de ordem global ou mundial, ainda que partindo de uma inicial aplicação ao nível europeu. Neste Doc. 3 é referida uma especial preocupação em torno de quatro grandes categorias:

(i) *research misconduct*, onde se inclui a fabricação, falsificação e plágio (FFP) mas também as “questionable research practices” (QRP);

(ii) todos os tipos de infração às regras bioéticas e orientações para a investigação científica;

(iii) representação envidada ou ocultação de resultados de investigação, exagero nos resultados e outras situações, desde que causadas por pressões externas sobre os cientistas e IES, especificamente no *interface* ou no contacto entre os interesses de investigação, por um lado, e os interesses políticos, económicos e militares, por outro;

(iv) a integridade nas IES: estas devem permanecer fiéis à sua missão, responsabilidade e independência.

O Doc. 3 refere ainda a necessidade de se iniciar uma reflexão futura em torno de questões concernentes aos CoI, da partilha de dados e da autoria. Realiza ainda uma série de críticas ao sistema de *peer review*, problematizando a situação em que os revisores usam ideias e informação provenientes de manuscritos por si revistos, sem mencionar origem.

O documento seguidamente produzido pela ESF, datado de 2010 (Doc. 2), apresenta de novo alteração no tom das orientações fornecidas. Às categorias de *misconduct* e QRP adiciona agora uma terceira: os *minor misdemeanours*. A cada uma destas categorias, faz corresponder um conjunto de comportamentos, fazendo-os ainda depender da

intenção e consciência do(s) autor(es) – na verdade, o documento exclui expressamente da lista de comportamentos problemáticos as situações decorrentes de simples erros ou diferenças de opinião. Mais adianta que a negligência, a pressa, o descuido e desatenção devem ser evitados de modo a prevenirem-se os erros humanos. Insere-se ainda aquilo que o Doc. 2 designa como má gestão das infrações pelas IES, pelo que aqui se problematizam as situações em que as IES ignoram, ou negligenciam as denúncias formais aos comportamentos problemáticos. Vejamos:

(i) entram na categoria de *misconduct* um conjunto de atos desde que cometidos com intenção, com conhecimento, consciência ou de forma imprudente. Encontram-se aqui a fabricação, definida como invenção, registo e divulgação de dados; a falsificação, ou seja, a manipulação dos processos de investigação, bem como a alteração ou omissão de dados ou ainda quando se reportam resultados ou opinião de um terceiro aquando da disseminação pública da ciência; e o plágio, ao propor, realizar ou rever investigação, bem como ao reportar resultados da investigação visto ser considerado a apropriação de ideias, resultados de investigação ou palavras de um terceiro sem a devida atribuição do crédito;

(ii) má gestão das infrações pelas IES, ou seja, censuram-se as situações em que as IES procuram esconder o caso de *misconduct*, reprimir *whistleblowers* ou violar o *due process* necessário para a averiguação de denúncias;

(iii) as QRP são divididas em três subcategorias: *personal misconduct*, *bad research practices* e *minor misdemeanours*. Na *personal misconduct*, incluem-se situações de intimidação, assédio e discriminação de colegas, bem como o mau uso de fundos públicos. Nas *bad research practices* listam-se uma série de situações, de forma exhaustiva: má gestão de dados (má gestão e mau armazenamento, não disponibilização aos colegas, preservação inadequada de dados), procedimentos de investigação incorrectos (como sejam a falta de cuidado com os participantes, a violação de protocolos, a não obtenção de consentimento informado, a insuficiente proteção da privacidade dos participantes, o manuseamento errado de animais, a quebra de confiança, o mau desenho de investigação ou a falta de cuidado conducente a erros grosseiros), face a publicações (incluindo-se o exigir ou atribuir autoria indevidamente, negar autoria que seja devida, atribuir créditos imerecidos, repetição de publicações, *salame slicing*, atrasos indevidos na publicação e o reconhecimento insuficiente do

contributo de colaboradores ou entidades financiadoras) e ainda na revisão de publicações (CoI, enviosamentos, rivalidades e apropriação de ideias por parte dos revisores).

Vemos bem, neste Doc. 2, de que modo foi crescendo a lista de situações consideradas criticáveis, fazendo-as pesar com critérios de intencionalidade ou negligência, típicos da determinação da culpa no processo de justiça formal. Mas não apenas o comportamento dos cientistas é alvo de atenção, também o das IES que falhem na perseguição e averiguação de denúncias, ou que procurem ocultar os casos, seja por que razão for. Há, neste sentido, a tentativa de atribuir a responsabilidade a pessoas coletivas pela má aplicação de mecanismos de controlo internos adequados.

Foi já mencionado que os Docs. 4 e 5 têm uma natureza relativamente diferente por serem produto dos resultados obtidos no âmbito das 2ª e 3ª Conferências Mundiais sobre integridade científica. Daqueles documentos, apenas o Doc. 4 indica as situações a problematizar, fazendo caber ali as clássicas FFP (sem indicar o que se entende pela sigla) e outras práticas de investigação irresponsáveis, incluindo aqui a *carelessness*, a listagem desadequada de autores, incapacidade para reportar dados em conflito e o uso enganador de métodos de análise.

No conjunto de documentos realizados pela OCDE, o Doc. 8 (de 2003) não faz referências relevantes a situações problemáticas apesar de documentos posteriores para ele remeterem frequentemente. Já o Doc. 7 (de 2007) usa a designação de *misconduct* como categoria central e refere que no seu núcleo se encontram as situações de FFP, bem como categorias intermédias que incluem outros comportamentos problemáticos. Efetivamente, o Doc. 7 expressa a visão de que existe um amplo leque de comportamentos dos cientistas que podem ser considerados *misconduct*, abrangendo por isso também situações censuráveis como *financial misconduct* (que se presume seja o mau uso ou desvio de fundos), o assédio, a orientação inadequada dos estudantes, a incompetência pura e simples na investigação, bem como outras categorias intermédias de *misconduct*. Opta, portanto, a OCDE, neste seu Doc. 7, pelo uso de uma definição ampla de *misconduct*, identificando as categorias centrais (FFP) e um leque de comportamentos que ficarão na margem mas que devem ser problematizados – note-se, no entanto, que face às listagens exaustivas fornecidas nos Docs. 17 ou 3 da ESF, este leque acaba por ser conservador.

O Doc. 15, de 2009, também da OCDE, faz menção expressa à *research misconduct* nas colaborações de investigação internacionais. Mais do que impor aos cientistas individuais e às IES uma visão do que está correto ou errado fazer no processo de investigação, o presente documento preocupa-se com as colaborações em rede e internacionais, cuja tendência é (diz o texto) crescente e que, na ausência de uma leitura mínima comum sobre *misconduct*, podem falhar ou dar aso a conflitos e desconfiança entre os parceiros. Propõe-se, para tal duas definições: (i) em sentido estrito, a *misconduct* inclui a tríade FFP; (ii) em sentido amplo, faz-se entrar também o enviuamento de dados, de interesses ou de práticas de autoria, bem como aquelas práticas de investigação que coloquem em perigo seres-humanos, animais ou o ambiente.

No lado da Comissão Europeia, os documentos produzidos, todos eles depois de 2005, são parcos em definições e claramente evitam a listagem de situações problemáticas. O Doc. 14 (2005) refere apenas preocupações em torno do plágio, o desrespeito pela propriedade intelectual e pela propriedade conjunta dos dados. Mas é este um documento de cariz diferenciado dos que se seguem, pois foi desenhado especificamente para regular a contratação de investigadores, parecendo-se mais com um código de trabalho. Já os Docs. 10 e 11 se aplicam especificamente à atividade de investigação, mas apenas aquela financiada pelos programas da Comissão – o seu âmbito é restrito e as suas definições de *research misconduct* (Doc. 10) ou de *scientific misconduct* (Doc. 11) também. O Doc. 10 (2010) entende por falsificação a representação envidada dos resultados; por fabricação, o reportar-se experiências nunca realizadas; e o plágio como o uso de escritos ou ideias de outrem, apresentando-as como suas. Nada mais. O mais contido neste Doc. 10 prende-se com o controlo de situações não éticas e decorrentes de *misuse*, ou seja, da produção de resultados ou produtos que possam ter um uso dual, incluindo um uso com potencial perigo para a sociedade, como sejam alguns produtos químicos que podem ser usados como armas químicas.

O Doc. 11 (2013) altera o conteúdo das definições dadas três anos antes. Agora, falsificação já é alterar ou reportar erradamente dados ou manipulação imprópria de experiências; fabricação é inventar dados ou resultados; e o plágio consiste em usar ideias ou palavras sem fazer referência adequada ao autor. Mais refere que estas situações serão censuradas pela Comissão quando haja negligência ou intenção. Na verdade, o Doc. 11 parece subalternizar claramente as questões da *misconduct* face a

questões decorrentes da ética na investigação, mormente em virtude da sua conexão com os Direitos Humanos, e de situações de *misuse*: “*Other ethical issues that should be taken into consideration are scientific misconduct (such as fabrication, falsification and plagiarism)*”³⁴ (p. 11).

Três fontes diversas e quinze anos de desenvolvimento apresentam-nos uma variedade e inconsistência de comportamentos problematizados que tornam difícil, senão impossível, um conhecimento adequado dos cientistas e IES sobre o que é ou não censurado no âmbito supra-nacional (tabela 28).

Tabela 28: comportamentos e práticas problemáticas encontradas nos documentos analisados

	Doc.	Fab	Fal	Pl.	PI	Tri	Expl	CoI	Éti	Mis	Rev	IES	Out
E S F	18	X	X	X		X	X	X			X		X
	17	X	X	X	X	X							X
	6	-	-	-									
	3	X	X	X		X		X	X		X	X	X
	2	X	X	X	X				X		X	X	X
	4	X	X	X	X								X
O C D E	8												
	7	X	X	X									X
	15	X	X	X	X	X		X					
C E	14			X	X								
	10	X	X	X					X	X			
	11	X	X	X					X	X			

Legenda: Fab – fabricação de dados; Fal – falsificação de dados; Pl. – plágio; PI – outras infrações à propriedade intelectual e direitos autorais; Tri – *trimming*; Expl – exploração do trabalho de terceiros subordinados; CoI – conflitos de interesses, pressões externas; Éti – questões éticas; Mis – situações de *misuse*; Rev – comportamentos problemáticos dos revisores e editores científicos; IES – integridade das instituições de ensino superior e de investigação; Out – outros comportamentos.

As primeiras tentativas de mapeamento de comportamentos problemáticos foram feitas, como vimos, pela ESF que, ainda assim, apresenta diversas definições, âmbitos e tons

³⁴ Sublinhado nosso.

ao longo do tempo. A sua originalidade provém não apenas da precocidade da sua atuação, da variedade de situações problematizadas, mas também por, especificamente, prever a responsabilidade das IES que falhem na averiguação de denúncias de *misconduct*; além do mais, prevê expressamente enunciados como QRP ou outras, onde faz caber tudo o que não seja considerado FFP. Já os documentos produzidos quer pela OCDE, quer pela Comissão Europeia, dispensam-se as longas listagens de situações problematizadas e centram-se especificamente nas situações de FFP, ainda que delas ofereçam definições diferentes ao longo do tempo. A Comissão, em especial, parece subalternizar a *misconduct* face às questões da ética e da *misuse* – tal pode ser confirmada pelo parco espaço ocupado nos Docs. 10 e 11 face à quantidade de texto usado para as restantes situações, bem como pela ausência de outras questões que não a típica FFP.

Incoerência, indefinição e falta de harmonização parecem ser as características-chave ao menos no que toca ao que deve ser considerado problemático na investigação científica e no ensino superior. Tal pode ser encontrado quer entre as diferentes instituições supranacionais emissoras dos documentos, quer mesmo no seio de cada uma delas ao longo do tempo.

B. O que se sabe acerca dos comportamentos e práticas problemáticas

Dever-se-à presumir que, face aos comportamentos e práticas considerados pelos textos como problemáticos, exista algum tipo de conhecimento produzido ou transmitido às organizações produtoras dos documentos e no qual estas se baseiam para propor alterações ao estado de coisas. Não apenas as definições que dessas situações e comportamentos são feitas (como vimos nos parágrafos precedentes), mas os dados empíricos, retirados da experiência, sobre as suas dimensões, manifestações, causas e processos que a eles conduzem. O que se sabe sobre os comportamentos que as instituições supranacionais procuram proibir ou, de algum modo, limitar? Que conhecimento empírico, científico, concreto existe sobre as suas características, que explicações (se alguma) são avançadas para a sua ocorrência? Será que este conhecimento empírico prévio informa as respostas que serão desenhadas para o seu controlo?

Os documentos analisados, em geral, contêm pouca ou nenhuma informação sobre o que se sabe acerca dos comportamentos considerados problemáticos face aos quais se procura desenhar um sistema de controlo social supranacional. Tal poderá ser considerado paradoxal: procura-se agir sobre a atividade científica, que tem como apanágio a produção de conhecimento *evince based*, sem que haja, no entanto, sinal de saber coerente e solidificado sobre o fenómeno sobre o qual se procura intervir. Na verdade, como vimos na secção de revisão de literatura, o fenómeno parece prestar-se mal ao conhecimento, como todos os comportamentos desviantes, em virtude do secretismo que o rodeia e da ausência de métodos fiáveis para a sua medição. A isto se junta o facto de não haver, até ao momento, saber sistematizado: as preocupações têm vindo de diferentes áreas científicas que falham na comunicação entre si sobre o que é a *misconduct* e qual a prevalência, incidência ou processos da mesma.

Da parte dos textos emitidos pela ESF (+ ORI + ALLEA), o Doc. 3 (2007) procura perceber quais as evidências existentes acerca da prevalência, motivos e causas para a *misconduct*. Assume como ponto de partida o debate existente, segundo o qual os casos mais graves são mais raros, o que se constata, segundo o texto, pelos baixos índices de retrações na base de dados PubMed; a maior frequência, alega-se, concentra-se nas formas mais mundanas de fraude e de plágio. Na verdade, “*one has to admit that pathological causes will always occur, also in science. Scientists are human beings, too, subject to the same temptations and pressures many people are prone to use as an excuse for being slightly easygoing with the truth*” (p. 26). As causas são, portanto, patológicas: por exemplo, a pressão para publicar, que deve ser reduzida, segundo o documento, mas ainda motivos pessoais ou as pressões internas decorrentes do sistema de recompensas. Já os atores podem ceder à tentação, como qualquer outro ser-humano. É necessário, conclui o texto, obter mais dados empíricos acerca da prevalência, tipos e impacto da *misconduct*.

O Doc. 2 (2010) refere que os casos de desonestidade são raros e que “*it is believed that peer review and collegiate ethos, the process of challenge and the practice of questioning, sooner or later reveal the truth*” (p. 6). Regista-se, no entanto, um aumento dos casos conhecidos de *misconduct*. As potenciais causas apontadas pelo texto prendem-se com a incapacidade de formar os investigadores num contexto cada vez mais desafiador e complexo. A tal acresceria a pressão para publicar, a comercialização (sem indicação do quê, mas eventualmente da investigação ou das universidades), o

aumento da competição por fundos, o aumento das oportunidades para a infração em virtude do maior acesso à *internet*, mas também as práticas de avaliação (sem que seja dito quais e em que medida) e o sistema de carreira dos cientistas (sem que seja dito em que medida).

O Doc. 7, agora da OCDE (2007), é um marco, parece-nos, nesta vontade de atribuir uma realidade ao fenómeno da *misconduct*. Realizado no mesmo ano em que acontece a primeira edição da Conferência Mundial sobre Integridade Científica, serviu ainda de fonte para o Doc. 6, produzido pela ESF e pelo ORI. Nesse sentido, oferece alguma informação, mais do que outros documentos aqui analisados, acerca das potenciais causas, prevalência e incidência dos comportamentos.

Este Doc. 7 coloca a *misconduct* claramente no âmbito do desvio profissional ao afirmar que “*scientistis, like all professionals, are subject to pressures and temptations, and they are no more nor less likely than others to behave badly*” (p. 5). Simultaneamente, esta mesma expressão remete para um afastamento da visão demonizante do investigador infrator como ser moralmente desligado ou indiferente dos princípios da investigação científica, antes ser humano sujeito às mesmas pressões e tentações que qualquer outro ser-humano. No entanto, algumas páginas adiante, já se expressa uma visão diferente: “*an act of misconduct in research is an instance of moral failure, where an individual makes an intentional choice to behave badly*” (p.11). Admite-se, no entanto, que haja indivíduos com propensão ou suscetibilidade para o *misbehaviour*, propensão essa eventualmente agravada por fatores externos.

São referidos pelo texto dois conjuntos de causas ou factores potenciais de *misconduct*:

(i) relacionados com os investigadores e suas carreiras, como sejam a pressão decorrente da forte competição por financiamento, a necessidade de obter resultados positivos significativos e de publicar de modo a garantir trabalho nas IES, a falta de conhecimento e de preparação para a realidade e pressões típicas da carreira académica, a pressão para obter resultados à medida das investigações financiadas ou falhanços pessoais vários (vontade de fama, desejo de prejudicar colegas, falta de retidão moral). Note-se como encontramos aqui *layers* tão diferentes como sejam a pressão para publicar ou a falta de rectidão moral.

(ii) relacionados com a natureza da atividade científica e da ciência, são apontados especificamente os aspetos negativos decorrentes da fragmentação, isolamento e

especialização da investigação. Está assim limitada a interação com e o escrutínio dos colegas, somam-se os “*lone wolf researchers*” (p. 12). Contam-se ainda aqui, como causas da *misconduct*, a proliferação de instrumentos científicos que exigem conhecimentos altamente especializados por um grupo muito restrito de investigadores, dificultando-se assim a reprodução de medidas e a obtenção de dados; a existência de *software* cada vez mais complexo e opaco, especialmente de análise estatística e manipulação e edição de imagem, o que facilitaria o cometimento e dissimulação de situações de falsificação e fabricação de dados; o desconhecimento das regras e *standards* da conduta científica e do processo de investigação, bem como das sanções potencialmente aplicáveis à *misconduct*; a substituição do paradigma de investigação, de um modelo orientado pela curiosidade para o que é considerado, hoje em dia, como um modelo que busca resultados concretos, usáveis e obtidos num curto espaço de tempo; as expectativas e pressões impostas por orientadores, entidades financiadoras e editores na obtenção de resultados positivos e significativos.

Conclui o Doc. 7 que, “*in general, the prevalence of misconduct can be aggravated by an unsupportive or indifferent environment where integrity is ignored or downplayed*” (p. 12). Significará isto que, para além da propensão dos indivíduos, das potenciais causas agravantes relacionadas com a carreira e com a atividade científica, se poderá ainda buscar causas no ambiente organizacional que prefere ignorar ou ocultar os casos de *misconduct*? Nada mais é dito.

Os textos da Comissão Europeia são perfeitamente omissos nesta categoria. Ainda assim, todas as fontes analisadas, com parca informação sobre o fenómeno, documentam uma forte vontade de intervenção sobre este fenómeno cujos contornos efetivamente se desconhecem. Tal levam-nos a colocar a hipótese de se tratar de um movimento não científico sobre a ciência, de um movimento de outro tipo que conduz à alteração do estado de coisas em função de uma série de interesses a defender (como veremos mais à frente). Na falta de melhor, chamar-lhe-emos um movimento político sobre a ciência. Nesta lógica, as medidas desenhadas para o seu controlo são, também elas, políticas no sentido em que estão desligadas de conhecimento concreto sobre os comportamentos problemáticos, antes revelam uma vontade de intervenção ligada a outros interesses a proteger.

C. Atores envolvidos

Qual a relação, caso exista alguma, entre as diferentes instituições envolvidas no processo de controlo social da *misconduct*? Conseguimos já identificar algumas delas, por serem produtoras e emissoras dos documentos sob análise, cuja caracterização foi feita acima: a OCDE, a Comissão Europeia, a ESF, a ALLEA, o ORI. Mas serão estas as únicas a envolverem-se no processo? E que tipo de relação se estabelece entre todas elas, haverá diálogo, retroação ou *feedback* entre si e as suas ações e orientações? A que outros atores pretendem aplicar as suas diretivas? De onde recebem a legitimidade para impor ou comunicar tomadas de posição?

Nas iniciativas da ESF, o Doc. 18 (2000) ajuda a criar a genealogia que conduz à tomada de posição desta organização na gestão dos assuntos referentes à *misconduct*. Ao longo de todo o texto são referidas múltiplas iniciativas de controlo dos comportamentos problemáticos de diferentes países, com maior relevo dos exemplos provenientes dos EUA e do Reino Unido, mas são também passados em revista os exemplos de controlo social, à época, da Alemanha, França, Suíça e países escandinavos. Não os iremos ver em pormenor mas importa referir que estas são iniciativas especialmente direcionadas para as ciências exatas e da natureza, ainda que se faça referência expressa ao esforço da Suécia, Reino Unido e França na regulação das ciências sociais e humanas. Para além dos exemplos dos países, o Doc. 18 refere ainda a ação de instituições como o CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique* – França), ALLEA, ICSU (*International Council of Scientific Unions*) e UNESCO.

A ESF encontra nesta mescla de iniciativas o local ideal para harmonizar códigos de ética e de boas práticas ao nível pan-europeu, especialmente em virtude do desenvolvimento (à época) da European Research Area (ERA): “*ESF, with its two sets of stakeholders firstly [sic], (its membership drawn from funding agencies, national research organisations and academies of sciences and letters and, secondly, the research community at large) is uniquely placed to play a significant role in promoting the highest levels of scientific integrity and better self-regulation across Europe.*” (p. 2).

Deste modo, a ESF distribui responsabilidades em prol da integridade a um amplo leque de outros atores, numa iniciativa claramente *top-down*: IES, grupos de investigação, departamentos e laboratórios, diretores e seniores dos grupos e cientistas individuais, mas também apela ao envolvimento das academias nacionais, agências de

financiamento, fundações científicas, sociedades profissionais, governos e agências de financiamento (nomeadamente a Comissão Europeia através da ERA), que têm, todas elas, o dever de dar o exemplo.

O Doc. 17 (2003), é produzido pela ALLEA em conjunto com uma série de instituições holandesas. Este documento refere, também ele, o exemplo de países com códigos e regulações, incluindo a Alemanha, a Letónia, a Estónia, e faz referência expressa às recomendações realizadas pela ESF no Doc. 18, de que acabamos de dar conta. Uma primeira ponte entre ESF e ALLEA é feita e irá, sabemos, perdurar. As orientações sugeridas pelo Doc. 17 devem ser aceites e aplicadas aos investigadores individuais, aos alunos e jovens investigadores, aos coordenadores de investigação, aos líderes das IES (órgãos de gestão, *executive boards*, diretores e reitores), no fundo a todo o *staff* das IES. Face ao documento anterior, a vontade de intervenção é restringida às IES, sem referência aos atores externos ou vizinhos às IES.

O Doc. 3 (2007) é produção conjunta da ESF e do ORI norte-americano. Nova ponte realizada pela ESF. Mais, é feito no seguimento da primeira WCRI ou Conferência Mundial sobre Integridade Científica (realizada em Lisboa nesse ano), daí que se faça menção expressa a todos os atores presentes no evento: investigadores individuais, administradores de investigação, *sponsors*, editores de revistas científicas, representantes de sociedades profissionais, *policy makers* e outros. A iniciativa foi co-organizada pela ESF e pelo ORI com apoio expresso da Comissão Europeia, Presidência da União Europeia (a Portuguesa, à época), *Committee on Publication Ethics*, *European Molecular Biology Organization*, *UK Research Integrity Office*, ICSU e NATO. Participaram 257 indivíduos provenientes de mais de 47 países, assim distribuídos:

- predomínio dos EUA (60 participantes),
- RU (29),
- Portugal (28),
- França (27),
- Bélgica e Holanda (11 e 8 respetivamente),
- Dinamarca, Croácia, Alemanha, Índia, Noruega, República da Coreia (todos com 6 representantes),

- Japão, Rússia, Suécia (5),
- Canadá, Finlândia, África do Sul, Suíça (4 representantes cada),
- Áustria e República Checa (3),
- Arménia, Austrália, China, Estónia, Irlanda, Polónia, Roménia, Singapura, República Eslovaca, Espanha, Taiwan, Turquia, Ucrânia (2),
- Argentina, Azerbaijão, Brasil, Georgia, Indonésia, Israel, Itália, Luxemburgo, Malawi, Montenegro, Nova Zelândia, Sérvia e Venezuela (todos com apenas um representante).

Esta lista exaustiva mostra-nos, desde logo, uma aparente forte adesão da comunidade científica mundial em torno dos temas da integridade científica e consequentes infrações à mesma. Mais nos revela uma maioria de participantes anglo-saxónicos e europeus, com representação residual de países africanos e sul-americanos. Será esta uma preocupação exclusiva das chamadas sociedades ocidentais modernas ou dos países desenvolvidos?

O que mais releva para o que nos interessa é que a ESF surge, juntamente com o ORI, como motor da iniciativa que congrega todos estes países. E tal sob os auspícios da OCDE e da Comissão Europeia. É este o momento de distribuição de tarefas, onde fica determinado que ESF e ORI: (i) irão preparar uma segunda conferência mundial, (ii) devem encorajar os países a adotar *guidelines* sobre o tópico, (iii) devem identificar as necessidades cruciais, reunindo informação sobre *misconduct* e procurando harmonizar e apostar na prevenção. Determina-se, portanto, que a Europa e os EUA trabalhem em conjunto ou, ao menos, em paralelo na sensibilização das IES e dos investigadores. A ESF deve procurar compilar as políticas das organizações europeias em vigor. À OCDE caberá uma outra linha de atuação: estudar as respostas governamentais ao tema da integridade na investigação, especialmente no que tange aos aspetos das colaborações internacionais, aos CoI e ao potencial de interferência de grupos de poder sobre a investigação científica. A Comissão Europeia, por seu turno, deve esperar receber em curto espaço de tempo um relatório emanado pelo seu *expert group on research integrity*.

Neste momento de cruzamento dos principais atores na matéria, onde se distribuem responsabilidades, se colocam em diálogo os diferentes intervenientes, se testam as alianças, são feitas recomendações gerais às IES, às entidades financiadoras, às revistas

científicas, às organizações profissionais, às academias científicas e a uma série de outros atores. Todos eles devem estar vigilantes a potenciais infrações à integridade científica e todos sem exceção devem ter uma tarefa a desempenhar na sua prevenção ou averiguação. Finalmente, o Doc. 3 deixa espaço para se dirigir especialmente aos ditos países em vias de desenvolvimento (PVD), às economias em transição e às economias emergentes – também estes, ainda que com os seus ‘pequenos’ sistemas científicos e problemas generalizados, devem promover a integridade científica. Ninguém é deixado de fora, mesmo que apenas recentemente tenha entrado na corrida da produção científica.

Esforço geral, global e amplo que tem consequências rápidas: o Doc. 6 (do mesmo ano, 2007) explica a relação entre a ESF e o ORI – trata-se de um envolvimento ‘natural’, segundo o texto, dado que, historicamente, ambas as organizações se dedicaram e se envolveram em acções do mesmo género (ou seja, de defesa da integridade). Refere ainda o texto que, no seguimento da primeira conferência mundial sobre integridade científica, novos atores vieram fazer eco das preocupações ali levantadas: a *American Association for the Advancement of Science*, o *Committee on Scientific Freedom and Responsibility*, a *Chinese Academy of Science and Technology*, a *World Association of Medical Editors* e outros. Não erraríamos ao marcar o ano de 2007 como o mais relevante para o tema, depois da primeira iniciativa de 2000 pela ESF, em virtude da abrangência do impacto obtido por via da WCRI. Cada um dos vários atores que aqui analisamos (ESF, Comissão Europeia, OCDE) tem uma ou mais tarefas a cumprir. Resta saber se o conseguiram e como.

O Doc. 2 (2010), produzido pela ESF e com agradecimentos expressos aos contributos prestados pela ALLEA, recapitula a ‘história’ da problematização da *misconduct* pela ESF, incluindo a sua colaboração prévia com o ORI. Finalmente se percebe a aliança entre a ESF e a ALLEA, referindo-se a importância das academias científicas nacionais, sua independência, a existência ali de peritos e o seu papel na contratação de cientistas.

Este documento é ainda especialmente importante pois contém o *European Code of Conduct for Research Integrity* – a primeira formalização oficial de um código de conduta em torno da integridade científica. Para a sua criação, a ESF refere a consulta aturada que fez de outros documentos e códigos, nomeadamente os Documentos 7 (OCDE) e 17 (ALLEA) da presente análise, e trabalhos do ORI e da Comissão Europeia

sobre o tema. A vontade pan-europeia mantém-se presente na medida em que a ESF ativa uma série de iniciativas e contactos de cariz internacional e reitera expressamente a potencial adopção do código por instituições como a IAP (*International Academy Panel*) ou o ICSU.

Quem será vinculado por este código? A quem se aplica? Desde logo, aos indivíduos, aos cientistas. Mas também às IES, instituições de financiamento da ciência, sociedades de conhecimento ou sociedades científicas, academias, editores científicos e ao sector privado. Podemos pressupor que a relação com as universidades e as academias seja feita por via da ALLEA e que com as instituições de financiamento se faça especialmente no trabalho da Comissão Europeia. E com os concretos investigadores, com os diretores de laboratório, com as direcções das IES? Como garantir que estes, voluntariamente, aderem ao Código elaborado e aos princípios protegidos? Na verdade, o Doc. 2 recomenda diretamente aos membros da própria ESF a adopção do código e dos textos da OCDE sobre a investigação internacional (Doc. 15). Recomenda ainda a sua adoção pelo *European Research Council*, a sua incorporação no FP8 e adesão pelas Presidências Europeias, Parlamento Europeu e outras organizações europeias, bem como a subscrição do código por outras instituições europeias supranacionais.

Concluindo, a ESF parece conseguir dialogar com outras organizações supranacionais, mas necessitar de intermediários no contacto com os cientistas individualizados que, no final, são considerados os atores da *misconduct* e alvo (como veremos) de processos de averiguação e, potencialmente, de sanção.

A OCDE abarca uma categoria diferente de atores. Os seus Docs. 8 (2003) e 7 (2007) explicam que o público alvo a quem pretende servir o seu trabalho são os “*policy makers and others concerned with the development of large-scale international projects*” ou “*governmental administrators*”. Se a ESF procura veicular os diferentes atores da comunidade científica, a OCDE claramente define os decisores políticos como os atores que movem as suas iniciativas e que darão uso às suas recomendações.

Sendo a sua preocupação a investigação internacional, que ultrapassa as paredes de um laboratório ou as fronteiras de um país, o Doc. 8 da OCDE refere os potenciais atores envolvidos neste tipo de projetos de larga escala: cientistas, universidades, institutos de investigação, entidades financiadoras da ciência, juristas, altos funcionários públicos,

agências intergovernamentais e o público em geral. O Doc. 7 mais inclui a necessidade de saber lidar com os media, especialmente no caso de escândalos de *misconduct*.

Este Doc. 7, que institui um conjunto de Boas Práticas para garantir a integridade científica e evitar a *misconduct*, teve uma versão preliminar analisada na 1ª WCRI e cuja versão final foi aí aprovada, explicitando ser um documento para uso dos governos. A OCDE reitera a importância do seu designado *Global Science Forum* (criado em 1999), no qual participam “*senior science policy officials*” dos países-membros e observadores da OCDE. Estes especialistas e decisores políticos determinam então, no âmbito da OCDE, as iniciativas a tomar relativas à integridade e evitamento da *misconduct*. Mas quem vinculam? Diz o mesmo documento que a promoção da integridade deve caber às universidades, instituições de investigação, agências de financiamento, organizações profissionais, editores científicos, cientistas. Ou seja, os investigadores, os “*research managers*” (uma categoria intermédia entre a investigação e a gestão das IES), as entidades financiadoras e patrocinadoras da ciência são, todos eles, partes interessadas na promoção de uma investigação responsável.

Tal como já víamos com os documentos da ESF, também aqui a abordagem é *top-down*, mas agora determinada por decisores políticos com *expertise* na atividade científica. Ainda assim, também em última instância são os cientistas e as IES que devem adotar o conjunto de princípios considerado adequado ao cumprimento da integridade científica. É a estes que cabe (como veremos) o desenho de planos de investigação internacional com respeito pela integridade.

Finalmente, os documentos produzidos pela Comissão Europeia dispensam a menção a toda uma rede (muitas vezes confusa, como vimos) de atores exteriores. O Doc. 14 (2003), faz referência ao decidido pelo Conselho Europeu em 2000 e à sua resolução de 2003 acerca da profissão de investigação. Esta Carta Europeia do Investigador aplica-se apenas aos investigadores e às entidades que empregam cientistas ou financiam a ciência.

O Doc. 10 (2010), emitido pela Comissão Europeia, surge na sequência da discussão entre 51 peritos em ética e com experiência prévia no processo de revisão e auditoria ética já posto em funcionamento previamente pela Comissão. Para além deste grupo de peritos em ética (e não em integridade, note-se), devem ainda estar envolvidos no processo de evitamento da *misconduct* os candidatos aos projetos financiados, bem

como as respetivas IES e pontos nacionais de contacto. Ou seja, tal como expressa o Doc. 11 (2013), o guia criado pela Comissão e que pretende evitar a falta de ética, o *misuse* e a *misconduct* na ciência aplica-se apenas aos investigadores que estejam em vias de preparar uma candidatura a fundos europeus. Nada mais. A posição é confortável e muito clara. A legitimidade da Comissão Europeia no controlo da atividade científica não tem que ser provada por outro facto que não seja a sua capacidade de financiar projetos e, por isso, poder colocar as exigências que bem entender à investigação. A eficácia desta medida adivinha-se alta (o não cumprimento dos requisitos afasta a possibilidade de financiamento) mas de escopo limitada (aplica-se apenas aos projetos financiados, deixando fora de qualquer tipo de controlo todos os outros trabalhos não financiados pela Comissão).

Concluindo esta secção:

- a ESF procura ativar o diálogo com uma série de parceiros ou atores internacionais, variando amplamente no seu âmbito, desde o investigador individual a, por exemplo, os editores científicos. A sua legitimidade na criação de um sistema de controlo da atividade científico parece ser buscada na capacidade de construção desta rede ampla mas cujas conexões se adivinham fracas em virtude de se basearem na mera adesão voluntária dos atores – **rede ampla e dispersa com legitimidade científica.**

- a OCDE é correia de transmissão das preocupações dos decisores políticos ao nível dos seus membros, de modo que as recomendações são feitas especialmente em termos amplos de políticas científicas. A eficácia dessas recomendações ficará dependente da aceitação das mesmas por parte dos mencionados decisores políticos – no entanto, enquanto membros da OCDE não será de estranhar a sua adesão ao que ali ficar decidido. No entanto, a comunicação com as concretas IES e com os cientistas dependerá das atividades governamentais ou de gestão que ultrapassam os meros indivíduos – **rede ampla e sólida com legitimidade política;**

- a Comissão Europeia obtém a sua legitimidade na imposição de um sistema de controlo no facto de conceder financiamento a um conjunto muito limitado de candidatos a projetos europeus. Todos os projetos de investigação não financiados não caem sob o âmbito do seu controlo, nem a tal a Comissão Europeia parece aspirar – **rede restrita e sólida com legitimidade económica e financeira.**

D. Soluções propostas para lidar com comportamentos e práticas problemáticas

Esta será claramente a secção mais desenvolvida por ser, nos textos analisados, aquela que ocupa mais destaque. Os vários documentos analisados desenham, ao longo dos tempos, propostas de soluções para lidar com a *misconduct*, na tentativa de criação de um sistema não apenas de regulação mas também de deteção e sancionamento, podendo ainda prever ações específicas de prevenção.

Seguindo a mesma ordem de análise usada até aqui, analisaremos as propostas feitas pela ESF, desde o ano 2000 até ao momento, seguidas das propostas realizadas pela OCDE e, finalmente, pela Comissão Europeia.

O Doc. 18 (2000) expressa a necessidade de harmonizar códigos, políticas e procedimentos nos países europeus, com a ESF a exercer uma efetiva *leadership* na defesa desses códigos e procedimentos, no sentido do estabelecimento de uma autorregulação do sistema científico já não de modo informal, mas formalmente estabelecida e desenhada. Além do mais, este sistema de autorregulação deve ser visível para o público e para os decisores políticos.

Desse modo, refere a relevância de se desenharem e aplicarem códigos de boas práticas a adotar em toda a Europa, respeitados por todos os investigadores e cujo cumprimento deve ser monitorizado com frequência. Estes códigos devem ser complementados com o estabelecimento de procedimentos de averiguação de *misconduct*. Procura-se, por isso, a criação de um modelo de autoregulação eficaz de cariz pan-europeu, a par da criação de outras iniciativas europeias para fortalecer a integridade científica e as boas práticas na investigação. Para tal será necessário envolver diferentes atores, determinando as tarefas específicas para as IES, grupos de investigação, diretores e seniores de grupos, cientistas, academias nacionais, agências de financiamento e sociedades profissionais.

Ora, tal parece ser especialmente desafiador já que o texto refere abertamente a maior dificuldade neste tipo de iniciativas: a falta de unanimidade sobre as ações a tomar e entre os sistemas na comunidade científica europeia. É para tentar ultrapassar esta falta de unanimidade e de consenso quanto às regras que o Doc. 18 lista uma série de aspetos que devem caber em qualquer Código de Boas Práticas Científicas no espaço europeu e a aplicar mesmo quando se trate de projetos de investigação encomendados por

patrocinadores comerciais, governos ou agências oficiais de financiamento. Assim sendo, um Código de Boas Práticas Científicas deve, segundo o texto:

(i) regular o processo de investigação, nomeadamente a manutenção de registos diários e claros, a garantia da integridade e segurança dos registos devidamente autenticados e assinados, a proteção dos participantes, a obtenção do consentimento informado e garantia da confidencialidade, etc.

(ii) regular a acumulação, gestão e armazenamento de dados, documentados e arquivados pelo período de 10 anos;

(iii) definir os princípios da publicação científica, em concreto: responsabilizando autores pelos materiais, métodos e técnicas de análise ou estatísticas usadas; promovendo a honestidade e franqueza na citação de trabalhos anteriores, o reconhecimento do contributo de terceiros, declaração de CoI pelos autores e pelos revisores; e a publicitação dos nomes de revisores e editores;

(iv) proteger a propriedade intelectual, permitindo licenciamento para indústria ou comércio e mantendo registos da investigação atualizados;

(v) promover a formação, desenvolvimento e *mentoring* dos jovens cientistas, ajudando-os a perceber a importância da integridade científica e adoção precoce de boas práticas;

(vi) regular a contratação académica e científica, promovendo princípios de transparência e de publicidade dos critérios de seleção, garantindo a representação de grupos minoritários e impedindo pressões e interferências externas ao sistema científico.

Os procedimentos de averiguação de denúncias de *misconduct* são essenciais e complementares aos Códigos a criar. Não bastará criar as regras, mas é ainda necessário criar procedimentos para identificar e sancionar a infração às regras, eventualmente instituindo-se um *Ombudsman* como mediador e entidade de aconselhamento (mas não para averiguação de denúncias).

Nesse sentido, o Doc. 18 refere que os procedimentos de averiguação de denúncias devem: (i) ser implementados pelas IES através de procedimentos formais. A estas cabe realizar os inquéritos preliminares, divulgar definições de *misconduct* e publicitar os procedimentos de averiguação existentes; (ii) permitir as denúncias de boa-fé sem que o queixoso sofra consequências negativas, garantindo simultaneamente a presunção de inocência para o acusado. Acresce ainda que todos os académicos devem ser protegidos

de denúncias de má-fé; (iii) definir o que é *misconduct*, determinar os limites de tempo para o processo, identificar os direitos das partes e garantir a confidencialidade, definindo ainda as sanções aplicáveis; (iv) permitir o recurso das decisões e possibilidade de uso de mecanismos de arbitragem.

O Doc. 17 (2003) persiste na necessidade de se criar um documento regulador, agora apelidado de *Code for Good Manners in Europe*. As recomendações feitas neste texto bebem amplamente do exemplo produzido na Holanda mas pretendem ser um exemplo a aplicar ao restante da Europa. Neste caso, defende-se a existência de um Comité Nacional sobre Integridade Científica com funções consultivas, como complemento à atividade das IES – mas são estas que têm a responsabilidade inicial para averiguar denúncias e preparar procedimentos. No geral, as responsabilidades pelo controlo da *misconduct* são distribuídas pelos investigadores, coordenadores da investigação e líderes das IES, a par do Comité Nacional.

O Comité Nacional funcionaria com base num compromisso voluntário das IES e seria chamado apenas após estas terem averiguado denúncias. As suas competências: verificar se a denúncia foi bem processada, se a confidencialidade e o contraditório foram respeitados, bem como evitamento de danos reputacionais; recomendar o reinício do procedimento de averiguação caso se conclua que o caso foi mal conduzido pela IES. Pode ainda realizar inquéritos às partes e aceder a toda a documentação necessária para a instrução do caso.

O Doc. 17 sugere ainda formas de prevenção da *misconduct*, especialmente através da formação de investigadores jovens e de alunos, de *counsciousness raising* dos cientistas quanto aos dilemas e tentações que podem vir a enfrentar nas suas atividades de investigação e de criação de protocolos que, sem limitar a criatividade, forneçam orientações claras para melhorar a qualidade da investigação e que instituem os procedimentos para denunciar *misconduct*.

O Doc. 6 (2007) não desiste de um esforço de harmonização e propõe um conjunto de *standards* profissionais sobre os quais a comunidade científica europeia devia acordar em prol do comportamento responsável na investigação. Tal tomaria a forma de um *Code for Good Scientific Practices*. Alerta o texto para a necessidade de classificação, harmonização e publicidade de *standards* de boas práticas e de procedimentos para denunciar comportamentos impróprios. Refere ainda a importância de se desenvolverem

políticas harmonizadas para reagir à *misconduct*, bem como políticas internacionais para uma publicação científica responsável e boas práticas editoriais e ainda *standards* globais de boas práticas na formação e no ambiente de investigação. O que será interessante sublinhar aqui é a consideração das situações de *misconduct* como desvio a práticas profissionais, e não algo como moralmente censurável, antes um conjunto de atos típicos de uma profissão, cujas regras e modos de prevenção e sanção devem estar suficientemente delineadas.

O Doc. 3 (também de 2007) insiste na necessidade de se criarem *guidelines* de boas práticas e procedimentos para reagir às situações de *misconduct*. Mais afirma a necessidade de políticas nacionais e institucionais claras e consistentes para garantir a integridade científica e prevenir a *misconduct*. As acções propostas, no seguimento da 1a WCRI estendem-se para além da sensibilização das IES. Propõe-se a criação de um *Global Clearing House for Research Integrity*, um *site* com informação sobre políticas nacionais em torno da *misconduct* e práticas de investigação, bem como programas de formação sobre *responsible conduct of research* e a existência de um conjunto de contactos nacionais para garantia da integridade na investigação. Institui-se ainda a 2a WCRI como forum de debate e troca de informação sobre o tópico.

Sublinha aquele texto a necessidade de haver mais informação sobre os comportamentos problemáticos e fatores que influenciam *misconduct*, defende a criação de *standards* de boas práticas e de procedimentos para averiguação de *misconduct* (a cargo especialmente das IES), a par da formação e educação sobre integridade nos ambientes de investigação. No final, exige a criação de um sistema de *governance* da ciência que promova *checks and balances* para tornar o modelo de auto-regulação mais apto às situações atuais, mas não para o ultrapassar ou substituir. As responsabilidades para tal são distribuídas pelas agências de financiamento, IES, editoras científicas, academias científicas, governos e na relação com o público. As IES devem lidar com a *misconduct* de forma séria e aberta, assegurando ambientes que promovam as boas práticas de investigação; as revistas científicas devem desenhar regras claras sobre coautoria, munir-se de ferramentas para combater o plágio e a manipulação de imagens, devem ainda criar repositórios digitais públicos dos dados primários produzidos e divulgados nos artigos que publicam e, em caso de suspeita de *misconduct*, os editores devem informar as IES para que estas possam agir. As academias científicas e as organizações profissionais devem passar a ver-se como guardiãs da integridade,

vigilantes a qualquer situação de suspeita de *misconduct*. Os governos devem introduzir “*inteligente ways of enforcing accountability*” (p. 30) e de avaliação da performance das instituições, quer no tocante à sua solidez financeira, quer na promoção da qualidade da investigação e da educação.

O Doc. 2 da ESF (2010) traz finalmente incorporado o tão esperado documento regulador, intitulado *European Code of Conduct for Research Integrity*. É suposto que este seja usado em complemento com os códigos de ética, a legislação nacional e europeia e os códigos já existentes ao nível das IES. Tem âmbito universal, pois pode ser usado, diz-nos o texto, em qualquer disciplina científica, devendo ser complementado com as *regras de boas práticas* que podem ser variáveis consoante as tradições nacionais e científicas.

O sistema de averiguação de denúncias de *misconduct* deve ser consistente com as leis nacionais, preservar um *fair and due process*, ser rápido, prevendo a proporcionalidade das sanções, em conformidade com padrões de integridade, uniformidade e equidade, respeitando a confidencialidade dos sujeitos e evitando a perda de reputação dos envolvidos. Nas colaborações internacionais de investigação deve haver acordo entre as partes sobre *standards* de integridade, procedimentos para averiguação de *misconduct* e respeito pela lei e soberania dos Estados envolvidos. O Doc. 2 defende a criação de *frameworks for research integrity governance* que prevejam, entre outras medidas, a criação de estruturas institucionais compatíveis em diferentes contextos. Este modelo de *governance* deve garantir um equilíbrio entre promoção das boas práticas de investigação e prevenção da *misconduct*, por um lado, e a deteção dessa mesma *misconduct*, pelo outro. Ou seja, entre prevenção e repressão.

Apesar de todos os esforços de harmonização, a ESF, neste seu Doc. 2, insiste ainda na necessidade de obter consenso internacional (ao menos europeu) quanto a uma série de pontos: (i) definições centrais, devendo usar-se para tal o *European Code of Conduct for Research Integrity* e estruturas de governância harmonizadas ao nível europeu; (ii) apoio nacional às iniciativas, eventualmente através de alianças entre comunidade científica e autoridades nacionais; (iii) processos equitativos e transparentes, incluindo equilíbrio entre prevenção e repressão da *misconduct*; (iv) responsabilidade na gestão de processos, com conseqüente distribuição de funções e responsabilidades entre atores (prevenção, averiguação, sanção); (v) mecanismos para implementação de boas práticas

na investigação, com ambientes organizacionais que promovam boas práticas, formação e *awareness raising*; (vi) procedimentos robustos na gestão de dados, com procedimentos adequados e seguros para seu armazenamento; (vii) partilha de informação ente investigadores e outros *stakeholders*; (viii) procedimentos para a partilha de experiências e informações sobre casos de *misconduct*, para que outros possam aprender com cada caso sucedido; (ix) coerência com as legislações nacionais, mas evitando-se um fardo regulador tal que imponha limites à criatividade e à busca pelo conhecimento; (x) procedimentos de averiguação robustos com respeito pelos direitos individuais dos atores; (xi) clarificação de procedimentos para receção de denúncias ou de preocupações sobre *misconduct* (quem apresenta/recebe denúncias, onde, tipo de registo, etc.); (xii) transparência na averiguação da *misconduct*, em equilíbrio com a confidencialidade e proteção da reputação dos envolvidos; (xiii) existência de recurso das decisões finais; (xiv) nas sanções existentes e na responsabilidade pela sua aplicação, indicando-se quais as sanções possíveis, quem as sugere e quem as aplica – neste ponto, o documento propõe que as reações e sanções devem variar em função da gravidade do caso de *misconduct*, do grau de intenção do autor, das consequências do comportamento, considerando-se ainda os factores agravantes ou atenuantes da culpa. Finalmente, o texto defende a necessidade de (xv) proteção dos *whistle-blowers*.

Esta enunciação permite identificar os princípios gerais a aplicar (pontos i a iv), as ações a tomar antes da infração ou da denúncia (pontos v a viii) e as medidas a tomar após a denúncia de *misconduct* (pontos ix a xv).

O Doc. 2 apresenta ainda três modelos de *governance* com indicação dos benefícios e limitações de cada um: (a) um modelo de auto-regulação com *governance* no nível individual e institucional, ao qual se adiciona um controlo através de *peer review*; (b) um modelo de vigilância através de corpos nacionais; (c) um modelo de regulação através de estruturas nacionais de *governance*. A análise do texto, de algum modo, permite-nos fazer concluir que a solução desejável parece residir no desenvolvimento de sistemas nacionais para apoiar a implementação ao nível das IES e para fornecer formação e orientação aos elementos com responsabilidade na prevenção e averiguação de situações de *misconduct*: “*a well constituted impartial and professional national office should [sic] many of these fears over time especially if the office is seen to be respectful of institutional responsibility and autonomy*” (p. 27).

O Doc. 4 (2010), que sabemos já ser produto da 2nd WCRI, é mais parco nas suas orientações do que os restantes textos vistos até aqui. Reitera a necessidade de reportar práticas de investigação irresponsáveis e sugere que a resposta a essas práticas se faça através de procedimentos de denúncia onde se proteja o denunciante, se corrija o registo de investigação e se tomem as medidas adequadas quando se confirme a existência de *misconduct*. Sublinha ainda a necessidade de criar e manter ambientes de investigação íntegros através da formação, de políticas claras e de apoio à integridade na investigação.

No conjunto dos trabalhos da OCDE, as soluções propostas para controlar o fenómeno da *misconduct* são mais sucintas do que os esforços realizados pela ESF + ALLEA. O âmbito de aplicação é outro – as colaborações científicas internacionais; e considera-se indesejável a uniformização de procedimentos mas antes se prefere a criação de protocolos adaptados a cada caso de colaboração.

O Doc. 8 (2003) é aplicável às colaborações científicas internacionais de grande escala. Neste âmbito, considera-se indesejável um único código prescritivo e generalizado, antes sendo dada preferência ao debate ou negociação de tópicos comuns aquando das atividades conjuntas. Claro que os diferentes projetos de colaboração terão níveis diferentes de complexidade, podendo mesmo ir ao ponto da criação de *new capital facilities* (novas linhas ou estruturas de capital) e, obviamente, em função disso, o resultado daquelas negociações variará.

O Doc. 7 (2007), de cariz meramente informativo, conforme consta no texto, refere a necessidade de clareza e consistência nas definições de (i) boas práticas científicas, (ii) questões éticas tradicionais e (iii) *misconduct*, a par do estabelecimento de sistemas para processamento de denúncias. Prescreve ainda a produção de conhecimento das causas dos comportamentos, para que se possam encontrar os remédios mais adequados. Neste documento se determina que uma resposta ótima decorre do equilíbrio entre a prevenção e a repressão, promovendo-se a integridade e dissuadindo a *misconduct*, através do envolvimento de todos os componentes da atividade científica: IES, agências de financiamento, organizações profissionais, editoras científicas, assim como na relação entre cientistas e o público. A formação deve ser especialmente desenhada para os estudantes, jovens investigadores e assistentes.

O documento identifica diferentes tipos de comités passíveis de serem postos em funcionamento para averiguação de *misconduct*, com correspondentes benefícios e limitações. São eles: (a) comités *ad hoc*; (b) comités permanentes sedeados nas IES; (c) e um ou mais comités nacionais. Em comum existem dificuldades para cada um dos modelos, pelo que o texto parece concluir que sempre será necessária uma estrutura governamental nacional, mesmo no caso em que os países optem por comités sedeados nas IES. Deste modo seria possível potenciar a prevenção através da aplicação de *standards* nacionais, e, além do mais, facilitaria o auxílio na interação entre autoridades de diferentes países, especialmente importante no caso de empreendimentos científicos transfronteiriços.

No entanto, diz o texto, as administrações devem ser livres para desenhar e implementar o sistema que lhes pareça mais adequando, considerando as necessidades do país e o respeito pelas leis e tradições nacionais. Mais se reconhece a proximidade do sistema de averiguação de *misconduct* com as características do processo penal ou do processo civil. Donde, as exigências de garantia da confidencialidade, objetividade, equidade, anonimato, proteção face a retaliação, criação de sistemas de recolha de prova adequados, da manutenção do princípio da presunção de inocência, importância na determinação da intenção do ofensor e adequação das sanções ao ato. Ao aproximar deste modo o sistema de controlo da ciência aos modelos de justiça tradicionais e ao afirmar a responsabilidade dos “*gouvernement officials*” na promoção de uma ciência íntegra, é retirada da exclusividade da comunidade científica a capacidade de se autoregular. Finalmente, propõem-se medidas de exclusão da comunidade científica daqueles indivíduos considerados culpados, dissuadindo-se assim terceiros de possíveis atos posteriores de *misconduct*.

O Doc. 15 (2009) propõe uma leitura mais comedida das dimensões a implementar para a averiguação de *misconduct*, preferindo o acordo caso a caso pois se considera que a harmonização dos procedimentos entre países e IES seria útil mas não é exequível. Deste modo, os acordos de colaboração internacional de investigação devem: definir os princípios relacionados com as averiguações de *misconduct* e promover *awareness* e *networking* sobre o tema. Parece haver, face ao documento anterior, um retrocesso ou contracção das tentativas de uniformização ao nível dos países-membros da OCDE.

Os textos atribuídos à Comissão Europeia propõem todo um novo modelo de controlo das atividades de *misconduct*, que parece de tal modo desligado do que é proposto especificamente pela ESF+ALLEA que quase nos conduz a concluir pela ausência de diálogo e comunicação entre aquela e estas.

O Doc. 14 (2005) pretende regular especificamente as relações laborais entre investigadores contratados e investigadores seniores ou IES. Nesse sentido, como já vimos, preocupa-se pouco com a prevenção ou deteção específica da *misconduct*. Ainda assim, estabelece um conjunto de princípios e requisitos gerais que definem papéis, responsabilidades e direitos dos investigadores contratados e das entidades empregadoras ou financiadoras, no respeito pelas legislações nacionais, e pela Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Alguns dos princípios aplicáveis aos investigadores contratados são os da liberdade de investigação, de pensamento, de expressão e de determinação dos métodos; respeito pelos princípios éticos fundamentais; responsabilidade profissional, divulgação dos resultados e proteção na relação com supervisores. As entidades empregadoras e financiadoras são alvo de uma série de disposições, como seja o reconhecimento da profissão de investigador, promoção da estabilidade e permanência no emprego, valorização da mobilidade dos investigadores, equilíbrio entre géneros, supervisão adequada, respeito pelos direitos de propriedade intelectual, respeito pela coautoria, sistemas de avaliação e de recrutamento justos, entre outros.

O Doc. 10 (2010), com regras e procedimentos a aplicar apenas aos projetos financiados por fundos comunitários, estabelece que deve haver uma estratégia de salvaguarda da investigação financiada pela EU contra a *misconduct* e o *misuse* através do uso de regimes de auditoria e de avaliação ética. Nesse sentido, opera-se uma redefinição do enquadramento e organização do comité já existente, o *Ethics Screening, Review and Audit*, que se ocupava, até aqui, da verificação dos cumprimentos éticos na investigação. Propõe-se, portanto, um mecanismo integrado que envolva agências financiadoras (onde se inclui a UE), peritos em ética e os investigadores candidatos.

Assim, a Comissão Europeia deve: (i) aumentar a *awareness* entre os candidatos a financiamentos; (ii) fortalecer a *expertise*, a *awareness* e promover um entendimento comum das questões éticas entre os *screeners*, os revisores e os editores; (iii) garantir a integridade científica através da averiguação de alegações de *misconduct*. E por aqui se

fica o documento. O texto seguinte, o Doc. 11 (2003) nada mais adianta quanto aos mecanismos de controlo.

Neste sentido, o que se regista por parte das iniciativas da Comissão Europeia, é uma integração das questões da *misconduct* nos procedimentos já em vigor para a análise das questões éticas na investigação, num esforço de utilização de recursos já existentes e, eventualmente, de subalternização da questão da integridade.

O que concluir depois da análise das várias propostas para o controlo da *misconduct*?

A ESF, com auxílio do ORI e da ALLEA, apresenta-se como a melhor candidata a dirigir um processo de codificação e de harmonização dos procedimentos a usar na averiguação de denúncias de *misconduct*. Reconhece-se a variedade e falta de unanimidade europeia quanto ao tópico, mas concentram-se esforços no sentido da harmonização. O culminar deste processo parece dar-se com a criação do *European Code of Conduct for Research Integrity* (em 2010), sem que se desista da criação de um enquadramento amplo mas único para a averiguação da *misconduct*, processo esse que continua (como até aqui na maioria dos países europeus e contrariamente ao que se passa nos EUA) na mão das IES, que devem aderir voluntariamente quer ao código, quer os *standards* procedimentais criados pela ESF. Neste sentido, a ESF comunica a necessidade de existirem corpos intermédios a nível nacional de auxílio ou apoio à averiguação das denúncias.

A OCDE, sem negar que o processo científico é auto-correctivo, preocupa-se especialmente com os projetos de colaboração internacional que põem em contacto não apenas diferentes IES mas também diferentes políticas nacionais, com potencial impacto económico e político em distintos países. Ao se lidar assim com diferentes nações e governos, a OCDE abandona a possibilidade de uma medida ou solução a aplicar a todos, pois, parece-nos, poderia contender com questões de soberania. Ainda assim, reconhece a semelhança entre o processo de averiguação da *misconduct* (que é, por seu turno, equiparado ao crime) com os princípios do processo penal, donde a necessidade de clarificar os processos essenciais para um procedimento célere e equitativo. Não esquece também a centralidade da prevenção da *misconduct*, através da formação, mas não hesita em determinar a exclusão dos atores considerados culpados da comunidade científica. Além do mais, parece sublinhar a vontade de incluir algum grau de regulação externa da atividade científica.

Finalmente, a CE procura reutilizar, para a averiguação da *misconduct*, o conjunto de procedimentos, de peritos e de organismos que tem já em funcionamento para as questões de ética. Chama a si a responsabilidade de realizar a revisão e auditoria das investigações candidatas a financiamento, eventualmente identificando situações de *misconduct*. Caso sejam descobertas, e na ausência de determinação expressa, presume-se que a sanção ou consequência seja a não atribuição do financiamento, ou a sua devolução pelo candidato. Mas nada mais é dito sobre este ponto.

E. Justificações para as medidas propostas

Descritos que ficaram os comportamentos considerados problemáticos pelas diferentes instituições e ao longo do tempo, as soluções propostas para prevenir e detetar tais comportamentos, e respetivos atores a ativar para garantir um melhor envolvimento das comunidades e da provável eficácia desses mecanismos de controlo, resta procurar perceber as razões ou justificações avançadas para a problematização dos comportamentos e para a emergência dos mecanismos de controlo social acima vistos.

Podemos pressupor que os textos aqui analisados avançam com a posição oficial de determinada instituição ou conjunto de atores num específico momento. Além do mais, por serem versões ‘terminadas’ porque publicadas e divulgadas, será ainda de presumir que o que é traduzido nesses textos seja já uma versão ‘polida’ das fundamentações e causas das iniciativas. No entanto, tal como nos preâmbulos legislativos, é usado espaço do texto e algum esforço na determinação das razões para as iniciativas ali potenciadas. Nesse sentido, interessa conhecer as justificações avançadas para a necessidade das medidas propostas, na medida em que as mesmas podem também servir de argumentação para sensibilizar o público-alvo a que se aplicam a decidir acerca da justeza das medidas.

Nos textos produzidos pela ESF (+ ORI + ALLEA), as justificações centrais parecem voltar em torno da manutenção da confiança na atividade científica, de um lado, e, do outro, nos processos de globalização atuais que trazem novos desafios à comunidade científica. Note-se, além do mais, que sendo o processo de adesão às regras e procedimentos desenhados pela ESF de adesão voluntária das IES e dos investigadores, não será de admirar que os textos ocupem amplas secções procurando convencer o

público-alvo da necessidade de adesão às medidas propostas. Sob pena de, sem a mencionada adesão, os mecanismos desenhados caírem por terra.

O Doc. 18 (2000) assinala bem esta vontade de manutenção da confiança, quer entre a sociedade e a ciência, quer entre os próprios cientistas. A isto se junta, de acordo com o texto analisado, a crescente visibilidade de casos de *misconduct*. Além do mais, as rápidas transformações do mundo atual têm exercido, diz o texto, uma nova pressão sobre o mecanismo tradicional de autorregulação da ciência. O que se verifica hoje em dia? (i) mais competição entre cientistas, (ii) escassez de recursos e financiamentos; (iii) maior ênfase na publicação como medida da *performance* científica; (iv) investigadores seniores com pouco tempo para se envolverem nas investigações que dirigem; (v) maior destaque no valor utilitário da ciência, com maior importância dos seus *outputs* e desafio aos que são considerados os valores tradicionais para a comunidade científica, tal como a liberdade de pensamento e de ação dos investigadores. Tal como as restantes atividades, também a ciência se tem globalizado, com o crescimento das colaborações internacionais e interorganizacionais. Além do mais, a instituição da ERA³⁵ pela Comissão Europeia, no ano de 2000, exige o alinhamento de critérios e regras éticas e de boas práticas científicas, o que facilita a mobilidade de investigadores e o financiamento de projetos pela Europa. Donde a necessidade de harmonizar, regulamentar e controlar comportamentos problemáticos, de redesenhar o sistema de autorregulação da atividade científica, fortalecendo-o e tornando-o mais visível (para o exterior, supomos).

Três anos depois, o Doc. 17 refere também a manutenção da confiança entre os investigadores e do público na atividade científica, de modo que se torna necessário criar mecanismos de controlo que revelem que as IES estão dispostas a lidar com *misconduct*. Também neste texto são apontadas algumas características do mundo atual que de algum modo impõem a mudança do sistema tal como existia até ao momento: (i) a competição e rivalidade na ciência; (ii) a maior importância dada à aplicação prática do conhecimento científico; (iii) as preocupações em torno do interesse público e eventuais consequências para a sociedade da *misconduct*.

O Doc. 6 (2007) sublinha a importância da investigação científica para a sociedade, bem como o esforço financeiro investido na ciência e o facto de os resultados científicos

³⁵ http://ec.europa.eu/research/era/index_en.htm.

acabarem por estar na base de decisões públicas e privadas. Ao celebrar o 50º aniversário da globalização da investigação (iniciada, segundo o documento, após o fim da Guerra Fria e potenciada pela globalização das economias nacionais), assinalam-se as seguintes alterações entre os anos 2000 e 2007: (i) mais casos de *misconduct* trazidos a público, (ii) crescimento da internacionalização da investigação; (iii) variação das práticas de investigação aceites; (iv) ausência de definições comuns sobre *misconduct* e sobre o que são as boas práticas científicas; (v) variações nacionais sobre políticas de *misconduct*; (vi) necessidade de manter a confiança do público; (vii) época de fortes pressões sobre governos, IES e grupos de investigação para obter resultados em curto espaço de tempo.

Ainda em 2007, o Doc. 3 volta a referir a globalização da investigação, o aumento das colaborações internacionais e a premente necessidade de harmonização de regras e procedimentos de promoção da integridade e evitamento da *misconduct*. A manutenção da confiança do público é essencial pois a sua fragilização pode ter efeitos, diz-nos o texto, na obtenção de financiamento, na confiança nas IES e nos profissionais da ciência. Impõe-se ainda o desenho de um modelo que continue a respeitar o *ethos* científico (Merton), modelo esse que deve estar criado e baseado nas IES para que possa ser seguido.

O documento insiste no quanto as modernas sociedades precisam da investigação científica, do desenvolvimento tecnológico e da inovação – é através destas que se criam aplicações, bens, infraestruturas, tratamentos médicos, procedimentos e políticas *evidence-based*, para além da importância que a ciência tem na formação das gerações seguinte de líderes e profissionais em todos os países. A credibilidade e a integridade do sistema científico são chave para a sua utilidade social.

Os últimos 50 anos acarretaram, segundo este texto, uma série de transformações sociais: (i) aumento dos orçamentos para IeD, (ii) globalização dos cientistas, estudantes e sistemas científicos nacionais; (iii) aumento das expectativas sociais face à ciência; (iv) mais riscos e incertezas na relação entre ciência e sociedade; (v) comercialização das academias; (vi) pressões políticas, militares e outras sobre a mesma; (viii) alta visibilidade pública de algumas áreas científicas. Donde a necessidade da procura de equilíbrio entre uma *value-based approach* (tradicional) e uma *compliance-based approach* (atual) à integridade científica, ou seja, entre um sistema de auto-regulação

tradicional e um sistema de hétero-regulação. Admitindo-se o excesso de pressão sobre os cientistas, será necessário reforçar os valores da confiança, credibilidade e integridade como elementos cruciais não apenas para a atividade científica mas, na verdade, para toda a sociedade.

O Doc. 2 (2010) reforça a ideia de consolidação da confiança entre ciência e sociedade, expressando agora claramente a confiança na ciência por parte dos decisores políticos. É referido o aumento da colaboração e das parcerias entre organizações e investigadores a nível europeu, bem como da colaboração transfronteiriça. Tal se ficará a dever a um conjunto de causas, entre as quais: (i) o aumento do financiamento internacional para a investigação científica; (ii) o desenvolvimento das novas tecnologias da informação; (iii) o facto de a ciência ser considerada cada vez mais como atividade colaborativa e internacional. No entanto, não é possível olvidar a diversidade de sistemas científicos, onde se incluem, por exemplo, os dos PVD, países em transição ou das economias emergentes. No entanto, afirma-se no documento, é possível algum consenso universal sobre integridade na investigação, tal como mostra o exemplo da 2a WCRI. O texto não deixa de fazer ligação entre a criação de conhecimento científico e a criação de riqueza e bem-estar social, pelo que conclui que a *misconduct* provoca danos para a ciência, para os indivíduos e a sociedade.

Os Docs. 4 (2010) e 5 (2013), resultantes das 2a e 3a WCRI, respetivamente, referem que os valores e benefícios obtidos da investigação científica dependem da integridade científica e que é possível uniformizar regras e procedimentos porquanto os princípios e responsabilidades profissionais fundamentais e globais são idênticos em qualquer local onde se pratique a investigação. Ainda que se constate o aumento das colaborações de investigação que cruzam não apenas fronteiras institucionais, mas também fronteiras disciplinares e sectoriais.

O Doc. 8 da OCDE (2003) refere expressamente que os decisores políticos e os governos necessitam de informação política e de recomendações em torno do planeamento e implementação de novos projetos de investigação multinacionais. Efetivamente, a internacionalização dos projetos de investigação acarreta benefícios e riscos: de um lado os estímulos e sinergias que beneficiam as investigações, a redução de custos financeiros para os parceiros individuais, a partilha de recursos, *inputs* culturais a nível científico e pessoal e a possibilidade de partilhar instalações e

informações; do outro, a perda de controlo dos estados e algumas restrições à soberania nacional, a perda das vantagens decorrentes de se 'jogar em casa', uma maior complexidade administrativa e potenciais dificuldades para os cientistas (e suas famílias) de se trabalhar no estrangeiro. Ou seja, por um lado, identifica-se uma diminuição dos custos financeiros através da partilha de recursos e instalações, bem como alguns benefícios para a investigação e para o investigador; mas, por outro lado, teme-se a alguma perda de soberania e de controlo da atividade, aumento dos riscos, incertezas e da burocracia.

O documento seguinte produzido pela OCDE, o Doc. 7 (2007), faz referência às consequências da *misconduct* na atividade científica e na confiança dos cidadãos na ciência, danos estes que decorrem para os indivíduos, para a sociedade, para a própria ciência e entre cientistas. Com consequente impacto na confiança do público na ciência. Na verdade, a *misconduct* é preocupação para os *governmental administrators*: são estes que fundam, avaliam e monitorizam a investigação, que agem em nome do público na obtenção de benefícios sociais e porque, além do mais, grande parte da investigação é realizada em instituições públicas.

Dado o carácter político da OCDE, não será de admirar a sua justificação apresentada da preocupação dos *responsible public officials*, que atribuem financiamentos à investigação, financiam a formação e a educação de investigadores, entre outras atividades. Além do mais, reconhece-se a centralidade do conhecimento científico em áreas cruciais para esses decisores políticos, como seja a competitividade económica, a saúde, a segurança, a proteção ambiental. Daí a necessidade de *science-based laws and regulations*, especialmente quando crescem os casos visíveis de *misconduct* e se regista um aumento da internacionalização da investigação.

O Doc. 15 (2009), aplicável à investigação internacional, refere, como seria de esperar, o facto de a investigação ser atividade cada vez mais multinacional, pelo que as diferenças entre políticas científicas nacionais criam desafios e novas questões a ser resolvidas.

Como até aqui, a posição da Comissão Europeia é de alguma forma diferente. O Doc. 14 (2005), diz-se no texto, é feito em cumprimento do art. 165º do Tratado da UE. A isto acresce o estabelecimento da já mencionada ERA (2000), que parece impulsionar, no fundo, a criação da economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva

do mundo (de acordo com Conselho Europeu de Lisboa, 2000). Assim, dá-se cumprimento à Resolução do Conselho Europeu sobre a profissão e carreira dos investigadores. Pretende-se, deste modo, garantir que as relações entre investigadores e entidades empregadoras ou financiadoras são propícias ao sucesso na produção, transferência, partilha e divulgação dos conhecimentos científicos, ao desenvolvimento tecnológico e à progressão dos investigadores na carreira, bem como o reconhecimento da importância da mobilidade e a criação de um enquadramento para ação responsável e profissional na ciência.

O Doc. 10 (2010) admite o crescimento ou maior visibilidade das discussões sobre *misconduct* nas revistas científicas mais relevantes, com um elevado interesse público pelos escândalos envolvendo investigadores reputados. A consequência parece estar à vista com a diminuição da integridade científica e da aceitação pública da ciência. Além do mais, também a Comissão deve avançar com respostas adequadas, já que uma diversidade de instituições criou entretanto mecanismos de controlo do fenómeno.

Três anos depois, o Doc. 11 da Comissão Europeia parece alterar o tom das justificações. Reafirma-se a relação com a ética na investigação e sublinha-se a vertente ética como parte integrante da investigação, do início ao fim do processo, a par da sua necessidade para obtenção de uma investigação de excelência. Os mecanismos aqui criados devem ser considerados no âmbito de um conjunto de ações mais estruturais: o 7º Programa-Quadro de apoio à investigação. Uma última palavra é dita a propósito das consequências da *misconduct* – esta atenta contra os valores científicos, afeta o progresso científico e causa dano.

Façamos a síntese do que foi avançado pelos textos analisados quanto às justificações avançadas para problematizar os comportamentos e defender a necessidade de mecanismos de regulação, deteção e sanção da *misconduct*.

Parece-nos que existem diferentes tons ou orientações justificativas entre os documentos, ainda que todos eles (ou quase todos) partilhem alguma preocupação em torno das questões da globalização e da potencial perda de confiança na atividade científica, por parte do público.

Os documentos da ESF acrescentam a estas razões algumas transformações sociais e económicas que podem ter repercussões na forma como a ciência se faz (ainda que não expressamente na *misconduct* e nos restantes comportamentos problemáticos),

especialmente o aumento de pressões e da competição entre cientistas. No entanto, não deixa de ser curioso que, por exemplo, dois documentos contenham justificações quase opostas: o Doc. 18 (2000) faz referência à escassez de recursos e financiamentos para a ciência, ao passo que o Doc. 3 (2007, pouco antes da crise económica e financeira mundial) refere um aumento dos orçamentos para IeD. Acima de tudo, os documentos deste grupo parecem querer frisar a necessidade de persuadir a sociedade da contínua necessidade que tem da ciência, alertando a comunidade científica para esta via de dois sentidos entre ciência e sociedade.

Os documentos da OCDE são criados especialmente para decisores políticos, logo, são instrumentos que referem as exigências destes face ao sistema científico. A preocupação em torno do dinheiro público dispendido na ciência corresponde à exigência de um sistema íntegro e transparente, cujos produtos possam ser usados como plataforma de decisões políticas, económicas e sociais.

Finalmente, a Comissão Europeia parece não autonomizar a questão da integridade científica (e o seu inverso, a *misconduct*), antes sublinhando a relevância da investigação ética, especialmente em investigação que ela própria financia, na tentativa de criação da mais desenvolvida economia do conhecimento.

Antes de passarmos à tarefa de interpretação dos textos analisados, em busca das categorias nucleares decorrentes da presente análise *grounded*, fazemos uma síntese (tabela 29) de alguns dos elementos mais relevantes vistos na presente secção.

Em termos dos comportamentos e das situações consideradas problemáticas, os documentos produzidos pela ESF parecem incluir, para além das FFP, um leque mais amplo, que designa como *Questionable Research Practices*, ainda que evoluindo ao longo dos quinze anos analisados, em comparação com os documentos da OCDE ou da Comissão Europeia. Esta, especialmente, cinge-se apenas à FFP apresentando-a como uma dimensão das infrações à ética na investigação.

Quanto ao que se sabe sobre as causas, dimensões, processos ou efeitos da *misconduct*, a maior parte dos textos é omissa, especialmente os textos produzidos pela Comissão Europeia. Das causas apresentadas, são de destacar aquelas adscritas a características pessoais do investigador, mas também o sistema de recompensa da carreira académica e a pressão para produzir.

Tabela 29: síntese do resultado da análise documental

Docs.	Comportamentos	Causas	Atores envolvidos	Soluções propostas	Justificações avançadas
ESF (docs. 18,17, 3, 6, 4, 2 e 5)	FFP (incluindo <i>trimming</i>), outras infrações aos direitos de autor, QRP, comportamentos de revisores, <i>misconduct</i> das IES	Pressão, sistema de recompensas, motivos pessoais, competição, internet	Países (EUA, RU, França, Alemanha, etc.) Organizações (CNRS, ICSU, UNESCO, NATO, OCDE) Editores científicos, entidades financiadoras, IES, investigadores, academias, sociedades científicas: rede ampla e dispersa com legitimidade científica	Harmonização Códigos e procedimentos de averiguação. Autorregulação formal, <i>Awareness</i> raising, formação, troca de informação, Organismos nacionais para apoio às IES na averiguação dos casos de <i>misconduct</i>	Confiança do público, mais casos de <i>misconduct</i> , transformações sociais, competição, falta de tempo, aplicação prática, utilitária ou comercial da ciência, globalização, aumento das colaborações internacionais, diversidade europeia, instituição da ERA
OCDE (docs. 8, 7 e 15)	FFP (incluindo <i>trimming</i>), outras infrações aos direitos de autor, outros	Características do investigador e da carreira; típicos da atividade científica	Decisores políticos, estados-membros da OCDE, entidades financiadoras, IES, investigadores: rede ampla e sólida, com legitimidade política	Equilíbrio entre prevenção e repressão, aplicação às investigações internacionais, estrutura governamental nacional, proximidade ao Direito Penal e Civil	Ciência informa decisores políticos (economia, saúde, segurança, ambiente), aumento da colaboração internacional, financiamento público
CE (Docs. 14, 10 e 11)	FFP, outras infrações aos direitos de autor, infrações éticas, <i>misuse</i>	Omisso	Conselho Europeu, candidatos aos fundos: rede restrita e sólida com legitimidade económica e financeira	<i>Ethics Screening Review and Audit</i> Controlo no processo de financiamento	A instituição da ERA, maior visibilidade da <i>misconduct</i> , relação com a ética, perseguição de investigação de excelência.

No tocante aos atores envolvidos, a ESF é aquela que, através dos documentos, procura ativar mais contactos e responsabilizar um maior número de atores, o que é visível inclusivamente pela sua colaboração com o ORI e ALLEA – no entanto, esta rede dispersa peca pela sua fragilidade, em virtude da ausência de mecanismos de vinculação que não sejam a adesão voluntária dos envolvidos. Os documentos da OCDE dirigem-se concretamente aos decisores políticos mas procuram envolver outros atores da

comunidade científica, como sejam as IES. A Comissão Europeia remete especialmente para os candidatos a financiamento.

As soluções apontadas para reagir (preventiva ou punitivamente) à *misconduct* vão sendo alvo de evolução marcada durante o período sob análise. A ESF insta à criação de um sistema de autorregulação mais formalizado, visível e harmonizado no panorama europeu, tendo inclusive desenhado um Código de aplicação pan-europeia e de âmbito geral, ou seja, a todas as disciplinas. Os textos da OCDE desenharam um sistema de controlo de aplicação restrita às colaborações científicas internacionais de grande envergadura, especialmente as que envolvem a circulação de capitais entre países. A solução preferida é a do acordo entre instâncias caso a caso, eventualmente através de protocolos, seguindo-se, no entanto, um conjunto de princípios que, acima de tudo, procuram que as definições e regras sejam acordadas entre as partes envolvidas antes do início da colaboração. Finalmente, a Comissão Científica reaproveita o sistema que tem já em vigor para *screening* das questões éticas na investigação, aplicando-se apenas às investigações que se candidatam e recebam financiamentos.

Finalmente, em termos das justificações avançadas, os textos produzidos pela ESF frisam a necessidade da manutenção da confiança do público nos esforços e produtos científicos, bem como algumas alterações sociais recentes, como sejam a globalização especialmente europeia em virtude da instituição da ERA, a celeridade e utilidade da ciência nas sociedades atuais. A OCDE sublinha a necessidade de os decisores políticos terem acesso a uma ciência confiável para poderem tomar decisões *evidence based* que afectam o restante da sociedade, bem como a crescente colaboração científica internacional. A Comissão Europeia sublinha a necessidade de realização de uma ciência de excelência e, por isso, íntegra e ética, no espaço da ERA.

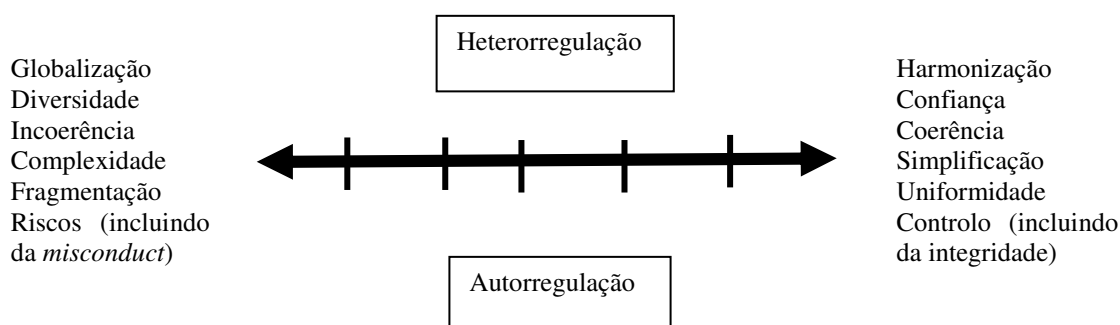
F. As categorias centrais: autorregulação versus heterorregulação; globalização versus harmonização

Seguindo o procedimento de análise da *Grounded Theory*, de que já demos conta em cima, necessário se torna desenvolver as chamadas categorias nucleares que decorrem do processo realizado até ao momento. Da leitura dos textos expostos, parece-nos ser claro distinguir para lá da incoerência (de definições, de soluções propostas, de

justificações avançadas) entre documentos, entre instituições e ao longo dos anos, que o modelo de controlo que se procura criar, ainda que se pretenda integrado ao menos entre ESF (+ ALLEA + ORI) e OCDE, desliza entre pólos opostos e aparentemente inconciliáveis. Por um lado, a globalização com a diversidade daí decorrente e, por outro, uma vontade de harmonização e uniformização.

As soluções propostas neste *continuum* vão balançar entre a autorregulação e a heterorregulação, consoante os interesses a proteger e as relações de força em jogo. Estes pólos (globalização *versus* harmonização) são, afinal, os elementos centrais de outras oposições manifestadas pelos documentos e consideradas essenciais na procura das soluções de regulação do fenómeno da *misconduct* (Figura 10). É ao longo do *continuum* entre estes vários opostos que as soluções propostas, debatidas, ensaiadas e negociadas pelos textos devem ser compreendidas.

Figura 10: Heterorregulação vs. Autorregulação



Globalização versus harmonização

Vimos na secção anterior que as diferentes instituições procuram criar sistemas de regulação dos comportamentos considerados problemáticos (ainda que tenham destes definições e visões diferentes). Estamos, portanto, face ao processo de emergência de um sistema de regulação que vai sendo ensaiado ao longo dos últimos quinze anos e que, eventualmente, não se encontra ainda terminado, um sistema de infra-penalidade (Foucault, 1987) que se distingue de outras formas de controlo do desvio. No entanto,

até ao momento cremos ser possível concluir que as diferentes instituições (ESF, OCDE, Comissão Europeia) partilham ao menos uma vontade semelhante: regular e controlar o fenómeno da *misconduct* através de instrumentos que devem ultrapassar fronteiras geográficas, institucionais, disciplinares, legais e tradicionais.

Significa isto que, ainda que cada texto analisado proponha ou ensaie modelos diferentes de regulação, a vontade é comum. Estes modelos devem ser capazes de: (i) fornecer uma solução de regulação estabelecida que os utilizados (investigadores, IES, outros) possam usar para prevenir e regular (potenciais) conflitos, riscos e consequências decorrentes da *misconduct* e (ii) a sua aplicação, o seu uso deve ser feito ultrapassando-se uma série de fronteiras:

- disciplinares (os mecanismos são de âmbito geral, aplicando-se a todas as disciplinas);
- geográficas (os mecanismos têm carácter transfronteiriço);
- institucionais (os mecanismos desenhados podem ou devem ser usados por qualquer IES);
- legais (os mecanismos procuram respeitar as diferentes leis nacionais mas sem com elas se confundirem);
- e tradicionais (os mecanismos devem ser usados independentemente das tradições científicas de cada local)

Falamos, portanto, de *um modelo transgressivo* no sentido em que pretende romper com limites, barreiras ou fronteiras à investigação – esta deve agora ser baseada na integridade, honestidade e ética dos investigadores, das IES e eventualmente de outros atores. A ESF anuncia em vários dos seus documentos, especialmente na criação do seu Código, o ensejo de criar um sistema de regulação harmonizado e pan-europeu, que possa mesmo servir de modelo para outros países não europeus. A OCDE regula especificamente as atividades colaborativas internacionais de investigação, especialmente entre os seus membros ou entre estes e outros não-membros que com eles desenhem projetos de investigação transnacionais. A Comissão Europeia cria um sistema que seja aplicável às investigações financiadas e elaboradas pelas IES dos vários estados-membros que fazem parte da UE e outros que com ela têm convénios. Particularidades de área disciplinar, tradição científica, das concretas IES ou legislativas

são uniformizadas e ultrapassadas através destes diferentes mecanismos que se pretendem abrangentes.

Efetivamente, a uniformização e harmonização de princípios, regras e procedimentos pretendidas pelos textos são a solução oferecida para ultrapassar as dificuldades percebidas decorrentes de um movimento de **globalização** ou internacionalização da ciência, que os textos analisados não se cansam de frisar. Os casos de *misconduct* são noticiados por todo o mundo³⁶; a mobilidade dos investigadores é crescente, quer durante os seus programas de doutoramento ou pós-doutoramento, quer posteriormente no decurso da sua carreira, de tal modo que o *know-how* científico viaja, bem como os recursos e instrumentos usados e também assim os dados e resultados obtidos; as publicações científicas, onde o inglês serve de língua franca, devem ser realizadas em periódicos científicos de cariz não meramente nacionais e estar disponíveis cada vez mais *online*, com um atual forte movimento a favor do chamado *open access*³⁷; os produtos e processos científicos, a inovação que decorre dos esforços científicos, podem ser criados em cooperação entre investigadores de diferentes nacionalidades ou protocolos entre várias IES, e o seu uso (tecnologias, políticas, medicamentos) pode ocorrer em diferentes locais do mundo com impacto também eventualmente em sítios muito diferente daquele onde foram originados (soluções ambientais, resposta a epidemias, por exemplo). E, obviamente, as novas tecnologias da informação e da comunicação são centrais neste processo de globalização da ciência, tal como sucedeu noutras áreas (finanças, economia, comércio, etc.).

O que parece ser cada vez mais marcante é a circulação também de financiamentos ou de capital através diferentes equipas, IES ou países (Drenth, 2015). Tome-se como exemplo iniciativas como o CERN, o acelerador de partículas fundado em 1954 entre as fronteiras francesa e suíça e que, atualmente, conta com a presença de 21 estados-membro que têm obrigação de contribuir com capital para os custos do projeto³⁸.

³⁶ Por exemplo, o caso Stapel teve origem na Holanda mas repercussões em toda a Europa.

³⁷ Para a política de *open access* da Comissão Europeia veja-se: <http://ec.europa.eu/research/swafs/index.cfm?pg=policylib=science>. Para o debate internacional acerca das versões 'dourada' e 'verde' do *open access* veja-se <http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/21.html>. A propósito da ideia de abertura, veja-se também a iniciativa europeia a favor da *open science*: https://ec.europa.eu/commission/2014-2019/oettinger/blog/open-science-knowledge-and-data-driven-economy_en.

³⁸ Consulte-se: <http://home.web.cern.ch/about>.

Simultaneamente, se a atividade científica se expande entre-fronteiras, também a *misconduct* (enquanto falta ou desvio profissional) se pode expandir para além das IES e dos países: quer porque o (potencial) infrator circula, porque as (potenciais) vítimas podem ser de diferentes nacionalidades, porque os (potenciais) danos podem afectar vários pontos do mundo ou a (potencial) perda de investimento decorrente do mau uso de dinheiros públicos ser sentida por várias instituições e nações.

Há, portanto, a consciência de uma abertura não apenas da ciência em si – atividade que, ensina a História, sempre contou com intercâmbios a diferentes níveis – mas a consciência da **abertura de um mercado científico** internacional. Circulam cada vez mais gentes, recursos, produtos e capitais de algum modo relacionados com as várias fases da atividade científica. Face a isto, também cresce e se estende o potencial de conflitos, de riscos, a complexidade, a incerteza (o lado direito da Figura 10).

Como garantir então a maior utilidade da eliminação de fronteiras ao menor risco possível, especialmente o risco de investigação fraudulenta ou fundada em práticas consideradas questionáveis, com as consequências potencialmente danosas que daí advêm? Como garantir um mercado de produtos científicos e tranquilizar as ansiedades do público, dos decisores políticos, das empresas – no fundo, dos consumidores de ciência – face aos riscos e incertezas dos produtos e resultados científicos provenientes agora de qualquer parte do mundo?

Parece ser esta uma das principais questões a ser respondida pelos textos analisados e pelos instrumentos de controlo desenhados (eventualmente com menos vigor pela Comissão Europeia, como veremos mais à frente e de algum modo foi já assinalado nas secções precedentes).

Os cientistas, as IES, mas especialmente as entidades financiadoras, os decisores políticos, os editores científicos, o público-consumidor, precisam de perceber a existência de **cânones**, de *standards*, de regras relativamente uniformes que de algum modo atestem que a investigação foi conduzida de modo a produzir o menor risco ou a menor incerteza possível – o que nem sempre se confunde com um aumento da qualidade. A ciência e seus produtos têm que ser confiáveis para além do conhecimento pessoal que se possa ter do investigador, da equipa ou da IES que a realizou, para além mesmo da diversidade linguística, de recursos, legislativa ou de tradições dos países onde é realizada.

O mero processo de *peer review*, tradicionalmente considerado como mecanismo de autocorreção já não é suficiente: o mundo cresceu, o próprio funcionamento do sistema de revisão pelos pares foi sendo posto em causa por suspeita de comportamentos inapropriados, não dá provas de estar preparado para cumprir a função de uniformização (visto que pode apresentar variações segundo a disciplina, a revista, o país, etc.) e não tem força para, isoladamente, criar uma cultura ampla de integridade. Os textos clamam pela necessidade de mecanismos mais formais e isentos. A figura do *whistleblower* substitui a figura do *reviewer* – é aquele que deve ser protegido e estimulado a denunciar. E o *whistleblower* pode, na verdade, ser qualquer pessoa: revisores em candidaturas a financiamentos, editores e revisores de revistas científicas, colegas, subordinados ou alunos de doutoramento, e mesmo atores externos como sejam jornalistas, clientes, leitores (Drenth, 2015).

A integridade é, deste modo, o salvo-conduto, o símbolo que transmite a confiança entre os variados atores e utilizadores da ciência, ao menos segundo os textos analisados. A integridade é a moeda única, a “*common currency*” (Doc. 18, p. 5) e a *misconduct* o seu reverso. Tal como nos exemplos fornecidos pelos textos analisados, os comportamentos problemáticos podem acontecer em qualquer país ou IES, independentemente do maior ou menor grau de desenvolvimento nacional, da excelência da IES ou das editoras científicas onde os trabalhos são publicados³⁹. Estas medidas não serão aplicadas apenas a PVD ou economias emergentes, mas devem começar por ser implementadas pela própria Europa (depois do exemplo dos EUA, donde a participação do ORI no auxílio à ESF) que pretende ser a maior economia baseada no conhecimento do mundo. E, para tal, necessita-se da adesão e da confiança dos restantes consumidores de ciência e de conhecimento.

Claramente, os textos analisados sublinham como preocupante o aumento do número de casos de *misconduct*. Já vimos, durante a revisão de literatura, que não existem dados fidedignos sobre o aumento da frequência ou prevalência do fenómeno, nem tampouco de uma maior disseminação dos casos pelos *media*, sejam eles generalistas ou especializados. Neste ponto do tratamento dado pelos *media* aos casos de *misconduct*, Franzen, Rödder e Weingart (2007) referem a tendência dos *media* agirem como em qualquer notícia, tornando o caso num escândalo ao individualizarem a situação sem

³⁹ Cfr. o caso Schön (Anexo 1), que trabalhava nos reputados Bell Labs e chegou a publicar nas revistas *Nature* e *Science*.

tomar em consideração a cultura organizacional mais ampla, ao mesmo tempo que se debruçam sobre casos com impactos sociais profundos, como seja na área da biomedicina, face a casos provenientes de outras áreas científicas.

Neste momento não podemos, portanto, com certeza afirmar se os documentos se referem a um aumento do número de casos ocorridos ou reportados, ou meramente noticiados e percebidos. Mas o que os textos demonstram é um crescimento da preocupação da comunidade científica, ou ao menos da preocupação da comunidade científica representada pelas instituições que produziram os textos, sobre tal. Alegam ainda, alguns dos textos analisados, que a maior visibilidade da *misconduct* afecta diretamente a confiança do público na ciência. No entanto, perante a ausência de dados nesse sentido, parece-nos ser esta uma forma de argumentação que deve ser interpretada com mais atenção: na ausência de dados sobre um aumento da preocupação social em torno do fenómeno, devemos tratar esta argumentação como uma percepção dos atores que participaram na elaboração dos textos analisados. Quem são eles? Peritos, cientistas, decisores políticos, membros de entidades financiadoras. Neste sentido, propomos que o argumento da maior visibilidade da *misconduct* seja tomado *cum grano salis*, ou seja, como indício da maior preocupação em torno do fenómeno para aqueles que participam mais diretamente na produção científica.

Especialmente importante é a preocupação que perpassa entre cientistas e IES, por um lado, e decisores políticos e entidades financiadoras, por outro. É nesta relação, parece-nos, que o aumento da percepção da *misconduct* serve de argumento para a erosão da **confiança** – os textos que analisámos são diálogos contínuos entre estes atores, só muito longínqua e indiretamente envolvendo o público em geral. Ainda que em vários pontos dos documentos analisados se use, como vimos, esta figura abstrata para justificar intervenções. Na ausência de confiança aumenta a incerteza e o risco. Se os riscos (de maus produtos, de processos perigosos, de soluções políticas *evidence based* nocivas) forem demasiado elevados, não há razão para financiar a atividade científica, especialmente no caso de dinheiros públicos cujo mau uso pode ter consequências também políticas⁴⁰.

Significa isto que os documentos procuram reafirmar a confiança pública na ciência, seus processos, produtos e atores, não olhando diretamente para o público em geral, mas

⁴⁰ Veja-se, como referência paralela, o trabalho de Lascoumes (1999a).

colocando como intermediárias as preocupações dos decisores políticos e das entidades financiadoras que lançam as bases para as políticas científicas (cada vez mais interligadas) dos e entre países e distribuem recursos financeiros para a atividade científica. Estes recursos são escassos e limitados, como seria de esperar e como constatámos na análise da dimensão micro, pelo que se exige que o seu uso seja racional e cuidado.

No entanto não se pense que as expressões **público** ou **sociedade** usadas em várias passagens dos textos analisados não remetem indiretamente para uma nova relação da ciência com os diferentes utilizadores dos produtos científicos e do conhecimento produzido pela ciência. Estes utilizadores ou consumidores são também os cidadãos, os empresários, os comerciantes, os jornalistas, os técnicos e profissionais nas instituições mais variadas. É em nome destes, é por via destes usos e consumos, que os decisores políticos e entidades financiadoras avançam para o primeiro plano na regulação da *misconduct*. Este público que é cada vez mais escolarizado (ao menos na Europa) por via da massificação do acesso ao ensino superior, do desenvolvimento dos *mass media* onde as grandes descobertas científicas são publicitadas amplamente e algumas figuras da ciência e da tecnologia ganham foros de super-estrela. Mas ao mesmo tempo, este mesmo público pode também ser mais sensível aos escândalos de *misconduct* e maus usos da ciência, às consequências negativas das descobertas científicas.

O mercado científico só se abre com um aumento do número daqueles que são os consumidores dos seus produtos e inovações tecnológicas – e estes consumidores devem ser tranquilizados quanto à utilidade e segurança do seu consumo. Algo paralelo pode ser encontrado na atividade das instituições bancárias e do G8 na altura em que se pretendeu criminalizar o branqueamento de capitais não pela gravidade do fenómeno em si ou sua ligação com outros crimes sérios (tráfico de drogas ou armas), mas como forma de reafirmar a confiança do público e dos estados nas instituições financeiras (Amicelle, 2013). Efetivamente, como decorre do Doc. 7 (2007), entre outros, a investigação científica deve ser considerada pelos governos como um recurso disponível, fiável, com impacto nas suas decisões e políticas, deve poder ser contratável através de dinheiros públicos, utilizável, célere e sem custos e riscos acrescidos.

A abertura do mercado científico não parece ser senão a concretização de um movimento geral de abertura de outros tipos de mercados e/ou formas de cooperação

transnacionais. É o Doc. 6 da ESF, de 2007, que o diz ao celebrar o 50º aniversário da globalização da investigação potenciada, alega, pela globalização das economias nacionais. Significa que, atualmente, para além da circulação de pessoas, bens e capitais, deve circular também a ciência, o conhecimento, os seus produtos, processos e atores. A instituição da ERA no espaço europeu, também mencionada em vários passos dos textos analisados, é isso mesmo, funcionando sob o *slogan An Open Space for Knowledge and Growth* ⁴¹.

A abertura deste mercado do conhecimento e da ciência, projeto que poderá ser a concretização de uma verdadeira União Europeia mas que não termina aqui, como mostram os documentos produzidos pela OCDE, tem benefícios: a variedade de financiamentos disponíveis, de utilizadores e consumidores, maior mobilidade de cientistas, circulação de produtos e de recursos, maior visibilidade da atividade científica, aumento da colaboração, partilha e divulgação de resultados científicos e a possibilidade de investigações de grande escala, ou ainda o aumento potencial do valor económico e financeiro da ciência. Mas acarreta também algumas **dificuldades a transpor**: mais e variadas interferências e pressões sobre a ciência, seu funcionamento e *outputs*, aumento dos potenciais conflitos dado o aumento de atores envolvidos, menor proteção dos sistemas científicos nacionais ou, como diz o Doc. 8, a perda das vantagens de se ‘jogar em casa’, maior complexidade e burocracia decorrente do contacto com diferentes ordenamentos jurídicos, tradições científicas, práticas e culturas organizacionais, maior visibilidade da *misconduct* e dos seus efeitos. Ou seja, como já mencionado anteriormente, um acréscimo dos conflitos, incertezas, desconfianças e dos riscos (Beck, 1992; Innes, 2003).

Tal só pode ser controlado através de um sistema de regulação, de um mecanismo que garanta algum tipo de uniformização ou harmonização das práticas, expectativas, definições e perceções dos atores envolvidos. No fundo, afastar os princípios da integridade na investigação “*risks undermining the entire chain linking the creation of new knowledge in science to the creation of wealth and welfare in society*” (Doc. 2, p. 16).

Como alega Innes (2003), a noção de risco remete para o cálculo de acções futuras, de modo que a gestão ou análise do risco é uma tentativa de controlar aquele futuro, os

⁴¹ http://ec.europa.eu/research/era/index_en.htm.

perigos potenciais que se encontram adiante no tempo. Simultaneamente, o risco remete para a incerteza, para algo que pode ou não vir a acontecer pelo que se torna necessário controlar quer eventuais desvios, quer as ações não desviantes. Finalmente, o autor indica como última grande característica o facto de o risco remeter para a ideia de controlo de danos, ou seja, da possibilidade de se realizarem escolhas, opções, que aumentam ou diminuem a possibilidade de o risco vir a suceder (Innes, 2003). Donde, parece-nos, a busca pelo desenho de um mecanismo de controlo, orientado para o futuro, que controle danos e incertezas decorrentes da atividade científica eventualmente fraudulenta. Mecanismo esse que é totalmente original face ao modelo tradicional existente até aqui.

Autorregulação e heterorregulação

É aqui que se insere o debate entre a **autorregulação** e a **heterorregulação**. Aquela defende uma regulação através dos atores mais diretamente envolvidos na prática científica, sem interferência de outras instâncias, podendo correr-se o risco de a comunidade científica “abafar” os casos de *misconduct*, em vez de os gerir. Esta exige a regulação externa do sistema científico por entidades outras que não a comunidade científica, com poder de vigilância e vinculação, podendo vir a colocar em causa valores académicos de liberdade, autonomia e independência científica considerados centrais (Doc. 2, p. 16).

O doc. 3 da ESF (2007) diz-nos isso mesmo quando coloca face a face as diferenças entre a *value-based approach* e a *compliance-based approach*. A primeira institui-se através da relação privilegiada entre estudantes e investigadores que devem interiorizar os princípios de integridade por via da sua formação; a integridade é considerada como valor-chave no desenho das regras e procedimentos da autorregulação; o sistema é desenhado em torno da objetividade, honestidade e imparcialidade da investigação; os investigadores e académicos séniores têm a obrigação de dar o exemplo e transmitir altos *standards* de integridade aos mais jovens. Domina, neste modelo virado para o interior da comunidade científica, a relevância das relações interpessoais, em que a integridade é fim em si mesmo, veiculada através de um sistema informal de controlo, centrado no processo de *peer review*.

Já a abordagem *compliance-based* é, segundo aquele documento, orientada para o cumprimento de regras; onde se busca a aplicação de definições e procedimentos uniformes para averiguar denúncias de *misconduct*; usualmente imposto por governos, instituições de financiamento ou universidades; com o objetivo de proteger a sociedade e garantir que os dinheiros públicos são usados adequadamente. Aqui, o sistema está virado para o exterior da comunidade científica, abre-se a exigências de atores externos, a integridade surge como um meio para atingir os fins sociais e económicos protegidos e defende-se uma dose de formalismo materializado em regras, *standards* e procedimentos uniformizados, escritos e reconhecíveis por todos.

Os diferentes textos analisados vão procurar encontrar o ponto de ancoragem para um destes modelos naquele *continuum* descrito acima, entre a globalização e diversidade constatada, a harmonização e confiança pretendida. O que claramente perpassa da análise dos textos, mesmo antes do desenho da solução de controlo considerada desejável, é que a atividade científica não pode continuar a permitir determinadas características que lhe eram tradicionais, no sistema existente até aqui de autorregulação e autocorreção. A variedade disciplinar, organizacional e nacional tem que ser limitada. Não se pode, dizem os produtores dos documentos analisados, permitir que se mantenha a ausência de definições e regras comuns sobre o que é comportamento íntegro, *misconduct*, o plágio, o CoI, os procedimentos para resolução de conflitos ou de denúncias, a ausência de acordos sobre boas práticas na investigação, no uso, partilha e armazenamento dos dados – na problematização da *misconduct*, no fundo. Se estas eram características com que a atividade científica vivia bem, elas deixam de ser permitidas na passagem para o séc. XX. Note-se, no entanto, que a posição da OCDE parece ser mais céptica do que a posição da ESF: aquela entende não ser exequível uma harmonização internacional; esta desenha uma codificação europeia que, aspira, venha a influenciar o resto do mundo.

Quais são então as soluções de regulação encontradas? No nosso entender, e decorrente da análise efectuada, as entidades envolvidas no processo de regulação e controlo admitem a necessidade de novas soluções considerando as supostas falhas no sistema tradicional de autocorreção do sistema científico, que havia vigorado até aqui. Mas enquanto a ESF (+ ALLEA + ORI) defendem um sistema de **autorregulação musculado**, a OCDE vai procurar implementar um sistema de **heteroregulação politicamente negociado**. Por seu turno, a Comissão Europeia impõe sem grandes

dificuldades um modelo de vigilância dos projetos que recebem os seus fundos, numa espécie de **meta-controlo** (Innes, 2003, p. 137). Vejamos rapidamente cada um deles.

Atualmente, é preciso dar uma indicação ao público (ou seja, aos decisores políticos, entidades de financiamento, consumidores da ciência) que as IES e os investigadores “*are willing and able to deal with cases of the infringement of scientific integrity*” (Doc. 17 da ESF, s/p, secção 7). A harmonização e codificação de princípios de integridade e dos comportamentos considerados *misconduct* é, de acordo com o Doc. 2 da ESF, a pedra de toque de um sistema que é ainda de autorregulação mas mais formalizado e mais visível para o seu exterior. Os códigos e procedimentos de averiguação da *misconduct* são, parece-nos, a resposta proposta pela ESF para o aumento de riscos e de incerteza decorrentes dos comportamentos e situações problematizadas e do aumento da abertura do mercado de conhecimento – a aposta na integridade é a base da criação de um conhecimento de confiança reconhecível e utilizável em qualquer parte do mundo. Donde a elaboração de um modelo pan-europeu fortalecido, envolvendo vários atores, composto por regras e procedimentos explícitos e publicitados que todos possam conhecer e aos quais possam aderir (Doc. 18).

Pretende-se, deste modo, evitar que as IES ocultem casos de *misconduct* com medo de perder a reputação institucional, ou levem a cabo procedimentos de averiguação discriminatórios ou persecutórios. O sistema de autorregulação deve não ser substituído mas redesenhado consensualmente para se tornar mais apto aos tempos atuais (Doc. 3), com *benchmarks* internacionalmente válidos que garantam a qualidade da investigação, a possibilidade da sua replicação e a continuação das investigações (Doc. 6). Pelo contrário, a opção pela heteroregulação poderia conduzir a um aumento da burocracia e a uma interferência considerada indevida na atividade científica. O que significa que “*By fostering the responsible conduct of research, not only can we work to minimise cases of misconduct, but we can also provide the assurance that society requires that researchers and research institutions take integrity seriously and that the research system itself is robust in dealing with misconduct*” (Doc. 6, p. 1).

O *European Code of Conduct* (Doc. 2) cumpre estes requisitos, segundo a ESF. Pode ser usado para qualquer aspeto da investigação, como complemento às questões éticas, no respeito pelas várias leis nacionais e regras europeias, aplicável a todas as disciplinas e consensual pois representa “*a European wide agreement on a set of principles and*

priorities for the research community”. Simultaneamente, o Código pode ser complementado com outras orientações ou regras preexistentes e estimula, nas IES que nada têm, a criação de códigos e regras. Como também já demos conta, a ESF centraliza de tal modo a relevância deste instrumento que não deixa de o considerar um motor de mudança que se estenda da Europa a outras partes do mundo, um modelo a ser aceite pelo restante da comunidade científica internacional enquanto “*a step towards a globally accepted code to be conceived by world science organisations*” (Doc. 2, p. 3).

Deste modo, o modelo de autorregulação deve ser preferido ao de heteroregulação porquanto não podem existir interferências externas à comunidade científica no que tange à formulação de princípios de investigação, à definição de critérios sobre o que são os comportamentos adequados ou impróprios e à reação perante ameaças à integridade. É a comunidade científica que “*sets its own house in order*” nestes casos.

Mas este posicionamento coloca dificuldades pois a comunidade científica tem que aderir voluntariamente às regras e procedimentos assim redesenhados. A ESF não tem a força ou a capacidade de obrigar à vinculação dos restantes atores do atual sistema, pois o código “*is not a body of law but rather a canon of self-regulation*” (Doc. 2, p. 13). E um dos atores-chave são as IES: estas têm, segundo os documentos, a responsabilidade de criar uma cultura de integridade que inclua políticas e procedimentos claros, formação e *mentoring* dos investigadores, procedimentos para gerir os casos de denúncia de forma robusta e mecanismos de deteção precoce da transgressão. Donde a sua própria *misconduct* se falharem na criação de um ambiente organizacional promotor da integridade – disposição que, como vimos na secção correspondente, não tem par nas propostas da OCDE ou da Comissão Europeia. O primeiro passo será a adoção (voluntária) do código, considerado estrutura basilar de um novo sistema de *governance* com vista à integridade científica.

Da parte dos textos emanados da OCDE, a proposta parece ir no sentido da heteroregulação, especialmente em função de se tratar aqui de um fórum onde decisores políticos na área científica partilham as suas preocupações acerca das potenciais consequências negativas decorrentes da abertura do mercado científico. Estes atores querem ter algo a dizer em função do dinheiro público que investem na ciência e dos riscos que correm na sua utilização. Como agir?

“Since the internationalisation of research is on the rise, it makes sense for competent national administrations to increase their level of cooperation, in order to understand one another’s requirements and constrains. Harmonisation and convergence on definitions and procedures is also desirable” (Doc. 7, p. 11). Significa isto que falha aqui a vontade de harmonização tal como é definida pela ESF. Os membros da OCDE preferem agir através da cooperação entre as administrações nacionais e não por via da dissuasão da comunidade científica na necessidade de encontrar *standards*, ainda que considerem aconselhável algum tipo de convergência, já que uma uniformização total seria inexecutável.

A OCDE, através dos seus textos, demonstra estar consciente da dificuldade de imposição de um sistema de controlo único de âmbito global – sempre teria que depender da adesão voluntária de governos, instituições de financiamento, IES, etc. No entanto, este fórum da OCDE é o local por excelência para que os responsáveis políticos pela ciência venham partilhar preocupações, recursos mas também tentativas de cooperação caso a caso. Mais: a OCDE declara abertamente que os governos devem poder fazer exigências tocantes à integridade, ao controlo do desperdício de recursos, à utilidade dos resultados para as políticas públicas, celeridade, ou outras. Deste modo, estamos perante um modelo de heteroregulação centrado nas mãos dos decisores políticos que indiretamente podem vir fazer propostas às IES ou aos investigadores acerca do que pretendem.

A OCDE vai lançar o Doc. 15 para regulação apenas das investigações colaborativas internacionais – esta vai ser a sua, e dos governos, área de intervenção. Face à diversidade de políticas nacionais sobre ciência, às diferenças culturais institucionais e outras, a resposta será a procura de soluções caso a caso, onde os governos devem poder ter alguma margem de negociação e de decisão por via da assinatura dos protocolos de investigação, especialmente quando estão em causa projetos envolvendo altos níveis de complexidade e de recursos, incluindo financiamento: *“experience shows that all collaborations are uniquely diferente”* (Doc. 8).

Como se devem comportar os cientistas e as IES face a este tipo de intervenção no processo de investigação, ainda que seja apenas nas situações de colaboração internacional? *“Scientists must be aware that government officials themselves might have political and administrative view on whether a projected programme should be*

international or not, and it will be necessary for the proponents to ensure that the proposed programme is consistent with government policy” (Doc. 8, p. 4). Ou seja, abertamente se exige que a comunidade científica aceite a agenda política acerca do que deve ou não ser financiado a nível internacional, especificamente em função das políticas públicas científicas defendidas por cada governo a cada altura. Deste modo se procura garantir que a investigação internacional de grande escala se faz sob algum tipo de autorização ou reconhecimento político.

Significa isto, portanto, que para a OCDE as soluções de regulação encontradas devem ser realizadas “à medida” de cada projeto científico e ensejo político, o que é inconsistente com a ideia de harmonização e uniformização defendida pela ESF. Poder-se-ia questionar porque razão não pode a exigência de integridade científica desenhada pela própria comunidade científica, seus princípios e regulação da *misconduct* ser, ainda assim, alvo de acordo entre os governos? A OCDE parece avançar com algumas pistas de interpretação. Por um lado, em virtude da aparente desconfiança sobre a capacidade dos cientistas criarem, por si sós, um sistema de regulação novo: “*how can the validity of the proceedings be ensured, given that the investigators may be prominent scientists, but legal amateurs*” (Doc. 8, p. 10). Para a OCDE, o processo de regulação e averiguação da *misconduct* aproxima-se dos sistemas jurídicos tipicamente estatais, nomeadamente o penal, onde é necessário averiguar da intenção, do nexo de causalidade entre ato e o dano, onde é preciso garantir a presunção de inocência, recolher indícios, determinar a culpa... Nesse sentido, como poderia ser possível colocar nas mãos de cientistas a responsabilidade por criar um sistema de controlo próximo daquele ainda apanágio dos Estados⁴²?

Ou seja, por um lado, a ESF aproxima os comportamentos de *misconduct* ao desvio profissional, à infração de *standards* profissionais, razão pela qual deve ser gerida pelos corpos que regulam a profissão. Já a OCDE parece aproximar a *misconduct* à criminalidade ‘comum’: “*There is a possible analogy to remedies that society used to deal with criminality in general in that there are two basic approaches that can be followed concurrently: (1) prevention; and (2) deterrence/enforcement*” (Doc. 8, p. 12), pelo que a heteroregulação é necessária e deve extravasar as competências dos cientistas.

⁴² Apesar de um eventual enfraquecimento dos Estados ocidentais modernos no controlo do crime que obrigou à busca de soluções, vg por via da privatização de questões de prevenção e outros. Sobre este ponto veja-se Garland (2001).

Mas existe ainda outra razão para a crítica à ideia de harmonização e esta prende-se com questões de soberania. Note-se que o documento 7 da OCDE afirma ter natureza meramente informativa, sem pretender instruir os governos acerca do que devem fazer quanto à *misconduct*. Quando muito, a prevenção pode ser promovida e partilhada por todos os atores envolvidos na ciência. Mas não muito mais do que isto. Como obrigar os Estados, os decisores políticos de diferentes países, a adequar as suas agendas científicas e respetivas políticas? Como interferir nas políticas públicas sobre a ciência em cada um dos Estados-membro da OCDE. Tal impor limitações de soberania que os Estados não parecem ser capazes de aceitar.

No final, a solução é obtida através da negociação e da “diplomacia”⁴³ caso a caso, com intervenção dos governos. Deste modo, a solução final da OCDE (Doc. 15) é a criação de acordos de colaboração internacional que prevejam e descrevam, para poderem ser respeitados pelas partes, os princípios e *standards* de integridade, bem como os procedimentos para averiguação de denúncias de *misconduct* no seio daquele projeto colaborativo em específico. Estes acordos ou protocolos devem estar plasmados em documentos formais e as medidas ser implementadas por indivíduos com experiência. Mas não obrigam outros atores fora do projeto de colaboração internacional.

Finalmente, a Comissão Europeia adota aquilo que designamos como uma posição “confortável”, ou de meta-controlo, no sentido em que reaproveita a estrutura e os mecanismos previamente existentes e em funcionamento para a regulação da ética da ciência e do *misuse*, aí enxertando o controlo das questões da *misconduct*. Não existe codificação ampla e o sistema de averiguação é realizado pelo comité de *screening* e de revisão que é activado aquando da análise das candidaturas aos financiamentos da União Europeia. Deste modo, submetem-se ao funcionamento do mecanismo as IES e investigadores que almejam ao financiamento através da candidatura. A solução parece ser de aplicação rápida e as justificações oferecidas são praticamente nulas – a Comissão Europeia parece poder confiar na sua legitimidade e capacidade para impor exigências a troco da disponibilização de fundos.

O que parece claro é que a capacidade de regulação é limitada no sentido em que apenas se aplica àqueles que se candidatam e ganham acesso aos fundos. O processo de atribuição de financiamento é bem mais rigoroso do que a mera adesão a princípios

⁴³ A 22 de Junho de 2015 o Comissário Europeu para a Ciência, Carlos Moeda, usava a expressão “science diplomacy” no seu discurso em torno do lugar da Europa na investigação e inovação científica.

éticos ou de integridade, pois os processos de *call* exigem uma série de outras características, desde a adequação e mérito científico, à representação europeia e balanço entre géneros. No entanto, os textos analisados sugerem ainda que as propostas sejam complementadas com mecanismos reguladores institucionais, nacionais e internacionais (Doc. 10). Mais, o saber acumulado sobre a *misconduct* parece ser, como vimos na secção correspondente, muito débil. Para concluir, a Comissão Europeia parece não tomar parte no debate sobre auto ou heteroregulação nem no debate em torno da globalização ou harmonização no sentido em que a uniformização que realiza é conseguida pela submissão aos requisitos pelos candidatos ao seu financiamento.

Se seguirmos a reflexão de Lascoumes (1999b), segundo a qual quanto mais poder social tem um ator, mais capacidade tem de criar as suas próprias regras, poderemos, face ao debate e às soluções apresentadas em cima, questionar se estaremos perante uma perda de poder social das IES e dos académicos e um aumento do mesmo por instituições não científicas mas antes políticas ou burocráticas.

3.3. Discussão dos Resultados

As últimas linhas desta secção são devotadas à discussão dos resultados, com especial atenção às dificuldades encontradas nos diferentes sistemas propostos pelas entidades produtoras dos textos analisados, bem como nas lacunas encontradas.

A questão da voluntariedade na adesão é claramente a grande dificuldade que se mostra muito difícil de ultrapassar. O mecanismo desenhado pela ESF depende da adesão voluntária dos atores da comunidade científica; o modelo da OCDE depende da adesão dos decisores políticos e da dissuasão da comunidade científica e também das IES na assinatura dos protocolos; a solução da Comissão Europeia só se aplica à IES e investigadores que, voluntariamente, se candidatam aos fundos comunitários. Por tudo isto, a eficácia dos modelos será sempre limitada pela vontade dos atores em aderir aos requisitos e exigências.

Por outro lado, especialmente nos mecanismos propostos pela ESF e pela OCDE, a capacidade de diálogo com as IES e com os investigadores parece muito limitado. A sua atividade *top-down* parece encontrar mais dificuldades quando aplicado nas unidades mínimas do sistema, especialmente os investigadores, do que face às unidades de

tamanho maior da rede (associações profissionais, editores científicos, decisores políticos, etc.). O problema surge quando se constata que os modelos de controlo estão desenhados para impor aos indivíduos e às IES (e não a todos os restantes atores) normas de comportamentos, estão desenhados para investigar a *misconduct* de um infrator específico, investigador ou IES (e não de todos os restantes atores). Ora, como pode um sistema de controlo funcionar quando se funda na ideia de intenção e comportamento individual, mas falha no diálogo com esses indivíduos ou organizações? Esta questão abrirá a possibilidade de discussão dos resultados obtidos na secção de análise micro, onde os resultados demonstraram a perceção dos entrevistados num sistema de controlo inexistente ou ineficaz.

Parece-nos ainda que muitos dos princípios de integridade e justificações para os modelos propostos decorrem de características não partilhadas por todos os campos científicos e disciplinares, ainda que haja a pretensão de serem gerais. No fundo, ao exigir-se a reprodução dos dados, a objetividade, a partilha de produtos e de processos a nível internacional, a criação e divulgação de tecnologias ou de dados para políticas públicas, pede-se emprestado de algum modo o modelo das ciências exatas com o seu paradigma positivista. Nem sempre as ciências sociais e do comportamento, ou as Humanidades possuem métodos ou tópicos capazes de cumprir os objetivos considerados centrais nas disciplinas mais quantitativas e experimentais⁴⁴. Note-se que as áreas centrais identificadas pelos documentos da OCDE são a economia, a saúde, a segurança e o ambiente que têm, tradicionalmente, caído no âmbito de disciplinas como a medicina, a economia e gestão, a engenharia e onde, presume-se, o papel da Filosofia, da História ou da Psicologia, com os seus procedimentos característicos de investigação, poderão ter um papel eventualmente menor ou ver-se obrigadas a mimetizar as ciências exatas. Aliás, se no início do período sob análise os documentos referiam a necessidade de integridade nas experimentações, foram-se polindo para prever a integridade nas observações realizadas – donde se conclui por uma forte influência das práticas científicas provenientes das ciências exatas e da necessidade sentida (eventualmente não respondida) de prever também a inclusão dos processos e produtos provenientes de outros campos disciplinares.

⁴⁴ E mesmo neste ponto, vejam-se as recentes críticas à metodologia experimental como *standard* de objetividade e cientificidade, especificamente na Criminologia (Sampson, 2010).

Os documentos analisados também são bastante omissos quanto às potenciais sanções a aplicar, sem que sejam fornecidas linhas de orientação para os indivíduos e IES. Tal parecerá tanto mais estranho quanto os documentos procuram delinear o comportamento ou situações a controlar, desenhar o sistema de regulação e o sistema de averiguação de denúncias com algum tipo de pormenor, mas pouco é dito acerca das sanções a aplicar. Drenth (2015, p. 141), presidente honorário da ALLEA, considera que as sanções podem ir desde a simples reprimenda ou aviso, de cariz temporário, à recusa de financiamentos e anulação de graus académicos obtidos através de comportamentos fraudulentos, bem como o despedimento e a retração em caso de plágio em publicações.

Finalmente, uma das principais lacunas encontradas nos sistemas de regulação desenhados e analisados prende-se com os factores externos que presentemente influenciam a atividade científica. Vimos acima que alguns dos documentos, especialmente da ESF mas também da OCDE, referem uma série de factores atuais que podem condicionar a atividade científica eventualmente conduzindo à *misconduct*: a pressão para se produzirem resultados úteis e céleres, a relevância da quantificação das publicações que pressiona os investigadores, a falta de tempo dos investigadores séniores em seguir os projetos que coordenam, a necessidade de manter as IES fiéis à sua missão, responsabilidade e independência, entre outros. Ora, os modelos de regulação analisados em nada respondem a estes fatores que podem, alegam os textos analisados, ter efeitos nas práticas de *misconduct*. O que significa esta omissão?

Parece-nos claramente que falha a vontade ou a capacidade de alterar o sistema atual da produção científica orientada para a produção e para a utilidade. Sistema este onde factores externos se substituem ao tradicional sistema de recompensas dos investigadores. Um sistema que, afinal, não é posto em causa pois que se pretende que assim continue. Em nome da abertura do já mencionado mercado científico. Não se alteram os jogos de pressões e de forças sobre as IES e sobre os cientistas, não se alargam as oportunidades de financiamento, não se combate a precariedade na carreira do investigador, não se alteram as regras de avaliação do seu mérito, não se retira das IES a imposição de obtenção de financiamentos. Tudo isso é deixado de lado. O(s) sistema(s) de regulação desenhado(s) apenas pretendem impor mais um ónus sobre os investigadores e as IES: o de dar provas que cumprem os requisitos de integridade na investigação científica. Quando, repete-se, inexistem resultados sólidos que atestem pela maior frequência da *misconduct*.

Por último, uma questão fica por responder: considerando que foram encontrado três soluções diferentes, como se relacionam estas entre si? Já vimos que a ESF propõe um modelo de autorregulação musculado, que a OCDE desenha um modelo de heteroregulação politicamente negociado, e que a Comissão Europeia impõe um modelo de heteroregulação sobre os candidatos aos fundos. Como se articulam? Serão incompatíveis? Justapostos? Complementares?

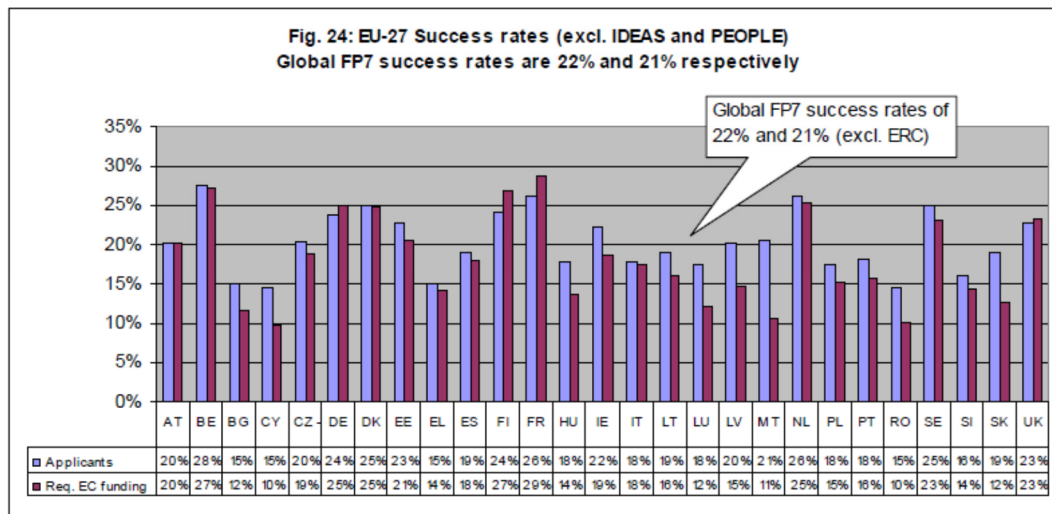
As soluções maturadas pela ESF e pela OCDE reforçam-se mutuamente. Os textos analisados remetem-se constantemente entre si, numa espécie de partilha de tarefas e jurisdições. Pela análise realizada, somos em crer que (a par das regulações e procedimentos das IES nacionais), a OCDE se limita a vigiar e regular as grandes investigações internacionais e a ESF pretende aplicar-se a todas as outras práticas de investigação no espaço europeu (quando não no resto do globo), quando não existam colaborações internacionais de envergadura.

De algum modo, entre ESF e OCDE parece haver uma certa concertação de áreas de intervenção e de complemento de modelos, ainda que estes possam ser teoricamente incompatíveis em virtude do carácter negociado dos projetos internacionais que caem sob alçada da OCDE. Pode suceder (ao menos hipoteticamente) que por acordo no protocolo não sejam partilhados os mesmos princípios de integridade e soluções de resolução de casos de *misconduct* sugeridos pelo modelo da ESF.

Já a Comissão Europeia desenha um modelo que apresenta como relativamente independente das outras iniciativas analisadas. Mas que se aplicará apenas àquela diminuta percentagem de projetos candidatos e aprovados a receber financiamento europeu. O documento produzido pela Comissão Europeia em 2009 para os primeiros dois anos do FP7 (2007-2008)⁴⁵ mostra que a taxa de sucesso, ou seja, o número de candidaturas que recebem financiamento face às candidaturas excluídas, não ultrapassa os 30% (Figura 11), variando entre áreas científicas e países (Figura 12). Significa isto que a investigação não financiada pela Comissão Europeia, caso prossiga com outros fundos, não estará submetida ao processo de regulação proposto por aquela entidade.

⁴⁵“FP7 subscription, performance, implementation during the first two years of operation. 2007-2008”, in: http://ec.europa.eu/research/evaluations/pdf/archive/fp7-evidence-base/statistics/fp7_subscription_performance_implementation_2007-2008.pdf, acedido em 8 de Julho de 2015.

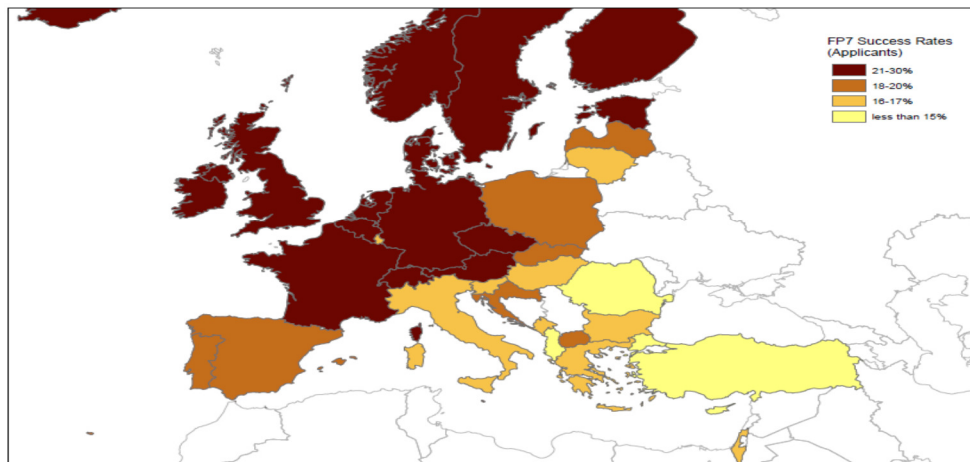
Figura 11: Taxas de sucesso nas candidaturas ao FP7



Fonte: FP7 subscription, performance, implementation during the first two years of operation. 2007-2008. Bruxelas, 2009, p. 22.

Figura 12: Mapa das taxas de sucesso nas candidaturas ao FP7

Map 1. FP7 success rates in terms of successful applicants (excl. Marie Curie and ERC)



Fonte: FP7 subscription, performance, implementation during the first two years of operation. 2007-2008. Bruxelas, 2009, p. 22

Como relacionar o que acabou de ser dito acerca dos mecanismos de controlo social com os resultados obtidos na dimensão micro de análise sobre as perceções e atitudes dos académicos europeus sobre comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior, também ditas *misconduct*? Neste ponto procuraremos trazer para a luz alguns elementos que foram problematizados pelos

entrevistados mas não pelos textos analisados, para concluir acerca da adequação do(s) modelo(s) de controlo desenhado(s).

Um dos pontos que mais relevante parece ser a omissão praticamente total das práticas problemáticas de docência. Certamente que se poderá argumentar que, perante textos que pretendam regular a atividade propriamente científica, não será de espantar a ausência de questões da docência. No entanto, as aulas ensinadas podem ser também consideradas momentos de divulgação e comunicação de investigações prévias, são também momentos de formação de eventuais profissionais e académicos e, enquanto tarefas profissionais adscritas a alguns (muitos) dos académicos europeus, poderiam ser igualmente alvo das preocupações sobre os *standards* profissionais e correspondentes infrações que acabámos de ver. Mas tal não sucede. Como se os princípios de integridade, honestidade, rigor não se aplicassem no momento de lecionação, daí que não tenham que estar salvaguardados em códigos e regulamentos.

Por outro lado, uma das grandes preocupações dos entrevistados prendia-se com as questões de interferências indevidas em várias fases do processo de investigação, da parte de poderes externos, como o político ou económico. Do mesmo modo, os académicos que entrevistámos problematizavam as questões de ambivalência ou de influência, que poderiam levar a que os académicos oscilassem entre a proteção dos seus interesses económicos ou políticos e a sua atividade académica, sem que fosse claro em que momento vestiam um papel, ou outro.

Ora, o Doc. 3 refere-se às questões de interferência mas os restantes textos analisados pouco ou nada dizem sobre isso, concluindo mesmo que haverá alturas e momentos em que os investigadores que queiram realizar atividades colaborativas internacionais devem estar conscientes e adequar-se às agendas políticas sobre o que é ou não relevante financiar em determinado momento. No final, as disposições que pretendam proteger os académicos de poderes externos são inexistentes e todo(s) o(s) modelo(s) de averiguação de denúncias de *misconduct* apenas se aplicam aos indivíduos e eventualmente às IES, não estando previstas disposições que possam responsabilizar atores externos pela pressão ou interferência indevida na liberdade e autonomia de investigação. Ainda que o modelo proposto pela ESF preveja, através de uma autorregulação musculada, garantir ao máximo esses princípios considerados tradicionais

da atividade de investigação, nada prevê quanto à imputação de factos a outros que não investigadores e IES.

Os enfiamentos na avaliação para entrada e progressão na carreira também são relegados para segundo plano. O texto que mais secções contém sobre esta matéria é a Carta Europeia do Investigador (Doc. 14), mas os restantes pouco mais dizem sobre isto. Tal leva a concluir que se considera não haver relação, ou ser esta despidianda, entre o processo de investigação e o sistema de recompensas dos indivíduos, especialmente recompensas através de um acesso justo e legítimo a ascender na carreira de acordo com o seu mérito científico. Além disso, como vimos, os entrevistados consideram ser esta uma potencial causa para os comportamentos problemáticos. E, na análise conduzida, concluímos que efetivamente os objetivos profissionais individuais, ou seja, de carreira e de recompensas, têm um papel fundamental na atitude dos indivíduos face às IES e à atividade que ali desenvolvem, bem como nas estratégias individuais de reação que encontram para interpretar a convergência de objetivos pessoais e organizacionais, bem como a ausência de outras oportunidades e recursos. Do mesmo modo, alguns dos textos analisados também sublinham a necessidade de se repensar o sistema de recompensas, ou de formar os académicos mais jovens a ter expectativas “realistas” sobre a carreira. No entanto, não existem provisões relevantes sobre este ponto no código.

Tal equivale a pedir altos *standards* profissionais aos indivíduos, aos académicos, sem que se recompense o cumprimento dos mesmos, sem que o respeito pela integridade tenha algum tipo de influência na forma como realizam as suas carreiras e as oportunidades que têm disponíveis (ou não) para avançar. Eventualmente, as IES podem ser responsabilizadas pela não instituição de uma cultura de integridade, segundo o modelo da ESF. Mas duvidamos da capacidade de fazer cair aqui a avaliação enfiada dos indivíduos ou os jogos de política interna que alguns dos entrevistados nos mencionaram existir.

Além do mais, o modelo mais “simplista” que é o da Comissão Europeia, ao prever apenas como *misconduct* a FFP, deixa de lado um vasto leque de comportamentos considerados problemáticos pelos entrevistados. Mas o mesmo também sucede quanto aos restantes modelos analisados. Deste modo, podemos desde já concluir que a perceção dos entrevistados sobre os comportamentos considerados mais problemáticos

não casa necessariamente com o leque de comportamentos “proibidos” pelos textos analisados. Uns (académicos) e outros (modelos de regulação) têm perspetivas diferentes acerca do que deve ser considerado infração à integridade científica e académica (em termos mais amplos), bem como das causas e processos adscritos aos mesmos. Será possível acreditar num modelo de regulação eficaz se este não faz eco das preocupações dos indivíduos?

Vimos ainda na análise micro que os entrevistados consideravam que o controlo social dos comportamentos problemáticos, ou seja, as práticas de regulação, deteção e sanção, eram ausente ou eram ineficazes. Quando questionados diretamente relataram (com exceção dos entrevistados do Reino Unido) não ter conhecimento fundamentado de instrumentos de regulação e, a propósito de situações percecionadas ou testemunhadas, responderam considerar que ou nada acontece ou a IES lida com o assunto de forma interna e oculta, especialmente quando a situação é atribuída a indivíduos com mais poder ou antiguidade. Aparte os casos de plágio, os casos denunciados ou suspeitos nas IES raramente são tratados através de mecanismos formalizados. O sistema de *peer review*, especialmente na aceitação de manuscritos para publicação, apresenta falhas e cada vez menos os orientadores e investigadores séniores conseguem ter tempo e disponibilidade para acompanhar a socialização dos mais jovens. Além do mais, são muitas vezes os indivíduos com carreiras mais estabilizadas que exploram os trabalhos dos seus subordinados ou cometem atos como o auto-plágio.

Ao tentarmos aceder aos mecanismos pelos quais o reconhecimento profissional dos indivíduos converge com o interesse financeiro das IES, verificamos que, para além da pressão para produzir e da ausência de oportunidades ou alternativas de financiamento, também o controlo social ineficaz jogaria aqui um papel. E concluímos, na dimensão micro de análise, que os casos problemáticos e as estratégias de reação dos indivíduos deveriam ser entendidos no jogo desta constelação de processos.

Ora, na presente dimensão meso de análise, debruçamo-nos sobre a questão do controlo social emergente ao nível europeu. Ficou descrito quais os atores em jogo, que comportamentos e situações são considerados problemáticos, que interesses ou justificações são avançadas para a regulação e, finalmente, quais os modelos propostos pela ESF (+ ORI + ALLEA), OCDE e pela Comissão Europeia. Verificamos como se posicionam face à necessidade de responder ao processo de globalização com níveis de

harmomização ou uniformização, de que modo se defende a abertura de um mercado de conhecimento que tem a integridade como moeda comum, em que medida a comunidade científica (por um lado) e os atores políticos (por outro) disputam uma dose de legitimidade e necessidade da sua intervenção.

O que é mais importante, verificamos que, entre outras críticas a realizar aos vários modelos propostos, todos parecem falhar na tentativa de envolver as IES e especialmente os investigadores nos processos e produtos da regulação. Estes são modelos que dependem, como vimos, da adesão voluntária dos atores mas que parecem melhor preparados para ativar outros atores coletivos (comités de editores, decisores políticos, associações profissionais ou científicas) do que aqueles que se encontram na base da pirâmide. No entanto, são estes mesmos que são alvo de regulação: as IES e os investigadores. As propostas realizadas dependem, para serem eficazes, de chegar aos indivíduos, ser por eles aceites e, em caso de infração, é a estes (e eventualmente as IES quando falhem em criar uma cultura de integridade, segundo o código europeu criado pela ESF) que o(s) ato(s) é(são) imputados, é a estes que são aplicadas sanções e contra quem decorre o processo de averiguação.

No entanto, os entrevistados praticamente não têm conhecimento da existência destes modelos ou códigos. O diálogo pretendido parece realmente falhar e os atores ao nível meso não terem consciência do desconhecimento dos atores ao nível micro, do mesmo modo que estes parecem desconhecer os esforços e iniciativas conduzidos por aqueles.

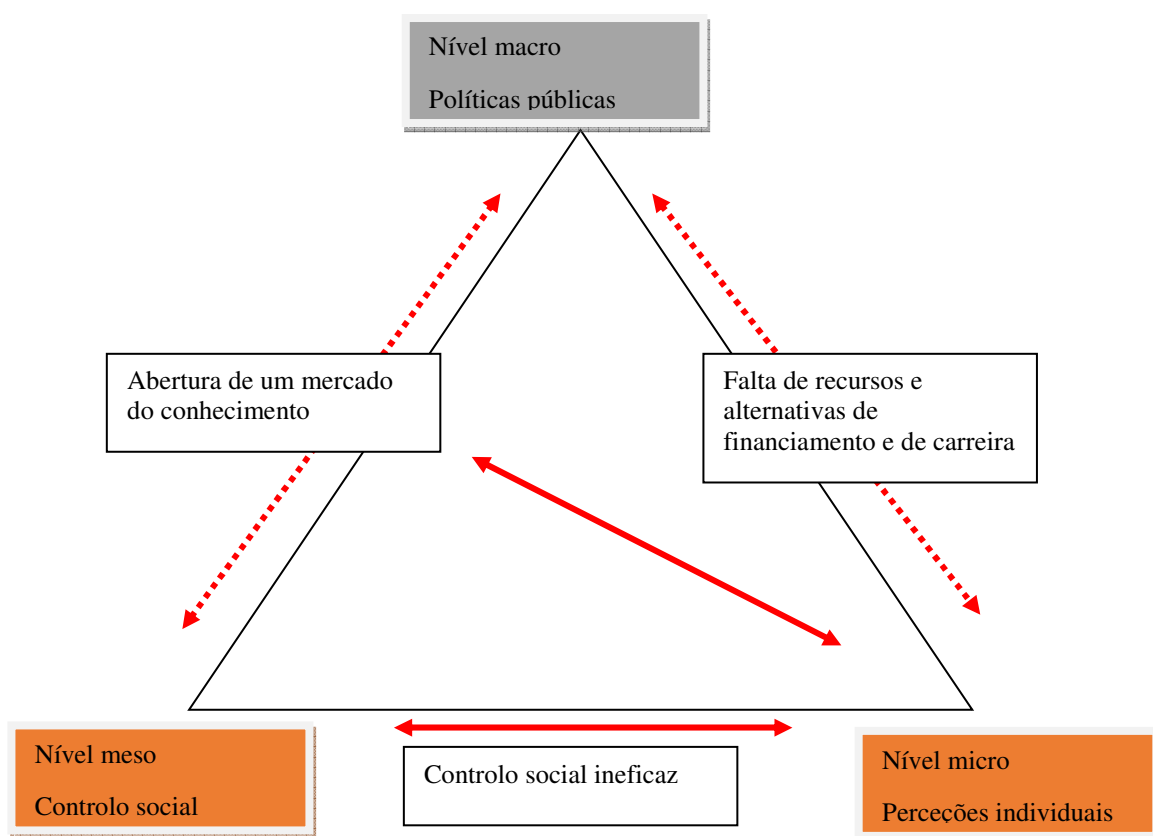
Assim sendo, podemos falar de modelos de controlo e regulação eficazes? Na ausência de outros dados empíricos sobre o processo de controlo social, resta-nos a resposta dos entrevistados e o que ficou visto aquado da revisão de literatura. A resposta parece ser negativa. Até ao momento, o processo de regulação emergente parece falhar no envolvimento dos atores individuais e, portanto, ser incapaz e ineficiente no controlo da atividade dos investigadores e na averiguação de situações problemáticas.

Por outro lado, a hipótese de abertura de um mercado do conhecimento e da ciência, parece confirmar os indícios apontados pelos entrevistados que nos permitiram confirmar a centralidade dos objetivos financeiros institucionais que constroem a ação individual, nomeadamente a perceção da frequência dos comportamentos problemáticos, seus processos e causas atribuídas. Se o conhecimento científico deve ser encarado na sua vertente de utilidade económica e social, se se busca um mercado

aberto para os produtos e processos científicos, se se procura um sistema regulatório que não ponha em causa mas antes responda às necessidades políticas e económicas europeias atuais, de algum modo se compreende agora melhor a relevância atribuída (eventualmente no sentido de crítica) pelos entrevistados aos objetivos considerados economicistas e financeiros das suas IES, face aos quais se devem posicionar nas opções de carreira a tomar.

Aqui chegados, conseguimos descrever os níveis micro e meso da nossa análise, interpretar e compreender a centralidade da *misconduct* quer na atividade individual e organizacional, quer ao nível supranacional nos modelos de regulação. Mais conseguimos também confirmar a relação existente entre o nível micro e o nível meso, que se funda especialmente na existência, isso sim, de um modelo de regulação mas modelo este que se revela ineficaz para vigiar e informar os comportamentos individuais. Resta-nos descrever o nível macro e confirmar as hipóteses das relações micro-macro e meso-macro, tal como previmos no início do nosso trabalho.

Figura 13: as três dimensões de análise (micro, meso, macro)



A integração dos três níveis de análise pode ser melhor entendida através figura 13, supra.

No capítulo seguinte iremos avançar para a confirmação das interpretações oferecidas nas secções precedentes acerca da ausência de recursos e alternativas, relatada pelos entrevistados ao nível micro, e da abertura do mercado científico ou do conhecimento, tal como retirado da análise meso. Para tal iremos indagar das políticas científicas públicas ao nível europeu.

4. Políticas científicas na Europa: dimensão macro de análise

Ao longo do presente trabalho fomos sublinhando a necessidade de uma visão ampla e integrada do fenómeno dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior. Isto significa o afastamento de um modelo centrado na tese da ‘rotten apple’ para um modelo de análise da eventual existência de ‘rotten barrels’, ou, mais ainda, a possibilidade de estar perante uma hipótese de ‘bad barrel makers’ (Drenth, 2015, p. 138). Ou seja, afastamento da visão individualizante do ator e da sua responsabilidade no comportamento ou situação e aproximação para uma abordagem ao contexto científico europeu mais amplo e sua influência potencialmente perturbadora nos comportamentos individuais e organizacionais.

Creemos que foi já possível perceber qual ou quais os modelos de regulação e controlo social desenhados ao nível europeu, ou com influência ao nível europeu, e que determinam e são determinados pelas ações humanas individuais nas suas atividades rotineiras no seio das IES, da cultura organizacional onde trabalham. Estas culturas organizacionais, por seu turno, formam exigências e enquadramentos de ação e de interpretação do real que moldam as expectativas e estratégias individuais dos profissionais da investigação científica e do ensino superior.

Deste modo, faltará completar a imagem obtida até aqui com uma descrição, necessariamente sucinta considerando os constrangimentos de espaço, tempo e o tópico de investigação, daquilo que consideramos ser a dimensão macro. Esta remete para as políticas públicas europeias sobre a investigação científica e o ensino superior e procuramos aí perceber a presença ou ausência das questões em torno da integridade científica ou das preocupações sobre a *misconduct*. Qual o papel do ensino superior e da investigação científica no plano supranacional europeu e em que medida podemos aí encontrar preocupações, problematizações ou ensejos sobre os comportamentos problemáticos na investigação científica e no ensino superior?

Neste último trabalho empírico iremos debruçar-nos sobre a génese e instituição da ERA, que surge nos documentos analisados na dimensão meso como um dos acontecimentos mais relevantes e modeladores da atual ciência no espaço europeu. Tendo presentes os comportamentos e práticas consideradas problemáticas quer pelos entrevistados (nível micro de análise), quer pelos documentos reguladores da

integridade científica (nível meso de análise), iremos agora tentar perceber de que forma a questão da *misconduct* é tratada ao nível macro. Especialmente, como dizíamos, nos esforços e documentos que desenham a ERA.

Antes de passarmos à descrição da metodologia, três esclarecimentos prévios.

Primeiro: esta última vertente da análise revestirá uma forma meramente exploratória. O sentido da dimensão macro é de, acima de tudo, confirmar ou infirmar as conclusões obtidas pelas análises prévias, ao nível das perceções individuais e dos mecanismos de controlo social. Neste sentido, será de prescindir uma análise totalmente autonomizada, como explicaremos de seguida na descrição da metodologia. Além do mais, entrando-se na arena das políticas públicas sobre a ciência e o ensino superior, o tópico da presente investigação (os comportamentos e situações problemáticas no ensino superior e na investigação científica) passa a surgir subalternizado face a outros temas ou objetos que em muito se afastariam do projeto inicial. Efetivamente, uma análise criminológica ampla exige uma abordagem às políticas públicas, mas apenas na medida em que estas estejam em íntima conexão com os comportamentos e perceções individuais, por um lado, e com os mecanismos de controlo social, por outro.

Nesse sentido, não nos iremos debruçar sobre o papel da UE no mundo atual, nem sobre as estratégias europeias mais amplas em torno da investigação científica ou ensino superior (por exemplo, modelos das instituições de ensino superior e suas características, limitações da colaboração entre a União Europeia e os Estados-membros, questões geoestratégias da Europa, etc.). Limitaremos o nosso esforço à descrição do surgimento da ERA e à questão da integridade e da *misconduct* tal como é aí endereçada. Tal evitará que nos afastemos excessivamente do nosso objeto de estudo e em virtude de limitações de tempo e de recursos. Ainda assim, acreditamos que uma descrição daquela iniciativa permitirá obter a tal imagem compreensiva e global a que nos propusemos no presente trabalho.

Segunda: não serão consideradas outras iniciativas da União Europeia em torno das questões da investigação que não a ERA. Os ensejos das diferentes instituições da União Europeia (Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Conselho da Europa, etc.) quanto à investigação científica e ensino superior como um todo não serão abarcados. As políticas científicas dos diferentes Estados-membro ou suas regiões, na relação com as exigências europeias, não serão consideradas. A verdade é que as iniciativas

europeias em torno da investigação científica e ensino superior abundam. Tome-se como exemplo o *projeto RRI Research Tools*⁴⁶, que pretende desenhar uma melhor relação entre ciência e sociedade, os projetos de financiamento decorrente do Horizonte 2020⁴⁷, a relação com os esforços do LERU (*League of European Research Universities*)⁴⁸ ou as diferentes iniciativas da *Science Europe*⁴⁹.

Terceira: nesse sentido, o processo de Bolonha enquanto tentativa de criação de uma área europeia para o ensino superior⁵⁰ não será tampouco analisado. Certamente que a criação desta área parece estar para o ensino superior como a ERA está para a investigação científica, pelo que seria pertinente um contraponto entre ambas as iniciativas. No entanto, sem perder de vista o tópico da presente investigação e os dados obtidos até aqui, verificamos que quer em termos de percepção dos académicos, quer em termos dos documentos reguladores, é a *misconduct* na investigação científica que surge como mais problematizada. A prévia revisão de literatura havia revelado o mesmo: as más práticas de docência no ensino superior são menos problematizadas do que as más práticas na investigação científica. Os entrevistados de algum modo confirmam-no, ainda que reconheçam que existem e, além do mais, que o próprio ensino é desvalorizado face à investigação, quer no sistema de recompensa dos académicos, quer nas prioridades das IES. Além do mais, a análise dos documentos reguladores revela que, apesar de mencionadas num dos documentos, nada mais é dito sobre as más práticas ou práticas questionáveis no ensino.

Deste modo, a análise do processo de Bolonha será deixada para eventuais estudos futuros e, na presente secção do nosso trabalho, debruçar-nos-emos na questão da integridade científica e comportamentos problematizados no âmbito da ERA.

Tal como nos pontos prévios 2. e 3., iremos de seguida apresentar a metodologia de investigação (4.1.), os resultados da investigação (4.2.) e a discussão dos resultados da dimensão macro de análise (4.3.).

⁴⁶ <http://www.rri-tools.eu/>.

⁴⁷ <http://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/>.

⁴⁸ <http://www.leru.org/index.php/public/about-leru/>.

⁴⁹ <http://www.scienceeurope.org/>.

⁵⁰ <http://www.ehea.info/>.

4.1. Metodologia de investigação

Hipóteses de investigação

Para a presente dimensão, iremos proceder de forma mais descritiva e no sentido de confirmar ou infirmar parte ou a totalidade das conclusões obtidas pela análise das dimensões precedentes. Debruçando-nos sobre as políticas científicas europeias, vimos que os entrevistados consideraram a ausência de recursos adequados para a atividade de investigação e docência na atualidade, bem como a ausência de alternativas de financiamento e de opções de carreira que podem espoletar diferentes percursos ou estratégias adaptativas pelos indivíduos, incluindo a possibilidade de realização de atos de *misconduct*. Por outro lado, os documentos em torno do controlo social remetem claramente para a abertura do mercado europeu de conhecimento e ciência através da ERA. Assim, a presente secção pretenderá responder às seguintes hipóteses:

H1 – os documentos sobre a política científica europeia constataam uma preocupação em torno de questões de financiamento e de carreira;

H2 – os documentos sobre a política científica europeia constataam uma preocupação em torno das questões de abertura dum mercado do conhecimento e ciência;

H3 – os documentos sobre a política científica europeia ocupam-se menos com questões de integridade do que com as questões precedentes (financiamento, carreiras e mercado do conhecimento).

Trata-se agora de um processo diferente do usado até aqui no sentido em que iremos proceder de modo hipotético-dedutivo para responder àquelas hipóteses que nos foram avançadas, como vimos, pelas análises precedentes. Usaremos, para tal, de uma análise de conteúdo de cariz quantitativo e aplicada a um conjunto selecionado de documentos sobre a ERA.

O presente objetivo é triangular os resultados obtidos nas análises precedentes e avançar para a última dimensão de análise, o nível macro.

A amostra

Continuamos também nesta dimensão a usar como fonte de dados os documentos oficiais produzidos por instâncias oficiais europeias. Neste caso, iremos versar sobre os documentos considerados mais relevantes de instituição e monitorização da ERA, produzidos pela Comissão Europeia. Nestes se desenham (uma parte das) políticas científicas que se pretendem implementar na Europa e na União Europeia.

Bardin (2011) ensina que a amostra, para uma análise de conteúdo, deve cumprir os requisitos de exaustividade, pertinência e relevância para o tópico de investigação, bem como a exigência da representatividade. Para tal acedemos aos vários documentos em acesso aberto na *internet* sobre a ERA, desde o momento da sua instituição, em 2000. Esta data é, por isso, coerente com o período temporal usado para a análise dos mecanismos de regulação e controlo social analisados na secção precedente.

Deste modo, foram critérios de inclusão:

- o tópico: serem documentos que têm a instituição e monitorização da ERA como tópico central (critério de exaustividade);
- a entidade produtora: havendo vários documentos sobre a ERA produzidos por outras entidades europeias, a presente amostra usará apenas documentos produzidos pela Comissão Europeia;
- natureza prescritiva: não foram incluídos documentos de natureza descritiva do avanço da ERA, não contendo prescrições ou orientações, mas apenas dados estatísticos, gráficos ou tabelas, como sucedeu por exemplo com o documento emanado pela Comissão Europeia com “facts and figures” para o ano de 2014⁵¹. Acreditamos que, deste modo, cumprimos o critério de homogeneidade da amostra proposto por Bardin, 2011;
- pertinência: serem referidos por documentação complementar como relevantes para a compreensão do processo de instituição e desenvolvimento da ERA⁵².

⁵¹ http://ec.europa.eu/research/era/pdf/era_progress_report2014/era_factsefigures_2014.pdf.

⁵² O documento intitulado “State of the Innovation Union – Taking stock, 2010-2014”, sendo produzido pela Comissão Europeia, refere os documentos centrais desta iniciativa ainda que se prenda com outras iniciativas em matéria de política científica: http://ec.europa.eu/research/innovation-union/pdf/state-of-the-union/2013/state_of_the_innovation_union_report_2013.pdf.

Deste modo, conseguimos compor uma amostra de quatro documentos cujas características podem ser sintetizadas na tabela 30.

Tabela 30: caracterização da amostra para a dimensão macro de análise

Doc.	Título	Entidade	Tipo	Nº de páginas	Data
1	<i>Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social committee and the Committee of the Regions. Towards a European Research Area</i> COM (2000) 6	Commission of the European Communities	Comunicação	38	2000
2	<i>Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. A reinforced European Research Area Partnership for excellence and growth</i> COM (2012) 392	European Commission	Comunicação	16	2012
3	<i>Recommendations on the Implementation of the ERA</i> <i>Communication</i>	European Commission – Expert Group	Recomendações	67	2013
4	<i>Communication from the Commission to the Council and the European Parliament. European Research Area, Progress Report, 2014</i> COM (2014) 575	European Commission	Comunicação	11	2014

Depois desta fase de pré-análise (Bardin, 2011), onde se inclui a escolha dos documentos a analisar e a formulação das hipóteses, necessário se torna realizar toda uma fase de leitura flutuante (Bardin, 2011, p. 122) para a constituição do *corpus*. Este processo de leitura flutuante permite também uma primeira referenciação dos temas possíveis de analisar e dos indicadores que permitem inferir daqueles temas. Vejamos como tal foi feito.

A análise

Para a presente dimensão realizou-se uma análise de conteúdo quantitativa, ou, melhor dizendo, uma análise categorial ou temática por via da análise de conteúdo dos documentos selecionados. O objetivo é o de oferecer uma descrição analítica daqueles documentos, para responder às hipóteses consideradas acima. Para tal será necessário, de forma objetiva e sistemática, descrever o conteúdo dos documentos na medida em

que veiculam mensagens. Haverá, portanto, um tratamento da informação contida nas mensagens (Bardin, 2011, p. 37), de forma quantitativa através de técnicas de recorte de categorias ou temas e respetiva codificação.

Para a presente análise categorial ou temática (uma das várias permitidas pela análise de conteúdo, onde se conta ainda a análise sequencial, de oposições ou de enunciações, segundo Bardin) consideramos a palavra como unidade de registo e o parágrafo como unidade de contexto. Neste caso, caso haja dificuldades de interpretação será feita uma referenciação ao contexto que permitirá compreender a significação exata ou mais aproximada da unidade de registo.

Após exploração do material, e na relação com as hipóteses colocadas no início da presente fase, foram selecionadas as seguintes categorias ou temas de análise: (i) integridade; (ii) mercado; (iii) recursos; e (iv) valores. Partimos do pressuposto que a análise temática permite descobrir blocos de sentido que estruturam a comunicação dos documentos analisados nesta fase e cuja presença e frequência remetem para um significado ou relevância para o objetivo a que aqui nos propomos (Bardin, 2011, pp. 130 e ss).

As unidades de registo, ou seja, o que se conta, os indicadores que remetem para categorias ou temas, são as que de seguida se apresentam na tabela 31. A regra de enumeração, ou modo de contagem, é a da presença ou ausência dos elementos e sua frequência, nomeadamente ponderada face ao total de unidades registadas. Esta última operação permitirá aferir do peso relativo dos indicadores e temas no total do conteúdo analisado, permitindo inferir da sua relevância para a mensagem veiculada.

O processo de categorização, ou seja, a construção de categorias, faz-se de acordo com o que Bardin classifica como um “procedimento por caixas”, segundo o qual os elementos (indicadores) vão sendo encontrados e encaixados nas categorias (integridade, valores, mercado, recursos) obtidas nas fases prévias de pré-análise e exploração do material. As categorias e respetivos indicadores usados na presente análise estão listados na tabela 31.

Segundo o mesmo autor, as categorias devem ser mutuamente exclusivas, de modo que o mesmo elemento não pode ser classificado em mais do que uma categoria; e homogéneas, no sentido em que a categoria pertinente é aquela que se adapta ao material selecionado e ao quadro teórico de referência. O categorizador deve usar de

objetividade e fidelidade, definindo claramente os índices que determinam o preenchimento das categorias.

Tabela 31: categorias de análise e respetivos indicadores

Integridade	<ul style="list-style-type: none"> Allegations Charter/s Code/s Control Dishonesty Ethics/ethical Fabrication Falsification Fraud Integrity Misconduct Peer review Plagiarism Questionable Regulation/s Rules Whistleblower 	Recursos	<ul style="list-style-type: none"> Capital Career/s Data/databases Funds/funding Infrastructures/facilities Information Instrument/s/tool/s Investment/s Knowledge Labour Money Network/s/ing Output/s/outcome/s Protocol/s Publications/papers Resources Scientist/s/ researcher/s/worker/s System/s Technology/ies Women/young
Mercado	<ul style="list-style-type: none"> Access/ing/accessibility Circulation/circulating Collaboration/s Commercial/ization/ing Competition Cooperation/co-operation Currency Demand/s Distribution Economy Exchange/s Globalization/global/ly Growth Incentives Internationalization / international/ly Market/s Mobility Open/s/openness/opening Production/products Reward/s Supply Trade/trading 	Valores	<ul style="list-style-type: none"> Accountability Competitiveness Efficacy/effectiveness Efficiency In/Equality Excellence/excellency Freedom/liberty Improvement/s Innovation Justice/fairness Leadership Merit/recognition Progress Quality Quantity Responsibility Success/ful/ly Transparency/transparente Trust Values

As categorias seleccionadas, com excepção da categoria ou tema VALORES, correspondem às hipóteses assinaladas acima e decorrentes dos estudos prévios:

H1 – os documentos sobre a política científica europeia constataam uma preocupação em torno de questões de financiamento e de carreira – categoria RECURSOS

H2 – os documentos sobre a política científica europeia constataam uma preocupação em torno das questões de abertura dum mercado do conhecimento – categoria MERCADO

H3 – os documentos sobre a política científica europeia ocupam-se menos com questões de integridade do que com as questões precedentes (financiamento, carreiras e mercado do conhecimento) – categoria INTEGRIDADE

Passemos a explicar.

Os indicadores selecionados para a categoria ou tema RECURSOS (ver tabela 31) foram obtidos após a leitura flutuante e na sequência do que foi apreendido aquando da análise micro, das perções dos entrevistados. Fizemos caber nesta categoria aqueles que nos parecem ser todos os recursos passíveis de ser postos ao funcionamento da investigação científica e do ensino superior. Desde logo, recursos humanos (“*career*”, “*labour*”, “*scientists*”, “*researchers*”, “*workers*”, “*women*”, “*young*”), recursos físicos (“*facilities*”, “*infrastructures*”, “*instruments*”, “*tools*”), informacionais (“*data*”, “*information*”, “*knowledge*”, “*technologies*”, “*systems*”, “*networks*”), financeiros e económicos (“*capital*”, “*funds*”, “*funding*”, “*investments*”, “*money*”) e os potenciais resultados destes investimentos na investigação (“*publications*”, “*papers*”, “*protocols*”, “*outputs*”, “*outcomes*”).

Os indicadores escolhidos para a categoria ou tema MERCADO (tabela 31) são aqueles que potencialmente remetem para a emergência de um espaço relativamente aberto de produção, troca e circulação de produtos. Deste modo, indicadores como “*access*”, “*open*”, “*exchange*”, “*mobility*”, “*trade*”, remetem para a abertura de um local (“*market*”, ainda que não físico) onde atores agem coletivamente (“*collaboration*”, “*competition*”, “*cooperation*”) para responder à oferta e procura (“*demand*”, “*supply*”) na produção (“*production*”, “*products*”), comercialização ou troca (“*commercialisation*”, “*distribution*”, “*circulation*”) a nível amplo (“*global*”, “*globalisation*”, “*international*”, “*internationalization*”). O objetivo será, presume-se, a prossecução de trocas de cariz económico (“*economy*”), em busca de crescimento (“*growth*”) e eventualmente em função de incentivos (“*rewards*”, “*incentives*”) por via de algum sistema estabelecido de intercâmbio (“*currency*”).

Para a categoria INTEGRIDADE optámos por pesquisar os tipos mais sérios de *misconduct* identificados pelos entrevistados e pelos documentos das secções precedentes (“*fraud*”, “*misconduct*”, “*fabrication*”, “*falsification*”, “*plagiarism*”), com espaço para outras designações como as QRP (“*questionable*”) e comportamentos desonestos (“*dishonesty*”). Os elementos de regulação e deteção também foram

identificados (“*codes*”, “*charters*”, “*regulation*”, “*rules*”, “*control*”, “*allegations*”, “*whistleblowers*”), bem como os valores da ética e da integridade.

Finalmente, consideramos ser importante complementar aquelas categorias com uma outra, que remetesse para os VALORES a instituir ou defender pelos documentos analisados (tabela 31). Valores típicos da Europa e da União Europeia (“*freedom*”, “*equality*”, “*transparency*”, “*leadership*”, “*justice*”, “*competitiveness*”, “*efficiency*”), mas eventualmente outros que identificamos nas entrevistas e na análise dos documentos realizados nas secções precedentes como sendo típicos da investigação europeia atual: “*trust*”, “*excellence*”, “*quality*” por oposição a “*quantity*”, “*merit*”, “*innovation*”, “*responsability*”. Tais valores serão aplicados em função, por hipótese, da melhoria das condições de se fazer ciência ou das condições de vida dos cidadãos europeus (“*improvement*”, “*success*”).

A pesquisa foi feita pelas palavras exatamente previstas na tabela 31, acima. Por exemplo, procedeu-se à contagem da palavra “*system*” e o seu plural, “*systems*”, mas não outras palavras derivadas, como “*systematic*” ou “*systemic*”.

4.2. Resultados da investigação

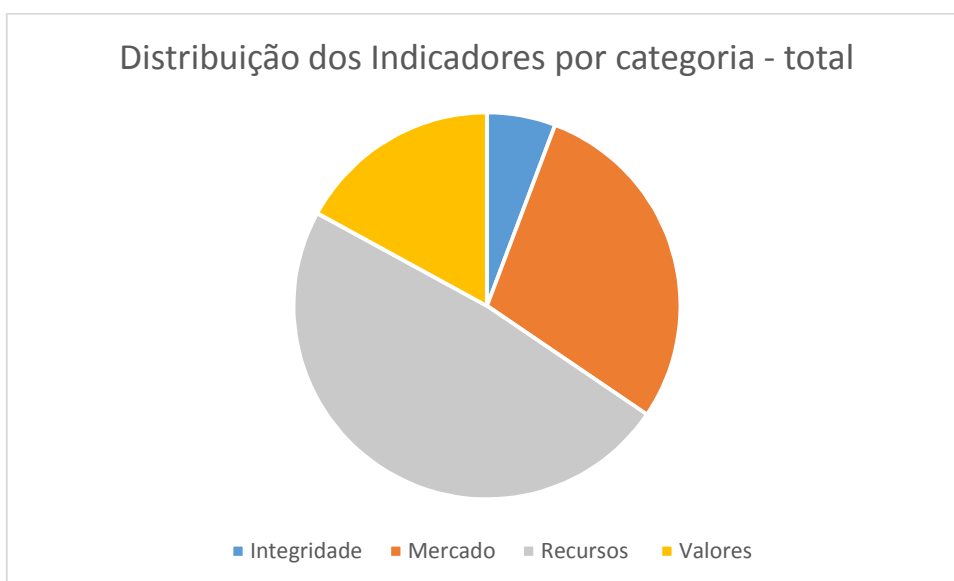
Os resultados assim obtidos através do processo descrito de categorização hipotética-dedutiva estão melhor descritos no anexo 7. Todos os documentos se encontravam em *pdf* e foram convertidos em documentos *word*. Dali foram retirados elementos considerados secundários ou não portadores de mensagens prescritivas, como notas de rodapé, índices, tabelas ou gráficos. Foram mantidos os títulos das secções ou subsecções mas retirados os títulos do próprio documento. A contagem das palavras seleccionadas foi feita através da ferramenta de pesquisa existente no *word*. Como mencionado atrás, foi feita busca das palavras exatas e foram eliminadas aquelas que, partilhando da mesma raiz etimológica, acabavam por ser adicionadas pela ferramenta de pesquisa mas que não considerámos como indicador. Tome-se como exemplo a palavra “*instrument*” ou o seu plural, “*instruments*” – expressões como “*instrumental*” foram eliminadas.

Ou seja, a contagem foi feita com auxílio da ferramenta de pesquisa do *word* mas a selecção foi, a partir daí, manual para que não contivesse resultados espúrios. Todo o processo de contagem e selecção foi repetido três vezes para confirmar os resultados.

São estes resultados que agora passamos a apresentar (ver Anexo 7).

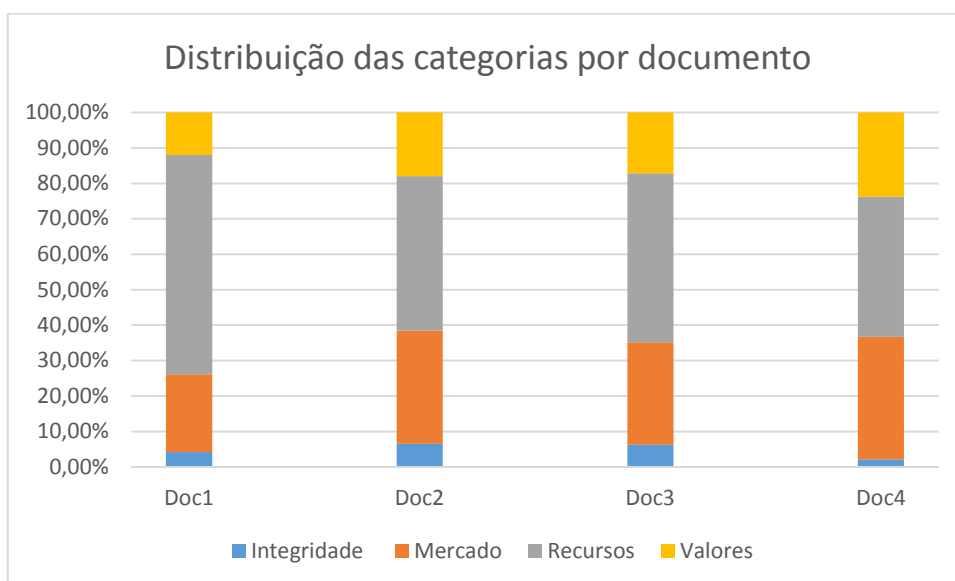
Considerando o número total de indicadores por categoria ao longo dos quatro documentos da nossa amostra, verificamos que a categoria com menor frequência é a da INTEGRIDADE (5,73% de contagens no total dos quatro documentos), seguida da categoria VALORES (17,05% de contagens no total dos quatro documentos), MERCADO (28,76% de contagens no total dos quatro documentos) e, por último, com quase metade das contagens (48,4% no total dos quatro documentos), a categoria RECURSOS (figura 14).

Figura 14: distribuição dos indicadores por categoria - total



A forma como as quatro categorias se distribuem pelos quatro documentos e ao longo do tempo é relativamente estável e coerente (figura 15). Em todos eles, a categoria RECURSOS acaba por dominar face às restantes e a categoria INTEGRIDADE tem apenas um peso residual.

Figura 15: distribuição das categorias por documento



Significa isto que os documentos analisados fixam a inexistência de dimensões relevantes e frequentes nesta categoria INTEGRIDADE – note-se que os indicadores que remetem para a tríade FFP ou expressões como “misconduct” ou “fraud” estão ausentes dos documentos (figura 16). No entanto, fazem-se sintéticas e breves menções aos mecanismos de controlo (“charter” e “codes”, especialmente no Doc. 2) e regulações. Neste preciso aspeto, acedendo à unidade de contexto, pudemos confirmar a remissão para a “European Charter for Researchers” (ou Carta Europeu dos Investigadores) que incluímos na análise da dimensão meso, na secção precedente.

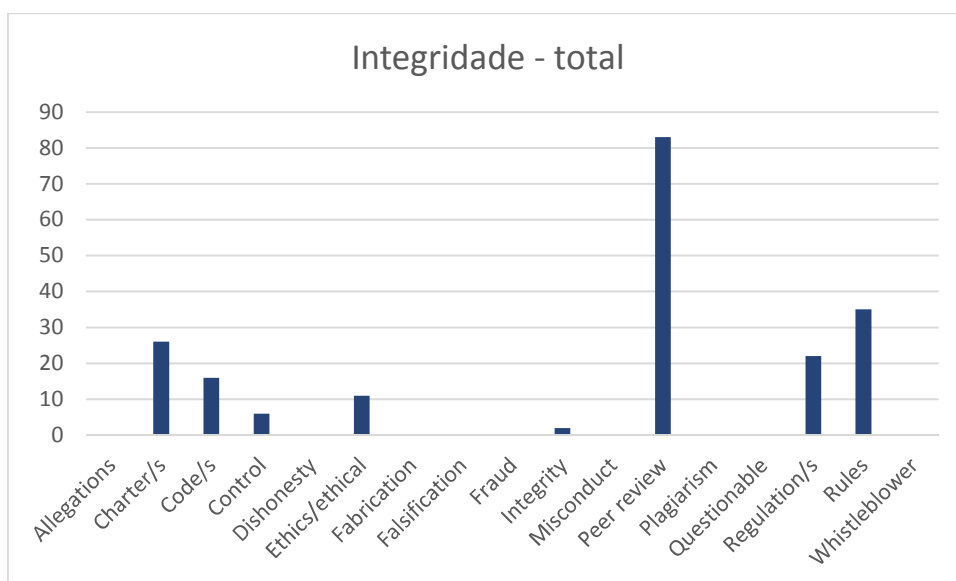
No entanto, note-se que, não sendo esta uma análise qualitativa, não é possível inferir com toda a certeza da referência do controlo aos comportamentos problemáticos de que aqui nos ocupamos. Uma breve consulta à unidade de contexto leva-nos a concluir que termos como “regulation” são usados para referir toda e qualquer iniciativa de regulação do espaço europeu de investigação, sem especificação da atividade de investigação ou ensino superior, nas suas manifestações consideradas problemáticas.

O mecanismo de “*peer review*”, curiosamente, é referido cerca de 76 vezes no Doc. 3. Se nos recordarmos, é este mecanismo de revisão dos pares, o modelo clássico de autorregulação, que vem a ser posto em causa nos último anos pelos documentos da ESF e da OCDE que analisamos na secção precedente. No entanto, esse mesmo mecanismo surge, no âmbito macro, de análise de parte das política científicas europeias, como central na avaliação objetiva e internacional dos investigadores e

cientistas para que estes possam circular livremente ao longo da sua carreira e entre diferentes países europeus. Tal poderá revelar inconsistência entre os objetivos e mecanismos propostos para controlo da atividade científica da dimensão meso e na dimensão macro.

Apenas uma referência é feita ao indicador “integrity”, o que claramente atesta a baixa relevância do tópico nestes documentos.

Figura 16: frequência dos indicadores da categoria INTEGRIDADE



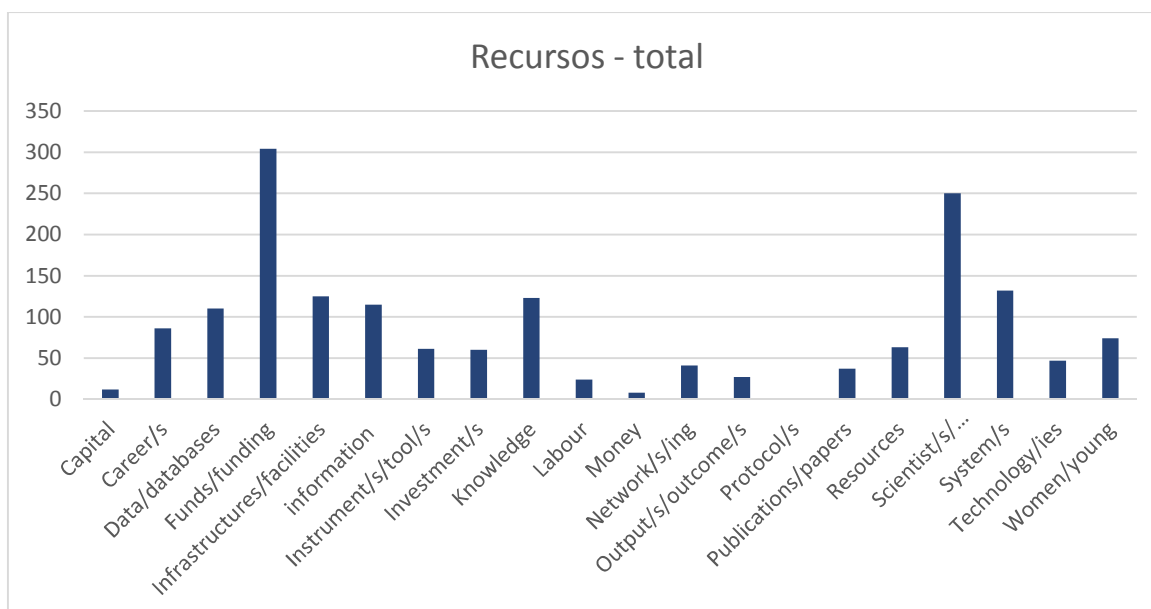
A pouca frequência ponderada dos indicadores que compõem a categoria INTEGRIDADE, permite-nos confirmar a Hipótese 3, segundo a qual, os documentos sobre a política científica europeia ocupam-se menos com questões de integridade do que com as outras questões (financiamento, carreiras e mercado do conhecimento). Deste modo ficamos também com um vislumbre da ausência de centralidade ou preocupação, na dimensão macro, das questões da integridade ou dos comportamentos problemáticos na investigação científica e na docência, o tema do presente trabalho. Este não é, ao menos nos documentos que instituem e monitorizam a constituição da ERA, um tópico central de reflexão ou orientação, ocupando ao longo do tempo um espaço meramente residual face às restantes categorias.

A categoria RECURSOS é aquela que claramente mais espaço ocupa (48,46% no total dos documentos), em comparação com as restantes três, seguida da categoria MERCADO (28,76% no total dos documentos). De algum modo, os documentos de instituição e monitorização da ERA listam cuidadosa e exaustivamente, uma série de recursos a usar para dinamizar este espaço europeu de investigação. E tal é coerente ao longo dos vários documentos analisados, como vimos acima na figura 15.

Que recursos são usados nesse mercado? O que se vende e troca, como se produz, que mecanismos e meios são usados para obter competitividade e alavancagem face a outros mercados científicos não europeus?

A figura 17 permite perceber que ao longo dos quatro documentos, expressões referentes aos recursos humanos, especialmente os cientistas e investigadores, contabilizam 250 referências. Apenas ultrapassados pela referência aos recursos financeiros, os fundos ou financiamentos (“*funds/funding*”), de que a investigação necessita para crescer. Estes são contabilizados 304 vezes.

Figura 17: frequência dos indicadores da categoria RECURSOS



Se recordarmos o que foi dito aquando da análise da dimensão micro, vemos de que modo as preocupações avançadas pelos entrevistados surgem espelhadas nos documentos da ERA: a busca, obtenção e manutenção de financiamentos parece surgir como crucial para as investigações científicas ao nível europeu. O predomínio deste

indicador sobre todos os outros não deve ser considerado uma coincidência mas uma efetiva preocupação ou orientação avançada pela mensagem dos documentos.

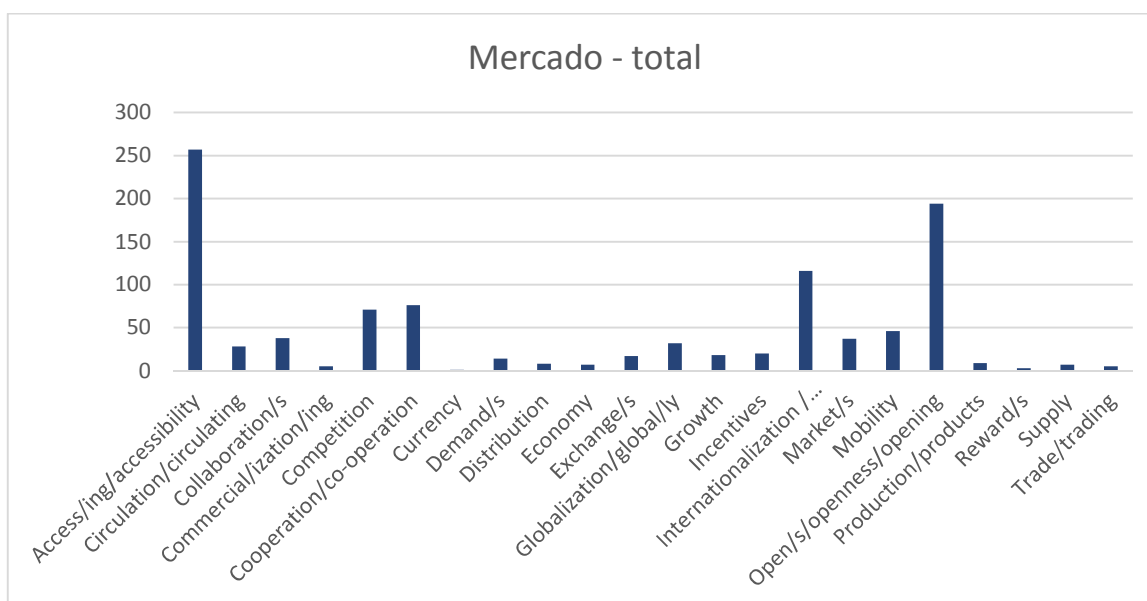
Não há dúvida que a Hipótese 1, oferecida na sequência da análise da dimensão micro e segundo a qual os documentos europeus sobre a política científica europeia constata uma vincada preocupação em torno de questões de financiamento e de carreira, está confirmada. Aliás, o indicador “*funds/funding*” é o que mais contagens regista de todos os indicadores selecionados para as várias categorias.

Para além dos financiamentos e dos próprios cientistas, o espaço europeu necessita de sistemas em rede, ou seja, formas de comunicação, bem como de infraestruturas e de conhecimento, produzido e divulgado. Estes indicadores contabilizam 132 (“*system/s*”), 125 (“*infrastructures*” e “*facilities*”), e 123 (“*knowledge*”) referências, respetivamente. A produção e comunicação de conhecimento é prioridade da investigação científica e esta deve ser realizada em locais, em infraestruturas preparadas para o efeito. Recorde-se que, como vimos na análise da dimensão meso, os documentos da OCDE afirmavam a sua preocupação em regular a investigação colaborativa internacional, especialmente de grande escala, ou seja, que colocasse em funcionamento infraestruturas de investigação partilhadas e cujos custos assim poderiam ser possíveis gerir. Finalmente, acima das 100 contagens, temos o indicador que remete para os dados (“*data*”, incluindo aqui “*databases*”), ou seja, a matéria-prima por excelência da investigação científica.

Os indicadores mais referidos, dos selecionados para compor a categoria MERCADO, são: “*access/ing/accessibility*” (275 contagens no total), “*Open/s/openness/opening*” (194 contagens no total) e “*Internationalization/international/ly*” (116 contagens no total) – figura 18. A ideia de um mercado de cariz internacional, aberto a vários atores, está bem patente na presente análise de conteúdo. O mesmo se confirma dada a relevância de expressões como “*competition*” (71 contagens no total) e “*cooperation*” (76 contagens no total), atividades centrais no desenvolvimento de um espaço europeu competitivo.

Confirma-se, deste modo, a Hipótese 2 gizada acima e oferecida pela análise da dimensão macro: os documentos analisados sobre a política científica europeia constata uma forte preocupação em torno das questões de abertura dum mercado do conhecimento na Europa.

Figura 18: frequência dos indicadores da categoria MERCADO



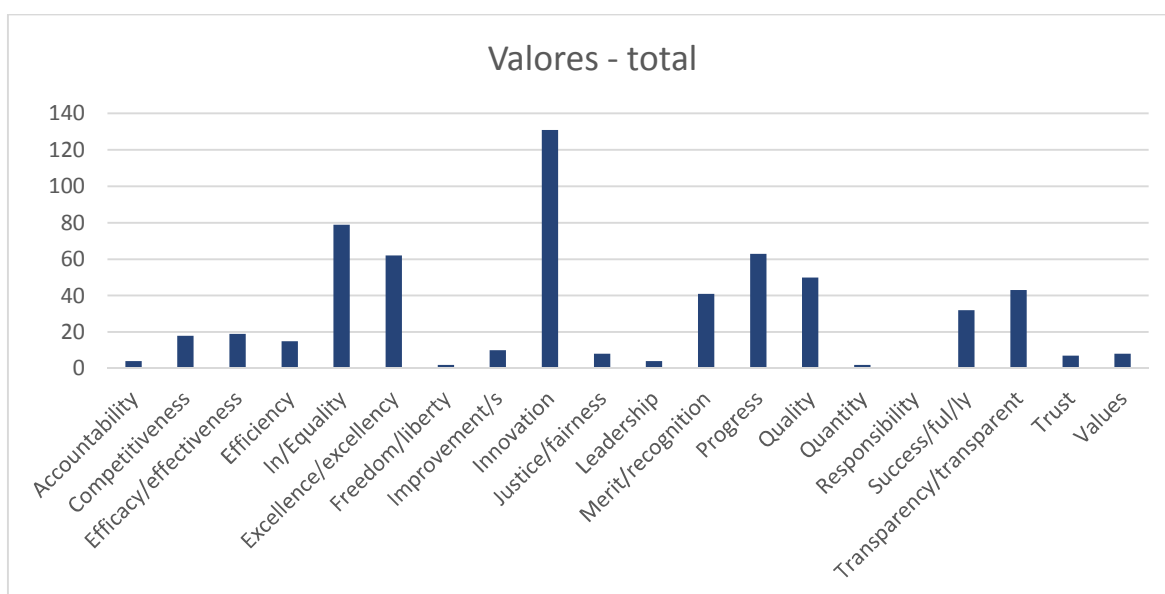
Finalmente, como indicado acima, considerámos que seria útil complementar a análise com uma última categoria, intitulada VALORES, buscando-se indicadores que revelem os valores ou objetivos a prosseguir através deste novo mercado europeu. A lista de contagens (figura 19) é liderada pelo indicador “*innovation*” (131 contagens no total dos quatro documentos), que parece sugerir ser este o grande objetivo a perseguir através da ERA: inovação através da ciência e da investigação científica. Nenhum outro indicador ultrapassa as 100 referências ao longo dos textos. Acima das 50 contagens temos os indicadores seguintes: “*equality*”, ou seja, a igualdade entre os cientistas, especialmente entre géneros, como nos permite concluir uma análise às unidades de contexto. Depois, o progresso (63 contagens no total dos quatro documentos), cuja relação íntima com a inovação não seria de admirar, a excelência (62 contagens no total dos quatro documentos) e a qualidade (50 contagens no total dos quatro documentos).

Donde se pode concluir que os valores ou objetivos que guiam a construção da ERA são desenhados especificamente para um empreendimento que tem a investigação científica no seu núcleo e em torno do qual revolvem as preocupações e orientações sobre inovação, igualdade dos géneros no acesso à carreira, progresso, excelência e qualidade do processo e dos produtos científicos.

Note-se no entanto que um dos indicadores mais referenciados pelos documentos analisados na secção precedente sobre os mecanimos de regulação dos comportamentos

problemáticos, a confiança ou “*trust*”, obtém apenas 7 referências ao longo dos quatro documentos. O grande argumento usado para controlo da atividade considerada problemática dos cientistas, isto é, a manutenção da confiança do público e dos decisores políticos nos processos e resultados da ciência, é claramente desvalorizado ao nível das políticas científicas plasmadas nos documentos da ERA.

Figura 19: frequência dos indicadores da categoria VALORES



Relevante se torna ainda o facto de esta categoria ter reunido apenas 17,05% das referências ao longo dos quatro documentos, face às restantes categorias, sem esquecer que, ainda assim, é mais mencionada do que a categoria INTEGRIDADE. Nada nos faz duvidar, portanto, da natureza prescritiva e orientadora das mensagens veiculadas na amostra, que adquirem assim um tom claramente interventivo e pragmático de criação e monitorização da ERA.

4.3. Discussão dos resultados

Os resultados obtidos com a última dimensão de análise, que apelidámos de dimensão macro e pretende remeter para as políticas públicas científicas a nível europeu, mais especificamente as orientações para a nova ERA, permite-nos retirar algumas conclusões que sintetizaremos de seguida.

Foram confirmadas as hipóteses colocadas acima:

- os documentos sobre a política científica europeia constataam uma preocupação em torno de questões de financiamento e de carreira – hipótese 1, sugerida pelos resultados obtidos na análise da dimensão micro;
- os documentos sobre a política científica europeia constataam uma preocupação em torno das questões de abertura dum mercado do conhecimento – hipótese 2, sugerida pelos resultados obtidos na análise da dimensão meso;
- os documentos sobre a política científica europeia ocupam-se menos com questões de integridade do que com as questões precedentes (financiamento, carreiras e mercado do conhecimento) – hipótese 3.

Mais podemos concluir que parece existir alguma incoerência ou inconsistência com os documentos analisados para a dimensão meso:

- enquanto os documentos analisados para a dimensão meso procuram (re)criar sistemas de regulação e controlo melhor adaptados aos tempos atuais, os documentos da ERA reforçam o valor no sistema tradicional de *peer review*;
- enquanto os documentos analisados para a dimensão meso sublinham a centralidade da confiança ou “trust” entre ciência e sociedade e no seio da própria comunidade científica, os documentos agora analisados referem de forma perfeitamente residual esse valor no espaço ERA;
- enquanto os documentos analisados para a dimensão meso sublinham a centralidade da prevenção e dissuasão das situações de FFP, os documentos agora analisados não fazem qualquer referência a qualquer uma destas dimensões (“fabrication”, “falsification”, “plagiarism”);

Esta incoerência pode ser apenas aparente. Expliquemos: os documentos analisados para a dimensão meso permitiram concluir pela centralidade do processo de abertura de um mercado europeu da investigação e é nesse âmbito que procuram regular e controlar comportamentos indesejáveis. Ora, a hipótese da abertura desse mercado está claramente patente na análise conduzida na dimensão macro.

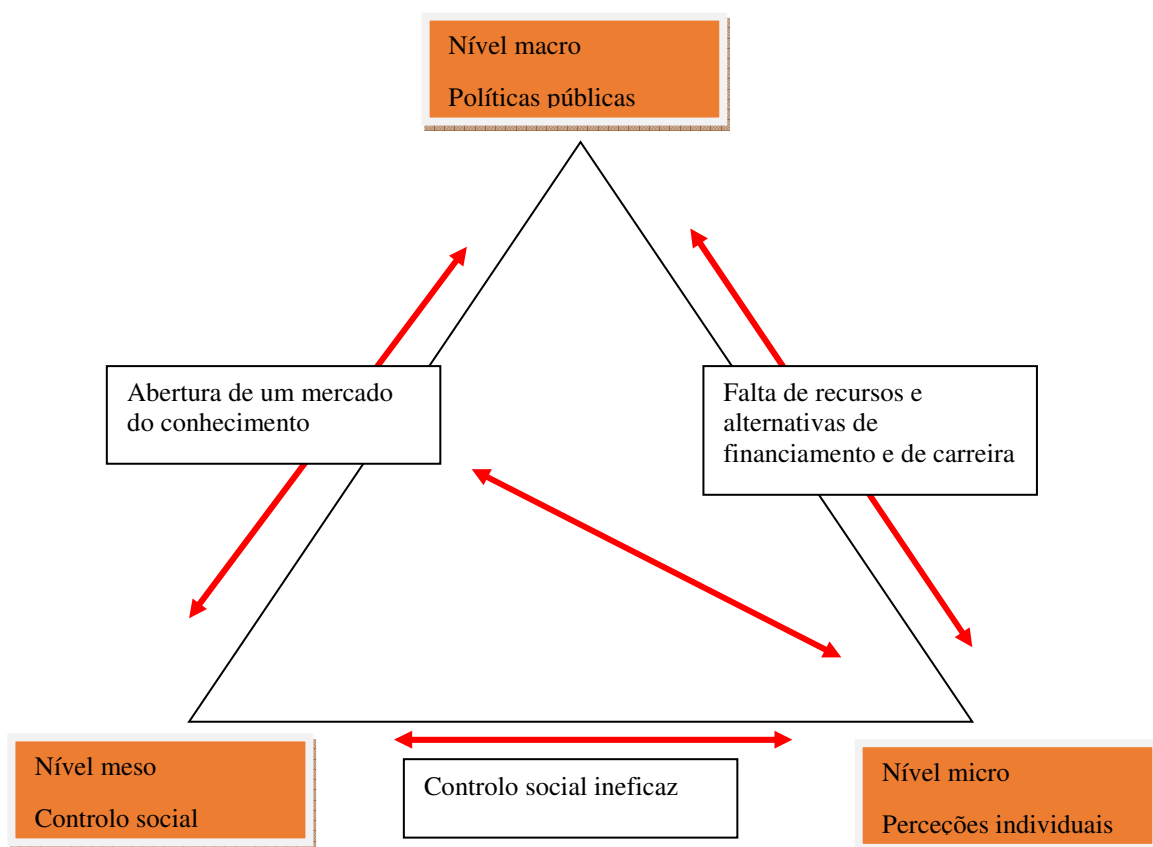
A preocupação em torno das carreiras dos cientistas e das oportunidades de financiamento foi confirmada como sendo central, não se descartando ainda a relevância

de outros recursos a incorporar na abertura deste novo mercado europeu da investigação. A ampla referência daqueles indicadores revela ao nível macro a mesma preocupação que constatámos existir ao nível micro. Donde não seja de espantar que as preocupações e dificuldades sentidas pelos entrevistados (dimensão micro), já que as mesmas decorrem e influenciam, num processo de retroação mediado pelo funcionamento das IES e outras organizações, as políticas científicas europeias sobre a ciência.

No final, para o tópico da nossa investigação, as questões em torno da *misconduct* e da integridade, mesmo da ética, surgem neste plano como perfeitamente secundárias face e outras prioridades de cariz comercial da investigação, seus atores e seus produtos.

O final do excuro empírico pelas três dimensões de análise e realizadas nesta parte B do presente trabalho permite-nos concluir a secção com uma visualização da Figura 20, abaixo, na sua versão final, onde se articulam as dimensões micro-meso-macro. As características centrais de cada uma, bem como as respetivas interações são explicitadas nos vértices e nos planos do triângulo, respetivamente.

Figura 20: as três dimensões de análise (micro, meso, macro)



Conclusões

Na secção final do presente trabalho iremos rapidamente rever o que foi dito nos capítulos precedentes. Sintetizaremos o objeto de investigação e algumas precisões conceptuais, bem como as três dimensões de análise que são aqui usadas para uma abordagem compreensiva e integrada do tópico de investigação. Rapidamente iremos sintetizar o que já se sabe sobre o tema, tal como foi apresentado na revisão de literatura para, de seguida, apresentar os três trabalhos de investigação concernentes às três dimensões de análise, incluindo síntese da metodologia usada e os resultados obtidos. Aqui iremos proceder de modo a se obter uma visão integrada desses resultados. Seguidamente iremos discutir a utilidade do estudo desenvolvido, bem como as limitações decorrentes. Finalmente, iremos debruçar-nos sobre a importância do objeto de investigação para a Criminologia, bem como sobre a relevância do estudo criminológico para o presente objeto.

1. Síntese e discussão dos resultados obtidos

Como mencionado desde a secção introdutória do presente trabalho, são nosso objeto de investigação os comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior. A formulação assim feita permite perceber que optámos por um afastamento da visão reificada de crime ou de comportamento desviante, optando por olhar para os comportamentos e práticas na medida em que dão origem a uma censura pelo grupo social (Hulsman, 1986, 1998). Consideramos, para o efeito, os académicos como todos aqueles profissionais que têm um vínculo de trabalho a instituições onde a investigação científica e o ensino superior acontece, e que se dedicam precisamente a essa investigação e docência. Nesse sentido, indagamos dos comportamentos e práticas realizadas pelos académicos nas suas vestes de profissionais. Designamos como instituições de ensino superior (IES) todos as instituições ou organizações, públicas, onde acontecem aquelas tarefas de investigação científica e de ensino superior, usualmente referidas na literatura como universidades, academia ou outras.

A análise do objeto de investigação foi realizada a três tempos ou em três dimensões de análise, complementares, em interação e que permitiram a triangulação metodológica:

- (i) a dimensão micro de análise pretendeu aceder às perceções e atitudes dos académicos europeus sobre comportamentos e práticas consideradas problemáticas, bem como a sua frequência, características, causas e consequências percebidas e gravidade atribuída. Nas consequências dos comportamentos e práticas consideradas problemáticas se inclui também a percepção dos académicos sobre os mecanismos de controlo social formal e informal;
- (ii) a dimensão meso de análise procurou descrever as características dos mecanismos de controlo social formais ou institucionalizados sobre a investigação científica e o ensino superior, perceber a sua configuração emergente desde 2000 na Europa, incluindo os comportamentos e práticas considerados problemáticos e as normas proibitivas que daí decorrem, os atores em jogo no desenho dos mecanismos de controlo, procedimentos de averiguação e sanções desenhadas e justificações avançadas para a problematização e existência do mecanismo de controlo;
- (iii) a dimensão macro de análise olha para as políticas públicas europeias sobre a ciência, especificamente no caso da instituição da ERA (em 2000), indagando do lugar que a integridade científica (o reverso dos comportamentos e práticas consideradas problemáticas) ocupa nas exigências atualmente impostas à investigação científica e ao ensino superior.

Antes de procedermos da análise empírica, foi revista a literatura de modo a se perceber o que se sabe atualmente sobre o objeto, nas suas diferentes dimensões de análise. Nesta revisão de literatura, que ocupou toda a Parte A, e no que tange à dimensão micro de análise, foi percebido que a literatura propõe quer definições estritas em torno da *scientific misconduct* e da tríade FFP (Claxton, 2007; Goodstein, 2010; Hansen e Hansen, 1995, entre outros), quer definições amplas das práticas e comportamentos considerados problemáticos, incluindo também as QRP (Barr, 2006; Jaffer e Cameron, 2006; Kakuk, 2009; Martin, 1992; Steneck, 2006, entre outros).

Para efeitos de organização da literatura revista, foi proposta uma tipologia de comportamentos ou práticas estudadas, incluindo: formas de desrespeito aos direitos de autor (Becher e Trowler, 2001; Jaffer e Cameron, 2006; Kakuk, 2009; McHenry e Jureidini, 2008; Tjandink *et al.*, 2014, entre outros); desrespeito às regras metodológicas de investigação científica (Claxton, 2005; Fanelli, 2009; Fanelli *et al.*, 2015; Fang *et al.*, 2013; John *et al.*, 2012, entre outros); CoI (Abraham, 1994; Barr, 2006; Campbell *et al.*,

2004; Claxton, 2007; Dinan *et al.*, 2006; Duval e Heilbron, 2006; Edmond, 2008, entre outros); e variadas áreas cinzentas incluindo enviosamentos no *peer review* em publicação ou atribuição de financiamento (Becher e Trowler, 2001; Cronin, 2012; Steneck, 1999), bem como envioamento de *peer review* no recrutamento ou progressão na carreira dos académicos (Neves, 2014) ou más práticas de docência (Berry, 1995).

Em síntese, a revisão de literatura sobre comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior, especialmente no que tange à frequência, prevalência e descrição das mesmas acaba por pecar por falta de sistematicidade e unanimidade. Posto de outra forma, parece haver uma falta de atenção sistemática ao objeto, eventualmente devido à sua aparente novidade enquanto tópico de investigação. A literatura recolhida e a análise realizada na *Nature* e na *Sicence*, permitem-nos concluir que é um tema que tende a receber atenção especialmente nos últimos 20 anos. As definições dadas pela literatura são divergente e não existe consenso sobre o que deve ou não ser considerado problemático e censurado. Simultaneamente, a maior parte dos estudos revistos falha na sua vertente empírica de modo que pouco se sabe sobre as características dos fenómenos estudados. Quando existe dimensão empírica, os trabalhos são amplamente descritivos, sem avançar com explicações ou visões aprofundadas so tópico. Por outro lado, a literatura revista provém de diversas áreas científicas ou disciplinares, não é apanágio de nenhuma especialização e parece acontecer em reação a casos mediáticos de fraude.

No entanto, é inegável a crescente preocupação da literatura face a este tópico de investigação e uma produção literária e científica que parece ser crescente. Sucede é que a indefinição daquilo que apelidámos “áreas cinzentas”, a existência de comportamentos nebulosos e difíceis de descrever, a constelação de comportamentos e práticas problemáticas, bem como a dificuldade de estudo empírico em virtude do seu secretismo, dificultam a determinação do objeto de estudo da presente investigação.

De notar o interesse crescente também da Criminologia sobre esta forma de comportamentos considerados desviantes. Merton (1973) sugere que as regras morais seguidas pelos cientistas são continuamente reafirmadas e transmitidas pelo exemplo, que existe um forte consenso moral entre os académicos (guiados no seu trabalho pelas regras do universalismo, comunitarismo, desinteresse e ceticismo organizado) mas também um forte ênfase, na atividade científica, pela originalidade e prioridade nas

descobertas. Esta característica pode conduzir a situações e comportamentos disfuncionais e comportamentos propriamente desviantes devido a uma eventual pressão para o desvio, nomeadamente a fabricação de dados, o *cooking*, o plágio e as más práticas dos revisores científicos.

Enquanto Zuckerman (1977) cinge o seu estudo à FFP, Thompson (2002) refere a necessidade de se estudar um amplo leque de comportamentos na ciência, incluindo a corrupção e o nepotismo, donde se conclui também aqui pela ausência de consensos sobre a delimitação do objeto de estudo. Tromp (2010) alarga mais ainda para a consideração das consequências negativas que os académicos sofrem quando a sua investigação acarreta notícias indesejáveis para a entidade financiadora.

Ben-Yehuda (1986) e Hackett (1994) clamam pela necessidade de olhar para o controlo social da atividade científica e Davis (2003) chama a atenção para o elemento cultural onde o cientista se move e a possibilidade de se verificarem conflitos entre normas científicas. Adams e Pimple (2005) referem as características situacionais da *scientific misconduct* e sublinham a importância da prevenção situacional e de mecanismos de intervenção precoce na deteção dos comportamentos. White *et al.*, 2009 expõem o processo de *moral disengagement* pelo qual passam os cientistas que trabalham sobre produtos científicos perigosos, de modo a negar o dano potencialmente criado para a sociedade pelos produtos com que trabalham.

Brusten (1981), Brusten e Outrive (1981), Brusten e Ponsaers (1981), Hope e Walters (2008), Presdee e Walters (1998), Walters (2003) e White *et al.* (2009) debruçam-se especificamente sobre a censura sofrida pela Criminologia e as relações de poder e de interferência que a disciplina sofre em virtude da sua proximidade à agenda política e a sensibilidade dos seus temas de estudo.

Croall (2001) e Georgoulas e Voulvouli (2015) aproximam o fenómeno ao crime de colarinho-branco, juntamente com a corrupção e o clientelismo e Croall (2001) sublinha a importância de se compreender a ação humana no quadro da organização profissional e formal onde se desenvolve, a par da crescente comercialização da investigação científica. Vaughan (1999a, 1999b, 2001a, 2001b), influenciada pela teoria da anomia de Merton, refere também a necessidade de se estudar a organização onde se desenvolve a ciência para perceber o seu fim orientado pela competitividade e pelo lucro e onde, no final, devem ser entendidos os comportamentos desviantes na ciência.

Gutwith e Christiaens (*in press*) e Winlow e Hall (2012) lançam o olhar para o crescendo de regras burocráticas que orientam a investigação científica, sem que os académicos tenham capacidade de refletir sobre as suas práticas. Neste caso, a fraude científica surge como efeito do ambiente ou contexto mais amplo, especificamente em virtude do estabelecimento da chamada *knowledge economy* e respetivos movimentos de mercado, onde a ciência se insere progressivamente. Também Beyens e Swaaningen (2015), Müller (2015) e Verhaeghe e Willemsen (2015) olham para a atual cultura académica, com laivos progressivamente marcados de competição e pressão, de onde advêm consequências negativas, especialmente ao nível da *scientific misconduct*.

Finalmente, Hesselmann *et al.* (2014) demonstram de que modo a Criminologia está especialmente bem preparada para estudar este objeto, especialmente em virtude dos seus conhecimentos e práticas metodológicas acumuladas no estudo de outros comportamentos desviantes.

A síntese possível no que toca ao interesse da Criminologia sobre os comportamentos e práticas problemática na investigação científica e no ensino superior revela que tem havido uma preocupação progressiva sobre o fenómeno. Os autores mais recentes sublinham a fragilidade dos mecanismos de controlo social na prevenção e deteção dos comportamentos, bem como o contexto organizacional onde decorre a acção do académico, especialmente face ao atual ambiente cultural, político e económico onde o conhecimento tem valor de mercado. As pressões sobre os cientistas são várias e, nas suas vestes de profissional, o estudo do fenómeno pode ser aproximado do estudo de outros crimes de colarinho-branco ou organizacionais, ou seja, cometidos no seio de organizações formais e no âmbito de uma ocupação legítima. No entanto, não é possível deixar de reparar na grande lacuna de trabalhos empíricos sobre o tema de que nos ocupamos ainda que, como alegam alguns autores, a Criminologia esteja especialmente bem preparada para o seu estudo empírico.

Ainda na Parte A, de revisão de literatura, foram apresentados alguns trabalhos que pretendem olhar para o que designamos como controlo social informal na vertente da vigilância e controlo dos comportamentos feitos pela comunidade científica, bem como para o controlo social formal, na forma de mecanismos institucionalizados e desenhados especificamente para reagir a comportamentos e práticas consideradas problemáticas.

As características da comunidade científica, bem como a forma como aí se desenrolam a distribuição de reconhecimento e mérito dos académicos foi abordada, bem como o processo de avaliação do trabalho dos seus membros (Becher e Trowler, 2001; Fernández-Ríos e Rodríguez-Díaz, 2014; Latour e Woolgar, 1988; Merton, 1973) e todo o processo de socialização, de transmissão das regras, normas e ideologias profissionais (Mulkay, 1976). É no seio da comunidade científica, na pertença ao grupo que se contrói a identidade profissional (Scheff, 1995) e se constroem padrões de comportamento (Becher e Trowler, 2001). A comunidade científica, o grupo profissional é essencial para a construção dos factos científicos (Latour, 2005; Latour e Woolgar, 1988) e a cooperação entre os indivíduos no seio da comunidade científica parece estar em crescendo (Cronin, 2001; Cronin *et al.*, 2003, 2004). É essencial procurar fazer sentido da ação individual do académico no universo de valores, normas, ideologias e práticas desenhadas pelo grupo social a que pertence, pela comunidade científica. É esta também que de algum modo determina a distribuição do mérito, do reconhecimento científico e dos recursos que daí podem advir. É ainda a comunidade científica que, entre as suas restantes tarefas, pode ajudar a problematizar ou não comportamentos e práticas na investigação científica e no ensino superior.

Em termos dos mecanismos de controlo social formal, vimos que Vaughan (1999b, 2002, 2007) defende o estudo da ação humana, incluindo a desviante, situada nas específicas características das organizações científicas, com padrões de distribuição de poder e recursos, suas hierarquias, controlo social, padrões de comunicação e formas de definir as situações, bem como nas relações entre organização e outros atores coletivos externos, como sejam as editoras científicas e as entidades financiadoras. Anderson *et al.* (2007), Martinson *et al.* (2005, 2006 e 2010) sublinham a influência da perceção da (in)justiça organizacional pelos académicos nos comportamentos e práticas problemáticas, bem como a relevância da construção da identidade profissional, o impacto da competição implícita no interior e entre IES sobre os mesmos comportamentos e práticas. Mumford *et al.* (2007) referem também os factores do ambiente e clima organizacional com impacto em decisões éticas, concluindo pela relação negativa entre perceção de conflitos interpessoais no local de trabalho e a pressão sentida e a tomada de decisões éticas.

Montgomery e Oliver (2009) e Steneck (1999) traçam os períodos e características da evolução dos mecanismos de regulação da *misconduct* nos EUA. Godecharle *et al.*

(2013, 2014) na Europa, assim como Lind (2005) para os EUA, analisam os documentos reguladores da integridade e da *misconduct* em IES. Concluem para o carácter omissivo e heterogéneo no que tange às regras e mecanismos de averiguação da *misconduct*, bem como na clara falta de consenso acerca do que deve ser considerado problemático. DuBois *et al.* (2010), Heitman e Bulger (2005), Kon *et al.* (2011) referem a heterogeneidade do material informativo e educativo sobre a integridade, ou preventivo da *misconduct*, na IES estudadas, concluindo pela falta de abordagens unificadas à formação sobre a integridade científica. Também a vertente da prevenção dos comportamentos e práticas problemáticas é analisada por Drenth (2005) e por Koppelman-White (2006). Iverson *et al.* (2003) olham para as políticas sobre *misconduct* nas sociedades científicas e Redman e Merz (2006) nas revistas científicas.

Gibson *et al.* (2014) e Sieber (2012) chamam a atenção para os diferenciais de poder no seio das IES com impacto na variedade de reações face à *misconduct*. A isto se adiciona a dificuldade na recolha de provas e averiguação de denúncias (Wilson *et al.*, 2007) e a variedade na aplicação de sanções a situações provadas de *misconduct* (Keränen, 2006).

Em síntese, os trabalhos realizados revelam que claramente se verifica quer nas IES, quer nas sociedades e revistas científicas, uma clara falta de consenso nas suas políticas de prevenção e deteção dos comportamentos e práticas problemáticas. Em vigor encontram-se diferentes regras sobre o que deve ou não ser proibido e censurado, diferentes tipos de códigos, diferentes mecanismos de prevenção, deteção e averiguação, por vezes com omissões relevantes. Ainda assim, os estudos revistos atestam a importância crescente do tópico de investigação e a relevância da sua consideração sob a ótica da eficácia dos mecanismos de controlo social.

No ponto final da Parte A conduzimos uma revisão de literatura que pretendeu, por um lado, fazer algumas considerações sobre a Ciência, nomeadamente na sua relação com a Verdade, com a metodologia da investigação incluindo a construção de hipóteses, demarcação de outros tipos de conhecimento e o que se considera serem, em termos epistemológicos, os comportamentos típicos do cientista ou do académico.

Com mais cuidado passamos de seguida para uma visão geral do que se considera serem atualmente as exigências atuais sobre a investigação científica e o ensino superior, na Europa, nas últimas décadas (Becher e Trowler, 2001; Oliveira, 2000) e o crescente envolvimento da Comissão Europeia naquelas matérias. Foram apresentadas algumas

das características do chamado processo de Bolonha bem como configurações atuais das IES no processo de ensino superior e na sua governação (Agra, 2012; Busino, 2000; Chiang, 2009; Croché, 2009).

Expressões como ‘sociedade do conhecimento’ ou ‘economia do conhecimento’ passam a designar um novo conjunto de políticas, exigências e expectativas face à ciência, dando prioridade em concreto à mercantilização dos produtos científicos e orientações de eficácia e de utilidade apostas sobre as IES e seus processos (Becher e Trowler, 2001; Conceição e Heitor, 1999; Fuller, 2007). O papel da Comissão Europeia surge aqui como central a partir do momento em que reconhece o potencial económico da investigação científica, procurando enquadrá-la em mecanismos de regulação não previstos inicialmente no Tratado Europeu (Gideon, 2012, 2015) já que ali identifica um potencial motor de competitividade económica.

Sociedade e Ciência Modo2 coevoluem (Nowotny *et al.*, 2001): há uma dependência crescente da sociedade face ao conhecimento científico numa fase da evolução social fortemente marcada por transformações no papel e funções do Estado, com novos padrões de interação entre entidades públicas e privadas que acabam por ter impacto na investigação científica. Esta é chamada cada vez mais a prevenir ou evitar riscos e incertezas ao mesmo tempo que adquire um figurino orientado pela racionalidade económica. A investigação científica é considerada fulcral nas tarefas de modelação e desenho do futuro considerando o impacto da globalização e da necessidade de resolução de problemas de forma eficaz e célere.

Em síntese, as sociedades atuais estão em processo de transformação e apresentam novas configurações. Tal impõe novas exigências sobre os produtos da investigação científica, que deve dar respostas aos vários mercados (laboral, de produtos, comercial) de tal modo que as IES parecem estar a passar pela adoção de papéis até aqui desconhecidos ou de menor importância. Governam-se em função de critérios de eficácia, utilidade, celeridade e orientação para a resolução de problemas. Estas novas configurações parecem ir, segundo os autores revistos, no sentido de uma transformação do que eram consideradas as tarefas tradicionais das IES na produção científica e do ensino superior. Estas atividades são agora consideradas com potencial valor de mercado e motor de desenvolvimento e competitividade na Europa face a outros países ditos desenvolvidos ou economias emergentes.

Considerando o objeto do presente trabalho de investigação, já apresentado nas suas várias dimensões de análise, vamos agora rapidamente sintetizar de que modo se procedeu à vertente empírica (Parte B).

A dimensão micro de análise foi realizada através da condução de 27 entrevistas semi-estruturadas a académicos a desenvolver as suas atividades profissionais de ensino superior e investigação científica em IES europeias. A amostra, construída através do processo de amostragem teórica, consistiu em 13 entrevistados a trabalhar em Portugal; 3 no RU; 6 na Bélgica; 4 na Holanda e um na Suíça. Para além da diversidade geográfica, a amostra procurou também a variedade em termos de fase na carreira, com 11 professores catedráticos, 5 associados, 4 auxiliares, 3 investigadores juniores e 2 investigadores seniores, num total de 14 entrevistados do género masculino e 13 do género feminino. Dos entrevistados, 13 eram provenientes de disciplinas das Ciências Exatas e da Saúde e 17 das áreas das Ciências Sociais – no entanto, aquando da análise dos dados, mostrou-se relevante autonomizar aqui os 3 entrevistados da Filosofia e do Direito dados os seus específicos padrões de resposta. Os dados recolhidos foram alvo de uma análise *grounded* através da qual conseguimos aceder às seguintes dimensões: características e tipos de comportamentos e práticas consideradas problemáticas pelos entrevistados; gravidade atribuída a esses comportamentos e práticas; causas e consequências percebidas desses comportamentos e práticas.

A dimensão meso de análise foi obtida através da análise de um *corpus* constituído por 13 documentos supranacionais com potencial impacto nas IES europeias de regulação dos comportamentos e práticas problemáticas. Foram por isso recolhidos e analisados 3 documentos da OCDE, 3 da Comissão Europeia e 7 da ESF+ALLEA+ORI. Também aqui se procedeu a uma amostragem teórica procurando-se aplicar critérios geográficos, temporais, relativos à entidade emissora, referência ao tema da *misconduct*, acessibilidade, natureza de codificação ou de guia e critério de aplicação geral a todas as áreas disciplinares. As dimensões analisadas através da abordagem *grounded* procuraram saber quais os comportamentos e práticas consideradas problemáticas nos documentos de regulação; o conhecimento prévio disponível sobre os mesmos; atores envolvidos no desenho de regulação ou, mais concretamente, de controlo social da atividade científica; soluções propostas para combater/prevenir os comportamentos e práticas consideradas problemáticas; bem como as justificações avançadas para a emergência dos mecanismos de controlo.

Finalmente, a dimensão macro foi já não de carácter indutivo mas conduzida com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses obtidas através dos resultados das dimensões prévias. Foi, por isso, criado um *corpus* de 4 documentos produzidos pela Comissão Europeia com orientações políticas sobre a ciência, especificamente a ERA. Foram critérios de inclusão na construção da amostra: o tópico, a entidade emissora, a natureza prescritiva dos documentos e a pertinência. A amostra assim obtida foi alvo de uma análise de conteúdo quantitativa, categorial ou temática. Os resultados obtidos pretenderam responder às seguintes hipóteses: Hip1 – os documentos constataam a preocupação da Comissão Europeia em torno de questões de financiamento e carreira da atividade científica; Hip2 – os documentos constataam a preocupação da Comissão Europeia em torno das questões de abertura de um mercado científico; Hip3 – os documentos constataam a menor preocupação da Comissão Europeia sobre questões de integridade, face às prioridades de financiamento, carreira e mercado.

A análise das três dimensões permitiu responder às três dimensões encontradas no presente objeto de estudo (atitudes e perceções dos académicos, controlo social e políticas públicas científicas) e proceder à triangulação metodológica.

Iremos agora rever alguns dos resultados mais significativos da démarche empírica realizada para as três dimensões de análise.

Ao nível da dimensão micro de análise, foi possível identificar vários comportamentos e práticas consideradas problemáticas na investigação científica e no ensino superior. Os entrevistados identificaram práticas problemáticas na docência na forma de negligência ou desinvestimento na lecionação e preparação das aulas (13 referências) e na inflação das notas de avaliação dos discentes. No tocante às práticas autorais problemáticas, para além do chamado plágio “tradicional” (15 referências), os académicos entrevistados autonomizaram ainda práticas de plágios por alunos de doutoramento (10 referências), auto-plágio (6 referências), exploração do trabalho de terceiros subordinados (6 referências), autoria honorária (4 referências), enviesamento na revisão de literatura e citações cruzadas (2 referências cada) e ainda o uso do plágio como arma em conflitos interpessoais (3 referências). São os professores catedráticos e os associados que mais práticas destas referem, e são os entrevistados das ciências sociais e do comportamento que registam quase o dobro das referências (30) face aos colegas das ciências exatas e da saúde (17 referências).

No que toca aos procedimentos metodológicos problemáticos, os entrevistados identificaram situações de invenção de dados (6 referências), manipulação (3 referências), seleção de dados (10 referências) ou interpretação enviesada dos resultados (4 referências). As referências dos entrevistados das ciências sociais e da saúde somaram-se em 15, com 14 referências para os entrevistados das ciências exatas e da saúde.

As relações problemáticas de poder interno foram distinguidas entre enviosamentos na avaliação para ingresso ou progressão na carreira (14 referências), no *peer review* para publicação (9 referências), na atribuição de grau (7 referências), no *peer review* para candidatura a financiamento ou outra não especificada (4 respetivamente). Enquanto a percepção da existência de enviosamentos para ingresso e progressão na carreira e atribuição de graus foram mencionados por entrevistados de todas as áreas científicas, já as restantes situações não eram do conhecimento dos entrevistados da Filosofia e Direito, sendo que o enviosamento para publicação e para obtenção de financiamento foram mais referidas pelos entrevistados das ciências exatas e da saúde. Neste ponto, claramente os professores catedráticos surgem como tendo mais conhecimento acumulado sobre estas várias situações de relações problemáticas de poder no seio da comunidade científica.

As relações problemáticas com poderes exteriores à IES foram referidas como interferência (8 referências), influência (11 referências) e ambivalência (6 referências) face aos poderes público e como interferência, influência e ambivalência (5 referências para cada uma das categorias) face aos poderes privados. São os professores mais alto na hierarquia e os entrevistados das ciências sociais e do comportamentos os que parecem mais conseguir recontar e perceber a existência destas situações problemáticas.

Os processos, características, causas, consequências e gravidade atribuída foram descritos para cada um dos comportamentos e práticas nas secções correspondentes. Aqui, para sintetizar, iremos apenas fazer referência ao facto de, na verdade, a tipologia transmitida pelos entrevistados parecer ser bem mais rica e complexa do que aquilo que a revisão de literatura deixava entrever, e que, além deste aspeto, poderão existir relações entre diferentes comportamentos e práticas como por exemplo pode suceder entre as situações de interferência e de procedimentos metodológicos problemáticos. Os

comportamentos e práticas poderão ter que ser entendidos não em isolamento mas eventualmente como fazendo parte de um sistema coerente que poderá conduzir a várias formas, interrelacionadas entre si, de comportamentos e práticas problemáticas.

Especialmente, será de vincar o facto de mesmo situações consideradas maioritariamente censuráveis, como o plágio “tradicional” poderem ser alvo de interpretações diferenciadas quanto à sua gravidade e componente problemática. Significa isto que não existe consenso na consideração dos comportamentos e práticas questionadas como problemáticas ao longo das várias entrevistas, antes parece ser de registar que a avaliação como problemática de uma situação decorre da análise de um *continuum* de censura, onde os limites não surgem perfeitamente definidos, mas cujas margens do que é ou não admissível são negociadas caso a caso, na situação em concreto, considerando outros interesses ou valores que os académicos podem querer proteger de forma mais veemente. No fundo, existe uma diversidade de comportamentos e práticas problemáticas mas estas não são consideradas como tal de forma consensual. Esta diversidade é alvo de interpretação negociada, podendo a definição das situações ser transmitida no seio de grupos de colegas mais restritos mas sem que tal signifique necessariamente que diferentes grupos partilham das mesmas definições, eventualmente em virtude do seu relativo encerramento.

Acresce ainda que as regras sobre o que é comportamento adequado ou, pelo contrário, problemático são, na ausência do conhecimento de *standards* (neste caso, de integridade) bem consolidados, construídas num contexto muito concreto. Os atores constroem, no interior do seu grupo de trabalho ou da sua IES, crenças acerca do que deve ou não ser censurado e considerando o contexto específico em que se encontram: se resistir à interferência da entidade financiadora poderá significar risco de perder futuros financiamentos, poderão os indivíduos negociar *in caso* o que admitem ser restrições às boas práticas metodológicas. Em situação, as regras ou normas que detêm em abstrato, poderão ser alteradas e justificadas. A negociação, a partilha mais ou menos forte de crenças sobre a atividade profissional no seio do grupo ou da rede, os constrangimentos institucionais sentidos, a importância percebida dos objetivos e valores a cumprir poderá vir a mediar a interpretação que os indivíduos fazem da situação. Donde o surgimento de uma ampla *área nebulosa* onde a valoração de práticas e comportamentos como problemáticas acaba por ser indeterminada e não consensual.

Tal fará mais sentido se recordarmos as categorias nucleares resultantes de análise enraizada das entrevistas. Efetivamente, como vimos no lugar devido, são centrais na explicação das atividades e percepções dos indivíduos as questões do financiamento e do reconhecimento na profissão. Os académicos entrevistados remeteram, todos eles de alguma forma, para a compreensão das suas atividades e da maior ou menor problematização das situações no seio de dois grandes objetivos: garantir o financiamento (por via da investigação financiada ou da manutenção das propinas dos alunos) e o reconhecimento profissional. O financiamento e reconhecimento são importantes quer para os entrevistados quer, acreditamos, para as IES de onde aqueles vêm. Um e outro objetivos potenciam o crescimento das oportunidades do académico e da respetiva IES, com acesso a recursos que são considerados limitados. Daí a relevância das publicações e das avaliações para o objetivo do reconhecimento profissional, bem como das relações com entidades financiadoras externas, para o objetivo do financiamento.

O que nos foi sugerido pela análise de dados é que efetivamente os objetivos metodológicos ou científicos, onde se inserem as boas regras metodológicas ou pedagógicas, parecem estar enfraquecidas no universo de metas a atingir pelos académicos e em função das quais estes dirigem as suas ações e fazem as suas opções quer em relação aos seus próprios comportamentos, quer face à valoração como problemáticos dos comportamentos e práticas de colegas. Mais forte parece ser a necessidade de se cumprirem os tais objetivos mencionados de financiamento e de reconhecimento, como se um e outro não pudessem ser desirmandos. Na verdade, tradicionalmente, os objetivos de reconhecimento pessoal poderiam estar ligados ao cumprimento dos objetivos metodológicos científicos. Hoje em dia tal parece não suceder e os objetivos de reconhecimento pessoal estão, isso sim, em rota de convergência com os objetivos de financiamento impostos pelas IES e que os académicos adotam para si. Os objetivos institucionais e os objetivos pessoais fundem-se e tornam-se difíceis de distinguir, como se uns não sobrevivessem sem os outros.

Ora, entendemos que esta relação umbilical não é inevitável mas antes se tem tornado assim em função do funcionamento de vários mecanismos de convergência entre aqueles objetivos, onde se incluem a pressão para produzir, um controlo social enfraquecido e a ausência de alternativas a par da limitação de recursos.

Os entrevistados mencionaram amplamente a questão da pressão sentida nas suas atividades profissionais, fosse ou não como causa ou explicação de comportamentos eventualmente problemáticos. A pressão para publicar mais, para investigar mais e obter necessariamente resultados, para obter esses resultados rapidamente, a pressão decorrente da acumulação de mais e novas tarefas ou mais horas de tarefas tradicionais, de se ficar bem classificado em *rankings* e avaliações variadas, e a pressão de obter e garantir financiamento. Pressão que não se confunde apenas com competição profissional mas que parece habitar o próprio cerne da carreira com mais precariedade, incerteza e volatilidade percebida.

A pressão parece ser imposta numa lógica de *top-down*, com a pressão colocada pela IES sentida de forma mais forte: a resposta à pressão imposta, através de mais publicações, mais produtos, mais rapidamente, poderá ter efeito no desenvolvimento da carreira profissional. Os processos de investigação e publicação são acelerados, menos profundos e estruturantes, dependem cada vez mais de outras tarefas que não o rigor metodológico ou a excelência pedagógica, segundo nos contam os entrevistados. A pressão parece surgir como algo que os académicos não procuram para si (ou ao menos nestes níveis ou em tantas vertentes) mas antes como uma ferramenta imposta pela IES para limitar os cursos de ação individual orientando-os para os objetivos agora considerados centrais: financiamento e reconhecimento da IES. Eventualmente, poderão os académicos deste modo conseguir obter também o seu reconhecimento profissional.

O controlo social dos comportamentos e práticas problemáticas é percebido como praticamente inexistente ou discricionário no sentido em que casos aparentemente semelhantes podem ter desfechos diferentes. Com exceção dos académicos entrevistados a trabalhar no RU, os restantes desconheciam grandemente as consequências negativas de situações que consideravam problemáticas, como sejam a negligência na preparação das aulas ou a exploração do trabalho de terceiros subordinados. Pelo contrário, muitas das situações consideradas problemáticas poderiam até ser meios estimados para se obter benefícios de reconhecimento e financiamento no longo prazo. Tal será mais compreensível se recordarmos que os entrevistados desconheciam grandemente a existência de códigos ou orientações sobre integridade ou outras onde tais situações fossem formalmente censuradas. Além do mais, os mecanismos institucionais em vigor, como comités de ética, conselhos pedagógicos ou mesmo o *peer review* (com a sua vertente problemática de

enviamento na avaliação), parecem não estar preparados para lidar com estas situações.

Muitos comportamentos e práticas ou não são censurados formalmente pela IES, ou não são detetados ou, quando o são, podem não ser sancionados. Na vertente, tudo remete para a mesma fragilidade e ineficácia do sistema de controlo posto em funcionamento quer na IES, quer através do processo de *peer review* mais amplo. A ausência de regras claras ajudará a perceber porque existem áreas nebulosas e amplas margens de negociação acerca do que é ou não considerado censurável. A deteção é rara e acontece mais em função do tipo de ato, sendo aqui o plágio “tradicional” aquele ato eventualmente mais fácil de detetar e sinalizar em virtude da existência de uma vítima identificável ou da maior facilidade de prova, muito por via do uso crescente de *software* preparado para a sua deteção.

Mesmo quando a deteção acontece, a sanção pode também ela depender do estatuto do suposto ofensor e, muitas das vezes, os casos são mantidos em surdina ou resolvidos de modo “informal” para evitar perdas reputacionais quer para a IES quer para o académico, especialmente quando este está especialmente bem inserido em grupos ou redes de relações ou detém algum tipo de poder interno. Donde a perceção, pelos entrevistados, de um sistema incompleto, injusto e muito pouco transparente. Por outro lado, podemos colocar a hipótese de esta ausência de preocupação das IES em criar um modelo claro de regulação, deteção e sanção, em nome de objetivos como evitar a perda de reputação, poderá também ser considerada uma prática problemática mas da própria IES e já não dos indivíduos.

Por tudo isto, os riscos percebidos de deteção e sanção de eventuais comportamentos e práticas problemáticas são mínimos. Os benefícios obtidos pelos indivíduos são, como nos disseram os entrevistados, amplamente desejáveis: as práticas autorais problemáticas ou na docência conduzem a CV's mais extensos, com mais publicações e mais atividades de investigação; a interferência ou ambivalência dos académicos na relação com os poderes externos aumenta as probabilidades de financiamento atual e futuro e, portanto, de obtenção de recursos e oportunidades para o reconhecimento profissional. Tal poderá, no fundo, permitir que os indivíduos (e as IES) optem, com base nos dados que têm ao seu dispor para interpretar a realidade e calcular custos e benefícios em situação, pela comissão de comportamentos e práticas problemáticas pois

o retorno obtido (reconhecimento e financiamento) parece ultrapassar os riscos ou custos associados à detecção e sanção.

Os mecanismos de controlo social formal ou institucionalizados são frágeis, discricionários e ineficazes; os mecanismos de controlo social informal (*peer review*, orientadores) nem sempre funcionam adequadamente e podem, eles próprios, sofrer de práticas que alguns dos entrevistados consideram enfiamentos ou abusos de posição.

Finalmente, os dois últimos mecanismos que podem ajudar à convergência entre objetivos de financiamento e de reconhecimento parecem ser a ausência de modos alternativos de financiamento e de reconhecimento, bem como uma forte limitação de recursos percebida pelos entrevistados. Os entrevistados percebem uma ausência de variedade nas fontes de financiamento que se torna tão central para as suas atividades, bem como nos tipos de avaliação disponíveis para o seu avanço na carreira, ainda altamente dependentes da publicação célere de resultados considerados úteis. No tocante aos recursos, é a percebida ausência de recursos humanos e materiais ou oportunidades (para publicar ou de acesso aos lugares de topo na carreira, por exemplo) suficientes que de algum modo parece constri-la atividade académica. E a ausência destes recursos considerados escassos acaba por limitar, dado que são valorizados como essenciais, as possibilidades de avanço. Sem estes recursos, que lhes permitiriam maior margem de manobra ou opções de atuação, as tarefas dos académicos pelas quais recebem reconhecimento tornam-se menos prováveis e exequíveis. Eventualmente estes recursos e oportunidades poderão ser mais acessíveis se os indivíduos pertencerem a redes de relação ou de poder no seio das IES, através das quais poderão conseguir aumentar as suas chances de acesso diferencial através da competição com outros grupos ou redes mas em detrimento de um trabalho mais colaborativo.

A convergência entre aqueles objetivos poderá ser dificultada ou facilitada consoante as estratégias de reação que os indivíduos adotem face às pressões e ausências de recursos e alternativas percebidas. A partir da análise das entrevistas foi possível entrever quatro estratégias de reação, com as táticas correspondentes: aceitação, adaptação ou *fitting in*, resistência ou abandono. Em teoria, estratégias de abandono ou resistência à atual situação percebida poderá dificultar a convergência entre aqueles objetivos e estas estratégias surgiram mais vincadas nos académicos das ciências sociais

e do comportamento, do que nas ciências exatas e do comportamento. As hipóteses para tal acontecer foram exploradas no local correspondente.

É no seio deste enquadramento que deve ser entendida a maior ou menor valoração dos comportamentos e prática vistos como problemáticas, ou seja, na relação com o cumprimento dos objetivos de financiamento institucional e de reconhecimento pessoal e através dos mecanismos descritos, nomeadamente a fragilidade do controlo social percebido atualmente no seio das IES e da comunidade científica.

A dimensão meso de análise dá conta precisamente da presente configuração dos mecanismos de controlo social com impacto potencial nas IES europeias, nomeadamente aqueles desenhados pela OCDE, pela ESF (juntamente com a ALLEA e ORI) e pela Comissão Europeia.

Em termos dos comportamentos e práticas consideradas problemáticas pelos documentos analisados, o que registou a análise foi uma ampla variedade de definições e de tipos de comportamentos censuráveis, quer entre instituições, quer mesmo no seio da mesma instituição ao longo do tempo e segundo os vários documentos produzidos para o efeito. Enquanto os documentos produzidos ao longo do tempo para ESF partem de um grande número de situações consideradas censuráveis e a evitar através da regulação, incluindo, para além da FFP, a questão dos CoI, enviousamento em processo de *peer review*, ou mesmo a *misconduct* da própria IES, os documentos da OCDE e da Comissão Europeia restringem as regulações praticamente ao conjunto da FFP. Os vários documentos não apenas listam diferentes situações como fornecem distintas definições para as mesmas ao longo do tempo. Incoerência, indefinição e falta de harmonização são as características que mais ressaltam na determinação do que deve ser considerado problemático.

Acresce a isto que, no geral, os documentos analisados são parcos na caracterização do que se sabe sobre os comportamentos e práticas que querem censurar e considerar problemáticas. Os textos da Comissão Europeia são totalmente omissos neste ponto e, para as restantes instituições a única constatação será a de que os comportamentos considerados mais graves são também mais raros. Aparte isso esgrimem-se causas ou factores potenciadores de *misconduct* quer supostamente relacionados com a atividade científica, quer relacionados com os investigadores. O esforço de se criar uma regulação

evidence-based falha grandemente pois as evidências empíricas sobre os comportamentos são praticamente inexistentes.

No que toca aos atores envolvidos, a ESF procura uma estratégia de envolvimento abrangente a um amplo leque de atores científicos ou do sistema científico de forma *top-down*, incluindo em articulação (ou suposta articulação) com a OCDE e a Comissão Europeia. Aquele amplo leque, parece-nos, serve também para ativar contactos com intermediários entre ESF e IES ou os próprios cientistas individualmente. A ESF constrói deste modo uma rede ampla e dispersa com legitimidade científica. Já a OCDE apresenta uma rede de relações com outros atores que são maioritariamente *decision makers* da ciência, atores políticos e governamentais. A sua atuação é também ela *top-down* e a rede que constrói é ampla e sólida no sentido em que envolve os seus próprios membros e procura desenhar soluções graças a uma potencial legitimidade política. Finalmente, a Comissão Europeia impõe as suas soluções de controlo dos comportamentos e práticas problemáticas aos investigadores e IES que se candidatam e recebem os financiamentos que tem para oferecer. Uma rede restrita, aplicada a uma pequena fração da atividade científica, mas sólida porque se escuda numa legitimidade económica e financeira, que decorre do financiamento que oferece.

Os mecanismos de controlo social desenhados pelas diferentes organizações supranacionais de que nos ocupamos são também eles bastante diferenciados entre si. A ESF, que clama a prioridade pela preocupação em torno da *scientific misconduct*, defende a necessidade de um sistema integrado por regulação e mecanismos de deteção. O objetivo é codificar e harmonizar práticas na Europa e, eventualmente, no resto do mundo, sendo o primeiro passo a criação do *European Code of Conduct for Research Integrity*, em 2010. No entanto, os mecanismos de averiguação de denúncias (que se pretendem mais musculados do que o que sucedia anteriormente) ficarão nas mãos das IES que adiram voluntariamente a este sistema regulador. A OCDE, por seu turno, debruça-se sobre os projetos colaborativos internacionais onde entram em contacto diferentes IES e, mais importante, diferentes Estados e políticas nacionais, com impacto económico. Aproxima o processo de averiguação e deteção aos mecanismos estatais para lidar com o crime e procura lançar uma série de princípios a seguir e a adaptar caso a caso em cada projeto de colaboração, de modo a que não sejam limitadas questões de soberania. Finalmente, a Comissão Europeia adapta às situações de *misconduct* o procedimento de averiguação ético que já tem em funcionamento, sem propriamente as

autonomizar ou determinar outras medidas a tomar que não seja, presume-se, a não atribuição de financiamento em caso de FFP.

Finalmente, a análise aos documentos permitiu entrever diferentes justificações avançadas ou interesses a proteger pelos figurinos de controlo social desenhados. Parece existir uma preocupação partilhada pelos novos desafios colocados pela globalização da ciência e dos seus mecanismos, bem como a potencial perda de confiança na atividade científica que poderá decorrer da publicitação de casos fraudulentos e de *scientific misconduct*. Mas enquanto a ESF procura querer convencer a sociedade a continuar a confiar e a necessitar da ciência, os documentos da OCDE exprimem preocupações pelo uso de dinheiros públicos em investigações científicas íntegras e não fraudulentas, cujos produtos possam ser usados para basear políticas públicas confiáveis. Já a Comissão Europeia, sem autonomizar a questão da integridade científica, sublinha a importância de uma investigação científica ética para a criação da mais desenvolvida economia do conhecimento, a Europeia.

As categorias centrais encontradas na análise enraizada dos documentos reguladores da atividade científica e de ensino superior, manifestam-se entre dois opostos, obrigando as soluções a ser encontradas num movimento pendular entre globalização e harmonização. As soluções propostas neste *continuum* vão balançar entre a autorregulação e a heterorregulação, consoante os interesses a proteger e as relações de força em jogo. É ao longo do *continuum* entre estes opostos (globalização e harmonização) que as soluções propostas, debatidas, ensaiadas e negociadas pelos textos devem ser compreendidas. Desenha-se a emergência de um sistema de infra-penalidade cuja configuração pode não estar ainda terminada.

As diferentes organizações propõem uma diversidade de mecanismos de controlo da atividade científica, especialmente da *misconduct*, mas partilham ao menos uma vontade semelhante: regular e controlar o fenómeno através de instrumentos que devem ultrapassar fronteiras geográficas, institucionais, disciplinares, legais e tradicionais. Trata-se de um modelo de regulação e de controlo *transgressivo* no sentido em que pretende romper com limites, barreiras ou fronteiras à investigação – esta deve agora ser baseada na integridade, honestidade e ética dos investigadores, das IES e contingentemente de outros atores.

A vontade de controlo, eventualmente através da uniformização e harmonização de (alguns, se não todos) princípios, regras e procedimentos são a solução oferecida para ultrapassar as dificuldades percebidas decorrentes de um movimento de globalização da ciência. E se a atividade científica se expande entre-fronteiras, também a *misconduct* se pode expandir para além das IES e dos países: o (potencial) infrator circula, as (potenciais) vítimas podem ser de diferentes nacionalidades, os (potenciais) danos podem afectar vários pontos do mundo, a (potencial) perda de investimento é sentida por várias instituições e nações.

Ou seja, abre-se um mercado científico internacional ao mesmo tempo que crescem as preocupações e se alargam os espaços para conflitos, riscos, complexidade e incertezas. Donde a necessidade de cânones, de *standards*, de regras que atestem que a investigação foi conduzida de modo a produzir o menor risco ou incerteza possível. Quem o exige são os cientistas, as IES, mas especialmente as entidades financiadoras, os decisores políticos, os editores científicos, o público-consumidor de ciência. O mero conhecimento pessoal do académico ou da reputação da IES já não são suficientes, razão pela qual o tradicional processo de *peer review* parece ser progressivamente abandonado. Aliás, o seu próprio funcionamento foi sendo posto em causa por suspeita de comportamentos inapropriados.

Que *standard* se exige atualmente, ao menos segundo os documentos analisados na dimensão meso do presente trabalho? O da integridade científica: esta surge como símbolo e moeda única, correia de transmissão da confiança entre os atores/produtores e utilizadores/consumidores da ciência. O seu reverso será a *misconduct*. Aumenta a preocupação em torno deste fenómeno, especialmente (se não unicamente) por parte de quem faz parte da produção científica. E as entidades financiadoras, nomeadamente públicas, falam em nome do público mais amplo, temedo principalmente os riscos e incertezas decorrentes do uso de dinheiros públicos, na implementação de políticas *evidence-based*. O mercado científico só se abre com um aumento do número daqueles que são os consumidores dos seus produtos e inovações tecnológicas – e estes consumidores devem ser tranquilizados quanto à utilidade e segurança do seu consumo. Para além da circulação de pessoas, bens e capitais, hoje em dia deve circular também a ciência, o conhecimento, os seus produtos, processos e atores. A constituição da ERA, mencionada pelos documentos analisados, é exemplo desse mesmo esforço.

Se este mercado da ciência acarreta benefícios, traz também dificuldades, como sejam mais e variadas interferências e pressões sobre a ciência, seu funcionamento e *outputs*, aumento dos potenciais conflitos dado o acréscimo de atores envolvidos, menor proteção dos sistemas científicos nacionais, mais riscos e incertezas. Donde a necessidade de mecanismos de controlo da atividade científica. Ora, quanto à configuração destes modelos de controlo, o debate faz-se entre a auto e a heteroregulação, ou entre uma *value-based approach* e uma *compliance-based approach*, cujas características explicitámos oportunamente. O que sem dúvida decorre da análise dos textos é que a atividade científica não pode continuar a permitir determinadas características (até aqui típicas) do modelo de autorregulação e autocorreção.

A ESF (+ ALLEA + ORI) defende um sistema de autorregulação musculado, a OCDE vai procurar implementar um sistema de heteroregulação politicamente negociado e a Comissão Europeia impõe um modelo de vigilância dos projetos que recebem os seus fundos, numa espécie de meta-controlo. A ESF defende que não podem existir interferências externas à comunidade científica no que tange à formulação de princípios de investigação, à definição de critérios sobre o que são os comportamentos adequados ou impróprios e à reação perante ameaças à integridade. A OCDE, por seu turno, declara que os governos devem poder fazer exigências tocantes à integridade, ao controlo do desperdício de recursos, à utilidade dos resultados para as políticas públicas, por exemplo, exigindo-se que a comunidade científica aceite a agenda política sobre financiamento científico internacional, especificamente em função das políticas públicas científicas defendidas por cada governo a cada altura. A Comissão Europeia, finalmente, reaproveita a estrutura e os mecanismos previamente existentes e em funcionamento para a regulação da ética da ciência e do *misuse*, aí enxertando o controlo das questões da *scientific misconduct*. Cada um destes modelos tem objetivos muito precisos mas também fragilidades, como vimos no momento adequado.

Todos eles sofrem das seguintes limitações: o da voluntariedade de adesão dos sujeitos alvos do controlo, o da limitação na capacidade de diálogo com as unidades mais pequenas no sistema (IES e académicos), uma adesão ao modelo tradicional das ciências exatas que deve ser imposto às restantes disciplinas, uma forte omissão quanto às sanções previstas e, finalmente, uma incapacidade de agir sobre os fatores que

potencialmente causam a *misconduct*. Tudo isto remeterá para a ineficácia dos vários modelos propostos e analisados na dimensão meso de análise

Ao procedermos à integração desta com a dimensão micro de análise, verificamos que, por comparação com o que é declarado nos documentos analisados para a dimensão meso, os académicos entrevistados têm perspetivas diferentes acerca do que deve ser considerado infração à integridade científica e académica (em termos mais amplos), bem como as causas e processos adscritos aos mesmos. Por exemplo, os académicos consideram problemáticas práticas na docência de negligência na avaliação, situações de interferência, ambivalência e influência, ou mesmo situações de enfiamento de avaliação em situação de acesso e progressão na carreira, que os documentos analisados não vêm censurar, na sua maioria.

Simultaneamente, ao passo que os modelos propostos pelas organizações supranacionais se pretendem aplicar especificamente aos académicos (e eventualmente às IES), os entrevistados praticamente não têm conhecimento da existência destes modelos ou códigos. O diálogo pretendido parece realmente falhar e os atores da dimensão meso não têm consciência do desconhecimento dos atores na dimensão micro, do mesmo modo que estes parecem desconhecer os esforços e iniciativas conduzidos por aqueles. O processo de regulação emergente parece falhar no envolvimento dos atores individuais e, portanto, ser incapaz e ineficiente no controlo da atividade dos investigadores e na averiguação de situações problemáticas.

Finalmente, a dimensão macro de análise permitiu a confirmação das três hipóteses colocadas e decorrentes dos estudos precedentes. Assim, foram confirmadas as hipóteses 1 e 2, segundo as quais os documentos analisados (que são a materialização da constituição da ERA, desde 2000) apresentam preocupações vincadas em torno das questões de financiamento e de carreira e das questões de abertura do mercado de conhecimento e da ciência na Europa. Efetivamente, a categoria RECURSOS conta com referências que ocupam 48,4% dos textos e a categoria MERCADO conta com referências que totalizam 28,76% dos textos.

Também a hipótese 3 foi confirmada: os documentos sobre a política científica europeia (em concreto da ERA) ocupam-se menos com as questões de integridade, do que com as questões da abertura de mercado e dos recursos. A categoria INTEGRIDADE somou uns meros 5,73% das referências nos documentos, sendo de destacar a ausência absoluta

de referências aos indicadores como “FFP” ou “*misconduct*” e apenas uma referência ao indicador “integridade”. Pelo contrário, o indicador “*peer review*” contou 76 referências só no Doc. 3 quando, como vimos, o sistema de revisão dos pares tem sofrido amplas críticas avançadas nos documentos alvo da dimensão meso de análise. Finalmente, na categoria VALORES (17,05% de referências contabilizadas), o indicador “*trust*” conta apenas com 7 referências, também em clara oposição à centralidade adquirida pela confiança na justificação para a criação de modelos de controlo da ciência (dimensão meso).

Deste modo, ao nível das políticas científicas europeias, materializadas no esforço de criação da ERA, se verifica claramente a centralidade da criação e abertura de um mercado científico europeu, bem como da distribuição e obtenção de recursos humanos e económicos e financeiros, com as questões da integridade (ou da *misconduct*) em clara secundarização.

A dimensão da atividade profissional dos indivíduos é aqui fulcral e as noções de crime ou desvio nas organizações e nas profissões (Nelken, 2002) têm vindo a ganhar dimensão face ao conceito original de crime de colarinho-branco (Sutherland, 1983) e as suas divisões mais recentes em crimes económicos e financeiros (Queloz, 1999), desvios das elites (Simon e Eitzen, 1982) ou crimes das organizações e *corporate crime* (Huisman, Erp, Walle, e Beckers, 2015). Não cremos ser possível usar para o nosso tópico de investigação, por isso, as mesmas explicações usadas para o crime de rua ou outros desvios praticados fora ou independentemente do enquadramento profissional onde os indivíduos realizam a sua ação. No contexto da maior parte das profissões, as práticas e comportamentos devem ser considerados em função das exigências, requisitos ou recompensas da organização na qual ou para a qual os indivíduos trabalham, numa primeira dimensão. Para depois, indivíduo e organização, serem considerados na sua relação com as regras em vigor face à atividade em concreto. Finalmente, a atividade e o contexto cultural ou organizacional devem ser compreendidos no âmbito de movimentos produtivos, económicos e políticos mais amplos.

Na verdade, como diz Lascoumes (1999b) a propósito das organizações económicas, cujo leque iremos abrir para incluir também as IES com a sua crescente orientação para o mercado, nenhum ator aplica automaticamente as regras que lhe são dirigidas do exterior: “*chaque acteur est actif, il les integre en les traduisant dans son système de*

signification interne et en les opérationnalisant selon ses contraintes et ses ressources propres” (Lascoumes, 1999b, p. 111). E isto tanto mais quanto mais poderoso for esse ator. Ora, foi a esse sistema de significação interna dos atores que procurámos aceder ao considerar os tais constrangimentos e recursos que decorrem da profissão e do funcionamento da IES onde as atividades são desenvolvidas.

Nesse sentido, o que ressalta como relevante é que os académicos sentem que são agora avaliados e devem desenvolver os seus trabalhos que conduzirão ao reconhecimento profissional por via de uma obrigação de fins (obtenção de financiamentos, publicações, produtos céleres, alunos) quando, na verdade, a investigação e a docência são obrigações de meios, da realização de processos rigorosos e sistemáticos que os conduzem (espera-se) a conhecer um objeto de estudo ou a transmitir conteúdos científicos. É certo que alguns autores entendem que a ciência deve buscar o fim da verdade científica (Comte, 2001; Popper, 2007) ou da ciência pela ciência (Weber, 1959), mas sempre através de regras metodológicas rigorosas ou da probidade intelectual (Weber, 1959). Os resultados do presente trabalho mostram que outro tipo de fins são procurados. Um não resultado, uma hipótese nula, uma alta taxa de desistências de alunos não dizem necessariamente do mérito ou adequação do processo de investigação e de docência. São *outcomes* e não *outputs*, são resultados e não produtos⁵³.

Ora, o que os académicos sentem que as IES lhes impõem é a criação de produtos (publicações, resultados úteis), a manutenção de recursos (especialmente de financiamento), a realização de tarefas burocráticas. É neste sentido que deve ser compreendida a diversidade de comportamentos e práticas problemáticas, bem como a falta de consenso sobre o seu carácter problemático. Os indivíduos são valorizados e reconhecidos profissionalmente não pela sua integridade ou rigor científico, metodológico e/ou pedagógico, mas sim pelo que obtêm (produtos e recursos) para a IES, para o seu grupo, para o departamento. São *outputs* e não *outcomes*.

Nesse sentido, um modelo de controlo social que não reconheça estas questões, como sejam a convergência entre os objetivos institucionais e individuais, a pressão, a ausência de alternativas e a limitação de recursos, não poderá lidar adequadamente com comportamentos e práticas que se afastem das regras da integridade científica. No

⁵³ A propósito da diferença entre *outputs* e *outcomes* no seio do sistema de justiça penal, veja-se Feeley e Simon (1992).

sistema de recompensas dos indivíduos, a conduta íntegra parece ser pouco valorizada, face às restantes exigências e pressões impostas.

A proposta que surge como mais original, das várias analisadas na dimensão meso de análise, ainda é a criação de uma categoria de *misconduct* para as IES que não averiguem adequadamente as denúncias dos profissionais que aí trabalham. No entanto, todas as demais propostas continuam a colocar o ónus na atividade individual, no profissional, no académico, quando a *misconduct* pode ser na verdade uma forma de aumentar as suas possibilidades de reconhecimento profissional com consequente benefício para a sua instituição. Ou o que é mais relevante ainda, os mecanismos desenhados continuam a permitir uma ampla zona cinzenta ou nebulosa de práticas e comportamentos que não são considerados unanimemente como problemáticos. A única discussão relevante que parece existir é a que revolve em torno do grau de “intromissão”, controlo e vigilância que se pretende permitir a entidades externas aos académicos e às IES, especialmente da parte das entidades financiadoras que seguem orientações e agendas políticas específicas. São estas que parecem querer propor ou impor um modelo de ciência (na sua produção e divulgação) que se afasta progressivamente das questões metodológicas e pedagógicas enquanto processo, para olharem as atividades científicas como obrigadas a um ou mais fins: produtos, análises, tecnologias, respostas a riscos e crises que os consumidores da ciência possam usar. Sob pena de se estancar o financiamento da atividade científica. O argumento da justificação e *accountability* do uso de dinheiros públicos para financiar a investigação não decorre apenas dos casos (raros, como nos mostra a investigação empírica) de FFP, mas das potenciais utilizações quotidianas que se possa fazer dos produtos científicos mais inovadores. Especialmente se considerarmos que estas utilizações, em virtude da globalização e internacionalização da ciência, são mais vastas do que nunca até aqui.

É precisamente a inovação, a abertura do mercado científico, a utilização ampla dos produtos científicos (nomeadamente a disponibilização de dados, a criação de tecnologias, o apoio ou legitimação de agendas políticas, o aumento da eficácia e eficiência na produção de bens e na disponibilização de serviços) (Conceição e Heitor, 1999) que se busca atingir com a criação da ERA, desde 2000. A Europa, através da Comissão Europeia, procura finalizar a União Europeia, após a abertura da circulação de pessoas, capitais e bens. Agora, no que toca à ciência, com a clara consciência de que

a competitividade económica da zona depende, no final, do desenvolvimento de uma ciência orientada para bens e processos com valor económico adicionado.

2. A utilidade da Criminologia para o tema e do tema para a Criminologia

Em que medida pode a Criminologia ajudar ao estudo do presente objeto? E, o que é mais, em que termos pode este objeto auxiliar o desenvolvimento da disciplina? É para responder a estas questões que iremos desenvolver a reflexão que se segue.

Como já vimos acima, consideramos que é essencial lançar mão de uma abordagem que considere os desvios, crimes, ou comportamentos problemáticos dos profissionais e no seio das organizações onde estes e as suas atividades se inscrevem. Efetivamente, somos em crer que as abordagens diferenciais (Eysenck, 1998; Eysenck e Gudjonsson, 1989; Gottfredson e Hirschi, 1987, 1990; Hirschi, 2007, para mencionar algumas das mais famosas na Criminologia), por um lado, partem de conceitos reificados de crime, ou eventualmente de comportamento anti-social, cegos às atribuição de significados dos indivíduos a esses comportamentos e à construção do que é ou não considerado problemático em determinado momento e lugar, especialmente no seio de organizações profissionais e no decurso dessas mesmas atividades profissionais. Por outro lado, tendem a não dar conta das influências do ambiente, especialmente em contexto organizacional ou profissional, onde as atividades humanas se desenvolvem nem dos contextos mais amplos, aqui consideradas na dimensão meso de análise, que podem ter impacto nos comportamentos e práticas dos indivíduos. Schoepfer, Piquero, e Langton (2014), por exemplo, contestam a possibilidade preditiva do auto-controlo no crime de colarinho-branco e no *corporate offending*, proponto, em vez disso, a dimensão do *desire-for-control*.

Simultaneamente, vimos que os resultados obtidos nas três dimensões de análise permite concluir pela ausência de unanimidade ou consenso acerca de quais devem ser os comportamentos ou práticas consideradas problemáticas, quer entre os académicos individuais, quer no âmbito dos diferentes mecanismos de controlo social desenhados. Esta ausência de uniformidade remete-nos para a perceção de um campo estilhaçado ou fragmentado face ao que deve ser considerado um comportamento ou uma prática profissional adequada ou íntegra. Não é que não existam normas, não estamos numa

situação a que tradicionalmente se possa chamar de anomia (Durkheim, 1996, 2005), pois as normas existem mas são no sentido da produção, utilidade e valor económico da investigação científica e da docência, não da sua maior ou menor integridade.

Também não podemos considerar estar perante a situação de anomia descrita por Merton (1968b) já que, ao contrário da explicação usada pelo autor americano para descrever os crimes de rua, no caso presente não há sequer consenso acerca da ilegitimidade das oportunidades oferecidas para cumprir os objetivos de financiamento e de reconhecimento. Por outro lado, se a teoria da associação diferencial (Sutherland *et al.*, 1992) nos pode ajudar a compreender o desenvolvimento das definições favoráveis e desfavoráveis aos comportamentos considerados problemáticos, não nos dá resposta definitiva para as incoerências encontradas ao nível dos mecanismos de controlo social e sua relação com as políticas científicas europeias.

A Criminologia, prolífera na sua produção empírica e teórica, detém no seu campo uma série de trabalhos sobre os desvios ou crimes profissionais (Leonard e Weber, 1970; Payne, Blowers, e Jarvis, 2012), queixando-se os autores de alguma indefinição conceptual. Friedrichs (2002), por exemplo, considera *occupational crime* como atividades ilegais e não éticas realizadas para ganho financeiro (ou evitar perdas financeiras) do indivíduo, no contexto de uma ocupação legítima; *occupational deviance* seriam os atos que se desviam das normas profissionais, como seja o assédio sexual; e *workplace crime* designaria as formas mais tradicionais de crimes cometidos no trabalho, como seja uma agressão. A Criminologia tem também designado algumas destas formas como crimes ou desvios nas organizações, muitas das vezes em clara relação com os tradicionais crimes de colarinho-branco (Cruz, 2012). No entanto, em comparação com os trabalhos teóricos e empíricos sobre outros temas, ou seja, sobre aqueles atos tradicionalmente previstos em legislação penal (furtos, roubos, homicídios, terrorismo) ou sobre comportamentos de grupos que se crê potenciarem o medo do crime (jovens, minorias étnicas), somos em crer que a produção científica da criminologia sobre desvios profissionais ou nas organizações tem ainda muito por onde crescer, apesar do crescente interesse deste tópico (Coleman, 2002; Croall, 2001; Cruz, Cardoso, Leite, e Faria, 2013; Erp, Huisman, e Walle, 2015; Potter, 2010; Robin, 1974; Shover, 2006; Shover e Wright, 2001; Simpson e Weisburd, 2009; Will *et al.*, 2013). No entanto, neste conjunto de trabalhos sobre a categoria mais geral de crime de colarinho-branco e as suas sub-categorias (crime ocupacional, das organizações,

económico e financeiro) e por comparação com o nosso tópico de investigação, grande parte da literatura debruça-se sobre o que é considerado crime, ainda que nas suas várias formas. O exemplo mais claro é o da corrupção.

O presente trabalho, pelo contrário, mostra de que forma existe um amplo espectro de comportamentos e situações que alguns indivíduos consideram problemáticas face a um conjunto de regras (as metodológicas e epistemológicas) mas que não são censuradas face a outro conjunto de regras e objetivos (financiamento e reconhecimento). Se considerarmos a noção de *occupational crime* oferecida por Friedrichs (2002), teríamos que fazer entrar o requisito do ganho financeiro – ora, se considerarmos que os académicos sentem que o seu reconhecimento profissional está intimamente ligado, como vimos, à obtenção de vantagens económicas e financeiras que sentem ser impostas pelas IES europeias, talvez possa ser de defender a inserção do presente objeto de investigação nos crimes profissionais, enquanto atividades ilegais e não éticas, como diz o mesmo autor.

No entanto, tal poderá trazer problemas: os comportamentos e práticas problemáticas que efetivamente são censuradas em termos de lei (penal ou outra) são poucos, incluindo o plágio “tradicional” (mas não outras formas, como o autoplágio) ou a corrupção e tráfico de influências em algumas avaliações enviadas para progressão na carreira. Simultaneamente, não estamos perante questões não éticas, caso em que teríamos que considerar, antes, situações como o desrespeito pela integridade dos sujeitos alvo da investigação ou a não utilização do consentimento informado. Os comportamentos e práticas que considerámos no presente trabalho e que foram alvo de indagação entram, quer-nos parecer, no campo da integridade profissional. Pelo que, eventualmente, seria de propor uma extensão da noção de *occupational crime* para incluir as atividades não íntegras, a par das atividades não éticas e ilegais (Friedrichs, 2002).

A tónica em comum entre as várias práticas e comportamentos que os entrevistados consideraram problemáticos e que, de algum modo, foram também alvo de reflexão ou de censura pelos documentos analisados na dimensão meso, de controlo da atividade científica, têm um ponto em comum: todos eles se desenvolvem em instituições ou organizações que têm como principal tarefa a produção e divulgação do conhecimento científico. As IES de que fomos falando ao longo do trabalho. Os profissionais que ali

desenvolvem o seu trabalho, os académicos, podem ter que (parece-nos) conviver com vários conjuntos de regras ou normas profissionais, umas mais vinculativas que outras consoante a interpretação que os indivíduos fazem do seu ambiente, constrangimentos e recompensas disponíveis. Algumas delas são regras metodológicas e/ou pedagógicas, outras são de *governance* da IES, como a obtenção de trabalhos financiados, e outras estão relacionadas com o sistema de recompensas do académico. O que é mais: poderão ser incompatíveis entre si e obrigar os indivíduos a tomar escolhas. Tudo isto considerando a relevância, ou a pressão, que as IES colocam numas e noutras, a par dos caminhos alternativos que podem ou não ter disponíveis para permitir aos indivíduos seleccionar opções.

Os mecanismos de controlo social que analisamos no presente trabalho pretendem reforçar um daqueles conjuntos de regras, as ditas metodológicas ou de integridade científica. No entanto, como vimos, é visível que o esforço resulta em incoerências e omissões, eventualmente por estarem em confronto modelos de controlo (auto versus heteroregulação) e de níveis de intromissão nas tarefas dos cientistas, para além de uma visível subjugação das intenções à abertura do mercado científico. Este, por seu turno, é orientado e cria regras, normas e objetivos que se prendem com a *governance* das IES, a sobrevivência financeira da ciência e, o que é mais, o seu lugar como motor de competitividade económica do espaço europeu. No fundo, os diferentes elementos deste sistema amplo refletem também a descoordenação ou multiplicidade de normas em vigor face aos concretos objetivos perseguidos em cada dimensão (micro, meso ou macro).

Neste panorama assim descrito, uma dificuldade salta à vista: como responsabilizar o indivíduo (e mais remotamente a sua IES) pela adesão a um dos conjuntos de regras e objetivos (financiamento e/ou reconhecimento) em detrimento de outro (metodológico ou de integridade) quando os modelos de controlo e as políticas científicas mais amplas também falham nessa mesma adesão? A falta de unanimidade no que é ou não considerado problemático não é apanágio apenas dos académicos, mas dos restantes atores em jogo ou interação, por mais afastados que possam estar do laboratório ou do gabinete de um departamento. E é perante esta falta de unanimidade, de consenso no conjunto de regras a aderir e nos objetivos a cumprir, que os comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica e no ensino superior devem ser compreendidos.

Poderemos perguntar-nos se um desenho mais afinado e claro das regras e objetivos a cumprir poderia eliminar aqueles comportamentos e práticas problemáticas. Provavelmente ajudaria a diminuir a zona de nebulosidade de que fomos falando ao longo do presente trabalho. Mas, por outro lado, poderá ser de supor que as regras impostas do exterior às práticas e aos atores académicos, nomeadamente pelas entidades financiadoras e pelos consumidores da ciência, irá levantar ainda mais resistência dos indivíduos e das IES considerando a sensibilidade destes atores a formas de heterorregulação. Por outro lado, é visível que o sistema normativo da atividade de produção e divulgação da ciência tal como tem sido interpretado até aqui, usualmente orientado pelas considerações metodológicas ou de integridade, numa lógica de autorregulação pelo sistema de *peer review*, falha quando consideramos o novo papel que se quer impor à ciência e à inovação na Europa.

É certo que há autores que alertam para o facto de a ciência desde há muito não ser realizada apenas em prol da integridade e da adequação metodológica, mas antes conviver com outros interesses internos e factores externos (Kuhn, 2000; Mulkay, 1976; Weber, 1959). No entanto, quer a maioria dos académicos entrevistados, quer os documentos de controlo social analisados partem do pressuposto de que aquelas regras de integridade e de metodologia são de acolher. No entanto, entram em conflitos com outros conjuntos de regras e objetivos.

Não falamos, portanto, de ausência de normas ou de regulação. Falamos antes de conflitos de normas e de oposições entre modelos de regulação, bem como de um conjunto de políticas sobre a ciência que em muito desviam a atividade científica do fim que lhe teria sido típico até aqui, em maior ou menor grau. Há uma progressiva desvinculação da ciência face à própria ciência e seus processos, com uma progressiva aproximação da ciência a outras agendas (políticas, sociais, económicas) que lhe vão sendo colocadas de forma cada vez mais impositiva.

Neste sentido, são as orientações criminológicas perseguidas desde a década de 60 do século XX, de questionamento dos poderes e das potenciais consequências danosas dos atores mais poderosos, que deve guiar a investigação sobre o nosso tópico de investigação. Desde as teorias da reação social (Becker, 1966), à chamada Criminologia Crítica (Hulsman, 1986; Sessar, 2012) ou à Abordagem dos Danos Sociais (Faria, 2014; Hillyard, Pantazis, Tombs e Gordon, 2004; Pemberton, 2004; Tombs e Hillyard, 2004),

entre outras (Agra, 2011; Crewe, 2010; Ferrell, Hayward e Young, 2008; Henry e Milovanovic, 2000), um dos elementos a ter em consideração para uma abordagem compreensiva ao desvio, ao crime ou outros atos ilícitos ou problemáticas, implica considerar a vertente do poder.

Não apenas do suposto poder que um infrator exerce sobre uma vítima, mas o poder em diferentes versões. O exercício de atos danosos por quem detém o poder (económico, político, ou outro) na sociedade, onde se insere uma boa parte da literatura criminológica sobre os crimes de colarinho-branco, dos poderosos, das elites, das empresas e dos estados. O poder de regular e/ou determinar mecanismos de controlo, regulação ou normalização (Cohen, 1985; Foucault, 1987; Garland, 2001) dos comportamentos individuais e coletivos. E ainda, o poder (ou capacidade, ou livre-arbítrio) que os indivíduos têm de interpretar e se posicionar face às regras e aos controlos, resistindo, aceitando, projetando-se no futuro em função da sua concreta história de vida, na interação com outros atores (Crewe, 2010; Matza, 1969, 1995).

Nesse sentido, o presente objeto de estudo pode permitir à Criminologia considerar de igual modo quer o ato transgressivo ou censurável, quer a dimensão da criação de modelos de regulação e disciplina. Mas, o que é mais, pode ajudar a aceder ao processo de atribuição de significados e de construção de uma realidade ou fenómeno como problemático, quer pelos indivíduos considerados no contexto profissional em que se encontram, quer pelas instâncias que clamam para si a legitimidade e justeza de modelos de regulação propostos. A Criminologia não é apenas a ciência da transgressão, deve ser igualmente a ciência da norma e dos universos de valor, sensível às gradações de posicionamento dos atores individuais e coletivos face à regra e à transgressão, à censura e à aceitação.

Se é certo que, em última análise, um comportamento considerado desviante ou transgressivo só acontece quando para tal surge a oportunidade para tal (Clarke, 1997) e os indivíduos consideram que a sua opção lhes acarretará algum tipo de ganho (Becker, 1968), a verdade é que essas oportunidades são construídas com base em características socialmente construídas dos indivíduos e interpretadas pelos mesmos em interação com o ambiente profissional e organizacional em que se movimentam (Croall, 2001; Engdahl, 2009; Vaughan, 1999b). Donde a necessidade de a Criminologia aprofundar os seus trabalhos sobre o processo de atribuição de significados e, especialmente, o

processo de construção de categorias problemáticas em contextos específicos, como seja em contexto profissional.

A Criminologia não deve olhar para o crime sem olhar para a lei, não deve considerar o indivíduo transgressor sem considerar as organizações e o contexto em que aquele se move, não se pode limitar a olhar o ato sem considerar o controlo do ato e a interpretação que é feita do mesmo pelo (potencial) infrator. A Criminologia não lida apenas com o transgressor mas com os restantes elementos do fenómeno criminal e de construção da normalização e da desviância. Não lida apenas com factores mas com processos. A Criminologia não lida apenas com factos, mas toma em consideração, ou deve tomar também em consideração, normas e valores, os universos normativos e da subjetividade (Agra, 2011).

Poder-se-à alegar que tal conduz a Criminologia a tornar-se uma ciência não do crime e do criminoso, mas uma ciência da ação humana, eventualmente transpondo as fronteiras que a dividem de outras disciplinas como a Sociologia, a Psicologia ou o Direito. Ora, tal sempre foi a constituição genética da Criminologia. No entanto, o que não pode caber na designação de Criminologia é o mero estudo de apenas uma das facetas da ação humana, a transgressão. Tal poderá retirar complexidade à análise científica, mas claramente limita a profundidade das suas conclusões e o âmbito das suas explicações.

3. Limites do estudo e linhas futuras de investigação

Como qualquer trabalho de cariz científico, também este apresenta limitações decorrentes das questões de investigação colocadas e dos métodos de recolha e análise de dados usados.

Não é este um trabalho de análise da frequência e incidência dos comportamentos e práticas problemáticas na investigação científica ou no ensino superior, mas antes dos processos de problematização e perceção dos académicos europeus entrevistados sobre um conjunto (amplo) de comportamentos e respetivo controlo social. Não pretendemos

aceder a comportamentos desviantes autorrevelados (ainda que tenhamos obtido a descrição e explicação de alguns – poucos) mas antes a percepções. Os enfiamentos pessoais, ideológicos, decorrentes do estatuto e das experiências dos entrevistados poderão ter alterado a visão ou interpretação dos acontecimentos que os indivíduos efetivamente experienciaram ou testemunharam. Não se podem descartar enfiamentos, aquando das entrevistas, decorrentes de simulação ou mentira, nem de falhas de memória ou limites de comunicação, especialmente aquando das entrevistas realizadas em inglês e francês.

A generalização dos resultados obtidos para a presente amostra não deve ser realizada segundo o modelo dos métodos quantitativos, mas antes pensada segundo o modelo das metodologias qualitativas, especialmente seguindo aqui as indicações de Pires (2012a). O mesmo estudo realizado há cinco anos atrás ou daqui a cinco anos poderia conduzir a diferentes resultados. Do mesmo modo, uma amostra proveniente de outros países, eventualmente de fora da Europa, poderia não corresponder nas suas percepções sobre comportamentos e situações problemáticas, relação com as IES e controlo social. O mesmo se diga quanto à análise documental – tivessem sido selecionadas outras instituições, p. ex. norte-americanas, com regulação sobre a atividade científica ou outro período temporal, p. ex., a década de 90 do século passado, e o desenho dos mecanismos de controlo social encontrado poderia ser outro. O presente estudo deve ser devidamente contextualizado no aqui e agora da Europa na entrada para o séc. XXI.

No entanto, não deixamos de acreditar, até pelos debates e conversas tidas com colegas estrangeiros em diversos *fora* internacionais, que o modelo teórico e explicativo construído a partir da análise de dados poderá, com adaptações, ser usado para explicar a atividade científica e de docência em muitas nações ocidentais modernas que se vejam a braços com a abertura de mercados e a limitação de recursos económicos.

Uma análise mais profunda e pormenorizada implicaria a análise dos códigos, procedimentos e sanções ao concreto nível das IES, para qualquer área científica. Deste modo se poderia tecer uma melhor relação entre os mecanismos de controlo social em vigor e as percepções dos académicos sobre esses mesmos mecanismos. Tal forneceria uma visão mais imbrincada das incoerências ou inconsistências entre reação e controlo social e comportamento individual.

A análise ao nível macro, por seu turno, tem um cariz meramente descritivo em função dos objetivos, limitações de tempo e de recursos da presente investigação. Seria necessário desenvolver uma análise mais detalhada acerca do lugar da ciência e do ensino superior na Europa atual, eventualmente lançando-se mão de um *corpus* documental mais amplo e consistente, bem como da auscultação próxima de decisores políticos com funções concretas na determinação das políticas públicas sobre a ciência e as questões da integridade e da qualidade da produção científica e do ensino superior.

Por outro lado, a presente análise tomou em consideração um conjunto amplo de disciplinas científicas que agrupou em três grandes áreas: ciências sociais e do comportamento, filosofia e direito, e ciências exatas e da natureza. Seria eventualmente útil aprofundar as diferenças existentes entre estas áreas científicas e perceber as causas para essas eventuais diferenças ou semelhanças face à consideração de situações problemáticas, perceção dos mecanismos de controlo social, dos objetivos individuais e organizacionais e estratégias de adaptação individuais.

Em termos do impacto do trabalho aqui desenvolvido, estamos seguros que a investigação permitiu identificar as perceções dos académicos de IES de Portugal, Reino Unido, Holanda, Bélgica e Suíça acerca da frequência, características, causas, consequências e gravidade atribuída aos comportamentos e situações comumente consideradas como *scientific misconduct* (FFP). Foi possível ainda identificar as perceções destes mesmos académicos acerca da frequência, características, causas, consequências e gravidade atribuída a comportamentos e situações usualmente situados em zonas mais nebulosas, ou cinzentas, muitas vezes identificadas na literatura e nos documentos oficiais como *questionable research practices* (QRP).

Além do mais, foi possível esclarecer o processo de categorização como problemáticos de comportamentos e situações estimadas como questionáveis ou censuráveis na atividade de investigação científica e na docência no ensino superior, em relação com os objetivos das IES em que os indivíduos se inserem. O que é mais, permitiu considerar o processo de análise e reflexão dos académicos europeus acerca das práticas científicas e de docência, na sua relação com as regras implícitas ou explícitas acerca do que é ou não permitido realizar em determinado momento e lugar.

O trabalho ofereceu a possibilidade de compreender o processo de reação ou interação dos académicos com os específicos contextos organizacionais, nomeadamente na forma

como a ação individual é mais ou menos constrangida ou impulsionada pela (in)disponibilidade de recursos, pelos objetivos organizacionais propostos, pelas expectativas de carreira e pela percepção dos custos e benefícios da ação. Do mesmo modo, procedeu-se à identificação dos objetivos convergentes entre académicos e IES europeias atuais (reconhecimento e financiamento) e compreensão dos mecanismos que operam essa convergência.

Foi identificada e descrita uma tipologia de estratégias de adaptação dos académicos aos mencionados objetivos e respetivos mecanismos de convergência entre fins profissionais ou pessoais e fins organizacionais, bem como o sentido do desvio ou da infração às regras científicas inseridos nessas estratégias.

Conseguiu-se aceder à percepção dos académicos entrevistados acerca da existência, aplicação e eficácia dos mecanismos de controlo social nas suas IES e em termos europeus para, de seguida, se descrever o processo de construção dos modelos de controlo social da atividade científica ao nível supra-nacional e europeu, desde 2000 até ao presente. Aqui, operou-se uma identificação dos interesses a proteger, conflitos existentes, atores intevinentes e visões vigentes nos documentos oficiais de controlo da atividade científica, sobre o lugar da ciência na Europa atual, objetivos a perseguir, ideais a proteger (p. ex. a integridade e a confiança) e comportamentos ou práticas consideradas problemáticas e censuráveis. Mais relevante, foram sinalizadas as incoerências e inconsistências nos mecanismos de controlo social desenhados entre diferentes instituições ou pela mesma instituição (aqui incluído ESF, OCDE, ALLEA e Comissão Europeia), nos últimos quinze anos.

Finalmente, foi possível verificar de que modo a ERA está a ser construída como um mercado científico europeu, onde as prioridades existentes vão no sentido da instituição e abertura desse mercado e respetivos recursos disponíveis, mas onde as questões da integridade científica são amplamente secundarizadas.

Deste modo, a investigação aqui elaborada permitirá o desenho e desenvolvimento de uma série de intervenções. Tomemos, a título exemplificativo:

- estabilizar a não problematização das zonas cinzentas, nebulosas ou QRP, especialmente através do efeito de redesenhamento do sistema de recompensas individual e organizacional;

- melhorar os mecanismos de controlo social da atividade científica e de ensino superior ao nível europeu, especialmente na relação entre a atividade de regulação supranacional e as concretas IES europeias, especialmente ao nível da harmonização de procedimentos e problematização;
- fornecer a base para endereçar as diferentes estratégias de adaptação individual dos académicos às IES e aos objetivos percebidos, com potencial diminuição do conflito interno e do abuso das QRP em prol do cumprimento dos objetivos percebidos;
- reconfigurar a comunicação entre as IES e os académicos, por um lado, e entre as IES e as instituições europeias, por outro, na determinação dos objetivos a cumprir pela atividade científica e de ensino superior e na compreensão do papel da atividade científica na Europa atual;
- diminuir o desperdício (Chalmers e Glasziou, 2009) de dinheiros públicos investidos na investigação científica e no ensino superior, protegendo estas atividades de comportamentos e situações desviantes ou problemáticas;
- reduzir os danos sociais, económicos, psicológicos ou de saúde decorrentes de comportamentos ou situações problemáticas, nomeadamente FFP ou QRP, quer para a sociedade em geral, quer para os académicos indiretamente envolvidos, para as instituições e para as agências e financiamento e editoras científicas (Faria, 2014).

Finalmente, últimas palavras apenas para sublinhar a capacidade e preparação da Criminologia na investigação do pretente tópico de investigação, que não lhe tem sido tão familiar ou tradicional como outros, aos quais tem dedicado mais da sua atenção. Simultaneamente, reiterar a relevância do tópico sob estudo considerando a centralidade dos processos e produtos científicos e de formação e divulgação do conhecimento científico na Europa do séc. XXI.

Referências bibliográficas

- Abraham, J. (1994). Bias in Science and Medical Knowledge: The Open Controversy. *Sociology*, 28(3), 717-736. doi: 10.1177/0038038594028003005
- Adams, D., e Pimple, K. D. (2005). Research Misconduct and Crime Lessons from Criminal Science on Preventing Misconduct and Promoting Integrity. *Accountability in Research*, 12(3), 225-240.
- Agra, C. (1986). *Science, maladie mentale et dispositifs de l'enfance. Du paradigme biologique au paradigme systemique*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Agra, C. (1997). *Droga-Crime, estudos interdisciplinares. A experiência portuguesa: programa de estudos e resultados (Vol. 1)*. Lisboa: Gabinete de planeamento e de coordenação do combate à droga, Ministério da Justiça.
- Agra, C. (2001). Elementos para uma epistemologia da Criminologia *Estudos em comemoração dos cinco anos (1995-2000) da Faculdade de Direito da Universidade do Porto* (pp. 63-95). Coimbra: Coimbra Editora.
- Agra, C. (2012). Esquisso para um modelo crítico do governo das Universidades. In F. d. D. d. U. d. Lisboa (Ed.), *Estudos de homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda* (Vol. IV - Direito administrativo e justiça administrativa, pp. 135-150). Coimbra: Coimbra Editora.
- Agra, C. d. (2009). A *epistémè* das ciências criminais - exercício empírico-teórico. In Vários (Ed.), *Ars Iudicando. Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias. Boletim da Faculdade de Direito* (Vol. I, pp. 545-578). Coimbra: Coimbra Editora.
- Agra, C. d. (2011). Vers l'unité multiple de la Criminologie. In Vários (Ed.), *La criminalité contemporaine, la réaction à son égard, et la Science de la Criminologie. Études en hommage au Professeurs Jacques Farsédakis* (pp. 1889-1904). Atenas: Nomiki Bibliothiki Group.
- Amicelle, A. (2013). Entre sécurité nationale et sécurité financière: retour sur la construction sociale de l'argent sale. In J. N. Cruz, C. Cardoso, A. L. Leite e R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras. Estudos de Criminologia e Direito* (pp. 329-343). Coimbra: Coimbra Editora.
- Amick, D. J. (1974). An Index of Scientific Elitism and the Scientist's Mission. *Social Studies of Science*(4), 1-16.
- Anderson, M. S., Ronning, E. A., De Vries, R., e Martinson, B. C. (2007). The Perverse Effects of Competition on Scientists' Work and Relationships. *Science e Engineering Ethics*(13), 437-461.
- Bachelard, G. (1987). *A Filosofia do Não* (4a ed. ed.). Lisboa: Editorial Presença
- Bachelard, G. (1996). *O Novo Espírito Científico*. Lisboa: Edições 70
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barr, D. B. (2006). Integrity in science. *Journal of Exposure Science and Environmental Epidemiology*, 17, 123.
- Bauman, Z. (2003). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Baumann, B., Calzolari, P. U., Ergüder, Ü., Fouilhoux, M., Fuller, S., McIntosh, A., . . . Tsougarakis, D. (2009). *Crisis, Cuts, Contemplations. How Academia May Help Rescuing Society*. Paper presented at the Conference of the Magna Charta Observatory.
- Becher, T., e Trowler, P. R. (2001). *Academic Tribes and Territories. Intellectual enquiry and the culture of disciplines*. Buckingham: The Society for Research into Higher Education e Open University Press.
- Beck, U. (1992). *Risk Society. Towards a new modernity*. London: Sage Publications.

- Becker, G. S. (1968). Crime and Punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*, 79, 169-217.
- Becker, H. (1966). *Outsiders*. New York The Free Press.
- Becker, H. S. (1966). *Outsiders : studies in the sociology of deviance* New York: The Free Press.
- Ben-Yehuda, N. (1986). Deviance in Science. *The British Journal of Criminology*, 26(1), 1-27.
- Berry, B. (1995). The Relationship Between Infringements on the Freedom to Research and Teach and Poor Sociological Practice. *The American Sociologist*, 25(3), 53-65.
- Beyens, K., e Swaaningen, R. v. (2015). Academische cultuur en wetenschappelijk wangedrag – en wat de relatie daartussen is. *Tijdschrift over Cultuur e Criminaliteit*, 5(1), 3-21.
- Black, D. (1976). *The behavior of law*. New York: Academic Press.
- Brickey, S. (1989). Criminology as Social Control Science: State Influence on Criminological Research in Canada. *Journal of Human Justice*, 1(1), 43-61.
- Bridgstock, M. (1982). A Sociological Approach to Fraud in Science. *Journal of Sociology*, 18(3), 364-383.
- Broome, M. E., Pryor, E., Habermann, B., Pulley, L., e Kincaid, H. (2005). The Scientific Misconduct Questionnaire—Revised (SMQ-R): Validation and Psychometric Testing. *Accountability in Research*, 12(4), 263-280.
- Brusten, M. (1981). Social control of criminology and criminologists. In M. Brusten e P. Ponsaers (Eds.), *State Control on information in the field of deviance and social control* (Vol. N° 2, pp. 58-77). Leuven-Vienna-Wuppertal: European Group for the Study of Deviance and Social Control.
- Brusten, M., e Outrive, L. v. (1981). The relationship between state institutions and the legal sciences in the field of deviance and social control. In M. Brusten e P. Ponsaers (Eds.), *State Control on information in the field of deviance and social control* (Vol. n° 2, pp. 7-51). Leuven-Vienna-Wuppertal: European Group for the Study of Deviance and Social Control.
- Brusten, M., e Ponsaers, P. (Eds.). (1981). *State Control on information in the field of deviance and social control* (Vol. n° 2). Leuven-Vienna-Wuppertal: European Group for the Study of Deviance and Social Control.
- Budd, J. M. (2001). Misreading Science in the Twentieth Century. *Science Communication*, 22(3), 300-315. doi: 10.1177/1075547001022003007
- Bunt, H. v. d. (2015). Ethische dilemma's bij criminologisch onderzoek. *Tijdschrift over Cultuur e Criminaliteit*, 5(1), 55-69.
- Busino, G. (2000). Plaidoyer pour l'Université. *Revue européenne des sciences sociales*, XXXVIII(18), 151-162.
- Byrne, D., e Callaghan, G. (2014). *Complexity theory and the social sciences. The state of the art*. London: Routledge.
- Cabral-Cardoso, C. (2004). Ethical Misconduct in the Business School: A Case of Plagiarism That Turned Bitter. *Journal of Business Ethics*, 49(1), 75-89.
- Campbell, E., Moy, B., Feibelman, S., Weissman, J., e Blumenthal, D. (2004). Institutional Academic Industry Relationship: Results of Interviews with University Leaders. *Accountability in Research*, 11(2), 103-118.
- Cellard, A. (2012). A análise documental. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer e Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-316). Petrópolis: Editora Vozes.

- Chalmers, I., e Glasziou, P. (2009). Avoidable waste in the production and reporting of research evidence. *Lancet*, 374(4), 86-89.
- Chiang, I. K.-H. (2009). Deux cents ans après la réforme d'Humboldt : Bologne. Où va l'enseignement supérieur européen ? *Éducation et Sociétés*, 2(24), 63-77.
- Chomsky, N. (2003). *Le profit avant l'homme*. Paris: Éditions 10-18.
- Clarke, R. V. (Ed.). (1997). *Situational Crime Prevention. Successful Case Studies* (2nd ed.). New York: Harrow and Heston.
- Claxton, L. D. (2005). Scientific authorship. Part 1. A window into scientific fraud? *Mutation Research*(589), 17-30.
- Claxton, L. D. (2007). A review of conflict of interest, competing interest, and bias for toxicologists. *Toxicology and Industrial Health*(23), 557-571.
- Cohen, A. K. (1971). *Delinquent boys : the culture of the gang*. New York: The Free Press.
- Cohen, S. (1985). *Visions of social control. Crime, punishment and classification*. Cambridge: Polity Press.
- Coleman, J. W. (2002). *The criminal elite : understanding white-collar crime*. New York: Worth Publishers.
- Comte, A. (2001). Curso de Filosofia Positiva. In M. B. d. Cruz (Ed.), *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos* (pp. 139-179). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Conceição, P., e Heitor, M. V. (1999). On the role of the university in the knowledge economy. *Science and Public Policy*, 26(1), 37-51.
- Correia, F., Amaral, A., e Magalhães, A. (Eds.). (2002). *Diversificação e diversidade dos sistemas de ensino superior. O caso português*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação - Ministério da Educação.
- Crewe, D. (2010). Power: The Supposed Definitions Revisited. *Journal of Theoretical and Philosophical Criminology*, 2(2), 22-68.
- Crewe, D. (2013). *Becoming criminal. The Social-Cultural Origins of Law, Transgression and Deviance*. Hampshire: Palgrave Macmillan
- Croall, H. (2001). *Understanding white collar crime*. Buckingham: Open University Press.
- Croché, S. (2009). Évolution d'un projet d'Europe sans Bruxelles. Le cas du processus de Bologne. *Éducation et Sociétés*, 2 (24), 11-27.
- Cronin, B. (2001). Hyperauthorship: a postmodern perversion or evidence of a structural shift in scholarly communication practices? *Journal of the American Society for Information Science e Technology*, 52(7), 558-569. doi: 10.1002/asi.1097.abs
- Cronin, B. (2008). On the Epistemic Significance of Place. *Journal of the American Society for Information Science e Technology*, 59(6), 1002-1006. doi: 10.1002/asi.20774
- Cronin, B. (2012). Do me a favor, Editorial. *Journal of the American Society for Information Science e Technology*, pp. 1281-1281. Retrieved from <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=btheAN=76575958&lang=pt-bresite=ehost-live>
- Cronin, B., Shaw, D., e La Barre, K. (2003). A Cast of Thousands: Coauthorship and Subauthorship Collaboration in the 20th Century as Manifested in the Scholarly Journal Literature of Psychology and Philosophy. *Journal of the American Society for Information Science e Technology*, 54(9), 855-871. doi: 10.1002/asi.10278

- Cronin, B., Shaw, D., e La Barre, K. (2004). Visible, Less Visible, and Invisible Work: Patterns of Collaboration in 20th Century Chemistry. *Journal of the American Society for Information Science e Technology*, 55(2), 160-168. doi: 10.1002/asi.10353
- Crozier, M. (1995). *A crise da inteligência. Ensaio sobre a capacidade de reforma das elites*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Crozier, M., e Friedberg, E. (1977). *L'acteur et le système*. Paris: Seuil.
- Cruz, J. N. (2012). O "crime de colarinho-branco": complexidades na definição e delimitação do objecto de estudo. In C. d. Agra (Ed.), *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (pp. 313-357). Porto: U.Porto.
- Cruz, J. N., Cardoso, C., Leite, A. L., e Faria, R. (Eds.). (2013). *Infrações económicas e financeiras. Estudos de Criminologia e Direito*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Cusson, M. (2007). *Criminologia* (2ª ed. ed.). Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- Davies, P. (2011). Formulating criminological research questions. In P. Davies, P. Francis e V. Jupp (Eds.), *Doing criminological research* (pp. 36-53). London: Sage Pub.
- Davies, P., Francis, P., e Jupp, V. (Eds.). (2011). *Doing criminological research* (2a ed. ed.). London: Sage Pub.
- Davis, M. S. (2003). The Role of Culture in Research Misconduct. *Accountability in Research*, 10(3), 189-201.
- De Vries, R., Anderson, M. S., e Martinson, B. C. (2006). Normal misbehavior: scientists talk about the ethics of research *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 1(1), 43-50.
- Debuyst, C. (2012). Uma perspectiva histórica da Criminologia. In C. Agra (Ed.), *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (pp. 63-75). Porto: U.Porto editorial.
- Debuyst, C., Digneffe, F., e Pires, A. P. (2008). *Histoire des savoirs sur le crime et la peine. 3. Expliquer et comprendre da délinquance (1920-1960)* (Vol. 3). Bruxelles: De Boeck.
- Deslauriers, J.-P. (2012). A indução analítica. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer e Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 337-352). Petrópolis: Editora Vozes.
- Deslauriers, J.-P., e Kérisit, M. (2012). O delineamento de pesquisa qualitativa. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer e Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 127-153). Petrópolis: Editora Vozes.
- Dias, T., e Faria, R. (2013). Anomia e infrações económicas e financeiras: o sucesso de uma teoria. In J. N. Cruz, C. Cardoso, A. L. Leite e R. Faria (Eds.), *Infrações económicas e financeiras. Estudos de Criminologia e Direito* (pp. 119-136). Coimbra: Coimbra Editora.
- Dinan, M. A., Weinfurt, K. P., Friedman, J. Y., Allsbrook, J. S., Gottlieb, J., Schulman, K. A., . . . Sugarman, J. (2006). Comparison of Conflict of Interest Policies and Reported Practices in Academic Medical Centers in the United States. *Accountability in Research*, 13(4), 325-342.
- Drenth, P., J. D. (2005, 3-4 Junho). *Responsible conduct in sciences: the role of academies of sciences*. Paper presented at the The responsible conduct of basic and clinical research, Varsóvia.
- Drenth, P. J. D. (2015). Institutional Dealing with Scientific Misconduct. *Eruditio*, 1(6), 136-146.

- DuBois, J. M., Schilling, D. A., Heitman, E., Steneck, N. H., e Kon, A. A. (2010). Instruction in the Responsible Conduct of Research: An Inventory of Programs and Materials within CTSAs. *Clinical and Translational Science*, 3(3), 109-111.
- Durkheim, É. (1996). *De la Division du Travail Social* (4^a ed.). Paris: PUF.
- Durkheim, É. (2005). *Le Suicide: Étude de Sociologie* (12^a ed.). Paris: Quadrige.
- Duval, J., e Heilbron, J. (2006). Les enjeux des transformations de la recherche. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 4(164), 5-10.
- East, J. (2010). Judging plagiarism: a problem of morality and convention. *Higher Education*, 59(1), 69-83.
- Edmond, G. (2008). Judging the Scientific and Medical Literature: Some Legal Implications of Changes to Biomedical Research and Publication. *Oxford Journal of Legal Studies*, 28(3), 523-561.
- Engdahl, O. (2009). Barriers and back regions as opportunity structures for white-collar crime. *Deviant Behavior*, 30(2), 115-143.
- Eribon, D. (1990). *Michel Foucault. 1926-1984*. Lisboa: Livros do Brasil
- Erp, J. v., Huisman, W., e Walle, G. V. (Eds.). (2015). *The Routledge Handbook of white-collar and corporate crime in Europe*. Oxon: Routledge.
- European Commission (2014). Public perceptions of science, research and innovation *Special Eurobarometer 419*: European Commission.
- Eysenck, H. J. (1998). *Dimensions of Personality*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Eysenck, H. J., e Gudjonsson, G. H. (1989). *The causes and cures of criminality*. New York: Plenum Press.
- Fanelli, D. (2009). How Many Scientists Fabricate and Falsify Research? A Systematic Review and Meta-Analysis of Survey Data. *PLoSOne*, 4(5).
- Fanelli, D., Costas, R., e Larivière, V. (2015). Misconduct Policies, Academic Culture and Career Stage, Not Gender or Pressures to Publish, Affect Scientific Integrity. *PLoS ONE*, 10(6), e0127556. doi: 10.1371/journal.pone.0127556
- Fang, F. C., Steen, G., e Casadevall, A. (2013). Misconduct accounts for the majority of retracted scientific publications. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 110(3), 1-6.
- Faria, R. (2009). *Da intransparência ao crime na ciência e no ensino superior. Estudo empírico sobre os processos desviantes e corruptivos em Portugal*. (Master), Faculty of Arts, Porto University, Porto.
- Faria, R. (2014). Science under pressure: problematic behaviors and social harms. *Crítica penal y poder*(7), 64-84.
- Faria, R., e Agra, C. (2012). Intransparência, desvio e crime na investigação científica e no ensino superior. In C. d. Agra (Ed.), *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (pp. 359-382). Porto: U.Porto Editorial.
- Feeley, M., e Simon, J. (1992). The new Penology: notes on the emerging strategy of corrections and its implications. *Criminology*, 30(4), 449-474
- Feigenbaum, S., e Levy, D. M. (1996). The technological obsolescence of scientific fraud *Rationality and Society*, 8(3), 261-276.
- Fernández-Ríos, L., e Rodríguez-Díaz, J. (2014). The "impact factor style of thinking": a new theoretical framework. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 14(2), 154-160.
- Ferrell, J., Hayward, K., e Young, J. (2008). *Cultural Criminology*. London: Sage Publications.
- Feyerabend, P. (2010). *Against method* (3rd ed.). London: Verso.

- Fontana, A., e Frey, J. H. (2000). The interview. From structured questions to negotiated text. In N. K. Denzin e Y. S. Lincoln (Eds.), *The Handbook of qualitative research* (2a ed. ed., pp. 645-672). London: Sage Pub.
- Foucault, M. (1987). *Vigir e punir* (25ª ed. ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (2005). *A arqueologia do saber*. Coimbra: Almedina.
- Foucault, M. (2008). *un diálogo sobre el poder y otras conversaciones*. . Madrid: Alianza Editorial.
- Foucault, M. (2010). *The birth of biopolitics. Lectures at the Collège de France, 1978-1979*. New York: Palgrave - Macmillan - Picador.
- Fourez, G. (2008). *A construção das ciências. As lógicas das invenções científicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Franzen, M., Rödder, S., e Weingart, P. (2007). Fraud: causes and culprits as perceived by science and the media. *European Molecular Biology Organization*, 8(1), 3-7.
- Friedrichs, D. O. (2002). Occupational crime, occupational deviance, and workplace crime: Sorting out the difference. *Criminal Justice*, 2(3), 243-256.
- Fuller, S. (2005). Social epistemology: preserving the integrity of knowledge about knowledge. In D. Rooney (Ed.), *The Knowledge Economy Handbook*: Edward Elgar.
- Fuller, S. (2007). Justifying science: the need for macroeconomic knowledge policy. In D. Rooney (Ed.), *The Knowledge Policy Handbook*: Edward Elgar.
- García, A. G. (2014). La tiranía del factor de impacto. *Actualidad en farmacología y terapéutica*, 12(1), 8-13.
- Gardenier, J., e Resnik, D. (2002). The Misuse of Statistics: Concepts, Tools, and a Research Agenda. *Accountability in Research*, 9(2), 65-74.
- Garfield, E. (1987). What do we know about fraud and other forms of intellectual dishonesty in science? Part 1. The spectrum of deviant behavior in Science. *Current contents*, 10(14), 88-92.
- Garland, D. (2001). *The culture of control. Crime and social order in contemporary society*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Gassin, R. (1994). *Criminologie* (3ª ed. ed.). Paris: Dalloz.
- Georgoulas, S., e Voulvouli, A. (2015). Within our walls: White collar crime in Greek Academia. In W. Huisman, J. v. Erp, G. V. Walle e J. Beckers (Eds.), *Routledge Handbook of White Collar and Corporate Crime in Europe*. Oxford: Routledge.
- Gibson, C., Medeiros, K. E., Giorgini, V., Mecca, J. T., Devenport, L. D., Connelly, S., e Mumford, M. D. (2014). A qualitative analysis of power differentials in ethical situations in academia. *Ethics e Behavior*, 24(4), 311-325.
- Gideon, A. (2012). Higher Education Institutions and EU Competition Law. *The Competition Law Review*, 8(2), 169-184.
- Gideon, A. (2015). Blurring Boundaries between the Public and the Private in National Research Policies and Possible Consequences from EU Primary Law. *Journal of Contemporary European Research*, 11(1), 50-68.
- Giorgi, A. (2012). Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer e Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 386-409). Petrópolis: Editora Vozes.
- Godecharle, S., Nemery, B., e Dierickx, K. (2013). Guidance on research integrity: no union in Europe. *The Lancet*, 381, 1097-1908.

- Godecharle, S., Nemery, B., e Dierickx, K. (2014). Heterogeneity in European Research Integrity Guidance: Relying on Values or Norms? *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 9(3), 79-90.
- Goodstein, D. (2010). *On fact and fraud. Cautionary tales from the front lines of science*. Princeton: Princeton University Press.
- Gottfredson, M. R., e Hirschi, T. (1987). The Positive Tradition. In M. R. Gottfredson e T. Hirschi (Eds.), *Positive Criminology* (pp. 9-22). London: Sage Publication.
- Gottfredson, M. R., e Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Groulx, L.-H. (2012). Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer e Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 95-124). Petrópolis: Editora Vozes.
- Gutwirth, S., e Christiaens, J. (2015). Reageren op problematisch wetenschappelijk gedrag voorbij de moralisering: een ander wetenschapsbeleid is mogelijk! *Tijdschrift over Cultuur e Criminaliteit*, 5(1), 70-91.
- Gutwith, S., e Christiaens, J. (in press). Les sciences et leurs problèmes: la fraude scientifique, un moyen de diversion? *Droit en contexte*.
- Hackett, E. (1994). A social control perspective on scientific misconduct. *Journal of Higher Education*, 65(3), 242-259.
- Hagan, F. E. (1994). *Introduction to Criminology. Theories, methods, and criminal behavior* (3a ed. ed.). Chicago: Nelson-Hall Publishers.
- Hansen, B. C., e Hansen, K. D. (1995). Academic and Scientific Misconduct: Issues for Nursing Educators. *Journal of Professional Nursing*, 11(1), 31-39.
- Hard, S. F., Conway, J. M., e Moran, A. C. (2006). Faculty and College Student Beliefs about the Frequency of Student Academic Misconduct. *The Journal of Higher Education*, 77(6), 1058-1080.
- Hedgecoe, A. (2012). Trust and regulatory organisations: The role of local knowledge and facework in research ethics review. *Social Studies of Science*, 42(5), 662-683.
- Heitman, E., e Bulger, R. E. (2005). Assessing the Educational Literature in the Responsible Conduct of Research for Core Content. *Accountability in Research: Policies and Quality Assurance*, 12(3), 207-224.
- Henry, S., e Milovanovic, D. (2000). Constitutive Criminology: Origins, Core Concepts, and Evaluation. *Social Justice*, 27(2), 268-290.
- Hesselmann, F., Wienefoet, V., e Reinhart, M. (2014). Measuring scientific misconduct. *Publications*(2), 61-70.
- Hillyard, P., Pantazis, C., Tombs, S., e Gordon, D. (Eds.). (2004). *Beyond Criminology. Taking harm seriously*. London: Pluto Press.
- Hillyard, P., e Tombs, S. (2004). Beyond Criminology? In P. Hillyard, C. Pantazis, S. Tombs e D. Gordon (Eds.), *Beyond Criminology. Taking harm seriously*. London: Pluto Press.
- Hirschi, T. (2007). *Causes of delinquency*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Hochstetler, A., e Copes, H. (2001). Organizational culture and organizational crime. In N. Shover e J. P. Wright (Eds.), *Crimes of privilege. Readings in white-collar crime* (pp. 210-221). Oxford: Oxford University Press.
- Hope, T., e Walters, R. (2008). *Critical thinking about the uses of research* London: Centre for Crime and Justice Studies.
- Huisman, W., Erp, J. v., Walle, D. V., e Beckers, J. (2015). Criminology and white-collar crime in Europe. In J. v. Erp, W. Huisman e G. V. Walle (Eds.), *The*

- Routledge Handbook of white-collar and corporate crime in Europe* (pp. 1-21). Oxon: Routledge.
- Hulsman, L. (1986). Critical criminology and the concept of crime. *Contemporary Crises*, 10, 63-80.
- Hulsman, L. (1998). Struggles about terminology: “problematic situation” vs. “crime”. . In Y. Cartuyvels, F. Digneffe, A. Pires e P. Robert (Eds.), *Politique, police et justice au bord du futur*. Paris L'Harmattan.
- Innes, M. (2003). *Understanding social control. Deviance, crime and social order*. Berkshire: Open University Press.
- Isenring, G. L. (2007). *Les délits commis par les employés dans les secteurs commercial et financier*. Berne: Stämpfli Editions SA.
- Iverson, M., Frankel, M. S., e Siang, S. (2003). Scientific Societies and Research Integrity: What Are They Doing and How Well Are They Doing It? *Science and Engineering Ethics*, 9(2), 141-158.
- Jaffer, U., e Cameron, A. E. P. (2006). Deceit and fraud in medical research. *International Journal of Surgery*, 4(122-126).
- Janesick, V. J. (2000). The choreography of qualitative research design. In N. K. Denzin e Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2a ed. ed., pp. 379-399). London: Sage Pub.
- John, L. K., Loewenstein, G., e Prelec, D. (2012). Measuring the Prevalence of Questionable Research Practices With Incentives for Truth Telling. *Psychological Science*, 23(5), 524–532.
- Kakuk, P. (2009). The Legacy of the Hwang Case: Research Misconduct in Biosciences. *Science e Engineering Ethics*(15), 545–562.
- Kara, F., e MacAlister, D. (2010). Responding to academic dishonesty in universities: a restorative justice approach. *Contemporary Justice Review: Issues in Criminal, Social, and Restorative Justice*, 13(4), 443 - 453.
- Keränen, L. (2006). Assessing the Seriousness of Research Misconduct: Considerations for Sanction Assignment. *Accountability in Research*, 13(2), 179-205.
- Knutsson, J. (2012). Vulnerability of evaluators of problem-oriented policing projetos. In N. Tilley & G. Farrell (Eds.), *The Reasoning Criminologist: Essays in Honour of Ronald V. Clarke* (pp. 108-118). London Routledge.
- Kon, A. A., Schilling, D. A., Heitman, E., Steneck, N. H., e DuBois, J. M. (2011). Content Analysis of Major Textbooks and Online Resources Used in Responsible Conduct of Research Instruction. *AJOB Prim Res*, 2(1), 42-46.
- Koppelman-White, E. (2006). Research Misconduct and The Scientific process: Continuing Quality Improvement. *Accountability in Research*, 13(3), 225-246.
- Kuhn, T. S. (2000). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Kuntz, A. M., e Presnall, M. M. (2012). Wandering the tactical: from interview to intraview. *Qualitative Inquiry*, 18(9), 732-744.
- Laperrière, A. (2012a). Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In J. Poupard, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer e Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 410-435). Petrópolis: Editora Vozes.
- Laperrière, A. (2012b). A teorização enraizada (*grounded theory*): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In J. Poupard, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer e Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 353-385). Petrópolis: Editora Vozes.

- Lascoumes, P. (1999a). Au nom du progrès et de la nation : les «avions renifleurs». La science entre l'escroquerie et le secret d'Etat. *Politix*, 12(48), 129-155.
- Lascoumes, P. (1999b). Régulations professionnelles au-delà ou en deçà du droit? *Les Cahiers de la sécurité intérieure. Noir, gris, blanc - les contrastes de la criminalité économique*(36), 109-119.
- Latour, B. (2005). *La science en action: introduction à la sociologie des sciences*. Paris: La Découverte.
- Latour, B., e Woolgar, S. (1988). *La vie de laboratoire. La production des faits scientifiques*. Paris: Éditions la Decouverte.
- Lee, J. (2011). The Past, Present, and Future of Scientific Misconduct Research: What Has Been Done? What Needs to be Done? *The Journal of the Professoriate*, 6(1), 67-83.
- Leonard, W. N., e Weber, M. G. (1970). Automakers and Dealers: A Study of Criminogenic Market Forces. *Law e Society Review*, 4(3), 407-424.
- Lind, R. A. (2005). Evaluating research misconduct policies at major research universities: A pilot study. *Accountability in Research*, 12(3), 241-262.
- Luz, J. L. B. d. (2002). *Introdução à epistemologia. Conhecimento, verdade e história*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Martin, B. (1992). Scientific fraud and the power structure of science. *Prometheus*, 10(1), 83-98. <http://www.uow.edu.au/arts/sts/bmartin/pubs/92prom.html>
- Martin, B. (2004). Plagiarism: policy against cheating or policy for learning? Retrieved 4 Dezembro 2007 <http://www.uow.edu.au/arts/sts/bmartin/pubs/04plag.pdf>
- Martinson, B. C., Anderson, M. S., Crain, A. L., e Vries, R. D. (2006). Scientist's perceptions of organizational justice and self-reported misbehaviors *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 1(1), 51-66.
- Martinson, B. C., Anderson, M. S., e De Vries, R. (2005). Scientists behaving badly. *Nature*, 435(7043), 737-738.
- Martinson, B. C., Crain, A. L., Vries, R. D., e Anderson, M. S. (2010). The Importance of Organizational Justice in Ensuring Research Integrity. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 5(3), 67-83.
- Matza, D. (1969). *Becoming deviant*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Matza, D. (1995). *Delinquency and drift*. New Brunswick: Transaction publishers.
- McHenry, L. B., e Jureidini, J. N. (2008). Industry-Sponsored Ghostwriting in Clinical Trial Reporting: A Case Study. *Accountability in Research*, 15(3), 152-167.
- Merton, R. K. (1968a). The Matthew Effect in Science. *Science*, 159(3810), 56-63.
- Merton, R. K. (1968b). *Social Theory and Social Structure* New York: The Free Press.
- Merton, R. K. (1973). *The sociology of science. Theoretical and empirical investigations*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Mikecz, R. (2012). Interviewing elites: addressing methodological issues. *Qualitative Inquiry*, 18(6), 482-493.
- Montgomery, K., e Oliver, A. L. (2009). Shifts in Guidelines for Ethical Scientific Conduct. *Social Studies of Science*, 39(1), 137-155. doi: 10.1177/0306312708097659
- Morin, E. (1982). *Ciência com consciência*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (1984). *Sociologie*. Paris: Fayard.
- Mulkay, M. (1976). Norms and ideology in science. *Social Science Information*, 15(4/5), 637-656.
- Müller, T. (2015). 'Ik was echt zorgvuldig'. De carrière van een wetenschappelijke fraudeur. *Tijdschrift over Cultuur e Criminaliteit*, 5(1), 99-114.

- Mumford, M. D., Murphy, S. T., Connelly, S., Hill, J. H., Antes, A. L., Brown, R. P., e Devenport, L. D. (2007). Environmental Influences on Ethical Decision Making: Climate and Environmental Predictors of Research Integrity. *Ethics e Behavior*, 17(4), 337–366.
- Nelken, D. (2002). White-Collar Crime. In M. Maguire, R. Morgan e R. Reiner (Eds.), *Oxford Handbook of Criminology* (pp. 844-877). Oxford: Oxford University Press.
- Nelken, D. (2009). Corruption as governance? Law, transparency and appointment procedures in Italian Universities. In F. v. Benda-Beckman e K. v. Benda-Beckman (Eds.), *Rules of Law, Laws of Ruling* (pp. 257-278). Aldershot: Ashgate Press.
- Neves, A. F. (2014). O regime de recrutamento dos docentes do ensino superior público. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, X, 9-35.
- Noaks, L., e Wincup, E. (2004). *Criminological research. Understanding qualitative methods*. London: Sage Pub.
- Nowotny, H., Scott, P., e Gibbons, M. (2001). *Re-thinking science. Knowledge and the public in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Oliveira, L. (2000). Desafios à Universidade. Comercialização da ciência e recomposição dos saberes acadêmicos. *Sociologia - Problemas e Práticas*(34), 93-116.
- Orosz, G. (s.d.). *Social representation of competition, fraud and academic cheating of French and Hungarian citizens*. (PhD), University of Reims Champagne Ardenne, unpublished. Retrieved from http://www.univ-reims.fr/site/laboratoire-labellise/ea-4298-laboratoire-de-psychologie-appliquee-lpa/gallery_files/site/1/1697/3184/12879/15433/21676.pdf
- Paternoster, R., e Simpson, S. (2001). A rational choice theory of corporate crime. In N. Shover e J. P. Wright (Eds.), *Crimes of privilege. Readings in white-collar crime* (pp. 194-210). Oxford: Oxford University Press.
- Payne, B. K., Blowers, A., e Jarvis, D. B. (2012). The Neglect of Elder Neglect as a White-Collar Crime: Distinguishing Patient Neglect from Physical Abuse and the Criminal Justice System's Response. *Justice Quarterly*, 29(3), 448-468.
- Pemberton, S. (2004). A theory of moral indifference: understanding the production of harm by capitalist society. In P. Hillyard, C. Pantazis, S. Tombs e D. Gordon (Eds.), *Beyond Criminology. Taking harm seriously*. London: Pluto Press.
- Pires, Á. (1995). La criminologie d'hier et d'aujourd'hui. In C. Debuyst, F. Digneffe, J.-M. Labadie e Á. Pires (Eds.), *Histoire des savoirs sur le crime e la peine. Vol. 1. Des savoirs diffus à la notion de criminel-né* (pp. 13-67). Bruxelles: Éditions De Boeck Université.
- Pires, Á. (2012a). Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In J. Poupard, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer e Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 154-211). Petrópolis: Editora Vozes.
- Pires, Á. (2012b). Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In J. Poupard, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer e Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 43-94). Petrópolis: Editora Vozes.
- Popper, K. (1987). *Sociedade aberta, universo aberto*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Popper, K. (2003). *Conjecturas e refutações. O desenvolvimento do conhecimento científico*. Coimbra: Almedina.
- Popper, K. (2007). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix.

- Potter, G. W. (2010). *Controversies in White-Collar crime*. Cincinnati: Anderson Publishing.
- Poupart, J. (2012). A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer e Á. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 215-253). Petrópolis: Editora Vozes.
- Presdee, M., e Walters, R. (1998). The perils and politics of criminological research and the threat to academic freedom. *Current Issues in Criminal Justice*, 10(2), 156-167.
- Price, M. (2002). Beyond "Gotcha!": Situating Plagiarism in Policy and Pedagogy. *College Composition and Communication*, 54(1), 88-115.
- Prior, L. (1997). Following in Foucault's footsteps: text and context in qualitative research. In D. Silverman (Ed.), *Qualitative research. Theory, method and practice* (pp. 63-79). London: Sage Publications.
- Prior, L. (2008). Repositioning documents in social research. *Sociology*, 42(5), 821-836.
- Queloz, N. (1999). A-t-on encore des raisons de distinguer criminalités économiques et organisée? *Les Cahiers de la sécurité intérieure. Noir, gris, blanc - les contrastes de la criminalité économique*(36), 21-39.
- Redman, B. K., e Merz, J. F. (2005). Evaluating the Oversight of Scientific Misconduct. *Accountability in Research*, 12(3), 157-162.
- Redman, B. K., e Merz, J. F. (2006). Research Misconduct Policies of High Impact Biomedical Journals. *Accountability in Research*, 13(3), 247-258.
- Reich, E. S. (2009). *Plastic fantastic. How the biggest fraud in physics shook the scientific world*. New York: Palgrave MacMillan.
- Ritchie, J., e Spencer, L. (1994). Qualitative data analysis for applied policy research. In A. Bryman e R. G. Burgess (Eds.), *Analyzing qualitative data* (pp. 173-194). London: Routledge.
- Robin, G. D. (1974). White-Collar Crime and Employee Theft. *Crime e Delinquency*, 20(3), 251-262. doi: 10.1177/001112877402000305
- Rocher, G. (1989). *Sociologia geral. A ação social* (Vol. I). Lisboa: Editorial Presença.
- Ruquoy, D. (1995). Situation d'entretien et stratégie de l'interviwer. In L. Albarello, F. Digneffe, J.-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy e P. d. Saint-Georges (Eds.), *Pratiques et méthodes e recherche en science sociales* (pp. 59-82). Paris: Arman Colin.
- Sampson, R. J. (2010). Gold Standard Myths: Observations on the Experimental Turn in Quantitative Criminology. *J Quant Criminol*(26), 489-500.
- Saint-Georges, P. d. (1995). Recherche et critique des sources de documentation dans les domaines économique, social et politique. In L. Albarello, F. Digneffe, J.-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy e P. d. Saint-Georges (Eds.), *Pratiques et méthodes de recherche en sciences sociales* (pp. 9-31). Paris: Armand Colin.
- Scanlon, P. M. (2003). Student Online Plagiarism: How Do We Respond? *College Teaching*, 51(4), 161-165.
- Scheff, T. J. (1995). Academic gangs. *Crime, law and social change*, 23, 157-162.
- Schoepfer, A., Piquero, N. L., e Langton, L. (2014). Low Self-Control Versus the Desire-For-Control: An Empirical Test of White-Collar Crime and Conventional Crime. *Deviant Behavior*, 35(3), 197-214.
- Scruton, R. (2012). *Breve história da filosofia moderna*. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, S.A.
- Seale, C. (1999). *The quality of qualitative research*. London: Sage pub.

- Semmens, N. (2011). Methodological approaches to criminological research. In P. Davies, P. Francis e V. Jupp (Eds.), *Doing criminological research* (pp. 54-77). London: Sage Pub.
- Sessar, K. (2012). Os problemas que a criminologia enfrenta face ao direito penal. Algumas considerações teóricas. In C. Agra (Ed.), *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar* (pp. 583-602). Porto: U.Porto editorial.
- Shover, N. (2006). *Choosing White-Collar crime*. New York: Cambridge Univ. Press.
- Shover, N., e Wright, J. P. (Eds.). (2001). *Crimes of privilege : readings in white-collar crime*. New York: Oxford University Press.
- Sieber, J. E. (2012). Witness to research wrongdoing. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 7(5), 3-14.
- Silverman, D. (2001). *Interpreting qualitative data. Methods for analysing talk, text and interaction* (2nd ed.). London: Sage Publications.
- Simon, D. R., e Eitzen, D. S. (1982). *Elite deviance*. Massachusetts: Allyn and Bacon.
- Simpson, S. S., e Weisburd, D. (Eds.). (2009). *The Criminology of white-collar crime*. New York: Springer.
- Sokal, A., e Bricmont, J. (1997). *Impostures intellectuelles* (3ª ed ed.). Paris: Éditions Odile Jacob.
- Sox, H. C., e Rennie, D. (2006). Research misconduct, retraction and cleansing the medical literature: lessons from the Poehlman case. *Annals of Internal Medicine*, 144, 609-613.
- Squires, P. (1981). The policing of knowledge. Criminal statistics and criminal categories. In M. Brusten e P. Ponsaers (Eds.), *State control on information in the field of deviance and social control* (Vol. nº2, pp. 177-207). Leuven-Vienna-Wuppertal: European Group for the Study of Deviance and Social Control.
- Stangl, W. (1981). Considerations about the process of "everyday control over science". In M. Brusten e P. Ponsaers (Eds.), *State Control on information in the field of deviance and social control* (Vol. Nº 2, pp. 140-154). Leuven-Vienna-Wuppertal: European Group for the Study of Deviance and Social Control.
- Steneck, N. H. (1999). Confronting misconduct in science in the 1980s and 1990s: what has and has not been accomplished? *Science and Engineering Ethics*, 5(2), 161-176.
- Steneck, N. H. (2006). Fostering Integrity in Research: Definitions, Current Knowledge, and Future Directions. *Science and Engineering Ethics*, 12(1), 53-74.
- Stephens, N. (2007). Collecting data from elites and ultra elites: telephone and face-to-face interviews with macroeconomists. *Qualitative Ressearch*, 7(2), 203-216.
- Strauss, A. L. (1994). *Qualitative analysis for social scientists*. Cambridge: University Press.
- Sutherland, E. (1983). *White-collar crime*. New Haven: Yale University Press.
- Sutherland, E., Cressey, D. R., e Luckenbill, D. F. (1992). *Principles of Criminology* (11ed. ed.). Oxford: General Hall.
- Teixeira, A. A. C., e Rocha, M. F. (2009). Cheating by economics and business undergraduate students: an exploratory international assessment. *Higher Education*, 59(6), 663-701.
- Thompson, B. (2002). Toward an understanding of academic deviance. In G. W. Potter (Ed.), *Controversies in white-collar crime* (pp. 73-84). Cincinnati: Anderson Publishing Co.
- Tijdink, J. K., Verbeke, R., e Smulders, Y. M. (2014). Publication pressure and scientific misconduct in medical scientists. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 9(5), 64-71.

- Tombs, S., e Hillyard, P. (2004). Towards a political economy of harms: states, corporations and the production of inequality. In P. Hillyard, C. Pantazis, S. Tombs e D. Gordon (Eds.), *Beyond Criminology. Taking harm seriously*. London: Pluto press.
- Tromp, H. (2010). Strengthening awareness about researchers who are bringing unwelcome news. In R. J. i. t. Veld (Ed.), *Knowledge democracy. Consequences for science, politics and media* (pp. 215-225). London: Springer.
- Vaughan, D. (1999a). The dark side of organizations: mistake, misconduct, and disaster. *Annual Review of Sociology*, 25, 271-305.
- Vaughan, D. (1999b). The Rôle of the Organization in the Production of Techno-Scientific Knowledge. *Social Studies of Science*, 29(6), 913-943. doi: 10.1177/030631299029006005
- Vaughan, D. (2001a). Rational choice, situated action, and the social control of organizations. In N. Shover e J. P. Wright (Eds.), *Crimes of Privilege. Readings in white-collar crime* (pp. 234-254). Oxford: Oxford University Press.
- Vaughan, D. (2001b). Toward understanding unlawful organization behavior. In N. Shover e J. P. Wright (Eds.), *Crimes of privilege. Readings in white collar-crime* (pp. 313-329). Oxford: Oxford University Press.
- Vaughan, D. (2002). Criminology and the sociology of organizations. Analogy, comparative social organization, and general theory. *Crime, law and social change*, 37(2), 117-136.
- Vaughan, D. (2007). Beyond macro- and micro-levels os analysis, organizations and the cultural fix. In H. N. Pontell e G. Geis (Eds.), *International Handbook of White-Collar and Corporate Crime* (pp. 3-24). New York: Springer.
- Verhaeghe, P., e Willemsen, J. (2015). Concurreren voor de waarheid: neoliberalisme en wetenschapsfraude. *Tijdschrift over Cultuur e Criminaliteit*, 5(1), 22-37.
- Walliman, N. (2011). *Research methods. The basics*. London: Routledge.
- Walters, R. (2003). *Deviant knowledge. Criminology, politics and policy*. Cullompton: Willan Publishing.
- Weber, M. (1959). *Le savant et le politique*. Paris: Éditions 10-18.
- Weber, M. (2001a). Conceitos fundamentais de sociologia. In M. B. d. Cruz (Ed.), *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (antologia de textos)* (pp. 583-602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Weber, M. (2001b). A "objectividade" do conhecimento nas ciências sociais e em política social. In M. B. d. Cruz (Ed.), *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos (antologia de textos)* (pp. 603-661). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Whitaker, E. E. (1993). A Pedagogy to Address Plagiarism. *College Composition and Communication*, 44(4), 509-514.
- White, J., Bandura, A., e Bero, L. A. (2009). Moral Disengagement in the Corporate World. *Accountability in Research*, 16(1), 41-74.
- Will, S., Handelman, S., e Brotherton, D. C. (Eds.). (2013). *How they got away with it. White collar criminals and the financial meltdown*. New York: Columbia University Press.
- Wilson, K., Schreier, A., Griffin, A., e Resnik, D. (2007). Research Records and the Resolution of Misconduct Allegations at Research Universities. *Accountability in Research*, 14(1), 57-71.
- Wincup, E. (2009). Researching crime and criminal justice. In C. Hale, K. Hayward, A. Wahidin e E. Wincup (Eds.), *Criminology* (2a ed. ed., pp. 103-125). Oxford: Oxford University Press.

- Winlow, S. (2013). Is it OK to talk about capitalism again? Or, why criminology must take a *leap of faith*. In S. Winlow e R. Atkinson (Eds.), *New directions in crime and deviancy*. Oxon: Routledge.
- Winlow, S., e Hall, S. (2012). What is an 'ethics committee'?. Academic governance in an epoch of belief and incredulity. *British Journal of Criminology*, 52(2), 400-416.
- Yeager, P. C. (2008). Science, values and politics: an insider's reflections on corporate crime research. *Crime, law and social change*(51), 5-30.
- Zedner, L. (2006). Opportunity makes the thief-taker: the influence of economic analysis on crime control. In T. Newburn e P. Rock (Eds.), *The politics of crime control. Essays in honour of David Downes*. New York: Oxford University Press.
- Zuckerman, H. (1977). Deviant behavior and social control in science. In E. Sagarin (Ed.), *Deviance and Social Change* (pp. 87-138). London: Sage Publications.

Anexos

Anexo 1: alguns casos mediáticos de *scientific misconduct*

A síntese realizada por Bridgstock remete para uma relativa frequência de casos ditos históricos onde se presume que algum tipo de fraude tenha ocorrido. Existem suspeitas em torno dos trabalhos de Ptolomeu, Newton, Galileu, Mendel e Cyril Burt (Bridgstock, 1982). No entanto, para o que nos interessa, iremos limitar-nos a episódios mais recentes de casos registados e confirmados de fraude científica ou *scientific misconduct*.

Reich (2009) realizou um estudo de caso sobre H. Schön, um jovem investigador alemão a trabalhar nos famosos laboratórios Bell, nos Estados Unidos que, em 2002, foi acusado de inventar dados sobre um pretenso novo material supercondutor que traria um potencial enorme para os laboratórios. Até se ter concluído que Schön efetivamente forjou todos os dados dos seus trabalhos, durante quatro anos conseguiu ter os seus artigos publicados, foi convidado como conferencista e ganhou prémios e bolsas variadas. No meio de todo este processo, cada nova tentativa de replicação das suas descobertas saía gorada mas as suspeitas de fraude levaram bastante tempo até se materializarem. Para Reich alguns fatores poderão ajudar a perceber de que modo este jovem, cujo nome se diz ter estado na lista de opções para um Nobel da física, encontrou espaço e oportunidade para as suas ações e práticas fraudulentas:

- (1) O jovem alemão era considerado inteligente, dedicado, colaborativo, preferindo ouvir os colegas em vez de se impor e evitando quaisquer tipo de conflitos. Realizou as suas “descobertas” sozinho e sem testemunhas mas era solícito a ouvir as dificuldades de terceiros na replicação dos seus trabalhos;
- (2) Os laboratórios Bell orientavam-se fortemente para a procura de soluções para o mercado e, por isso, estavam fortemente interessados em descobertas que pudessem ter uma utilização a curto prazo e forte potencial económico. Tal sucedia no caso do pretenso supercondutor descoberto por Schön;
- (3) A mesma instituição estava a passar por um período de decréscimo de importância por via do desenvolvimento de novas tecnologias de informação que ultrapassaram rapidamente os produtos das suas atividades científicas até ao momento. Precisava de algo ou alguém que voltasse a colocar os laboratórios Bell na vanguarda da investigação;

- (4) a área dos supercondutores envolvia altos níveis de especialização e o trabalho articulado de vários cientistas de áreas diferentes que não podiam, propriamente, controlar a atuação e produtos dos restantes;
- (5) a constante troca de informações, reuniões, conferências e conversas informais onde eram colocadas questões sobre investigações em curso pareciam ser o necessário ideal para Schön perceber o que era pretendido pela comunidade científica e, daí, partir para criar novos dados que satisfizessem as indagações do momento no campo;
- (6) a instituição onde Schön se encontrava incentivava fortemente os seus investigadores a publicar em jornais de alto impacto – o número de citações obtida era relevante especialmente em áreas dinâmicas e de alto impacto onde fossem reconhecidas as potencialidades inovadoras das descobertas

Quando confrontado com as acusações de fraude, Schön argumentou ter-se equivocado nos dados, primeiro, para depois assumir que nunca havia aprendido a criar registos duráveis dos mesmos:

“Rather than following the method others assumed (...) Schön was doing science backwards. He started from the conclusion he wanted and assembled data to show it. Investigators called this methodology ‘falsification’ because it was unclear where the data Schön showed had come from” (Reich, 2009, p. 67).

Por todo o mundo e durante vários anos, dinheiros públicos, recursos humanos e carreiras foram investidas na replicação dos resultados do jovem prodígio nos laboratórios Schön. Debalde.

O caso de Diederik Stapel veio chocar a Holanda e colocar em cheque a Psicologia Social. Em 2010, três jovens investigadores da Universidade de Tilburg lançaram suspeitas de que o trabalho daquele investigador seria baseado em dados falsos. Antes disso, outros académicos séniores haviam já suspeitado do mesmo mas sem acionarem os mecanismos necessários a uma deteção e averiguação. As três universidades por onde Stapel havia passado uniram-se para levar a cabo uma investigação conjunta sobre a metodologia usada, os dados obtidos e as publicações realizadas. Testes estatísticos foram efetuados, questionários enviados, académicos inquiridos. Os três comités

estabelecidos concluíram que “*the extent of Mr Stapel’s fraud is very substantial*” (Levelt, Drenth e Noort, 2012, p. 25), com 55 publicações a serem consideradas fraudulentas, incluindo capítulos de obras, secções de teses de doutoramento orientadas por aquele investigador e artigos em revistas científicas.

As investigações concluíram que as bases de dados detidas por Stapel haviam sido manipuladas ou fabricadas pelo próprio. De que forma? Ou através da elaboração do desenho de investigação, o desenvolvimento de questionários e criação da amostra de modo regular mas em que os questionários não eram administrados – os dados eram criados por Stapel de raiz; ou através da alteração, por este investigador, das bases de dados recolhidos regularmente.

O relatório conjunto dos três comités, apesar de ter concluído que nenhum dos coautores participou na falsificação ou manipulação de dados, foi duro na constatação da inexistência de uma crítica científica regular (Levelt, Drenth e Noort, 2012, p. 37). No entanto, não deixou de frisar a confiança existente no seio da comunidade científica, inibidora de um escrutínio dos trabalhos, bem como da tendência de Stapel em realizar as suas investigações sozinho. É ainda mencionada a posição de poder daquele investigador que, durante a sua carreira recolheu epítetos como “golden boy”, líder carismático, extremamente amigável e com prestígio.

Durante todo este tempo publicou copiosamente e passou as suas provas académicas com reconhecimento, tendo recebido prémios de mérito científico e financiamentos vários – “[T]here was no lack of money for assistants, PhD students, and projects. The media knew where to find him (...). Besides the praise for his dynamism, prolific stream of ideas, accessibility and energy, ‘ambitious was the word most often heard’” (Levelt, Drenth e Noort, 2012, pp. 40-1).

Na Universidade de Groningen, criou grupos coesos de investigação e era procurado por jovens académicos que lhe reconheciam capacidades de orientação, de sucesso e o meio para uma recolha de dados facilitada visto que parecia ter acesso privilegiado às amostras necessárias. No entanto, havia um burburinho de conjeturas sobre os dados, que eram considerados “demasiado bons para ser verdadeiros” (Levelt, Drenth e Noort, 2012, p. 42) mas nada mais saía destas conversas de corredores.

Em 2006 foi contratado como *full professor* na Universidade de Tilburg e, em 2010, foi designado diretor da Faculdade de Ciências Sociais e do Comportamento. Aqui detinha

absoluta confiança dos seus pares – a tal ponto que lecionava a disciplina de Ética no seu departamento. Em todas as discussões demonstrava ter vasto conhecimento da literatura, pedia auxílio no desenho da investigação para depois passar a uma fase totalmente ficcionada de criação de dados: realizava pessoalmente supostos contactos com escolas onde iria recolher dados, enchia a bagageira do carro com chocolates para oferecer às crianças que observava, sem que esses chocolates alguma vez chegassem a qualquer sítio. No entanto, a abertura à crítica era limitada e parecia usar várias vezes da sua posição de poder para silenciar potenciais opositores aos seus trabalhos. A relação com os seus jovens investigadores era mais do que cordial, tendo-se desenvolvido verdadeiros laços de intimidade e amizade.

Mesmo com a resistência encontrada na instituição, dada a posição de Stapel, os três investigadores alertaram para a inadequação dos dados sistematicamente produzidos. No seguimento do inquérito, Stapel foi demitido da sua posição na Universidade de Tilberg e vários trabalhos seus foram retirados de publicação⁵⁴.

Hedgecoe (2014) refere o caso de um ensaio clínico ocorrido num hospital de Londres e que ficou conhecido como “The elephant man clinical trial” devido aos efeitos que a droga sob experimentação teve na face de um dos voluntários. Em 2006, oito jovens do sexo masculino, saudáveis até à altura, foram sujeitos a testes: seis foram injetados com a substância TGN1412 que pretendia tratar um tipo de leucemia e de artrite reumatoide; 2 receberam um placebo.

Nas horas que se seguiram os seis jovens aos quais foi administrada a droga relataram vários sintomas como náuseas, dores nas costas, aumento da temperatura e descidas da pressão arterial. A cabeça de um dos voluntários inchou consideravelmente. A um deles tiveram que ser amputados os dedos dos pés. No final do mesmo dia foram enviados para a unidade de cuidados intensivos do hospital, onde se veio a verificar que todos eles tinham recebido um extremo estímulo sobre o sistema imunitário. Em função disso

⁵⁴ Curiosamente, e contrariamente a Schön e outros académicos considerados fraudulentos, Stapel não se remeteu ao esquecimento antes se dedicando atualmente à limpeza da sua imagem pública, como pode ser comprovado no seguinte vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=nJhvYpMxG_k.

tiveram que permanecer hospitalizados durante várias semanas e o caso foi amplamente noticiado⁵⁵.

Análises posteriores indicaram que todos eles receberam doses da substância de forma demasiado célere, no entanto a entidade reguladora veio afirmar que esta celeridade na administração das drogas sob experimentação era algo muito comum nos ensaios clínicos e considerada prática normal.

Hwang Woo-Suk, investigador da Coreia do Sul conhecido pelos seus trabalhos no campo das células estaminais, vinha arrecadando cada vez mais reputação na área da biotecnologia e da clonagem (Kakuk, 2009). Acabou por ser condenado, em 2008, por desvio de fundos (*embezzlement*) e compra ilegal de óvulos humanos⁵⁶. Aparentemente as mulheres “dadoras” não eram informadas devidamente acerca do estudo e não era prestado qualquer consentimento informado. Outras não foram devidamente informadas acerca dos riscos em que incorriam no decurso da experiência. Em troca receberiam dinheiro ou outros benefícios. Finalmente, duas das “dadoras” seriam assistentes de investigação coagidas pelo próprio Woo Suk.

As suspeitas de falsificação de dados conduziram-no à perda do seu posto na universidade de Seoul e à retração dos seus artigos da revista *Science*. As suas alegações sobre a clonagem de células humanas foram declaradas fraudulentas e a investigação no campo perdeu um dos grande atores que vinha a incentivar a investigação sobre as células estaminais. Um número da *New York Times* diz que, hoje em dia, Woo Suk continua a investigar, desta vez em torno da clonagem de animais⁵⁷.

Poehlman tinha feito a sua carreira na Universidade de Vancouver, onde vinha auferindo de salários de topo e convites para participar em conferências importantes na sua área de estudo, quando um jovem assistente seu lançou suspeitas de fraude sobre os

⁵⁵ Em 2013 a BBC News recordava o caso e tentava perceber que mecanismos haviam sido postos em prática para evitar nova situação semelhante. A peça intitula-se “Northwick Park drug trial disaster - could it happen again?” e pode ser encontrada em <http://www.bbc.com/news/health-22556736>.

⁵⁶ “The Cloning Scandal of Hwang Woo-Suk”, in: <https://stemcellbioethics.wikischolars.columbia.edu/The+Cloning+Scandal+of+Hwang+Woo-Suk>.

⁵⁷ “Korean Scientist’s New Project: Rebuild After Cloning Disgrace”, in: <http://www.nytimes.com/2014/03/01/world/asia/scientists-new-project-rebuild-after-cloning-disgrace.html>.

trabalhos que vinha elaborando acerca dos efeitos da obesidade e do envelhecimento na saúde. Era diretor de laboratório e obtinha o reconhecimento social dos pares, orientando uma dúzia de jovens investigadores. Um deles era DeNino, admirador Poehlman com quem agora trabalhava, e para quem analisava uma base de dados no final de 2000. Ao verificar resultados inconsistentes com a hipótese avançada acerca dos efeitos negativos da obesidade na pressão sanguínea, DeNino entregou a base de dados a Poehlman que a analisou isoladamente, tendo voltado com uma base “corrigida” (Interlandi, 2006).

Mas, para o jovem investigador, a alteração entre os antigos resultados estatísticos e os novos, após a “correção” da base, era demasiado discrepante para poder ser verdadeira. Questionou, sem sucesso, Poehlman (Dahlberg e Mahler, 2006) e, face à reação, acabou por informar um colega e antigo elemento do laboratório do sucedido, que o alertou para os perigos que uma falsa acusação poderia ter para a sua carreira. Mas DeNino continuou a colocar as dúvidas sentidas a outros colegas para verificar que, também eles, tinham dúvidas há já algum tempo. Aconselhado a recolher indícios suficientemente fortes, passou várias noites a fazê-lo, tendo encontrado dados apagados, pacientes que pareciam nunca ter existido. Nesse interim, Poehlman recebia prémios e continuava a trabalhar sem desconfiar. Quando finalmente se apercebeu do processo de investigação que entretanto se iniciara, manifestou o seu aborrecimento pela confusão e alegou não ter registos originais dos dados pretendidos. Em Fevereiro de 2001, perante uma comissão de investigação, alegou não saber trabalhar adequadamente com tabelas de *Excel*, depois sugeriu que os dados falsos eram produto de análise estatísticas elaboradas que apenas pretendiam colocar hipóteses de trabalho⁵⁸.

Em Abril de 2001, a Universidade de Vermont notificou o investigador da abertura de um inquérito. Finalmente, em 2004 e após todo um período durante o qual Poehlman acusou todos os seus colegas, reagindo virulentamente a todo processo, foi dado início ao processo judicial que o condenou a um ano de prisão e dois anos de liberdade condicional (Interlandi, 2006) e ao pagamento de \$180,000. Entretanto, em 2002, o ORI tomou conhecimento do relatório da Universidade e deu também andamento a um processo autónomo de averiguações, tendo vindo auxiliar o processo penal em curso.

⁵⁸ Veja-se o artigo de Dahlberg e Mahler (2006) que contém cópias das bases de dados alteradas e reproduz outros documentos igualmente relevantes, bem como a análise caso a caso das investigações forjadas ou falsificadas.

Referências bibliográficas do Anexo 1

Bridgstock, M. (1982). A Sociological Approach to Fraud in Science. *Journal of Sociology*, 18(3), 364-383.

Dahlberg, J. E., e Mahler, C. C. (2006). The Poehlman case: running away from the truth. *Science and Engineering Ethics*, 12(1), 157-173.

Hedgecoe, A. (2014). A deviation from standard design? Clinical trials, research ethics committees, and the regulatory co-construction of organizational deviance. *Social Studies of Science*, 44(1), 59 –81.

Interlandi, J. (2006). An Unwelcome Discovery, *The New York Times*. Retrieved from <http://www.nytimes.com/2006/10/22/magazine/22sciencefraud.html?pagewanted=all>

Kakuk, P. (2009). The Legacy of the Hwang Case: Research *Misconduct* in Biosciences. *Science e Engineering Ethics*(15), 545–562.

Levelt, W. J. M., Drenth, P., e Noort, E. (Eds.). (2012). *Flawed science: The fraudulent research practices of social psychologist Diederik Stapel*. Commissioned by the Tilburg University, University of Amsterdam and the University of Groningen. Acedido em: <http://hdl.handle.net/11858/00-001M-0000-0010-258C-5>

Reich, E. S. (2009). *Plastic fantastic. How the biggest fraud in physics shook the scientific world*. New York: Palgrave MacMillan.

Anexo 2: Despesa pública em leD

Total GBAORD as a % of total general government expenditure

[gba_nabste]

Last update: 30.03.15

Source of data: Eurostat

UNIT: Percentage of government expenditure

TIME	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
GEO								
European Union (28 countries)	:	:	:	:	1.45	1.45	1.38	1.4
European Union (15 countries)	1.5	1.51	1.53	1.54	1.49	1.49	1.41	1.43
Russia	1.12	1.13	1.14	:	:	:	:	:
United States	2.72 ^(d)	2.66 ^(d)	2.52 ^(d)	2.65 ^(b,d)	2.34 ^(d)	2.24 ^(d)	2.21 ^(d)	:
Japan	1.96 ^(d)	1.91 ^(d)	1.89 ^(d)	1.81 ^(d)	1.83 ^(d)	1.83 ^(d)	1.85 ^(d)	:

Available flags:

b break in time series

e estimated

n not significant

■ Eurostat estimate (phased out)

c confidential

f forecast

p provisional

u low reliability

d definition differs, see metadata

i see metadata (phased out)

r revised

z not applicable

Special value:

: not available

Fonte: EUROSTAT

Guião de entrevista em português

- *Muito bom dia. Gostaria de iniciar esta entrevista pedindo-lhe que tenha a amabilidade de me esclarecer sobre a sua actual ocupação profissional, bem como pedindo algumas indicações sobre o seu percurso profissional que considere útil.*

- *A nossa investigação pretende confrontar o ideal que normalmente temos da investigação e formação científica, tradicionalmente consideradas como algo objectivo, axiologicamente neutro, com a ciência efectivamente realizada em específicos contextos institucionais, com as suas práticas, os seus quotidianos, hierarquias, etc. Considera que neste confronto entre, digamos, o ideal e o real, se poderão levantar questões problemáticas? Se sim, quais?*

- *Num primeiro momento da nossa entrevista gostaria que se pronunciasse sobre algumas questões que parecem influenciar o sistema de ensino superior e de investigação científica que se produz no nosso país.*

- *Na sua opinião, quais são as grandes diferenças e semelhanças (se é que encontra algumas) que podemos encontrar na docência universitária e na investigação científica, quando comparamos Portugal com outros países desenvolvidos, em termos especificamente de transparência, legalidade e ética? E outros aspectos que considere pertinentes?*

- *Gostaria agora que me falasse um pouco do conhecimento que eventualmente tenha acerca de alguns comportamentos por parte de terceiros na área da investigação científica e docência no ensino superior.*

- Ao longo do seu percurso alguma vez tomou conhecimento de indivíduos/grupos/instituições que tivessem manipulado dados para confirmar a sua hipótese de trabalho? Se sim, sabe como aconteceu? Pode-me descrever o que sabe?

- Ao longo do seu percurso alguma vez tomou conhecimento de indivíduos/grupos/instituições que tivessem plagiado obras de outros autores? Se sim, sabe como aconteceu?

- Ao longo do seu percurso alguma vez tomou conhecimento de indivíduos/grupos/instituições que tivesse, numa situação de participação em júri [de doutoramento, mestrado, concursos para progressão na carreira], votado em determinado sentido por pressões de hierarquia académica ou outras razões que não se prendiam directamente com o mérito científico do candidato? Se sim, sabe como aconteceu?

- Ao longo do seu percurso alguma vez tomou conhecimento de indivíduos/grupos/instituições que se tivessem, na área da docência, afastado das boas práticas que a sua ocupação impõe, em nome de interesses pessoais ou de terceiros?

- Ao longo do seu percurso alguma vez tomou conhecimento de indivíduos/grupos/instituições que se tivessem, na área da investigação científica, afastado das boas práticas que a sua actividade impõe em nome de interesses pessoais ou de terceiros?

- Ao longo do seu percurso alguma vez tomou conhecimento de indivíduos/grupos/instituições que realizassem negócios privilegiados com o poder económico, saindo assim beneficiados pessoalmente?

- Ao longo do seu percurso alguma vez tomou conhecimento de indivíduos/grupos/instituições que tivessem relações privilegiadas com o poder político, saindo assim beneficiados pessoalmente?

- E outros tipos de poder?

- Falámos, ao longo desta entrevista, de uma série de comportamentos na ciência e no ensino superior que, talvez, possamos dizer que são menos claros ou éticos. Porque razão acha que eles acontecem?

- E, na sua opinião, as consequências desses mesmos serão positivas ou negativas, graves ou neutras?

- A nossa entrevista está a chegar ao fim. Gostaria que me dissesse se acha que ficou algum aspecto por mencionar. Se sim, qual?

- Antes de lhe agradecer a sua participação gostaria apenas de lhe perguntar o que é que acha que deve ser feito, se é que alguma coisa deve ser feita, quanto aos actos de que falámos?

Guião de entrevista em inglês

- Good morning, I would like to start this interview by asking you some information on your current professional situation and your academic path (this information will later be deleted).

[What's your position, institution, how long have you been a (professor, researcher, did you always teach/research here]

- I would like to start to ask you to draw a comparison between what you think ideal or perfect science is (and what you find real science to be [look for specific practices, processes, and institutional contexts]). What do you think about this confrontation? Do you think that from this comparison there may arise some problematic issues that we must deal with? Which ones?

- In this first part of the interview, I would like us to talk about some issues that might influence the academic teaching and the scientific investigation.

- Take transparency, legality and ethics on academic teaching and scientific research. Do you think that in your country these are any different from other developed countries?

- Now I would like you to talk about specific situations and behaviors in academic teaching and scientific research you might know of. You may know them directly (situations you have experienced) or indirectly (situations you came to know by hearing someone talk about them).

- During your professional and academic path, have you ever known about people/work groups/ institutions that had manipulated data in order to confirm his/her/its research hypotheses? Could you tell me what you know happened?

- During your professional and academic path, have you ever known about people/work groups/ institutions that have incurred in plagiarism of other's people work? Could you tell me what you know happened?

- During your professional and academic path, have you ever known about people that, in an academic jury situation (for the evaluation of a master or phd thesis, or for deciding on someone's academic path) have taken a decision not based on the scientific

qualities of the candidate but rather on other criteria? Could you tell me what you know happened?

- During your professional and academic path, have you ever known someone of the academic staff that had bad teaching practices in order to get personal benefits?

- During your professional and academic path, have you ever known someone to be a scientific researcher that had bad scientific practices in order to get personal benefits?

- During your professional and academic path, have you ever known about people/ work groups/ institutions that had special relationships with economic power, thus receiving undue benefits?

- During your professional and academic path, have you ever known about people/ work groups/ institutions that had special relationships with political power, thus receiving undue benefits?

- And what about other kinds of power?

- In this interview we've been talking about a number of behaviors in the academic teaching and scientific research that we may say are not that ethical or that are intransparent. Why do you think they happen?

- And, from your point of view, what are the consequences? Would you consider them to be negative, positive, neutral?

- *Our interview is coming to an end, is there any subject we did not talk about and that you consider pertinent on this subject? Which is it?*

- *Finally, is there anything you think that should be done about these issues?*

Guião de entrevista em francês

- *Bonjour, je commencerai cet entretien en vous demandant votre actuelle situation professionnelle, aussi comme votre parcours académique et professionnel.*

- *Depuis combien de temps occupez-vous votre actuelle poste et où est-ce qu'elle prend place ?*

- *Avez-vous eu l'opportunité de contacter avec d'autres contextes professionnels/champs scientifiques/pays ?*

- *La présente recherche prétend faire une comparaison entre ce qu'on pense qui est la science idéale (qu'on croit comme axiologiquement neutre et objective), et la science telle quelle s'exerce en réalité, dans des particuliers contextes institutionnels, avec ses pratiques, hiérarchies, etc. Croyez-vous que, dans cette confrontation entre science idéale et science réelle, on peut avoir des questions problématiques ? Lesquelles ?*

- *Dans un premier moment de l'entretien, nous voudrions que vous nous parliez de quelques questions qui, probablement, influencent le système d'enseignement universitaire et la recherche scientifique.*

- *Si on parle de transparence, légalité et éthique à l'enseignement universitaire et à la recherche scientifique, quelles sont, à votre avis, les remarques qui caractérisent votre pays en comparaison avec les autres pays développés ?*

- Maintenant je voudrais que vous me parlez un peu de votre connaissance de certaines situations et comportements dans l'enseignement universitaire et la recherche scientifique. Cette connaissance peut être directe (des situations qui vous avez directement subies) ou indirecte (situations dont vous avez pris connaissance par d'autres personnes).

- Pendant votre parcours, est-ce que vous avez eu la connaissance de personnes/groups de travail/institutions qui ont manipulé des données pour confirmer leur hypothèse de recherche ? Pourriez-vous me décrire ce que vous savez sur ce sujet-là et comment ça s'est passé ?

- Pendant votre parcours, est-ce que vous avez eu la connaissance de personnes/groups de travail/institutions qui ont plagié des ouvrages d'autres personnes ? Pourriez-vous me décrire ce que vous savez sur ce sujet-là et comment ça s'est passé ?

- Pendant votre parcours, est-ce que vous avez eu la connaissance de personnes qui, dans une situation des jurys académique (de doctorat, maîtrise, pour progression dans la carrière académique), ont voté en fonction des raisons qui ne concernaient pas directement le mérite scientifique du candidat ? Pourriez-vous me décrire ce que vous savez sur ce sujet-là et comment ça s'est passé ?

- Pendant votre parcours, est-ce que vous avez eu la connaissance de personnes qui, dans ses fonctions d'enseignants universitaires, se sont éloignées des bonnes pratiques d'enseignement envisageant des bénéfices personnels ?

- Pendant votre parcours, est-ce que vous avez eu la connaissance de personnes qui, dans ses fonctions d'investigateur scientifique, se sont éloignées des bonnes pratiques de l'investigation envisageant des bénéfices personnels ?

- Pendant votre parcours, est-ce que vous avez eu la connaissance de personnes/groups de travail/institutions qui ont eu des relations privilégiées avec le pouvoir politique en obtenant, ainsi, des bénéfices personnels ?

- Pendant votre parcours, est-ce que vous avez eu la connaissance de personnes/groups de travail/institutions qui ont eu des relations privilégiées avec le pouvoir économique en obtenant, ainsi, des bénéfices personnels ?

- Et d'autres types de pouvoir ? P. ex. juridique.

- Pendant votre parcours, est-ce que vous avez eu la connaissance de personnes qui ont engagé en des attaques personnelles publiques aux collègues en utilisant, p. ex., des articles en revues scientifiques ou des conférences ?

- Dans cet entretien on a parlé de plusieurs comportements et situations peu éthiques. A votre avis, pourquoi est-ce qu'ils existent ? Quelles sont les causes qu'on pourrait indiquer pour ces situations ?

- Et quels sont, à votre avis, les conséquences (positives, négatives, neutres, graves ou non) de ces comportements ?

- Cet entretien est presque terminé. Est-ce qu'il-y-a des sujets qui n'ont pas été abordés par nous mais auxquels vous accrocheriez une importance pour ce thème ?

- Je vous remercie de votre participation et, pour terminer, je vous demande qu'est-ce-que, d'après vous, on devrait faire pour résoudre les problèmes ici discutés.

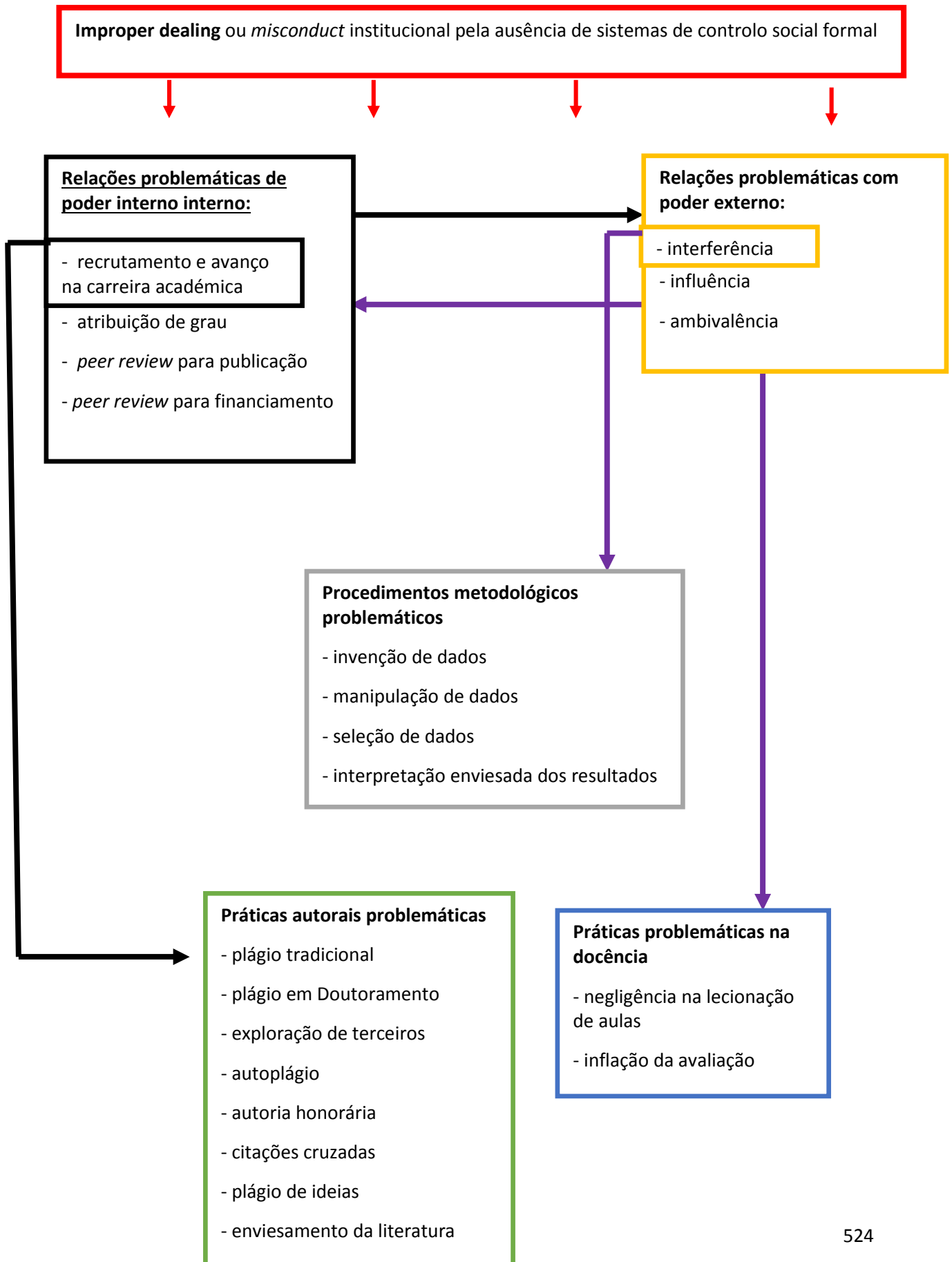
Anexo 4 : caracterização da amostra - dimensão micro de análise

Parti- cipante	Área disciplinar	País	Posição na carreira	Disciplina (principal)	Disciplina (complementar)	Género
S1	Ciências Exatas e da Saúde	Reino Unido	Full Professor	Enfermagem	Nenhum	Feminino
S2	Ciências Exatas e da Saúde	Reino Unido	Associate Professor	Química	Nenhum	Feminino
S3	Ciências Exatas e da Saúde	Portugal	Full Professor	Farmácia	Nenhum	Masculino
S4	Ciências Exatas e da Saúde	Portugal	Assistant Professor	Física	Nenhum	Masculino
S5	Ciências Exatas e da Saúde	Portugal	Assistant Professor	Física	Nenhum	Masculino
S6	Ciências Sociais e do Comportamento	Bélgica	Assistant Professor	Criminologia	Nenhum	Feminino
S7	Ciências Exatas e da Saúde	Portugal	Associate Professor	Farmácia	Nenhum	Feminino
S8	Ciências Sociais e do Comportamento	Holanda	Associate Professor	Sociologia	Criminologia	Masculino
S9	Ciências Sociais e do Comportamento	Portugal	Assistant Professor	Direito	Nenhum	Feminino

Participante	Área disciplinar	País	Posição na carreira	Disciplina (principal)	Disciplina (complementar)	Género
S10	Ciências Sociais e do Comportamento	Portugal	Assistant Lecturer	Direito	Nenhum	Feminino
S11		Portugal	Full Professor	Filosofia	Nenhum	Masculino
S12	Ciências Sociais e do Comportamento	Portugal	Full Professor	Economia	Direito	Masculino
S13	Ciências Sociais e do Comportamento	Bélgica	Associate Professor	Criminologia	Antropologia	Masculino
S14	Ciências Sociais e do Comportamento	Bélgica	Junior researcher	Criminologia	Sociologia	Feminino
S15	Ciências Sociais e do Comportamento	Bélgica	Junior researcher	Criminologia	Sociologia	Feminino
S16	Ciências Sociais e do Comportamento	Bélgica	Full Professor	Criminologia	Estatística	Masculino
S17	Ciências Sociais e do Comportamento	Holanda	Full Professor	Criminologia	Sociologia	Masculino
S18	Ciências Sociais e do Comportamento	Portugal	Full Professor	Sociologia	Economia	Masculino
S19	Ciências Sociais e do Comportamento	Reino Unido	Associate Professor	Estudos Urbanos	Nenhum	Feminino
S20	Ciências Sociais e do Comportamento	Holanda	Junior researcher	História	Nenhum	Masculino

Participante	Área disciplinar	País	Posição na carreira	Disciplina (principal)	Disciplina (complementar)	Género
S21	Ciências Sociais e do Comportamento	Holanda	Senior researcher	Sociologia	Nenhum	Masculino
S22	Ciências Sociais e do Comportamento	Suíça	Full Professor	Comunicação	Marketing	Feminino
S23	Ciências Exatas e da Saúde	Portugal	Senior Researcher	Biomédicas	Bioquímica	Feminino
S24	Ciências Exatas e da Saúde	Portugal	Postdoc researcher	Biologia	Biologia	Feminino
S25	Ciências Exatas e da Saúde	Portugal	Full Professor	Matemáticas	Estatísticas	Feminino
S26	Ciências Exatas e da Saúde	Portugal	Full Professor	Eletroquímica	Engenharia Química	Masculino
S27	Ciências Sociais e do Comportamento	Bélgica	Full Professor	Criminologia	Nenhum	Masculino

Anexo 5: hierarquia e influência dos comportamentos problemáticos – dimensão micro de análise



Anexo 6: Definição de comportamentos problemáticos, OCDE

Definição dos comportamentos problemáticos no Doc. 7: *Best practices for ensuring scientific integrity and preventing misconduct*, OCDE

<p><u>Core “Research Misconduct”</u></p> <p>Fabrication of data</p> <p>Falsification of data</p> <p>Plagiarism</p> <p>FFP normally includes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Selectively excluding data from analysis Misinterpreting data to obtain desired results (including inappropriate use of statistical methods) Doctoring images in publications Producing false data or results under pressure from a sponsor 	<p><u>Research practice misconduct</u></p> <p>Using inappropriate (e.g., harmful or dangerous) research methods</p> <p>Poor research design</p> <p>Experimental, analytical, computational errors</p> <p>Violation of human subject protocols</p> <p>Abuse of laboratory animals</p>
<p><u>Data-related misconduct</u></p> <p>Not preserving primary data</p> <p>Bad data management, storage</p> <p>Withholding data from the scientific community</p> <p>NB: The above applies to physical research materials as well</p>	<p><u>Publication-related misconduct</u></p> <p>Claiming undeserved authorship</p> <p>Denying authorship to contributors</p> <p>Artificially proliferating publications (“salami-slicing”)</p> <p>Failure to correct the publication record</p>
<p><u>Personal misconduct</u></p> <p>Inappropriate personal behaviour, harassment</p> <p>Inadequate leadership, mentoring, counselling of students</p> <p>Insensitivity to social or cultural norms</p>	<p><u>Financial, and other misconduct</u></p> <p>Peer review abuse e.g., non-disclosure of conflict of interest, unfairly holding up a rival’s publication</p> <p>Misrepresenting credentials or publication record</p> <p>Misuse of research funds for unauthorised purchases or for personal gain</p> <p>Making an unsubstantiated or malicious misconduct allegation</p>

Anexo 7 – análise categorial – dimensão macro de análise

Doc. 1

	0 Indicadores	Doc1	Ex1		
Integridade	Allegations		0		
	Charter/s		0		
	Code/s		0		
	Control		1	A reliable and recognized system of validating knowledge and methods of analysis, control and certifi	
	Dishonesty		0		
	Ethics/ethical		8	The rules in force and the criteria on ethics used in national and European research programmes shou	
	Fabrication		0		
	Falsification		0		
	Fraud		0		
	Integrity		0		
	Misconduct		0		
	Peer review		0		
	Plagiarism		0		
	Questionable		0		
	Regulation/s		6	An effort should be made in particular to simplify and harmonise regulations and administrative cond	
	Rules		4	community rules on state aid should always be respected	
	Whistleblower		0		
Total		19		4,21%	
Mercado	Access/ing/accessibility		5	and a number of principles, such as free access to knowledge	
	Circulation/circulating		0		
	Collaboration/s		3	To increase the productivity of the European research while helping to structure collaboration on a co	
	Commercial/ization/ing		2	the creation of companies commercialising the results of research and development	
	Competition		4	Schemes to finance centres of excellence on the basis of competition have been put in place	
	Cooperation/co-operation		14	closer relations between the various organisations of scientific and technological cooperation in Euro	
	Currency		0		
	Demand/s		2	The European market of supply and demand in knowledge and technology	
	Distribution		0		
	Economy		6	the transition to a knowledge-based economy and society	
	Exchange/s		5	Structures and mechanisms of exchange of information and experience	
	Globalization/global/ly		6	In the context of a global economy and in the light of problems emerging at planetary level	
	Growth		6	the importance of sustained research and technological development for growth and employment	
	Incentives		0		
	Internationalization / internati		8	a more dynamic European research area on the international scene	
	Market/s		6	a model of society based on a combination of a market economy	
	Mobility		9	of the possibility of using mobility as an instrument of information and technology transfer	
	Open/s/openness/opening		13	dynamic European landscape, open and attractive to researchers and investment	
	Production/products		7	on the production, acquisition and use of knowledge	
	Reward/s		0		
Supply		1	The European market of supply and demand in knowledge and technology		
Trade/trading		2	at the heart of trade negotiations		
Total		99		21,95%	
Recursos	Capital		7	the volume of risk capital being channelled into innovation is still limited in Europe	
	Career/s		15	introduce a European dimension into careers	
	Data/databases		6	quasi-unlimited access to complex databases	
	Funds/funding		4	Funding of the various initiatives of European	
	Infrastructures/facilities		14	support for transnational access to facilities	
	Information		14	advanced materials or information technologies	
	Instrument/s/tool/s		21	While it is a useful instrument for promoting international cooperation	
	Investment/s		21	the need for Europe to increase investment in science and technology	
	Knowledge		32	Europe produces a third of the world's scientific knowledge	
	Labour		0		
	Money		0		
	Network/s/ing		15	very high level of performance could also be achieved by the networking of specialist centres	
	Output/s/outcome/s		0		
	Protocol/s		0		
	Publications/papers		0		
	Resources		11		
	Scientist/s/ researcher/s/work		47	5.1. Greater mobility of researchers in Europe	
	System/s		25	Establishment of a common system of scientific and technical reference	
	Technology/ies		31	more coherent image of the Europe of science and technology	
	Women/young		16	There are not enough women in research in Europe	
	Total		279		61,86%
	Valores – objetivos	Accountability		0	
		Competitiveness		3	driving forces of economic growth, competitiveness and employment
Efficacy/effectiveness			0		
Efficiency			0		
In/Equality			0		
Excellence/excellency			12	Mapping of European centres of excellence	
Freedom/liberty			0		
Improvement/s			1	improvements to the unfolding of careers in science	
Innovation			13	conducive to investment in research and innovation	
Justice/fairness			0		
Leadership			0		
Merit/recognition			0		
Progress			13	If more progress is to be made a broader approach is needed	
Quality			2	competitiveness and employment and the quality of life	
Quantity			0		
Responsibility			0		
Success/ful/ly			4	Activities undertaken by the Union to encourage this have met with great success	
Transparency/transparent			1	centres of excellence would make for better transparency	
Trust			0		
Values			5	7. An area of shared values	
Total			54		11,97%
		T	451		100%

Doc. 2

Doc2	Ex2	
	0	
	7 Commission-proposed European Charter for Researchers	
	5 Code of Conduct for the Recruitment of Researchers	
	1 to ensure cost control	
	0	
	0	
	0	
	0	
	0	
	0	
	0	
	6 international peer review evaluations	
	0	
	0	
	1 roadmap and regulation	
	5 national funding rules to be made compatible and to converge to common European standards	
	0	
	25	6,51%
	29 Optimal circulation, access to and transfer of scientific knowledge	
	4 free circulation of researchers and scientific knowledge	
	2 Strengthen collaboration and coordination	
	0	
	11 Competition ensures that funding is allocated to the best researchers and research teams	
	14 This will generate both more competition and more cooperation	
	1 Knowledge is the currency of the new economy	
	0	
	0	
	1 Knowledge is the currency of the new economy	
	2 Support mutual learning and the exchange of good practice	
	5 a weakening of the EU's global position	
	2 knowledge-intensive products and services contribute substantially to growth	
	2 legal and policy environment and provide incentives	
	12 enhancing and focusing EU international cooperation in research and innovation	
	4 An open labour market for researchers	
	10 researcher mobility contributes to excellence	
	23 transparent, open and merit-based recruitment	
	1 knowledge-intensive products and services	
	0	
	0	
	0	
	123	32,03%
	0	
	10 research career conditions and prospects	
	4 data-intensive collaborative research by geographically dispersed teams	
	30 Engage in partnerships with funding agencies, research organisations and universities	
	14 coordinated policy for research infrastructures	
	6 sharing information about activities in agreed priority areas	
	2 open access to research tools and resources	
	7 sustained or greater investment in research	
	23 free circulation of researchers and scientific knowledge	
	3 An open labour market for researchers	
	5 Money-Follows-Researcher and other models for cross-border cooperation	
	3 branches of worldwide networks	
	1 outputs as a basis for institutional funding decisions	
	0	
	3 Adopt and implement open access measures for publications	
	4 obstacles include human resources policies	
	35 support the career development of researchers	
	10 Member States and regions build up their own research systems	
	2 scientific knowledge and technology circulate freely	
	5 young researchers, inadequate gender equality practices	
	167	43,49%
	0	
	1 competitiveness and their capacity to collectively address grand challenges	
	2 effectiveness by 2014, the ERA priorities are	
	2 Completing ERA will bring efficiency	
	9 gender equality and research performance	
	7 efficiency, effectiveness and excellence	
	1 the 'fifth freedom'4 - free circulation of researchers and scientific knowledge	
	1 deliver concrete improvements to the EU research system	
	18 EU international cooperation in research and innovation	
	0	
	1 few women are in leadership positions	
	7 Improve recognition and professionalization of knowledge transfer activities	
	9 progress has been uneven across the different ERA dimensions	
	4 Assessing the quality of research-performing organisations	
	0	
	0	
	1 CONDITIONS FOR SUCCESS	
	6 transparent, open and merit-based recruitment	
	0	
	0	
	69	17,97%
	384	100%

Doc. 3

Doc3	Ex3	
0		
18	including the European Charter for Researchers	
10	Code of Conduct for Recruitment of Researchers	
4	science and research result control	
0		
3	Gender and Ethics Unit	
0		
0		
0		
1	ethics and integrity – compliance is a basic criterion	
0		
76	opening peer review to international evaluators	
0		
0		
14	governance and regulation	
26	rules and legislation normally apply in a specific way	
0		
152		6,25%
211	optimising the access to and transfer of scientific knowledge	
22	circulation of researchers, knowledge and technology	
31	Transnational collaboration in joint programmes and funding opportunities	
2	commercialisation of research	
53	through Europe-wide open competition	
38	optimal transnational cooperation	
0		
10	Reducing the mismatch between the demand for research	
8	performance-based criteria are being applied to drive the distribution of these func	
0		
10	exchange of information related to Member State activities	
18	supporting research on topics of global relevance	
5	investment in knowledge and consequently in innovation and growth	
17	a research system in which there are incentives and support	
86	internationalisation of scientific research	
18	more open labour market for researchers	
25	barriers to researcher mobility, training	
138	A unified research area open to the world	
1	Knowledge production is increasingly specialised	
3	specific 'rewards' to high performing RPOs	
5	demand for research and the supply of researchers	
3	respecting privacy, trade secrets	
704		28,94%
5	replenishment of human and physical capital	
59	research careers are based upon open and transparent principles	
90	collections, archives or scientific data	
255	identification, funding, development and use of research	
87	publicly funded e-infrastructures	
93	ways of improved information sharing	
35	initiatives, measures or instruments	
29	sustained or greater investment in research	
57	optimal circulation, access to and transfer of scientific knowledge	
18	more open labour market for researchers	
3	maximum value for public money	
23	research networks, common talent programmes	
25	research data and outcomes they generate	
1	Archives Initiative Protocol	
28	publications, citations, impact	
47	progressive amount of resources	
151	increase the permanent employment of researchers	
89	More effective national research systems	
13	scientific knowledge and technology	
51	men and women in both the structures and the content of research	
1159		47,64%
3	independence, accountability, clear rules	
9	scientific and technological bases, their competitiveness	
16	research performance and effectiveness	
12	seeking ways to strengthen efficiency	
65	principles of equality and diversity	
41	peer review can drive both excellence	
1	transparency and academic freedom	
8	the need for these improvements	
81	investment in knowledge and consequently in innovation and growth	
8	projects are treated with fairness and transparency	
3	global leadership in many fields of scientific enquiry	
31	ensure mutual recognition of evaluations	
30	Despite significant progress in recent years	
41	quality of evaluations across Europe	
2	success as defined by the quality and quantity of outputs	
0		
25	with a high success rate	
34	transparency – clearly described rules and feedback	
6	policy and trust framework	
2	commitment to values of openness	
418		17,18%
2433		100%

Doc. 4

Doc4	Ex4								
	0								
	1	implement the European Charter for Researchers							
	1	Code of Conduct for the Recruitment of Researchers							
	0								
	0								
	0								
	0								
	0								
	0								
	1	the growing demand for research integrity							
	0								
	1	Peer review is practiced in all Member States							
	0								
	0								
	1	the European Research Infrastructure Consortium (ERIC) Regulation							
	0								
	0								
	5	2,08%							
	12	Optimal circulation, access to and transfer of scientific knowledge							
	2	optimal circulation, access to and transfer of scientific knowledge							
	2	collaborations between leading online research job portals							
	1	to encourage non-commercial Open Access publishing options							
	3	tool for promoting competition in research							
	10	Transnational cooperation at programme level between Member States							
	0								
	2	demand side' policies targeting institutional change							
	0								
	0								
	0								
	3	future cooperation with global research partners							
	5	initiative to foster Growth and Jobs							
	1	strategies and/ or incentives to foster institutional change							
	10	international dimension in all ERA priorities							
	9	ERA, much like the internal market, is a gradual process							
	2	barriers to researchers' mobility							
	20	promotes open recruitment, open access to publications							
	0								
	0								
	1	Supply side' initiatives, targeting individual women scientists							
	0								
	83	34,58%							
	0								
	2	The persistence of gender bias in careers							
	10	Open access to publications and data							
	15	, research centres and funding agencies across Europe							
	10	Infrastructures to guarantee access to and uptake of knowledge							
	2	Towards better access to scientific information							
	3								
	3	investments in institutional, national and disciplinary-based data infrastructures							
	11	The European Research Area: key driver of knowledge generation							
	3	an open labour market for researchers							
	0								
	0								
	1	Possible outcomes could include							
	0								
	6	open access to publications							
	1	Human Resources Strategy for Researchers							
	17	researchers, scientific knowledge and technology circulate freely							
	8	more effective national research systems							
	1	scientific knowledge and technology circulate freely							
	2	targeting individual women scientists							
	95	39,58%							
	1	demand for research integrity and accountability							
	5	Member States strengthen their scientific and technological bases, their competitiveness							
	1	increasing the effectiveness of national expenditures							
	1	resource efficiency							
	5	gender equality							
	2	regional approaches help spread excellence in research							
	0								
	0								
	19	open research systems and fostering innovation							
	0								
	0								
	3	transparent and merit-based recruitment							
	11	ERA monitoring has proved useful in measuring progress							
	3	depends very much on the quality of actions							
	0								
	0								
	2	The future success of ERA will depend							
	2	open, transparent and merit-based recruitment							
	1	financial, trust-related and sociocultural nature							
	1	values and benefits of ERA							
	57	23,75%							
	240	100%							